

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA

CONSTRUÇÃO DO ELDORADO MARANHENSE:
experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA
(1930-1970)

Niterói-RJ
2015

MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA

CONSTRUÇÃO DO ELDORADO MARANHENSE:
experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA
(1930-1970)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História Social.

Orientadora:
Prof.^a Dra. Maria Verônica Secreto Ferreras

Niterói-RJ
2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

F383 Ferreira, Marcia Milena Galdez.

Construção do eldorado Maranhense : experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970) / Marcia Milena Galdez Ferreira. – 2015.

337 f. ; il.

Orientadora: María Verônica Secreto Ferreras.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 262-276.

1. Migração interna; aspecto histórico. 2. Maranhão. 3. Eldorado. 4. Memórias. I. Ferreras, María Verônica, 1967. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA

CONSTRUÇÃO DO ELDORADO MARANHENSE:
experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA
(1930-1970)

Tese apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História Social.

Aprovada em 15 de abril de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Verônica Secreto Ferreras-UFF
(Orientadora)

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras-UFF
(Arguidor)

Prof.^a Dra. Ismênia de Lima Martins-UFF
(Arguidora)

Prof.^a Dra. Regina Helena Martins de Faria-UFMA
(Arguidora)

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes -FGV
(Arguidor)

Prof.^a Dra. Giselle Venâncio-UFF
(Suplente)

Prof. Dr. Vanderlei Vaselesk-UniRio
(Suplente)

Niterói-RJ
2015

*Aos narradores e narradoras do Médio Mearim,
que viabilizaram a feitura da tese.*

*E aos romeiros de São Francisco do Canindé,
Inspiração para escrita e inquietação para trabalhos
futuros.*

AGRADECIMENTOS

*“O mundo é uma escola
A vida é o circo
Amor, palavra que liberta,
Já dizia o profeta”
(Marisa Monte)*

A Deus que me deu ousadia e coragem para trilhar muitos caminhos ao longo desses quatro anos, inclusive o de muitos encontros espirituais, com as bênçãos de São Francisco das Chagas de Canindé, do povo cigano e da rainha do mar.

À querida Verônica (Maria Verônica Secreto) pelo aprendizado. Pela orientação segura, por introduzir-me nos horizontes da história social e agrária com maestria, pela apresentação de muitos acervos e autores, pelo estímulo a ida para Roma, pelo apoio e convite para publicações. Agradeço, especialmente, pelo contato com a pessoa humana extraordinária e coerente, com a profissional, mulher, dona de casa, esposa e mãe dedicada e politizada, com a leitora do mundo que pratica em cada ato cotidiano sua concepção de história e cidadania. Você foi um dos melhores encontros do doutorado.

Aos professores que participaram da banca de defesa, pela leitura atenta e pelas contribuições. A Norberto Ferreras, pelas parcerias construídas, pelo apoio a projetos de jovens iniciantes, pela leitura atenta e sagaz do texto na qualificação e na defesa, pelo convívio sempre humano e leal no ambiente acadêmico. A Regina Faria, pela disponibilidade incondicional, pelo aceite do convite para composição da banca de defesa, pelo apoio constante ao projeto que virou tese, pelos livros emprestados, pelas discussões de detalhes e problemas, pelas diversões maduras e saudáveis, pela revisão generosa e cuidadosa do texto, pela diferença e diálogo incessantes e indispensáveis à lapidação da versão final. A Paulo Fontes, pela leitura abrangente e perspicaz, pela compreensão do percurso, da proposta e das lacunas do texto, pelas provocações que suscitam problemas para trabalhos futuros, pela simpatia, inteligência e acessibilidade. A Ismênia Matos pelas contribuições referentes ao uso da documentação paroquial e da História Oral, pela leitura detalhista e pontual.

À Verena Alberti, pelo aceite ao convite para participação do exame de qualificação, pela leitura minuciosa e sagaz do texto preliminar, pelo exemplo de profissionalismo, dedicação e erudição. Sua contribuição foi fundamental para o aprofundamento e direcionamento do texto.

Aos professores da UFF e da UFRJ pelo aprendizado e experiências compartilhadas durante as disciplinas cursadas ou assistidas na condição de ouvinte: Laura Maciel, Felipe Charbel, Marieta de Moraes Ferreira, Marcos Alvito e Marcelo Badaró.

Aos professores da graduação de História da UFMA, doravante disponíveis aos ex-alunos e pesquisadores, cuja leitura e escuta foram importantíssimas na confecção do projeto e da tese. A Manoel Barros de Jesus (conterrâneo), pelo incentivo ao estudo das migrações no Médio Mearim, por me ensinar a farejar rastros sertanejos em cemitérios e feiras. E a Wagner Cabral da Costa (Waguinho), pela leitura atenta, crítica e sagaz da primeira versão do primeiro e segundo capítulos, pelos puxões de orelha, pela aula sobre dados dos Censos, por me fazer atentar para os migrantes piauienses, pelo incentivo ao uso da documentação paroquial, pela escuta atenta, profícua e irônica, pelo incentivo e expectativa. Espero ter feito jus a algumas de suas observações.

Ao querido “amigo para sempre” Raimundo Inácio Araújo, pela leitura atenta e crítica de tantos trechos dessa tese, por catar *pioelhos* no texto incontáveis vezes, pelo compartilhamento de angústias e inquietações de balzaquianos que ousaram trilhar outros caminhos de pesquisa, pela disponibilidade irrestrita, apesar do cotidiano atarefado de um pai, marido, filho e irmão zeloso e amoroso. Você é minha maior herança do mestrado, exemplo de bondade, generosidade e dedicação. Sigamos juntos pela vida!

Aos meus pais, José Alfredo e Filomena, que trabalharam muito e me permitiram estudar, como artífices inquietos, que dão aos filhos instrumentos e condições de questionar e inquirir o mundo, para eles espaço tempo imediato de sobrevivência, desafios e felicidades. Obrigada por mais uma vez compreenderem minha preocupação e zelo constantes, apesar de tantas ausências. E aos meus irmãos (Michela, Fábio e Marcos), pelas alegrias e conflitos que nos fazem família.

Á sobrinha Laís Damasceno Ferreira, vaidosa, leve e meiga, pelas tardes de domingo no último dezembro e janeiro, cheias de *gordices*, filmes ruins e muito afeto. Obrigada por compreender que sempre estive ocupada enquanto crescia e por ser sempre cúmplice. E ao sobrinho Gabriel Galdez Neves Ferreira, carismático e carinhoso, que, de tão parecido conosco em hábitos e manias, parece ter crescido ao nosso lado no Maranhão.

A todos os colegas do Departamento de História e Geografia da UEMA que aceitaram minha liberação em muitos momentos, tornando possível a realização da pesquisa. Tenho muito orgulho de todos os nossos projetos coletivos, dentre os quais o esforço constante pela qualificação do corpo docente. Agradeço especialmente a Marcelo Cheche (liderança, dedicação e compromisso coletivo), Tatiana Reis (ética, juventude e identidade afro), Yuri Michael (parceiro por tantos anos de estudo, trabalho e utopia), Henrique Borralho (inquietação e descentramento), Julia Constância (generosidade e simplicidade pueril), Ana Livia Bomfim (densa e sagaz), Sandra Regina (mulher de verdade), Alan Kardec Pachêco (adaptação e ousadia), Monica Piccolo (força e determinação), Fábio Monteiro (*cabra* do Lira) e Cláudio Eduardo Castro (guerrilheiro e solidário).

À Universidade Estadual do Maranhão pela concessão da bolsa de estudos e liberação parcial que tornou viável a execução do projeto de pesquisa.

Aos alunos do curso de História da UEMA para quem ministrei disciplinas durante o doutorado. Obrigada pela compreensão e inspiração em muitos momentos. E aos alunos dos velhos tempos de UEMA, pelo carinho, cumplicidade e parceria na academia e na vida, especialmente: Amanda Silva (adorável companhia em São Luiz Gonzaga City, captadora de *imagens dialéticas* em fotografias e leitora ávida e poética de dados frios e mortos), Carlúcio Bayma (*meu menino*, parceiro e amigo) Pyêtra Damasceno (panótipo e consultora, dos *terreiros* aos arquivos), Renata Carvalho (minha mestre em trabalhos de campo na Aldeia Kriwiri Guajajara e condutora nos labirintos do APEM) e Laiana Cutrim (alegria, doação e dissonância).

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Arquivo Nacional, do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Pública Benedito Leite (especialmente Fátima Matos), do Arquivo Público do Estado do Maranhão (especialmente Lourdes e Wilma), pela atenção dispensada.

A Alírio Cardoso, Anavaléria Santos, Karla Faria e Diana Goullart pela solidariedade irrestrita e esforço empreendido na maratona em busca de um número de PASEP.

A Antônio Evaldo Barros e Viviane Barbosa, por inúmeras hospedagens em Bacabal, pela troca profícua de figurinhas sobre o Médio Mearim e o conceito de *branquidade*, pelo empréstimo de filmadoras, alunos e amigos. E aos coadjuvantes de Bacabal City, igualmente hospitaleiros, disponíveis e atenciosos: Fladney, Aldina Melo, Luciano Borges, Karl Marx e Cinthia Moreira.

A Jorge Luiz Feitosa Machado, ex-aluno querido e colega estimado, pela mediação do contato com freis franciscanos e militantes da luta pela terra em Bacabal, pelas conversas corriqueiras e estimulantes, pela disponibilização de documentação para trabalhos futuros, pela acolhida amável e sincera em Bacabal, pela relação bonita e espontânea que construímos.

Ao Frei Evaldo, pela aula de Metodologia de História numa tarde quente em Bacabal, pela indicação dos Livros de Casamento e Batismo nas Paróquias de São Luiz Gonzaga e Santa Teresinha. Agradeço ainda pelo bosque que plantou e leva seu nome, tornando uma cidade tão árida, mais aprazível.

A Samuel Barreto, pela mediação de contatos riquíssimos em Pedreiras, pelo incentivo constante à produção cultural nesse município e pela receptividade aos que pesquisam essa cidade encantadora.

Ao Frei Hermano, pela acolhida e auxílio na busca de documentação na Paróquia de São Luiz Gonzaga; a Elias, pelas mangas e águas de coco, nossa merenda em dias de trabalho intenso de catalogação documental; a Túlio, pelo carinho e respeito e por permitir consultar os livros depois do encerramento do horário; a Tina, pela tentativa de mediar entrevistas com militantes e pelo auxílio na catalogação de dados dos Livros de Casamento.

Ao Frei Osmar pela pronta disponibilização do acesso aos Livros de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas em Bacabal. Ao Frei Wagner e a toda equipe do CONAZA pela acolhida gentil e disponibilidade.

A Seu Brito (taxista amigo) em Bacabal e Dona Mariazinha (proprietária de hotel e anfitriã) em São Luiz Gonzaga, pela alegria, carinho, senso de humor e língua ferina, que tornaram os dias de pesquisas mais divertidos. Quisera ter suas sabedorias na lida da vida!

A Marcos Ferreira, pela disponibilização da documentação da Assembleia de Deus em Bacabal, pela mediação a bons narradores, pela gentileza e hospitalidade, pelo espírito arquivista que permitiu conservar um material riquíssimo para pesquisadores das próximas gerações.

A Wendell Brito, *cameraman* discreto, ético e ousado. Meu olho na câmera, parceiro em muitas estradas do Médio Mearim, *brother* da Casa de Vidro em Bacabal City e da Casa dos Romeiros em Canindé. Cúmplice na concepção de que a academia só tem sentido quando permite refletir sobre a condição humana e a pequenez de nossos projetos individualistas. Diante da vida dura e inspiradora de tantas pessoas extraordinárias que encontramos nas trilhas da História Oral, foi muito proveitoso compartilhar grande parte dessa experiência consigo. Nosso convívio e diálogo constantes em Pedreiras, Bacabal, Lago Verde, Vitorino

Freire e Canindé, facilitou e otimizou a digestão da grandiosidade da experiência de campo. Outras parcerias decerto virão.

A Alessandro Portelli, Sara Poli e Marco Túlio pelo atenção dispensada e pelo aprendizado no Circolo Gianni Bosio, em Roma. E a Sílvia Siqueira e Rafaele, pela mediação indispensável à hospedagem no Convento.

A Elison Leal Cordeiro, pela confecção cuidadosa dos mapas, a Liana Mafra e Cícera Nogueira, pela primeira revisão de português do texto, a Bruno Azevedo, pela tradução do resumo.

A Moema Alves, que tratou a *Gorduchinha* com zelos de madrinha. Obrigada pelos inúmeros *fretes* e pela última revisão da normalização e do português, com prazos curtos e paciência infinita. Agradeço especialmente, pela maestria ao adentrar o texto, lapidando-o sem violações, própria de quem se move do vermelho das metrópoles ao verde das florestas, da arte à história. Grata pela companhia e acolhida sincera e aprazível pelos corredores e caminhos da UFF, nos reencontros, comemorações, surpresas e despedidas, sempre brindados pelo bom gosto, sensibilidade e dom da escuta, típicos de quem ousa sorver o mundo como obra de arte.

A Roberta Lobão e Neila Matias, ex-alunas e companheiras de tantas horas no Rio de Janeiro e em São Luís. Obrigada por ajudarem a desbravar a cidade nem sempre maravilhosa, por ouvirem falar da pesquisa, da academia e da vida, por tirarem milhões de dúvidas bobocas de informática de uma filha da década de 1970, por estarem sempre disponíveis para o que desse e viesse, pelas boas tardes em que tomávamos café e falávamos de coisas sérias e bobas, como se não tivéssemos o que fazer. Foi muito bom vê-las crescer no curso desses quatro anos.

À minha família Galdez de Jacarepaguá (Alda, Luciana, Marcos, Mariana, Larissa, Marina, Marquinhos, Luciene, Maurício, Annie, Aimê, Maninho, Michele, Artur, Isabelle, Laís) por tantos domingos repletos de risos e pelo carinho hospitaleiro sempre dispensado. O calor humano de vocês foi imprescindível na minha temporada carioca.

À minha família Serra da Tijuca (tia Galante, Tia Mundica, Tânia, Cristina e Amanda) pela ceia saborosa e calorosa da Sexta-Feira Santa de 2012, pelo dia em Grumari, por tantos mimos (ovo de páscoa, pimenta, presentinhos, convites) e especialmente pelo exemplo de vida e superação. Grata por poder conhecer essas guerreiras mais de perto.

À minha *família carioquense* sem sobrenome nem paradeiro em comum, feita de afeto e cumplicidade, sem barreiras de tempo e espaço: Rosilan Piorski (racional e avassaladora, anfitriã hospitaleira e atenciosa, ouvinte e falante de tantos divãs, cúmplice na busca espiritual e no mergulho existencial, feita de sonhos, dúvidas e intensidade como eu); Wiliam Melo (sorriso fecundo, mochileiro do mundo, amigo fiel, transborda frevo e paz); Thiago Quintela (adorável bruxo, líder carismático, carinhoso e prestativo, leve e ousado, fluido e acessível). Vencemos a diáspora, seremos sempre família na vida e na memória.

A Elba Mota, também membro da *família carioquense*, parceira de diversões, viagens e impasses, de debates e embates, de risos e lágrimas, de descrenças e fés. Presente em todos os momentos nesses quatro anos: seleção, Rio, retorno, academia e vida. A ética nos uniu. Sou imensamente grata por compartilhar tantas angústias da pesquisa, pelas consultorias sobre

protestantismo, pela participação em transcrições, pela muitas hospedagens, pela parceria incondicional.

Aos eternos vizinhos do Angelim, Élio, Carol e Ângelo, pela alegria de reencontrá-los no Rio, pela casa aconchegante da rua Riachuelo, pelos almoços, vinhos e conversas cheios de *maranhensidade*, pela disponibilidade em quebrar infinitos galhos. Sou fã incondicional dessa família linda construída com sintonia, simplicidade e harmonia.

À *patota uffiana* do barulho: Fábio Carvalho (abraço hospitaleiro em Volta Redonda e Niterói, chato e amigo, burguês e proletário da educação, amante da História no sentido clássico, intelectual e família, caipira e cosmopolita); Cristiana Costa, a Kis, (ousada e arrojada, sagaz e ferina, amante da vida, leitora perspicaz do mundo e do ser humano) e Hevelly Acrouche (menina do sertão, da casa e do mundo, bondosa e vaidosa, filha e mãe, professorinha e desbravadora de arquivos, ansiosa e competente) pelos cafés regados a Saramago e Mia Couto, pelas fofocas e projetos, pela parceria incondicional. Por sermos estudantes de verdade, na lisura e na abundância, na UFF, em Vassouras, em Roma, na UERJ, na UFRN, no museu, no cinema, nas livrarias, na barca, no ônibus, no trem, no bom humor e no mal humor. Por ensinarem que posso ser outras Milenas, por ouvirem e falarem, por sermos bem e mal, demasiadamente humanos.

À Renata Lira, professora, pesquisadora, militante e cantora, que leva o trabalho, a História, a arte e a vida com muito amor, intensidade e leveza. Obrigada por me ensinar a ouvir, com sua voz acolhedora e profunda e por compartilhar a tradição oral *uffiana*. Guardarei sempre boas lembranças e saudades de um apartamento onde se ouve jazz e blues, escuta-se *Flor de Aruanda* em primeira mão e encontra-se inspiração para compor e viver poesia. E a Alexandre Lira, que ela tanto ama, movido a jazz, foice e martelo. Obrigada por fazê-la sempre feliz e por encarar a música com fúria e profissionalismo.

Aos outros encontros que o doutorado possibilitou: Ludiene Gaione e Cátia Helena (simplicidade e afeto leal); Lidiane Quintela e Bruno (suprema entrega à vida); Conceição e Nitai (acolhida familiar e irrestrita); Wesley Garcia (generoso e irônico, afeito a epifanias, cupuaçus e dim-dins); Gianne Chagasteles e Sílvia Cárcere (riso e melancolia, *burguesices* e inquietação); Elza e Ruth (típicas carioquenses, hospitaleiras e amantes da Itaipava); Beto Russo e Sandra Alencar (dialética do corpo e poesia).

Aos ex-alunos e pesquisadores pelo trabalho árduo de transcrição de entrevistas (Ana Raquel Alves, Horácio Figueiredo, Ariadne Costa, Giovana Ribeiro, Neila Mathias, Mariana Sulidade), e catalogação e digitalização de documentação escrita (Renata Carvalho, Wendell Brito, Rafael Rezende, Carlúcio Baima e Amanda Silva). Sem a ajuda de vocês seria impossível levantar a matéria-prima deste trabalho. E a Marinelma Meireles pelo auxílio imprescindível na tabulação dos dados no Excel. Obrigada por varar tantas madrugadas, quanto eu, num trabalho que parecia infinito.

Aos amigos, parceiros e pariceiros de longas datas: Kelci Rose (de 18 anos de história, de almoços, embates e conversas inenarráveis), Leide Ana Caldas (amiga irmã das sacadas vizinhas), Karla Araújo (bruxa amiga, sempre perto, confidente de deslocamentos), Claudinha Santos (de violas, de caminhadas e de todas as horas) Matilde Coqueiro (da noite da boa música e da ilha gastronômica: samba, chorinho e leveza), Antônia Mota (liberdade e radicalidade), Marilande Abreu (reencontro e desencontro, psicanálise e provocação), Helen Lopes (amigo Pedro, na dor e na felicidade), Josenildo Pereira (na academia e na vida), Pablo

Habibe (por toda minha vida), Roni e Tony (alegria e lealdade), Inácio Araújo Jr. (cabelo longo, coração valente e bondoso), Ashley Costa (vizinho e amigo, sempre ao lado e a postos), Walber da Hora (sabedoria e superação), Paulo Câmara, Zequeiroz Neto e Reinaldo Barroso (pariceiros leais, de papos sérios e conversas tolas).

A todos os primos e primas, amigos de infância e companheiros na vida, especialmente: Kedyma Galdez (corridas, acolhidas e futilidades), Raissa Galdez (carinho e sinceridade), Henriquinho Galdez (convivência e diferença), Keynes Galdez (simplicidade e hospitalidade), Claudio Galdez (trabalhos sem honorário), Alexandre, Alessandra e Abraão Júnior Galdez (humanidade e profissionalismo), Bruno Ferreira (maturidade e senso de família), Wyara Brito (prima como os primos), Camila Ferreira (cuidadora de tantas coisas na minha ausência), Luciana, Luana e Liane Ferreira (confiança e afeto), Leda Cris Ferreira (alegria incondicional), Eulina Ferreira (gargalhadas e seriedade) e Alessandra Ferreira (preocupações compartilhadas).

Às minhas grandes famílias do barulho, os Galdez e os Ferreira (BF cruzado), especialmente Gracinha (tia Gá), Ana Célia, Silvana, Maridalva, Marinalva, Francisco Carlos (Melos), Abraão e Ascenço, por estarem sempre perto dos meus pais quando estive longe: comendo, bebendo, engordando, dançando, festejando, rezando, bisbilhotando, fuxicando, vivendo... enquanto eu pesquisava, lia e escrevia.

Aos meus pimpolhos: Bruninho e Thayla, saudade imensurável no Rio e em Roma, que vi nascer, crescer, correr e inundar de alegria um mundo árido. E a Laura, Sara, Maria Alice, Bernardo e Mateus, que chegaram para animar ainda mais nossas festas.

A Mariana e Facundo Ferreras que enchem as reuniões de orientação de vida. Não lhes olvidarei.

A Maria José Moreira, diarista amiga e exemplo de sabedoria cotidiana, que compreendia meus silêncios e stress e cuidava da minha casa, com alegria, paciência e zelo.

Ao maestro João Eudes e ao cantor e compositor Leo Capiba (*in memoriam*) que, com musicalidade e conversas descontraídas, me reaproximaram da ilha do amor.

Aos narradores do Médio Mearim, personagens principais dessa história.

Aos romeiros de São Francisco das Chagas de Canindé-CE, pela inspiração, exemplo e acolhida.

*“Por isso eu pergunto
A você no mundo
Quem é mais inteligente
O livro ou a sabedoria”
(Marisa Monte)*

Muito obrigada!

“A seca escanchava e nego ficava lá na bacabeira, na rapa de mucumbira, comendo rapa de pau, como se diz, pra viver. Mas quando acochava, se a gente tinha que vir prum lugar, era o Maranhão. Era o Maranhão, era o eldorado”.

(João Barreto)

“E esses migrantes que vinham de outros estados eles já eram influenciados por uma cultura diferenciada, né? Eles já tinham experiência mais da agricultura. As vezes, eu arranjo muita confusão quando as pessoas tacham a gente de preguiçoso. Mas, é uma questão cultural, essa cultura indígena, africana que não tem essa visão de lucro, né? Você faz hoje, come e no outro dia vai no lago, pesca o peixe e come tudo de novo e o problema é resolvido, Quando chega os cearenses, pernambucanos, que já vêm de uma outra cultura de acúmulo de bens, então, aí eles começam a fazer cerca.

(Guilhermina Aguiar)

“Durante milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições ele aprendeu a reconstituir as presas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estragados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar fichas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas.”

(Carlo Ginzburg)

RESUMO

Esse estudo aborda a transformação do Médio Mearim, no Maranhão, com a chegada e fixação de milhares de camponeses, homens e mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças, que se deslocam de outras áreas do Maranhão e de outros estados do Nordeste, principalmente do Ceará e Piauí rumo a um suposto eldorado, nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960. Em quatro décadas, muitas práticas sociais e culturais são tecidas no cotidiano de trabalho e de vida de pessoas com múltiplas experiências, e a fronteira agrícola é superada. Finda o *tempo da terra sem dono* e inicia o *tempo da grilagem e da expropriação* de inúmeros trabalhadores rurais. Os migrantes nordestinos estiveram presentes em outros tempos e espaços no estado do Maranhão. O recorte espacial e temporal proposto justifica-se pela transformação da área em termos demográficos, econômicos e culturais ao longo de quatro décadas. Terras sem donos, dotadas de bons invernos atraem e possibilitam a fixação de um grande contingente de migrantes nordestinos que vivem da rizicultura, do cultivo e beneficiamento do algodão e da coleta e quebra do coco babaçu. A partir da História Oral aborda-se a construção e desconstrução do eldorado maranhense através de narrativas de migrantes nordestinos e seus descendentes, atentando para elementos de atração, construção de teias migratórias, interpretações distintas do processo de migração e fixação. Busca-se ainda mapear os locais de procedência dos migrantes e analisam-se brevemente representações do migrante nordestino na imprensa local e em discursos oficiais.

Palavras-chave: migrantes nordestinos, eldorado, terra, experiência, narrativa.

ABSTRACT

This study is about the transformation of the Medio Mearim region, in Maranhão, upon the arrival and settlement of thousands of small farmers, men and women, elders, adults, young people and children, arriving from other areas on Maranhão and other northeast states mainly Ceará and Piauí looking for a supposed Eldorado, mostly during the 1930s to the 1960s. In four decades several cultural and social practices and forged along with the daily work and life of people with multiple experiences and the farming frontier is overcome. By the end of the “no one’s land era” an “expropriation and land grabbing time” starts to countless small farm laborers. The northeastern immigrants were present all along and all over the state of Maranhão. The proposed space and time cutout is justified by the transformation of the area in demographical, economic and cultural aspects along these four decades. No one’s lands with good winter are attractive and enable for the settlement of a high contingent of northeastern immigrants making a living out of rice growing and collection and cutting of the babaçu coconut. From the oral History, the study approaches the construction and deconstruction of the Maranhão’s Eldorado mainly from northeastern immigrant’s narratives and their descendants, emphasizing elements such as attraction, construction of an immigrant net, distinct interpretations of the migrating and settling process. The study also intends to map the immigrant’s original places and briefly analyses some representation of the northeastern immigrants in the local press and official speeches.

Keywords: northeastern immigrants, Eldorado, land, experience, narratives

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	15
LISTA DE SIGLAS.....	16
INTRODUÇÃO.....	17

Parte I: Configurando espaços sociais

Capítulo:1 Do Alto Mearim oitocentista ao sertão agrícola republicano: de terra de conquista aos <i>centros</i> do campesinato “livre”	43
--	----

Capítulo 2: Migração de nordestinos e maranhenses para o Médio Mearim (1930-1970): ocupando “espaços vazios” de uma nação em processo de modernização	65
2.1 Dados demográficos e discussão da migração nordestina para o Médio Mearim	67
2.1.1 Nos anos 30: Colônia Lima Campos e acolhimento de patrícios <i>flagelados</i>	71
2.1.2 Nos anos 40: o eldorado da borracha ofusca o eldorado maranhense.	84
2.1.3 Nos anos 50: <i>boom</i> da migração na <i>Canaã dos nordestinos</i>	111
2.1.4 Nos anos 60 e 70: Lei de Terras de 1969 e o fim do eldorado maranhense	127

Parte II: Experiências e narrativas migratórias

Capítulo 3: Rumo ao Maranhão: <i>teias migratórias</i> e <i>memória dividida</i>	144
3.1 Para além da seca e da fome	147

Capítulo 4: Pequenas biografias, muitas histórias: resistência, estratégia e acomodação em experiências de migrantes nordestinos	171
4.1 Agregando poderes e saberes	173
4.2 Rumo a um eldorado chuvoso e assombroso.....	181
4.3 Palavras conclusivas e experiências de um poeta lavrador.	192
4.4 Histórias de um <i>cassaco</i>	200

Capítulo 5: Polifonia feminina: terra, trabalho, migração e cotidiano em narrativas de mulheres do Médio Mearim.	212
5.1 Nem Eldorado, nem Canaã: “um lugarzinho fraco esse aqui”.....	213
5.2 Era uma vez um lugar chamado <i>São João do Mata Fome</i>	218
5.3 Histórias da <i>Mata</i> dos Gomes.	225
5.4 E a luta continua! Quebrando coco e lutando pela terra.	232
5.5 Amor de primo: solidariedades, diferenças e união consanguínea entre maranhenses e cearenses	244

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	259
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS	264
-------------------	-----

APÊNDICE

Apêndice 1-Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim na década de 1930 – Relação de cidades por estado	280
Apêndice 2-Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim na década de 1940– Relação de cidades por estado.....	286
Apêndice 3-Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim na década de 1950– Relação de cidades por estado.....	293
Apêndice 4-Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim na década de 1960– Relação de cidades por estado.....	304
Apêndice 5-Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim na década de 1970– Relação de cidades por estado.....	315
Apêndice 6- breve biografia dos narradores(as)	322

ANEXOS

Anexo 1: Mapas das unidades político-administrativas do Brasil em 1940, 1945, 1950 e 1960.	336
Anexo 2: Pessoas não naturais do município onde residem por sexo e tempo de residência no município segundo as zonas fisiográficas e os municípios.....	337

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mulheres quebrando coco babaçu.....	106
Figura 2: A casa do caboclo no Mearim	107
Figura 3: Mutirão no Centro do Julião	250
Figura 4: Escola do Centro do Julião	256
Gráfico 1: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por estado– década de 1930.....	74
Gráfico 2: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por região maranhense – década de 1930.....	75
Gráfico 3: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por estado- Década de 1940	86
Gráfico 4: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por Região Maranhense- Década de 1940....	87
Gráfico 5: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por estado- Década de 1950	113
Gráfico 6: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por região maranhense- Década de 1950....	115
Gráfico 7: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por Estado- década de 1960.....	128
Gráfico 8: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por região maranhense- década de 1960	129
Gráfico 9: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por Estado-década de 197.....	133
Gráfico 10: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por região maranhense-década de 1970....	134
Mapa 1: Mapa de regiões do Maranhão	46
Mapa 2: Municípios do Médio Mearim	47
Mapa 3: Mapa hidrográfico, limite de 1960 e informação hidrográficas de 2009	149
Tabela 1: População Urbana, Rural e Total e Taxas de Crescimento Geométrico Anual dos Municípios de Bacabal, São Luiz Gonzaga e Pedreiras: 1920-1960.....	69
Tabela 2: Evolução Demográfica da Região de Bacabal, São Luiz Gonzaga e Pedreiras (1920-1980)	69
Tabela 3:Trabalhadores cadastrados por municípios	110
Tabela 4: comparativo do percentual de migração por estado – décadas de 1930 a 1970	135
Tabela 5: Comparativo do percentual de migração por região maranhense – décadas de 1930 a 1970	136

LISTA DE SIGLAS

ACM	Associação Comercial do Maranhão
ACR	Animação Cristã no Meio Rural
APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IBGE	Instituto Histórico e Geográfico Brasileira
IFOCS	Instituto Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Instituto de Obras contra as Secas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

Introdução

Analisar a configuração do Médio Mearim¹ entre 1930 e 1970 implica problematizar a transformação de um espaço com a chegada e a fixação de milhares de camponeses, homens e mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças, que se deslocam de outras áreas do Maranhão e de outros estados do Nordeste, principalmente do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco rumo a um suposto eldorado. Em quatro décadas, muitas práticas sociais e culturais são tecidas no cotidiano de trabalho e de vida de pessoas com múltiplas experiências², ocorre o fechamento da *fronteira agrícola* e o eldorado se desconstrói, tornando-se fardoeste. Finda o *tempo da terra sem dono* e inicia o *tempo da grilagem*³ e da *expropriação* de inúmeros trabalhadores rurais.

Em relação a esse espaço, a noção de eldorado, pertencente ao campo mítico, é acionada de modo direto ou indireto através de ideias-imagens nas narrativas orais de moradores do Médio Mearim. A adoção dessa categoria não implica a concepção de sua preexistência no campo das práticas sociais. Essa ideia-imagem difundida de modo explícito ou difuso em *teias migratórias*⁴, em discursos oficiais e em representações veiculadas na

¹ A conformação espacial da atual microrregião do Médio Mearim não corresponde a sua variação, inclusive terminológica, ao longo do recorte temporal adotado. Opto por utilizá-la por trabalhar principalmente com municípios a ela atualmente pertencentes. No segundo capítulo esclareço as alterações ocorridas a partir das classificações do IBGE (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e reitero a utilização da terminologia atual.

² Nessa pesquisa o conceito de experiência é pensado no sentido proposto por Thompson, como elemento estruturador da vida e da consciência social, que se realiza e se expressa, por exemplo, nos sistemas de parentescos e costumes. Conforme E. P. Thompson. “O termo ausente: experiência”. In *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 189

³ Compreendida neste estudo como prática de falsificação de títulos de propriedade e seus registros, bem como de registros de escritura de compra e venda sem a linhagem da transmissão, normalmente com a conivência de agentes vinculados à Cartórios Imobiliários e/ou a órgãos governamentais. CF: ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

⁴ Opto, como Frederico Croci, por utilizar o conceito/ termo *teia migratória*, por compreendê-lo como ferramenta e metáfora mais propícia à abordagem das migrações. Conforme este autor, “por cadeia migratória entende-se o modelo que permite o estudo dos mecanismos que inibem ou permitem a chegada dos imigrantes ou a partida dos emigrantes – conforme o ponto de vista – incentivados e aconselhados por parentes, amigos e conterrâneos; no caso da assim chamada cadeia formal ou institucional, os mecanismos são disparados pela imprensa, a publicidade ou a propaganda feita por agentes contratados [...]. A elaboração do conceito de cadeia migratória remonta à sociologia dos anos 1950. A partir dos anos de 1960, contribuiu para a mudança de perspectiva dos estudos migratórios, valorizando o uso dos documentos pessoais na investigação e interpretação da dinâmica do êxodo.[...] Como já foi amplamente demonstrado, o modelo das cadeias apresentou problemas de ambiguidade e rigidez, que estão implícitos na artificiosa linearidade que a própria imagem da cadeia impõe. As pesquisas mais recentes, ao contrário, privilegiam a variedade e a variabilidade dos movimentos migratórios e,

imprensa não encontra propriamente uma correspondência real. É a partir de um cotidiano duro nos mundos do trabalho e na vida privada que homens e mulheres fixados no Médio Mearim tornam viável sua sobrevivência.

O desejo do migrante nem sempre é de enriquecimento e fartura. O rumar ao Maranhão é, muitas vezes, mera estratégia de sobrevivência. Segundo seus próprios termos, muitos migram “pra escapar”. A conquista de um propalado eldorado é realizada por uma minoria que logra, a partir de estratégias políticas e/ou do trabalho árduo, desfrutar das benesses da natureza e das possibilidades de lucro que a economia local propicia durante um período de média duração.

Em muitas narrativas de migrantes nordestinos a ideia-imagem do eldorado é elaborada através de elementos diversos, entre os quais sobressaem terra, água e o produto dessa confluência: fartura nas colheitas. Em outras, a promessa da bonança é representada⁵ como fábula. A *posteriori*, muitos elementos que perpassam essa construção são interpretados como míticos e a migração pensada como fruto da teimosia e da ousadia dos que afirmam que não tinham “precisão” de partir. Em outros relatos, o Maranhão é apenas mais um dentre as possibilidades que se apresentam ao sertanejo nessa temporalidade: o sul maravilha⁶, a Amazônia e a nova capital do país seriam outras rotas possíveis para quem tenta “escapar” ou busca melhorias.

A *memória social* constrói e desconstrói o mito do eldorado e é necessário pensar, portanto, seu processo de elaboração e ressignificação, atentando para elementos da história

sobretudo, a multiplicidade dos destinos, emaranhados a tal ponto que, conforme sugere Fernando Devoto, “já se tornou necessário substituir a metáfora de cadeia pela de teia de aranha” DEVOTO, 1991, p.142 apud CROCI, Frederico. *As cartas de chamada: vestígios das redes sociais e familiares transnacionais*. in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, CROCI, Frederico e FRANZINA, Emília (orgs). *Histórias do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: EdUSP/ FAPESP, 2010.p. 303-304. Croci assinala ainda uma outra reelaboração do conceito/termo (*redes sociais*): Das cadeias às teias de aranha, para chegar a um modelo que, nos últimos anos, adquiriu uma solidez cada vez maior, graças também à multiplicação dos estudos que fizeram uso dele: as *redes*. CROCI, F, op. cit, p.304.

⁵ Nesta pesquisa utilizo o conceito de representação, conforme formulado por Roger Chartier, como “esquemas de classificação incorporados sobre a forma de categorias mentais por cada grupo” CHARTIER, Roger *A história cultural: entre as práticas e as representações*. Lisboa: Difel, 1990, p-17. Leitora atenta de Chartier, Sandra Pesavento assim sintetiza o conceito: “Representar é, pois, fundamentalmente estar no lugar de, é a presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que reloca uma ausência e torna sensível uma presença. A representação é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P-40

⁶ Conforme Ângela de Castro Gomes, a expressão *sul maravilha* refere-se às possibilidades reais ou sonhadas oferecidas por essa região. GOMES, Ângela de Castro. *População e Sociedade*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010). -Vol 4. p.58.

social dos narradores que permite compreender a instituição de *memórias divididas*⁷. Conforme Alessandro Portelli (2006, p.120-121): “um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada é, isto sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formulação simbólica e narrativas das auto representações partilhadas por uma cultura”.

Ao longo do recorte temporal adotado, o Brasil passa por diversas transformações, inclusive na sua conformação regional. O estado do Maranhão, durante parte do período estudado, é classificado pelo IBGE⁸, juntamente com o estado do Piauí, como uma região específica: Meio Norte em 1940, Nordeste Ocidental em 1945, sendo incorporado à região Nordeste somente a partir de 1950⁹. Após a inserção oficial do Maranhão no Nordeste, o termo migrante ou imigrante nordestino¹⁰ continua sendo largamente utilizado na documentação oficial, na imprensa e nas narrativas orais de migrantes e descendentes. A continuidade do uso da terminologia *migrante nordestino* como alteridade ao termo *maranhense* sugere a instituição de processos identitários que os nomeia e classifica como distintos. Opto por incorporar essa classificação nessa pesquisa, sem engessá-la numa dicotomia e sem tomar tais categorias como homogêneas. Entre maranhenses e migrantes nordestinos são perceptíveis multiplicidades de práticas sociais e culturais e de posicionamentos políticos. Em muitos momentos dessa investigação esses sujeitos se distinguem, mas, em outros, suas diferenças se diluem e eles acionam identidades comuns, independentes do local de nascimento e dos costumes diversos.

Em termos de ocupação e construção de espaço, a historiografia regional tende a pensar o Maranhão através de dois grandes processos: a frente litorânea e a frente pastoril¹¹. A

⁷ Alessandro Portelli conceitua, desse modo, *memória dividida* “quando falamos em memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária [no caso do meu estudo, memória migrante] pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de julho de 1944): mito, política, luta e senso comum. in AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Moraes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.106.

⁸ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é criado em 1938. Conforme Ângela de Castro Gomes: “deveria ser a instituição capaz de garantir respostas seguras e regulares a uma série de questões há muito recorrentes na história do país. Como era o território brasileiro? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam? Como viviam? Como trabalhavam? Como se movimentavam?”. Gomes, op. cit. p. 44-45.

⁹ Vide mapa das divisões regionais do Brasil no Anexo 1. Conforme os mapas, até 1960, a Bahia permanece separada do Nordeste, figurando na região Leste.

¹⁰ Nas narrativas orais, nos discursos oficiais e na imprensa é mais comum o uso do termo imigrante para referir-se ao nordestino que se fixa no Maranhão. Opto pela expressão migrante pela distinção do seu significado atual em relação ao termo imigração, utilizado para referir-se ao deslocamento de pessoas de outras nacionalidades.

¹¹ Segundo Maria do Socorro Cabral, o processo de ocupação do Maranhão deu-se a partir de duas frentes: a litorânea que se inicia em princípios do século XVII e caracteriza-se pela ação da Coroa Portuguesa, bem como de jesuítas e particulares sobre terras ocupadas pelo gentio nos vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e

frente litorânea inicia-se com a ocupação dos franceses e, principalmente, portugueses no início do século XVII pela ilha de São Luís, em uma sociedade composta por brancos, índios e caboclos que vivem em torno de uma economia de subsistência. Desde meados do século XVIII, com as políticas pombalinas e a entrada maciça de escravos africanos, institui-se no norte do estado uma sociedade voltada para a agroexportação de arroz e algodão, com o acréscimo da agroindústria açucareira no século XIX.

A frente pastoril tem início provavelmente na primeira metade do século XVIII com a chegada de homens que guiam os caminhos do gado desde a Bahia, passando pelo Piauí e adentrando no sudeste da capitania do Maranhão, dotado de pastos bons para o gado. A historiadora Maria do Socorro Cabral (2008) assinala nessa área a constituição de uma sociedade do couro, notavelmente distinta daquela instituída no norte.

Outros espaços do Maranhão não se enquadram nessa distinção norte (agroexportação) e sul (pecuária) estabelecida por outros estudos. O centro, sudoeste e noroeste¹² do estado apresentam processos distintos de constituição. Sua história é marcada pela experiência de índios, quilombolas e caboclos que vivem da lavoura, caça e coleta durante boa parte do século XX.

Convém ressaltar que a história do tempo presente no Maranhão conta com poucas abordagens. Antropólogos, sociólogos e geógrafos têm sido por muitos anos majoritários nas pesquisas desenvolvidas sobre os sujeitos e a ocupação/transformação desses espaços nas últimas décadas. Abordar a migração de nordestinos no Médio Mearim, portanto, implica pensar espaços e experiências ainda pouco analisados na sua historicidade. Tal discussão é imprescindível para dar visibilidade a uma região parcamente presente ou, por vezes, ausente nas construções identitárias regionais.

O referente Maranhão é normalmente pensado através de elementos, manifestações e discursos produzidos a partir das áreas de ocupação mais antiga. Escravidão africana,

Munim. Nessa área que, grosso modo, corresponde ao norte do Maranhão, desenvolveram-se principalmente a agricultura de subsistência e a agroexportação. A frente de ocupação pastoril inicia-se posteriormente em princípios do século XVIII e caracteriza-se pela ação de particulares que, seguindo os caminhos do gado, percorrem o interior da Bahia e do Piauí até o sudeste do Maranhão, onde se fixam numa região que passa a ser conhecida como Pastos Bons, pela boa inclinação ao desenvolvimento da atividade pastoril. CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado*. São Luís: EdUFMA, 2008.

¹² A partir das décadas de 1950 e 1960 o sudoeste e o noroeste do estado do Maranhão passam a ser áreas de intensa migração. Na última região realizam-se experiências de colonização dirigida. Cf. FERREIRA, Antônio José de Araújo. Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/pt-br.php>. Acesso em: 06 abr. 2011.

agroexportação, Athenas Brasileira¹³, bumba meu boi, religiosidades e práticas culturais afro-brasileiras, temas recorrentes na produção historiográfica, antropológica e sociológica local, ganham visibilidade como constituintes da identidade maranhense.

O Médio Mearim, localizado no centro do estado, tem contornos históricos e identitários distintos. Alguns elementos presentes nas áreas onde a conquista colonial e privada atua desde os séculos XVII e XVIII reaparecem ali. Mas o bumba meu boi e a poesia adquirem outras nuances, incorporando outros sotaques¹⁴ e experiências de camponeses e camponesas nordestinos fixados na região entre as décadas de 1930 e 1970 com bagagem cultural própria: sanfona, cordel, técnicas agrícolas, usos alimentares e costumes sertanejos.

Os migrantes nordestinos, personagens pouco inquiridos na sua especificidade, estiveram presentes em outros tempos e espaços no estado do Maranhão. O recorte espacial e temporal proposto justifica-se pela temporalidade comumente acionada nas narrativas orais e pela transformação da área em termos demográficos, econômicos e culturais ao longo de quatro décadas. *Terras sem donos*, dotadas de bons invernos¹⁵, de abundantes palmeiras de babaçu atraem e possibilitam a passagem e a fixação de um grande contingente de migrantes nordestinos e maranhenses. O acréscimo significativo de trabalhadores impulsiona a rizicultura e a coleta e quebra do coco babaçu nesse espaço/tempo.

A temporalidade das narrativas orais inicia-se comumente na rememoração do referente Maranhão com a chegada, a passagem e a fixação (décadas de 1930, 1940, 1950 ou

¹³ Segundo Dorval do Nascimento: “O epíteto Atenas Brasileira foi atribuído a São Luís em meados do século XIX, articulando representações formuladas por grupos sociais dominantes do Maranhão, em vista da importância do grupo maranhense de literatura romântica, em especial Gonçalves Dias. Tal imaginário parece ecoar o período de prosperidade econômica, quantos os filhos das elites locais eram mandados estudar em Portugal. Ecoa também os esforços desses grupos em inserir a província, de forma diferenciada, no nascente Estado brasileiro”. NASCIMENTO, Dorval do. Entre dois tempos: representações de uma cidade - metonímia em *Vencidos e Degenerados* (1915), de Nascimento de Moraes, e *Os Tambores de São Luís* (1975), de Josué Motello. In PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus. São Luís 400 anos: (con)tradições de uma cidade histórica. São Luís: Café e Lápis/ Ed. UEMA, 2014. *São Luís 400 anos*. Ver também BORRALHO, José Henrique de Paula. A Athenas Equinocial: A fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

¹⁴ “A denominação dos sotaques do Bumba meu Boi do Maranhão se faz, principalmente, pela origem regional/cidade e/ou instrumentos característicos. Além disso, a classificação baseia-se nas especificidades de ritmo, indumentária, instrumentos, passos e evolução da dança (círculos, semicírculos, ou fileiras simétricas) bem como nas contribuições de cada sotaque para a história do folgado, que expressam sua relação com a tradição. (...) Os principais sotaques presentes na cidade de São Luís são: zabumba ou Guimaraes, ilha ou matraca, baixada ou Pindaré, orquestra. Esta classificação dos sotaques está disseminada na cidade, também é adotada pela imprensa e é a mesma usada pelos intelectuais, portanto ela é partilhada pelos analistas locais e pelo público.” ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. Dinâmicas do Bumba meu boi maranhense: classificação em sotaques e participação do público. Revista Olhares Sociais – PPGCS – UFRB. . <http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/2-Dinamicas-do-bumba-meu-boi-maranhense.pdf>

¹⁵ Categoria recorrente em narrativas de migrantes nordestinos e descendentes. Refere-se à abundância de chuvas. Como em boa parte do Nordeste Brasileiro não há diferenças de temperatura entre as estações do ano, chama-se inverno ao período chuvoso, normalmente mais ou menos coincidente com o primeiro semestre. Em algumas narrativas orais aqui analisadas há referências a um período chuvoso de outubro a julho no Maranhão.

1960) do migrante e encerra-se com o fechamento da fronteira agrícola no Médio Mearim (final da década de 1960, início das décadas de 1970 e 1980, variando conforme o município). Priorizo a interpretação de experiências e representações referentes ao período de maior fluxo migratório e de maior disponibilidade de *terras sem dono* na região estudada (1930-1970), embora, em alguns momentos do texto, a narrativa histórica construída precise avançar brevemente sobre as décadas de 1970 e 1980, para sinalizar ao leitor o epílogo desta história, pleno de sangue, luta, estratégias de resistência e acomodação.

O Médio Mearim configura-se em eldorado para sertanejos nordestinos entre as décadas de 1930 e 1970. Como outros eldorados de outros espaços tempos, é construído e desconstruído nas narrativas orais de migrantes e descendentes. No século XIX, a borracha no Pará (LACERDA, 2010 e CARDOSO, 2011) e na Amazônia (WENSTEIN, 1993), as terras nas encostas de serra no Ceará (SANTOS, 2012) e em regiões do Piauí (ARAÚJO, 2010 e DOMINGOS NETO; BORGES, 1987); no século XX, as cidades mineradoras do Mato Grosso (GUIMARÃES NETO) e as indústrias de São Paulo (FONTES, 2008) e novamente na década de 1940, a Amazônia (SECRETO, 2007). A região central do Maranhão é, nas décadas de 1930 e 1940, a espacialidade dos bons invernos e de *terras sem dono* para retirantes de um Nordeste seco, nas décadas de 1950 e 1960, soma-se a essa característica natural, a alta produtividade de arroz e de outros gêneros agrícolas, que funcionam como elementos de atração em tempos secos ou chuvosos.

Esse processo de migração "espontânea"¹⁶ não deixa muitos registros escritos, mas as narrativas orais constroem ideias-imagens que permitem vislumbrar várias nuances. Nas

¹⁶ Utilizo o termo "espontânea" entre aspas para chamar atenção do leitor para elementos de expulsão e atração em jogo nos deslocamentos de homens e mulheres. Silva (1973) distingue três formas de colonização: a *espontânea*, com estabelecimento de grupos humanos com seus próprios recursos e livre iniciativa; a *dirigida*, que se processa com um mínimo de orientação oficial na escolha e na organização da área, não passando, talvez, de um simples direcionamento de fluxos migratórios; e a *planificada*, cuja implantação contaria com planificação oficial na escolha da área, na seleção dos grupos e em suas atividades econômicas. (apud ARCANGELI, 1987, p.14). Durante a seca de 1877-1879 é provável que as três modalidades tenham coexistido nas migrações de nortistas para o Maranhão. Esse autor problematiza a espontaneidade das colonizações espontâneas: "Há um tipo de colonização usualmente chamada de espontânea, para distingui-la da dirigida. O termo espontâneo refere-se ao colono, ao lavrador, que, antecipando-se ao dirigido ou acompanhando-o, ocupa as terras livres de fronteiras agrícolas, desbravando as matas e cultivando a roça, normalmente sob o título de posseiro, em sua relação com a terra. Sua colonização independe da interferência direta do Estado e sua organização econômica e social é fruto da livre iniciativa, sendo por isso chamada de espontânea. Mas esse termo é bastante questionável. A ideia de espontaneidade pressupõe ausência de pressão e condicionamentos, o que, logicamente, não vem a ser o caso do camponês migrante". ARCANGELI, Alberto. *O mito da Terra: uma análise da colonização*. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987. p. 13. Por entender que as migrações espontâneas ocorrem a partir de pressões específicas sobre os migrantes e que não se constituem em iniciativas desordenadas, mas contam com um mínimo de planejamento, optei por utilizar o termo migração "espontânea" (entre aspas) como estratégia para convidar o leitor a essa reflexão. Essa inferência, porém, não busca engessar as escolhas e táticas que se operam nos percursos traçados. Embora os movimentos de partida e fixação não

décadas de 1930 e 1940, longos trajetos se fazem a pé, com crianças pequenas e bagagens em lombos de animais. Nas décadas de 1950 e 1960, a maioria do percurso é feita em caminhões paus de arara ou mistos¹⁷. A estrada de ferro São Luís-Teresina¹⁸ também é utilizada por muitos migrantes, especialmente até Coroatá, mas trechos que não dispõem de estradas ou ferrovias dentro do estado do Maranhão são percorridos em lombos de animais. Nas décadas de 1930 e 1950, durante a ocorrência das grandes secas de 1932 e 1958, há referências na imprensa local à chegada de retirantes nordestinos em navio no porto da capital, São Luís.

Apenas em um momento, durante a seca de 1930-1932, localizo uma iniciativa estatal de projeto de colonização voltado para retirantes nordestinos com a criação da Colônia Lima Campos no Médio Mearim. Nas décadas de 1950 e 1960, apesar de haver tentativas de apoio federal para efetivação de projetos de colonização envolvendo trabalhadores nordestinos, não há resposta positiva do governo federal para implantá-las. A maioria dos deslocamentos de nordestinos para a região central do Maranhão, ao longo das quatro décadas de estudo, constrói-se a partir de *teias migratórias* que propalam e atrelam camponeses e camponesas nordestinos. Notícias de chuvas, terras disponíveis e abundância de trabalho correm Nordeste adentro, trazendo sujeitos com práticas culturais e sociais muito distintas das de homens e mulheres nascidos no Maranhão que ali vivem ou que também se dirigem para essa região.

Uma frente maranhense e uma frente nordestina rumam concomitantemente ao Médio Mearim, região de muitas terras soltas e muitas águas. Os migrantes maranhenses que se dirigem para essa região vêm majoritariamente de áreas de ocupação mais antiga, o Itapecuru e o vale do Parnaíba, onde, provavelmente, o aumento do foro e a impossibilidade de viver

sejam propriamente ‘espontâneos’, cabem sempre aos sujeitos espaços de manobra para idas e vindas, para novos deslocamentos ou para a fixação numa espacialidade específica.

¹⁷ Mistos são caminhões com estrutura similar ao pau de arara que transportam pessoas e mercadorias. Uma das narradoras, natural de Viçosa no Ceará, que chega a Pedreiras em 1958, por exemplo, faz boa parte da viagem num misto, que transportava “meia carrada de gente e meia carrada de estreme de bode”.

¹⁸ Tem extensão de 454 quilômetros e liga as capitais do Maranhão (São Luís) e Piauí (Teresina). Durante o recorte temporal adotado na tese, conta com estações em Caxias-MA, Codó-MA, Coroatá-MA, Itapecuru-Mirim-MA e Rosário-MA, além de Teresina-PI e São Luís-MA. É utilizada por muitos migrantes nordestinos, especialmente no trecho Teresina-Coroatá. A estação de Coroatá torna-se porta de entrada do Médio Mearim para muitos migrantes, especialmente, para o município de Pedreiras. A estrada de ferro São Luís – Teresina foi construída por trechos. O primeiro, ligando Caxias no Maranhão até Flores, no rio Parnaíba, foi realizado em 1985. Na década de 20 os trilhos se estenderam até a capital maranhense. Somente em 1938, com a construção da ponte sobre o rio Parnaíba, que a estrada pôde ser prolongada até Teresina. Fontes: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias-historia/1944-datas-abertura-trilhos/EFSLT-Estrada-Ferro-Sao-Luis-Teresina.shtml> e <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ma-pi/sluiz.htm>. Ver também: OLIVEIRA, Gilson Carlos Rangel de. *Estrada de Ferro São Luís – Teresina: o discurso do moderno sobre os trilhos*. Recife 2002. (dissertação de mestrado em Sociologia) UFPE.

como posseiros¹⁹ estimula-os a buscar terras devolutas dentro do próprio estado. Nas décadas de 1930 a 1960 a região do Médio Mearim é a mais procurada, a partir da década de 1970, as regiões do Pindaré e do Alto Tury passam a ser o principal destino de migrantes maranhenses que se embrenham nas matas fazendo abertura de novos *centros*.

A região de estudo é pontilhada ao longo do recorte temporal adotado por *centros*. Maristela Andrade e Murilo Santos (2009, p.31) conceituam *centros* como “agrupamentos de moradias de pequenos produtores agrícolas que se desenvolvem em seus locais de trabalho no interior da floresta”. Distinguem dos povoados pela inexistência de uma ligação mais direta com a sociedade nacional, perceptível na ausência de representantes da Igreja, de chefes políticos, de delegados sindicais e de autoridades investidas de poder de polícia. O constante deslocamento é outra característica dos *centros*, que “podem mudar constantemente no interior da mata, em função da grilagem ou de outros problemas tais como conflitos de família, disputas entre líderes religiosos e outras questões” (2009, p.32). Os *centros* são concebidos por esses autores como espaços de autonomia e solidariedade:

No âmbito dos centros o convívio familiar ganha maior autonomia, baseando-se nos laços entre famílias e em regras de reciprocidade entre elas estabelecidas, enquanto nos povoados, a ligação mais direta com o comércio e com as várias instâncias do poder local, determinaria a quebra dessa autonomia interna. (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.33)

A mobilidade e a busca da construção de um espaço de autonomia e solidariedade, característicos dos *centros*, “expressam regras de deslocamento de populações intrínsecas às sociedades camponesas.” (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.37)

Nas áreas de ocupação mais antiga do estado do Maranhão – como a região do Itapecuru –, as tensões entre proprietários e pequenos lavradores intensificam-se desde o primeiro quarto do século XX, quando a demanda por terras para cultivo se avoluma. Cobrança de foro abusivo, invasões propositais de roças de pequenos lavradores pelo gado de grandes fazendeiros, exigência de monopólio na compra do coco babaçu extraído nos limites das propriedades e grilagem são práticas que, desde a década de 1920, forçam o deslocamento

¹⁹ Conforme Alfredo Wagner Berno de Almeida, utilizo o conceito de posseiro para ocupantes de terras devolutas: “pequenos produtores agrícolas que compõem unidades de trabalho familiar, detentores de benfeitorias, roçados e animais de tração. Não se encontram subordinados por unidades de trabalho assalariado. Constituem-se em camponeses livres que abriram áreas próprias de cultivo em terras devolutas e disponíveis, a margem das grandes explorações agropecuárias. Mantém relações com os circuitos de mercados de produtos agrícolas (arroz, farinha, feijão) independentemente de plantation, agroindústrias ou projetos pecuários incentivados”. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, p.290.

de maranhenses e da primeira geração de descendentes de migrantes nordestinos rumo à *fronteira agrícola*. Maristela Andrade e Murilo Santos atribuem parte das transformações no campo e o deslocamento da chamada *frente maranhense* à intensificação da migração nordestina:

Ao penetrar no Estado do Maranhão, por volta de 1920, a frente de migração nordestina causa profundas alterações nos preços do aforamento da terra, já que aumenta bruscamente a demanda por áreas de cultivo. Os pequenos agricultores maranhenses, não resistindo ao pagamento de elevados foros, passam a migrar para áreas denominadas de terras livres. Tal migração, na verdade, já existia mesmo antes da chegada dos nordestinos, sendo acelerada e engrossada por eles rumo ao oeste. (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.36)

No curso do recorte temporal adotado, *centros* passam a adquirir instituições mais complexas (escolas, capelas, sindicatos etc.) e tornam-se povoados, muitos deles crescem demográfica, econômica e politicamente e transformam-se em municípios. Nesses espaços sociais migrantes nordestinos e migrantes maranhenses autodesignam-se ou são designados pioneiros.

Dentre as muitas diferenças envolvendo migrantes e nativos sobressai a tensão racial entre pretos e brancos, pois a maioria dos migrantes nordestinos se reconhece e é reconhecida como branca, assim como, por seu turno, a maioria dos maranhenses é apontada por aqueles como pretos na cor e índios nos costumes. Não logro sinalizar com precisão de que modo essa característica – o ser branco – atua direta ou indiretamente sobre a ação ou inação política acerca do deslocamento e da fixação maciça de migrantes nordestinos no Médio Mearim. Entretanto, se não houve uma política de apoio à migração, também não houve discursos ou práticas abertamente contrários a ela.

Nas narrativas orais, principal documentação utilizada na pesquisa, muitos migrantes nordestinos salientam diferenças na cor da pele e nas práticas culturais em relação aos maranhenses. Atos violentos, uniões consensuais e religiosidades afro-brasileiras presenciados no Maranhão são narrados com estranhamento ou repúdio nas narrativas de migrantes nordestinos.

Desse modo, considero a noção de raça inexistente e arbitrária em termos racionais e biológicos, mas admito e problematizo sua presença e uso histórico, político e cotidiano nas relações estabelecidas entre pretos, índios, brancos e mestiços na região de estudo. A diferença de cor e de práticas culturais entre nordestinos brancos e maranhenses pretos, índios e mestiços é acionada recorrentemente nas narrativas orais de migrantes nordestinos e maranhenses. A noção de *branquidade*, proposta por Ruth Frankenberg (2004, p.308), é

ferramenta útil para a compreensão de representações e tensões dos sujeitos que ocupam o Médio Mearim entre 1930 e 1970: "Assim, um dos desafios do exame crítico da branquidade está em nos atermos à irrealidade das raças, ao mesmo tempo em que aderimos tenazmente ao reconhecimento de seus efeitos sumamente reais".

Ao longo das quatro décadas estudadas, a referência à migração de nordestinos, na documentação oficial, é escassa e pontual. A documentação oficial consultada (mensagens de interventores federais e governadores, periódicos oficiais e documentos avulsos dos gabinetes de governadores do Maranhão e presidentes da República²⁰) refere-se à migração de nordestinos em anos de seca (1932, 1951-1953, 1958) e ao final da década de 1950 e início da década de 1960, devido aos louros da rizicultura. Em outros momentos do recorte temporal não localizo referências ao trabalhador nordestino e a projetos de colonização visando sua participação. Provavelmente a afluência de verbas federais nos anos de seca insufla o retorno à discussão dessa mão de obra normalmente elogiada e desejada para os ditos “espaços vazios”²¹, férteis e inexplorados do Maranhão, onde figura o Médio Mearim.

Consulto ainda jornais locais das décadas de 1930 a 1950, nos anos coincidentes com a ocorrência de secas no sertão do Nordeste: 1932, 1940, 1951-53 e 1958. A incursão pela imprensa não visa a um levantamento exaustivo e rigoroso de todo o período abordado. Busco, principalmente, mapear representações construídas e veiculadas sobre o migrante nordestino, visando esboçar um possível conjunto de ideias-imagens acerca desses sujeitos que circulam entre moradores da capital e de outras áreas do estado do Maranhão. Não pretendo realizar um estudo detalhado e aprofundado dos articulistas e do público leitor, objeto que foge aos propósitos do tema estudado. Tampouco pretendo “captar o ocorrido” na imprensa, mas inferir representações construídas através de “imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (DE LUCA, 2006, p.112).

Na imprensa maranhense, durante as secas de 1932 e 1942, há poucas referências sobre a chegada e a fixação de migrantes. Em 1932, ano de instalação da Colônia de Retirantes de Lima Campos, circulam algumas notícias, a maioria delas favorável ao

²⁰ A consulta à documentação avulsa do Gabinete da Presidência da República foi feita no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Os demais documentos citados foram consultados no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Nas Séries Gabinete do Governador e do Presidente encontram-se correspondências diversas, oficiais ou civis. Para os objetivos dessa pesquisa não localizei nessas séries elementos que possibilitassem investigar os problemas propostos.

²¹ Referências à necessidade de ocupação dos ditos “espaços vazios” são comuns em várias partes do Brasil durante o recorte temporal trabalhado. Para mais informações, Cf. Gomes. op. cit.; SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007; e SECRETO, Maria Verônica. *A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.2, n.40, 2007.

“acolhimento” dos migrantes nordestinos, referidos como patrícios e representados como bons trabalhadores, aptos para solucionar a necessidade de mão de obra no campo. Em 1942, durante o Estado Novo, as discussões veiculadas nos jornais locais voltam-se mais para a abordagem da necessidade de inclusão do Maranhão no polígono das secas. A busca de verbas federais desloca-se nesta década, portanto, das políticas de colonização, apoio ao acolhimento e aproveitamento do retirante para a inserção no polígono das secas.

Nos anos de seca da década de 1950 as referências aos deslocamentos dos nordestinos e à necessidade de implantação de ações emergenciais ou de políticas de colonização direcionadas a esses sujeitos são imensamente superiores às décadas anteriores. O retorno à democracia no contexto nacional e o surgimento de uma imprensa combativa no cenário político local permitem a maior visibilidade das representações elaboradas sobre a migração e o trabalhador nordestinos.

Não localizei na documentação oficial e na imprensa posturas contrárias à passagem e à fixação do migrante nordestino nas terras férteis e “desabitadas” do Estado. Nessas fontes, a chegada de trabalhadores e trabalhadoras aparece muitas vezes como solução para a disponibilidade de terras e a necessidade de mão de obra. Novas pesquisas poderão inquirir se é o mero suprimento da mão de obra para terras livres agricultáveis ou o apoio a uma experiência “espontânea” de embranquecimento do caboclo que tornam compreensível o silenciamento ou a inexistência de discussão desse fenômeno. Este estudo, por sua vez, não oferece respostas incisivas a essa questão. A chegada dos migrantes, com exceção das reportagens veiculadas na Pacotilha em 1958 – que temem o aumento da criminalidade e repudiam esteticamente a presença de mendigos e pedintes em vários espaços públicos da cidade de São Luís, ante a chegada de muitas levas de retirantes de navio, trem ou caminhões – não é representada de modo negativo. Se não há um apoio irrestrito à fixação desses trabalhadores, tampouco há referências contrárias. O que se espera é que os governos federais e estaduais controlem e dirijam esses deslocamentos para locais onde os retirantes possam ser assistidos e aproveitados como mão de obra. O apelo à caridade da população civil também figura nessa documentação.

Nas notícias veiculadas na imprensa e nas falas oficiais percebo, muitas vezes, a apropriação da leitura euclidiana do sertanejo nordestino, representado como forte, bom trabalhador, corajoso e inventivo – apto a realizar a ocupação de “espaços vazios” e promissores do Brasil e do Maranhão. Entretanto, este estudo não prioriza pensar a migração nordestina de modo objetivo. Alguns elementos do percurso desses deslocamentos podem ser

esboçados, mas importa, principalmente, discutir a experiência migratória enquanto subjetividade e pluralidade.

Pensar a experiência migratória na sua dimensão subjetiva tornou-se viável a partir da realização de 40 *entre/vistas*²² com migrantes e descendentes, iniciadas em abril de 2010 na cidade de Pedreiras. Nessa ocasião, a abundância de descendentes e migrantes nordestinos dispostos a narrar sua experiência migratória e sua *história de vida*²³, tornou perceptível a viabilidade dessa dimensão do projeto. Retornei à cidade de Pedreiras em fevereiro de 2011, dessa vez acompanhada de uma orientanda de iniciação científica, Ana Raquel Alves de Araújo. Na primeira ocasião foram realizadas cinco *entre/vistas*, na segunda oito, nas quais utilizei unicamente o gravador.

Ao ingressar no doutorado, percebi a necessidade de aprimorar leituras sobre migração, seca e História Oral para retornar ao campo de pesquisa. Em 2010, as *entre/vistas* circunscrevem-se à zonal urbana de Pedreiras, já em 2011 realizei *entre/vistas* também na zona rural, quando percebi o caráter preponderantemente agrário da migração.

Na primeira etapa da pesquisa, a transcrição do material foi feita por Ana Raquel Araújo, Horácio Figueiredo (à época graduandos em História da UEMA) e Ariadne Costa (então mestranda em História Social da UFF), durante o ano de 2011. Todas as revisões de transcrição ao longo da pesquisa foram executadas por mim.

Retornei a campo em junho de 2013, acompanhada de outro assistente de pesquisa, Wendell Brito (graduado em História na UEMA), que passa a filmar as *entre/vistas*. Com exceção de duas mulheres, os narradores não demonstram constrangimento diante da câmera – instrumento que se torna constante no trabalho, como o gravador. Os *entre/vistados* residem atualmente nos municípios de Bacabal, Lago Verde e Vitorino Freire, nas zonas urbana e rural. Alguns dentre eles viveram em outros municípios do Médio Mearim durante o recorte temporal da pesquisa, como São Luiz Gonzaga e Lago dos Rodrigues. Nessa etapa, participaram da transcrição outros estudantes e profissionais da área de História: Mariana

²² O conjunto dos entrevistados foi composto por 18 cearenses, seis piauienses, 2 potiguares, 2 paraibanos, 5 maranhenses, 5 maranhenses descendentes de migrantes nordestinos, e um estrangeiro (Frei Heriberto Rembecki). O perfil etário também é propositalmente variado: dois nasceram na década de 10, sete na de 20, 13 na de 30, 14 na de 40, 7 na de 50, um na de 60 e um na de 70.

²³ Utilizamos *entre/vistas* de *história de vida* e temática, com um roteiro pré-elaborado e reestruturado ao longo do trabalho de campo. Priorizamos a abordagem das experiências de trabalho, da estrutura familiar e da experiência migratória dos narradores e narradoras, enfatizando elementos marcantes ou característicos de seus locais de origem (quando migrantes nordestinos) e de passagem e fixação no Médio Mearim. Essa opção metodológica possibilitou tanto a comparação de narrativas e experiências (Capítulo 3), quanto a interpretação de aspectos subjetivos e singulares em pequenas biografias de homens e mulheres (Capítulos 4 e 5).

Sulidade (graduanda UEMA), Elba Fernanda Mota (mestranda UERJ), Neila Matias (mestre UFF) e Giovanna Ribeiro (graduanda UFMA).

Retornei a Pedreiras em dezembro de 2013. Além de novas *entre/vistas*, busquei narradores pertencentes à família dos primeiros *entre/vistados* nesse município em 2010 e 2011. Nesse ínterim, alguns faleceram e nem sempre localizei familiares disponíveis para *entre/vista*. A ideia de *entre/vistar* parentes baseia-se na percepção de que pais e filhos, irmãos e irmãs, marido e mulher podem ter lembranças e interpretações distintas e complementares do processo estudado e de que, portanto, a pluralidade de gerações e de gêneros enriqueceria o trabalho.

Nesse momento, percebi a necessidade de separar narrativas de homens e de mulheres em capítulos distintos, visto que camponeses e camponesas são igualmente responsáveis pelo sustento de suas famílias, mas narram a experiência migratória e a *história de vida* de modo distinto.

Durante muitos anos, a História Oral manteve-se circunscrita ao universo masculino. Por serem considerados sujeitos e intérpretes privilegiados do espaço público, os homens eram considerados narradores mais indicados. Nas últimas décadas avultam pesquisas nas quais a memória feminina figura e ganha lugar de destaque. Joana Pedro (2003, p.240) aponta que o “recurso à memória feminina, não se explica por esta ser a guardiã privilegiada da memória da intimidade. Tanto a intimidade, quanto os acontecimentos da esfera pública fazem parte da sua memória”.

Nessa pesquisa, os relatos femininos remetem à vida privada e à esfera pública. Como donas de casa, mães, filhas, irmãs, professoras, quebradeiras de coco, autônomas, militantes narram caminhos e descaminhos traçados pelas experiências dos migrantes. Muitas interpretam os movimentos e as sociabilidades instituídas a partir do lar, mas não circunscrevem sua leitura a essa dimensão social e espacial da experiência: casamento, separação, nascimento dos filhos, trabalhos domésticos – muitas vezes imprescindíveis à reprodução de famílias camponesas –, gestão da economia familiar permitem-lhes construir ideias-imagens da lavoura, do extrativismo do babaçu, do comércio e do cotidiano dos mundos do trabalho e da casa.

Outras narradoras, diretamente envolvidas em parte ou na totalidade do sustento das famílias, atuam de modo incisivo na esfera pública como trabalhadoras – da roça, da caça, da coleta e quebra do babaçu, da educação escolar– e militantes, ocupando espaços muitas vezes atribuídos ao masculino. Na fala dessas mulheres, trabalho e lar também não se distinguem. Narrando o trabalho árduo ou a rotina e impasses dos movimentos de luta pela terra, remetem

sempre aos filhos, maridos e pais, ao casamento ou à separação, à lida cotidiana na casa e na rua.

Tecidos através das fímbrias das janelas, dos passos ligeiros nas feiras e mercados, das salas de aula da educação básica, das assembleias de trabalhadores rurais, seus relatos costumam o público e o privado, permitindo adentrar em dimensões por vezes esquecidas ou negligenciadas pelas narrativas masculinas.

Em agosto de 2014 realizei outras cinco *entre/vistas* em Bacabal. Nesse momento da pesquisa, não buscava quantidade de *entre/vistados*, pois coincidências narrativas sinalizavam o ponto de saturação alcançado. Conforme o conceito de ponto de saturação formulado por Bertaux (1980) e reiterado por Verena Alberti.

[...] há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa. Quando isso acontece, continuar o trabalho significa aumentar o investimento enquanto o retorno é reduzido, já que se produz cada vez menos informação. Esse é o momento em que o autor chama de ponto de saturação, a que o pesquisador chega quando tem a impressão de que não haverá nada de novo a aprender sobre o objeto de estudo, se prosseguir as entrevistas. Chegando-se a esse ponto é necessário ainda assim ultrapassá-lo, realizando ainda algumas entrevistas para certificar-se da validade daquela impressão. O conceito de saturação, entretanto, só pode ser aplicado, segundo Bertaux, caso o pesquisador tenha procurado efetivamente diversificar ao máximo seus informantes no que diz respeito ao tema estudado, evitando que se esboce uma espécie de saturação apenas em razão do conjunto de entrevistados ser de antemão muito pequeno. Convém, pois, contar com entrevistados de diferentes origens que desempenham diferentes papéis no universo estudado, a fim de que várias funções, procedências e áreas de atuação, sejam cobertas pela pesquisa. (ALBERTI, 2006, p.174-175)

A multiplicidade do universo dos *entre/vistados*, envolvendo homens e mulheres com ocupação e posição social diversas, possibilita alcançar um ponto de saturação satisfatório relativo aos migrantes não envolvidos diretamente com a militância em torno da questão fundiária. Priorizei, a partir de então, narradores que tivessem envolvimento direto ou indireto com a luta pela terra na região do Médio Mearim. Desse modo, foram *entre/vistados* um frei franciscano, atuante nos conflitos e no seu apaziguamento, um pastor da Assembleia de Deus, uma militante da Ação Rural Católica e uma moradora do povoado Aldeia, atacado duas vezes na década de 1980 – em 1985, por policiais a mando do Estado, e, em 1988, por pistoleiros a mando de grileiros. O quinto *entre/vistado*, João das Chagas Araújo, foi escolhido pelo significado de sua trajetória, pois, como muitos migrantes da década de 1930, 1940 e 1950, deixa o Médio Mearim na década de 1960 em busca de outro propalado eldorado: os garimpos do Norte do país.

A experiência de campo e a seleção dos *entre/vistados* foram realizadas com o auxílio de mediadores localizados nos municípios do Médio Mearim. Em Pedreiras, Samuel Barreto, poeta e radialista, atuou nessa função em dois momentos. Por seu intermédio encontrei lavradores, poetas, jornalista, empresário, professoras e militantes. Conversando com cidadãos comuns nas ruas, nas casas de conhecidos (mães ou pais de amigos), lojas, mercados, restaurantes, hotéis e feiras, localizei lavradores, tropeiros, donas de casa nas cidades de Pedreiras, Bacabal, Vitorino Freire, Lago Verde, Trizidela do Vale, nos povoados de Alto Alegre do Acelino, São José das Verdades e nos *centros* Sítio Novo, Centro do Julião.

Através de ex-alunos e hoje colegas de profissão que atuaram na região de estudo, Jorge Luiz Machado e Roberta Lobão, cheguei a um proprietário de terras em Vitorino Freire, aos freis franciscanos em Bacabal e a uma militante da ACR²⁴. Com a mediação de Marcos Ferreira²⁵, localizei o pastor Boaventura Souza (2014), que esteve à frente da Assembleia de Deus de Bacabal, de 1963 a 1996, e o tropeiro João Chagas de Araújo (2014), migrante piauiense que se estabeleceu num povoado com grande número de evangélicos, nas proximidades desta cidade. As mediações foram fundamentais em municípios como Bacabal e Pedreiras em que pelo contingente populacional, 110 mil e 40 mil habitantes, respectivamente, não é mais possível mover-se com precisão, pois muitos moradores já são desconhecidos uns dos outros. Nos povoados e cidades menores ainda é viável localizar bons narradores sem a presença de um mediador (a).

Na etapa final da pesquisa, localizei também a documentação escrita que possibilita visualizar a movimentação de migrantes maranhenses e nordestinos para o Médio Mearim. Através de freis franciscanos de Bacabal, cheguei aos livros de registros de casamento católico na Paróquia de São Luiz Gonzaga²⁶, a mais antiga da região, e à *Mala de Couro*, diário de uma desobriga, escrito no final da década de 1970 pelo frei franciscano Adolfo Tenner (2011),.

²⁴ Animação dos Cristãos no Meio Rural.

²⁵ Professor de História e assessor da Secretaria de Juventude em Bacabal. Atualmente desenvolve pesquisa sobre o movimento Gospel no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade-UFMA.

²⁶ A Paróquia de São Luiz Gonzaga abriga o acervo mais antigo dessa modalidade documental da região do Médio Mearim. Nela localizei Livros de Casamento datados deste a década de 1920, que registravam matrimônios de nubentes residentes em toda a área de estudo. Em 1940, é criada a Paróquia de São Benedito em Pedreiras, e, em 1943, a de Santa Teresinha em Bacabal. Utilizei no Capítulo 2 Livros de Casamento das décadas de 30, 40 e 50 da Paróquia de São Luiz Gonzaga, das décadas de 40 e 50 da Paróquia de Santa Teresinha, em Bacabal, e das décadas de 60 da Paróquia de São Francisco das Chagas, também localizada em Bacabal. A opção pelos Livros da Paróquia de São Luiz Gonzaga justifica-se pela antiguidade e abrangência da Paróquia, e a escolha pelas Paróquias de Bacabal, pelo conhecimento prévio da existência e organização desses arquivos. A localização e consulta tardia da documentação paroquial tornou inviável a busca e realização de coletas de dados quantitativos também na Paróquia de São Benedito em Pedreiras.

Os registros de casamento, onde foi possível localizar informações sobre os locais de nascimento e residência de homens e mulheres que realizaram o matrimônio nas paróquias de São Luiz Gonzaga e Bacabal, dois dos principais municípios do Médio Mearim no recorte temporal adotado, possibilitaram construir séries quantitativas que permitiram visualizar por amostragem a mudança do perfil da população em idade adulta, residente na região em estudo. A partir deles foi possível estimar os principais estados e cidades focos migratórios ao longo das décadas de 1930 a 1970.

Desse modo infere-se uma presença significativa de cearenses e piauienses nessa região. Nas décadas de 1930 e 1940, o Piauí tem o maior percentual e, desde a década de 1950, o Ceará passa a ser o maior fornecedor de migrantes. A movimentação dentro do estado do Maranhão também foi perceptível nessa amostragem, com um maior afluxo de homens e mulheres do Itapecuru, ao longo de todo o período, e do Baixo e Médio Parnaíba, a partir da década de 1940.

O imenso trabalho de revisão e tabulação dos dados constantes nesses Livros fez-se por dois motivos: por constituírem-se nos rastros escritos mais perceptíveis dos migrantes nordestinos e maranhenses, localizados nos quatro anos de pesquisa, e pela possibilidade do seu acompanhamento de modo mais contínuo ao longo das décadas abordadas.

Para obter uma tabulação mais precisa desses dados, contei com o amparo imprescindível de informações existentes nas Enciclopédias dos Municípios do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, publicadas no final da década de 1950 e início da década de 1960 pelo IBGE. Através desse material foi possível localizar povoados e municípios nem sempre bem definidos pelos escritvães.

O contato com o pesquisador Marcos Ferreira, membro da Assembleia de Deus de Bacabal, possibilitou o acesso a outro conjunto documental igualmente rico: cartas de mudança²⁷, documento expedido pelos pastores dessa Igreja, quando um evangélico planeja se mudar. Elas fazem uma espécie de apresentação dos fiéis pelo pastor do local anterior de residência ao novo pastor, do local de fixação. Através delas é possível visualizar também o deslocamento de homens, mulheres e famílias de evangélicos de outras regiões do Maranhão e de outros estados do Nordeste para o Médio Mearim. As cartas de mudança permitem desconstruir a prenoção de que os camponeses nordestinos são exclusivamente católicos. E, pela sua análise, visualizo outra multiplicidade. Em meio à fronteira agrícola sobre a qual

²⁷ A localização tardia desse conjunto documental inviabilizou sua análise quantitativa nesta tese, mas sua localização tornou imprescindível a referência a católicos e protestantes entre migrantes nordestinos. Pela exiguidade do tempo e pela maior importância numérica dos católicos, optei por priorizar a tabulação dos dados dos Livros de Casamento das Paróquias anteriormente citadas.

avançam famílias camponesas figuram também diversas fronteiras religiosas: católicos, protestantes, praticantes da umbanda, pretos e brancos, nordestinos e maranhenses confluem ao Médio Mearim.

A inexistência de uma política de memória no Médio Mearim é concomitante a uma política de produção da amnésia. Não existem arquivos municipais e muitos acervos são queimados com ordem ou conivência do poder público. A luta contra o apagamento da memória é feita por indivíduos que, isoladamente, conservam documentos escritos em suas casas ou em sedes de instituições como a Paróquia de São Luiz Gonzaga, a Assembleia de Deus e a Ação Cristã em Meios Rurais de Bacabal. Na cidade de Pedreiras há também um esforço de preservar os jornais das três últimas décadas²⁸. A documentação preservada pelo trabalho de arquivistas amadores tornou possível coligir dados acerca da frente nordestina e da frente maranhense não contemplados pelas narrativas orais.

Entre migrantes nordestinos e seus descendentes transborda a vontade de rememorar suas *histórias de vida* e experiências migratória. Dois elementos parecem nortear ou tornam inteligível sua predisposição em rememorar: a alegria de encontrar ouvintes para histórias que muitos não valorizam e a necessidade de negar memórias legitimadas e difundidas no senso comum.

A possibilidade de escuta, o desejo e o interesse de afirmação de outras memórias viabilizaram meu encontro com narradores abertos à fala. A narração é um produto do presente e a vontade/ predisposição de narrar é tecida, em grande parte, pela necessidade de reescrever a memória migrante. Alguns narradores incomodam-se com o peso da representação do retirante flagelado, outros afirmam sua identidade pioneira na construção do Médio Mearim, outros ainda primam por demarcar sua distinção em relação ao maranhense. Isso lhes sugere a narração.

A aplicação da metodologia da História Oral requer uma cuidadosa incursão pelo campo da *memória*. Conforme Bosi (1994), na definição de *memória coletiva* formulada por Maurice Halbwachs, a memória não corresponde a um lócus onde o passado pode ser resgatado em sua forma pura, mas a um lugar onde este é (re)feito, (re)construído, já que as experiências vividas pelos sujeitos e grupos sociais entre o tempo do lembrado (passado) e o tempo do vivido (presente) performam as lentes através das quais o passado é (re)lido. As lembranças são, portanto, construídas a partir de uma sobreposição de temporalidades:

²⁸ Infelizmente não houve esse esforço de conservação com os jornais que abrangem o recorte temporal da pesquisa.

presente e passado se entrelaçam na memória. “A lembrança é uma imagem introduzida em outras imagens, uma imagem genérica transportada ao passado” (HALBWACHS, 2006, p.93)

Halbwachs (2006, p.27) sublinha o caráter coletivo inerente ao processo de construção da *memória individual*: “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos [...]. É porque na realidade nunca estamos sós.”

Contudo, o processo coletivo de construção da *memória individual* não viabiliza a reconstrução literal da história e da memória de um grupo. Os grupos transformam-se com o tempo, relacionando-se com outros grupos, esfacelando-se e esfacelando consigo uma memória comum. Michel Pollak refuta a perspectiva durkheimiana, fundamental na conceituação de *memória coletiva* construída por Halbwachs, que concebe os fatos sociais como coisa e positiviza a coesão social como resultante afetiva e não coercitiva inerente aos grupos. A concepção de memória adquire, em Pollak, a perspectiva da violência simbólica: a *memória oficial* é pensada como opressora e silenciadora de múltiplas *memórias subterrâneas*. Na sua perspectiva,

[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicado à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à Memória Oficial, no caso a memória nacional. Num primeiro momento essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio, e de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. (POLLAK, 1989, p.2)

Não concebo o conjunto das narrativas em estudo como uma *memória coletiva* do migrante nordestino. Considerando que, cotidianamente, os homens e as mulheres que *entre/vistei* assumem múltiplas identidades, onde nem sempre o ser migrante nordestino é majoritário. É notório, porém, que tais narrativas são *memórias sociais*, construídas e reproduzidas socialmente. Em muitos momentos, *memórias subterrâneas* afloram colocando-se em disputas inerentes aos processos de silenciamento a que são submetidas pela *memória nacional e regional*.

Nesse sentido, considero as memórias dos migrantes *memórias subterrâneas* quando permitem a reconstrução de suas experiências através de narrativas que, por vezes, se distanciam dos discursos veiculados na literatura, na produção acadêmica, na imprensa e nas falas oficiais acerca do problema da seca, nas quais a ideia-imagem de retirantes flagelados é recorrente. Em outros momentos, percebo aproximações entre as narrativas dos migrantes nordestinos e os discursos proferidos por agentes externos a tal experiência. Apropriações dos romances de 30, especialmente, *O Quinze*, de Raquel de Queiroz, e da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, são perceptíveis em algumas narrativas. A imagem positiva do migrante nordestino como trabalhador almejado pelas autoridades públicas, ansiosas por resolver o problema da falta de braços na lavoura, é outro ponto de interseção entre a *memória migrante* e a *memória oficial*. Conforme Durval Albuquerque Júnior. (2007, p.230): “O oral não deve ser oposto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos.”.

Intento, portanto, não construir uma separação rígida entre memória do migrante nordestino e memória do maranhense (muitos deles também migrantes dentro do seu estado de origem) ou entre *memória oficial* e *memória subterrânea*, pois, ao mesmo tempo em que as narrativas sinalizam disputas em torno da memória, há interstícios entre elas.

É interessante ressaltar que tal pesquisa faz-se num momento propício à fala. O processo relativamente recente de redemocratização do Brasil, a expansão da educação, que leva as pesquisas a vários confins do país, e a constante presença de minorias no cenário político conclamam narrativas esquecidas ou silenciadas.

Na primeira metade do século XX, Walter Benjamin indica uma mudança fundamental, referente à narrativa e à transmissão de experiências:

[...] a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável, a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 2000, p.197-198)

Segundo Benjamin, a partir da experiência da Guerra Mundial, da qual os combatentes voltam mudos, a narrativa viria perdendo seu caráter utilitário de transmitir sabedoria como veículo do intercâmbio de experiências, na sutileza de quem, ao narrar, aconselha o ouvinte.

Percebo, nas narrativas de migrantes nordestinos e descendentes, semelhanças e distanciamentos em relação ao protótipo do narrador detectado por Benjamin como em vias de extinção. A vontade e a predisposição em recordar sugerem a ausência de escuta nas comunidades e não a extinção do narrador. A dificuldade do exercício da faculdade narrativa pelos mais velhos, como meio de compartilhamento de experiência e de sabedoria às novas gerações, provavelmente, favorece a disponibilidade para *entre/vistas*.

São raras as *entre/vistas* realizadas sem uma plateia de ouvintes. Filhos, netos, sobrinhos e vizinhos normalmente sentam na sala e compartilham a escuta. Decerto a curiosidade sobre o pesquisador também atrai a plateia, mas é notório também um interesse despertado pela fala do narrador. As *entre/vistas* possibilitam, portanto, um espaço de compartilhamento de experiências e sabedoria, pois a presença do *entre/vistador* confere autoridade à fala do *entre/vistado* diante de uma audiência ordinariamente indisposta à escuta.

O uso da História Oral requer nítida distinção entre rememoração e retorno ao vivido. Os fatos e as experiências rememorados são instituídos como narrativa a partir do tempo presente. Conforme ALBERTI (2006, p.169): “do mesmo modo que uma autobiografia, uma entrevista de História Oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista”. A autora aponta as diversas dimensões dos resíduos de ação no ato da entrevista: ela é resultante de uma ação interativa e intersubjetiva entre *entre/vistador* e *entre/vistado* que interfere mutuamente sobre suas narratividades; ela é um momento de interpretação do passado e não um retorno a ele; ela deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico e, portanto, deve-se atentar para a dita “ilusão biográfica²⁹”, ou seja, “a ideia de uma identidade coerente, de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos (é comum representar-se a vida como estrada, caminho, carreira, corrida etc.)” (ALBERTI, 2006, p.169)

Tomo a História Oral como via de acesso privilegiada à reconstrução subjetiva do passado, concebendo que a realização e a análise de *entre/vistas* requerem um cuidadoso preparo teórico que envolve discussão aprofundada da literatura disponível acerca da temática e o aprofundamento da construção contextual a partir do cruzamento com outras modalidades documentais.

Enquanto o tempo espaço da bonança é lembrado com vontade e fluidez, o tempo espaço da perda das terras é silenciado. Quando finda o tempo da *terra sem dono* e o Médio Mearim se converte em palco de luta, entre grileiros, latifundiários e posseiros, não encontro a

²⁹ Cf. BOURDIEU. Pierre A ilusão biográfica in FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p 167-182.

mesma disponibilidade narrativa. Em Lago Verde e São Luiz Gonzaga, o medo de represálias impossibilita depoimentos de lavradores que perdem a posse de terras e herdram ameaças ou a sensação de ameaças eternas de morte. Por isso, para pensar as transformações da região em estudo nas décadas de 60 e 70 utilizo escritos e narrativas de religiosos e militantes que podem rememorar fatos esquecidos e silenciados por muitos camponeses. O truculento apagamento de memória não se circunscreve aos arquivos de papel, homens e mulheres militantes e não militantes do Médio Mearim também são calados pela violência do Estado e das classes dominantes.

A violência exercida por agentes do Estado ou particulares sobre trabalhadores rurais do Médio Mearim, a partir da década de 70, não se restringe ao corpo e aos bens materiais, ela é também simbólica e funciona como um dispositivo de poder, uma prática disciplinar. Conforme o sociólogo José Vicente dos Santos (1995, p.288):

A violência é como um dispositivo de poder, na qual se exerce uma relação específica com o outro, mediante o uso da força e da coerção; isso significa estarmos diante de uma modalidade de prática disciplinar, um dispositivo, que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano.

Agressões físicas, assassinatos, ameaças de morte, invasão de povoados, incêndios de casa e pertences, roubos de bens e dinheiro são ações que disciplinam corpos e memória de inúmeros camponeses. O silêncio é simultaneamente uma estratégia de sobrevivência e uma introjeção dos dispositivos e práticas disciplinares.

O período da ditadura militar no Brasil e o processo violento de grilagem no campo colocam a Igreja Católica como agência de denúncias e instrumento de organização política do campesinato brasileiro. A Teologia da Libertação fornece a base teórica e ideológica para membros do clero atuar na organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na Animação Cristã em Meios Rurais (ACR).

As *narrativas militantes* também obliteram a classificação que utilizo. Nordestinos e maranhenses nelas figuram como um único personagem: o trabalhador rural expulso da terra pela violência estatal e de grileiros. A luta pela terra, portanto, dilui diferenças culturais entre sujeitos com experiências de trabalho e de vida distintos.

A primeira parte, intitulada **Configurando espaços sociais**, é composta de dois capítulos, e intenta pensar o deslocamento, a passagem e a fixação de migrantes nordestinos e maranhenses em um espaço representado em muitos documentos oficiais e reportagens da imprensa como vazio. Nela abordo o processo de conquista, ocupação e transformações do Alto Mearim da segunda metade do século XIX ao Médio Mearim dos anos 70.

No primeiro capítulo, “*Do Alto Mearim oitocentista ao sertão agrícola do início do século XX: de terra de conquista aos centros do campesinato ‘livre’*”, apresento brevemente o processo de configuração desse espaço, que se constrói e se reconstrói num incessante movimento de conquista efetuado por sujeitos diversos.

Através da produção de historiadores, cientistas sociais e geógrafos, analiso a conquista e ocupação da região central do Maranhão, atualmente denominada Médio Mearim, desde a segunda metade do século XIX até a década de 1920. Esse período é imediatamente anterior à chegada de um expressivo número de migrantes nordestinos e maranhenses oriundos das regiões de ocupação mais antiga do estado. Pontuo, ademais, a presença de diretorias e colônias indígenas, de Colônias de retirantes e Comissões de Socorros e de fazendeiros na região na segunda metade do século XIX. Na virada para o século XX, a abolição da escravidão altera alguns aspectos da sociedade ali instituída, com a presença de quilombolas e camponeses que se rearticulam ao mercado regional a partir dos *centros*: agrupamentos de agricultores a partir de abertura da mata.

No segundo capítulo, “*Migração de nordestinos e maranhenses para o Médio Mearim (1930-1970): ocupando “espaços vazios” de uma nação em processo de modernização*”, analiso o incremento demográfico e a transformação da região do Médio Mearim ao longo dessas décadas. A partir da amostragem construída através dos Livros de Casamento das Paróquias de São Luiz Gonzaga e de Bacabal e de dados constantes nos Censos do IBGE busco interpretar o grande afluxo de nordestinos e maranhenses de regiões de ocupação antiga, como o Itapecuru, o Alto Mearim e o vale do Parnaíba para a região em estudo. Analiso, também, representações e discussões sobre o espaço do Médio Mearim e o migrante nordestino através da imprensa local e de discursos oficiais. Ao longo dessas cinco décadas, o eldorado dos migrantes se constrói e se desconstrói, quando as *terras sem dono* passam a ser ocupadas pelo gado e por grileiros, especialmente após a Lei de Terras de 1969.

Nas décadas abordadas por este estudo, duas atividades sobressaem na região: o extrativismo do babaçu e a rizicultura. Penso essa economia em relação a sua ligação com a economia camponesa. Apresento ainda ao leitor duas investidas estatais: a Colônia Lima Campos em 1932 (no período em estudo parte do município de Pedreiras) e a Colônia

Nacional de Barra do Corda (1943), localizada numa área muito próxima à região de estudo, onde ocorrem muitos conflitos e tensões por conta da presença indígena.

A segunda parte da tese, intitulada **Experiências e narrativas migratórias**, interpreto memórias sociais e individuais através de narrativas de migrantes nordestinos e seus descendentes, que se estabelecem no Médio Mearim entre os anos 30 e 70.

No terceiro Capítulo, "*Rumo ao eldorado maranhense: teias migratórias e memória dividida*" indico, ao analisar narrativas orais de migrantes e descendentes, a migração como ato planejado e atrelado a *teias* e a *redes sociais* que se estendem de várias localidades do Nordeste até o espaço estudado. Interpreto ainda as diferentes posições dos narradores sobre o Médio Mearim, destacando elementos comuns e distintos a piauienses e a cearenses, migrantes numericamente mais significativos. No Capítulo problematizo, também, a necessidade da migração ao inquirir histórias sociais de agregados ou pequenos e médios proprietários do sertão nordestino.

No quarto Capítulo: *Pequenas biografias, muitas histórias: resistência, estratégia e acomodação em experiências de migrantes nordestinos*, através da descrição densa da experiência migratória e da representação da trajetória de homens, intento captar como o espaço ocupado é representado e vivido por sujeitos com histórias sociais distintas: lavradores, tropeiros, fazendeiros, *cassaco* e "saqueador". Perscrutando a experiência desses narradores, busco traçar algumas das estratégias e táticas instituídas nas práticas sociais de domínio e exploração das terras e potencialidades do Médio Mearim. A multiplicidade de deslocamentos no Norte e Nordeste do Brasil e dentro da região em estudo permite esboçar alguns elementos da sociabilidade camponesa.

No quinto Capítulo, "*Polifonia feminina: terra, trabalho, migração e cotidiano em narrativas de mulheres do Médio Mearim*", perscruto *histórias de vida e de trabalho* de mulheres migrantes ou maranhenses, lavradoras, quebradeiras de coco, professoras, comerciantes, donas de casa e militantes, nas quais é possível inferir outros aspectos da representação do espaço, da experiência migratória e da sociedade camponesa que se instituem na região. Inquirindo narrativas tecidas a partir da casa e da rua é possível adentrar em recantos que a memória masculina não alcança. Nesse Capítulo, utilizo também duas *entre/vistas* de maranhenses: uma migrante da região do Itapecuru e descendente da família dos "pioneiros" do Centro dos Gomes, que dá origem ao município de Lago Verde, outra

moradora de uma *terra de preto*³⁰ no município de São Luiz Gonzaga e militante do MIQCB³¹ e da ASSEMA³².

Todas as *entre/vistas* realizadas fazem parte da composição do texto, ainda que não sejam explicitamente referidas. Por isso opto por apresentar brevemente ao leitor cada narrador e os traços gerais de sua história de vida e experiência migratória no Apêndice 6.

No percurso por uma documentação variada e muitas vezes difusa, intento farejar rastros de uma experiência plural que transforma e é transformada pelo espaço estudado. Seguindo a proposta de leitura a contrapelo de Walter Benjamin, busco tecer um relato através de fios por vezes emaranhados, por vezes interceptados por lacunas. Mas, como aponta Ginzburg (2007, p.11), “podemos fazer emergir vozes incontroladas, escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu”.

Além da contribuição para a história regional, com a sinalização de um intenso movimento migratório dentro do estado do Maranhão ao longo das décadas abordadas, viso esboçar um dos caminhos dentre tantos deslocamentos traçados por sertanejos nordestinos na história recente do Brasil. No Médio Mearim, maranhenses e nordestinos, pretos e brancos, instituem uma sociabilidade camponesa marcada por tensões e cooperações. Com a presença ou ausência de ações diretas ou indiretas do Estado brasileiro e local, numa vasta área recorrentemente representada como “vazia”, sujeitos plurais configuram um espaço acionando estratégias de sobrevivência que, se não se transmuta num suposto eldorado, permite-lhes “escapar”.

³⁰ Utilizo esse conceito segundo a formulação de Alfredo Wagner Berno de Almeida; “tal denominação compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos com ou sem formulação jurídica por famílias de ex-escravos. Abarca, também, concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros .Os descendentes dessas famílias permanecem nessas terras há várias gerações, sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas apoderarem individualmente. Além de detectáveis na Baixada Ocidental (12), nos vales dos rios Mearim (13), Itapecuru e Parnaíba (14), no estado do Maranhão, e na zona limítrofe deste com o Piauí, são também observáveis no amapá, na Bahia (15), no Pará, bem como em regiões de antiga exploração mineral de São Paulo e Minas Gerais, onde as agriculturas comerciais não chegaram a se desenvolver de maneira plena”. Cf: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, 'babaçuais livres', 'castanhais do povo', faxinais e fundos de pastos*: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2006, p.113.

³¹ Conforme Viviane Barbosa, “na segunda metade do século XX, mulheres que praticavam o extrativismo do babaçu e a agricultura no Maranhão, estiveram diretamente envolvidas em conflitos pela posse de terras e, principalmente, pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu. [...] A participação de mulheres contra a investida de grileiros e/ou fazendeiros contribuiu para que obtivessem maior atuação político-organizativa em seus povoados e para que algumas delas se organizassem extralocalmente. A organização se deu em fins da década de 1980 e início dos anos 90, período de intensos conflitos rurais no estado e momento da consolidação da identidade coletiva de *quebradeiras de coco*. Inicialmente, a organização recebeu o nome de Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB) e, em 1995, foi denominada MQCB. Tal movimento foi institucionalmente reconhecido em 2002, constituindo-se em uma organização de quebradeiras de coco de caráter não governamental”. Cf: BARBOSA, Viviane Oliveira. *Mulheres do babaçu: gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão*, 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, .p-14-15, grifos dela.

³² Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão.

Parte I:
Configurando espaços sociais

Capítulo 1

Do Alto Mearim oitocentista ao sertão agrícola do início do século XX: de terra de conquista aos *centros* do ‘campesinato livre’

O espaço não é um cenário fixo onde se desenrolam histórias, mas um construto histórico e cultural, mutável, fugidio, penetrado e reinventado por múltiplas temporalidades. Concebo o Médio Mearim, as cidades e povoados que se constituem como lugar de morada de migrantes, como produto e produtores de suas práticas culturais, e não como palco fixo e amorfo onde se desenrolam experiências. Os espaços se constituem, portanto, em lócus privilegiados para análise do historiador. Seus movimentos, arranjos e posturas provisórios precisam ser inquiridos na sua historicidade.

Intento estudar as relações dos homens e mulheres não num cenário estático, mas fluido, instável, histórico, como resultante momentâneo de posições e relações entre os agentes. Conforme Albuquerque Jr. (2008, p. 71-72):

Cada atividade humana carrega em si uma dimensão espacial que a ela pertence e por ela é definida. As fronteiras, as identidades espaciais, os territórios, os lugares passam a ser pensados como tendo sido definidos a partir de contendas, de conflitos, sendo frutos de relações que se estabeleceram entre diferentes agentes e agências em um dado momento histórico, sendo, portanto, passíveis de dissolução, desconstrução, sempre que as relações sociais que os engendraram sejam modificadas, que os saberes que os puseram de pé sejam desmontados e que as relações de poder que os sustentaram sofram deslocamentos.

Configurar a região do Médio Mearim³³ é concebê-la como constructo histórico, espaço praticado, personagem envolvido e envolvente na trama, nas experiências ordinárias que, nele e a partir dele, se instituem. Pensar o Médio Mearim das décadas de 1930-1970 pressupõe pensar o Alto Mearim do século XIX, o Baixo Sertão ou Sertão Agrícola do início do século XX, buscando os percalços de sua configuração.

³³ Opto por trabalhar com a classificação atual dessa região, utilizada pelo IBGE a partir do Censo de 1970, pois ela coincide com grande parte do espaço ocupado e transformado entre 1930 e 1970 pelas frentes nordestina e maranhense. No Censo de 1940 é parte da Zona do Vale do Mearim e, em 1960, é parte do Baixo Mearim. Devido à inexistência de um único termo que dê conta desse espaço ao longo das quatro décadas trabalhadas, optei por utilizar a designação Médio Mearim.

O atual Médio Mearim³⁴ engloba 21 municípios³⁵, dentre os quais sobressaem no presente estudo: Bacabal, Bom Lugar, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lima Campos, Olho d'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Santo Antônio dos Lopes, Poção de Pedras, Vitorino Freire³⁶, São Luís Gonzaga do Maranhão, Trizidela do Vale. Configura-se, nas décadas de 1930, 1940 e 1950 e 1960, como região dotada de águas, chuvas e rios, de terras disponíveis para o plantio e o trabalho na lavoura, no comércio, nas tropas de burro e nas usinas de beneficiamento de arroz e algodão. Bacabal³⁷, São Luís Gonzaga /Ipixuna³⁸, Pedreiras³⁹ e Vitorino Freire, municípios instituídos até 1960, despontam como os principais focos de migração de nordestinos para o Maranhão entre 1930 e 1960 e de grande produção agrícola e extrativismo de babaçu.

³⁴ A microrregião do Médio Mearim localiza-se no Centro do Estado do Maranhão, numa área de 10.705.261 quilômetros quadrados.

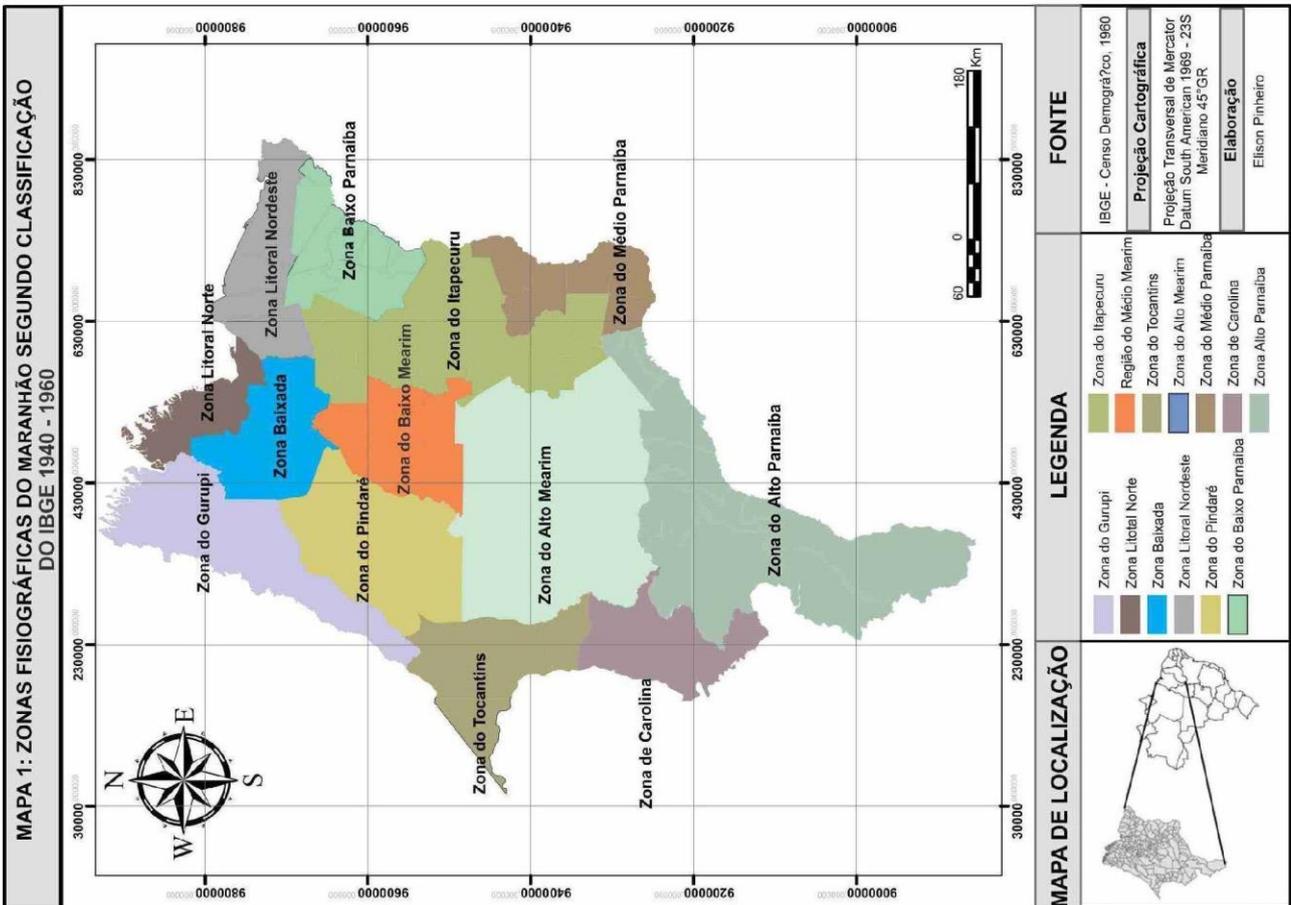
³⁵ Muitos dos atuais municípios são desmembrados, ao longo das últimas décadas, dos municípios de Bacabal e Pedreiras. Pedreiras e Bacabal são desmembrados de São Luís Gonzaga.

³⁶ Atualmente o município de Vitorino Freire é classificado pelo IBGE na microrregião do Pindaré. Durante o recorte temporal aqui proposto, porém, faz parte da Zona do Vale do Mearim (Censo de 1940) e do Baixo Mearim (Censo de 1960). Sua inclusão no recorte espacial da pesquisa deve-se tanto à ocorrência de significativa migração de nordestinos, quanto à alta produtividade de arroz ali verificada. Paulo Ramos, Lago da Pedra e Lagoa Grande do Maranhão, municípios igualmente classificados pelo IBGE na atual microrregião do Pindaré, são imediatamente contíguos ao Médio Mearim e também receberam um número significativo de migrantes nordestinos e maranhenses nesse período. O leitor deve, portanto, considerá-los parte da região abordada por este estudo.

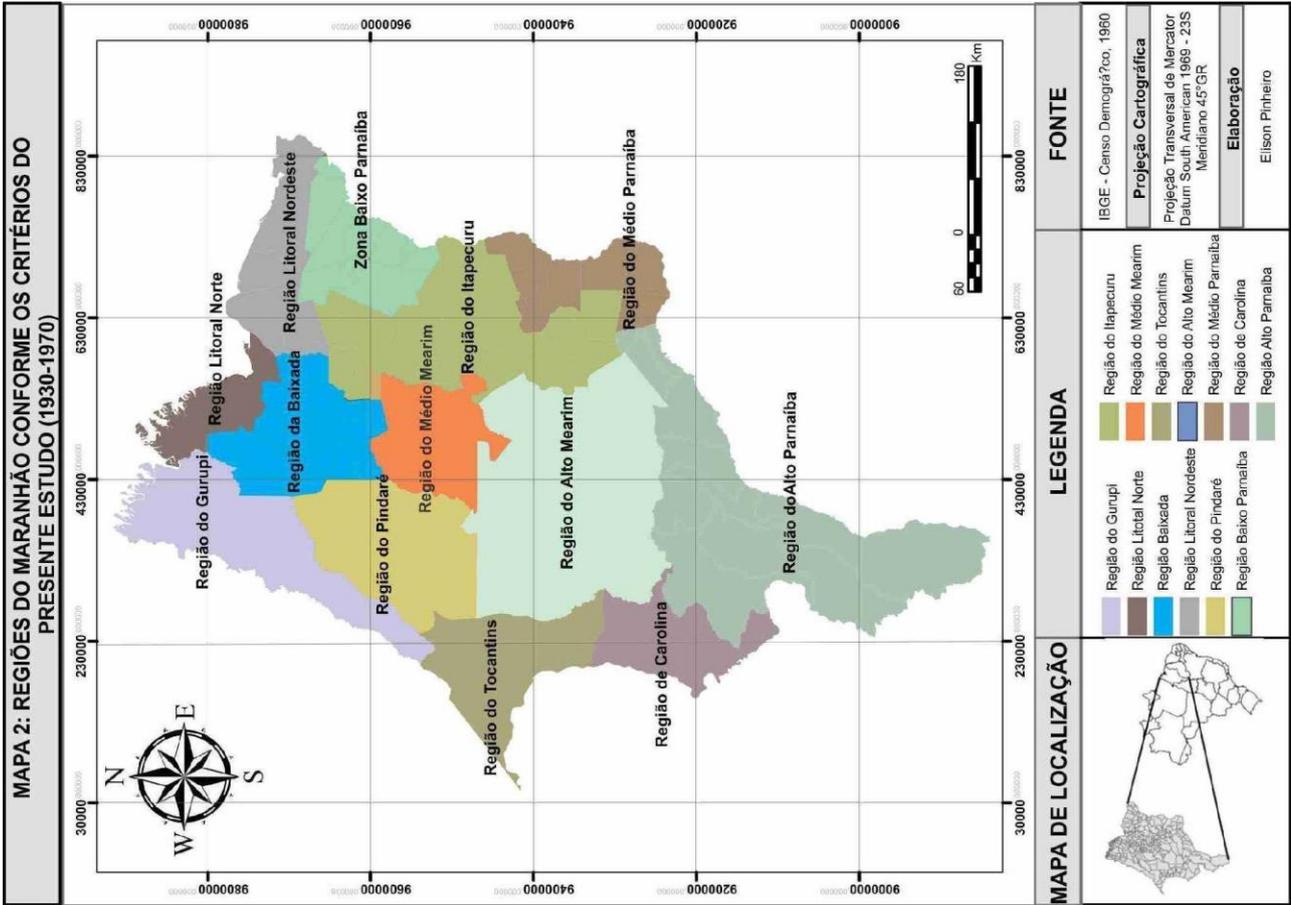
³⁷ Bacabal é elevada à categoria de vila pela Lei nº 932, sancionada pelo Governador Urbano Santos em 17 de abril de 1920. Pelo Decreto Lei nº159, de 6 de dezembro de 1938, foi elevada à condição de cidade. É desmembrada para a criação de novos municípios: Lago da Pedra em 1952, Vitorino Freire em 1953, Lago Verde, Olho d'Água das Cunhãs e São Mateus do Maranhão, em 1981, e Bom Lugar, em 1996. Localiza-se a 240 km da capital do estado do Maranhão, São Luís, possui área total de 1.983 km². Sua população foi estimada em 2014, pelo IBGE, em 102.265 habitantes.

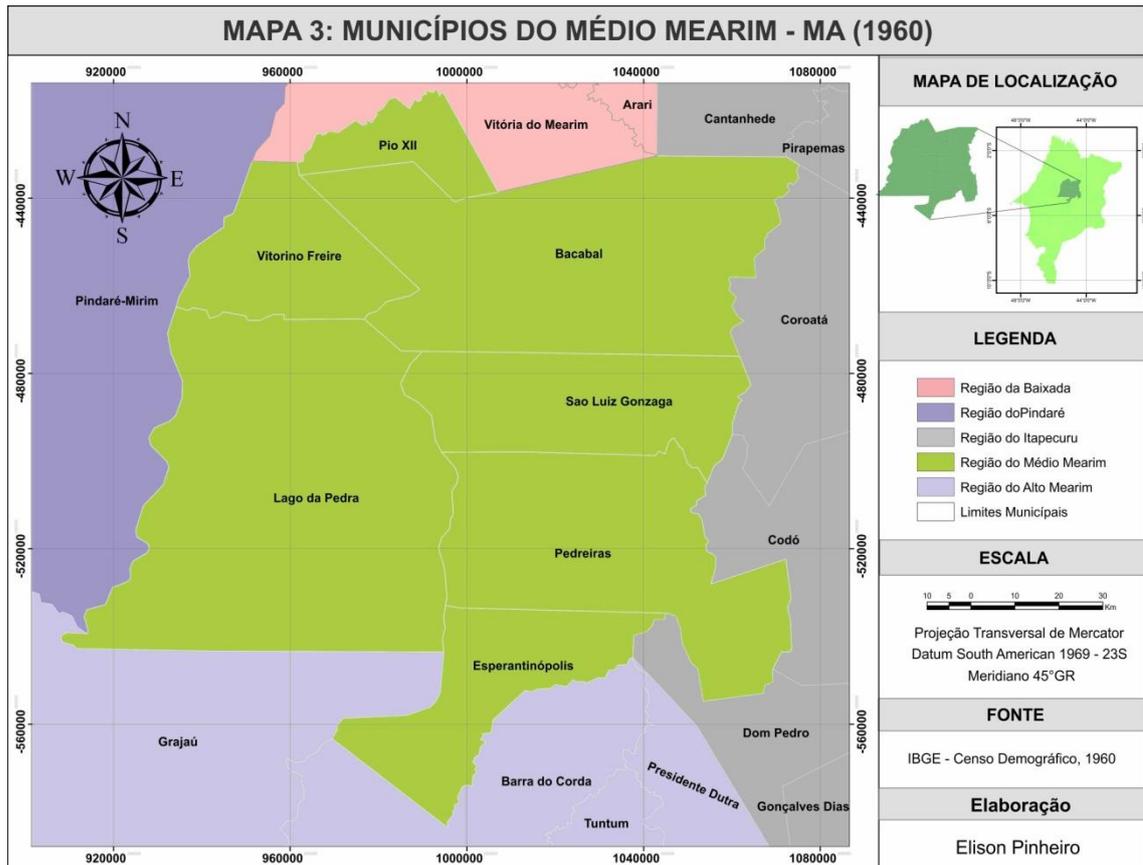
³⁸ É a mais antiga das povoações do Mearim. Foi instituída como freguesia no Alto Mearim, pela Lei nº 196, da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, de 29 de agosto de 1844, e elevada à condição de vila conforme a Lei nº 349, da Assembleia Legislativa Provincial de 12 de junho de 1854. Está a 209 km da capital. Sua população foi estimada no Censo de 2010, pelo IBGE, em 25.533 habitantes. Dela são desmembrados além de Pedreiras e Bacabal, Lago do Junco em 1961 pela Lei 2. 151. Ao longo do recorte temporal da pesquisa tem sua designação variada, oscilando como Ipixuna e São Luiz Gonzaga. De 1930 a 1948 oficialmente é denominada São Luís Gonzaga, de 1948 a 1971; Ipixuna, retornando ao nome São Luís Gonzaga em 1971. Na documentação trabalhada nesta pesquisa, independentemente da designação oficial, há uma constante variação no uso de ambos os termos.

³⁹ Pedreiras é desmembrada de São Luiz Gonzaga do Maranhão na categoria de vila pela Lei nº 1.453, de 27 de fevereiro de 1889, da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão. Em 1893 é instalado o município e, em 27 de abril de 1920, conforme a Lei nº 947, da Presidência do Palácio do Maranhão, é elevada à condição de cidade. Está a 245 km de São Luís e possui área de 534.514 km². Sua população foi estimada no Censo de 2010 pelo IBGE em 39.481 habitantes. Em 30 de dezembro de 1961, pelas Leis nº 2.079, 2.080, 2.081 e 2.084 da Assembleia Legislativa Estadual, passam à categoria de municípios os povoados Santo Antonio dos Lopes, Lima Campos, Poção de Pedras e Igarapé Grande, desmembrados de Pedreiras.



Mapa 1: Mapa de regiões do Maranhão





Mapa 2: Municípios do Médio Mearim

No século XIX, no espaço designado Alto Mearim⁴⁰, políticas do Império Brasileiro e da Província do Maranhão estabelecem colônias, diretorias indígenas e Comissões de Socorros aos migrantes da seca que assola o sertão do então norte do país. Índios, religiosos, leigos, fazendeiros aventureiros, escravos, quilombolas e retirantes da *maldita dos três setes*⁴¹ são personagens que configuram e são configurados nesse espaço.

Em meio a lutas e conflitos pela conquista do território da então província do Maranhão, o Estado avança sobre o território indígena, deslocando fronteiras e instituindo outras práticas sociais do espaço, mediante a instalação de Diretorias Parciais e Colônias voltadas para a disciplina e incorporação do indígena como possível mão de obra num projeto de civilização envolvendo leigos e religiosos.

Conforme Faria (2012, p.209-210):

⁴⁰ Corresponde, conforme as classificações do IBGE de 1938-1960, às regiões do Alto Mearim e Baixo Mearim, de 1970 a 1980 às regiões do Alto Mearim, Mearim e Baixo Mearim, e, de acordo com a classificação atual, corresponde às microrregiões do Alto Mearim e Grajaú, Médio Mearim e parte da microrregião do Pindaré. O Médio Mearim abrangido por este estudo é, no século XIX, parte do Alto Mearim. Não foi possível localizar mapas com a conformação espacial precisa do Médio Mearim no século XIX.

⁴¹ Designação comumente atribuída à seca de 1877-1879 que atinge o território do atual sertão nordestino e provoca a migração de inúmeros retirantes.

A Lei da Assembleia Legislativa Provincial nº 85, de 02 de julho de 1839,[...] determinava que as missões deviam ser ‘assentadas em terras próprias para lavrar, ou contíguas a estas, mas nas proximidades de rios e campos de criar.’ Somente poderiam lavrar nelas, os índios que estivessem ali instalados. Cada uma deveria ter um missionário e um diretor. Ao missionário, além da orientação espiritual, cabia inspirar o ‘amor ao trabalho e à vida social’. O diretor, entre outras funções, deveria ‘promover os meios de subsistência entre os indígenas, ensinando-lhes a lavrar a terra à maneira do país e a criar animais domésticos para o consumo das missões’. Os legisladores, prevendo que os índios não se submeteriam de bom grado a essa interferência em seu modo de vida, permitiram o uso de meios coercitivos nesta educação para o trabalho e para a vida sedentária. Os diretores deveriam começar a coerção com meios brandos, podendo chegar à prisão ou expulsão dos índios. Se sentissem que corriam risco de vida, poderiam usar a força. E não foram poucas as reclamações de maus tratos feitas contra diretores".

A conquista avança sobre o Alto Mearim e seus habitantes nativos. Missionários e diretores são seus primeiros adversários na disputa pela ocupação e exploração da terra. O “amor ao trabalho e à vida social” é a forma violenta com que o discurso civilizador tenta englobá-los. Os diretores devem lhes ensinar “a lavrar a terra à maneira do país”. O projeto de nação em curso pressupõe trabalhadores num molde específico, ao qual as práticas culturais e sociais indígenas não se adequam. Suas reações a essa nova configuração do espaço fazem-se também mediante reclamos de maus tratos.

Coelho aponta que a discussão sobre política indigenista torna-se mais complexa a partir da Lei de Terras de 1850, quando a terra deixa de ter mero valor de *status* para o proprietário e passa a ter fins especulativos.

A Lei de Terras surge justamente da necessidade de disciplinar a questão fundiária delimitando as terras devolutas aptas para a venda e para a instalação de projetos desenvolvimentistas. O texto da lei reafirma a distribuição latifundiária da terra e deserudou de vez os índios de qualquer herança imemorial, assim como lhes negou a condição de posseiros ou até de sesmeiros, através de artifícios sutis que não permitiram a confirmação das posses ou sesmarias indígenas (COELHO, 1990, p.118).

Conforme Faria (2012, p.211), são criadas 25 diretorias parciais de índios no Maranhão até o final do Império, sendo três delas localizadas às margens do rio Mearim. Coelho (1990, p.120) aponta que é instituída uma Colônia Indígena às margens do Mearim: a Leopoldina, no espaço onde posteriormente surgiria a cidade de Bacabal. A área eleita para o início dos trabalhos situa-se entre os rios Mearim e Grajaú, onde se localizam vários grupos indígenas. “Era necessário estabelecer de antemão, locais adequados para reunir essas povoações e colocá-las sob o controle de diretores, para que não significassem um empecilho aos projetos desenvolvimentistas que começavam a se implantar” (COELHO, 1990, p.118-119).

Três anos depois da promulgação da Lei de Terras, pode-se avaliar o avanço da conquista sobre os povos nativos no Alto Mearim, a partir do relatório apresentado pelo Presidente de Província do Maranhão Eduardo Olímpio Machado (1853):

O Alto Mearim era, há quinze anos, desconhecido, ou antes, era propriedade de ferozes tribos de índios selvagens, os quais, cedendo passo à civilização, emigraram para as margens do Grajaú e para os sertões da Chapada e Pastos Bons. De então pra cá, tem sua lavoura tomado rápido e extraordinário incremento. A fertilidade do território do Alto Mearim, todo coberto de matas virgens, tem atraído boa parte dos fazendeiros do Itapecuru e de outros distritos. A propriedade de suas terras para a cultura da cana, do arroz e outros gêneros, só encontra rival nas melhores dos centros de Codó e Coroatá. Existem, atualmente, no Alto Mearim, para mais de seiscentas fazendas. (grifos meus)

Expulso o “mal selvagem” para os sertões da província, a civilização avança implacável sobre o Alto Mearim, que passa a ser alvo de fazendeiros e lavradores como antes fora o vale do Itapecuru⁴². Nessa região chegam, duas décadas depois, tangidos pela seca de 1877-1879, muitos migrantes de outras províncias do então norte do Brasil⁴³.

A historiografia aponta que, em muitos momentos, se desenvolveram migrações oriundas das províncias do então norte do Brasil em busca de atividades econômicas mais atrativas. No século XVII, muitos nortistas da Zona da Mata seguiram os *caminhos do gado* rumo ao sertão; no XVIII, outros foram contaminados pela *febre do ouro* na região das Minas e, no Oitocentos, pelos *louros do café* no Sudeste. A historiografia, durante muitos anos, tendeu a destacar movimentos migratórios que teriam como razão de expulsão a seca, e de atração, a abundância de chuvas, rios e terras devolutas e, posteriormente, o *boom* da borracha na Amazônia⁴⁴.

⁴² O Itapecuru é, como o Mearim, um rio que cobre grande extensão do Estado do Maranhão. O vale do Itapecuru é o primeiro espaço onde se desenvolve a agroexportação de algodão e arroz a partir de meados do século XVIII e da cana, em meados do XIX.

⁴³ Conforme ALBUQUERQUE JR., a invenção do Nordeste como região distinta do norte do Brasil dá-se no final da segunda década do século XX, sendo em grande parte um produto do discurso da seca: "O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCs), criada em 1919. Nesse discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte ligada às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas: produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e de textos, produzidas sobre esse fenômeno desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o grande problema desta área. Estes discursos, bem como todas as práticas que esse fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como recorte espacial específico no país". ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008, p.68. Neste trabalho quando se utiliza a expressão *então Norte do Brasil*, refere-se ao recorte espacial posteriormente reconhecido como Nordeste.

⁴⁴ Muitos autores associam o *boom* da borracha e a seca de 1877-1879 como explicação para os deslocamentos migratórios da região atualmente correspondente ao sertão semiárido do Nordeste em direção à Amazônia. Uma tradição historiográfica sustentou por cerca de três décadas tal equação como inquestionável. Cf. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964; VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrícola: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972; PRADO, Maria Lígia Coelho e CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A borracha na*

Conforme Verônica Secreto (2007, p.45), “a imigração nordestina é um fenômeno social recorrente na história do Brasil a partir da segunda metade do século XIX.” Tais migrações tornam-se pauta de debates entre autoridades imperiais e proprietários regionais. O contingente cada vez mais significativo de retirantes passa a exigir a elaboração de medidas emergenciais e de políticas de incentivo à migração. “Provavelmente, foi o medo da multidão que levou a classe dominante cearense a abrir as comportas para a migração (2007, p.41).” Os principais personagens desses deslocamentos nesse período, em termos quantitativos, são os cearenses.

No século XIX, as migrações de nordestinos⁴⁵, subvencionadas e incentivadas por passagens distribuídas pelo Estado, têm dois principais destinos: as plantações de café do Sudeste e o seringalismo na Amazônia. Outros deslocamentos se dirigem “espontaneamente” para áreas úmidas. Almeida (1995, p.93) refere-se ao movimento das chamadas *bandeiras verdes*: “[...] dirigido sempre para uma terra onde as folhas nunca secam. Mais ou menos o sul do Pará e o oeste do Maranhão, onde as folhas nunca secam, onde as águas sempre correm”. Rumo ao eldorado. Dentre os eldorados dos nordestinos⁴⁶, figura o Alto Mearim, na província do Maranhão.

A temática da migração de nordestinos para a região central do Maranhão ganha visibilidade acadêmica na abordagem de antropólogos, geógrafos e economistas. Na historiografia maranhense há poucas pesquisas⁴⁷ sobre tal migração, mas é possível esboçar alguns elementos desse processo na produção existente.

economia brasileira da primeira república. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano*, 1º volume. Estrutura de poder e economia (1989-1930). São Paulo: Difel, 1975.p. 287-307; IANNI, Otávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978; e WENSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Huctec/EdUSP, 1993.

⁴⁵ Utilizo o termo nordestino para facilitar a compreensão do leitor, embora a designação nortista seja mais apropriada para referir-se ao Oitocentos e às primeiras décadas do século XX.

⁴⁶ Outros espaços nas províncias do então Norte do Brasil funcionaram como lugar de pouso e passagem. Sobre o Piauí no século XIX, Cf. ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991; e DOMINGOS NETO, Manoel e BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

⁴⁷ Nas duas monografias de conclusão de curso de graduação, Gonçalves (2009) e Sá (1997) analisam migrações e políticas assistencialistas durante a seca de 1877-1879⁴⁷. Apesar da distância de mais de dez anos na elaboração dos dois trabalhos, não se observam mudanças significativas na construção do problema e no procedimento da análise. Conforme Sá, sua proposta é: “um estudo das migrações cearenses para o Maranhão no período de 1877-1879, analisando a estrutura econômica desta província e as medidas tomadas por seus governantes visando à assistência aos mesmos” A autora se preocupa, portanto, com as ações do governo provincial. A forma como os migrantes vivenciam tais medidas ou migrações “espontâneas” não compõem seu objeto de estudo. O trabalho, contudo, tem como mérito o levantamento documental, ainda que se restrinja à descrição das políticas adotadas. GONÇALVES, Max Samuel Ramalho. *A grande seca de 1877-1879: uma análise sobre a imigração cearense no Maranhão*. São Luís: UFMA, 2009. (Monografia de Graduação em História Bacharelado); SÁ, Iracema de Jesus Franco. *A imigração cearense no Maranhão (1877-1879)* São Luís: UFMA, 1997. (Monografia de Graduação em História Licenciatura).

O impacto inicial do problema da seca no sertão do Ceará recai sobre a capital Fortaleza e outras cidades litorâneas cearenses que precisam abrigar e alimentar uma multidão de famintos e doentes. Com o apoio de políticas imperiais, inicia-se seu deslocamento para províncias vizinhas. São Luís, capital do Maranhão, começa a receber desde junho de 1877 um avultado número de migrantes. De acordo com os dados do porto, ingressam cerca de 10.849 retirantes numa cidade com população estimada em 34.966 (VIVEIROS, 1964).

Neves (2000, p.53) aponta a seca de 1877-1879 como momento de modificação dos “caminhos da retirada” de nordestinos. O deslocamento não se dá, apenas, de áreas secas para áreas mais úmidas ou para currais de fazendas abandonadas, mas passa a ser fundamentalmente do campo para a cidade; “a cidade, centro de poder e das decisões administrativas, incorpora mais um sentido real e imaginário– o de centro de assistência para os pobres refugiados.”

Em contrapartida, é interessante para os proprietários de terra e para o governo provincial a arregimentação de braços para a agricultura. A partir da seca de 1877-1879, o governo provincial do Maranhão executa ações em prol dos retirantes recém-chegados. Analisando o fenômeno no âmbito da província do Ceará, Neves percebe uma clivagem nas ações empreendidas em momentos de estiagens:

[...] a presença do governo – mesmo que discutível – na gestão da pobreza, em período de secas, é um fenômeno que se vai articulando ao longo do século XIX, substituindo, aos poucos, a ‘caridade pública’, que se mostra cada vez mais insuficiente para dar conta das carências de uma população retirante que aumenta sem parar. A fome transforma-se, em cada período de seca em uma questão de calamidade pública, a ser enfrentada e/ou resolvida, no espaço público da cidade pelo poder público. As relações diretas e interpessoais que mantinham a ‘reciprocidade desigual’ nos limites do espaço privado das propriedades entravam em crise. (NEVES, 2000, p.46)

A migração dos retirantes do Ceará, província mais atingida pela seca de 1877-1879, passa a ser preocupação que ultrapassa os limites provinciais. Segundo Secreto (2007, p.40), o deslocamento de “pobres livres flagelados”, entre 1877-1879, demarca uma mudança, ainda que excepcional, devido à calamidade provocada pela seca, no procedimento dos grandes proprietários cearenses em relação às estratégias de controle da mão de obra livre. “A classe proprietária tomou a decisão de abrir – temporariamente – uma exceção ao controle desse reservatório de mão de obra e a tornou disponível para outras oligarquias regionais. Inaugurava-se, pelo menos oficialmente, a relação seca-emigração.”

Convém problematizar o conceito de seca. Ele não se limita ao fenômeno climático ou físico; é, antes, um constructo histórico, com todas as suas implicações. Conforme Domingos

Neto e Geraldo Borges (1987, p.15), tende-se a naturalizar “a irregularidade climatológica como um dado preestabelecido” e não se problematiza “como a organização econômica, social e política se conforma com a mesma”. Outras dimensões precisam ser examinadas com vagar: “quem ganha e quem perde com a seca” (1987, p.17) e como o Estado se comporta ante ela. As ações do Estado devem ser inquiridas para além da esfera técnica. Que interesses de classe ou categorias sociais representam ou incorporam?

A problematização da seca pressupõe questionar quem são suas vítimas. Durante muitos anos, a maioria dos textos acadêmicos não distinguia o fato “de que o fenômeno atinge de forma diferenciada os diversos segmentos da população da área flagelada” (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p.16).

Segundo Neves (2000, p.44), a seca é um constructo histórico que “não atua sobre uma matéria bruta, mas sobre um conjunto de condições sócio-históricas definidas, nas quais se insere fundamentalmente a organização socioeconômica camponesa do tipo tradicional”. A subsistência do agregado que, usualmente, no sertão nordestino, está ligada ao sistema de parceria, torna-se quase impossível em períodos de seca, salvo se goza de proteção privilegiada do proprietário de terras. Os latifundiários, normalmente, não precisam abandonar casa e plantação, por disporem de reservas em armazéns que permitem sua sobrevivência e a de seus agregados mais próximos em momentos de calamidade. Na lógica da organização socioeconômica camponesa do tipo tradicional, é o agregado que se torna retirante para escapar da fome.

As melhores terras, no entanto, se destinavam às atividades principais da fazenda, ou seja, à pecuária e, mais tarde ao algodão, As piores restavam para a sobrevivência dos pequenos proprietários, vaqueiros e parceiros, que dependiam da proteção dos grandes proprietários em períodos de escassez ou mesmo para a utilização de máquinas e equipamentos ou para a comercialização dos poucos excedentes. Sobre esses setores recaía – e recai – o impacto das secas. (NEVES, 2000, p.43)

Por outro lado, o avanço da agricultura comercial sobre as áreas destinadas à subsistência coloca o agregado numa situação de grande vulnerabilidade nos momentos de seca. Pois, “para a estrutura da economia camponesa [...] essa diminuição de sua reserva significava a impossibilidade de ‘atravessar’ a seca em mínimas condições de ‘segurança alimentar’, em que a proteção oferecida pelo proprietário torna-se insuficiente e as famílias tornam-se, assim, ‘retirantes’ à procura de trabalho e comida.” (NEVES, 2000, p.47)

Durante a seca de 1877-1879 ocorrem deslocamentos regionais de trabalhadores pobres e livres. Províncias vizinhas não atingidas, ou menos atingidas pela seca, recebem migrantes cearenses aproveitados como mão de obra na lavoura.

Em maio de 1877 havia em Recife 70 mil flagelados, que não só chegavam por terra, mas também nos paquetes do Norte. Alguns retirantes cearenses se fizeram presentes no Piauí e na Bahia, e isso não desgostou as classes proprietárias baianas. Um jornal local dizia que estes compensavam as perdas de mão de obra ocasionadas pelas vendas de escravos para o sul. (SECRETO, 2007, p.52-53)

A adoção de medidas de incentivo à migração de retirantes, especialmente cearenses, por províncias vizinhas torna-se ato corriqueiro. As ações articuladas pelo presidente de província do Maranhão não são, portanto, isoladas, de modo que o tráfico interprovincial de escravos e a necessidade de mão de obra na lavoura conformam a tônica geral de “acolhimento” e “assistência” aos retirantes pelas províncias receptoras. A subvenção de passagens pelo Império brasileiro facilita a chegada do migrante e anima proprietários ávidos por mão de obra. De acordo com Secreto (2007, p.51),

No lugar de destino solicitava-se a ida gratuita destes trabalhadores ‘animados para o trabalho’ já que as passagens eram subsidiadas pelo Império. ‘Rogamos mais a V. Ex.^a que as passagens sejam pagas pelo governo até esse porto...’ escrevia um grupo de proprietários maranhenses ao presidente do Maranhão, solicitando agricultores cearenses.

Desse modo, a província do Maranhão cria Comissões de Socorros aos migrantes da seca a partir de setembro de 1877.

As Comissões de Socorros providenciavam alojamento, alimentação, vestuário, remédio e trabalho. A presidência da província instrua que os retirantes fossem empregados preferencialmente em serviços de lavoura – em terras particulares ou em terras devolutas. Caso isso não fosse possível deveriam ser encaminhados para o trabalho em obras públicas. [...] Percebem-se dois objetivos nessa recomendação: engajando-os em trabalhos agrícolas esperava o governo, primeiramente, estar contribuindo para sanar a alegada falta de braços neste setor, por outro lado, desejava também diminuir as despesas com o sustento dos retirantes, pois quando ficavam trabalhando apenas em obras públicas, toda a manutenção corria por conta das verbas oficiais. Na capital da província e nos municípios fizeram limpeza e construção de estradas, recuperação de cadeias, casas das câmaras municipais, igrejas, cemitérios, pontes. (FARIA, 2012, p.242)

São criadas Comissões de Socorros “em quase todos os municípios então existentes”⁴⁸, deduzindo-se que os retirantes são encaminhados não só para todas as áreas já ‘conquistadas’ da província, mas também para as que queriam incorporar, onde foram instalados os núcleos coloniais”. (FARIA, 2012, p.242)

Faria analisa as representações sociais dos *letrados* e as práticas governamentais em torno da questão da mão de obra na província do Maranhão. Temática recorrente entre os *letrados* desde a primeira metade do século XIX torna-se mais urgente e aguda a partir de 1850, quando o tráfico interprovincial diminui significativamente o número de braços escravos⁴⁹. Civilização dos índios, erradicação da vadiagem entre pobres livres, colônias de imigrantes e retirantes, preparação dos egressos da escravidão para o mundo do trabalho livre, são algumas ideias ventiladas e, posteriormente, rejeitadas ou fracassadas nas experiências implantadas pelo poder público.

São criadas seis colônias de retirantes instituídas como medida emergencial e não como política de colonização propriamente dita. Regina Faria (2012, p.246) apresenta dessa forma as colônias de retirantes instituídas pelo Estado:

Só a Colônia Santa Tereza situava-se numa região de ocupação antiga, no município de Alcântara em terras doadas pela Ordem dos Carmelitas, ao lado da Fazenda Tamatatuba. As Colônias Prado e São Sebastião situavam-se na região do Turiaçu, área com incidência endêmica de quilombos e com grande população indígena. A Colônia Prado, a primeira a ser criada, aproveitava as roças, casas e demais instalações do Quilombo Limoeiro, debelado, ‘por meio suasórios’ justamente para abrigar os imigrantes, seguindo orientações oficiais⁵⁰. A Colônia Pimentel foi

⁴⁸ Sá indica a instituição de uma Comissão de Socorros distribuidora no Alto Mearim que abasteceria as Comissões de Coroatá, Codó, São Luiz Gonzaga, Pedreiras e Colônia Flores. Essas Comissões se situam na área definida para a abordagem do problema norteador da pesquisa, apontando para a ocupação, ainda que temporária, de migrantes nordestinos nesta região a partir da década de 1870. Sá, op. cit., p.50.

⁴⁹ O Maranhão se integra tardiamente, em relação a outras regiões do Brasil, ao sistema agroexportador. Somente em meados do século XVIII, com a criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão inicia-se de modo majoritário a adoção da mão de obra escrava africana e a cultura do arroz e do algodão. Esses dois produtos, acrescidos do açúcar na década de 1840, são o esteio da economia maranhense durante o período imperial. Com períodos de *boom* e depressão, ao sabor das oscilações externas e das especulações do capital mercantil, dominam a cena de acalorados debates acerca do progresso/atraso da província. A partir da década de 1870, assiste-se a um redirecionamento da economia do Maranhão, que se vincula mais estreitamente ao mercado regional e incorpora os trabalhadores livres, por muito tempo designados “vadios” e “indolentes”. Para mais informações Cf. FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão Oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: EdUFMA, 2012; e FARIA, Regina Helena Martins de. *Trabalho escravo e trabalho livre na crise de agro exportação no Maranhão*. Monografia de especialização. São Luís: UFMA, 1998.

⁵⁰ Sobre tal questão, Alfredo Wagner de Almeida destaca as orientações oficiais para manutenção das benfeitorias no Quilombo Limoeiro, o que forneceu à Colônia Prado uma estrutura privilegiada de habitação, meios de produção, e, possivelmente, de alimentação: "Obtinha-se uma *casa*, já construída pelo quilombola e, certamente, embora os textos não permitam divisar, com um poço próprio, com uma área já ao redor, desmatada e limpa, talvez até com edificações e instrumentos para fazer a farinha ou para socar o arroz. Some-se a isso o acréscimo de uma *roça*, isto é, um terreno já preparado para o cultivo, tendo sido derrubadas as árvores já maiores, ou mesmo já devidamente plantado. Observe-se, inclusive, que a campanha contra tal quilombo foi

instalada às margens do Pindaré, adiante de Monção, e no Alto Mearim e Grajaú ficaram as Colônias Flores e Mata dos Bois, as três em áreas de concentração de ‘índios arredios’.

A colonização dos livres nacionais efetiva-se por um curto período como solução emergencial, tanto para a assistência às levas de retirantes chegadas à província, quanto para a carência de braços nas lavouras em áreas já conquistadas e para a conquista do território em regiões de tensão com índios e quilombolas.

É interessante frisar que, “embora o Maranhão não estivesse no epicentro da seca”, como a maioria das províncias do então Norte (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e algumas localidades na Bahia e no Piauí), “deve ter vivido reflexos da estiagem, com redução de sua produção agrícola. No início da seca tinha mandado farinha para o Piauí e o Ceará”, mas, no seu curso, “precisou ser socorrido, recebendo esse produto de outras regiões. Graças à ação do Governo Imperial, proprietários começaram a receber auxílio em farinha” para auxiliar a alimentação de migrantes nordestinos empregados em suas fazendas. (FARIA, 2012, p.244-245). Durante a *maldita dos três setes*, o Maranhão não se constitui num *locus* intocável pela estiagem, mas numa alternativa emergencial para migrações dirigidas e “espontâneas” que passam a ter um fluxo relativamente contínuo em momentos de grandes secas.

Diversos autores associam a seca de 1877-1879 ao início da fixação de migrantes nordestinos em cidades do Alto Mearim e da intensificação da ocupação não índia da região. Aderson Lago (1976, p. 8) afirma: “O ano de 1877 foi de grande importância para Pedreiras, pois, àquele tempo ali chegaram mais de cem famílias nordestinas perseguidas pela seca”.

A partir de 1879, com o fim da seca, os estudos até então realizados não vislumbram o destino dos migrantes, quando as colônias são extintas e o Estado retira as políticas assistencialistas. Algumas hipóteses são levantadas pelos pesquisadores. Conforme Regina Faria (1999, p.174):

Em 04 de janeiro daquele ano o presidente da província instruía o gerente da Companhia de Vapor do Maranhão a não mais receber migrantes nas cidades costeiras com destino ao Maranhão. Muitos se encaminharam para a Amazônia em busca de trabalho nos seringais. Muitos resolveram voltar para sua terra natal depois que os rigores das secas se amainaram, acredita-se, porém, que a grande maioria tenha se estabelecido mesmo em terras maranhenses.

levada a termo entre dezembro e março, período que seguramente já se tinha semeado e que já se aguardava a colheita do arroz”. ALMEIDA, Alfredo Wargner de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2001, p.139-140.

A socióloga Regina Luna identifica o final do século XIX como um período de transição, quando a pequena produção encontrou condições para sua expansão, alavancada pela abolição da escravidão e pela decadência da agroexportação. Referindo-se ao abandono de terras e ao esfacelamento do Engenho Central⁵¹ na região do Pindaré, sugere a incorporação de migrantes nordestinos ao campesinato maranhense, que ganha corpo a partir de então:

Sobre o regime de trabalho que se estabelece nos terrenos pertencentes ao engenho, após a abolição da escravatura, não foram encontradas informações suficientes, mas pelo que se observa nos depoimentos coligidos, parece que há uma correlação entre o fechamento do engenho central e o desenvolvimento de uma produção camponesa da região- essas terras teriam sido tomadas como terras livres e gradativamente ocupadas por camponeses maranhenses expropriados, principalmente do Vale do Mearim e, posteriormente, por nordestinos vindos do Ceará e do Piauí. (LUNA, 1984, p. 8, grifos meus)

Lago (1976), utilizando a História Oral com descendentes de escravos, moradores da área abrangida no século XIX pelo município de Pedreiras, assinala a existência de fazendas e de indícios de atividade comercial na região na segunda metade do século XIX:

Em derredor do outrora lugar Pedreiras, havia muitas fazendas de escravos, dentre as quais se destacavam, pela grande colheita de arroz, feijão, algodão e café, as de Santa Amália (atual município de Lima Campos) e Recursos, do tenente coronel Raimundo Audio Salazar; as de São Francisco, Bom Jesus e São Joaquim, de Francisco Marques Rodrigues; a de Trindade, de João Alípio Galvão; a de Saudades, do Coronel Raimundo José Ferreira Vale; a de Matões (atual Matões de Olegário) de D. Maria Leal Vale.

Todas essas fazendas escoavam em canoas e botes, pelo rio Mearim, para a capital da província os produtos de sua lavoura. Com exceção das duas últimas que se serviam do porto da Madeira, as demais deram preferência ao Porto Grande {...} ligando a cidade propriamente dita {atual Pedreiras} ao populoso bairro Trizidela.

Era intenso o movimento desse último porto. Carros de boi ali estavam constantemente a descarregar, dos locais onde hoje é a Prefeitura [de Pedreiras] até a Rua da Boiada, cereais destinados a importantes firmas maranhenses.

⁵¹ Construída a margem direita do rio Pindaré em terreno outrora pertencente à extinta colônia de São Pedro, habitada por índios Guajajara, o Engenho Central da Pindaré-Mirim, ou Companhia Progresso Agrícola, foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.811, de 31 de agosto de 1880. Todo o maquinário e aparelhagem necessários à sua instalação foram importados da Inglaterra pela quantia de 28\$000 réis e executado pelo técnico Robert Collond, da firma inglesa Fawcet Preston & Cia. Nessa oportunidade é que foram fixados em solo maranhense os trilhos da primeira ferrovia do Estado. Em 1888, ainda por iniciativa da mesma empresa, é instalado em Pindaré o sistema de iluminação elétrica, conferindo ao município um pioneirismo no gênero em todo o Brasil - pois, somente em 1892 é que a cidade fluminense de Campos foi dotada de energia elétrica. O Engenho Central, um dos melhores do Brasil, possuía 500 carros de boi, 35 carroças, cerca de 50 casas de madeira, três léguas de terra apta à lavoura e 10 km de via férrea. Hoje, este secular monumento, com sua tradicional chaminé, seus paredões em alvenaria, seu teto laminado sobre custosa estrutura de ferro, é um dos últimos representantes do sistema de engenhos centrais instalados no Brasil durante o Império. **Engenho Central São Pedro: casa (Pindaré-Mirim, MA). Livro Histórico, Inscrição: 549. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN - http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=2783**

Esse movimento portuário deu ensejo à transferência de muitos habitantes da redondeza para o futuro povoado. (LAGO, 1976, p.8)

É importante assinalar a permanência de descendentes de escravos e quilombolas desde o final do século XIX na região do Médio Mearim. Esses sujeitos dotados de uma história social específica convivem ao longo do século XX com a fixação de outros moradores, oriundos de outras regiões do Maranhão e de outros estados do Nordeste. Os quilombolas, portanto, são personagens fundamentais da configuração desse espaço.

O trabalho monográfico de Lago, apesar de apresentar um esforço de coleta e análise de documentação oficial acerca da cidade de Pedreiras e área circunvizinha (Alto Mearim) desde o século XIX, e de tentar reconstruir episódios da história do município a partir de entrevistas com antigos moradores, peca no método e na forma de construção da narrativa. No trecho acima, por exemplo, o leitor não tem acesso ao depoimento propriamente dito do entrevistado, mas a uma síntese elaborada pelo autor, com clara intenção memorialística. Outros estudos, Esterci (1977), Soares (1981), elaborados com maior rigor metodológico, indicam a existência de fazendas no final do século XIX na região posteriormente pertencente a Pedreiras.

Há dificuldade, nesse momento, no intercâmbio entre a região do Alto Mearim e a capital da província São Luís. Lago (1976, p.17 e 38) e Marques (2008, p.451-453) arrolam documentos que permitem vislumbrar a situação do transporte e da comunicação em meados do século XIX. A partir das informações desses autores, Leonarda Musumeci aponta que:

Um obstáculo a maior integração econômica entre o chamado Alto Mearim e a capital da província era a dificuldade de navegação num dos trechos do rio Mearim – a cachoeira de Lagem Grande, situada entre Barra do Corda⁵² e Vitória do Mearim, abaixo de Pedreiras, que impedia que as embarcações de maior porte movidas a vapor, fizessem o percurso completo de Barra do Corda até São Luís. Desde 1847 o governo provincial contratara obras de desobstrução da Lagem, mas, por diversos motivos, essas obras foram postergadas e só chegaram a término em 1881. A partir daí, segundo registra Lago, ‘vapores gaiolas’ passaram a fazer regularmente o transporte de cargas e passageiros no trajeto Barra do Corda-São Luís, tendo escala obrigatória no porto de Pedreiras. (MUSUMECI, 1988, p.172)

Pode-se inferir que, ao longo do século XIX, apesar da dificuldade de escoamento da produção do Alto Mearim para a capital da província, há nas terras da região que passam a ser cobiçadas por lavradores do Itapecuru⁵³, uma produção de excedente. Interpretando

⁵² Cidade situada às margens do rio Corda, afluente do Mearim. É, desde o século XIX até os dias atuais, marcada por diversos conflitos envolvendo grupos indígenas e a população não índia.

⁵³ Acerca do interesse de grandes proprietários do vale do Itapecuru nas terras do Alto Mearim a partir do início do século XIX, Cf. MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. -

documentos coletados por Lago, Musumeci (1988, p.172) arrola os produtos tributados em Pedreiras:

O orçamento proposto pelo subintendente de Pedreiras para o exercício de 1894-1895 nos dá uma ideia das atividades econômicas do município (criado em 1889) na última década do século XIX. Determina que 34% da receita deve provir do imposto sobre gênero de exportação, listando os seguintes produtos: algodão em pluma e em rama; arroz pilado e em casca; aguardente, azeite, barrotes, peças, grades e ripas de madeira; caroços de algodão; couros de veado, cobra, carneiro, onça e caititu; couros de gado vacum e carne de gado vacum seca; carne de suíno salgada; feijão, favas, milho e gergelim; farinha, fumo, óleo de copaíba e outros ainda. Prevê também um imposto sobre roçados (23% da receita) e outro sobre fábricas de descarregar algodão, movidas a vapor animal e engenhocas de cana.

Dessa descrição do orçamento de Pedreiras do final do século XIX pode-se inferir a ocorrência do cultivo de algodão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, fumo, feijão, milho, fava e gergelim, pecuária bovina, suína e caprina, caça e extrativismo vegetais (óleo de copaíba) voltados não somente para a subsistência, mas para a comercialização.

Esterci (1977), Soares (1981) e Musumeci (1988), referindo-se ao processo de desagregação do escravismo em Pedreiras, abordam a *transição libertadora* ali ocorrida. Através de doações de proprietários e autoridades municipais, ou do abandono de fazendas quando da Abolição, ex-escravos e homens pobres livres se apossam de pequenas extensões de terra para o cultivo de gêneros diversos. Soares (1981) estuda o caso ocorrido no lugar designado Bom Jesus (atualmente pertencente ao município de Lima Campos, na época, parte de Pedreiras), onde, por doação do antigo senhor, ex-escravos e seus descendentes tornaram-se herdeiros da antiga propriedade. A doação é feita para o antigo feitor da fazenda, que além de responsável pela disciplina escravagista, exercia e continua exercendo após a Abolição, o controle das conexões comerciais. Com a morte do antigo feitor, a liderança se transfere para seu sobrinho-neto, Henrique Souza, representado na memória dos camponeses de Bom Jesus como pai, padrinho, delegado e coronel:

A memória social descreve com ênfase a função mediadora do 'patrão'. A patronagem exerce mediações políticas, econômicas e sociais. Cabe a Henrique Souza, o contato com os homens da cidade. Esse contato se dá fundamentalmente ao nível econômico, mas logo assume outras proporções a ponto de ele se tornar delegado, tanto do grupo ou de sua parcela que lhe é dependente, quanto do poder público. O próprio trânsito dos membros do grupo submete-se ao seu controle. O

3ª edição. São Luís: AML, 2008; LAGO, Aderson. *Pedreiras: elementos para a sua história*. São Luís: IPES, 1976; Esterci, Neide. *A formação do campesinato no município de Pedreiras, Maranhão. Relatório de pesquisa do Projeto Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste, convênio FINEP, IPEA, IBGE/ UFRJ*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977. (Mimeografado); ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2001, p.139-140.

controle enraizado no comércio ou na cadeia de endividamento ultrapassa esse débito e se projeta na produção.

[...] a transição 'libertadora' (abolição da escravidão e doação das terras 'aos pretos' pelo antigo senhor, não virou o mundo de pernas para o ar. Reproduziu em muitos aspectos, o universo das antigas relações sociais. Apesar das mudanças fundamentais, houve um contrabalanço de papéis e relações que certamente passaram a ser vivenciados de outra maneira e assumiram significações novas.[...]

Conseqüentemente, ao contrário do que se poderia imaginar, a liberação da força de trabalho ante um espaço físico e social aberto, disponível ao investimento 'liberto' da força de trabalho, típico da fronteira, não dissolveu completamente a coesão anterior, a estrutura organizada ante a égide do poder escravagista. A libertação não provocou o colapso das teias de relações estabelecidas, no quadro da dominação escravagista entre os trabalhadores diretos, ou seja, entre os escravos convertidos em camponeses. Não houve implosão das redes sociais, ao menos não de todas. (SOARES, 1981, p.67-69)

Esterci (1977, p.74) coloca que, no lugar Lago da Onça (atualmente parte do município de Pedreiras): “uma extensa área de 35.000 hectares passou a ser ocupada não somente pelos descendentes de escravos, mas também por um grande contingente de pequenos produtores que foi se instalando, provavelmente desde o século passado [XIX], nas partes da antiga propriedade que não foram efetivamente ocupadas pelos favorecidos pela doação ”.

Soares (1981) e Musumeci (1988, p.173-176) problematizam a noção de *transição libertadora*, argumentando que não há formação de um *campesinato livre* propriamente dito. Há abertura de uma “fronteira” para a expansão das unidades camponesas, que se desenrola a partir de continuidades com o modelo de colonização baseado no *plantation*; não há uma retração à economia natural, persiste a agricultura mercantil, especialmente a algodoeira, e, possivelmente, “antigas formas de controle de poder são conservadas – sobretudo aquelas definidas a partir da intermediação comercial”. Logo,

É fundamental como referência para se pensar a formação de um campesinato livre, não só no Mearim, mas em todas as áreas em que os antigos donos de escravos não tiveram interesse ou condição de manter a força de trabalho subordinada, imobilizada por novos meios, e de conservar, eles mesmos, o controle do processo produtivo e da comercialização [...]. Alguns dos elementos apontados por Soares- a patronagem personalizada, os laços hierárquicos no interior dos grupos camponeses, o domínio do capital mercantil usurário sobre a atividade produtiva-- são características também das frentes de expansão propriamente ditas, isto é, do movimento de incorporação das áreas de terras devolutas e até então despovoadas do Maranhão, nas quais se expandiu a agricultura camponesa durante o século XX. (MUSUMECI, 1988, p.176)

Em 1916, Raimundo Lopes⁵⁴ publica *O Torrão Maranhense*⁵⁵, obra finalizada aos dezessete anos, na qual estabelece uma classificação do estado do Maranhão em zonas, de acordo com características físicas e humanas, que durante muitas décadas foi incorporada por estudiosos de diversos campos, geógrafos, historiadores, agrônomos, etc. As zonas instituídas por Lopes são: os campos da Baixada, o Maranhão Oriental e o Parnaíba, a mata e a região agrícola (Baixo Sertão), e Alto Sertão (conceituado como sociedade seminômade e primitiva).

O espaço-personagem enfocado neste estudo, o Médio Mearim, figura, na classificação de Lopes, como pertencente ao Sertão Agrícola⁵⁶.

O Baixo Sertão ou sertão agrícola estende-se do Grajaú ao Parnaíba e da baixada às serras. Não é só a transição da planície para as terras altas; é intermediário às zonas campestres e à grande região tropical.

Os dois únicos rios unicamente maranhenses, o Mearim e o Itapecuru, cortam a zona sertaneja anterior, que ficam assim compostas de duas partes bem determinadas, duas bacias que se desenvolvem lado a lado.

[...]Essas duas zonas do Médio Mearim e do Itapecuru são, incontestavelmente, as grandes sedes da indústria agrícola no Maranhão. A nossa agricultura, já depois de ter formado, nos pequenos matos próximos ao litoral, as zonas de cultura do baixo Itapecuru, do Cururupu e de Guimarães, à orela da mata sobre os campos baixos de Viana e do Pindaré, e ainda os do contorno do Maranhão Oriental, encontrou, no sertão anterior, o seu melhor campo de atividade. A coexistência das gentes criadoras e lavradoras, é aí mais estreita ainda, porque matas e campos se entrelaçam, compondo um aspecto biogeográfico em extremo favorável ao desenvolvimento das populações. Além dessa combinação de várzeas, bosques e chapadas, oriunda sobretudo da multiplicidade dos vales separados por linhas de colinas – foi a riqueza da rede fluvial mais uma circunstância favorável. (LOPES, 1970, p.161, grifos meus)

Conforme Lopes, vegetação, relevo e hidrografia favorecem o desenvolvimento da agricultura e da pecuária nos vales do Itapecuru e Mearim. que despontam como polos da agricultura maranhense. Passado mais de meio século, o vale do Mearim não é mais representado como espaço virgem a ser desbravado e conquistado a partir de propagandas e incentivos estatais. Pelo contrário, sinalizam-se iniciativas particulares de abertura de núcleos

⁵⁴ Considerado um dos principais intelectuais do Maranhão da primeira metade do século XX, atuou, ainda sem ter formação específica, nas áreas da Geografia, Arqueologia, Antropologia, Etnologia, Literatura, etc. e obteve reconhecimento local e nacional como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Academia Maranhense de Letras e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Dentre suas publicações figuram: *O Torrão Maranhense* (1916), *Entre a Amazônia e o Sertão* (1931), *O homem em face da natureza* (1932), *Os índios urubus* (1932), *Gonçalves Dias e a raça americana* (1935), *Curso de Filosofia e Letras* (1933), *A natureza e os momentos culturais* (1937), *Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão* (1938), *Antropogeografia* (1957).

⁵⁵ Conceituada por muitos como obra inaugural da Geografia do Maranhão, teve sua primeira publicação em 1916. Em 1937, ganha outra versão, revista e atualizada, denominada *Uma Região Tropical*. Neste estudo utilizamos a segunda versão, na qual constam acréscimos à primeira, especialmente em notas explicativas.

⁵⁶ Essa classificação de Lopes mantém a indistinção entre Alto Mearim e Médio Mearim. Segundo esse autor, por suas características da geografia física e econômica, constituiriam ainda uma única região, englobando também o vale do Itapecuru.

agrícolas em meio à floresta, na linguagem nativa, *centros*, e sua ligação com povoados ribeirinhos, locais de troca e escoamento de excedentes.

A mobilidade e a busca da construção de um espaço de autonomia e solidariedade, característicos dos *centros*, “expressam regras de deslocamento de populações intrínsecas às sociedades camponesas.” (ANDRADE; SANTOS, p. 37) Um dos *entre/vistados* por esses autores verbaliza tal experiência: “Todo lugar que eu faço uma casa tem dono. Passo dois anos, o dono quer um lugar pra botar capim, eu saio, e assim eu venho rolando” (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.46).

Uma das regiões assinaladas pela ocorrência de *centros* é a área intermediária entre Pedreiras e Coroatá, onde

[...] cada maciço florestal se oferece por todos os lados, mais ou menos destacados à iniciativa dos agricultores. Estabelecidos à beira-rio os núcleos onde podem cambiar os seus produtos, os nossos lavradores penetram na floresta para abrir os roçados. Além disso, encontramos, muitas vezes, moradores e povoações permanentes, constituindo uma população puramente agrícola, vivendo em plena mata, diversamente da população mista das vilas, cidades, povoados ribeirinhos, na linguagem usual da nossa gente ‘os centros’. Exemplos característico desse tipo de vida são as férteis e povoadas matas do Japão⁵⁷, situadas na parte ocidental da bacia do Flores, e as que se estendem entre Coroatá e Pedreiras nas cabeceiras do Peritoró (LOPES, 1970, p.162, grifos meus).

Lopes assinala um movimento de expansão da fronteira no sertão agrícola, a partir do avanço espontâneo dos *nossos lavradores* (o que sugere uma frente maranhense) em direção à mata virgem. Em áreas cobertas por florestas, os lavradores fazem a abertura da mata e produzem diversos gêneros agrícolas.

Nas áreas de ocupação mais antiga do estado do Maranhão, as tensões entre proprietários e pequenos lavradores já se fazem presentes no primeiro quarto do século XX, quando a demanda por terras para cultivo se avoluma. Cobrança de foro abusivo, invasões propositais de roças de pequenos lavradores pelo gado, exigência de monopólio na compra do coco babaçu extraído nos limites das propriedades e grilagem são práticas que, desde a década de 1920, forçam o deslocamento de maranhenses e da primeira geração de descendentes de migrantes nordestinos rumo à fronteira agrícola. Maristela Andrade e Murilo Santos atribuem parte das transformações no campo e o deslocamento da chamada frente maranhense à intensificação da migração nordestina:

⁵⁷ No recorte temporal desta pesquisa, pertence ao município de Pedreiras.

Ao penetrar no estado do Maranhão, por volta de 1920, a frente de migração nordestina causa profundas alterações nos preços do aforamento da terra, já que aumenta bruscamente a demanda por áreas de cultivo. Os pequenos agricultores maranhenses, não resistindo ao pagamento de elevados foros, passam a migrar para áreas denominadas de terras livres. Tal migração, na verdade, já existia mesmo antes da chegada dos nordestinos, sendo acelerada e engrossada por eles rumo ao oeste. (ANDRADE: SANTOS, 2009, p.36)

É provável que a migração de maranhenses, especialmente das regiões do vale do Itapecuru, área de ocupação da frente litorânea desde o início do século XVII, e do vale do Parnaíba, área de ocupação da frente pastoril desde o início do Setecentos, tenha começado na primeira metade do século XX. No tópico seguinte, essa migração é visível nos registros de casamento católico entre as décadas de 1930 e 1960, consultados nas paróquias de São Luiz Gonzaga e Bacabal. Nesse período, além de um grande contingente de nordestinos, muitos maranhenses do vale do Itapecuru e do sertão de Pastos Bons fixam-se no Médio Mearim. O histórico de contato entre tais regiões possivelmente favorece tal deslocamento.

As articulações entre os *centros* e as vilas, cidades e povoações ribeirinhas são assinaladas por Lopes, indo de encontro à concepção de isolamento dos *centros* e de sua vocação para a subsistência. A população agrícola estabelecida em povoações permanentes vai de encontro à noção de nomadismo do caboclo maranhense, muito presente nos discursos oficiais das décadas seguintes.

O sertão agrícola é, na interpretação de Lopes, uma sociedade agrícola e pastoril articulada e em expansão, apesar das dificuldades de comunicação com a capital da província, devido à falta de estradas e à dificuldade de navegabilidade de alguns trechos do Mearim e seus afluentes:

As comunicações não são melhores do que no resto do estado. Ao contrário, a zona dos campos baixos [Baixada] é melhor servida de vias navegáveis. As estradas de rodagem, coleantes por morros e convales, são percorridas por ‘tropas’ de cargueiros, que trazem produtos do Alto Sertão, ou transportam para as granjas à beira-rio os gêneros agrícolas dos centros.

Os dois grandes rios são navegáveis por vapores, o Itapecuru até Caxias, constantemente; o Mearim até Pedreiras e só pela enchente, ou em lanchas até Barra do Corda. São eles os dois únicos traços de união entre essa parte do estado e a saída comercial do Golfo. São ainda eles que fazem do sertão anterior [Baixo Sertão/ sertão agrícola] a porta do Alto Sertão [sertão de Pastos Bons]. (LOPES, 1970, p.163, grifos meus)

O trânsito entre o vale do Itapecuru e o sertão de Pastos Bons com a região central do Maranhão possibilita a movimentação de pessoas e mercadorias. Nos trechos não favoráveis à navegação fluvial, a comunicação dentro do Sertão Agrícola e entre este e o Alto Sertão [sertão de Pastos Bons] se faz em lombos de burro. No início da década de 1920, o funcionamento da estrada de ferro São Luís-Teresina, facilita o transporte até a cidade de

Coroatá, no vale do Itapecuru, restando ainda até as décadas de 1950 e 1960, vários percursos unicamente transitáveis pelas tropas de burro. Lavradores e tropeiros, portanto, são personagens do Médio Mearim, desde o início do século XX.

Em relação à produção agrícola, Lopes destaca o algodão como principal produto do Sertão Agrícola (especialmente em Codó, Picos⁵⁸, Pedreiras⁵⁹ e Barra do Corda), que, juntamente com os produtos da pecuária, é a principal fonte de exportação do estado do Maranhão nesse período. O segundo produto é o açúcar (especialmente em Barra do Corda), mas se destacavam ainda o fumo (Codó), o milho, a mandioca e o arroz – pouco exportado então, e produzido visando ao autoconsumo da população sertaneja. (LOPES, 1970, p.162-163)

A primeira metade do século XX é vista por muitos estudos das décadas de 1970 e 1980 como período de estagnação, decadência ou involução da economia maranhense. O economista Pinheiro Gomes (1981, p.24-26) trata o período pós-Abolição e a primeira metade do século XX como momento de crise geral da agricultura, quando os fazendeiros empobrecidos drasticamente pela libertação dos escravos, encontram na aplicação de capitais num parque fabril têxtil uma opção para vencer a crise. Para Gomes, somente a conjuntura da Primeira Guerra Mundial, com o aumento da exportação de babaçu e de algodão, proporciona uma rápida euforia aos latifundiários que persistem produzindo algodão e praticando a pecuária extensiva. Em relação à cultura de subsistência, para esse autor, somente a pequena lavoura de mandioca tem crescimento razoável.

Maluf (1977) também caracteriza o período pós-Abolição e a primeira metade do século XX como de “involução”, quando as pequenas unidades agrícolas e a cultura de subsistência passam a ser a forma dominante de produção. O livre acesso à terra pelos produtores diretos geraria uma exígua acumulação de capital e um pequeno montante de exportação, comparado aos do século XIX. Para Pinheiro Gomes e Maluf, essa fase só se encerra na década de 1950.

Em meados do século XX, Gomes (1981, p.27) vislumbra um “incremento da produção agrícola mais diversificada, notadamente os cereais, condicionado, em boa medida, pelo avolumar da tradicional corrente de imigração nordestina”, ainda limitada pelo então “mau condicionamento da estrutura viária que limita a expansão da área produtiva”. Nessa

⁵⁸ Atual cidade de Colinas no vale do Itapecuru.

⁵⁹ Embora o autor dê maior ênfase às cidades de Barra do Corda, Codó e Caxias, como produtoras agrícolas e centros fabris, pensamos ser relevante a menção à produção algodoeira de Pedreiras nesse período imediatamente anterior ao seu crescimento demográfico - décadas de 1930-1960, usualmente atribuído na literatura acadêmica à chegada de migrantes nordestinos.

perspectiva, a maciça migração nordestina explicaria o incremento da produção de arroz, mandioca, milho e feijão na economia maranhense.

Musumeci (1988, p.185) critica essa interpretação “como incorporação acrítica de versões tradicionais na literatura recente” que reproduzem a associação “entre progresso e grande propriedade, entre economia mercantil e latifúndio”. Aponta que os movimentos migratórios por si só não explicam o crescimento agrícola e problematiza a natureza de subsistência da pequena lavoura:

[...] por negligenciarem a importância de formas de controle e acumulação que *não dependem do monopólio da terra*, nem da submissão da força de trabalho no processo produtivo; por exagerarem conseqüentemente a autarquia, a autonomia e o isolamento das comunidades camponesas na *terra liberta* - reside, a nosso ver, o equívoco maior dos dois tipos de análise. (MUSUMECI, 1988, p.185-186, grifos da autora)

Analisando os dados do Censo de 1920, Musumeci (1988, p.188) menciona que a região então denominada Zona do Vale do Mearim, na qual figuram Arari, Bacabal, Barra do Corda, Pedreiras, São Luiz Gonzaga (IPIXUNA) e Vitória do Baixo Mearim, é responsável por 58% do volume total de algodão em caroço produzido no Maranhão.⁶⁰

Na década de 1930, a produção de algodão da região continua crescendo. Segundo Musumeci (1988, p.189), em 1935, Pedreiras e Bacabal são os maiores produtores do Estado, fornecendo juntos mais de 30% do produto beneficiado no Maranhão. Conforme Maluf (1977, p. 26), provavelmente, na década de 1930, a produção do Mearim deriva de roças de camponeses *livres* na frente de expansão, incorporados à economia mercantil.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida refere-se à formação de uma cadeia de intermediários que atrela a produção dos *centros* a pequenos comerciantes e usineiros:

Num primeiro momento a expansão da frente integra pequenos comerciantes que se encarregam de abastecer os camponeses internados nas matas e de comprar-lhes a produção, sendo que alguns acompanham mesmo os deslocamentos sucessivos, distanciando-se também dos bairros e propiciando a formação de uma cadeia de intermediários que canaliza o arroz dos centros mais afastados às sedes municipais onde se instalam usinas de beneficiamento. Os laços que unem agricultores e pequenos comerciantes são em geral bastante fortes, quer pela eventual origem comum que geralmente já implica em relações de parentesco ou em compadrio, quer pelo estabelecimento desses mesmos laços, reforçados por casamentos ou estreita relação de vizinhança, nos locais de fixação. A formação da cadeia de intermediários se dá não só pelas distâncias, mas também pelas relações que se estabelecem entre o pequeno comerciante e o usineiro de arroz,

⁶⁰ Segundo o Censo de 1920, a zona do Vale do Mearim forneceu 7.845 toneladas de algodão, das quais 5007 eram provenientes do município de Pedreiras (maior produtor maranhense); 1.489 de São Luiz Gonzaga; 939 de Bacabal e o restante dos demais municípios. Vide Recenseamento do Brasil, 1920, Vol III, 2ª parte.

interessado em controlar o escoamento da produção para seus estabelecimentos. Assim, esse último se torna o patrão, que financia o abastecimento das barracas nos centros, e sustenta o sistema de compra do arroz na folha, atuando, assim, através dos pequenos comerciantes, como financiador da produção. (ALMEIDA; MOURÃO, 1976, p.12)

Os camponeses *livres* do Mearim atrelam-se a teias que vão dos *centros* às cidades, do lavrador ao usineiro, passando pelo pequeno comerciante. Obrigações financeiras estabelecidas nas *bodegas* dos *centros* se somam comumente a laços de parentesco e compadrio que dão maior solidez às relações de reciprocidades e explorações. Normalmente o migrante nordestino que começa a afluir mais densamente para o Médio Mearim, a partir da década de 1930, encontra num conterrâneo, parente, compadre ou vizinho, uma ponta das teias que perpassam a pequena produção agrícola, extrativista e, em menor escala, pastoril.

Conforme abordarei nos Capítulos 4 e 5, a referência recorrente às *terras sem dono* nas narrativas orais não remete propriamente a um campesinato plenamente autônomo, já que este é parte de teias envolvendo comerciantes que auxiliam na fixação inicial, oferecendo trabalho, casa, ferramentas e sementes em troca de lealdade e exclusividade na compra dos produtos agrícolas e do coco babaçu⁶¹.

As narrativas de migrantes nordestinos e seus descendentes pontuam, muitas vezes, um conhecimento prévio da região através de informações de parentes e conterrâneos que passaram ou se estabeleceram por um breve período no Maranhão nas primeiras décadas do século XX.

⁶¹ Na análise da trajetória de Artur Linhares (2013), que chega ao Centro do Gomes em 1959, no capítulo 3 há clara referência ao empréstimo de dinheiro por um comprador de coco, que lhe possibilita trazer outros membros da família para o Médio Mearim.

Capítulo 2

Migração de nordestinos e maranhenses para o Médio Mearim (1930-1970): ocupando “espaços vazios” de uma nação em processo de modernização

Comumente, geógrafos e antropólogos consideram o início do século XX e, mais especificamente, a década de 1920 como o momento de início da frente de expansão nordestina no território maranhense. Segundo o geógrafo Trovão, até o início do século XX, haveria um vazio favorável à ocupação de migrantes, resultante de brechas entre os espaços ocupados pelo avanço das frentes de expansão litorânea e pastoril no Maranhão:

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida, uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e da dificuldade de mão de obra no próprio Nordeste, usaram como porta de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Parnaíba, tendo como entrada Floriano e Teresina. Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas (TROVÃO, 2008, p.24-25).

Atrelando a migração à busca de terras disponíveis e à ocorrência de secas, o geógrafo representa o Maranhão com imagens similares às veiculadas na imprensa e em muitas narrativas de migrantes: um local propício à fixação pela disponibilidade de terras devolutas e características naturais atrativas (solo úmido, abundância de chuvas etc.). Trovão (2008, p.25-26) destaca ainda a revitalização de cidades ribeirinhas e antigos municípios e o desenvolvimento e diversificação da produção agrícola no Maranhão como consequência da fixação do migrante nordestino. Seca e umidade, escassez e abundância são elementos considerados suficientes para o entendimento da posterior dinamização dos campos e cidades a partir de migrações ‘espontâneas’. A geografia física do sertão nordestino e do Maranhão explicaria as transformações da geografia econômica das áreas receptoras de migrantes nordestinos.

Otávio Velho, estudioso das *frentes de expansão* e da estrutura agrária na Amazônia, enfatiza, como Gomes, o adensamento das correntes migratórias de nordestinos para o Maranhão, entendendo como “hipótese plausível que a decadência da exploração da borracha

amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção a partir de 1920” (VELHO, 1972, p. 96). O cessar de um foco de atração de migrantes, o *boom* da borracha, explicaria o redirecionamento do fluxo migratório.

Segundo Velho (1972, p. 96), áreas decadentes de ocupação antiga e outras “efetivamente novas e de florestas dos vales” são ocupadas por distintas rotas traçadas pelos migrantes: “Um dos ramos da frente nordestina, após ultrapassar Caxias, avança no sentido noroeste e, em 1920, estará a oeste de Codó, atingindo Pedreiras⁶² em 1940, Bacabal em 1950 e Arraial de Santa Inês em 1957.” Gomes (1981, p. 27) enfatiza a interligação rodoviária do país no final da década de 1950, como fator facilitador da imigração nordestina, viabilizando, uma maior “ocupação produtiva de uma vasta nova fronteira de terras devolutas”.

Em um estudo das transformações da estrutura agrária no século XX no Maranhão, Alfredo Wagner Almeida e Laís Mourão (1976, p11) apontam como razão do adensamento das correntes migratórias, a partir de 1920, a escassez de terras nas áreas de ocupação mais antiga do estado que “será uma das causas da migração de camponeses maranhenses, juntando-se ao fluxo de nordestinos em direção à Amazônia⁶³”. Em áreas de ocupação mais recente, como o Médio Mearim, Almeida e Mourão (1976, p.11) sinalizam “a formação propriamente dita da frente agrícola, que, a partir da região de transição para o vale do Médio Mearim, vai ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto comercial por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual, já a partir dos anos [19]50”.

O período de 1930 a 1964, apesar de englobar conjunturas políticas nacionais e internacionais muito diversas, pode ser caracterizado como momento de redefinição do conceito de nação, tendo como “horizonte de expectativa” o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a necessidade de ocupação dos ditos “espaços vazios” do extenso território brasileiro. Ângela de Castro Gomes (2013, p.43) aponta que até 1930 o país é visto como “uma sociedade tradicional, atrasada, um país rural, agrário-exportador, com poucas ‘gentes’ e muitos ‘vazios territoriais’ a desbravar e ocupar”. Para a autora, o período de 1930 a 1964 é marcado pelo projeto de realização de uma utopia: a conquista dos sertões, o preenchimento dos espaços supostamente vazios que levaria ao desenvolvimento e modernização da nação.

⁶² Os registros de casamento católico indicam um número significativo de migrantes nordestinos na área abrangida pelos municípios de Pedreiras, São Luiz Gonzaga e Bacabal desde a década de 1930.

⁶³ Sobre a frente de expansão dos *centros* e a *frente maranhense no Maranhão* Cf. ANDRADE, Maristela de Paula e SANTOS, Murilo. *Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2009.

E aí temos outra palavra chave, uma categoria síntese para designar não apenas o que se queria desbravar no século XX - um espaço vazio, longínquo, abandonado, atrasado- mas aquilo em que se deveria tornar: um lugar ocupado, não mais periférico e sim integrado ao corpo da nação, e contribuindo com riquezas para sua grandeza e modernidade (GOMES, 2013, p.44, grifos meus)

Nos relatórios de governadores e interventores do Maranhão, ao longo desse recorte de média duração, é comum a apropriação do discurso do desbravamento e ocupação dos “espaços vazios” e sua otimização com a mão de obra do migrante nordestino, representado como bom trabalhador pela ousadia, conhecimento técnico e disposição para o trabalho.

Acompanharemos, simultaneamente, dados demográficos sobre a região, amostragem quantitativa da naturalidade dos residentes no Médio Mearim e referências sobre a migração de nordestinos na imprensa e em documentos oficiais maranhenses.

2.1 Dados demográficos e discussão da migração de nordestinos e maranhenses para o Médio Mearim

O estudo dos dados demográficos disponibilizados pelo IBGE tornam-se complexo pelo desmembramentos de vários municípios, durante o recorte temporal adotado, na região que denomino nesse estudo como Médio Mearim.

Das décadas de 40 a 60, o Piauí aparece, segundo o Censo do IBGE, como o estado que possui o maior número de migrantes adentrando no Maranhão.

Os dados demográficos presentes nas tabelas seguintes, possibilitam visualizar o incremento demográfico do Médio Mearim no recorte temporal dessa pesquisa.

		1920	1940	1960	1920-40	1940-60
1- Bacabal	Total	39 996	54 698	107 581	3,17	6,98
	Urbana	4 120	4 835	15 351	1,61	12,12
	Rural	35 876	49 863	92 230	3,61	6,53
2-São Luiz Gonzaga ⁶⁴	Total	21 527	29 648	54 459	3,32	6,26
	Urbana	733	1 734	2 244	0,58	2,61
	Rural	19 794	27 914	52 215	3,49	6,45
3- Pedreiras	Total	43 062	59 136	97 079	3,22	5,07
	Urbana	4 754	10 396	14 425	8,10	3,27

⁶⁴ Substituo a denominação Ipixuna, utilizada por Musumeci, por São Luiz Gonzaga.

	Rural	38 308	48 740	82 654	2, 43	5,27
--	-------	--------	--------	--------	-------	------

Tabela 1: População Urbana, Rural e Total e Taxas de Crescimento Geométrico Anual dos Municípios de Bacabal, São Luiz Gonzaga e Pedreiras: 1920-1960
Fonte Musumeci (1988, p.230)

		1920	1940	1950	1960	1970	1980
(a) Sub-Região Bacabal-São Luiz Gonzaga ⁶⁵	H ⁶⁶	21	61 942	84 554	225 315	204 236	231 648
	TA ⁶⁷	390	5,46	3,16	10,30	- 1,00	1,27
		—					
(b) Sub-Região Pedreiras	H	19	43 129	59 475	97 787	109 476	134 748
	TA	565	4,03	5,27	5,10	1,14	2,10
		—					
(c) Total (a+b)	H	40	105 071	144 029	323 102	313 712	366 396
	TA	955	4,82	3,20	8,41	- 0,29	1,56
		—					
(d) Estado	H	874	1235 169	1583 248	2492 139	2992 686	3996 404
	TA	337	1,74	2,51	4,64	1,85	2,93
(e) Região/Estado (c/d)	%	4,7	8,5	9,1	13,0	10,5	9,2
(f) Poção de Pedras	H	ND ⁶⁸	ND	9,114 (*)	19,408(*)	30 215	35 845
	TA	—	—	—	7,85	4,53	1,72

Tabela 2: Evolução Demográfica da Região de Bacabal, São Luiz Gonzaga e Pedreiras (1920-1980)
Fonte Musumeci (1988, p.231)

Enquanto nos Censos de 1940 e 1950 Pedreiras aparece como o maior município do Médio Mearim, a partir de 1960 Bacabal passa a ocupar essa posição e São Luiz Gonzaga, apesar de apresentar um crescimento significativo, persiste como a menos expressiva dos três municípios ao longo dessas décadas de intenso fluxo migratório de maranhenses e nordestinos.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Número de habitantes.

⁶⁷ Taxa de crescimento geométrico anual no período anterior em percentual.

⁶⁸ Não disponível.

Como não há dados referentes à década de 1930, a Tabela 2, também elaborada por Musumeci, apresenta dados sobre o crescimento das cidades, da região e do estado do Maranhão, nas décadas de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980. Nesta tabela, Bacabal e São Luiz Gonzaga constam em uma só região, já que, em 1920, Bacabal fazia parte do município de São Luiz Gonzaga.

Conforme Musumeci, entre as décadas de 1920 e 1940, Pedreiras (4,03%), Bacabal e São Luiz Gonzaga (5,46%) apresentam taxa de crescimento muito superior a do estado do Maranhão (1,74%). Possivelmente, o incremento demográfico deve-se ao fluxo migratório de nordestinos e maranhenses de outras localidades. Na década de 1940, a região do Médio Mearim (3,20%) continua com taxas de crescimento superiores a do estado (2,51%), sendo 3,16% em Bacabal e São Luiz Gonzaga e 3,27% em Pedreiras, mas sem a mesma expressão do período anterior. Na década de 1950, ocorre o maior impulso demográfico da região, com taxa de crescimento de 8,41%, próxima ao dobro da apresentada pelo Estado (4,64%). Pedreiras apresenta um crescimento menos expressivo que o dos demais municípios (5,10%), enquanto São Luiz Gonzaga e Bacabal crescem 10,30%.

Durante a década de 1960, a região do Médio Mearim apresenta um decréscimo demográfico (-0,29%), enquanto o estado do Maranhão persiste crescendo (1,85%), ainda que numa taxa moderada. Musumeci (1988), Almeida (1976), Velho (1972) e Arcangeli (1987) afirmam que a partir da década de 1960, o Médio Mearim deixa de ser região receptora de migrantes, tornando-se expulsória, especialmente, para os estados do Pará e do Amazonas. A partir de então as correntes de migrantes nordestinos dirigem-se rumo à outra *frente de expansão*: o sul e sudoeste do estado do Maranhão.

Nesta pesquisa, as narrativas orais utilizadas apontam a década de 1960 como um momento de chegada de muitos migrantes nordestinos, atraídos principalmente pelos lucros da rizicultura e, simultaneamente, de deslocamento de um contingente significativo, que procura, especialmente, nos garimpos do Norte possibilidades de melhoria. O pastor Boaventura Souza (2014) afirma que, durante os anos em que esteve à frente da Assembleia de Deus de Bacabal, a partir de 1963, recebia 1500 cartas de mudança por ano e expedia a mesma quantidade durante a década de 1960.

A partir da documentação coligida nas Paróquias de São Luiz Gonzaga, de São Francisco das Chagas e de Santa Teresinha, em Bacabal, é possível esboçar uma estimativa do local de nascimento dos adultos residentes na região do Médio Mearim, nas décadas de 1930, 1940, 1950, 1960 e 1970. Na Paróquia de São Luiz Gonzaga foram catalogados dados de seis dos oito livros de casamento disponíveis para o recorte temporal em estudo: três referentes à

década de 1930, contendo registros entre 1932-1933, 1933-1934, 1935-1938. Priorizei, nessa paróquia, a catalogação dos dados da década de 1930 por ser informada de que, nas paróquias de Bacabal, a documentação disponível refere-se a décadas mais recentes. Por ser a paróquia mais antiga da região, São Luiz Gonzaga contém dados sobre a maioria dos municípios, povoados e *centros* do Médio Mearim. Consultei e cataloguei nessa paróquia dados de um livro da década de 1940 (1941-1944), um da década de 1950 (1955-1957) e um da década de 1960 (1963-1967).

Na Paróquia de Santa Teresinha, em Bacabal, localizei registros a partir de 1943. Do seu acervo foram coligidos dados sobre as décadas de 1940 e 1950. Consultei e cataloguei parte dos dados de um livro da década de 1940 (1943-1949) e de dois da década de 1950 (1954-1955 e 1959-1960). A demora na disponibilização do acervo pelo padre Lázaro, responsável pela paróquia, impossibilitou a catalogação de um maior número de dados para essas duas décadas.

Na Paróquia de São Francisco das Chagas, em Bacabal, localizei livros de casamento a partir do ano de 1963 e, devido à sua grande quantidade, optei por catalogar dados de partes de livros, buscando alcançar uma maior diversidade para a série. Dessa maneira, são consultados três livros da década de 1960 (1963-1964, 1964-1968 e 1964-1979), referentes à cidade de Bacabal e ao “interior” (denominação dada a povoados e *centros*), e quatro livros da década de 1970 (1970-1973, 1971, 1973-1976 e 1979).

A série documental consultada fornece normalmente as seguintes informações dos noivos: nome, nome dos pais, idade, local de nascimento, local de batismo, local de residência e data do casamento. A consulta a esse acervo no último semestre do doutorado inviabilizou o aproveitamento quantitativo nesta pesquisa de dados como idade e nome dos pais, que permitiriam traçar uma estimativa de casamentos entre parentes na região do Médio Mearim. Localizei nesses livros algumas licenças de consanguinidade, exigidas para permitir casamentos entre parentes próximos. As narrativas orais e a avaliação qualitativa da série documental sinalizam para o costume comum entre os migrantes nordestinos, principalmente cearenses, de casar com conterrâneos ou familiares⁶⁹. Dentre os migrantes de outros estados, os piauienses aparecem como os que mais comumente contraem matrimônio com os maranhenses, embora, em sua maioria, também tendam a se casar com alguém natural da mesma cidade ou de cidades próximas.

⁶⁹Conforme Graça Aragão (2013), Samuel Barreto (2013), Ceci Ana Barreto (2013). Exploro a temática no Capítulo 5.

Essa série documental permite inferir sobre a movimentação de homens e mulheres dentro da região do Médio Mearim, do estado do Maranhão e do Nordeste nas quatro décadas trabalhadas. Migrantes de outros estados, como Pará, Goiás (atual Tocantins), São Paulo também constam por vezes nas amostragens, mas com percentual irrisório diante dos estados do Nordeste. No Nordeste, sobressai o número de migrantes dos estados do Piauí e Ceará, seguidos por Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Alagoas, Sergipe e Bahia, apresentam um percentual bem inferior ao daqueles cinco estados.

Assinalo que não é possível captar o momento exato da migração com base nessa amostragem, pois a idade dos noivos varia, normalmente, entre 15 e 35 anos. Muitos dentre eles podem ter chegado ao Médio Mearim uma ou mais décadas antes do casamento, mas é possível vislumbrar por amostragem os locais de nascimento da população adulta residente em cidades, povoados e *centros* da região.

Ressalto, ainda, que essa série não inclui uma parcela razoável da população adulta que não possui o costume do casamento católico. Em algumas *entre/vistas* com migrantes nordestinos faz-se referência ao fato de os maranhenses viverem comumente amasiados, sem legalização da sua união nas instâncias civis ou religiosas.

Os casamentos entre evangélicos também não puderam ser contemplados nessa amostragem. Sobre os evangélicos do Médio Mearim, em parte do período de estudo (final da década de 1950 e década de 1960) é possível fazer inferências através das cartas de mudança existentes no arquivo da Assembleia de Deus de Bacabal. Como os registros de casamento católico, elas permitem também visualizar deslocamentos de indivíduos e famílias entre *centros*, povoados e cidades do Médio Mearim, dentro do estado do Maranhão e da região Nordeste para o Médio Mearim.

2.1.1 Nos anos trinta: Colônia Lima Campos e acolhimento de patricios *flagelados*

Na década de 1930, conto com 3113 registros de naturalidade. 50,50% (1572) dessa amostragem são de maranhenses, e, dentre esses, 46,31% são naturais da própria região do Médio Mearim. São perceptíveis deslocamentos do local de nascimento ao local de residência dentro desta região, nos *centros*, povoados e nas poucas cidades existentes nessa década (Pedreiras, Bacabal e São Luiz Gonzaga). O maior número de migrantes de outras regiões maranhenses é da região de Itapecuru (35,18%): 553 registros (Caxias 183, Codó 164,

Coroatá 86, Picos⁷⁰ 71, Itapecuru 20, Vargem Grande 11); do Alto Mearim, 8,9%, correspondendo a 132 registros (Barra do Corda 107, Grajaú 19, Presidente Dutra 6); da Baixada, 45 registros (Vitória do Mearim 14, Rosário 6, Viana 9, São Vicente de Ferrer 4, Penalva 5, Arari 4); do Alto Parnaíba, 44 (Amarante 14, Mirador 12, Pastos Bons 10) e do Baixo Parnaíba, 35 registros (Brejo 28).

O maior número de homens e mulheres naturais de outro estado do Nordeste, residentes no Médio Mearim, nesta década, com o total de 806 registros nesta amostragem, é natural do Estado do Piauí, com 25,89% (destacam-se como cidades de origem: Teresina 159, Oeiras 120, Amarante 69, Regeneração 62, Valença 54, Picos 50, União 45, São Pedro 26, Natal 24, Pedro II 22, Barras 20, Floriano 19 e Campo Maior 16).

O estado do Ceará aparece como segundo maior estado de naturalidade dos migrantes nordestinos residentes no Médio Mearim, 18,82%, totalizando 561 homens e mulheres. Destacam-se como cidades de origem nesta década: Missão Velha 147, Brejo dos Santos 108, Crateús 76, Campos Sales 16 e Ipueiras 15. Nos livros de casamento arrolados, 62 naturalidades⁷¹ são identificadas somente como estado do Ceará ou referindo-se a povoados não passíveis de identificação. Tais omissões impossibilitaram identificar com mais precisão outros polos significativos de origem dos migrantes.

Figuram outros estados nordestinos, como Pernambuco, 2,12% (destacam-se São Gonçalo 17 e Bodocó 14, num total de 66 registros); Rio Grande do Norte, 1,99% (destacam-se Caicó 17, Pau dos Ferros 5 e São João do Sabogi, num total de 62 registros) e Paraíba, 0,87% (destacam-se Cajazeiras 5 e Paraíba do Norte 5, num total de 27 registros). Tais estados aparecem na amostragem da década de 1930 com expressividade bem menor.

⁷⁰ Antiga denominação do município de Colinas

⁷¹ Nos casos em que o local de naturalidade é referido a partir de povoados ou acidentes geográficos que inviabilizam a identificação do município ou quando aparece apenas a designação do Estado, optei por utilizar a categoria outra (Vide ANEXOS 1 a 6)

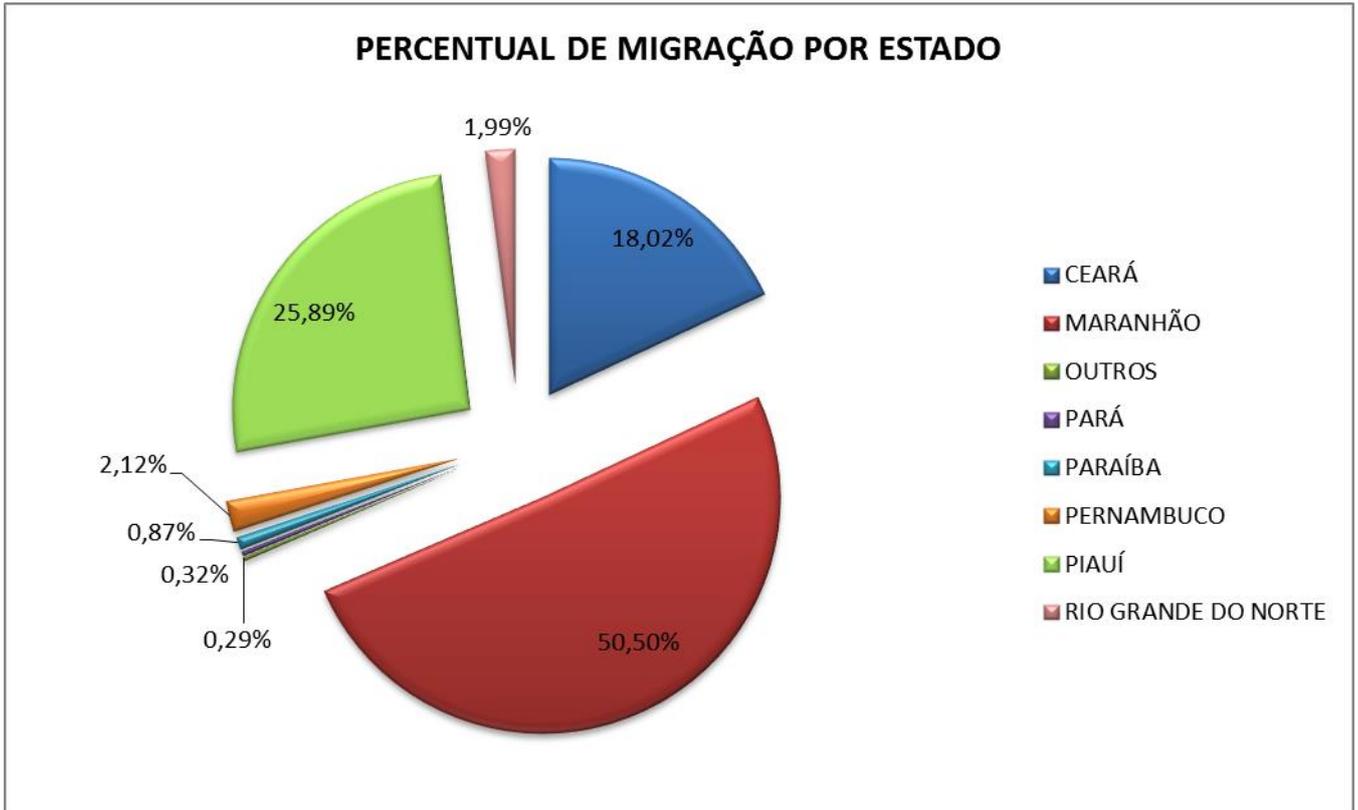


Gráfico 1: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por estado– década de 1930
 Fonte: Livros de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1932-1933), (1934-1935).e (1935-1938).

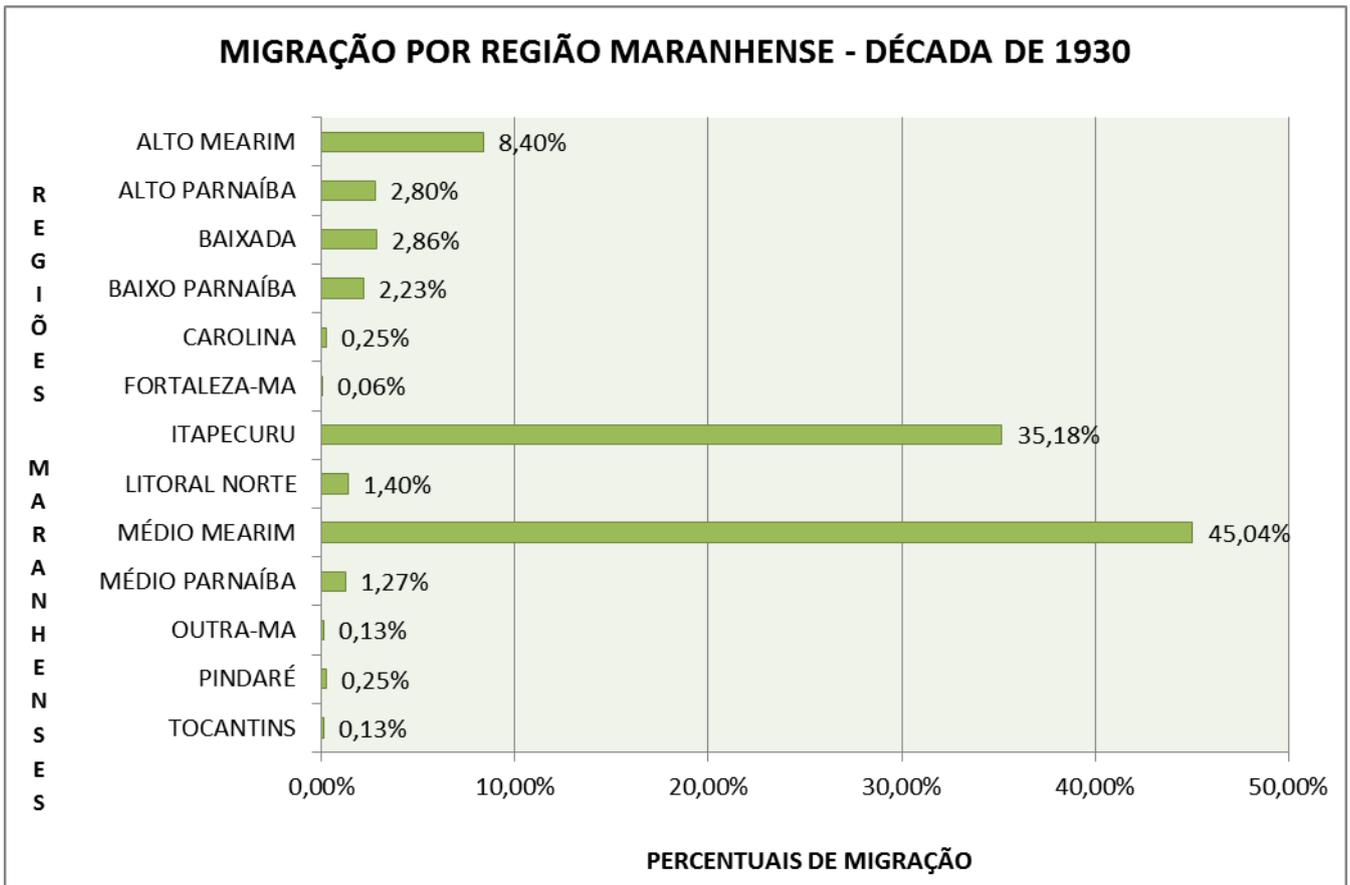


Gráfico 2: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por região maranhense – década de 1930
 Fonte: Livros de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1932-1933), (1934-1935) e (1935-1938).

Desse modo, buscando tornar compreensível o significativo contingente de nordestinos residentes no Médio Mearim na década de 1930, indicado nessa amostragem, é necessário apresentar brevemente ao leitor o histórico dos deslocamentos de nordestinos e das ações dos governos federal e estaduais em curso nesse período e em décadas imediatamente anteriores.

O Ceará é, desde a estiagem de 1877-1879, o estado nordestino mais visibilizado pela discussão do problema da seca e mais suscetível a ela. A agricultura tradicional realizada por moradores em terras de grandes e médios proprietários sofre abalos com a modernização da agricultura em meados do século XIX. A pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, que permitem a retirada do gado e do homem nos momentos de estiagem, encontram limite no fechamento das terras em decorrência da Lei de Terras de 1850 e do avanço da cultura algodoeira (NEVES, 2007, p.79). Conforme Neves (2007, p.80), “inaugura-se nesse instante, a seca tal qual a entendemos hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão de obra, migração, invasão das cidades, corrupção, saques”.

Iniciam-se, portanto, em 1877 as ações dos governos provinciais e imperial com as primeiras obras públicas em Fortaleza e o encaminhamento de retirantes para a Amazônia e outras províncias vizinhas não atingidas pela estiagem. No início do século XX, complexificam-se as ações estatais a partir da criação do IOCS (Instituto de Obras Contra as Secas) em 1909. Sua concepção do problema da seca e atuação ficou conhecida como *solução hidráulica*: “a seca – como fenômeno climático da irregularidade de chuvas – o que dificultava a agricultura e o abastecimento de cidades, deveria ser combatida pela criação de um sistema de barragens, açudes e poços, que pudessem acumular a água em tempo de chuva para ser usada em tempos de escassez” (NEVES, 2007, p.86). A seca e seus desdobramentos são interpretados, portanto, tecnicamente: obras públicas permitiriam o armazenamento de água, o emprego, a alimentação e a fixação dos retirantes.

Na seca de 1915, inicia-se a implantação dos Campos de Concentração no Ceará, pensados como local de isolamento dos retirantes para viabilizar atendimento aos enfermos, distribuição de alimentos e evitar conflitos e tensões no momento de invasão das cidades. A criação do Campo de Concentração do Alagadiço demonstra a preocupação com a ordem urbana e com a direção e controle das rotas de migração dos retirantes. A manutenção das obras públicas emergenciais é também uma forma de pensar e promover a fixação do “homem no campo”. As sucessivas perdas de braço durante as estiagens passam a ser vistas como problema que precisa ser solucionado.

De acordo com Neves (2007, p.89), a seca de 1915 inaugura a classificação do retirante como “flagelado”, enquanto a seca passa a ser representada como “flagelo”.

A partir de 1919, o antigo IOCS passa a ser denominado IFOCS (Instituto Federal de Obras Contra as Secas). Durante a seca de 1932, esse órgão e o Ministério de viação de Obras Públicas, presidido pelo paraibano José Américo de Almeida, são responsáveis pelas ações emergenciais. No Ceará são criados sete Campos de Concentração⁷², espalhados em pontos-chaves do território do estado, visando conter e controlar as migrações.

Kênia Rios (2001, p.13-14) aborda as estratégias de localização desses Campos de Concentração e assinala que os arredores das estações ferroviárias são pontos estratégicos

⁷² São criados Campos de Concentração no Crato, Canús, Quixeramobim, Ipú, Senador Pompeu e dois em Fortaleza, visando alcançar todas as rotas migratórias do estado do Ceará. Conforme Neves: “Para o norte, seguindo a Estrada de ferro de sobral, o Campo de Ipú, para o sul, o campo de Burity em Crato, para o sertão central Canús e senador Pompeu, além de Quixeramobim, um pequeno campo de apenas três meses. Os campos concentravam milhares de retirantes, chegando a um total de cerca de 90.000 em janeiro de 1933, somente o campo de Crato que atrai trabalhadores não só do sul do estado [do Ceará], mas de outros estados vizinhos, chegou a ter quase 60.000 habitantes.” NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará . in SOUSA, Simone de e GONÇALVES, Adelaide. Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 91.

para o engajamento do retirante nas frentes de trabalho e para sua dispersão das rotas migratórias que levam a Fortaleza:

Os Campos de Concentração foram construídos de modo estratégico: todos foram erguidos em lugares onde existiam nas proximidades, uma Estação Ferroviária. Com essa medida o Governo tentava diluir as tensões que se constituíam nos ‘pontos de trem’ e, ao mesmo tempo, tentava evitar a migração para as capitais pelas vias férreas. A localização dos Campos possibilitava um maior controle sobre a vida do retirante. Assim, um dos principais espaços de aprisionamento dos flagelados eram os arredores das Estações, ou melhor, nos territórios onde o sertanejo procurava trocar a poeira do caminho pelas estradas de ferro.

Na seca de 1932, os agregados do sertão do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba já contam com a experiência de outras estiagens que lhes permite compreender suas possibilidades de ação, o momento e os espaços profícuos de migração. Contudo, os Campos de Concentração e os muitos canteiros de obras emergenciais espalhados pelo polígono das secas não são bastantes para frear o deslocamento dos retirantes. Assim, as esferas federais e estaduais agem com rapidez, subsidiando passagens e avaliando destinos propícios à fixação desse contingente populacional.

No estado contíguo – Piauí – a seca permanece até 1915 como “problema vindo de fora”. Assim como o Maranhão, o Pará e o Amazonas, o Piauí é, desde a seca de 1877-1879, uma alternativa de migração para os retirantes vindos do Ceará e de outros estados do Nordeste. Por sua contiguidade ao território cearense, o Piauí por vezes encontra dificuldade em abrigar o grande número de retirantes que chegam em anos de seca. Conforme Domingues Neto e Geraldo Borges (1987), até meados do século XX o Piauí tem na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência a base da sua economia. A existência de “territórios despovoados” e a modernização tardia da agricultura retardariam os efeitos históricos e sociais da seca para o trabalhador rural piauiense.

Nos Livros de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga da década de 1920⁷³, encontram-se pouquíssimos registros de noivos cearenses, potiguares, paraibanos e pernambucanos, mas já aparece um número significativo de homens e mulheres naturais do Piauí residindo em localidades do Médio Mearim. Segundos os dados dos Censos do IBGE, somente durante a década de 1950 o Ceará passa a ser o principal estado fornecedor de migrantes no Maranhão. Nas décadas de 1930 e 1940, os piauienses figuram como o maior contingente de pessoas naturais de outros estados residentes no Maranhão.

⁷³ Dois livros da década de 1920 são consultados em São Luiz Gonzaga. Por questão de disponibilidade de tempo e de prioridades da pesquisa, esses dados não são registrados, mas é possível, numa breve consulta, detectar, já na década de 1920, um grande número de piauienses residentes no Médio Mearim.

Na maioria dos relatos de migrantes piauienses chegados ao Médio Mearim nas décadas de 1930 e 1950 não há referência à ocorrência de secas propriamente ditas, mas a invernos⁷⁴ e colheitas fracas que funcionam como elementos de expulsão. A fronteira contígua ao estado do Maranhão, também ali propagado como dotado de bons invernos e terras férteis, é outro elemento facilitador do fluxo migratório contínuo de piauienses entre a década de 1930 e a década de 1970.

Na década de 1930, quando o Piauí não mais acolhia “de braços abertos” os retirantes dos estados vizinhos do Nordeste, o Maranhão se apresenta como uma das alternativas para a condução de alguns dentre esses homens e mulheres. Conforme o Diário Oficial do Estado do Maranhão de 8 de agosto de 1932, o então interventor federal, Serôa da Mota, refere os dois “fins patrióticos” que seriam satisfatoriamente cumpridos com a criação de uma Colônia de retirantes no Maranhão: “1º amparar a população nordestina, digna de consideração pelos rigores que experimentam com o flagelo da seca sertaneja; 2º proporcionar ao Maranhão braços para o cultivo das terras, ainda despovoadas e inexploradas.”

A partir da Revolução de 1930, o nacionalismo emergente figura nesses fins: a criação da pátria pressupõe integração e auxílio entre os estados da nação e o deslocamento controlado de trabalhadores das zonas afetadas por flagelos para os ditos “espaços vazios” e, portanto, inexplorados. Por apresentar “vazios” e recursos naturais a serem explorados, o Maranhão se apresenta como lugar favorável ao investimento de 500 contos de réis do governo federal⁷⁵.

Após prévia avaliação, escolhe-se o local da Colônia Lima Campos, uma área pertencente ao município de Pedreiras, na região do Médio Mearim. Para o local anteriormente denominado Santa Amália, antiga *terra de preto* da região⁷⁶, são conduzidos retirantes chegados à capital São Luís em navios vindos de Natal-RN.

Juciene Batista Andrade (2007, p.115) refere-se ao telegrama expedido por José Dantas, então prefeito de Caicó-RN, ao Ministro da Viação e Obras Públicas solicitando mais 30 passagens de navio para o Maranhão. Tal documento aponta ainda outras 170 passagens

⁷⁴ Estação chuvosa no Nordeste.

⁷⁵ Cf. BORGES, Marcel Braga. *A seca de 1832 e a instalação da Colônia de Lima Campos*. São Luís: UFMA, 2009. (Monografia de Graduação em História Bacharelado).

⁷⁶ No trabalho monográfico de Borges são realizadas 10 entrevistas com moradores da antiga Colônia Lima Campos. Seis paraibanos: dois de Catolé do Rocha e uma de Riacho do São Francisco; dois cearenses: uma de serra de São Pedro e um de Iguatu; uma maranhense e um potiguar de Caicó. Entre os relatos orais e escritos registrados e consultados pelo autor há referências a um possível calote de parte da indenização que deveria ser repassada ao antigo titular da área. Nas narrativas, muitos recordam barracos preexistentes no momento da criação da Colônia: “que os pretos do centro foram embora, mas os barracos ficaram aí”. PEREIRA apud *ibid.*, p.50.

concedidas pelo governo federal a esse destino. Mesmo as obras emergenciais do açude de Itans em Caicó, ocorridas nesse momento, não freiam o deslocamento de homens e mulheres para o Maranhão.

Nos jornais que circulam na capital do Maranhão entre as décadas de 1930 e 1950 são comuns referências ao migrante nordestino. A ocorrência de secas e os deslocamentos dos retirantes chegam ao leitor maranhense tanto a partir da reprodução de reportagens escritas por articulistas de outras cidades do Nordeste quanto pela pena de maranhenses. As notícias são veiculadas nos anos de seca no sertão nordestino. Na década de 1930, apesar da forte estiagem de 1932, o volume de divulgação na imprensa é menor, comparado às décadas seguintes. Nesse momento, ocorre por uma iniciativa oficial no Maranhão a instalação da Colônia Lima Campos. As informações sobre essa iniciativa circulam principalmente no Diário Oficial, enquanto as páginas dos periódicos locais são ocupadas majoritariamente pelos debates envolvendo a Revolução Constitucionalista de São Paulo. A grande efervescência política do momento e o temor de conspirações comunistas obliteram, em parte, a discussão dessa iniciativa na imprensa ludovicense.

Na década 1930 e nas seguintes, a imprensa nacional veicula ideias-imagens dos migrantes nordestinos como retirantes da seca, miseráveis, famintos e flagelados. O estímulo à caridade pública e o apoio às ações assistencialistas do Estado firmam-se no argumento do migrante como bom trabalhador e da necessidade de braços para a agricultura nos ditos “espaços vazios” do território brasileiro.

Nos periódicos da capital do Maranhão, São Luís, há referências, no início do ano de 1932, à ocorrência da seca no sertão do Nordeste e a um inverno fraco que poderia possivelmente prejudicar a colheita no Estado:

O problema da seca continua em foco, enquanto o número de vítimas aumenta dia-a-dia dentro do círculo de fogo, da fome e do desamparo.

E não se diga que a calamidade é apenas para os estados do Nordeste. Ela se prolonga e ameaça os estados vizinhos do norte onde a escassez dos invernos é uma ameaça bem definida de dias que poderão ser funestos.

O interior do Estado [do Maranhão] ressent-se de chuvas e a diminuição das colheitas é um fato que principia alarmando, não só as classes produtoras, mas a população em geral (DIÁRIO DA TARDE, 22 de abril de 1932 apud BORGES, 2009)

Nessa reportagem demarca-se uma diferença entre os estados do Nordeste e os estados vizinhos do Norte. Nesse momento, não são parte do Nordeste o Maranhão, o Piauí e a Bahia. Enquanto no Nordeste a seca é uma realidade representada sob o signo da fome e do desamparo, nos estados vizinhos do Norte, ao qual o Maranhão se integra, a referência é à

escassez de invernos que poderia trazer “dias funestos”. No interior do Maranhão, a representação é de um ressentimento de chuvas e diminuição da colheita. Não haveria seca propriamente dita, mas uma situação alarmante quanto à produção agrícola. Esse inverno escasso, entretanto, não inviabiliza a instalação de uma Colônia de retirantes no estado do Maranhão.

Não há muitas referências diretas à implantação da Colônia Lima Campos na imprensa de São Luís, um fragmento do jornal *Folha do Povo* de 1932 avalia de modo positivo o ingresso do migrante cearense em várias localidades do Maranhão.

O inverno este ano parece nos muito escasso. Estamos em abril, o mês das águas mil e, no entanto, tem-se a impressão de que estamos em dias de pleno verão.

Riachos que costumam a secar, apesar de devermos estar em época de maior intensidade de chuvas, não tem o menor filete d’água. No Cutim do Padre, por exemplo, um deles, o mais importante, onde a municipalidade fora, outrora, forçada a construir uma ponte para permitir o trânsito, está completamente seco.

Do continente, Rosário e outras cidades, chegam notícias dessa ameaçadora falta de inverno.

Com isso há de forçadamente haver prejuízos para a lavoura e conseqüentemente desequilíbrio para as forças econômicas do Estado.

Mas, felizmente, o Maranhão, soberbamente irrigado, não terá os horrores de uma seca como a que flagelam o nordeste, podendo, por isso, agasalhar os denodados e trabalhadores irmãos cearenses que são forçados ao êxodo.

Visando o nobilitante fim de acolhimento dos irmãos do leste, lembramos ao governo a ideia de localizá-los em grande parte em nossa vasta ilha, que há de lucrar consideravelmente, porque possuindo qualidade de ótimo abrigo e ótimas terras para a lavoura, permitirá ao infatigável trabalhador estoico, bandeirante da Amazônia, o imediato amanhã das fontes de riqueza do nosso solo, transformando-o em um celeiro dos mais importantes.

O cearense é dos melhores elementos para a colonização, e a oportunidade é uma das mais propícias para o Maranhão que não poderá jamais negar o benefício obtido com a hospedagem proporcionada a esses patrícios, que em outras eras, em semelhante circunstância para aqui vieram e se localizaram em várias zonas do Estado e se distinguiram pela dedicação ao trabalho, reforma nos costumes e trato nas habitações. (A SECA no Maranhão e a colonização de cearense na Ilha. *Folha do Povo*, São Luís, 18 abr. 1932, grifos meus)

Os cearenses são referidos nesta publicação como ‘irmãos do leste’ e patrícios. A sugestão ao governo seria de hospedá-los e localizá-los na ilha de São Luís, representada como “ótimo abrigo” e dotada de “ótimas terras” para a lavoura. São considerados, ainda, um dos melhores elementos para a colonização, por possuírem um histórico já conhecido em outros momentos no Estado⁷⁷ e em outras partes do território brasileiro, de “dedicação ao trabalho, reforma nos costumes e trato nas habitações”. As representações do cearense como “trabalhador estoico e bandeirante da Amazônia”, além da referência aos seus “bons

⁷⁷ Provavelmente referem-se à passagem e à fixação de nordestinos no Maranhão durante as secas de 1877-1879 e de 1915.

costumes” justificariam a defesa de sua acolhida irrestrita no Maranhão, apesar do inverno escasso.

A documentação escrita disponível aponta a chegada de navios provenientes das cidades de Natal e Fortaleza. O jornal *A Folha do Povo*, em 9 e 10 de maio de 1932, noticia a chegada de 48 famílias flageladas naturais do estado do Rio Grande do Norte, na reportagem intitulada “Seguiram, pelo trem de hoje, para o Coroatá as famílias chegadas, ontem, do Rio Grande do Norte”⁷⁸. Ainda, conforme esse jornal, as primeiras providências tomadas são o encaminhamento dos retirantes para exame no Hospital Geral, a distribuição de leite para as crianças e de “abundante refeição à tarde e à noite”. Devidamente medicados e alimentados partem na manhã seguinte de trem rumo a cidade de Coroatá⁷⁹ e de lá seguem viagem até a local onde é instalada a Colônia Lima Campos.

Esse mesmo periódico publica em 9 de junho de 1932 reportagem intitulada “As levas de flagelados”, na qual reitera a imagem de miséria e flagelo do retirante e de acolhimento e generosidade do povo maranhense: “ O Maranhão continua recebendo de braços abertos os fustigados pela seca. De Fortaleza a Natal, regiões onde a seca transforma braços poderosos em simples indigentes, chegaram apelando para a generosidade nunca desmedida do povo maranhense 121 retirantes.”⁸⁰

Ainda que debilitados e representados como em estado de indigência, reaparece a ideia-imagem do nordestino como forte e trabalhador. Essa representação do homem nordestino, muito próxima à construída por Euclides da Cunha na primeira década do século XX, na obra *os Sertões*, perpassa discursos veiculados na imprensa, em falas oficiais e na narrativa de migrantes nordestinos do Médio Mearim. A difusão dessa imagem euclidiana e o apelo ao acolhimento dos patrícios facilitam a compreensão da inexistência de discursos contrários à instalação da Colônia.

O Diário Oficial de 1933 faz referência à licitação da compra de alimentos e outros gêneros para o abastecimento da Colônia Lima Campos e ao seu relatório médico. A relação dos itens sugere que durante seu primeiro ano de vigência, os colonos necessitam e recebem auxílio direto do governo para manter condições mínimas de alimentação e salubridade.

⁷⁸ A reportagem publicada em 10 de maio de 1932 corrige a informação, veiculada na véspera, que dizia que as famílias chegadas seriam de origem cearense.

⁷⁹ A estrada de ferro São Luís-Teresina, já em funcionamento, facilita o deslocamento dos migrantes. Borges aponta que a construção da rodovia federal Coroatá-Pedreiras possivelmente é um dos motivos da escolha do local de instalação da Colônia. Borges, op. cit..

⁸⁰ Essa reportagem se refere ao embarque de 50 retirantes na véspera com destino a Coroatá e ao embarque de outros 125 no dia seguinte. Borges (2009) e Daniel Cavalcante (1998) não localizam indícios do número de retirantes conduzidos a Lima Campos. Borges, op. cit.; CAVALCANTE, Daniel. *Um breve histórico de Lima Campos*. Maranhão, 1998.(Mimeografado)

Necessita-se de feijão, farinha, arroz, milho, açúcar, fumo, sal, carne seca, tapioca, sabão, querosene e leite condensado.(DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, 2 de janeiro de 1933). Na descrição do serviço médico realizado na Colônia há referências a casos de sarampo, malária, conjuntivite e tifo. O migrante nordestino, referido nesse relatório do serviço médico como “flagelado”, é representado com saúde débil, hábitos e habitações insalubres. A partir desse relatório se tem informação do número inicial de colonos ali instalados: 420.

Quando iniciamos as visitas médicas aos habitantes da Colônia “Lima Campos”, começaram a surgir naquele núcleo de povoação adventícia os primeiros casos de sarampo. Pela quase completa promiscuidade e quase absoluta falta de higiene em que viviam os seus moradores, seria improfícua qualquer medida que visasse o isolamento dos primeiros casos, e a sufocação da epidemia nascente. Naquela ocasião, as 420 pessoas — homens, mulheres e crianças — que constituíam a população da velha “Santa Amália”, mais tarde “Magalhaes” e hoje Colônia “Lima Campos”, se achavam abrigadas em grandes barracões de palha, subdivididos internamente por paliçadas de pindoba, em diversos alojamentos, comportando cada um destes uma família de cinco, oito e até nove pessoas. Esta gente, na sua grande maioria, ignorando os mais mezinhos preceitos de higiene rudimentar, não permitia, pelo natural desleixo e falta de asseio, a prática salutar de conselhos de profilaxia. De sorte que, na segunda visita, o número de saramposos (muitos até então em latência) se elevava rapidamente a 26, atacando indistintamente a crianças e adultos. Sendo quase impossível pôr obstáculos á invasão dessa febre eruptiva, que só poupava aos já imunizados por injeção anterior, ou por excepcional imunidade natural, abandonei a medicina preventiva e voltei a atenção para a curativa, de que se poderia esperar muita cousa ainda.

As habitações improvisadas e a resistência do colono à higiene e à medicalização contribuiriam para a propagação de epidemias na Colônia. Em outro trecho do relatório do Serviço Médico, a referência à falta de leite fresco (o único disponível é o leite condensado reservado às crianças e solicitado novamente como item de compra da licitação proposta) sugere dificuldades no abastecimento de itens essenciais à manutenção da saúde. A implantação da Colônia de Retirantes é pensada, portanto, em consonância com o projeto de higienização e salubridade do homem do campo. Supõe-se que o bom trabalhador necessite de assistência e de uma educação sanitária que lhe permita romper com práticas tradicionais de cura. O serviço médico é também uma forma de inspeção e disciplinamento dos colonos. A precariedade das instalações torna necessário o esquadrinhamento do espaço e do doente.

Não havendo na sede da Colônia um Posto onde ao menos os doentes ambulatorios viessem procurar os serviços do medico ou do enfermeiro, éramos nós obrigados, numa exaustiva peregrinação, a percorrer, casa por casa, todo o povoado da Colônia, visitando choupana por choupana, e examinando aqui e acolá não só os doentes que se achavam deitados nas redes, como também aos demais, cujo estado de saúde permitia a sua locomoção. Passávamos, assim, nos dias de visita, toda a manhã na

Colônia, regressando á Pedreiras por volta do meio-dia e ás vezes mais tarde, conforme exigia a intensidade do serviço.

Como acentuei no inicio deste Relatório, os doentes da Colônia, cujo estado de maior gravidade exigia a assistência medica diária, eram transportados em caminhão ou em rede para Pedreiras, onde passavam a ser tratados numa espécie de enfermaria improvisada, em ampla e velha casa, á rua da Boiada. Alguns, entretanto, quando esgotada a lotação da enfermaria, eram abrigados em outras casas próximas, alugadas para esse fim, pela Comissão de Colonização. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, 24 de fevereiro de 1933)

Como em muitas áreas do sertão do Nordeste de onde vinham os ditos flagelados, os doentes assistidos pela parceria estabelecida pelo governo federal e estadual são transportados em redes ou caminhões para a enfermaria improvisada mais próxima, localizada na cidade de Pedreiras. Outro trecho do relatório permite inferir o aumento do número de moradores em Lima Campos. Se no momento da instalação da Colônia em maio de 1932 o número de habitantes era de 420 pessoas, em fevereiro de 1933 o número de doentes visitados chega a 455.

Entre os dez moradores da Colônia Lima Campos entrevistados na pesquisa desenvolvida por Borges (2009), uma cearense da serra de São Pedro afirma ter vindo andando do Ceará até o município maranhense de Coroatá, prosseguindo em direção a Lima Campos. É provável que outros retirantes da seca de 1932 tenham se deslocado espontaneamente para a Colônia quando cessa o fornecimento de passagens pelo governo.

No que concerne às doenças que atingiam os retirantes instalados em Lima Campos, dentre as existentes, destaca-se também a malária presente na maioria das narrativas de migrantes nordestinos egressos nas décadas de 1930 a 1960 no Maranhão.

Apesar da raridade das chuvas, durante o ano corrente, e, por conseguinte, da inexistência de pântanos, charques ou paúes — origem da malária — o paludismo figura em lugar de destaque na nosologia da Colônia “Lima Campos”. E, si os anofelinos transmissores dos plasmódios de Laveran continuam perpetrando, através do duplo ciclo — no seu organismo e no do homem — as espécies parasitarias responsáveis diretas pela infecção palustre, é que existem nas cercanias daquele aglomerado de habitações as coleções d’água que os abrigam e lhes servem de viveiros. São certamente as cacimbas e os poços cavados pela mão do homem. Cumpre, pois, higieniza-los, protegendo-os e armando-os contra os mosquitos. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, 24 de fevereiro de 1933)

O discurso médico não atribui a propagação da malária a elementos naturais. As poucas chuvas de um inverno fraco e a inexistência de pântanos transferem a responsabilidade da propagação da doença a obras e hábitos dos homens. Novamente o tom é de disciplinar hábitos combatendo os mosquitos e higienizando poços e cacimbas. Entre as imagens negativas do suposto eldorado maranhense presente em narrativas orais, sobressaem as febres

advindas do impaludismo. A adaptação a um espaço físico muito diverso das regiões de origem dos migrantes encontra na malária uma das primeiras dificuldades a enfrentar.

O relatório do serviço médico da Colônia Lima Campos aponta ainda a quase inexistência de doenças venéreas no local, atribuída ao fato de que “quase todos constituem famílias organizadas civil ou religiosamente.” Essa representação da tendência ao casamento religioso e civil entre os migrantes nordestinos reaparece em algumas narrativas orais registradas nesta pesquisa⁸¹.

Nos Livros de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga dos anos de 1934-1935 é possível perscrutar alguns dos locais de origem dos colonos de Lima Campos: constam 38 registros de noivos e noivas. Grande parte é proveniente do Rio Grande do Norte (Caicó, Acari, Serra Negra, Itaipu, São João do Sabogi, Carnaúba dos Dantas) e da Paraíba (Picuí, Pedra Lavrada, Pato de Espinhava) e provavelmente chega ao Maranhão através de passagens expedidas pelo governo federal. Do Ceará há registros de naturalidade em duas localidades: Serra Negra e Tauá. Os naturais do Piauí provinham de Teresina, União, Parnaíba, Barras, Livramento, Valença; do Pará, de Igarapé Açu e do Maranhão, de Codó. É provável que os egressos desses últimos estados dirijam-se espontaneamente, andando ou percorrendo parte da distância à Colônia Lima Campos através da Estrada de Ferro São Luís-Teresina.

Assim sendo, a ocorrência da seca de 1932 e a criação da Colônia Lima Campos possibilitam compreender a migração de um contingente significativo de nordestinos para o Médio Mearim, na década de 1930. Nas narrativas orais registradas e analisadas, a paraibana Maria Braga (2011), o cearense Antonio Eugenio dos Santos e o piauiense João Chagas de Araújo (2014) referem-se a longos trajetos feitos a pé, em migrações em que uma ou mais famílias enfrentam a longa distância, a falta de estradas e uma natureza desconhecida. Os dois primeiros migram no ano da seca, apesar de relativizarem a necessidade da migração. O terceiro, natural do estado do Piauí, migra em busca de melhores possibilidades de trabalho. José Bezerra de Souza (2013) e Ceci Ana Barreto (2013), descendentes de cearenses, não viveram a migração, mas narram experiências familiares reproduzindo uma memória social compartilhada pela geração dos seus pais. Nos dois relatos sobressaem a necessidade da migração em pequenos e médios grupos e a ocorrência da seca no momento de partida.

A significativa migração de maranhenses para o Médio Mearim, sinalizada na amostragem construída a partir dos livros de casamento, especialmente de cidades de ocupação antiga do vale do Itapecuru (Caxias, Codó, Coroatá e Colinas), cuja vida econômica

⁸¹ No capítulo 5 aprofundo esta discussão a partir da interpretação da narrativa de Joana Guilhermina (2013).

gira em torno da agricultura do algodão, do arroz e da coleta de coco babaçu, sugere a busca por agricultores e coletores maranhenses de terras livres e férteis. Portanto, o Médio Mearim não é atrativo na década de 1930 apenas para nordestinos corridos da seca, tendo em vista o contingente significativo de maranhenses de regiões de ocupação antiga e de piauienses, indicando que bons invernos, natureza promissora e *terras sem dono* atraem também outros sujeitos, não retirantes, não flagelados, mas igualmente embalados por sonhos de prosperidade.

Ressalto, como já apontado que em 1935, Bacabal e Pedreiras, principais municípios do Médio Mearim, respondem por 30% da produção de arroz do estado do Maranhão. A rizicultura promissora possivelmente atua como outro elemento de atração.

2.1.2 Nos anos 40: o eldorado da borracha ofusca o eldorado maranhense

Da década de 1940, a amostragem conta com 1310 registros. Dentre os residentes no Médio Mearim, a percentagem de homens e mulheres maranhenses amplia-se para 67%, seguido do Piauí 17,3%, Ceará 13,1%, da Paraíba 0,9% e Pernambuco 0,8%.

Em relação à década anterior, há um decréscimo da migração externa. O Piauí persiste como o mais representativo local de afluência de migrantes (226 registros) e figuram como principais focos de migração⁸², neste estado, Teresina (31 migrantes), União (17), Pedro II (14), Porto Alegre (13), Barras e Miguel Alves (12 cada uma) e Picos (10).

Do Ceará constam 171 registros. Neste estado, os focos de migração mais expressivos são os mesmos da década anterior: Missão Velha (26 migrantes), Brejo dos Santos (15) e Crateús (9)⁸³, sugerindo a propagação de notícias sobre o Médio Mearim e a comunicação entre conterrâneos. Na Paraíba (12 registros), a grande quantidade de cidades sem identificação⁸⁴ dificulta a detecção dos polos migratórios: Catolé do Rocha, Cajazeiras e Pombal aparecem, cada uma, com um registro. Em Pernambuco (10 registros), Bodocó (3 migrantes) e Nova Exu (2) figuram novamente com relativa expressividade. O Rio Grande do Norte, nesta década, tem pouquíssima representatividade na amostragem (3 registros). O percentual de noivos e noivas nascidos no Médio Mearim aumenta⁸⁵ e o percentual de

⁸² 64 cidades não puderam ser identificadas e por isso constam na amostragem como Outra.

⁸³ 66 cidades não puderam ser identificadas e por isso constam na amostragem como Outra.

⁸⁴ Nove cidades não puderam ser identificadas e por isso constam na amostragem como Outra.

⁸⁵ Como não consta nos Livros de Casamento a naturalidade dos pais dos noivos, não é possível mensurar o percentual de descendentes de nordestinos nascidos na região do Médio Mearim nesta década e nas seguintes.

migrantes do Itapecuru (35%) e do Alto Mearim (8,4%) decrescem em relação à década anterior.

Do Maranhão, o percentual de naturais do Médio Mearim chega a 61%, sendo 18% a mais que na amostragem da década precedente. O Itapecuru continua sendo a região de migração interna mais expressiva, 23%, com 207 registros (Coroatá, 58 migrantes, Caxias, 54, Codó, 48 e Picos, 20), novamente seguida do Alto Mearim, 6,8%, com 60 registros (Barra do Corda 37 migrantes, Grajaú, 11 e Curador,⁸⁶ 10). O número de migrantes da região do Itapecuru é, portanto, inferior somente ao de migrantes piauienses nesta década (226 migrantes). Destarte, dentro do estado do Maranhão persistem os polos expulsores das mesmas regiões.

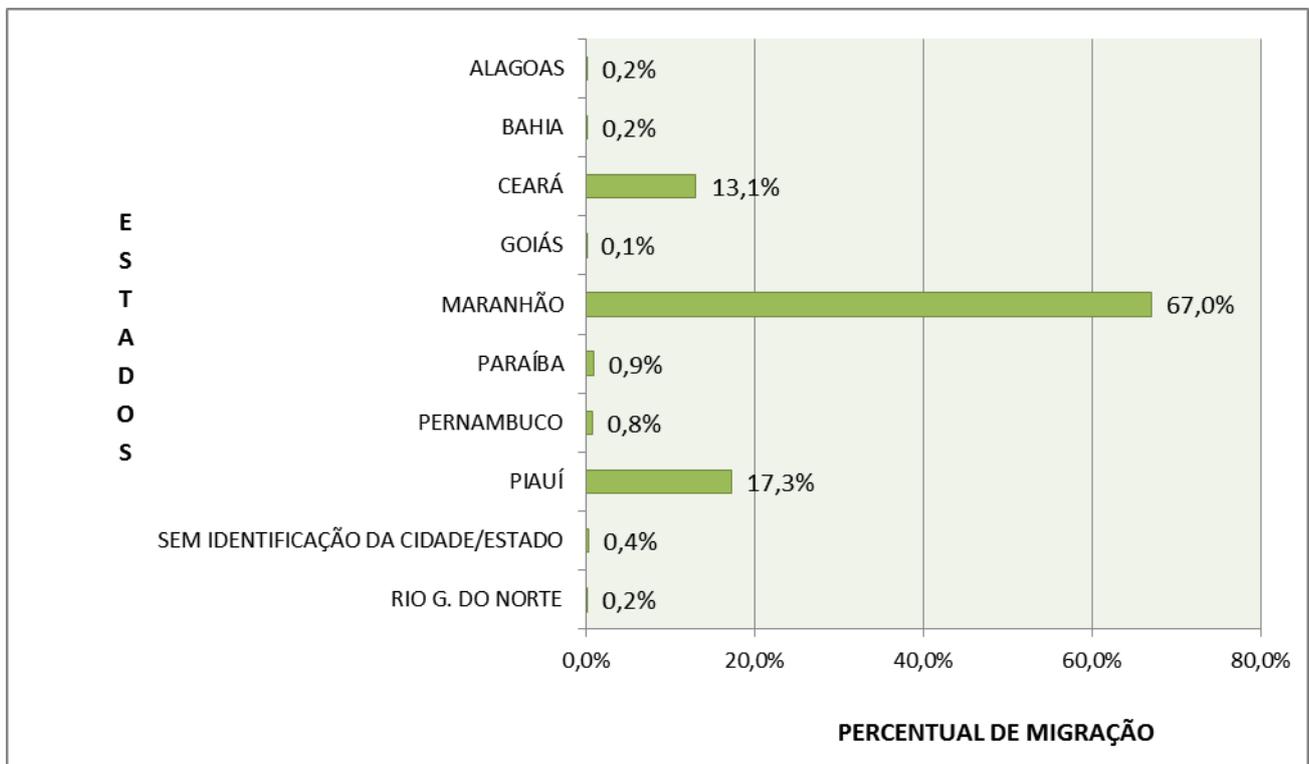


Gráfico 3: Naturalidade dos nubentes do Médio Mearim por estado- Década de 1940

Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1941-1944) e Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1943-1949)

⁸⁶ Denominação antiga do município de Presidente Dutra

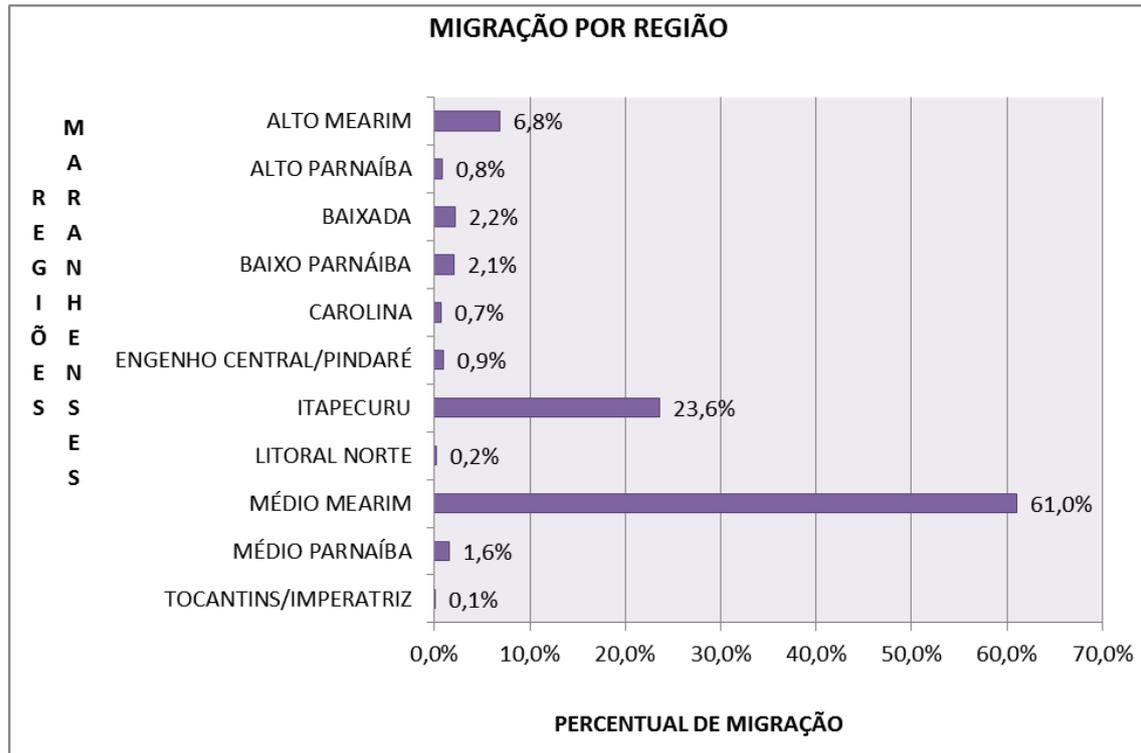


Gráfico 4: Naturalidade dos nubentes do Médio Mearim por Região Maranhense- Década de 1940
 Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1941-1944) e Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1943-1949)

Em 1942, outra seca de grandes proporções ocorre no sertão nordestino. A pressão por alimento e trabalho dos retirantes sobre as grandes cidades da região atingida e sobre o DNOCS⁸⁷ (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), a ausência de locais de emprego para a massa de trabalhadores deslocados, a conjuntura da Segunda Guerra Mundial e a continuidade da política de ocupação dos “espaços vazios” do território brasileiro levam o governo do Estado Novo a elaborar como solução a formação do exército dos soldados da borracha na Amazônia. Institui-se o SEMTA⁸⁸ (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) como expectativa: “tanto para o problema da ausência de mão de obra para os seringais, quanto para o problema da ausência de trabalho para os retirantes eram resolvidos no mesmo processo. A abundância da floresta amazônica aparecia como solução e como contraponto para a escassez do sertão”. (NEVES, 2007, p.93).

A política do governo Vargas em relação ao trabalhador do campo faz-se no sentido de mantê-lo no seu habitat. Sua preocupação com a ocupação dos ditos “espaços vazios” se

⁸⁷ Antigo IFOCS

⁸⁸ Conforme Sereto, op. cit., p.126, o SEMTA é instituído pelo decreto Lei 4750 de 1942. Sua principal função era recrutar e levar o trabalhador nordestino até Belém: “o SEMTA teve uma vida curta e intensa. Por meio dele foi organizado rapidamente um sistema que implicava assistência às famílias, seleção dos trabalhadores, alojamento nas barracas, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e alojamento - até a colocação nos seringais”

expressa na Marcha para o Oeste que visa incentivar a exploração dos sertões de Goiás e Mato Grosso, e, na conjuntura nacional e internacional da década de 1940, estende-se à Amazônia, que ingressa “no imaginário oficial entre os territórios internos a serem ocupados pelos homens do sertão, preferencialmente pelos nordestinos.” (SECRETO, 2007b, p.116)

A concepção da necessidade de expansão da fronteira interna e da reunião de “núcleos demográficos isolados” a partir da incorporação dos “espaços vazios” da nação constrói-se em grande parte num esforço de ampliação do mercado interno, imprescindível para romper com a dependência extrema em relação ao mercado internacional, vista como prejudicial no período imediatamente posterior à crise de 1929 e à Revolução de 30. Durante todo o período Vargas, a concepção da necessária complementariedade entre agricultura e industrialização, campo e cidade, vigora. Conforme Secreto (2007b, p.117), “para tal fim, a ideologia da fronteira ou bandeirismo teve papel fundamental”. Ela assinala a concepção varguista do sertanejo nordestino – mesmo antes dos Acordos de Washington⁸⁹ de 1942 – como personagem ideal para a exploração sistemática das riquezas naturais da Amazônia brasileira. Inicialmente o projeto é pensado como colonização, com o encaminhamento de famílias nordestinas, mas o contexto nacional e internacional dos anos 40 transmuta-o no “recrutamento de trabalhadores, *homens*, a serem transladados em caráter de urgência para os seringais.” (SECRETO, 2007b, p.121, grifos da autora).

Aponta, ainda, a apropriação do discurso euclidiano por Vargas, isto é, a força e a coragem do nordestino fariam dele o artífice potencial da expansão da fronteira interna brasileira. Eles seriam, por excelência, os desbravadores da floresta.

Em um discurso que atribuía ao sertanejo imensa cota de abnegação, o próprio Getúlio Vargas fez suas as palavras de Euclides da Cunha: ‘À sua miséria devemos um pouco da nossa opulência relativa, às suas desgraças, a maior parte da nossa glória. E esta dívida tem mais de 400 anos’. Em meio a esse discurso, esperava-se ainda do sertanejo mais três sacrifícios: que se dirigisse às fronteiras do Oeste e da Amazônia, que aguardasse pela chegada da legislação social, e que não fosse, de modo algum, em busca das cidades. Com isso dizia-se estar reparando um erro histórico, o das migrações acontecidas no sentido inverso ao ‘natural’ e retomando o fio inaugurado com as bandeiras. (SECRETO, 2007b, p.122)

Uma intensa propaganda é realizada pelo Estado Novo para recrutar “soldados da borracha” no Nordeste a partir de 1942. Baseando-se na ideia de aptidão do sertanejo nordestino ao desbravamento da floresta amazônica, representada como paraíso e não como inferno, e na necessidade de manter afastados das cidades os retirantes da seca indesejados,

⁸⁹ Os Acordos de Washington firmados em março de 1942 previam o fornecimento pelo Brasil de matérias-primas essenciais à guerra, dentre as quais, a borracha e o babaçu.

são cuidadosamente confeccionados cartazes, folhetos e discursos que exploram concepções arraigadas no senso comum. Conforme Maria Verônica Secreto, além da ênfase no bandeirismo, o Estado Novo se utiliza de outras noções menos sofisticadas teoricamente, tais como:

[...] simplicidade e autenticidade da população sertaneja; o seu destino de desbravadora do Norte e predisposição ao sacrifício; a ocupação efetiva do território brasileiro como ações efetivas de patriotismo; a seca como situação extrema e desumanizante. E, como contraponto a esse último aspecto, a Amazônia era então representada como terra de possibilidades para aqueles que não tinham opção alguma. (SECRETO, 2007b, p.125)

O encaminhamento de um contingente expressivo de retirantes do sertão nordestino para a Amazônia auxilia a compreensão da menor representatividade de cearenses, potiguares, paraibanos e pernambucanos nas amostragens construídas com os registros de naturalidade dos noivos e noivas residentes no Médio Mearim nos anos 40. Se, na década de 1930, a Colônia Lima Campos figura como iniciativa oficial da política de “acolhimento” do migrante nordestino, na década de 1940, a implantação da Colônia Agrícola de Barra do Corda sinaliza que o governo federal pensa a ocupação e a exploração do território maranhense por outros trabalhadores.

Durante toda a década de 1940, os discursos do interventor federal no Maranhão, Paulo Ramos, e dos governadores de Estado seguintes à sua gestão, colocam o problema da necessidade de fixar o trabalhador no campo. As práticas e discursos do Governo Vargas fornecem o arsenal prático e teórico apropriado por autoridades públicas e defensoras da necessidade de ruralização do Maranhão, valorizando a produção agrícola que fixa o homem no campo, através da colonização. As atividades extrativas, especialmente a do babaçu, não instituiriam vínculo à terra, estimulando o seminomadismo. Nesse sentido, é criada em 1942 uma colônia agrícola nacional, no município de Barra do Corda, no Maranhão.

Gabriela Beskow (2010, p.83) acentua que as colônias nacionais, implementadas durante o governo Vargas, representam uma mudança de orientação em relação à concepção do trabalhador pretendido e do papel de pequenos agricultores na construção do país. As primeiras iniciativas pensadas, em 1937, são as chamadas *colônias de fronteiras*, localizadas nas faixas de fronteira do Brasil, almejando colonos brasileiros, e, excepcionalmente, estrangeiros integrados a famílias brasileiras. Em 1942 são criadas *colônias agroindustriais* que consistiam na distribuição de um aviário industrial e instalações técnicas que permitissem ao lavrador o beneficiamento da produção, viabilizando a agregação de valores às matérias-primas produzidas.

Em 1941, instituem-se, segundo Lenharo (1986), “as meninas dos olhos” da política de colonização do Estado Novo: as colônias agrícolas nacionais. Gabriela Beskow (2010, p.83) assim descreve a concepção que as gerou;

Os lotes das colônias tinham uma área que variava de 20 a 50 hectares. Esses lotes e as casas e as benfeitorias neles existentes eram distribuídos gratuitamente. O colono recebia, para a exploração da terra, sementes e materiais agrários mais urgentes. Porém, a propriedade dos lotes e dos outros benefícios só se efetuaria com o atendimento de certos requisitos. De acordo com a região e a forma de escoamento da produção era determinado um prazo para que o trabalhador fizesse a terra produzir de forma satisfatória. Apenas com o alcance das metas estabelecidas é que o trabalhador se tornaria proprietário do seu pedaço de terra. Tinham acesso à terra preferencialmente, os trabalhadores nacionais que mostrassem aptidão para os trabalhos agrícolas e se comprometessem a residir nos lotes. Os estrangeiros qualificados poderiam ser beneficiados, servindo como exemplo aos trabalhadores nacionais.

A política de ocupação dos “espaços vazios” na Era Vargas expressa, entre outras iniciativas, na implantação de colônias agrícolas nacionais em pontos estratégicos do território brasileiro, não sinaliza para discussões em torno da reforma agrária, já que o camponês não é pensado ainda como força política. A necessidade de complementaridade entre campo e cidade, agricultura e indústria faz-se a partir de uma incorporação controlada do homem do campo, desde o incentivo à pequena produção, concebida como forma de enfrentamento a médio prazo do domínio político e econômico do latifúndio. Há uma valorização do trabalhador nacional em relação ao período anterior à Revolução de 30, mas, nas entrelinhas do discurso oficial, ainda se percebe-se a concepção do estrangeiro como trabalhador exemplar, como sinalizado por Gabriela Beskow no trecho acima.

A concepção de isolamento, atraso e da necessidade de incorporação dos “espaços vazios” alicerça o discurso e as práticas de estímulo à permanência do trabalhador rural no campo, à mecanização e expansão da agricultura, imprescindíveis ao abastecimento de cidades em processo de industrialização e à educação e higienização do homem do campo. Gabriela Beskow (2010, p.82) aponta que

Os projetos tinham como objetivo a transferência de grandes massas demográficas para o interior, o que, além da ocupação dessas áreas promoveria um ‘desafogamento’ dos centros urbanos litorâneos. Esses contingentes populacionais deveriam ser racionalizados, utilizando-se, em um primeiro momento a população de desajustados- mendigos, desocupados - assegurando a revalorização desses indivíduos através da valorização da sua dignidade e garantia de sua assistência sanitária e educativa.

Desse modo, a Marcha para o Oeste, a convocação dos soldados da borracha e as colônias agrícolas nacionais são partes de um mesmo projeto de nação. Na década de 1940, quando a Amazônia e a borracha se tornam estratégicas, o Maranhão é pensado como um dos locais para a implantação de uma das colônias agrícolas distribuídas pelo território nacional⁹⁰.

O “espaço vazio” eleito no Maranhão situa-se no município de Barra do Corda⁹¹, um dos maiores polos de conflitos entre índios e não-índios do estado. Nessa região, no início do século XX, dois episódios violentos são indicativos das tensões e confrontos históricos: o Massacre de Alto Alegre (1901), quando frades capuchinhos e cristãos leigos são executados pelos Guajajara (Tenentehara) em represália à implantação da Missão Capuchinha num território tradicionalmente ocupado por esse povo, e, o outro em 1913, na Aldeia Chinela, quando 150 Kenkateyê são assassinados com ordem e participação direta de um fazendeiro da região⁹².

Duas décadas antes da implantação da Colônia Nacional de Barra do Corda, a Lei Estadual nº 1.079, de 25 de abril de 1923, concede aos índios Canela quatro léguas quadradas de terras na aldeia Ponto, no distrito de Leandro, município de Barra do Corda, e, aos Guajajara (Tenentehara), quatro léguas por seis de fundo, às margens do rio Mearim, compreendendo as já existentes aldeias de Maré Chico, São Pedro, Colônia e Cachoeira.

Em 1942, são doados trezentos hectares de terra ao governo federal, situados no mesmo município de Barra do Corda para “localização da Colônia Agrícola Nacional do Maranhão” (Lei nº 611 de 25 de junho de 1942). Pouco mais de um ano depois, é feita uma

⁹⁰ Ainda segundo Beskow, “visando a constituição de um futuro núcleo de ‘civilização’ no interior do país, fundar-se-iam nas colônias, aprendizados agrícolas e uma infraestrutura para beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais. A produção, venda e consumo dos produtos seriam realizadas a partir de cooperativas formadas pelos colonos com o objetivo de tirar o maior proveito possível de seu trabalho. As colônias de Dourados (Mato Grosso) e de Goiás (nos municípios de Jaraguá e Goiás), visavam ao atendimento ao mercado paulista, e as do Paraná, General Osório (na divisa do Paraná com Santa Catarina), Maranhão (no município de Barra do Corda), Boa Vista (no Amazonas, a 60km de Manaus) e do Pará (no município de Alcobça), estavam voltadas, principalmente para o abastecimento das suas capitais, com o objetivo de contribuir para o problema de abastecimento dos centros urbanos. [...] Eram compostas por pequenas propriedades cujos lotes eram distribuídos, de forma preferencial, aos trabalhadores nacionais sem terra”. BESKOW, Gabriela Carames. “*A pátria é terra*”: representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Ciências Sociais de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). p.84. Disponível em: http://www.mstendados.org/sites/default/files/2010%20tese_gabriela_carames_beskow_2010.pdf. Acesso em: 11 set. 2011. Outros autores fazem referência a mais duas colônias: a Colônia Agrícola de Oeiras (no Piauí) e à Colônia Agrícola Fluminense, localizada em Santa Cruz. Cf. CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crises de poder e reforma de base (1930-1964). In FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano: sociedade e política*. (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986.v.3, Tomo III.

⁹¹ Na década de 1940, o município de Barra do Corda tem como um dos limites o município de Pedreiras, já destacado como produtor de arroz e algodão e situado na região do Médio Mearim.

⁹² Para mais informações, Cf. OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. *Messianismo Canela: entre o indigenismo e o desenvolvimento*. Revista *Anthropologicas*, ano 11, v. 18, 2006. p 183-214; e ZANNONI, Cláudio. *Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: CIMI, 1999.

nova doação ao governo federal para atender à Colônia de Barra do Corda. Desta vez, o texto da lei explicita limitarem-se com as terras dos índios, demarcadas em 1923 (Lei nº 752 de 15 de julho de 1943).

Adalberto Oliveira (2006, p.16-17) aponta haver diversas tensões entre fazendeiros da região e agentes do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em torno das demarcações de novas terras aos Canela, um ano antes da criação dessa colônia agrícola nacional. Após a intensificação das tensões, as demarcações realizadas pelo SPI são interrompidas e o governos federal e estadual respondem com a implantação da Colônia de Barra do Corda, em 1942, num espaço dito vazio, porém, pleno de conflitos entre índios e fazendeiros.

Conforme Ana Raquel Araújo (2013, p.58), os colonos almejados para a colônia nacional de Barra do Corda deveriam ser cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres, aptos ao trabalho agrícola e comprometidos a residir nos lotes. Preferiam-se os que fossem naturais da região, “e dentre estes os de prole numerosa, assim considerando os chefes de família que tenham no mínimo cinco filhos que vivam sob sua dependência⁹³”.

Desse modo, o projeto visa incorporar o maranhense pobre de família numerosa, disposto a residir no espaço contíguo às aldeias indígenas da região de Barra do Corda. Para esse projeto o governo federal não desloca os retirantes nordestinos da seca de 1942 que estão sendo encaminhados para outro “espaço vazio”: a Amazônia plena de índios, seringueiros e de conflitos de longas datas.

Antonio Araújo Ferreira (2008) e Adalberto Oliveira (2006) apontam o fracasso da Colônia de Barra do Corda, devido à dificuldade de abastecimento de água e à distribuição lenta dos lotes (de, no máximo, 50 hectares) e dos títulos definitivos. Para tais autores, no seu entorno, núcleos não índios permanecem e se beneficiam da expropriação e transferência de aldeias. Em trabalho monográfico, Ana Raquel Araújo (2013, p.57) menciona a escolha cuidadosa do local de instalação da referida colônia e sugere que o apoio ao projeto federal provém do desejo de afastamento dos grupos indígenas e da racionalização da produção agrícola, visando ao “progresso” do Alto Mearim e do Maranhão.

Na imprensa maranhense da década de 1940 os retirantes nordestinos voltam à cena, mas ocupando um espaço muito menor nas páginas de jornal. No início da década, nos artigos publicados por Alfredo Benna,⁹⁴ fala-se em seca no Maranhão e na possibilidade da inclusão

⁹³ Vide Diário Oficial do Estado do Maranhão de 10 de junho de 1942.

⁹⁴ Alfredo Benna foi jornalista, agrônomo e professor, atuou na imprensa maranhense intensamente nas décadas de 1930 e, principalmente, 1940. Foi diretor e fundador da Escola Agrícola de Quixadá no Ceará. Foi membro da

do estado no polígono das secas. Em 1941, já se discutia nos jornais uma “semi-seca” que ameaçava o gado da região da Baixada Maranhense. Num artigo intitulado Águas, assim se expressa o articulista:

O relatório apresentado pelo Sr. Interventor Federal do Maranhão ao Sr. Presidente da República e transcrito, há poucos dias, no Diário Oficial do Estado, contém pontos de vista bem interessantes.

Nesse relatório, há assuntos novos que nunca foram tratados, embora constituíssem o esteio da nossa economia.

Com uma precipitação invernal, na média de 2.800 mm. Com rios perenes, ninguém já imaginou que se devesse tratar da água para o gado.

Tivemos, durante cerca de vinte anos, seis estações estivas prolongadas, que podem ser consideradas como semi-seca, em determinadas zonas criadoras.

A indústria pecuária, durante esses períodos, sofreu grandes prejuízos, mas, com tudo, isso, não surgiram iniciativas para evitar a repartição, desses flagelos.

Não há quem desconheça os enormes prejuízos sofridos pelos criadores de Rosário, Anajatuba, Cajapió, Vianna, S. Vicente e S. Bento, em fim do ano passado e no começo deste.

Entretanto, estávamos diante duma nova seca ou semi-seca que ameaça matar de sede o resto do gado que sobreviveu.

O relatório do Sr. Interventor Federal do Maranhão, apresentado ao Sr. Presidente da República, é um apelo dirigido aos poderes públicos para a construção de poços tubulares em toda a zona criadora da baixada. (BENNA, Alfredo. Águas. O imparcial, São Luís, 20 jul. 1941)

A região em questão, Baixada Maranhense, marcada por campos e vastas criações de gado, apesar de relativamente distante da região de estudo e de apresentar - nas amostragens construídas a partir dos Livros de Casamentos - um percentual irrisório de migração para o Médio Mearim, apresenta-nos novamente, como ocorre no início da década de 1930, a atribuição de uma situação de seca ou semi-seca ao estado do Maranhão. No início de outubro, o autor em tom estilístico refere-se à seca no Maranhão e afirma que este estado virou Nordeste e, portanto, precisa ser assistido pelo governo central:

Eu vi a seca.

Vi a seca de 1915, no Ceará, com todo o seu pavor. Vi os efeitos dolorosos da estiagem em 1919, no Maranhão, e, ontem, vi secos os canaviais em Vale Quem Tem e no Recurso.

[...]Secaram o açude e o velho poço, construído há cerca de 120 anos.

Associação Comercial do Maranhão, atuando como diretor em 1945. Conforme a Revista Eletrônica: Perfil dos Sócios: Patronos & Ocupantes de Cadeiras. Organizadores: Leopoldo Gil Dulcio Vaz e Telma Bonifacio dos Santos Reinaldo. do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). São Luis, 2013, 551 páginas”, disponível em:http://issuu.com/leovaz/docs/perfil_dos_socios_-_patronos_-_volu , “Nasceu em Turim, Italia, em 20 de maio de 1886. Graduado em Agronomia pela Real Academia de Turim, veio para o Brasil e fixou-se no Maranhão, onde exerceu com inigualável competência sua profissão. Foi Chefe do Serviço de Classificação dos Produtos de Exportação; Diretor Técnico da Associação Comercial do Maranhão, onde prestou relevantes serviços; Professor destacado lecionou na Escola de Agronomia do Maranhão. Dirigiu a Escola Prática de Agricultura.Faleceu em São Luis, em 11 de maio de 1950.Aparece como responsável pelo jornal O Lavrador Cearense, da cidade de Quixadá, que circulou de 1913 até encerrar suas atividades em 1917, com o nº39; o agrônomo italiano Dr. Alfredo Bena foi diretor da Escola Popular de Agricultura de Quixadá.”

O interior precisa de água.

A mandioca em muitos roçados, já não produz massa mais para o fabrico de farinha da água.

[...]No Maranhão, não houve inverno.

Uma seca pavorosa ameaça a agricultura e a pecuária. Precisamos de poços tubulares e de açudes.

Não podemos ficar de braços cruzados. Devemos pedir ao Governo Central que nos olhe, pois o Maranhão se transformou em nordeste.

Eu vi a seca nos campos e nos roçados e em lugares em que esse ano faltou água. (BENNA, Alfredo. Eu vi a seca. *O Imparcial*, São Luís, 3 out. 1941)

Provavelmente a região atingida pela seca é o município de Rosário, localizado no norte do Maranhão. Por efeito metonímico, toma-se a parte (povoados de Vale quem Tem e Recurso) como o todo (estado do Maranhão). Assim como na classificação oficial do IBGE então vigente, no sistema de classificação acionado pelo articulista, Maranhão não é Nordeste, mas se transforma em Nordeste por experimentar o fenômeno da seca. A discussão dos limites territoriais do polígono das secas no início nos anos 40 e o interesse no repasse de verbas federais aos estados atingidos são parte da atmosfera que circula o artigo. Em 1941, a diminuição da produção de mandioca e açúcar e a ausência de inverno (estação chuvosa) são representados como manifestação da seca. O mesmo termo utilizado para a grande seca de 1915 no Ceará é acionado para o Maranhão de 1919 e 1941.

No final de outubro do mesmo ano, o articulista volta a falar em seca propriamente dita, que atingiria não só a Baixada maranhense e o norte do estado, como figura na notícia acima, mas todo o Maranhão, com exceção do sudoeste (região Tocantina). Fogo, seca e calamidade são ideias-imagens acionadas nesse artigo que invocam claramente a necessidade de inclusão do estado do Maranhão no polígono das secas e apontam a necessidade da construção de açudes no estado, obras normalmente realizadas nos estados do Nordeste suscetíveis às estiagens: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Em todo o Estado, afora a zona ribeirinha do Tocantins, a falta de chuvas está causando grandes prejuízos.

As pastagens que outrora, se conservavam até dezembro, foram varridas pelo vento.

As nascentes e as velhas cacimbas secaram.

Há fogo por toda a parte. Nas margens da Estrada de Ferro, nas Capoeiras, nas matas e nos campos.

Em muitos municípios, como por exemplo, no Rosário, o fogo destruiu o resto dos canaviais.

O Maranhão atravessa um período, que não é de estiagem, mas sim, com todas as características de verdadeira seca.

Os rios deixaram de ser navegáveis. A cada curva que os barcos vencem, é uma baldeação, dispendiosa, morosa e prejudicial ao próprio carregamento, pelos desperdícios que acarreta.

Agora, se reconhece que o Maranhão não pode prescindir de açudes e de poços tubulares ou artesanais.

O Maranhão, encontra-se, neste momento, nas mesmas condições dos Estados do Nordeste, nas épocas das secas periódicas.

O Maranhão precisa ser incluído dentro do quadro dos estados considerados sujeitos á seca.

Precisamos de açudes e de poços. Esses trabalhos não podem ser executados pelos particulares.

O Sr. Dr. Paulo Ramos, Interventor Federal do Maranhão em tempo, já solicitou do Governo Central, os auxílios necessários.

Duas máquinas perfuradoras, para a construção de poços tubulares, estão em viagem.

Mas, não basta.

Precisamos de açudes, construídos pelo processo de cooperação entre particular e o Governo Federal.

É esse o meio mais viável.

O Maranhão não tem mais os invernos de 3.000 mm de precipitação hidrométrica. Há dez anos que a escala hidrométrica vem descendo, para 2.600 mm, e, ultimamente para 1.500 mm.

Com essa diminuição de precipitação das chuvas, o Maranhão mudou a estação estiva de estiagem eventual ou prolongada, para uma fase de verdadeira seca.

Esta, prejudica a navegação, a criação e a lavoura tornando-se uma calamidade para a população rural. (BENNA, Alfredo. Fogo e Seca, *O Imparcial*, São Luís, 26 out. 1941)

Alfredo Benna aponta a diminuição progressiva do índice pluviométrico do Maranhão desde o início da década de 1930 e acentua a ocorrência do fenômeno acionando a expressão “verdadeira seca”, visível, segundo o articulista, nos prejuízos à navegabilidade dos rios, à agricultura e à pecuária. É em situação de calamidade que se retrata o estado e se justifica e apoia a tentativa do interventor federal Paulo Ramos em inseri-lo no polígono das secas. A necessidade de verbas federais para a construção de açudes e poços volta a ser referida.

Localizo uma carta de 1951, escrita por um agricultor da Baixada maranhense, pedindo auxílio ao governador do Estado devido à seca que atingiria a região. Nos Capítulos 4 e 5, dentre os relatos orais utilizados, alguns se referem a invernos fracos ou a “seca” na região do Médio Mearim. Percebo, portanto, que a construção da imagem do eldorado maranhense não é contínua ao longo das décadas estudadas. No início dos anos 40, com a conjuntura política brasileira de centralização, a discussão sobre os estados abrangidos pelo polígono das secas e a implementação das políticas nacionais de colonização, o Maranhão persiste representado na imprensa e em documentos oficiais como pontilhado de “espaços vazios”, enquanto a alcunha de espaço acolhedor e propício à fixação do migrante nordestino perde a visibilidade que possuía na década anterior. A censura da imprensa e a centralização política e administrativa do Estado Novo permitem compreender que o eldorado dos retirantes da seca é trasladado em 1942 para a Amazônia.

Além da preocupação com as secas que atingiriam o Maranhão nesse momento, esse articulista também discute as concepções e as práticas do Estado Novo em relação ao homem

do campo. Assim, ainda em outubro de 1941, Benna refere-se às visitas técnicas realizadas para escolha do local onde seria instalada uma colônia agrícola nacional no Maranhão. Figuram como possibilidades Pedreiras, Grajaú e Barra do Corda. A região já próspera pela rizicultura (Pedreiras) é posteriormente preterida pelo “espaço vazio” pleno de aldeias indígenas. No artigo a seguir, Benna elogia a política de colonização empreendida pelo Estado Novo, que valoriza o trabalhador nacional em relação ao estrangeiro:

Encontra-se nesta capital, o Sr. Dr. José Oliveira Marques, diretor da Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura.

O Dr. Oliveira Marques vem encarregado pelo Governo Federal, de escolher a zona onde deverá ser instalada a primeira colônia agrícola, neste Estado de acordo com o Decreto, há poucos meses assinado, pelo Sr. Presidente da República, sobre a fundação de colônias agrícolas, em todos os Estados, mas, de modo especial, nos estados de menor densidade.

A colonização é o grande segredo das jovens nações.

Durante cerca de cinquenta anos, os governos que precederam o Estado Novo, gastaram somas de esforços para atrair o estrangeiro ao nosso país, para conosco colaborar, já como proprietário rural industrial, etc. Para atrai-lo e fixá-lo entre nós muito se tem feito.

Nesse sentido, despenderam-se vultosas verbas para dar ao emigrante garantias, condições de subsistência e conforto.

E, enquanto tudo se fazia para os que vinham de fora, o lavrador nacional vivia esquecido, abandonado, sem conforto, aforando terra, aqui e acolá entrando nas terras devolutas, levando uma vida quase nômade.

As colônias agrícolas que se pretendem fundar agora, vêm precisamente corrigir os males do passado.

Elas terão um caráter verdadeiramente nacional. Amparar o nosso lavrador. Fixá-lo a terra para que ele e seus filhos possam ter amor ao solo que cultivam.

Amor á terra que será sua, com a sua casinha, embora rural, mas dotada de conforto.

Nessa terra, onde ele poderá trabalhar e produzir, e instruir os seus filhos para que com essa instrução que lhes será ministrada, se encaminhe para um trabalho mais racional, menos pesado e de maior compensação.

O maior problema de hoje é o de fixar o homem ao solo e isto, de modo especial, no Maranhão.

Precisamos criar uma mentalidade rural nova, de amor ao solo para combater o êxodo dos campos.

É preciso voltar à terra; povoar este imensos territórios, mas de lavradores que cercados de conforto, de garantias e de amparo, cultivando o solo, possam conhecer e aprender quanto é rica esta nossa terra.

A fundação de colônias agrícolas vem precisamente a tempo. O Maranhão, mais do que tudo, precisa de ruralização e somente a colonização poderá realizar este fenômeno.

O Dr. Jose Oliveira Marques, que já terminou os estudos e planejou o plano de colonização no Amazonas e no Pará, aqui está para o mesmo fim.

S.S.^a percorreu, ontem, de avião, a zona de Pedreiras, Barra do Corda e Grajaú, para uma vista geral do nosso território devendo visitar mais outras zonas.

Competentíssimo em colonização, de plena confiança do governo federal, o ilustre representante que agora nos visita, encontrará, no Maranhão, todo o apoio para o bom desempenho da sua alta missão.

Para o Maranhão, a fundação de colônias agrícolas se reveste de capital importância, pois não será apenas uma tentativa de ensaio, mas, sim, uma obra grandiosa. (BENNA, Alfredo. Colonização. *O Imparcial*, São Luís, 18 out. 1941, grifos meus)

Assim, a implantação de uma colônia nacional no Maranhão é vista como solução para o êxodo rural e a fixação do homem no solo. Com baixa densidade demográfica, o estado apresenta-se como espaço propício ao empreendimento. Repete-se o discurso de imensos territórios despovoados, da natureza promissora e acrescenta-se o da necessidade de assistência ao homem rural, para que este crie vínculos (amor) à terra. As colônias agrícolas nacionais possibilitariam a regularização da titulação dos lotes pelos colonos após anos de plantio e comprovada produtividade.

A grande disponibilidade de terras devolutas no estado, que proporcionariam ao camponês residente no Maranhão “levar uma vida quase nômade”, “aforando terra, aqui e acolá”, ou fazendo a abertura da mata nos *centros*, é apontada como elemento que contribui para o desvinculamento do homem à terra. A ruralização e o amor à terra seriam estimulados através da valorização do homem do campo. Seu esquecimento e abandono pelas políticas agrárias nacionais e suas condições precárias de vida durante muitas décadas são elementos que o Estado Novo pretende superar. O pequeno produtor rural nacional passa a ser o principal alvo das políticas varguistas e as colônias agrícolas nacionais são pensadas e aplaudidas como meio de atrelá-lo à terra, principalmente em estados como o Maranhão, onde considera-se que há uma grande disponibilidade de *terras sem dono*.

As *terras sem dono*, apontadas em muitas narrativas orais como elementos de atração ao migrante nordestino e maranhense, são, para o Estado Novo, um obstáculo a ser vencido. Urge explorá-las, otimizá-las, fixando o homem do campo.

Em outro artigo, publicado dois meses antes, o mesmo articulista aponta o nomadismo e o êxodo rural como práticas comuns ao camponês maranhense, que precisam ser combatidas por ações públicas. A mobilidade camponesa, o viver “aforando terras aqui e acolá”, ou a exploração agrícola e pastoril em terras devolutas são interpretados como nomadismo pelo Estado Novo. Benna, como outros intelectuais do período, absorve esse discurso. A atração pelos centros urbanos precisaria ser freada em todo o país. O grito “rumo a terra” só poderia, entretanto, ecoar de norte a sul com a montagem de estruturas que permitissem a fixação das famílias camponesas. Nesse sentido, louva as iniciativas de criações de escolas rurais na Colônia de Retirantes de Lima Campos e na Colônia Pedro II. Nas sedes dos municípios, onde já houvesse escolas, não seriam suficientes para assistir e instruir o homem do campo. Far-se-ia necessário levar a escola onde o lavrador e sua família tecem seus mundos do trabalho e do viver: nos povoados, afastados e isoladas das cidades da região, esquecidos e abandonados pelo poder público.

Urbanização e nomadismo são duas pragas que afligem o Maranhão. A urbanização é tendência cosmopolita da humanidade contemporânea, que os filósofos sociais condenam.

Nomadismo é uma consequência da falta da pequena propriedade, que provocou o divórcio entre o homem e a terra.

De norte a sul, só há um grito: rumo á terra.

Este leme tornou-se uma orientação político-agrícola, infelizmente, sobrecarregada de filosofia.

Por isso, esse leme ainda não é para nós.

Para rumar á terra, é preciso amor á terra.

O amor á terra deve iniciar-se nas escolas rurais, dando ao povo do interior uma educação agrária, capaz de atraí-lo, criar uma mentalidade mais rural e menos cosmopolita.

Há, porém, uma dificuldade. As escolas primárias, propriamente ditas, no interior, estão colocadas precisamente onde não existe o homem rural.

As escolas instaladas nas sedes dos municípios não podem ser transformadas em escolas rurais. As sedes dos municípios nada são, senão tantas pequenas capitais.

Precisamos de escolas rurais nos povoados, nos centros, onde as populações vivem do cultivo da terra e não do comércio dos produtos da terra, como acontece entre nós.

Nesse sentido, com nosso grande prazer, registramos o primeiro passo, iniciado pela Secção do Fomento Agrícola, com a instalação de escolas rurais na Colônia Lima Campos e no Campo Agrícola Pedro II.

Esse fato constitui deveras um grande acontecimento, porque tem verdadeiramente caráter rural. Essas escolas poderão influir assim, no amor á gleba, das crianças que as frequentam, serem filhos e filhas de roceiros e pequenos lavradores.

Nessas escolas, acreditamos, que se poderá encucar o amor à terra. (BENNA, Alfredo. Nomadismo. *O Imparcial*, São Luís, 19 ago. 1941)

Em artigo publicado no ano seguinte, quando ocorre a seca de 1942 no sertão do Nordeste, o mesmo articulista refere-se à diminuição da migração nordestina e ao aumento do êxodo rural, marcados pelas precárias condições de trabalho no campo e pelo alto custo de vida no interior do estado. O apelo de Benna é em termos de melhoria de qualidade de trabalho, higiene e assistência médica ao homem do campo, visando inibir a migração para as cidades. Num momento em que se discute nas esferas públicas federal e local o estímulo à fixação do homem no campo, o articulista aponta quais seriam os problemas que envolvem a propalada falta de braços:

O trabalho agrícola, em nosso Estado, não apresenta mais os aspectos de outrora.

A interferência da imigração nordestina quase não se faz mais sentir, como nos outros tempos, das secas periódicas.

Os efeitos que, presentemente, se fazem sentir, estão no valor da mão de obra agrária, sendo motivados pelo êxodo rural.

[...] O êxodo dos campos é um fato. O nosso roceiro poderá ser um analfabeto, mas, justiça se lhe faça, ele sempre mostrou finos de inteligência.

Se nas estradas de rodagens, nos campos de aviação e nos centros industriais da capital, o rural pôde encontrar o dobro ou o triplo dos seus ganhos, só por muito amor à terra onde nasceu e se criou é que ali poderá permanecer.

Procura-se solucionar o nível da vida dos centros industriais e das capitais: nada mais justo.

Mas, é preciso achar a solução positiva e duradoura para o homem rural, para aquele com o qual contamos para o nosso feijão diário.

[...]O plantador abandona as culturas porque os produtos que delas tira não encontram no mercado os preços compensativos para o tempo, despesas e esforços empregados.

Daí o êxodo.

O homem da capital, cuja alimentação é desnutriente, conforme as “resoluções das Semanas Médicas”, realizadas, há um ano, nesta capital, vê tudo encarecer e não chega a compreender que, enquanto ele não passa de um subnutrido, o plantador foge do campo para não ficar de “langa” e inveja o homem da cidade.

Essa situação da verdadeira história econômica da vida rural e da cidade, mostra a indispensável necessidade de providências e iniciativas, para que, na cidade e no campo, o trabalhador, qualquer que seja o seu trabalho, possa produzir com afinco e combater a carestia da vida. (BENNA, Alfredo. Problema do Braço. *O Imparcial*, São Luís, 29 mai. 1942)

Esse conjunto de artigos publicados nos anos de 1941 e 1942 na imprensa ludovicense sugere um deslocamento das discussões sobre políticas de acolhimento ao migrante nordestino, retirante das secas, para problemas internos do estado do Maranhão, envolvendo escassez de chuvas, comprometimento da lavoura e da pecuária, êxodo rural e apoiando a proposta veiculada nacionalmente pelo Governo Vargas de incentivo à fixação do homem do campo. Nesse sentido, apoia amplamente a implantação de uma colônia agrícola nacional em Barra do Corda, reproduzindo o discurso da necessidade de povoar “espaços vazios”, ainda que repletos de índios e conflitos, sujeitos e acontecimentos absolutamente invisibilizados nas ações tomadas no campo maranhense.

A definição do território abrangido pelo polígono das secas, a escassez de chuvas em algumas áreas do estado e a disputa por verbas e investimentos estatais obliteram na imprensa e na documentação oficial a visibilidade do migrante nordestino. O foco são os “nossos lavradores”, maranhenses ou nordestinos – brasileiros –, novos artífices do projeto de nação ancorado no desenvolvimento da pequena agricultura. A almejada complementariedade entre agricultura e indústria, campo e cidade constrói-se a partir de um discurso de combate ao nomadismo e de incentivo à ruralização.

Na década em que o eldorado dos nordestinos desloca-se para a Amazônia e muitos retirantes da seca tornam-se soldados da borracha, além de verificar a redução do índice de migrantes nordestinos na população adulta do Médio Mearim, através da amostragem construída com os registros de casamento católico, nas narrativas orais, localizo apenas um casal de migrantes nordestinos, que tenha entrado no Maranhão nesta década. Trata-se de um casal de cearenses, que chega ao Maranhão em 1949, ano em que não ocorre seca no sertão do Nordeste. As *terras sem dono* e os bons invernos maranhenses são os elementos de atração

apontados na sua narrativa. O espectro da seca e a necessidade de divisão de terras numa família numerosa embalam esse casal de camponeses rumo ao Maranhão⁹⁵.

Nos anos 40, portanto, não há políticas de acolhimento a retirantes e prioriza-se o trabalhador rural maranhense nas políticas voltadas para o campo. Assim, ainda quando não são traçadas políticas específicas de acolhimento ao migrante nordestino no Maranhão, as políticas direcionadas a outros espaços – nessa década para a Amazônia – possivelmente repercutem na diminuição do fluxo migratório de nordestinos para o estado.

“Assim que nos chegamos [1958], ganhava o mato quebrando coco, quebrando coco...”

(Francisco Silva)

“No [centro] Caiçara⁹⁶ nós quebrava muito coco. Quando nós chegamos [1953] tudo era pixote, menino. Aí nós viemos pra quebrar coco, papai já trabalhava na lavoura, que ele nunca aprendeu a quebrar. Mamãe também nunca quebrou, mas nós era...tudo no coco.”

(Nésio Medeiros)

Eles não quebrava coco, logo porque o quebração de coco como vocês sabe é sentado, né? E eles achavam que diz que quem ficava sentado daquele jeito pra quebrar coco, diz que era homem metido a mulher, “fulano é afeminado, tá quebrando coco junto as mulher”. Eles juntavam, os que eram mais zelosos com as mulheres, eles juntavam, traziam pra casa que era pra mulher quebrar, mas quebra,, eles não quebravam. Era muito difícil um homem quebrar coco.

(Ceci Ana Barreto)

Desde o final da década de 1930 até 1945, principalmente com o acirramento da Segunda Guerra Mundial, outro importante componente dos mundos do trabalho torna-se alvo de intensas discussões, no campo maranhense, de modo geral, e na região do Mearim, por ser considerado o caminho ao almejado “retorno ao progresso” do estado: o babaçu.

No período de maior afluência de migrantes nordestinos para a região do Médio Mearim, entre as décadas de 1930 e 1960, o extrativismo do babaçu é, normalmente, a primeira alternativa de sobrevivência acionada no momento inicial de fixação. Como a maioria das migrações ocorre em anos de seca e após os primeiros meses de estiagem, normalmente, a chegada coincide com o período mais intenso da queda do coco babaçu, entre

⁹⁵ A trajetória desse casal será discutida no quarto capítulo.

⁹⁶ Centro localizado no município de Pedreiras, Médio Mearim.

os meses de julho e dezembro⁹⁷. Assim, a coleta e quebra do coco, embora desconhecida da maioria dos migrantes nordestinos que se dirigem ao Médio Mearim, torna-se o meio imediato de sobrevivência de famílias camponesas que não encontram trabalho na lavoura, devido ao ciclo do plantio e das colheitas.

Normalmente são narrativas femininas⁹⁸ que rememoram o papel do babaçu na economia doméstica de migrantes recém-chegados. Nos anos seguintes à fixação no Maranhão, essa atividade persiste associada à lavoura, sendo seus produtos utilizados para o autoconsumo ou comercializados em redes envolvendo proprietários de terras e comerciantes. A renda oriunda da venda do coco babaçu é utilizada para fins diversos: compra de mantimentos e utensílios não produzidos pelas famílias e até mesmo pagamento de professores particulares em *centros* onde não há escolas.

O trabalho de coleta e quebra do babaçu envolve homens, mulheres e crianças, mas é rememorado e identificado pela maioria dos(as) narradores(as) como prática cultural, social e de trabalho feminino. O ser *quebradeira de coco* não é uma identidade acionada de modo recorrente ou enfática por grande parcela dos(as) *entre/vistados(as)* desta pesquisa. Quebrar coco é mais uma das atividades fundamentais na *história de vida* e de trabalho dos(as) migrantes ouvidos(as) para a realização deste estudo, que se representam também como lavradores(as), tropeiros, professoras, comerciantes, donas de casa, costureiras etc.

Durante as décadas abordadas na pesquisa, o Maranhão figura como maior produtor de babaçu, seguido pelo estado do Piauí até a década de 1960. A partir da década de 1970, Goiás passa a ser o segundo maior produtor. Conforme Amaral Filho (1990, p.49), em 1930, o Maranhão participava com 67,25% da produção nacional; em 1940, com 68,38%, chegando a 76,82% na década de 1950. Em 1960, alcança 83,69% e, em 1970, cai para 82,34%.

Além da destacada produção no cenário nacional, a amêndoa do babaçu é aproveitada pelo camponês maranhense e pelo migrante nordestino na fabricação caseira do leite e azeite de coco e do sabão. Aproveitam, ainda, a palha em tetos e paredes de habitações e na

⁹⁷ Conforme MARANHÃO, Secretaria da Fazenda. Babaçu: informes, 1976, o pique da produção costumava ser entre setembro e novembro com pequenas variações de ano pra ano e nas diferentes regiões do estado.

⁹⁸ Na epígrafe supracitada, utilizamos três trechos de *entre/vistas*. A referência ao extrativismo do babaçu é feita por dois homens e uma mulher. Enquanto Francisco Silva (2010) admite, como poucos homens, ter quebrado coco em idade adulta - chega ao Maranhão aos 33 anos -; Nésio Medeiros (2011), cuja mãe, atipicamente, não trabalha na coleta e quebra do coco, sinaliza para o emprego de meninos e meninas nessa atividade; já Ceci Ana Barreto (2013) aponta o receio de homens nordestinos praticarem a quebra do coco babaçu, por perceberem, logo que se fixam no Médio Mearim, o preconceito sobre aqueles que o fazem. O trabalho do pai de Nésio Medeiros (2011) é igualmente distinguido, conforme o critério do gênero na segunda epígrafe: ele trabalha na lavoura, nunca aprendeu a quebrar. Para aprofundar a discussão sobre quebra de coco babaçu e relações de gênero, Cf. BARBOSA, Viviane Oliveira. Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013 Tese (Doutorado em História). Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1449.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2014.

fabricação de cestos e cofos usados também no transporte do coco babaçu do local da colheita para o local de quebra. O geógrafo Manoel Correia de Andrade (1987, p.74) refere-se a uma *civilização do babaçu* em que até mesmo o palmito, por vezes, é consumido: “o consumo deste era grande, servindo tanto na alimentação do homem como na de animais, apesar da sua colheita provocar a morte da pindoba – nome dado ao babaçu novo.”

A história do uso dos recursos naturais do babaçu por famílias camponesas maranhenses tem longa duração. Viviane Barbosa (2013, p. 39-41) localiza registros de uma *civilização do babaçu* no Maranhão em relatos de cronistas, viajantes e poetas do século XVII e XVIII, nos quais já há referência à utilização da palha da palmeira na cobertura das casas e ao uso alimentício do coco e do palmito, inclusive na fabricação de vinhos consumidos por portugueses. Desse modo, alerta para a necessidade de pensar a história do uso do babaçu na economia familiar camponesa, nos séculos anteriores à sua conotação como elemento passível de lucro e de investimento econômico e como pauta de discussão de comerciantes, empresários e do governo estadual.

O economista Jair do Amaral Filho (1990, p.27) estabelece uma periodização para a economia do babaçu no estado do Maranhão, alertando que não deve ser vista de forma estanque. A primeira fase, denominada "fase de autoconsumo do babaçu", vai desde o início da sua utilização em terras maranhenses até 1911, quando ocorre sua primeira exportação. O produto possuía somente valor de uso, com utilização predominantemente doméstica, não havendo uma organização das relações sociais e de trabalho para sua extração.

Nas fases posteriores, há permanências do uso do babaçu sem fins lucrativos por inúmeras famílias camponesas do estado. A partir da segunda fase, denominada “fase da hegemonia do capital comercial” (1914-1960), a amêndoa do babaçu passa a ser um produto da indústria oleaginosa estrangeira, adquirindo valor de troca e imprimindo uma organização ao processo extrativo. A exportação da amêndoa do babaçu e o investimento no parque fabril têxtil instalado em São Luís e na cidade de Caxias são alternativas de investimento encontradas por algumas casas comerciais do Maranhão, ainda na primeira metade do século XX.

Inicialmente, o babaçu é explorado nas áreas de colonização mais antigas, como o vale do rio Itapecuru e a Baixada, mas, ao longo da primeira metade do século XX, o extrativismo avança pelos vales dos rios Mearim e Grajaú, seguindo o curso da conquista dessas terras. Os camponeses inserem-se nessa nova fase do extrativismo do babaçu, quer como pequenos proprietários, quer como posseiros – ocupantes de terras devolutas – ou como arrendatários e foreiros inclusos nas teias articuladas por grandes proprietários e comerciantes. Com a

intensificação da migração de nordestinos para o estado do Maranhão, entre 1930 e 1970, aumenta, provavelmente, a parcela de camponeses dedicados à extração do produto.

Ao longo dessa segunda fase, os camponeses extratores de babaçu dedicam-se à coleta e à quebra visando ao autoconsumo e negociando o excedente, dependendo da forma como se inserem no regime de propriedade de terras. Em áreas de ocupação mais antiga, como o vale do Itapecuru e a Baixada, onde predominam o regime de propriedade privada das terras, já é comum nesse período, conforme Amaral Filho (1990, p.31), o atrelamento do extrator ou das famílias extratoras a grandes proprietários, os quais, por sua vez, repassam a produção de amêndoas aos comerciantes envolvidos na sua exportação.

A partir de 1919 são feitas concessões de terras para exploração do babaçu a empresas estrangeiras no território maranhense. Há registros da exploração dos recursos do babaçu na região atualmente correspondente ao Médio Mearim nessa segunda fase. Conforme Klare Markley (1963, p.116 apud AMARAL FILHO, p.116), entre 1924 e 1925, a empresa Brazilian Babaçu Corporation instala-se às margens dos rios Grajaú e Mearim, tendo recebido uma concessão de terras devolutas do governo do estado do Maranhão para exploração de babaçuais. Suas atividades se estendem até 1927. Nesse mesmo ano, a empresa francesa Sociedade de Culturas de Plantas Tropicais obtém concessão do Estado para explorar palmeiras de babaçu e cultivar mamona, em São Luiz Gonzaga (1963, p.66). Em 1952, são feitas igualmente concessões de terras, localizadas às margens do rio Mearim, à empresa Hugo Borghi.

Em 1918, inicia-se a preocupação com a introdução de máquinas no processo de extração da amêndoa do babaçu. Há um esforço do governo do Maranhão na elaboração de estudos e na importação de máquinas e técnicas que pudessem aprimorar a exploração desse recurso natural⁹⁹.

No seu relatório de 1939, o interventor Paulo Ramos aposta na exploração do babaçu como meio de “reerguer” a economia maranhense:

Estou cada vez mais convencido de que num futuro que não vem longe, o coco babaçu transformará o Maranhão no mais próspero estado do Norte do Brasil. No dia em que estivermos convenientemente aparelhados para extrair dentro das nossas fronteiras, não somente o óleo da amêndoa, mas todos os subprodutos desse

⁹⁹ Cf ABREU, Sylvio. *O côco babassú e o problema do combustível*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, 1929; MARANHÃO, Departamento Estadual de Estatística. *O babaçu no Estado do Maranhão*. São Luís: Governo do Estado, 1942; *O Babassú*. Revista da ACM, 1943; GONSALVES, Alpheu. *O babaçu: considerações científicas, técnicas e econômicas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955, Série Estudos e Ensaios. n° 8. Viviane Barbosa menciona especialmente o grande número de estudos sobre o babaçu durante o Estado Novo e a interventoria de Paulo Ramos no Maranhão (1937-1945). Cf. Barbosa, op. cit..

prodigioso fruto da flora maranhense, nos colocaremos, sem esforço, entre as unidades da federação que maior influência exercem na economia do país.

A marcha para esse ambicioso porvir, já se encontra, felizmente iniciada. Além de uma fábrica de óleo babaçu já existente nessa capital [São Luís], monta-se presentemente na Ponta do Itaqui, poucos quilômetros distantes dessa cidade, uma grande usina, destinada não só ao preparo do óleo, como também à extração de vários subprodutos do coco inteiro.

A administração estadual cogita, no momento, promover, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento dessa promissora indústria e espera, dentro de pouco tempo, conseguir o fim colimado. (RAMOS, 1939, p.19)

Como outros estudiosos e homens públicos do seu tempo, Paulo Ramos é tributário da ideia de decadência da lavoura maranhense a partir do fim da escravidão. Apesar do aumento da produtividade do algodão na década de 1930, aposta no babaçu como produto capaz de alavancar a economia e de projetá-la nacionalmente. Para tanto, urge modernizar a forma rudimentar de exploração empregada. Repudia o subaproveitamento do fruto, com o desperdício da casca, da qual se poderia produzir carvão, ácido acético, ácido metílico, alcatrão (RAMOS, 1939, p.21). Nesse mesmo relatório, conforme levantamento feito por Eduardo de Souza Aboud, então presidente da Associação Comercial do Maranhão, somente 50% dos frutos são explorados e 2% do seu potencial é aproveitado.

Segundo estudo realizado em 1942 pelo Departamento de Estatística do estado do Maranhão, a exportação do babaçu para os Estados Unidos dá-se sob a forma de amêndoa, persistindo o processo manual de coleta e quebra do coco.

Analisando a produção do babaçu durante o Estado Novo, Viviane Barbosa enfatiza a invisibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos na coleta e quebra do coco babaçu:

[...] não é de se estranhar que os textos oficiais, embora se referissem à extração do babaçu e à sua importância econômica, geralmente não fizessem alusão direta aos camponeses ocupados nessa atividade. Há, portanto, uma obliteração da presença de quebradores e quebradeiras de coco, pois a maioria dos registros aborda tão somente as implicações comerciais e questões industriais que envolvem o produto. Os camponeses aparecem de modo figurativo em fotos e imagens que apresentam o extrativismo; os trabalhadores aparecem como apêndice de um texto cujo conteúdo central é a grande riqueza natural do estado.

Às perspectivas do estado e dos industriais, acresciam-se as representações poéticas dos letrados maranhenses. Mesmo nas poesias das Terras Gonçalves e suas palmeiras, são presentes os pássaros e suas riquezas naturais, mas não os camponeses. Assim, esses não seriam úteis nem do ponto de vista do pragmatismo comercial, nem da perspectiva da vasta produção poética do estado.

O apagamento da presença do campesinato maranhense nas representações dos símbolos e da produção econômica da região, certamente se relaciona ao processo ideológico de ocultação ou minimização das mobilizações camponesas por todo país, que consagrou a ideia inventada de passividade e incapacidade do trabalhador do campo. (BARBOSA, 2013, p.52-53)

Ao longo da segunda fase do extrativismo do babaçu, é o trabalho manual de camponeses que mantém a produção. Conforme Barbosa (2013, p.34), o trabalhador persiste desprezado nas fontes oficiais e na imprensa possivelmente devido “à associação da quebra do coco a uma economia de subsistência e, ao mesmo tempo, à sua naturalização como trabalho feminino, portanto doméstico e desprovido de importância econômica.”

No mencionado estudo do Departamento Estadual de Estatística, de 1942, o processo de coleta e quebra do coco é descrito como estritamente artesanal.

A colheita do coco

A colheita do coco babaçu é feita pela apanha do coco no solo, debaixo das palmeiras.

O fruto logo que se torna amadurecido, cai ao pé da palmeira e o homem só tem o trabalho de apanhar os cocos e conduzi-los ao quebramento, para a extração da amêndoa.

O quebramento

O quebramento do coco é feito pelo processo rotineiro do machado, e nele se empregam as famílias dos habitantes do interior do Estado.

O quebramento consiste no seguinte: o operador prende o machado nos pés, conservando o gume para cima, sobre a lâmina (gume) é colocado o coco com uma das mãos, enquanto a outra, que impunha um toro de madeira (maceta), desfere um golpe violento sob cuja força se abrem o endocarpo e o mesocarpo, até a retirada da semente (amêndoa).

Uma pequena família de três pessoas, pode extrair até 30 quilos de amêndoa por dia.

Uma das dificuldades apresentadas no problema do babaçu é, sem dúvida, a falta de uma aparelhagem, máquina de quebrar, que satisfaça as condições exigidas pela resistência do fruto, seja de fácil manejo, possa ser conduzida facilmente para as palmeiras onde se faz a extração das sementes, e venha a ser adquirida por um preço acessível aos poucos recursos dos lavradores. (MARANHÃO, 1942, p.9-10)

Conforme Barbosa (2013), em dois momentos desse pequeno e único trecho do documento em que o trabalho dos camponeses no extrativismo do babaçu é citado, há referência ao trabalho familiar. Pressupõe-se o envolvimento de homens, mulheres e crianças nessa atividade. A coleta do coco é apresentada como tarefa que requer pouco esforço e força física, não cogitando possibilidade de melhoramento dessa etapa. Em relação à quebra do coco, ressalta-se o processo artesanal com o uso do machado e com a necessidade do emprego da força ("golpe violento") para romper a resistência do fruto. Daí o interesse estatal no invento de um aparelho de quebrar de fácil manejo e que possa ser adquirido a baixo custo pelos lavradores. A otimização da produção não se faria em indústrias, mas próximo aos babaçuais e com o emprego da mesma mão de obra tradicionalmente usada.

O documento ressalta ainda uma estimativa do rendimento familiar diário (30 quilos de amêndoa por dia), enfatizando a baixa produtividade. Almeja uma otimização da produção familiar com a introdução de máquinas, mas ainda se atrela o funcionamento dessa economia à figura do lavrador (lavradora?) que deve manejá-la, transportá-la e comprá-la.

O processo artesanal é associado à imagem do atraso. Para o governo estadual, urge criar mecanismos mais avançados de extração, já que o babaçu é visto como a via de retorno do Maranhão ao progresso. Como os economistas citados no primeiro Capítulo 1, interventores e governadores de Estado também reproduzem, até meados do século XX, o discurso de que o Maranhão estaria vivendo um momento de involução ou decadência. Na década de 1940, portanto, o babaçu e a modernização da sua extração são apontados como solução do problema.

Essa prática artesanal de coleta e quebra do coco babaçu, como descrita acima, ainda persiste entre inúmeras famílias camponesas que vivem no interior do Maranhão, inclusive na região do Médio Mearim. Embora o texto do documento citado não faça referência textual ao trabalho feminino e infantil, apresenta fotografias onde se observam mulheres e crianças quebrando coco babaçu.



Figura 1: Mulheres quebrando coco babaçu

Legenda conforme o documento: Cada pessoa pode extrair dez quilos de amêndoas por dia.

Fonte: (MARANHÃO, 1942)

A ideia-imagem de rusticidade sobressai na fotografia e a legenda informa ao leitor a produção diária. Na imagem a seguir, publicada em 1942, com o título "Casa do Caboclo no Mearim", mulheres e crianças quebram coco em frente a uma casa coberta de palha, provavelmente extraída da palmeira do babaçu. Novamente homens adultos não compõem a fotografia.

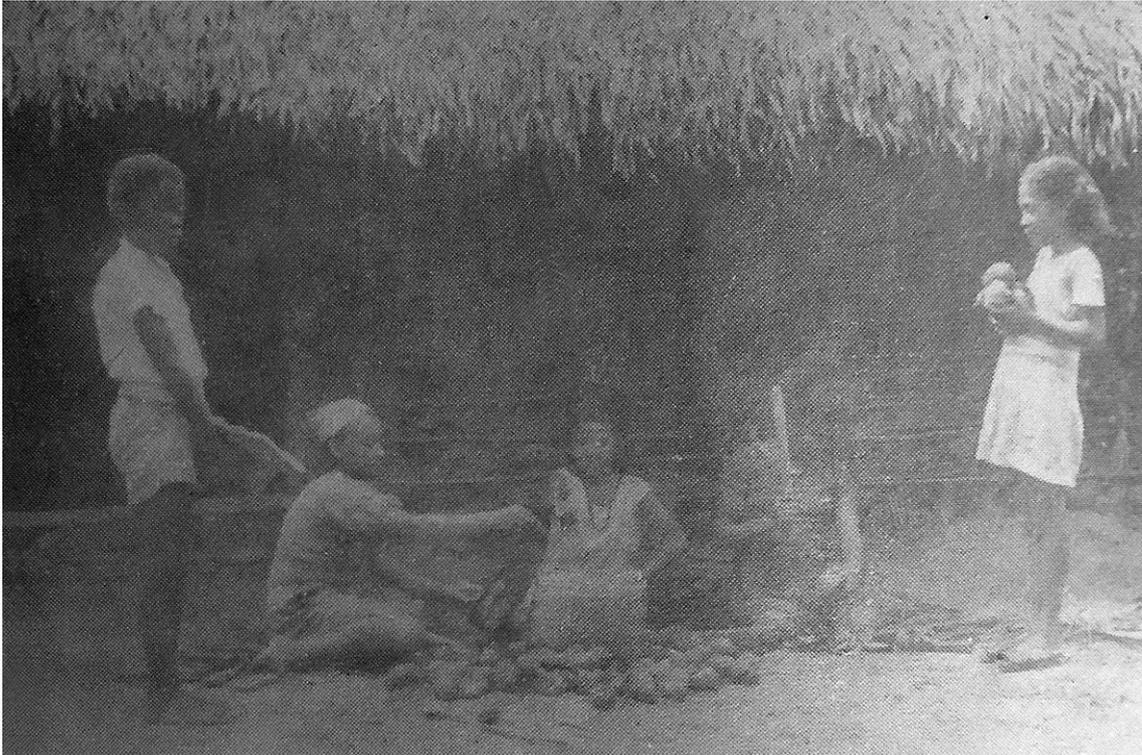


Figura 2: Casa do caboclo no Mearim

Legenda conforme o documento: Até as crianças empregam seu tempo na extração das amêndoas.

Fonte (MARANHÃO,1942)

A extração e a quebra do coco babaçu – uma das atividades fundamentais que compõem os mundos do trabalho de maranhenses e nordestinos que vivem no Médio Mearim no recorte temporal estudado – são representadas nessas imagens e textos sob o signo do atraso. Assim como a produção agrícola é discutida por estudiosos e por agentes atrelados ao Estado, buscando um caminho de modernização e o aumento da produtividade, representa-se o camponês como um agente que precisa passar por um aprimoramento de suas técnicas e ferramentas, para haver o aumento da produção do babaçu.

A imagem da Casa do Caboclo do Mearim sugere ainda a necessidade de se repensar as condições de higiene e habitação do homem do campo. Esse documento do Departamento Estadual de Estatística, por ser um levantamento e um estudo técnico, não emite explicitamente opinião sobre as condições de vida do homem do campo maranhense, mas sendo um estudo efetuado dentro da estrutura do Estado, sintoniza-se com as concepções varguistas sobre o trabalhador rural. A almejada complementariedade entre campo e cidade, agricultura, extrativismo e indústria passa pelo acesso do camponês a melhorias técnicas e instrumentais no trabalho, a condições de salubridade e habitação que constituam um trabalhador sadio e apto a ser partícipe do projeto de desenvolvimento e modernização nacional.

Na final dessa década e nos anos 50, a preocupação com o incremento agrícola no Maranhão leva a outras iniciativas estatais e privadas que buscam englobar o trabalhador rural.

Ao longo da década de 1930 assiste-se a uma ascensão da amêndoa do babaçu como produto de exportação do estado do Maranhão. Nas décadas de 1940 e 1950, o algodão, tradicional item de exportação, deixa de ser o principal produto; a amêndoa de babaçu e o arroz se reparam a partir de então na primeira posição.

Grande parte da produção do babaçu e do arroz conta com a mão de obra de homens e mulheres camponeses, dentre os quais se incluem migrantes nordestinos e maranhenses fixados ou de passagem pelo Médio Mearim. Sobre essa região, além do impulso de incentivos estatais e da presença de usinas de beneficiamento do óleo bruto e da torta do babaçu incidem ações da Campanha da Produção, empreendida pela Associação Comercial do Maranhão, entre 1947 e 1956 em cidades do vale do Itapecuru e do Mearim.

A Campanha da Produção é uma iniciativa da Associação Comercial do Maranhão sediada em São Luís. Seu objetivo é desenvolver a produção agrícola com a implementação de melhorias que visam atuar na infraestrutura (abertura de estradas, assistência técnica e fomento agrícola) e na assistência social e médica a pequenos lavradores, áreas de atuação tradicionalmente estatal. Maria de Lourdes Lacroix (2004, p.15-16) concebe a Campanha como uma iniciativa apoiada, de modo rarefeito pelo Estado, que atua sobre um quadro de *déficit* de exportações, motivada pela Segunda Guerra Mundial, mas também pela falta de uma política de crédito agrícola e de uma estrutura de transporte e comunicação que viabilize o escoamento da produção do interior para os portos da capital. Lacroix compartilha da ideia de letargia econômica do Maranhão na primeira metade do século XX e sua obra, publicada como parte das comemorações do sesquicentenário da Associação Comercial do Maranhão, engradece, nas entrelinhas, os feitos dessa instituição.

Embora Lacroix reconheça o papel da produção de algodão, milho e mandioca em toda a primeira metade do século XX e ressalte sua exportação para o mercado nacional, especialmente o Centro-Sul do país, como economistas mencionados no Capítulo 1, associa prosperidade econômica à agroexportação. A diminuição do montante de exportação e/ou a queda dos preços internacionais dos produtos maranhenses são interpretados pela autora como o declínio da economia a níveis medíocres.

Lourdes Lacroix (2004, p.23). apresenta, ainda, dados relativos ao incremento da produção de arroz durante os anos da Segunda Guerra. Enquanto em 1939 são exportados 5.850.132 quilos, equivalentes a C\$3.281.370,50, em 1944, a exportação passa a 18.616.299

quilos, equivalentes a C\$22.937.280,00. A economia maranhense, portanto, não declina a níveis medíocres. Assiste-se sim, durante as décadas de 1940 e 1950, a um processo gradual de crescimento da exportação de arroz em relação à exportação de algodão em pluma e de tecido.

Como antropólogos, geógrafos e economistas já citados nesse texto, Lacroix também reconhece a influência da migração de nordestinos para o incremento agrícola vivido no estado do Maranhão em meados do século XX, quando o arroz desponta como principal produto.

A Campanha da Produção tem como preâmbulo a Comissão de Defesa da Produção, composta por membros do Estado e da Associação Comercial do Maranhão, convocada pelo interventor federal, Clodomir Cardoso, em julho de 1945, para realizar um estudo sobre a situação da economia maranhense. Tal Comissão conclui que o fomento deve incidir sobre o homem rural e o melhoramento dos transportes para viabilizar o escoamento da produção. Conforme o relatório da Comissão, entregue à ACM ainda naquele ano, seria necessário instruir o camponês, dotando-o de ambição. Conforme Lacroix (2014,p.22):

Não há como deixar de sentir a inadiável necessidade de uma ação conjunta, pronta e eficaz do poder público e da classe comercial no sentido de fazer despertar no espírito dos nossos camponeses maior interesse pelo desenvolvimento da produção agrícola e extrativa'.

Partindo dessa concepção foi sugerido proporcionar ao nosso camponês 'má alta noção de vida, levando-o a esforçar-se para viver com relativo conforto' e, para tal, oferecer assistência técnico-agrícola, sanitária e educacional rural 'visando conduzir o lavrador a interessar-se pela conquista do nível de vida cada vez mais elevado'.

As ações da Comissão são executadas entre abril de 1946 e dezembro de 1947, através de um acordo firmado entre o governo do Estado e a ACM e executado pela Secção de Fomento Agrícola, no relativo à assistência médica ao lavrador, aquisição de sementes e materiais. Essas primeiras ações envolvem os municípios de Pedreiras, Bacabal, Ipixuna, Coroatá e Codó. Os três primeiros são parte da região então em expansão – Médio Mearim – e os dois últimos da região do Itapecuru, de ocupação mais antiga. Com verbas estaduais abrem-se estradas, distribuem-se sementes, cadastram-se lavradores¹⁰⁰, e formam-se comissões sanitárias¹⁰¹.

¹⁰⁰ Conforme Lacroix, foram cadastrados 15.418 lavradores: 1.838 em Itapecuru, 3.756 em Coroatá, 4.871 em Codó, 2.237 em Pedreiras e 2.716 em Bacabal, não sendo registrado nenhum em Ipixuna. LACROIX, Maria de Lourdes. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 2004. p. 28.

¹⁰¹ Conforme Lacroix, o Serviço Nacional de Malária forneceu dez mil comprimidos específicos aos lavradores pobres e agrégados. Somaram 12.047 doentes clinicados através da Campanha. LACROIX, ibid.

Em 1948, a ACM cria um órgão interno denominado Campanha da Produção,¹⁰² que passa a executar uma série de medidas visando à melhoria da produção agrícola a partir de ações que atingem diretamente os produtores rurais: assistência médica profilático-curativa, técnico agrícola e judiciária aos lavradores cadastrados, distribuição – inicialmente gratuita – de sementes e ferramentas, aberturas de estradas e construção de armazéns nos municípios contemplados.

Conforme os dados da Tabela 3, no primeiro momento das ações (1946-1947), quando Estado, ACM e Fomento Agrícola dividiam responsabilidades e atividades, três municípios do Médio Mearim (Bacabal, São Luiz Gonzaga e Pedreiras) figuram entre as áreas de atuação da Campanha, mas não aparecem dados relativos à São Luiz Gonzaga. Apesar de Bacabal e Pedreiras apresentarem número de lavradores cadastrados e área plantada inferior a municípios do vale do Itapecuru, como Coroatá e Codó, recebem uma quantidade muito superior de sementes de algodão, arroz, milho e feijão. O incentivo aos dois primeiros produtos (algodão e arroz) é notoriamente comercial e aos dois últimos (milho e feijão) é, possivelmente, visando ao estímulo e à subsistência do camponês, que prescindiria de um abastecimento externo de gêneros essenciais à alimentação.

Municípios	Lavradores Cadastrados	Área plantada (hectares)	Distribuição de sementes				
			Algodão	Arroz	Milho	Feijão	Gergelim
Itapecuru	1.838	*	4.403	19.608	6.500	275	160
Coroatá	3.756	8.718	3.561	50.880	3.663	1.158	4
Codó	4.871	9.080	2.000	22.000	1.800	-	-
Pedreiras	2.237	6.759	36.837	35.902	12.036	6.100	-
São Luiz Gonzaga ¹⁰³	**	***	-	-	-	-	-
Bacabal	2.237	4.363	26.000	33.975	18.241	9.153	-
TOTAL	15.418	28.920	75.801	162.365	42.240	16.686	164 kg

Tabela 3: Trabalhadores cadastrados por municípios

FONTE: Relatório da CPAPA ao Governo do Estado: atividade de 1946, p. 9. (apud LACROIX, 2004)

*Não foram fornecidos dados

** Lavradores ainda não cadastrados na época da elaboração do relatório

***Não foram fornecidos o nº de hectares nem a quantidade de sementes distribuídas

¹⁰² Conforme Lacroix, a verba empregada na Campanha resulta da redução do imposto denominado "Exploração Agrícola e Indústria", prevista na Constituição Brasileira de 1946. Desde 1948, a arrecadação desse tributo pelos estados deveria ser diminuída em 25% a cada ano, até sua extinção progressiva em 4 anos consecutivos. A ACM catalisa a verba anteriormente destinada ao imposto de exportação pago ao Estado para o empreendimento privado de ações visando ao aumento da produção agrícola. LACROIX, *ibid.*

¹⁰³ Substituí a denominação Ipixuna utilizada pela autora por São Luiz Gonzaga. A comparação com a população rural dos municípios do Médio Mearim nas décadas de 1940 e 1950, permite inferir um amplo alcance da Campanha na região de estudo no momento imediatamente anterior ao boom das migrações. Vide Tabela 2.

Em 1949, Pedreiras e Bacabal, figuram como maiores produtores de algodão dentre os municípios contemplados pelas ações da Campanha¹⁰⁴, seguidos por São Luiz Gonzaga e Caxias, que tem produção 30% menor e por Coroatá e Itapecuru, com produção 60% inferior aos primeiros municípios. Em 1951, os municípios com maior produção agrícola no estado do Maranhão são Bacabal (14.465 toneladas), Caxias (12.245 toneladas) e Pedreiras (10.909 toneladas). Os três municípios são direta ou indiretamente contemplados pelas ações da Campanha da Produção. É interessante frisar essa ação da Campanha da Produção sobre municípios do Médio Mearim e da região do Itapecuru e a projeção deles na economia do estado. São, principalmente, das cidades região do Itapecuru acima citadas que afluem migrantes para o Médio Mearim nas décadas abordadas nessa pesquisa.

Em algumas localidades dos municípios de Bacabal (Olho d'Água, Manoel Luís, Olho d'Água das Cunhãs, Vitorino Freire, Mururu, Bacuri da Linha e Lagoinha) e Pedreiras (Igarapé Grande, Olho d'Água Grande) é realizado, a partir de janeiro de 1951, um trabalho de assistência direta aos lavradores cadastrados, envolvendo orientação técnica, fornecimento de sementes (algodão e arroz) e inseticidas, venda de ferramentas e arame a baixo custo e prioridade no atendimento sanitário.

O interesse empresarial em municípios do Médio Mearim também pode ser mensurado pelo montante investido na assistência médico-sanitária. Os maiores montantes de investimento são em Bacabal e Pedreiras, seguidos de três municípios da região do Itapecuru (Caxias, Codó e Itapecuru)¹⁰⁵. Para a Campanha da Produção, o estado brasileiro e os estudiosos da questão agrária, nas décadas de 1940 e 1950, a medicalização do camponês e a sanitização do meio rural são elementos imprescindíveis para a otimização da produção agrícola. As maiores cidades do Médio Mearim (Pedreiras e Bacabal) são os alvos privilegiados dos investimentos da ACM.

O investimento em sementes e assistência médica não seriam suficientes para dar à ACM o retorno pretendido. Lavradores saudáveis, áreas rurais saneadas, ferramentas, inseticidas e técnicas agrícolas impulsionam a produção em áreas rurais dos vales do Mearim e do Itapecuru abrangidas pela Campanha da Produção. Investe-se, também, capital numa infraestrutura para viabilizar a circulação de produtos, produtores e compradores. Inúmeros quilômetros de estradas são restauradas ou abertas possibilitando que caminhões alcancem regiões isoladas ou de difícil acesso. O relatório da Campanha da Produção de 1953 (p.110)

¹⁰⁴ Cf. Relatório da Campanha de Produção, 1949/1949, p.6 (apud LACROIX, op. cit., 2004).

¹⁰⁵ Cf. Relatório da Campanha da Produção, 1952, p.5.

refere-se ao investimento de 100 km de estrada em Pedreiras, 175km, em Bacabal, e 574, em São Luiz Gonzaga.

Durante os anos 50 e 60, apesar desse esforço despendido pela ACM, estradas onde transitam caminhões que trazem mercadorias e migrantes cortam a região do Médio Mearim, perpassado também por áreas alagadas, nas quais somente tropas de burro trafegam. Porém, o impulso econômico trazido pela Campanha da Produção é um dos agentes que atua sobre o cenário personagem do Médio Mearim, onde homens e mulheres, migrantes de outros estados ou naturais do Maranhão fixam-se e/ou (passam). Vivendo da quebra do coco babaçu, da produção de arroz, algodão, mandioca, milho e feijão.

O Médio Mearim, região de *terras sem dono*, de muitas águas, das chuvas, do rio, dos lagos, igarapés e olhos d'água torna-se atrativa para camponeses, comerciantes, profissionais liberais, por ser rica em coco babaçu e fértil para a produção de arroz e algodão. Esses dois produtos são consumidos, em grande parte, dentro do próprio estado do Maranhão e escoados para estados vizinhos do Nordeste ou do Centro-Sul, pelas águas dos rios então navegáveis, pelas estradas ainda pouco velozes e pelo lombo dos burros que passam onde barcos e caminhões não alcançam.

2.1.3 Nos anos 50: boom da migração na Canaã dos nordestinos

Para a década de 50, a amostragem construída a partir dos Livros de Casamento conta com 2226 registros. Em relação à década anterior, o percentual de maranhenses residentes no Médio Mearim sofre uma redução de 18%, indicando um novo momento de intensa migração entre a população adulta: 45,4% dos registros são de maranhenses¹⁰⁶. Nesta década, pela primeira vez, o número de cearenses ultrapassa o de piauienses na amostragem. Há 648 registros de cearenses que equivalem a 29,1% do total. Sobressaem como principais focos migratórios: Sobral (63 registros), Missão Nova (48), Crato (41), Granja e Crateús (29 cada), Ipueiras (27), Viçosa (24), Ubajara (23), Brejo dos Santos e Nova Russa (21 cada), Juazeiro (18), Milagre (19), Ipiabina (17), Independência e Ipu (16 cada), São Benedito (15), Assaré (13).

O Piauí tem 398 registros, totalizando 17,9%. Destacam-se como polos expulsores: Teresina (57 registros), Miguel Alves (39), Luzilândia (38), Picos (22), União (23), Esperantina (19), Campo Maior (18), Barras e Pedro II (16 cada), Oeiras (14), Porto, Parnaíba

¹⁰⁶ A relação completa da migração por cidades e estados da década de 1950 encontra-se no Apêndice 3.

e Altos (9 cada). Os demais estados do Nordeste, com percentuais irrisórios comparados aos do Ceará e Piauí, são Pernambuco (1,5%) e Paraíba (1,1%). Em Pernambuco, nos 33 registros computados, sobressaem Exu (7 registros) e Agrestina (6 registros), no estado da Paraíba, dos 24 registros, destacam-se Catolé do Rocha (4 registros) e Cajazeiras (3 registros).

Figuram ainda na amostragem com percentual inferior a 1%: Rio Grande do Norte (0,4%), Bahia (0,2%), Goiás, Mato Grosso, Alagoas e Amazônia (0,04%) cada.

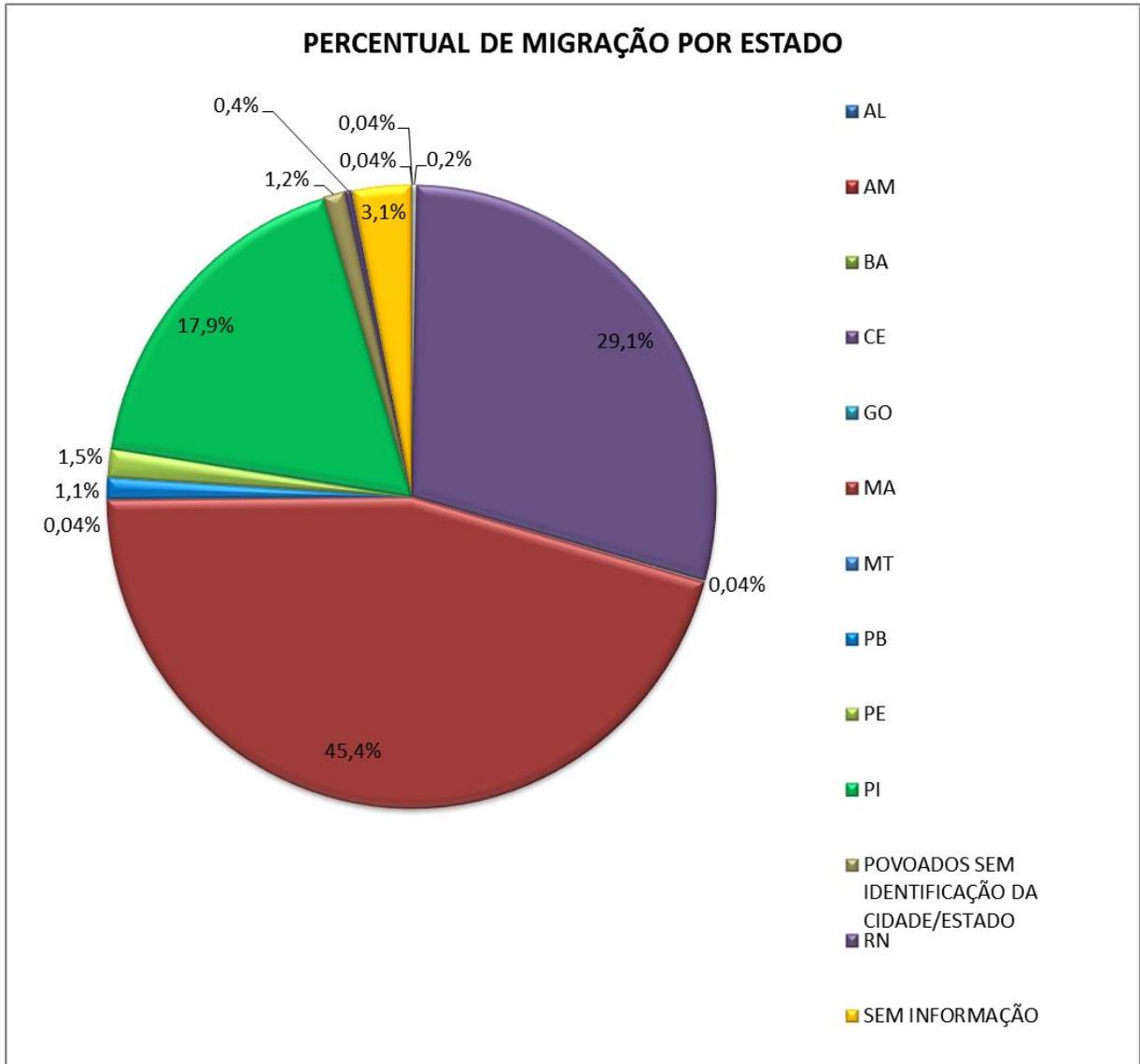


Gráfico 5: Naturalidade dos nubentes do Médio Mearim por estado- Década de 1950

Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1955-1957) e Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1954-1955) e (1959-1960).

Nos dados referentes ao Maranhão, o percentual dos nascidos no Médio Mearim (dentre os quais muitos podem ser descendentes de migrantes nordestinos) amplia-se em mais de 7% em relação à década de 1940, totalizando 68,7% da amostragem. Nas migrações internas ao estado, a região do Itapecuru permanece como maior polo expulsor, com 183 registros, perfazendo 18,1% do total de nativos do Maranhão. Em números absolutos, os migrantes piauienses (398 registros) já perfazem mais do que o dobro dos migrantes do Itapecuru. A migração de nordestinos, portanto, passa a ser muito superior à migração interna no Maranhão.

Na região do Itapecuru, continuam sobressaindo Coroatá (56 registros), Caxias (43) e Codó (30). A partir dessa década, o Baixo Parnaíba, com 65 registros – que perfazem o percentual de 6,4% – supera o Alto Mearim, que, nas duas décadas anteriores, figurava como segundo maior polo expulsor interno. No Baixo Parnaíba destacam-se as cidades de Coelho Neto (25 registros), Chapadinha (13) e Brejo (11). No Alto Mearim, dos 23 registros, destacam-se Barra do Corda (8) e Grajaú (9). O Litoral Nordeste, com 17 registros, também destaca-se, sobretudo a cidade de Araioses, com 16 registros.

É provável que as duas grandes secas ocorridas na década de 1950, entre 1951-1953 e em 1958¹⁰⁷, tenham forte influência sobre o alto percentual migratório de cearenses e piauienses¹⁰⁸, num momento em que, embora haja muitas discussões no âmbito do governo do estado pela efetivação de um projeto de colonização envolvendo migrantes nordestinos, o movimento migratório persiste “espontâneo”. Os dados dos Censos do IBGE também apontam a década de 1950 como aquela na qual o número de cearenses que adentram no estado do Maranhão é muito superior ao das imediatamente anteriores.

Numa década em que outras localidades no Brasil atraem um fluxo migratório intenso, como o parque fabril de São Paulo¹⁰⁹ e as obras envolvendo a construção da nova capital¹¹⁰, o

¹⁰⁷ A maioria das narrativas orais utilizadas nesta pesquisa aponta o ano de 1958, ano de seca no sertão nordestino, como momento da migração para o Médio Mearim. Outro conjunto significativo de narradores migra entre 1951 e 1953, coincidente com outra estiagem.

¹⁰⁸ Os migrantes piauienses entre/vistados embora não mencionem seca propriamente dita, referem-se recorrentemente ao Piauí da década de 50 como “lugar seco e fraco” e, por isso, rumam ao Maranhão, buscando melhorias. Exploro essa questão no Capítulo 3.

¹⁰⁹ Cf. FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

¹¹⁰ Ângela de Castro Gomes aponta o intenso deslocamento de uma população pobre e, majoritariamente nordestina, na década de 1950. Brasília é um dos principais destinos procurados, mesclando desejo de sobrevivência e sonhos de acesso ao conforto e à modernidade dos centros urbanos. A autora assim se refere à migração dos candangos: “Os migrantes que se deslocaram para os canteiros de obras de Brasília, compondo a grande massa de trabalhadores da construção civil, foram chamados de candangos, uma palavra de origem africana que designava uma pessoa desprezível, mas acabou sendo conotada positivamente, vindo a dar nome aos nascidos no Distrito Federal. Vinham em busca de oportunidades e eram homens que se viam e eram vistos como conhecedores dos sertões. Chegavam com muito pouco, também em paus de arara, por estradas que

Médio Mearim também figura como foco de atração, que, diferente dos demais, não sinaliza os atrativos do mundo urbano, mas oferece vantagens aos camponeses que buscam terras disponíveis e férteis, bons invernos e abundância de água.

Quanto à migração interna, esta pesquisa não permite, ainda, avaliar com segurança os motivos do deslocamento de um significativo contingente populacional do Itapecuru, Alto Mearim, Baixo e Médio Parnaíba para a região de estudo. A avaliação desse deslocamento requer uma minuciosa pesquisa nessas regiões, que a literatura acadêmica disponível ainda não torna viável. Entretanto, esse levantamento tem o mérito de identificar constantes fluxos migratórios dentro do estado do Maranhão ao longo das décadas abordadas.

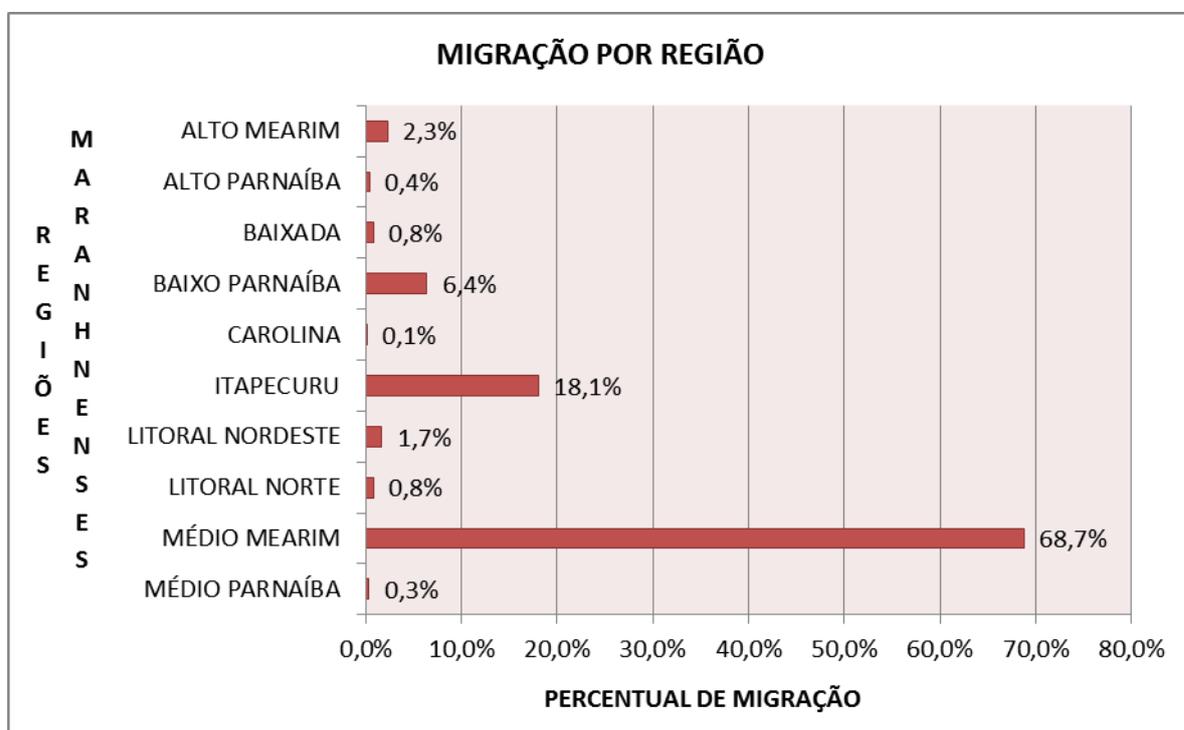


Gráfico 6: Naturalidade dos nubentes do Médio Mearim por região maranhense- Década de 1950
 Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1955-1957) e Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1954-1955) e (1959-1960).

No Brasil, a década de 50 é marcada pela aceleração, com a ampliação das vias de circulação de pessoas e de informações, com a construção de estradas e o crescimento dos meios de comunicação. As notícias e o acesso a novos espaços de moradia e trabalho são facilitados pela velocidade almejada e construída.

ampliavam as ligações entre o Norte e o Sul, passando por seu centro geográfico, agora também centro político. Gomes, op. cit., p.85.

No sertão do Nordeste também repercutem essas e outras transformações em curso: como a ênfase no desenvolvimentismo (especialmente no governo JK), a intensificação dos conflitos sociais, a mobilização e o engajamento político do homem do campo nos embriões dos sindicatos e das Ligas Camponesas, as discussões sobre as chamadas reforma de base e a articulação entre liberalismo e paternalismo (presente, principalmente no Governo Vargas de 1951-1954). A seca no Nordeste, como problema e estratégia de ação política, não deixa de sentir o impacto dessas rupturas e continuidades tracejadas em tempo veloz e racional. Conforme Frederico de Castro Neves (2006, p. 94-95):

A sobreposição e combinação desses modelos políticos - liberal e paternalista - determinam a formação de uma nova estrutura de sentimentos, que, ao mesmo tempo orientam uma percepção social sobre as secas e condiciona as novas relações entre os retirantes e as autoridades.

De fato, os princípios gerais dessa percepção permanecem os mesmos: ‘solução hidráulica’, ‘fixação do homem no campo’, numa perspectiva de ‘combate às secas’ que pensa a seca como fenômeno natural, periódico e extemporâneo. Mas, nesse novo contexto, tais princípios ganham novos contornos e novos significados, pois combinam-se a um conjunto de relações sociais que está preso a um modelo político em que a disputa por votos – e, portanto, pelo controle de amplas áreas onde habitam os eleitores – torna-se encarniçada e dividida.

[...] As ‘obras públicas’ possibilitam impedir o abandono dos ‘currais eleitorais’ – áreas sobre o controle dos proprietários coronéis – durante os períodos de seca e ao mesmo tempo são novas arenas de lutas políticas pela definição dos locais prioritários e pelos critérios de alistamento dos retirantes.

[...] Os retirantes, por seu turno, também passam a identificar nas obras um momento de atendimento às suas mais urgentes reivindicações e reconhecem nelas um mecanismo importante de negociação com as autoridades estatais.

Assim, “obras públicas” de “combate às secas” passam a ser um instrumento de negociação e controle entre o novo modelo paternalista e as experiências políticas acumuladas pelo retirante. Apesar do maciço investimento em obras, ao longo da década de 1950, um número expressivo¹¹¹ de cearenses fixa-se (passa) no Maranhão. Frei Heriberto Rembecki (2014), franciscano egresso ao Médio Mearim na década de 60, narra informações transmitidas por freis que o antecederam na região:

[...] a invasão dos nordestinos tocados pela seca, que houve diversas secas, mas a mais braba que trouxe os nordestinos para o Maranhão foi a de 58, que teve uma em 32, depois 52, mas, a mais braba que foi em 58. Depois teve outra em 70, mas o povo não ficava aqui não, foi lá pra Santa Inês, Santa Luzia [região do Pindaré, Maranhão].

Quando você pega janeiro de 59, os freis – eita! – batizavam e o povo vinha, e naquela época ainda com aquela ideia que criança não batizava era pior do que bicho

¹¹¹ No Anexo 2, reproduzo os dados do Censo de 1960 sobre as migrações internas na região do Baixo Mearim, que se aproxima, em termos territoriais, aos municípios que classifico como parte do Médio Mearim neste estudo. Com uma população de 456.704 habitantes, o Baixo Mearim recebe 259.305 migrantes durante a década de 1950. Portanto, cerca de 59% da população do Baixo Mearim em 1960 é composta por migrantes.

“Aí”, aí trouxeram a criança de longe para batizar. E teve enormes filas de batizados, de casamento.(REMBECKI, 2014)

Vejam os como o governo percebe essa entrada maciça de nordestinos, principalmente cearenses, na década de 1950. Na documentação oficial consultada, persiste o discurso da necessidade de ocupação dos “espaços vazios” do Maranhão. Velhos *slogans* das décadas de 30 e 40 são reeditados: natureza promissora, território despovoado e necessidade de assistência ao trabalhador rural. O governador César Aboud, em 1951, coloca a necessidade de ocupação dos “espaços vazios” para o desenvolvimento da agricultura, comércio e indústria local:

Viso tão somente cooperar para o bem do Maranhão, despertando-lhe as energias produtoras para o aproveitamento das grandes riquezas que permanecem adormecidas.[...]

Solo imenso e ainda despovoado em grande extensão do seu território está o Maranhão a necessitar de braços e capitais, para o soergimento de sua lavoura e o engrandecimento do seu comércio e da sua indústria.

Terras as mais férteis e fecundas estão aí, proporcionando ao trabalhador rural, assistido e auxiliado pelo Estado, como se faz mister, vastíssimo campo de ação para todas as atividades. (ABOUD, 1951, p.5, grifos meus)

A natureza exuberante seria uma promessa e uma possibilidade de progresso para o estado do Maranhão. O desenvolvimento, uma das palavras-chaves da década de 50 – especialmente durante o governo JK –, só seria alcançado, com o incentivo da ocupação dos espaços “despovoados” e com a assistência técnica e sanitária indispensável ao trabalhador rural:

A natureza é por demais exuberante.

Nela o homem desajudado, debate-se contra as endemias que o tornam em muitas regiões, fraco e impotente para lutar e vencer.

Por isso mesmo, atentei, desde o primeiro instante, para a saúde dos nossos conterrâneos, procurando ampará-los com o discurso da ciência.

[...] Cogito de por em execução o Plano de Recuperação Econômica (SETA), o qual conta com a colaboração do Governo do Estado, Campanha da Produção, Serviço Nacional da Malária, Departamento de Estrada de Rodagens e dos Serviços do Acordo do Fomento.

Nesse sentido, tenho estado em contato constante com autoridades médicas, com elas, assentando medidas que julgo indispensáveis para atenuar a situação doente de milhares de habitantes do solo maranhense.

Sem saúde, nenhum povo poderá progredir, é, pois, dever primordial dos governos, cuidar com esmero e carinho, da sorte do povo que vive em regiões devastadas pela malária, e tantas outras moléstias perniciosas.

Para obter-se um coeficiente de melhoria na saúde do povo, impõe-se como necessidade imperiosa a adoção de medidas acertadas, entre as quais a disseminação de postos de higiene com os necessários recursos e melhores estipêndios dos respectivos profissionais, no interior, assim como na capital.

(ABOUD, p. 5-9, grifos meus)

Esforços dos governos estadual e nacional são requisitados para propiciar condições de higiene indispensáveis à sobrevivência e à saúde do homem do campo. Com corpos sadios, os trabalhadores rurais seriam os artífices do progresso, otimizando o potencial da natureza exuberante e sedenta de braços firmes. O combate à malária e a outras endemias que grassam nos vales úmidos e férteis do Maranhão, dentre os quais o vale do Mearim, coloca-se como responsabilidade e ação indispensável do Estado. Conforme o governador César Aboud (1951, p.7), o Serviço Nacional de Malária seria responsável pela dedetização do vale do Mearim (até Pedreiras) e do Itapecuru, e pela distribuição de Aralém, medicamento utilizado no tratamento da malária entre a população dessas áreas.

Um ano depois, Eugênio Barros, então governador do Maranhão, reitera o discurso da natureza pujante e promissora, acrescentando o ingrediente da mão de obra dos trabalhadores rurais nordestinos, representados como valorosos para o desenvolvimento dos “espaços vazios” do estado. Referindo-se ao progresso almejado, aponta que,

Fácil é, entretanto, compreender, que não atingiremos completamente os resultados que são de esperar de empresa de tamanho vulto [o progresso do Maranhão] se de logo não cogitarmos de encaminhar a solução do problema correlato da falta de braços, com que promover não só o aumento da produção do babaçu, mas o desenvolvimento das atividades agrícolas em geral, fenômeno que deverá acompanhar *pari passu* o desdobramento do plano atrás delineado, haja vista os incentivos decorrentes das facilidades de transporte.

Quem quer que conheça o Maranhão, em especial o vale do Mearim, deixará de reconhecer a inestimável contribuição trazida à economia do Estado pelas correntes imigratórias do Nordeste, que se tem fixado, de preferência, naquele fertilíssimo vale.

Diante dos resultados práticos dessa colonização espontânea, que dispensam qualquer outras considerações sobre as vantagens que nos oferece o imigrante daquela procedência, era natural que cogitássemos, de primeira mão, da possibilidade de prover, as nossas necessidades, nesse particular, com novos contingentes daqueles laboriosos compatriotas, que encaminháramos [sic] para aquela ou outras regiões igualmente propícia a sua atividade produtiva.

Tomando conhecimento de que cogitava o governo federal de por paradeiro ao fluxo migratório que se avolumava do Nordeste para o sul, e que, incentivado pela construção do eixo-rodoviário Rio-Bahia, assumia proporção de verdadeira calamidade. Encaminhei ao Excelentíssimo Ministro da Agricultura, em março do corrente ano, e valendo-me da solicitude do Dr. Edgar Teixeira Leite, vice-presidente do Conselho Nacional de Economia, extenso memorial em que tornei clara as favoráveis condições que poderíamos oferecer para a fixação daqueles deslocados em nossas extensas, férteis e desocupadas áreas, em grande parte patrimônio do estado, que dele poderia abrir mão, transferindo-o em lotes a serem prontamente demarcados e sem maior ônus, a quantos se dispusessem ao cultivo da terra.

Esse memorial, acolhido com grande interesse, foi encaminhado ao Departamento de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura e agora, recebo a alvissareira notícia de que o Diretor daquele Departamento, dentro de alguns dias, estará nessa capital, afim de melhor examinar o assunto e assentar, com o Governo do estado, as bases para uma cooperação para o fim a que visamos. (BARROS, 1952)

A avaliação positiva do processo de “colonização espontânea” do migrante nordestino, em curso no vale do Mearim, leva o governo do estado a propor a formulação de um projeto de colonização buscando auxílio do governo federal. A grande extensão de terras devolutas férteis e “desocupadas,” nesta e em outras regiões do estado, seria condição propícia à fixação do trabalhador nordestino e ao progresso da lavoura maranhense que, nesta e em outras falas oficiais, é referida como necessitando de braços. Se, em 1951, o posicionamento do então governador César Aboud é centrado no oferecimento de condições técnicas e sanitárias ao trabalhador rural maranhense, Eugênio Barros aposta no incentivo ao deslocamento e à fixação de levas de nordestinos, em grande parte, expulsos pela prolongada seca de 1951 - 1953.

Ao intenso deslocamento de nordestinos para o “sul maravilha”, facilitado pela ampliação da rede viária durante a década de 1950, Eugênio Barros contrapõe a formulação de políticas de colonização no estado do Maranhão. Ainda que considere a perda demográfica de várias áreas do Nordeste pela migração em massa de trabalhadores para o “sul maravilha” como problema, ancora sua proposição na necessidade de braços e na disponibilidade de “espaços vazios” em áreas férteis do estado.

Conforme Ângela de Castro Gomes (2013, p. 52 - 59) as décadas de 30, 40 e 50 são de esfriamento da imigração estrangeira e, simultaneamente, de intenso deslocamento de trabalhadores no território brasileiro. O êxodo rural produz, ao longo de cinco décadas, a inversão da constituição da sociedade brasileira em termos de campo e cidade. Enquanto em 1930, 70% da população brasileira vive na zona rural, em 1980, esse percentual chega a 30%, quando a população urbana passa a corresponder a 70% dos habitantes. A região Nordeste é a maior polo de deslocamentos, enquanto o “sul maravilha” é a região majoritariamente receptora, por se constituir num polo atrativo urbano industrial.

O homem brasileiro, o trabalhador nacional, e não mais o imigrante estrangeiro era o protagonista nesse cenário de migrações internas que se descortinava a partir do fim dos anos 1930. [...] Nesse volumoso e diferenciado contingente de homens, mulheres e crianças, os nordestinos se destacavam quase como o tipo ideal do migrante, buscando a Amazônia, São Paulo e, por fim, Brasília. Na pele do ‘arigó’ que vai para a Amazônia ou do ‘candango’ que constrói a nova capital no centro do país, ele era o herói trágico da história do povo e do território brasileiro nessa travessia demográfica. (GOMES, 2013, p.60)

Na mensagem redigida em 1953, Eugênio Barros volta a mencionar a proposta de um projeto de colonização no Maranhão com apoio do governo federal. A disponibilidade de

terras devolutas no estado, a necessidade de braços para o incremento da produção, especialmente do babaçu, o suposto “problema do povoamento” e o contínuo deslocamento “espontâneo” de famílias nordestinas para o Maranhão são apontados como elementos propícios à efetivação do projeto.

O assunto, embora acolhido com demonstração de vivo interesse pela citada Secretaria do Estado [Ministério da Agricultura], caiu, ali, ao que parece, em completo olvido, nada obstante as reiteradas solicitações, que a respeito dirigi ao Departamento de Terras e Colonização, incumbido de examinar a matéria.

Agora, entretanto, sob a pressão do drama que vive o Nordeste, de onde se precipitam, desordenadamente, em direção ao Maranhão, consideráveis levas humanas, tangidas pela calamidade da seca, o assunto voltou a ser examinado, havendo seguros indícios, de que lograremos, pelo menos em parte, a solução do problema.

Ainda há pouco, votou essa assembleia autorização para o Executivo ceder ao Ministério da Agricultura 50.000 hectares de terras devolutas do patrimônio do Estado para instalação de uma colônia agrícola destinada, especialmente, à fixação daqueles deslocados. Nos termos de convênio já minutado, prestes a ser firmado, pelo Estado com o Ministério em causa, que nesse propósito já tomou as providências preliminares que se impunham.

O problema do povoamento do nosso solo, aliás, não escapou, nem se compreenderia que escapasse, ao Conselho Nacional de Economia, ao estudar e preconizar os meios de promover o nosso levantamento econômico a partir da indústria extrativa do babaçu.

O projeto de criação do Instituto do babaçu dedica especial cuidado a essa relevante questão, consubstanciando medidas que correspondem a arrojado plano de colonização, cuidadosamente estudado, e que consulta, perfeitamente, às nossas peculiaridades.

O cada vez mais acentuado fluxo migratório do Nordeste, fenômeno como se sabe decorrente de causas naturais, cuja remoção parece de remota possibilidade, acentua, sobremaneira, a viabilidade do plano, a que me refiro, de vez que, exonerados do encargo da procura e condução do elemento humano necessário, só nos caberá assisti-lo, já dentro do estado, proporcionando-lhes o meio de adaptação e fixação de que precisa para integrar-se a nossa economia.

Experiência hora em curso na localidade "Centro dos Pedrosa", município de Caxias, onde a legião brasileira de assistência, em colaboração com o Governo do Estado, fundou pequeno núcleo de colonização para ali encaminhando crescido número de famílias nordestinas, pelo resultado prático até agora colhidos, deixa entrever, quanto poderá significar para nossa geografia econômica a execução sistemática do empreendimento que temos em vista. (BARROS, 1953, p.16-18)

A tentativa de apoio do governo federal não tem êxito. Mas, ao longo das décadas de 50 e 60, o incremento demográfico do Médio Mearim persiste, com o deslocamento contínuo e “espontâneo” de nordestinos e maranhenses de regiões de ocupação antiga.

No final dos anos 50, o discurso baseado na natureza promissora, nos “espaços vazios” do Maranhão, reaparece na fala de outro governador. Durante a Conferência dos Governadores do Nordeste, convocada pelo presidente Juscelino Kubtschek, em 16 de fevereiro de 1959, o então governador do Maranhão, José de Mattos Carvalho, pronuncia-se sobre a questão num discurso intitulado “O Maranhão em face dos problemas das secas do

Nordeste”. Carvalho representa o Maranhão como ponto de equilíbrio entre as regiões Norte e o Nordeste, como a *Canaã* dos retirantes nordestinos, buscada “espontaneamente” por eles nos anos de seca. Nas suas palavras:

O Maranhão possui condições naturais para suprir as deficiências do Nordeste ocasionadas pelas secas. Situado como está, entre a região amazônica e as terras semiáridas dos Estados Nordestinos, não é contudo, atingido pelas frequentes inundações nem pelas prolongadas estiagens que, a curtos intervalos, tamanhos sofrimentos causam aos seus vizinhos. É, como se vê, o ponto de equilíbrio das duas regiões.

Seu território, compreendendo uma área de 356 mil quilômetros quadrados, constitui-se de excelentes terras lavradas e de extensos campos próprios para a criação de gado — aquelas e estes, na sua maior parte, perenemente regados por abundantes cursos d’água.

Uma rede hidrográfica, traçada como que a capricho, liga sua Capital, em todas as direções, às mais distantes regiões geoeconômicas do Estado.

Considerável é a sua riqueza florestal e opulento o seu subsolo. Há ouro na zona do Nordeste, cobre, no Grajaú, xisto betuminoso, no Codó e bauxita em abundantes jazidas, na Ilha Trauhira e no vale do Gurupi.

Tem sido, por tudo isso, a Canaã dos nordestinos, sempre que estes se sentem fustigados pela seca.

Com efeito, todas as vezes que a calamidade se anuncia, é para aqui que os retirantes, por si mesmos, antes de qualquer providência do Governo, se encaminham.

Agora mesmo, sem qualquer intervenção do Poder Público, mais de cento e vinte mil famílias, procedentes do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, acabam se situar-se nas férteis terras dos vales do Mearim e do Pindaré, para onde se dirigiram tangidos pela seca do ano passado.(CARVALHO, 1959)

O discurso e os projetos do governador José Matos de Carvalho coadunam com a interpretação de Celso Furtado e da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada sob forte inspiração nas suas interpretações e projetos, no que se refere ao direcionamento das migrações e à discussão de um caminho para o desenvolvimento do Nordeste e à correção das disparidades e desequilíbrios regionais. Para Celso Furtado, o Maranhão e o Amazonas, pensados como “*hinterland*,” seriam alternativas para o redirecionamento de migrantes e do seu afastamento das capitais e de outras grandes cidades do Nordeste. O equacionamento da necessidade de maior oferta de alimento requer o direcionamento de trabalhadores rurais para regiões dotadas de potencial produtivo e subaproveitadas.

O GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), coordenado por Celso Furtado, elabora um estudo e um plano de ação intitulado *Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*, que problematiza a noção de seca como mero fenômeno climático, passando a considerá-la como problema histórico e social. Busca-se, com a SUDENE, alternativas para a resolução de problemas historicamente construídos.

Conforme o discurso do então governador José de Mattos Carvalho, o Maranhão, tradicional *Canaã dos nordestinos*, por suas características naturais – fertilidade do solo, rede hidrográfica, riqueza mineral, proximidade geográfica – e históricas – abundância de terras devolutas, espaços “desabitados” e necessidade de mão de obra – teria as melhores condições para a execução de um projeto de colonização, subsidiado pela SUDENE. Assim se expressa o governador do Maranhão:

Um plano de ação que tem por finalidade preparar o Nordeste para suportar, sem maior desequilíbrio de sua economia, o impacto das secas, haverá, necessariamente, de contar com o Maranhão para poder alcançar os objetivos visados. Porque, nos anos de crise, os Estados nordestinos precisam, antes de tudo de gêneros alimentícios, que os seus vales húmidos e suas zonas florestais não podem produzir em quantidade suficiente para abastecer-lhes a população, mesmo que os processos agrícolas venham a ser, ali, consideravelmente aperfeiçoados. E é o Maranhão, já pela extensão e fertilidade do seu solo, já pela proximidade em que se encontra das regiões assoladas, o trecho do território nacional que reúne as melhores condições para suprir, mais vantajosamente, aquela deficiência.

E se o planejamento indicar como medida principal ou acessória para ajustar a população à capacidade de produção agrícola do respectivo Estado, o deslocamento de excedentes populacionais, para a colonização de outras áreas do país, ainda nesse caso será o Maranhão a Unidade mais indicada para receber os colonos, de vez que é aquele que estando mais perto, sempre mereceu a preferência dos retirantes das secas passadas, e a que possui terras devolutas em abundância, à espera de braços para cultivá-las.

De fato, para os trezentos e cinquenta e seis mil quilômetros quadrados por que se estende o território maranhense, há, apenas, 2.000 000 de habitantes, ou sejam cerca de 5 habitantes por quilômetro quadrado.

A par de tão baixa densidade demográfica, apresenta-se a má distribuição das manchas populacionais, agrupadas, em sua grande maioria, nas proximidades do litoral. Daí o fato de existirem regiões ainda quase desabitadas, além de outras que permanecem desconhecidas, como as que se situam as nascentes dos rios Turiaçu e Gurupi, ao noroeste do Estado, ensombradas em extensas florestas que se conservam virgens.

Como se vê, — convém repeti-lo — possui nosso Estado condições naturais para suprir as deficiências de produção de gêneros alimentícios de que se ressentem o Nordeste, quando lhe faltam as chuvas. Pode, ele, portanto, contribuir poderosamente para a solução dos problemas consequentes das secas.

Aliás, essa contribuição há de ser, obrigatoriamente, computada em qualquer plano bem orientado que se organize para a recuperação e desenvolvimento da área nordestina.

Realmente, está evidenciado, através de observação secular, que o Nordeste, por efeito de suas catastróficas condições climáticas, não pode viver de agricultura. É forçoso, portanto, que se industrialize, a fim de deixar de constituir, como até agora, um pesado encargo para a Nação e um lugar de sofrimento para os seus filhos.

Caberá, então, a incumbência de provê-lo de viveres de que necessitar, aos Estados mais próximos, que estejam em condições de fazê-lo.

E o Maranhão, por sua posição geográfica e por sua riqueza em terras cultiváveis, é o que maiores vantagens oferece para atendê-lo.

Esse atendimento consistirá em pôr-se à disposição do plano que se elaborar para o desenvolvimento do Nordeste, as terras que forem necessárias à localização dos excedentes populacionais que se tiverem de deslocar para o território maranhense, e em aumentar-se a produção do Estado, na parte referente a gêneros alimentícios, a fim de poder satisfazer às necessidades máximas dos nordestinos.

No que tange á primeira dessas duas providências, oferece, desde já, o Governo do Estado as terras do patrimônio estadual que se tornarem indispensáveis ao serviço de

colonização. É no respeitante á segunda, solicita do Governo da Republica a sua melhor atenção para o que se expõe nos capítulos seguintes do presente trabalho. (CARVALHO, 1959)

O *boom* da migração no Médio Mearim coincide com um momento de aceleração e modernização do país, quando os centros industriais e a nova capital do Brasil atraem milhares de nordestinos. Adentram na região do Médio Mearim quase 260 mil migrantes, dentre os quais muitos nordestinos. Nem a concorrência de outros focos migratórios (Brasília, São Paulo), nem o investimento maciço em “obras públicas” de “combate a seca” inibem este deslocamento. As discussões do GTDN e a criação da SUDENE em 1959 reforçam o lugar do Maranhão como possibilidade de resolução de problemas agora vistos como históricos: a questão da seca e a construção de uma alternativa para o desenvolvimento do Nordeste e a correção das disparidades regionais.

Analisando, na *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, a proposta de Celso Furtado para a integração econômica do país nas décadas seguintes, para a qual destaca a necessidade crescente de oferta de alimentos gerada pelo incremento urbano, a incorporação de novas terras e os traslados inter regionais de mão de obra, Regina Faria e Wagner Cabral da Costa apontam que o economista:

[...] remete aos debates realizados no âmbito da GTDN e da SUDENE sobre o deslocamento da fronteira agrícola no Nordeste, visando a incorporar as terras húmidas da *hinterland* maranhense, de modo a receber os excedentes populacionais gerados pela seca e pela reorganização do semiárido, bem como aumentar e baratear a oferta de alimentos, problema considerado um grave obstáculo à industrialização da região. Desse modo, foram idealizados, na década de 1960, os projetos de colonização dirigida da Pré - Amazônia maranhense, que objetivavam criar uma corrente imigratória organizada para o interior do Estado. (FARIA; COSTA,2009, p.144)

É provável que a experiência de “migração espontânea” de nordestinos no Médio Mearim tenha inspirado o GTDN e os projetos viabilizados com o apoio da SUDENE, no Maranhão, nas décadas seguintes. Outros “espaços vazios” seriam alvo: o noroeste do estado.

Vejamos como a imprensa digere e representa o *boom* da migração para a *Canaã dos nordestinos*. Na década de 50, a migração de nordestinos para o Maranhão é largamente debatida pela oposição, sendo a imprensa um veículo privilegiado para denúncias e discussões. Nas décadas estudadas, o *Jornal do Povo* é o que publica o maior número de reportagens, abordando a migração “espontânea” de nordestinos e a necessidade de efetivação de projetos visando ao planejamento e assistência no direcionamento de uma mão de obra bem quista para os vales úmidos do Maranhão.

Cobra-se do governo estadual, e não mais exclusivamente do âmbito federal, ações efetivas que favoreçam condições de fixação ao migrante nordestino e possibilitem o desenvolvimento das regiões maranhenses “espontaneamente” ocupadas. O elogio dessa mão de obra faz-se de modo enfático: "comunidade de homens válidos, de trabalhadores do campo, capital humano de primeira qualidade", assim se refere o deputado Neiva Moreira¹¹² aos camponeses nordestinos que se fixam no Maranhão. A referência ao Maranhão faz-se destacando seu potencial, a fertilidade de suas terras e o desleixo do governo estadual, denunciado nas estradas esburacadas e na falta de um programa de colonização que favorecesse a produção agrícola.

Estabeleci contato com centenas de retirantes ao longo das esburacadas estradas do sertão. É uma extraordinária comunidade de homens válidos, de trabalhadores do campo, que se desloca para a zona das terras livres do sertão novo. Um deles me perguntou se conhecia Angical e como era, ali, o regime da terra, cuja fertilidade lhe falava á imaginação. São Domingo, Dom Pedro e Presidente Dutra, pelas facilidades de terras devolutas reúnem maiores preferencias. Em Colinas, onde já não existem glebas do Estado, quase não ficam. De um modo geral, são sertanejos bem informados, com uma ideia objetiva do que é e o que representa o Maranhão, um extraordinário potencial humano que se despreza.

Se tivéssemos, em nosso Estado, governo, outras seriam as condições de entradas desses retirantes. Trata-se de um capital humano de primeira qualidade, já provado no trabalho que antecessores seus realizam nos nossos vales húmidos. A melhoria da produção no Mearim e no Itapecuru deve-se muito a essa imigração interna.

Recordo-me que, certa vez em Palestinas, no interior de São Domingos, um lavrador me disse que estava fazendo agora, cerca para durar dois e três anos, com um sistema prático que um cearense lhe ensinara. Com isso, não tinha necessidade de arribar todos os anos, com os inconvenientes das mudanças e da derrubada da mata. O terreno estava sendo usado, rotativamente, em várias culturas e o rendimento era tão bem quanto na terra virgem. (MOREIRA, Neiva. Potencial humano desprezado *Jornal do Povo*, São Luís, 24 abr. 1958, grifos meus)

O tom de denúncia possibilita o acesso a outras representações acerca do migrante nordestino. Neiva Moreira¹¹³ atribui a melhoria na produção do Mearim e do Itapecuru à sua presença e à importância de técnicas agrícolas introduzidas por ele. O jornalista e deputado considera o lavrador nordestino consciente das condições e possibilidades que encontrariam,

¹¹² Conforme Benedito Buzar, o jornalista e político maranhense José Guimarães Neiva Moreira nasce em Nova Iorque, no vale do Parnaíba. Sua família paterna tem origem cearense. Passa a infância entre as cidades de Nova Iorque, Barão de Grajaú - MA e Teresina - PI. Na juventude estabelece-se em São Luís, onde ingressa na imprensa na década de 40, no jornal *A Pacotilha*. Em 1942, vai viver no Rio de Janeiro, onde atua em diversos jornais, como *Diário de Notícias*, *Diário Associados* e *O Cruzeiro*. Em 1949, retorna ao Maranhão para atuar no *Jornal do Povo*, vinculado nacionalmente ao PSP (Partido Social Progressista) e localmente veículo de oposição ao domínio vitorinista. É eleito deputado federal em 1950, 1954 e 1962. É cassado pelo AI-1, em 1964, e vive por 13 anos no exílio entre o Uruguai e o México. Retorna ao Brasil em 1979, e, no Maranhão, passa a alinhar-se com o PDT, nas décadas de 80 e 90. BUZAR, Benedito B.. *Vitorinistas e oposicionistas: biografias*. São Luís: Lithograf, 2001. p. 253-268.

¹¹³ Além de Neiva Moreira, o também deputado federal Clodomir Millet publica diversos artigos no início da década de 50, no *Jornal do Povo*, nos quais a migração nordestina também ganha lugar de destaque.

por ter “uma ideia objetiva do que é e o que representa o Maranhão”. Nesse artigo, portanto, elogia o modo de trabalho do migrante nordestino e a potencialidade da associação dessa mão de obra às condições naturais do Maranhão. Neste e em outros artigos, Neiva Moreira refere-se à questão da terra intrinsecamente ligada à migração nordestina. O camponês nordestino busca no Maranhão áreas de terras devolutas, daí a reivindicação do *deputado jornalista* da elaboração de projetos de colonização, que possibilitassem a legalização da posse dos lotes por esses trabalhadores criativos e produtivos.

O final da década de 50 possibilita outros debates na imprensa, ligados às noções de ordem e urbanidade. O ano de 1958 é o primeiro, no recorte temporal desse estudo, em que a imprensa ludovicense passa a discutir e temer a chegada de levas de flagelados na cidade de São Luís. O desconforto com corpos marcados pela seca, fome e miséria aparece na referência constante à presença de mendigos esmolando e às possíveis ameaças de aumento da criminalidade.

Com a chegada de levas e mais levas de flagelados que estão fugindo aos milhares do sertão calcinado pela seca, a cidade de São Luiz está transformada num verdadeiro ponto de ação de esmoleres, urgindo, isso, sérias providências das autoridades estaduais.

Pelas calçadas.

Crianças esqueléticas (retrato vivo da infância brasileira), carregadas pelas suas genitoras estão perambulando pelas ruas da nossa capital, enquanto que outras permanecem sentadas nas calçadas com a mão trêmula, estirada à caridade pública.

Continuam Chegando.

Apuramos que sábado, diversos retirantes chegaram a São Luiz, por via férrea, procedentes de Teresina, transformada que está agora a capital verde, em via de passagem dos que fogem da seca que assola o nordeste.

Possibilidade de aumentar os crimes.

Caso não haja uma intervenção pronta e séria, dentro de poucos dias o índice de criminalidade estará bastante desenvolvido, porque, toda essa gente faminta, vivendo de esmolas e sem possibilidade de conseguir emprego, apelam, para o último limite, que é o crime, começando, então os assaltos e os arrombamentos. (FLAGELADOS nordestinos buscam refúgio e proteção em São Luís: fuga dramática do sertão calcinado pela seca- esperam amparo dos poderes. Pacotilha, São Luís, 1 abr. 1958)

A preocupação do articulista da *Pacotilha* com a aparência da cidade de São Luís coloca outra dimensão do problema da afluência de levas de retirantes nordestinos à capital, em trens, navios ou caminhões. Eles não somente afetariam a ordem urbana, pelo temor do aumento da criminalidade, como também a estética da *urbes*. Comparando a situação dos retirantes nordestinos à dos leprosos, tuberculosos e cancerosos, apela à caridade pública em nome dos flagelados. Se, na década de 30, o discurso da solidariedade e do acolhimento faz-se com base na noção de que os retirantes seriam patrícios, neste artigo o apelo à caridade é

construído a partir do argumento de que muitos deles seriam seus conterrâneos ou de seus pais.

A miséria na Rampa

Depois que a imprensa começou a se preocupar com a situação de dezenas de famílias nordestinas atiradas na rampa de Palácio, na garagem da Estrada de Ferro e em outros pontos da cidade os padres, ao que se sabe, sentindo a gravidade da situação, resolveram, embora com certo sacrifício, como não poderia deixar de ser, abrigar toda aquela gente. Agora, entretanto, com a passagem dos últimos navios e com a entrada de outros caminhões na ilha, vindos do sul, novas famílias chegaram, na mesma situação e, conseqüentemente, na mesma miséria, ficando, como as primeiras, alojadas naqueles abrigos públicos. Assim, faz pena passar à noite por ali, onde crianças dormem ao relento, enquanto outras pessoas, adultos e velhos, armam as suas redes em qualquer ponto, para desatá-las, às pressas altas horas da noite, quando chegam as chuvas.

O assunto, como se vê, para quem ainda respeita os direitos do próximo e conhece os mandamentos de Deus, é muito sério, razão porque o governo, como responsável pela sorte do povo tem de tomar uma providência imediata e enérgica não só amparando os nordestinos que já se acham entre nós, como também preparando ambiente para os que ainda chegarão, nos próximos transportes.

Enquanto isso não acontecer, teremos aquele péssimo cartão de visita da Rampa de Palácio, que serve para depor contra o bom nome das nossas autoridades.

Campanha em favor dos pobres

Em São Luís são de quando em vez realizadas campanhas em favor de tudo. Pede-se para os tuberculosos, para os leprosos, para os cancerosos e seus filhos, para hospitais, maternidades e tudo enfim. Sessões cinematográficas, bailes, sorteios etc. são organizados para aqueles fins, mas ninguém se lembrou, até hoje, de realizar movimento idêntico em favor dos nordestinos, muitos conterrâneos nossos ou de nossos pais, que se acham em extrema miséria em São Luís, incluindo crianças, muitas vezes em período de amamentação. O resultado disso é que o governo que vive sempre de alegar 'quebradeira', nada faz de positivo e de imediato enquanto a iniciativa particular sente-se privada de colaborar, porque ninguém vai de pobre em pobre, distribuir um cruzeiro a cada um, caindo no ridículo e perdendo tempo. Com uma campanha dessa ordem, isso não aconteceria e esses pobres poderiam ter moradia mais tarde. (MELO, Merval. A Miséria na Rampa. *Pacotilha*, São Luís, 17 abr.1958, grifos meus)

Essas e outras reportagens, veiculadas na *Pacotilha* e no *Jornal do Povo* no ano de 1958, sinalizam para o fato de que muitos migrantes nordestinos dirigem-se à capital do estado do Maranhão sem destino certo ou sem recursos. A maior facilidade de circulação provavelmente permite a maior afluência de retirantes e a liberdade de imprensa possibilita a publicização do incômodo e do temor causados por essa presença.

A imprensa da capital São Luís também registra o deslocamento de levas consideráveis para a cidade de Pedreiras, no Médio Mearim, que há mais de duas décadas vinha sendo um dos locais de destino buscado pelos migrantes nordestinos.

Flagelados continuam chegando a Pedreiras.

Notícias procedentes de Pedreiras dão conta de que grande leva de flagelados invadiu, ordeiramente, essa cidade, causando espanto à sua população.

Famintos.

Presume-se que milhares de “foragidos” da seca que assola o sertão nordestino, procurarão condução, a fim de descer com destino a outros centros que possam proporcionar-lhes recursos, inclusive emprego. Outras centenas continuam pedindo esmolas pelas principais ruas do município.

“Paus-de-arara”

Pessoas chegadas a São Luiz informaram a reportagem, que há mil e uma possibilidades de chegar a Pedreiras mais flagelados, os quais aproveitam condução de todos os tipos, deslocando-se de outros pontos menos favorecidos. Sabe-se que há movimento na cidade, promovida por senhoras caridosas e comerciantes de prestígio no citado município, com o propósito de auxiliar os nossos patrícios. (FLAGELADOS continuam chegando a Pedreiras Pacotilha O Globo, São Luís, 11 abr. 1958)

Apesar de representada como ordeira, a chegada da "grande leva de flagelados" em Pedreiras teria causado espanto à população local. Comumente a imprensa regional utiliza a expressão "ordeiramente" para referir-se à ocupação de cidades por levadas de retirantes, sem a ocorrência de saques a comércios ou residências. Portanto, mesmo sem saques e outras ações da multidão, os *flagelados* causam espanto nesta cidade do Médio Mearim.

Desde a década de 1930, Pedreiras recebe uma quantidade considerável de migrantes em épocas de seca. O espanto dá-se pela quantidade de migrantes nessa leva ou, talvez, seja um exagero estilístico do articulista. *Flagelados, famintos, foragidos da seca*, lugares comuns nas representações de migrantes nordestinos na imprensa nacional e local dão o tom do discurso. A reportagem é finalizada com outras referências recorrentes: os movimentos particulares de caridade e a designação dos migrantes como "patrícios".

Apesar das diferenças observadas no espaço e nas discussões travadas na imprensa nas décadas de 30, 40 e 50, nos anos de seca, quando a migração nordestina ganha visibilidade em jornais de São Luís, é possível delinear uma tendência geral de elogio da mão de obra nordestina, aproximando-a da concepção euclidiana e de uma abordagem do retirante como flagelado, o qual pelas condições de desespero e de privação em que se encontra, causaria temor e carência de acolhida, assistência pública e caridade privada. A interpretação das narrativas orais nos capítulos seguintes afastam-se, muitas vezes, deste tipo ideal de migrante que ganha contornos firmes ao longo de três décadas em páginas de jornais e em discursos oficiais. Como aponta Alexandre Isídio Cardoso (2009), estudioso das migrações de cearenses entre 1845-1879 em territórios amazônicos, vislumbro, muitas vezes, um migrante que não se adequa ao papel do herói euclidiano ou do retirante flagelado, mas que flutua entre estes e outros tipos ideais, reinventando-se a partir do aprendizado cotidiano da experiência.

2.1.4 Nos anos 60 e 70: Lei de Terras de 1969 e o fim do eldorado maranhense

Na década de 60, o afluxo significativo de migrantes nordestinos continua sendo dos estados do Ceará (33%) e Piauí (21%). Num total de 2515 registros, 874 são cearenses, 522 piauienses. No Ceará, as cidades mais expressivas como focos de migração são: Viçosa (85 registros), Ubajara (54), São Benedito (46), Tianguá (39), Crateús (38), Brejo dos Santos (33), Nova Russa (28), Granja (28), Missão Velha (27), Camocim (24) e Crato (23). No Piauí destacam-se: Luzilândia (67 registros), Miguel Alves (63), Barras (39), União (33), Esperantina (29), Teresina, Parnaíba e Pedro II (26 cada) Campo Maior (25). Dentre os demais estados nordestinos, Pernambuco tem o maior percentual (1,3%), embora irrisório no cômputo geral.

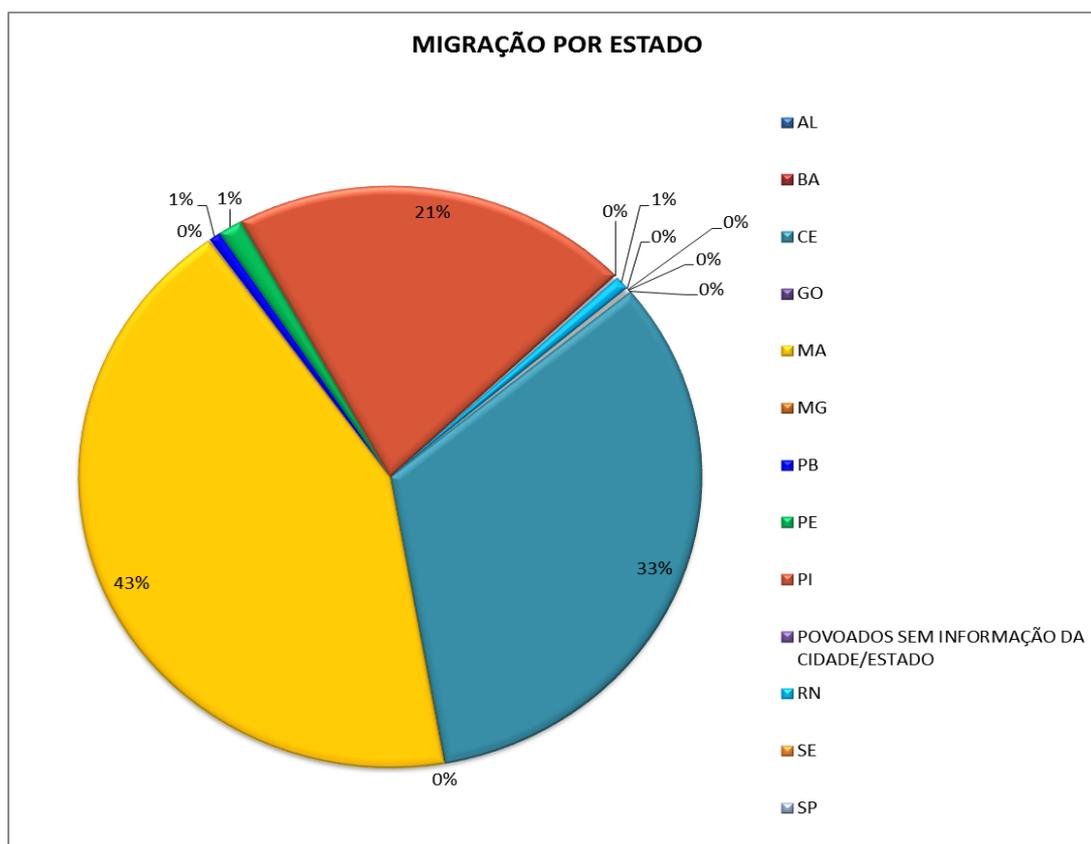


Gráfico 7: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por estado- década de 1960

Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1963-1967), Livros de Casamento da Paróquia das São Francisco das Chagas, Bacabal, (1963-1964), (1964-1968) e (1964-1979),

Dos 1079 registros de maranhenses, 71% são naturais do Médio Mearim; 14, 9% do Itapecuru – Coroatá (52 registros), Caxias (39), Codó (24) – e 7,1% do Baixo Paranaíba –

destacam-se Brejo (27 registros), Coelho Neto (21) e Chapadinha (12). O percentual de naturais do Médio Mearim persiste aumentando ao longo das décadas, dado que sugere a fixação de descendentes de migrantes nesta região. Em relação às décadas anteriores, continua havendo um decréscimo do Itapecuru como polo expulsor e aumentando o fluxo de deslocamento do Baixo Parnaíba.

A partir da década de 60, outras regiões do Maranhão passam a ser mais atrativas que o Médio Mearim: como o Pindaré, região contígua que começa a receber um contingente significativo de migrações “espontâneas” (LUNA, 1984) e o noroeste do estado, *locus* eleito para implantação de projetos de colonização (ARAÚJO, 2008). A diminuição da probabilidade de acesso à *terras sem dono*, decorrente do adensamento populacional e da prática da grilagem e da usurpação de terras devolutas de usufruto de posseiros, contribui, provavelmente, para o enfraquecimento do potencial atrativo da região.

MIGRAÇÃO POR REGIÃO – NÚMEROS PERCENTUAIS

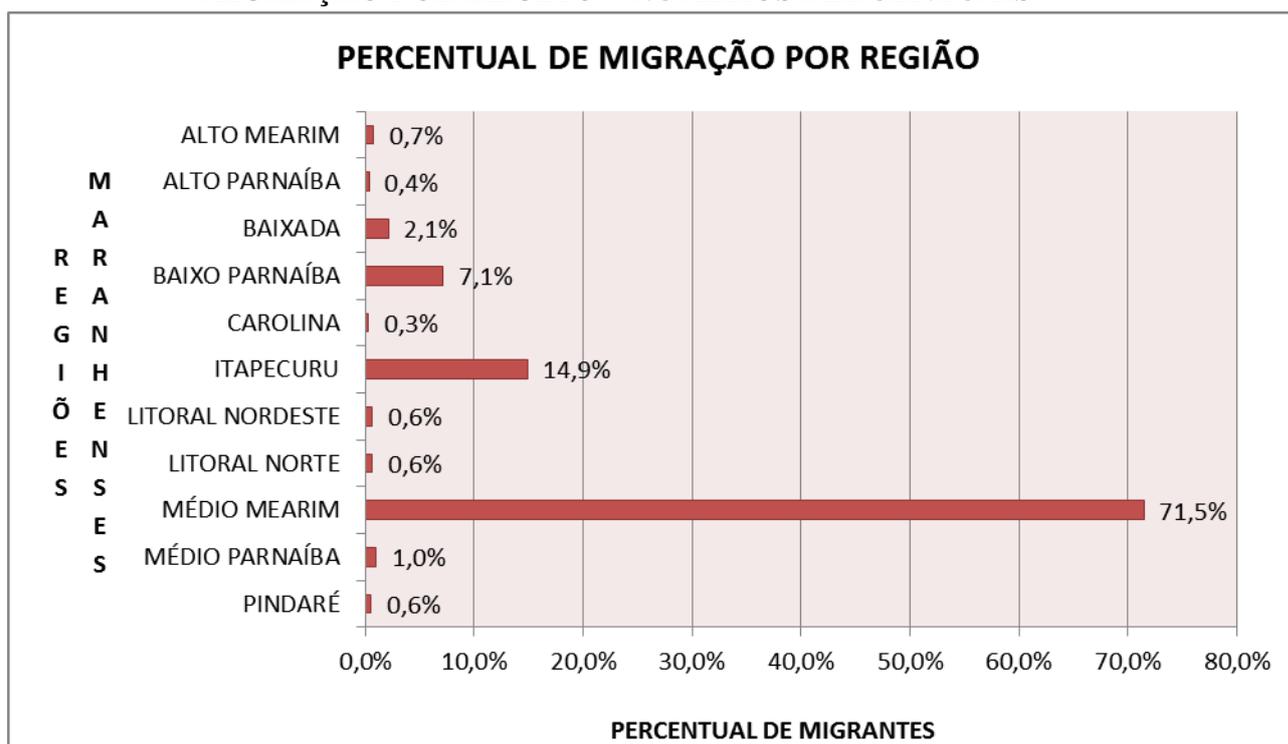


Gráfico 8: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por região maranhense- década de 1960

Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1963-1967), Livros de Casamento da Paróquia das São Francisco das Chagas, Bacabal, (1963-1964), (1964-1968) e (1964-1979),

Nas décadas de 60 e 70, ocorrem transformações irreversíveis no Médio Mearim. Mas, durante os anos 60 ainda há um fluxo significativo de migrantes nordestinos, atraídos, principalmente, pelas riquezas da rizicultura. O Maranhão passa a ser conhecido pelo abastecimento de arroz para vários estados do Nordeste e do “sul maravilha”.

Entre/vistei três migrantes que chegam à região na década de 1960, dois cearenses e um paraibano de Catolé do Rocha. Todos apontam a lucrativa economia do arroz no município de Pedreiras como motivo de atração. Não fazem referência à seca como elemento de expulsão e o Maranhão é apontado como lugar onde seria possível construir uma vida próspera.

Maria do Socorro Menezes (2013), nasce em 1940, em Lavras da Mangabeira-CE. É filha única¹¹⁴ de um lavrador cego, que vive como agregado, e de uma dona de casa e rendeira. Após concluir o curso primário, abre uma escolinha nos povoados de Patos e Mufungo, para ajudar no sustento da família. Relata o sofrimento com as secas recorrentes no Ceará, mas só migra com os pais para o Maranhão em 1961, ano de bons invernos. A narradora menciona o arroz como atrativo para o Médio Mearim, apesar de viver, principalmente, dos ordenados de professora e da renda obtida como costureira.

Francisco Miranda (2013), nasce em Uruoca-CE em 1950. Em 1962, após a separação dos pais, ele e a mãe vão morar em Fortaleza, onde vivem por alguns anos com certa dificuldade. Em 1968, volta a morar com o pai e, em 1969, decide migrar, juntamente com um primo que “era meio doido e invocou de vir pro Maranhão”. Quando Chico chega a Pedreiras, o movimento migratório na região já havia diminuído consideravelmente, mas ainda menciona a riqueza ali gerada pela rizicultura.

José da Silva Sales, mais conhecido como Zequinha do Apolinário, nasce em 1940 em Passagem da Cajazeira, povoado de Catolé do Rocha-PB, e migra para Pedreiras em 1961, atraído pelos lucros da rizicultura: “a gente vem ao Maranhão pensando na safra do arroz, em ganhar dinheiro. [...] Aqui a safra de arroz nessa época convidava todo caminhoneiro e nós tinha um caminhão”. Em 1962, perde a fortuna acumulada com na boemia, com “cerveja Brahma, cigarro da Souza Cruz e rapariga”. Seus pais partem para o Ceará, com vergonha de retornar falidos para a Paraíba. Zequinha permanece em Pedreiras e durante as décadas de 60, 70 e 80 transporta arroz de povoados e municípios vizinhos de Pedreiras – especialmente Igarapé-Grande, Poção de Pedras, Lago da Pedra, Lagoa Grande, Esperantinópolis, Barro Vermelho, Água Branca – para Bahia, Ceará, Pernambuco e Minas Gerais. Com o declínio da rizicultura, passa a transportar madeira de Açailândia para o Ceará, Paraíba, Bahia e Pernambuco.

Nas narrativas desses três migrantes nordestinos, não sobressaem bons invernos ou *terras sem dono* como motivo de atração para a região de estudo, mas há clara referência aos

¹¹⁴ Maria do Socorro Menezes teve um irmão “que morreu anjinho” tornando-se, portanto, filha única.

lucros possibilitados pela rizicultura. Suas características familiares também são atípicas, comparando-se aos demais narradores ouvidos. Famílias pequenas, apesar de pobres, como as de Socorro Menezes e Chico Miranda, ou com recurso e capital para investimento – caminhão – como a de Zequinha do Apolinário.

Nos discursos oficiais, a referência ao potencial do Médio Mearim e à valorização do trabalho desempenhado pelos migrantes nordestinos tem continuidade nos anos 60. A mensagem do governador José de Mattos Carvalho à Assembleia Legislativa em 1960 faz referência à preponderância do arroz e do algodão sobre o extrativismo do babaçu, apontado em décadas anteriores como o produto que poderia levar o Maranhão ao almejado progresso. A intensificação das correntes migratórias e o melhoramento das redes viárias no estado e no país, ocorridas principalmente no governo JK, são apontadas como fatores que, aliados ao potencial natural do Maranhão, alavancam sua produção agrícola e pastoril.

A melhoria do sistema rodoviário do Estado permitindo maior intercâmbio comercial com o Nordeste e o sul do país e a intensificação das correntes migratórias nordestinas para os vales ubérrimos dos rios vieram incrementar a lavoura e a pecuária do Maranhão.

O arroz e o algodão assumiram preponderância na balança comercial do nosso estado, superando o babaçu que passou a constituir uma atividade subsidiária do homem do campo. (CARVALHO, 1960)

Dois anos depois, o governador Newton Bello associa diretamente a prosperidade agrícola dos vales do Mearim e Pindaré à presença do migrante nordestino. Novamente, em relação ao extrativismo do babaçu¹¹⁵, a adjetivação é de atraso.

A produção agroextrativa vem aumentando em ritmo crescente devido, principalmente, ao fluxo de imigrantes nordestinos para os vales úmidos do Mearim e do Pindaré, bem como à ampliação da área cultivada em que predominam as novas frentes pioneiras da cultura rizícola.

¹¹⁵ A terceira fase do extrativismo do babaçu, referida por Amaral Filho, corresponde à extrato-indústria do babaçu. Inicia-se por volta de 1960 e caracteriza-se pelo investimento do capital industrial. Parte desse capital provém de antigas casas comerciais sediadas no Maranhão; e outro montante advém de firmas do Centro-Sul que investem em usinas produtoras de óleo bruto e torta, quando passa a ser mais econômico processar a amêndoa no centro produtor, do que transportá-la para outras regiões do Brasil. A crise final da indústria têxtil no Maranhão, no início da década de 60, é outro fator que contribui para o investimento nessa atividade e para a sua reorientação. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, em 1952 há, no Maranhão, 16 indústrias de óleo babaçu, uma delas localizada no Médio Mearim, a Cia Industrial de Pedreiras. Em 1967, o número de indústrias do óleo babaçu no estado do Maranhão chega a quarenta e cinco: cinco na região do Médio Mearim, nos municípios de Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs. Em 1979, Amaral Filho refere-se à criação da Indústria de Comércio de Óleos Pedreiras Ltda. São Luís e Caxias, principais centros econômicos do estado, são o principal *locus* de concentração das indústrias de óleo babaçu nas décadas de 50 e 60. O Médio Mearim, mesmo sem o destaque desses centros, tem parcela de participação na indústria local de beneficiamento da amêndoa, quando as usinas de óleo passam a ter um papel importante no extrativismo do babaçu no Maranhão. AMARAL FILHO, Jair do. *A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências*. São Luís: SIOGE, 1990. p. 175.

A extração do babaçu obedece aos métodos os mais primitivos, Nenhuma inovação tecnológica foi introduzida nesse tipo de atividade rural. Daí sua baixa produtividade que não corresponde ao potencial econômico dos babaçuais nativos do estado. (BELLO,1962)

O final dos anos 60 e o início dos anos 70 demarcam transformações irreversíveis na região do Médio Mearim e em outras áreas do Maranhão. Extingue-se o tempo das *terras sem dono*, e o gado avança sobre áreas anteriormente destinadas à agricultura familiar, praticada por posseiros. O capim passa a ocupar o lugar das roças (Andrade, 2005) e a *terra solta* é cercada em processos violentos que resultam nos latifúndios da região. O extrativismo do babaçu, outra atividade fundamental no sustento de migrantes nordestinos, também sofre uma clivagem: passa-se do *tempo do coco livre* ao *tempo do coco preso*. Conforme Barbosa (2007, p. 70):

Não obstante a perda significativa de suas terras, trabalhadores do Médio Mearim continuaram a exercer o extrativismo. De qualquer forma, quebradeiras de coco e suas famílias viram-se obrigadas a vender coco que era extraído para os novos proprietários. Esse período é construído pela memória dos trabalhadores e trabalhadoras como a passagem do ‘tempo do coco liberto’ ao ‘tempo do coco preso’ (especialmente nos anos 1970 e 1980).

O ‘tempo do coco preso’ foi o momento em que as famílias rurais ficaram sujeitas a manipulações econômico-comerciais de fazendeiros, sendo implantados vários mecanismos a fim de subjugar-las. Os trabalhadores ficaram submissos aos donos de barracões, sendo obrigados a vender coco ou a trocá-lo por gêneros alimentícios nas próprias fazendas. Nesse período vários contratos extrativistas foram implantados para reger a coleta, quebra e venda do coco. Os mais conhecidos são o de ‘meia’, o de ‘foro’ e o de ‘arrendamento’. Entretanto, independente do tipo de contrato, eram feitos mutirões dos quais homens, mulheres e crianças participavam, visando quebrar a maior quantidade possível de coco, a fim de obter um rendimento maior ao final do trabalho. Ocorria que os fazendeiros/grileiros, além de pagar um valor ínfimo pelo quilo do coco, adulteravam o peso do produto em seu favor.

Como a lavoura e o extrativismo do babaçu constituem-se na base da economia camponesa, as cercas atingem duplamente esse segmento social, pois o tempo da *terra solta* finda juntamente com o *tempo do coco livre*. Outras estratégias de sobrevivência seriam traçadas, entre as quais: o êxodo rural, a migração para outras regiões do estado ou áreas de garimpo, a mobilização política em torno da luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais.

Vejamos o resultado do cômputo dos dados consultados nos Livros de Casamento na década de 70. A amostragem conta com 1301 registros de nubentes residentes no Médio Mearim. O Ceará permanece como maior fornecedor de migrantes (326), perfazendo 25,1% do total. Destacam-se como polos expulsos¹¹⁶: Acaraú (24 registros), Granja (20), Nova

¹¹⁶ Cidades que durante muitas décadas figuram como principais polos expulsos, aparecem com percentual irrisório na amostragem da década de 1970, como Crateús (6 registros), Missão Velha (4 registros) e Brejo dos

Russa (18) Ipueiras (17), Viçosa e Camocim (13cada). O Piauí tem 310 registros apresentando um percentual muito próximo ao Ceará: 23,8%. As cidades piauienses com destaque são: Pedro II (33 registros), Campo Maior (32), Miguel Alves (27), Barras (26), Luzilândia (21), União (19), Esperantina e Parnaíba (18 cada) e Piriipiri (17)¹¹⁷.

Outros estados nordestinos com percentual muito inferior aos dois primeiros, mas ainda significativos dentro da amostragem são Rio Grande do Norte com 12 registros (0,9%); Paraíba com 10 (0,8%) e Pernambuco com 8 (0,6%). São Paulo, Bahia, Amazonas e Paraná aparecem na amostragem, porém, como nas décadas anteriores, sem merecer destaque.

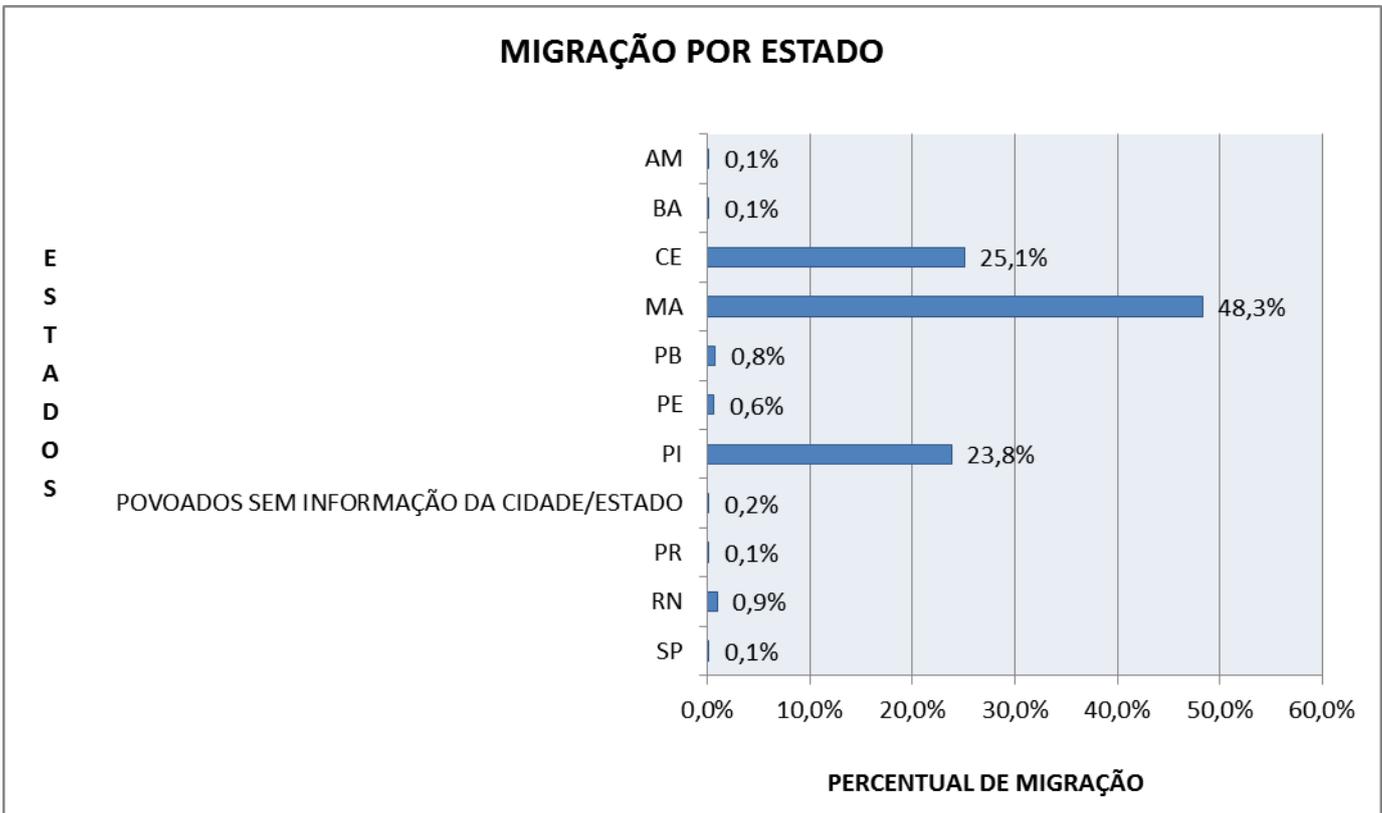


Gráfico 9: Naturalidade dos nubentes do Médio Mearim por Estado-década de 70

Fonte: Livros de Casamento da Paróquia das São Francisco das Chagas, Bacabal, (1970-1973), (1971), (1973-1976, interior) e (1964-1979),

Santos (1 registro). Essa amostragem teve 37 cidades que não puderem ser identificadas e foram classificadas como Outra-CE. Vide Apêndice 5.

¹¹⁷ Apenas 11 cidades piauienses não puderam ser identificadas e foram classificadas como Outra-PI (Vide Apêndice 5). Talvez o menor número de cidades sem identificação, comparando-se com os dados do Ceará da mesma década 937 cidades não identificadas) tenha permitido mapear com mais precisão os focos expulsores no Piauí do que no Ceará nos anos 70.

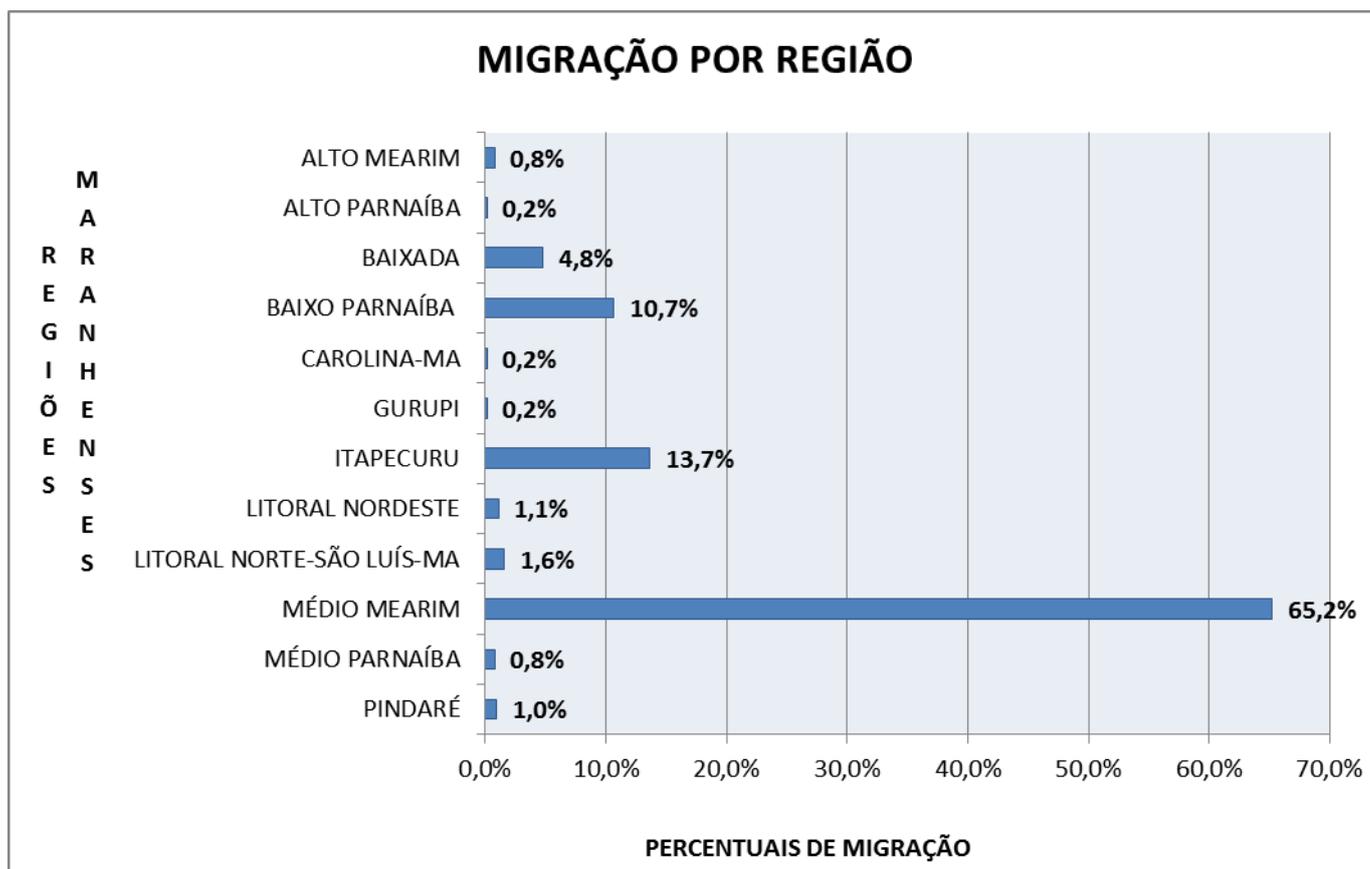


Gráfico 10: Naturalidade dos Moradores do Médio Mearim por região maranhense-década de 1970
 Fonte: Livros de Casamento da Paróquia das São Francisco das Chagas, Bacabal, (1970-1973), (1971), (1973-1976, interior) e (1964-1979),

O percentual de maranhenses na amostragem aumenta cerca de 5% em relação à década anterior, perfazendo 48,3% (629 registros) e indicando a diminuição da migração externa para o Médio Mearim. A população natural do Médio Mearim tem 410 registros, com 65,2% do total, apresentando um decréscimo significativo – 6,3% –, comparando-se à década de 1960 – 71,5% – e sugerindo o deslocamento de nativos para outras regiões maranhenses ou outros estados brasileiros. As narrativas orais apontam o deslocamento de moradores do Médio Mearim para outras regiões maranhenses em expansão (como o vale do Pindaré) e para as regiões de garimpo, especialmente no Pará e em Roraima, a partir dos anos 60 e 70.

Em relação aos deslocamentos internos no Maranhão, o Itapecuru persiste como maior foco expulsor (13,7%) com 86 registros, embora apresente uma ligeira diminuição em relação a sua participação na década anterior (14,9%). Destacam-se as mesmas cidades: Coroatá (30 registros), Caxias (18) e Codó (12), além de Vargem Grande (11).

O Baixo Parnaíba, segunda região de maior fluxo migratório para o Médio Mearim, aumenta em 3,6% sua participação na amostragem em relação aos anos 60, perfazendo 10,7% do total, com 67 registros. Destacam-se Brejo (39 registros) e Santa Quitéria (10). A Baixada também aumenta sua participação na amostragem dessa década com 30 registros, que equivalem a 4,8% do total, com acréscimo de 2,7% em relação à década anterior. Destacam-se na Baixada maranhense as cidades: Vitória do Mearim (15 registros) e Anajatuba (7).

As tabelas 4 e 5 permitem mensurar o resultado da amostragem por estado e por região maranhense ao longo das décadas de 30 a 70¹¹⁸.

ESTADO	DÉCADAS				
	1930	1940	1950	1960	1970
ALAGOAS	0,03%	0,2%	0,04%	0,04%	0,00%
AMAZONAS	0,03%	0,00%	0,04%	0,00%	0,1%
BAHIA	0,06%	0,2%	0,18%	0,1%	0,1%
CEARÁ	18,02%	13,1%	29,11%	33%	25,1%
EXTERIOR	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
GOIÁS	0,06%	0,1%	0,04%	0,04%	0,00%
MARANHÃO	50,50%	67,0%	45,42%	43%	48,3%
MATO GROSSO	0,0%	0,0%	0,04%	0,00%	0,00%
MINAS GERAIS	0,0%	0,0%	0,00%	0,04%	0,00%
ORIGEM NÃO INFORMADA	0,0%	0,00%	3,14%	0,00%	0,00%
PARÁ	0,32%	0,0%	0,00%	0,00%	0,00%
PARAÍBA	0,87%	0,9%	1,08%	0,6%	0,8%
PARANÁ	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,1%
PERNAMBUCO	2,12%	0,8%	1,48%	1,3%	0,6%
PIAUI	25,89%	17,3%	17,88%	21%	23,8%
POVOADOS SEM INFORMAÇÃO DA CIDADE/ESTADO	0,0%	0,4%	1,17%	0,2%	0,2%
RIO GRANDE DO NORTE	1,99%	0,2%	0,36%	0,8%	0,9%
SÃO PAULO	0,03%	0,00%	0,00%	0,1%	0,1%
SERGIPE	0,03%	0,00%	0,00%	0,1%	0,00%
TOTAL	100%	100%	100%	100 %	100%

Tabela 4: comparativo do percentual de migração por estado – décadas de 1930 a 1970

Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1932-1933), (1934-1935), (1935-1938), (1941-1944), (1955-1957), (1963-1967) e Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1943-1949) (1954-1955) e (1959-1960). Livros de Casamento da Paróquia das São Francisco das Chagas, Bacabal, (1963-1964), (1964-1968) (1970-1973), (1971), (1973-1976, interior) e (1964-1979).

¹¹⁸ Os apêndices 7 e 8 apresentam esses dados em forma de gráfico.

MIGRAÇÃO POR REGIÃO MARANHENSE					
	1930	1940	1950	1960	1970
ALTO MEARIM	8,40%	6,8%	2,3%	0,7%	0,8%
ALTO PARNAÍBA	2,80%	0,8%	0,4%	0,4%	0,2%
BAIXADA	2,86%	2,2%	0,8%	2,1%	4,8%
BAIXO PARNAÍBA	2,23%	2,1%	6,4%	7,1%	10,7%
CAROLINA	0,25%	0,7%	0,1%	0,3%	0,2%
FORTALEZA-MA	0,06%	0%	0%	0%	0%
GURUPI	0%	0%	0%	0%	0,2%
ITAPECURU	35,18%	23,6%	18,1%	14,9%	13,7%
LITORAL NORDESTE	0%	0%	1,7%	0,6%	1,1%
LITORAL NORTE	1,40%	0,2%	0,9%	0,6%	1,6%
MÉDIO MEARIM	45,04%	61,0%	68,7%	71,5%	65,2%
MÉDIO PARNAÍBA	1,27%	1,6%	0,3%	1,0%	0,8%
OUTRA-MA	0,13%	0%	0%	0%	0%
PINDARÉ	0,25%	0,9%	0,4%	0,6%	1,0%
TOCANTINS	0,13%	0,1%	0%	0%	0%
TOTAL	100,00%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 5: Comparativo do percentual de migração por região maranhense – décadas de 1930 a 1970.

Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1932-1933), (1934-1935), (1935-1938), (1941-1944), (1955-1957), (1963-1967) e Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1943-1949) (1954-1955) e (1959-1960). Livros de Casamento da Paróquia das São Francisco das Chagas, Bacabal, (1963-1964), (1964-1968) (1970-1973), (1971), (1973-1976, interior) e (1964-1979).

Avaliando o resultado comparativo da amostragem, percebe-se da década de 30 à de 70, um acréscimo paulatino do total de homens e mulheres nascidos na região do Médio Mearim: de 45% nos anos 30, chega à 71% na década de 1960. O decréscimo desse percentual para 65%, na década seguinte, é indicativo da inversão da posição de polo atrativo de migrantes para polo expulsor, entre os anos 60 e 70. Além das afirmações de geógrafos e antropólogos, as narrativas orais coadunam com essa interpretação.

No período analisado, o Itapecuru mantém-se como maior foco de deslocamento interno para o Médio Mearim, mas seu percentual de residentes na região de estudo, decresce

em mais de 60%: de 35% nos anos 30 a 13% nos anos 70. O Alto Mearim tem uma redução percentual ainda mais drástica: de 8,4% na década de 30 para menos de 1% – 0,8% – na década de 70. O Baixo Parnaíba é a região que, neste tempo de média duração, mais amplia sua mobilidade em direção ao Médio Mearim, passando de 2,2% nos anos 30 a 10,7% nos anos 70. Esse fluxo intensifica-se a partir da década de 1950; passa de 2,1% nos anos 40 a 6,4% nos anos 50 e 7,1% nos anos 60. A Baixada maranhense também amplia o contato com a região de estudo, porém, com um impacto muito inferior ao do Baixo Parnaíba, passa de 2,8% nos anos 30 a 4,8% nos anos 70. Se esta pesquisa não apresenta elementos que permitam o entendimento desse fluxo e de suas transformações, coloca para futuras pesquisas a necessidade de problematizar os deslocamentos internos.

Pelo cômputo geral da amostragem, a migração de nordestinos tem seu ápice entre as décadas de 50 e 60. Como os noivos e noivas normalmente tem idade adulta, é possível que os percentuais ainda elevados na década de 70, sejam um reflexo das migrações de crianças processadas em décadas anteriores, especialmente nos anos 50. A partir desta década, o Ceará ultrapassa o Piauí em número de migrantes, conforme os dados da amostragem dos Livros de Casamento. Na década de 70, a diferença do percentual dos dois estados é irrisória. A contiguidade territorial do Piauí e a recorrência de secas no Ceará são elementos que podem auxiliar a compreensão dos dados quantitativos.

A pesquisa qualitativa através da História Oral e a farta literatura acadêmica sobre os conflitos de terra na região de estudo e em áreas vizinhas fornecem elementos mais consistentes para a compreensão das transformações ocorridas. Pelas narrativas de uma militante da ACR e de um frei franciscano, que chega a Bacabal em 1964, esboço, brevemente, como a *Canaã dos nordestinos* torna-se “cenário de guerra”.

Guilhermina Aguiar nasce em 1957, em Igarapé Grande, Médio Mearim, e passa a infância e a juventude em Lago da Pedra. Filha de mãe maranhense e pai com ascendência cearense aponta o uso de cercas nessa região como um costume introduzido por migrantes nordestinos. A narradora relata as ações do seu avô maranhense, que, conforme uma prática comum na região, cede pedaços da terra devoluta onde vive como posseiro para migrantes recém-chegados que buscam espaço para suas roças:

Ele era muito trabalhador, meu avô. Então, o que ele fazia? Ele fazia a roça aqui e, a partir do momento que ele fazia roça ali, aquele espaço já era dele. E lá ele foi ocupando, foi ocupando, então, ele tinha uma quantidade de terra razoável. Só que ele fez a mesma coisa com outras pessoas que foram chegando e ele foi cedendo, foi cedendo e, quando ele se deu conta, ele não tinha mais terra. Ele tinha o que? Doze filhos, o meu avô, e ficou apenas com 25 hectares de terra, né? Porque ele também

foi cedendo. E esses migrantes que vinham de outros estados, eles já eram influenciados por uma cultura diferenciada, né? Eles já tinham experiência mais da agricultura, sabendo que o maranhense... que, às vezes, eu fico... eu arrango muita confusão quando as pessoas tacham a gente de preguiçoso, que como eu conheço isso, vivi isso na pele, eu não tenho coragem de chamar o maranhense de preguiçoso. Mas, é uma questão cultural, essa cultura indígena, africana que não tem essa visão de lucro, né? Você faz hoje, come e no outro dia vai no lago, pesca o peixe e come tudo de novo e o problema é resolvido. Então, naquele momento era assim. Quando chega os cearenses, pernambucanos, que já vêm de uma outra cultura de acúmulo de bens, então, aí eles começam a fazer cerca. Então, a cerca apareceu exatamente nesse período, por essas pessoas, porque o maranhense mesmo não conhecia cerca. Não havia delimitação de espaço. Então, o cearense, principalmente foi que migrou muito pra essa região, que trouxe essa cultura de cerca, né. E isso foi desagregando as pessoas que já estavam ali e achavam que não iam nunca passar por dificuldade, terminaram se acomodando. E quando... tanto é que se você procurar aqui na região um fazendeiro maranhense, é raro. É raro você encontrar um fazendeiro maranhense aqui. É por que é preguiçoso? Não! Ele simplesmente se acomodou achando que era normal, não tinha essa visão de lucro e quando se deu conta tava sem terra, né?! (AGUIAR, 2014)

A introdução de um traço cultural – o uso de cercas separando propriedades de posseiros – inicia um processo de transformação nos mundos da vida e do trabalho de camponeses. Antes da vigência da Lei de Terras 1969, a cultura da acumulação e a noção de propriedade privada já vinham penetrando nas roças do Médio Mearim. A tradição agrícola e o maior traquejo com os princípios da economia de mercado fazem o nordestino mais adaptável às transformações em curso no campo. Traços característicos das culturas africanas e indígenas e o costume de lavrar e viver em *terras sem dono*, onde a noção de propriedade torna-se desnecessária, institui a crença na perenidade do livre acesso à terras devolutas entre muitos posseiros maranhenses.

Em 1966, o governo do Maranhão é assumido por José Sarney, com a promessa de construção de um “Maranhão Novo”. A Lei de Terras nº 2.979 de 17 de julho de 1969, estabelece critérios estritamente econômicos para a concessão ou aquisição de terras públicas. Conforme Joaquim Shiraiishi Neto (1998, p.40):

Há por parte do legislador um apego aos instrumentos jurídicos formais e um desconhecimento da realidade baseado na própria definição de terras devolutas como sendo aquelas desocupadas. Em toda Lei de Terras do governo Sarney, não há um único artigo sequer, que reconheça as formas de uso dos diversos segmentos camponeses ou seja aplicada sua legitimação. Aos camponeses, restava a defesa de seus direitos, o reconhecimento e a legitimação de sua posse de terra.

Inicia-se a venda e grilagem de terras tradicionalmente ocupadas por camponeses maranhenses ou de outras naturalidades. Terras de posseiros, terras de pretos, terras de

índios¹¹⁹ tem sua privatização respaldadas e transformam-se em espaços de expansão do agronegócio e de intensos conflitos de terra envolvendo empresários, grileiros, pistoleiros, polícia e o Estado. A rápida transformação do campo, precisou ser processada muito rapidamente por camponeses que viviam imersos no tempo da natureza e dos ciclos agrícolas. Para muitos, a forma da assimilação encontrada foi a migração para outras áreas do país ou o êxodo rural dentro do estado, modificando completamente sua forma de vida e de trabalho.

Frei Heriberto Rembecki (2014) descreve a dificuldade enfrentadas por muitos camponeses, no processo em curso desde os anos 70.

De fato um ou outro tentou registrar um pedaço de terra, mas sabe, como eu tava dizendo, não tinha estrada e uma viagem daqui pra São Luís eram de dias. Chegando lá naquele... era outro nome, não era INCRA ainda, era outro nome... Aí não tinha formulário, aí se desgostou e aí “Que nada, a terra é nossa!” Aí chegavam, começavam a plantar milho e aos poucos os espertos foram ao cartório, registrou sem dizer nada, vendeu. Aí chegou outro “Olha, não, você pode ficar” Mas, aí começou a fazer a cerca “Não, vocês podem ficar...” Aí começou a cobrar renda, mas ainda vinham ali. Mas, aí depois quando veio o gado, então pronto! Não tinha mais terra para botar roça, não tinha e começou ali o grande desmatamento da palmeira, porque onde tem palmeira tem povo e lá os fazendeiros acabaram com muita palmeira.

Além dos altos custos das viagens a São Luís, a lentidão da burocracia, a falta de traquejo e de conhecimento das leis, tornam o camponês muito vulnerável às ações de grileiros, tanto os forasteiros vindos de outras partes do país, como os grileiros “internos”, muitos conhecidos e, muitas vezes, empregadores da mão de obra que, paulatinamente, vai sendo expulsa por cercas, pelo gado, por jagunços, pela polícia, com o respaldo ou a conivência do Estado. Os babaquais também passam a ser ameaçados, porque sua existência implica na presença camponesa. Guilhermina Aguiar (2014) narra como muitos trabalhadores rurais semearam com as próprias mãos o capim, que os expulsaria das roças, transformadas em pasto para o gado. Outros passavam procuração para os que usurpariam suas terras. A violência nem sempre é explícita, tornando difícil para as vítimas reconhecerem-se como tais. Mesmo com o registros mortes, agressões e ameaças em diversos municípios e povoados do Médio Mearim, grande parte do processo faz-se de modo gradual e “amigável” e muitos algozes passam a ser vistos como “bons patrões”. Nessas palavras, usurpação e paternalismo fazem par, com muita sutileza:

¹¹⁹ Compreendem domínios titulados que foram entregues formalmente a grupos indígenas ou seus remanescentes, na segunda metade do século passado [XIX] ou princípios deste [XX] sob a forma de doação por serviços prestados ao Estado. Cf: Almeida,op.cit, 2006, p.113.

Aconteceu o seguinte: como aqui no Maranhão tem essa cultura de você sempre colocar alguém pra intermediar, pra resolver teus problemas em vez de “Não, tu vai fulano. Tu é mais acostumado com a gente da cidade. Vai lá e faz a discriminação da minha terra, faz a documentação da terra”. E muitos espertos fizeram! Aqueles proprietários, posseiros, né? pagavam dez passagem pra eles irem pra cidade, fazer esse processo e lá ele colocava a terra no nome dele. Então, quando o documento chegava, aí o pessoal não tinha mais terra. Era daquele que ele era mais inteligente, era o que sabia se dirigir às pessoas, então, é aquele tipo da coisa, quem tem domínio da língua [risos], né? quem tem o domínio da língua, tem o domínio também sobre muitas coisas. E foi isso o que aconteceu. Alguns que ficaram ainda com os posseiros, aconteceu um outro processo interessante aqui. Quem ficou sem... é... quem tinha alguma terra ou quem não tinha terra nenhuma, trabalhava na terra do latifúndio, né? Então, ele pagava, ele pegava a terra como se diz na legislação, pegava terra nua, né? Ou seja, a terra igual como ela estava é... Desmatava, plantava e quase metade do que ele colhia era do proprietário de terra. E uma estratégia utilizada, isso eu tô falando com conhecimento de causa, porque eu já acompanhei, né? Eles usavam uma estratégia interessante, eles: “Olha, você não vai me pagar renda esse ano, a única renda que você vai me pagar é jogar a semente do capim”. Então, quando chegava o mês de março, que o arroz já tava um pouco crescido, o próprio dono da roça pegava o capim e semeava pro fazendeiro. Mas, com uma condição, ele não podia plantar mandioca, não podia plantar outra coisa só arroz, porque terminou a colheita, tinha que desocupar a área. E aí, e foi os anos esse processo, e o trabalhador só dando festa, porque não estaria pagando renda, né? Só quando chegou, aí o cara dizia assim: “Olha, rapaz! Lamentavelmente, eu não tenho mais terra pra roça. Tá vendo a terra tá toda situada não produz nada”.

Aí o que que acontecia? Aquela pessoa ia embora daquela região e vinha pra cidade. E o processo de ocupação da terra mais utilizado assim da forma bem, bem discreta foi esse. Quer dizer, o cara expulsou e ele ainda saiu, se saiu bem com a pessoa que morava lá. “Oh se tu não tem dinheiro pra pagar, tu arranja um localzinho na cidade que eu pago carro pra levar tua bagagem”. E isso aconteceu ao mesmo tempo, em alguns municípios, esse mesmo fazendeiro era o prefeito ou era alguém de autoridade que o que ele fazia? Ele liberava terras na zona urbana. Aí, doava a terra e fazia casa de todo jeito.

Então, foi um processo assim, tão complicado, né? e difícil das próprias pessoas, das próprias vítimas se reconhecerem como vítimas. Porque foi um processo assim muito amigável. Lógico que em outros momentos, houve conflito mesmo. Conflito, mas esses conflitos que houve muitas mortes, foi mais no município de São Luís Gonzaga e Lago do Junco. Ali aconteceram muitas mortes, né? Tanto de trabalhadores, como de pessoas que eram pagos pelo fazendeiros pra matar mesmo, era pra matar, como acontecia. Então, esse processo de ocupação de terras nessa região aqui, não só aqui, mas em todo estado, ele se deu basicamente dessa forma, né? De forma muito complexa e difícil da própria vítima se reconhecer como vítima. (AGUIAR, 2014)

Nesse momento as ações de instituições ligadas à Igreja Católica, como a CPT¹²⁰, as CEBs e a ACR são fundamentais para a formação política de um campesinato indefeso e vulnerável à grilagem, à violência e à usurpação. Durante o período do Regime Civil Militar, a Igreja Católica, sob inspiração da Teologia da Libertação, atua tanto no registro e denúncia

¹²⁰ Sobre a atuação da CPT no Maranhão. Cf. COSTA, Wagner Cabral da. *O rosto rural da igreja: a atuação da CPT no maranhão*. São Luís, UFMA, 1994. (Monografia de graduação); e MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. *Ação política, missão pastoral e instância de inserção: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980)*. São Luís. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-UFMA, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Disponível em: http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=542&catid=88&Itemid=11. Acesso em: 24 mar. 2013.

dos conflitos, como faz-se presente nos povoados em momentos mais sangrentos. Os freis franciscanos que atuaram no Médio Mearim costumavam passar a noite em velórios de lavradores assassinados nas décadas de 70 e 80, não só para encomendar-lhes as almas e consolar a família, como também para inibir que houvesse maior derramamento de sangue.

Em *Mala de Couro*, diário de uma desobriga realizada por freis franciscanos em 1978, em povoados do Médio Mearim, Frei Adolfo Temmer (2011,p.11): reproduz a fala de um lavrador do povoado Cocalinho, município de Bacabal, membro das CEBs “Existem faltas graves que excluem o cristão ou que são perdoadas só depois da penitência e conversão: exploração do próximo, grilagem de terra, bigamia pública e outros escândalos que agridem aos céus.” Assim, pela leitura e interpretação da Bíblia, visavam investir na conscientização de lavradores constantemente ameaçados de expulsão, agressão e morte. Nas comunidades rurais, como Cocalinho, onde a presença dos freis era muito rarefeita, realizando visitas duas ou três vezes por ano, ocasião em que ocorriam batizados e discussões com a comunidade, a presenças das CEBs foi um instrumentos fundamental da luta pela terra. Na ausência dos clérigos, os leigos dão continuidade, lendo a Bíblia e interpretando as transformações do campo.

Nas décadas de 80 e 90, após a redemocratização do país, acirram-se ainda mais os conflitos. Nas proximidades do município de Bacabal, o povoado Aldeia sofre duas invasões: em 1985, pela polícia, e, no carnaval de 1988, quando incendiado por pistoleiros a mando de grileiros. Frei Heriberto Rembecki (2014) assim narra esses acontecimentos:

Aldeia é um lugar muito próximo, onde você vê toda a questão do conflito de terra. Lá tem monumentos com pedras com nome e falecimento e, diz realmente pelas pedras que alguém é mais antigo do que a cidade de Bacabal. E lá tem muito esperto que se apoderou dessa área, deixou uma pequena área e assim foi, foi, foi e lá teve duas vezes a invasão da polícia militar. Uma dessas invasão da polícia militar foi em 85, no dia 20 do mês de novembro, e lá vem o Coronel Silva Júnior, segurado pela segurança do Maranhão, convocado de oficiais, 130 soldados chegaram lá no povoado. Chegando colocaram logo lá na frente da igreja uma metralhadora giratória e invadiram as casas. Pela sorte, naquela época havia as CEBs lá e contrataram um advogado de São Luís e ele tava aqui um pouco antes da chegada da polícia, ele chegou se colocou no exército, no batalhão, aí como queriam fugir aí “Não, ficam sentados”, ele que conhecia todo esse povo dos oficiais de Silva Júnior e disse “Coronel o que está acontecendo?” E nisso o pessoal ficou desarmado, mas mesmo assim invadiram casa, levaram objeto... E com tanta raiva conseguiu afugentar e foram pra Pau Santo, aí mataram um velho e depois na Aldeia [em 1988] no dia 12 de fevereiro, domingo de carnaval, entraram com carros blindados e jogou bomba caseira e queimaram 30 casas. Isso até chocou muita gente em Bacabal, inclusive fazendeiro, porque era demais. E assim tem uma ladainha, um rosário em conflitos.

Assim finda o tempo espaço do eldorado maranhense. O povoado Aldeia, como muitos outros recantos da região, fora habitado por índios há séculos. Os túmulos do século XIX, onde inscrevem as datas de falecimento dos antepassados, são um testemunho da história do local. Considerado no século XX “espaço vazio”, seu território é demarcado e privatizado, a despeito da presença de muitas famílias camponesas, algumas com ascendência indígenas. Invasões, incêndios, furtos de bens de valor material ou afetivo pela polícia e assassinatos tornam-se cenas corriqueiras num espaço, que, décadas antes, fora propalado nos sertões do Nordeste como eldorado pelos bons invernos e pelas *terras sem dono*. Guilhermina Aguiar também reflete sobre os episódios sangrentos passados em Aldeia, denominados por ela como verdadeiras “cenas de guerra”:

Eles não iam lá no local pra saber, então olhavam lá no mapa e não tinha nenhuma propriedade lá, mapa de nenhuma propriedade, então, era considerada terra devoluta, terra de ninguém. Mas, na verdade havia gente morando ali. Tanto é que aqui na Aldeia, onde o conflito foi mais grave é... lá tem túmulo ainda do século XIX. O conflito foi na década de 80, mas lá tem um túmulo. Eu fiz até uma foto uma vez desse túmulo, não é?! Isso significa dizer que aquele pessoal... era uma aldeia, até por isso é o nome do povoado. Então, como que eu ia dizer que aquela terra ali é devoluta, devoluta assim que não tinha dono se tem túmulo lá do século XIX? Então, tem toda essa coisa, porque na verdade a falha é muito grande do Estado é considerar só o papel, né. As pessoas que fazem isso elas não vão *in loco* pra verificar essa questão. (AGUIAR, 2014)

Quando chegam os “donos da terra”, restam aos camponeses três alternativas: a mobilização e a resistência, a fuga para regiões com baixo índice demográfico e de conflitos agrários ou a fuga do faroeste rumo a outro “eldorado”: os garimpos do Norte. Frei Heriberto refere-se aos três protótipos: “Então o povo enfrentou, lutou, mas uma boa parte “ah, pra que? Eu vou lá pra Santa Luzia do Paruá, lá tem muita terra”. Outros ele reencontra pelas ruas e veredas no Mato Grosso, no Pará e em Roraima. Eles o reconhecem do tempo que viviam em Bacabal, no Médio Mearim: “Ô frei, você que me casou, você que batizou minhas filhas”. (REMBECKI, 2014)

Parte II:
Experiências e narrativas migratórias

Capítulo 3

Rumo ao Maranhão:

teias migratórias e memória dividida

“Era meia carrada de estrume e meia de gente, que era nós, as nossas coisinhas tudo suja. Aí o mais [velhinho] caiu lá de cima pro chão. Aí teve um filho de Nossa Senhora que pegou ele pelo pé e botou pra cima.”

(Teresinha Silva)

“Não passamos fome, não senhora!”

(Antonio Eugenio dos Santos)

“O pai veio de fogoso. Não tinha precisão de vir não.”

(Lucas Aragão)

Migrantes. Errantes do sertão e de outros recantos em busca de eldorados, escapes ou melhorias. Construtores de práticas sociais e culturais híbridas. Personagens de uma nação instituída a partir de múltiplos deslocamentos. Trabalhadores e sujeitos constituídos através da experiência. Embalados por projetos nacionais e locais e/ou pelo gosto e necessidade de mover-se para sobreviver e viver, homens, mulheres, crianças, adultos e idosos saem do Nordeste para outros Nordestes ou para lugares distantes e distintos, desde os confins da Amazônia, fronteira por excelência do Brasil contemporâneo, até as zonas metropolitanas do sul maravilha, onde não há fronteiras para a expansão do capital. Na floresta, no seringal, na fábrica, nos babaçuais, nas *terras sem dono*, inventam no conflito e na superação experiências de trabalho e de vida que reconfiguram espaços sociais.

Muitos estudos desbravam porquês, traquejos e zigue-zagues dos passos, por vezes errantes, por vezes firmes, dos migrantes nordestinos. Dialogar com essas interpretações significa conhecer e refazer um trajeto, apreendendo, nos seus avanços e recuos, nuanças dos mundos do trabalho e dos sonhos de personagens plurais.

Conforme abordo nos Capítulos 1 e 2, desde meados do século XIX registra-se a chegada de nordestinos ao Maranhão, principalmente em tempos de seca. Entre as décadas de 1930 e 1960, as migrações dirigidas ou espontâneas intensificam-se.

Contudo, não considero suficiente a relação seca-migração para o entendimento dos deslocamentos de trabalhadores do sertão e de outros recantos do Nordeste para a fronteira

agrícola do Maranhão. Os migrantes que partem rumo ao Médio Mearim em anos de bons invernos, embora não constituam maioria, indicam qualitativamente a possibilidade da migração também nesses períodos. Não negligencio, porém, o impacto da seca nas falas migrantes. Reconhecendo-a ou não, articulando-a ou não à fome, à sede e a outras privações, ela figura como elemento discursivo nas narrativas, e essa recorrência deve ser problematizada.

Neste capítulo e nos seguintes, utilizo principalmente a História Oral, concebendo-a como metodologia e documento. Seu *modus operandi* envolve subjetividade, multivocalidade e bipolaridade dialógica. Essas características não implicam imperfeição ou impossibilidade de uso dessa ferramenta documental. Pelo contrário, sua maior riqueza advém de tais propriedades, inerentes ao texto oral.

A história da migração de nordestinos e maranhenses e da ocupação da fronteira agrícola do Médio Mearim dispõe de pouca documentação escrita, em virtude tanto da inexistência de uma política de conservação de acervos em municípios do interior do estado como do desinteresse ou impossibilidade de registros da entrada e da fixação de camponeses e outros trabalhadores nessa região. A opção pela provocação, registro e análise de narrativas orais, no entanto, não se justifica pelo suprimento de lacunas nas fontes escritas, mas pela riqueza que esse material construído na pesquisa de campo oferece.

Pois,

Acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de algumas informações, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade, e da história oral como um todo, decorre de toda uma postura em relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 1990, p.5, grifos da autora)

A história oral viabiliza o acesso à subjetividade do vivido, posto que a narrativa não congela a experiência passada. Por ser uma reconstrução provocada *a posteriori* e uma representação, vai além do vivido, sistematizando-o e dotando-o de sentido no ato de transformação da memória em narrativa. Segundo Verena Alberti,

Outra especificidade da entrevista de história oral é o fato de um de seus principais alicerces ser a narrativa. Um acontecimento vivido pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui, (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. (ALBERTI, 2006, p.170-171)

Conforme Alessandro Portelli, teórico literário e pesquisador da História Oral, é fundamental atentar para o fato de a *entre/vista* ser “uma troca de olhares”, ou, segundo Alberti (2006, p.178), fruto de uma “relação intersubjetiva”. Dois sujeitos, pesquisador e narrador, se entreolham, e o texto resultante é fruto de uma bipolaridade dialógica. As narrativas orais são, portanto, multivocais. A complexidade dessa autoria é instituída a partir de relações de poder fluidas. Se o pesquisador aparece como quem detém o maior capital cultural, o narrador é aquele que possui o saber buscado pelo primeiro. Essa relação se inverte no momento da construção de uma literatura acadêmica a partir das narrativas orais, quando o pesquisador assume o lugar de intérprete.

Mas a narração oral da história só toma forma em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo. Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador. Esse assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisa de campo; mais do que “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las, literalmente contribuir com sua criação; por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações. A diferença cultural entre pesquisador e narrador, sujeita esse último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos de sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias no seu círculo imediato.

Na história oral, enfim, o relato da história não é um fim em si mesmo. No que diz respeito ao entrevistador visa à produção de um outro texto: uma fita, um vídeo e, principalmente, um texto escrito, um livro. Essas diferenças resultam num uso diferente dos espaços: em vez de uma “roda de ouvintes”, a situação de entrevista institui uma bipolaridade dialógica, dois sujeitos face a face, mediados pelo emprego estratégico do microfone. Em torno desse objeto, os dois se olham. A ideia de que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha pra ele a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A *entre/vista*, afinal, é uma troca de olhares e, bem mais que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo. (PORTELLI, 2012, p.20)

Dessa forma, as *entre/vistas* utilizadas ao longo desse texto, além de constituírem-se em uma troca de olhares entre pesquisadora e narradores(as), são também um espaço de compartilhamento de experiências com a família ou a comunidade, já que, a despeito da situação formal da gravação e da presença de uma professora universitária, formam-se rodas que interagem ouvindo, rindo e dando indicações de outros possíveis narradores. Uma das narradoras assim se manifesta quando a roda de ouvintes vai se formando: “Põe uma cadeirinha bem aí pra ti escutar a palestra da mulher, (risos)”. Decerto sabe que a *palestra* não é *da mulher*, embora seja provocada por sua presença.

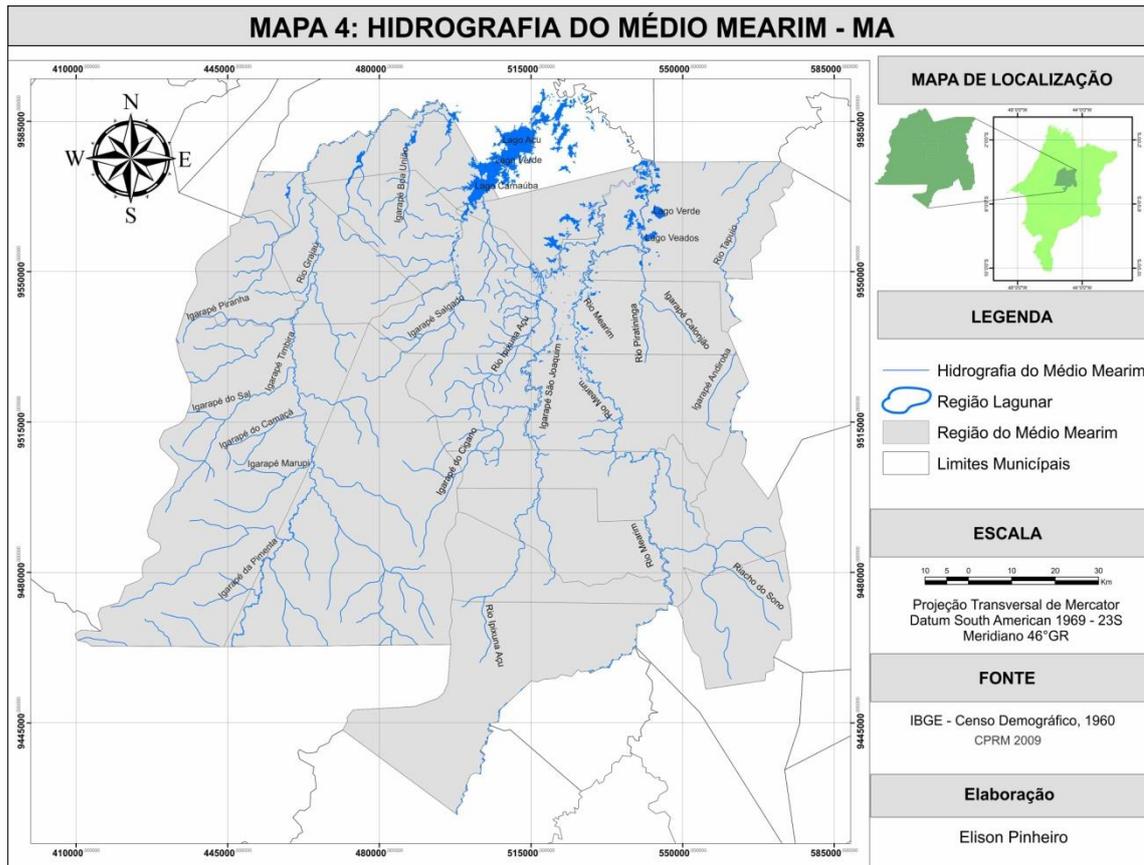
Neste capítulo analiso relatos de diversos(as) narradores(as). O perfil dos *entre/vistados* é propositalmente amplo, tentando dar visibilidade a experiências diversas: cearenses, piauienses, potiguares, homens e mulheres, agregados ou pequenos e médios proprietários, lavradores, tropeiros, comerciantes, donas de casa, costureiras, letrados ou semialfabetizados. A partir desse perfil amplo intento traçar algumas linhas que perpassam o conjunto das narrativas, em que a memória social se unifica ou se divide conforme a história social, o lugar de procedência ou o capital cultural que permite ler e se mover no mundo.

3.1 Para além da seca e da fome

A incursão pelo universo da experiência migratória de nordestinos para a região do Médio Mearim pode ser iniciada pela da problematização de representações instituídas sobre o espaço ocupado a partir da toponímia que nordestinos e maranhenses constroem nos lugares onde vivem e trabalham. Através dos Livros de Casamento consultados é possível mapear algumas das ideias-imagens mais recorrentes na denominação de povoados e *centros* que carregam no nome significados e significantes emblemáticos.

Um número expressivo de lugares é batizado com nomes que carregam o significado água: Açude, Alagadiço, Cachoeira Grande, Igarapé Grande, Lago Achado, Lago Açu, Lago da Cutia, Lago da Flecha, Lago do Curral, Lago dos Rodrigues, Lago da Onça, Lago do Boi, Lago do Cipó, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago Limpo, Laguinho, Lagoa Grande, Lagoa Bonita, Lagoa Verde, Lagoa Amarela, Lagoa Branca, Lagoa do Governo, Lagoa da Mata, Lagoa Nova, Olho d'Água, Poços, Três Poços, Poção de Pedras, Poção Comprido, Poção do Damião, Poção dos Cruz, Poço do Meio, Poço de Raiz, Riachão, Riacho Cavallo.

A recorrência toponímica da água remete à positivação do espaço. Nas narrativas de migrantes nordestinos é constante a referência à abundância de água no Médio Mearim, pois a rica hidrografia da região, composta pelo rio Mearim, lagos, lagoas, poços e igarapés e os bons invernos são uma das mais evidentes diferenças em relação à grande parte do sertão nordestino de onde muitos moradores desses povoados e *centros* provém.



Mapa 3: Mapa hidrográfico, limite de 1960 e informação hidrográficas de 2009

Outro conjunto toponímico significativo tem como ideias-imagens centrais, destino, recomeço, prosperidade, felicidade, beleza e tranquilidade. Assim, designam seus locais de residência: Abundância, Alívio, Aurora, Alto Fogo, Alto Bonito, Promissão, Boa Hora, Boa Vista, Bela Vista, Bom Lugar, Bom Princípio, Bom Tempo, Bom Jardim, Bom Gosto, Canaã, Deus Quer, Estrada Nova, Folgado, Graça de Deus, Morada Nova, Monte Alegre, Monte Verde, Paraíso, São João do Mata Fome, Vista Alegre, Viva Deus, Terra Nova. A representação do eldorado sobressai nesse conjunto e, em algumas dessas denominações, figura como dádiva ou permissão divina.

A difusão do catolicismo no Médio Mearim pode ser inferida pela profusão de santos e santas que figuram entre menções ao Deus Pai, ao Deus Filho e ao Espírito Santo. Pontilham também a toponímia da região: Santana, Santa Catarina, Santa Cruz, Santa Fé, Santa Maria, Santa Júlia, Santa Isabel, Santa Rosa, Santa Rita, Santa Teresa, Santa Zita, Santo Américo, Santo Antônio, Santo Antônio do Veloso, São Bento, São Benedito, Santo Elias, São Bernardo, São Domingos, São Félix, São Francisco, São Gonçalves, São João, São João da Mata, São João do Antão, São João do Jansem, São Joaquim, São José, São José dos Curicas, São José das Verdades, São José das Mentiras, São José dos Mentirosos, São Lourenço, São

Luiz Gonzaga, São Lucas, São Marcos, São Paulo, São Pedro, São Raimundo, São Vicente, Espírito Santo, Bom Jesus, Todos os Santos, Madre Deus.

Um quarto conjunto alude a alguns elementos naturais comuns na região: pau, pedra e ferro. Entre as denominações figuram: Pau D'Arco, Pau D'Água, Pau dos Ferros, Pau Ferrado, Pau Comprido, Pau Queimado, Pau Real, Pau Seco, Madeira Cortada, Jatobá, Jiquiri, Maçaranduba, Pedra, Pedreiras, Poção de Pedras, Lago da Pedra, Pedra Furada, Pedra Grande, Pedra do Salgado, Ferro Novo e Ferro Velho.

O quinto conjunto emaranha árvores, flores, frutos e bichos, remetendo à ideia-imagem da riqueza e da diversidade natural da região: Buritizal, Cajueiro, Bacabal, Bacabinha, Bacuri da Linha, Cajá dos Malaquias, Cajazeiras, Capim Médio, Capim Duro, Capinzal, Coco Grande, Cutia Barata, Juçaral, Limão, Limoeiro, Limoeiro da Mata, Maracujá, Murici, Nogueira, Pimenteira, Piqui, Abelha, Andirobal, Potó Velho, Urubu Reis, Canela, Florestas, Lírio, Unhas de Gato. Representam-se e inscrevem-se no espaço a fartura da caça e de frutos da lavoura, ao lado de insetos e animais nem sempre desejados.

Elementos de uma cultura material camponesa compõem um sexto conjunto, onde sobressaem ideias-imagens de desbravamento e rusticidade: Taboca, Beira do Saco, Brejinho, Arraial, Lata, Boca da Mata, Barraquinha, Cabaça, Centro do Meio, Centro Velho, Centro dos Queimados, Cercadinho, Cipó, Mato Seco, Mata do Nascimento, Mucambo, Panela Furada, Taba, Boca da Mata, Lage do Curreal, Curva da Mata de Boi, Alto do Bode.

O sétimo conjunto remete a termos indígenas e denominações provavelmente referentes a *terras de preto*: Aldeia, Aldeia do Odino, Aldeia José de Paiva, Mururu, Cururu, Ipixuna, Aquidabã, Seco das Mulatas, Angical dos Pretos. Outras aldeias indígenas e *terras de preto*¹²¹, que pontilham o Médio Mearim no período estudado, figuram com denominações menos explícitas, sob nomes de santos, frutos, pedras ou águas.

Outro vasto conjunto é composto por *centros*¹²² que levam a designação do nome próprio, do apelido ou do sobrenome dos sujeitos ou famílias considerados pioneiro: Centro do Adelino, Centro do Ângelo, Centro do Basílio, Centro do Constâncio, Centro da Rosa, Centro do Tancredo, Centro Julião, Centro do Louro, Centro do Batista, Centro do Cardoso, Centro dos Boas, Centro dos Farias, Centro dos Gomes, Centro dos Marcelinos, Centro dos Moraes, Centro dos Palmeiras, Centro dos Pereiras. Um conjunto mais restrito refere-se aos altos e baixos do relevo: Morro Grande, Morro da Pedra, Morro dos Caboclos, Barro

¹²¹ Santa Amália e Bom Jesus são exemplos de denominações de *terras de preto* no município de Pedreiras.

¹²² Nem todos os *centros* são batizados com nomes de supostos pioneiros como: Centro dos Caboclos, Centro do Meio, Centro Velho, Centrinho. Alguns centros não trazem sequer a denominação *centro*, como: Caiçara, Santo Antônio, Sapucaia. Esses últimos são identificados como *centros* a partir das narrativas orais.

Vermelho, Baixão, Baixão Comprido. E dois municípios da região levam o nome de políticos de destaque no Maranhão no período estudado: Paulo Ramos e Vitorino Freire.

Adentremos o universo das narrativas orais visando mapear nuances das representações do espaço e da experiência migratória em curso. A maioria dos narradores chega à região em anos de seca (1932, 1951-1953, 1958) e/ou narra histórias de fixação ou passagem de parentes pelo Maranhão em secas anteriores (1915-1919). O(a) narrador(a) tende a realçar a seca durante a qual ocorre sua migração: Ocilvo Costa (2013), natural do Rio Grande do Norte, refere-se à seca de 1958 como “uma seca tremenda”, embora já tivesse vivenciado as secas de 1942 e 1951-1953 na infância e adolescência; Teresinha Silva (2010), que deixa Tianguá-CE também em 1958, afirma que “essa que deu lá foi forte, mais forte que as outras”; Maria José Coelho (2013), nascida em Pedra Branca, que vivenciou duas migrações do estado do Ceará em anos de seca (1958 e 1970), refere-se à primeira como “uma seca muito grande” e sobre a segunda expressa “essa é que foi grande”. Possivelmente os artifícios da memória tendem a realçar o tom das tintas no retrato mais marcante dentro da história individual.

Neste capítulo não esmiúço elementos específicos das *histórias de vida*. Priorizo interpretar questões referentes à história social dos narradores, às representações acerca do espaço de fixação (Médio Mearim, Maranhão) e às possíveis disputas entre a memória migrante e outras memórias da migração.

Migrantes nordestinos e maranhenses dirigem-se à região principalmente em movimentos “espontâneos”, provavelmente impulsionados pelas notícias propaladas de boca em boca sobre a região. Alguns deles relatam outras experiências migratórias antes da fixação no Maranhão, como Rosa Rodrigues Silva (2011), dona de casa e costureira, natural de Angico, município de Morada Nova, Ceará. Nascida em 1912 numa família de dez irmãos, experiencia a migração desde a infância, inicialmente entre municípios e povoados cearenses.

Seu pai trabalha em empreita como vaqueiro, pedreiro e carpinteiro, e a família numerosa muda constantemente, vivendo de fazer “cerca de arame, de madeira, curral, levantar casa, açude” em Caatinga do Brasão, Tingui, Barracão, Limoeiro do Norte, entre outros lugares. Conforme Rosa Rodrigues Silva (2011), as constantes mudanças devem-se ao reconhecimento pelo pai de que “lavrar botando roça não dava pra criar família”. Sua família migra do Ceará em 1932. Seu pai trabalha, no verão do ano anterior, com corte e secagem de carnaúba no Piauí e, no ano seguinte, volta para buscar a família. Em Pedro II-PI, Rosa casa, constrói sua família e migra, em 1953, com filhos pequenos para o Centro Caiçara, município de Pedreiras, Maranhão. Em 1969 migra novamente para a cidade de Pedreiras.

Um de seus filhos, José Rodrigues de Medeiros (2011), rememora com mais detalhes a migração da família de Pedro II-PI, para Pedreiras-MA. Nascido em 1945, define a vida na infância como pobre, sinalizando a agricultura de subsistência e o extrativismo da carnaúba como base da economia familiar. O arroz e o babaçu, de onde provém a riqueza da região de Pedreiras, não figuram na sua rememoração da terra natal: “rapaz, lá era só feijão e mandioca, não era terra de arroz, não, era só feijão e mandioca. A força do legume lá é..., tratava fumo, cortava carnaúba pra tirar a cera de carnaúba. Naquela época, ele [meu pai] era rendeiro de uns carnaubal de um velho lá.”

A migração ocorre em 1953, quando tem oito anos de idade. Nésio, como prefere ser chamado, não se refere à seca e justifica a migração familiar “porque naquelas épocas, o Piauí era muito fraco, logo que chovia muito pouco, aí não tinha renda pro povo criar a família não”. (NÉSIO MEDEIROS, 2011). As notícias sobre Pedreiras são trazidas por tios paternos e maternos que vivem no Maranhão. Apesar de afirmar não ter conhecido seca no Piauí, afirma que chovia pouco e enfatiza os bons invernos maranhenses como motivo de atração para famílias camponesas piauienses: “Nós viemos pro Maranhão. A decisão dele [o pai] foi porque aqui era lugar que não tinha seca, aqui era lugar que chovia todo tempo pra se trabalhar, né? O lavrador, o negócio dele é chover. Quem trabalha com roça, a esperança é a chuva. Que é pra ele produzir e plantar.”

A existência de *terras sem dono* é outro elemento presente na narrativa. Nésio Medeiros (2011) demarca, como muitos migrantes oriundos de famílias de agregados, a diferença em relação ao acesso à terra no Maranhão nos primeiros anos da migração. A pobreza da família de agregados é mencionada sem constrangimentos: “Era uma família de gente muito pobre, né? e só vivia pelas coisas alheia, trabalhando nas terras alheia, meu pai trabalhava. Aí meteram na cabeça dele pra vim pro Maranhão. O irmão dele já tinha vindo pra cá. Aí, nós viemos tudinho”. Sobre o processo de fixação no estado, narra um tempo que finda duas décadas após a chegada: “naquele tempo não tinha dono de terra aqui não. Nós moremos muitos anos num terreno acolá, diz que era terra devoluta, mas depois com uns anos apareceu um dono aí, e demarcou um mundo de terra. Aí, foi obrigado comprarem”.

Na viagem da migração, feita em paus de arara, nos trechos Pedro II-Teresina e Coroatá-Pedreiras, e em trem, no trecho Teresina-Coroatá, chega uma família de piauienses, a de sua futura esposa, vindos do município de Campo Maior:

o meu sogro veio também do Piauí, ele era de outra região, eles eram aqui de Campo Maior. Quando nós viemos pra cá, viemos tudo no mesmo trem: o meu sogro, essa mulher minha tinha quatro anos. Nós viemos tudo junto, tudo no mesmo trem... Se

apartamo aqui e com muitos anos nós se encontramos de novo, ela já tava moça e fomos namorar e casar, tudo numa época só.

Nésio vive por mais de 20 anos no Centro Caiçara, zona rural do município de Pedreiras. Esse narrador refere-se à intensa movimentação de camponeses entre os *centros* e povoados da região: “Rapaz, tinha um bocado de morador lá [Caiçara]... Sai um, chega outro. A gente não se aquieta no mundo, num lugar só. Acho que nós fomos os últimos que sustentamos lá muitos tempo”(NÉSIO MEDEIROS, 2011, grifos meus). Ele permanece em Caiçara até a chegada do “proprietário com a documentação das terras”, obrigando-o e a outros moradores a comprarem pedaços de terra: “Teve muitos que não comprou, não podia comprar e... Nós mesmo tiremos 50 hectares, outros tirava 100, 70. Teve outros que tiraram mais. Tiraram 600, 500. Era muita terra, terra do homem, ele demarcou aí”. Pouco tempo depois, a família de Nésio realiza o êxodo rural, comum a muitos camponeses ali residentes, entre o final da década de 1960 e o final da década de 1980, mudando-se para a sede de Pedreiras em 1976.

Maria da Conceição Oliveira Medeiros (2011), esposa de Nésio, nasce em 1949 no povoado de Genipapeiro, município de Campo Maior, Piauí, numa família de 17 irmãos que migra para a zona rural de Pedreiras em 1953. Sua família transita pelos *centros* São Joaquim, Morada Nova e Caiçara, onde reencontra o futuro marido, que conhecera na viagem de migração para o Maranhão. A narradora atribui sua migração familiar à dificuldade de criar os filhos numa família numerosa: “porque lá [Campo Maior] não tinha como criar os filhos, mulher! Aí diz que aqui tinha mais facilidade, já tinha esse coco [babaçu] que já ajudava, né?”.

As notícias de Pedreiras chegam ao Piauí, de onde se dizia “que era bom pra pessoa viver, que tinha mais facilidade do que lá, porque lá era muito difícil, né”? Maroca, como é conhecida, rememora o trabalho duro do pai que, como outros migrantes piauienses, era vaqueiro: “Meu pai trabalhava em fazenda, toda vida ele trabalhou em fazenda alheia, não sabe? Acho que pra ter aquele leite, pra criar os filhos, ajudar, né? Porque leite com fartura lá em casa tinha direto, que ele trabalhava demais pra dar o sustentinho dos filhos, né?” (MAROCA MEDEIROS¹²³, 2011).

¹²³ Optou-se por usar, ao longo do texto, a formulação MAROCA MEDEIROS e NÉSIO MEDEIROS para falar de Maria da Conceição Oliveira Medeiros e seu marido José Rodrigues de Medeiros, pois é por seus apelidos, Maroca e Nésio, que os *entre/vistados* atendem. Ao final deste trabalho ambos estão referenciados como: MEDEIROS, Maria da Conceição Oliveira. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011*, e MEDEIROS, José Rodrigues de. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011*.

Apesar de narrar dificuldades para o sustento de uma família numerosa, Maroca não menciona fome ou seca como motivo da migração, mas a busca de melhores condições de vida. A dicotomia “Piauí fraco” *versus* “Maranhão bom” figura no seu relato, assim como no de muitos piauienses ouvidos no Médio Mearim. Maroca chega a caracterizar a terra natal como “lugar seco”, referindo-se provavelmente aos invernos escassos e não à ocorrência de seca propriamente dita. Na sua narrativa figuram mais elementos referentes à disponibilidade de trabalho e à facilidade da produção agrícola (arroz, banana, feijão, macaxeira) e extrativista (coco babaçu) do que às *terras sem dono* do Médio Mearim, ou seja, nesse relato, o potencial da natureza maranhense sobrepõe-se às condições sociais reiteradas por outros narradores.

Além das migrações entre os *centros* da zona rural de Pedreiras, Maroca se refere a três retornos da família ao Piauí. A maior facilidade de ajustamento do vaqueiro a qualquer período do ano e o fato do pai trabalhar na fazenda de um tio e pai adotivo, provavelmente, facilitam o trânsito da família numerosa:

Meu pai voltou umas três vezes. Minha mãe não se acostumava aqui. Ela não gostava daqui. Aí, ela vinha e chorava até quando voltavam. Voltaram três vezes. Aí nas três vezes meu pai era vivo: ‘- Minha filha não posso mais tá andando com esse povo, os menino tudo já crescendo, pagando passagem, né? Vamos se aquietar num lugar’. Aí foi que ficaram quietos, depois de três vezes que voltaram, né? As vezes passavam só um ano, dois. Lá se arribavam de novo pra trás! (MAROCA MEDEIROS, 2011)

O *ir e vir* entre os estados vizinhos do Maranhão e do Piauí não se dão, provavelmente, pelo fato da mãe não se adaptar ao novo espaço. Decerto, facilidades de recolocação em ambos os espaços e a ausência de fortuna acumulada favorecem os deslocamentos da família numerosa. Laura de Mello e Souza (1982) aponta, desde os tempos da América Portuguesa, a constância e a facilidade de deslocamentos dos ditos “desclassificados” pelo território do que viria a ser o Brasil. Ausência de fortuna, fartura de ousadia e busca de melhores possibilidades de reprodução do campesinato embalam o “viver aqui e acolá” dessa e de inúmeras outras famílias de migrantes nordestinos ou maranhenses que se fixam no Médio Mearim.

No município de Pedreiras, a família de Maroca vive da lavoura de milho, arroz, macaxeira e banana, do extrativismo do babaçu e do trabalho do pai como vaqueiro, na fazenda de um homem que se torna proprietário de grande parte das terras do Centro Morada Nova. Sua narrativa sugere que as condições da família melhoram em relação à situação no Piauí, já que o pai passa a hospedar vários conterrâneos que chegam à região.

Ele era muito conhecido, quando ele veio pra cá, veio muito amigo dele pra trabalhar com ele, aqueles rapaz, né? Que aqui tinha muito serviço, tinha roço de banana, tinha coisa pra brocar tinha, pra roçar, né? Aí os rapaz vinha pra se arranchar na casa dele. De cinco homem ficava dentro de casa só...[...] Meu pai era um velhinho de coração bom demais. Isso ai eu vou te dizer, era barriga cheia. Todo mundo que chegava na casa dele tinha que almoçar, jantar e tomar café e tudo. Esses homens que vinham do Piauí era parente dele, né? e ele hospedava tudo em casa, multidão de homem...trabalhar né? Eles precisavam também, que lá não tinha serviço assim, achavam que aqui ganhava mais.(MAROCA MEDEIROS, 2011, grifos meus)

Anísio, pai de Maroca, passa da condição de agregado protegido no Piauí, trabalhando como vaqueiro nas terras do tio que o criou, onde o sustento dos filhos é mantido com sacrifício e com o auxílio do pai adotivo/ dono das terras, para a condição de agregador de mão de obra. Passa-se ao tempo “da barriga cheia”, podendo hospedar e inserir contrerrâneos nos mundos do trabalho do Maranhão.

As lembranças da infância de Maroca em Campo Maior sugerem uma vivência que requer proteção: “lá era seco, né? Mas fome a gente nunca passou, por causa desse tio nosso, esse pai dele que sempre, né? dava aquele serviço pra ele, pra ele ter com que ir sustentando os filhos. Matava aqueles bodes, aquelas ovelhas e dava uma banda pra ele, ficava com outra, e tudo já era uma ajuda, né?” (MAROCA MEDEIROS, 2011).

As experiências migratórias da família de Maroca, feitas de muitos deslocamentos e recomeços, são representadas como ascendentes, já que Anísio passa de agregado protegido a agregador protetor. Apesar da sua narrativa não fazer referências nítidas e diretas à fome e à seca, expressa dificuldades enfrentadas no sustento de uma família numerosa num local onde, se não ocorrem propriamente estiagens, os invernos escassos inviabilizam uma produção farta, que permitisse superar a lavoura de subsistência.

Além dos empreiteiros (como o pai da cearense Rosa Rodrigues Silva) e vaqueiros, os tropeiros são outros personagens afeitos aos deslocamentos Brasil adentro. A paraibana Maria Ancelmo Braga, filha de tropeiro, nasce em 1916 em Souza, na Paraíba, de onde sai com 15 anos, como a quarta esposa de um viúvo cearense que trabalha como tropeiro entre a Paraíba e o Ceará. Após dois anos de moradia em Brejo dos Santos, Ceará, migra, em janeiro de 1933 para o Maranhão, depois da forte estiagem de 1932. Onde vivia, conforme Maria Braga (2011), circulavam notícias de que o Maranhão era “o céu”, “muito bom demais”, lugar onde “se ajuntava dinheiro com ciscador”. Após uma viagem a cavalo de mais de vinte dias, chega à cidade de Pedreiras, acompanhada do marido, dos seus pais e um irmão.

O esposo de Maria Braga atua durante muitos anos nas tropas de burro do Médio Mearim, fixando-se em Pedreiras e transitando por diversos municípios da região. A narrativa

de Maria, embora prejudicada pela idade avançada e saúde abalada que dificultam a rememoração e a fala, sinaliza para um cotidiano duro pelas condições materiais do tempo e dos espaços, mas não para uma condição de pobreza.

Um conjunto de outros(as) narradores(as), como Nésio e Maroca Medeiros, faz nítida menção à condição de pobreza, normalmente assinalada pela vivência como agregados, e, por vezes, reforçada pela experiência da fome e pela migração como necessidade “pra escapar” de “lugares fracos” (Piauí) ou da seca propriamente dita (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba).

Referindo-se aos motivos da vinda de sua família para o Maranhão, o potiguar Osael Faria (2011) declara: “Por mode seca. Teve dois, três anos de seca lá. Não chovia. Aí, não tem o que comer. Aí, tem que procurar lugar que chove. Aí, viemos pra cá.”. Nessa fala, a expulsão dá-se pela seca e pela fome e a atração, pelas chuvas da região de destino.

Segundo Osael, mesmo as grandes secas não atingem os latifundiários. São normalmente agregados e moradores que precisam se retirar para escapar da fome e da sede: “Eles [latifundiários] vêm guardando nos armazéns as coisas de uns anos pra outro. Aí, ficam sustentando aqueles que eles querem, né? Aquele que não for muito bom, eles não tão ligando pra ele.”.

Conforme mencionado nos Capítulos 1 e 2, a seca não se manifesta apenas como fenômeno climático e é abordada por Neves (2000, p. 44) como constructo histórico. O avanço da agricultura comercial sobre áreas destinadas à subsistência coloca o agregado em situação de grande vulnerabilidade nos momentos de estiagem. É possível compreendermos, portanto, que dentre as entrevistas realizadas, apenas agregados, como Osael Faria (2011), admitem ter vindo “corridos da seca”: “O agregado não tem nada. Só tem o serviço.” Com o prolongamento da seca, escasseiam serviço e alimentação, restando ao agregado, por vezes em última instância, a retirância.

Ao descrever o local onde vivia, Osael realça, *a posteriori*, desapego à terra natal, possivelmente inexistente quando seu passado era presente. Assim, rememora os 25 anos vividos em Vaz de Açu, no Rio Grande do Norte: “Casinha... lá a casa era de taipa. Tijolo nesse tempo não tinha, não. Era casinha de telha, mas de taipa, né? De barro. Não tinha muita coisa, não. Coisa fraca. Pobre você sabe como é. O chefe lá é quem mandava e o trabalhador da roça fazia o que ele queria, né?” (FARIA, 2011).

Ainda que se refira à pobreza material e à situação de exploração do agregado, a família de Osael só se retira no terceiro ano de seca, 1953. Durante dois anos, é possível sobreviver no sertão, apesar da estiagem. O apego ao local de origem, trabalho e moradia é um elemento a ser considerado na relativa demora da atitude de partida do retirante. Frederico

de Castro Neves, analisando saques e outras ações da multidão de retirantes no Ceará desde o final do século XIX até meados do século XX, assinala que, na seca de 1877-1879 e nas secas seguintes, a retirada da terra natal só acontece como última possibilidade:

A marcha dos retirantes em direção às cidades do litoral era marcada pelos mais impressionantes obstáculos. O abandono de suas terras e plantações só acontecia quando as últimas esperanças de chuva já se haviam desvanecido e os últimos grãos, que ficariam para as sementes, sido consumidos. Isso significa que, logo no início da jornada, já era precário o estado de saúde e de nutrição dessas famílias. Já saíam famintos de suas terras. (NEVES, 2000, p. 27)

Ao chegar a Pedreiras, em 1953, Osael trabalha muitos anos como “peão” (ajudante de pedreiro e carpinteiro). Depois passa a atuar no comércio, só conseguindo se firmar na movimentada feira de Pedreiras no final da década de 1960. Sua história, ainda que lenta, de ascensão social, permite-lhe assumir, sem constrangimentos, os caracteres projetados sobre os retirantes, pobres e famintos, corridos “por mode seca”. A história social de agregado no sertão potiguar pontilha a narrativa de Osael.

Antônio Pereira Lima (2013) nasce em 1950 em Viçosa, Ceará. Vem de uma família de seis irmãos que vivem como agregados da roça de milho, feijão, arroz, mandioca e da produção e venda de lenha. Participa desde a infância do trabalho na roça, o qual, conforme descrito por outros migrantes cearenses, é feito no Ceará de modo distinto do empregado no Maranhão. No Ceará, planta-se o arroz em três etapas: “passa por esse cavando, aí um vai semeando e outro vinha atrás cobrindo”. Normalmente o filho mais velho cava, o pai semeia e o filho mais novo cobre as sementes.

Antônio migra com a família durante a seca de 1958, “porque não tem vivência. Aí não teve colheita nesse tempo” (LIMA, 2013). Eles vão de Viçosa a Tianguá num carro e, de lá, seguem num pau de arara, rumo a Pedreiras, no Maranhão. A memória da infância guarda imagens lúdicas e duras da viagem – “Nós vinha em cima da carroceria pegando vento” –, mas esta só é possível pela venda, por 800 cruzeiros, das duas jumentas usadas para transportar lenha. Torna-se impreterível desfazer-se de parte do pequeno patrimônio familiar para viabilizar a migração.

Na sua narrativa transparecem dificuldades na alimentação enfrentadas pela família durante a estiagem. Recorda a fala do pai, quando só resta uma “muquequinha de feijão” para cozinhar: “Meu filho, agora é o seguinte: é obrigado nós ir embora pro Maranhão”. A migração familiar, portanto, é representada nesse relato como contingência. A viagem é

planejada, mas os motivos de expulsão são contundentes e soberanos sobre a decisão de partir.

As recordações de menino de Antonio Lima sugerem a existência de estruturas improvisadas nas cidades-sedes dos municípios para abrigar migrantes recém-chegados. Assim narra a chegada a Pedreiras, depois de um dia e meio de viagem:

Ai chegamos em Pedreiras como trabalhador. Aí nesse tempo tinha um barracãozinho, aí o cabra chegava se arranchava o outro. Aqueles que, a gente *se* arranchou num barracãozinho descoberto, não tinha nada tampado. Aí papai ganhou a rua caçando serviço, e arrumou serviço. Aí sei que aí com três dias, papai foi com nosso tio buscar nós em Pedreiras. Aí nós vinha de animal no Aguiar. (LIMA, 2013)

Por intermédio do tio paterno, sua família é levada para trabalhar nas terras do doutor Arruda (suposto dono das terras), no povoado Aguiar, que tem, no final da década de 1950, segundo sua narração, grandes comércios, escola e igreja. Mesmo vivendo novamente como agregado, Antonio Lima descreve esse tempo como tempo de fartura:

Ah! foi bom demais. Acabou tempo ruim. Meu pai trabalhador, nós muito trabalhador também. E aí eu sei que acabou tempo ruim, nunca mais passamo fome, nem passou precisão de... [não poder] botar roça grande. Botava era trinta, quarenta linhas de roça. Nós panhava de cinquenta saca de feijão. Papai era trabalhador, era um velho trabalhador, tudo ensinou os filhos trabalhar. (LIMA, 2013, grifos meus)

O fim do tempo ruim, da fome e da precisão são construídos nessa narrativa com o acionamento da ideia-imagem do bom trabalhador, recorrente em outras narrativas de migrantes nordestinos. A tradição do trabalho com afinco, transmitida de pai para filho, possibilita ultrapassar não só a fome, como seu espectro. A abundância de terras e de chuvas permite grandes safras que superam a perspectiva da subsistência.

Apesar do sistema de trabalho e da forma de acesso à terra ser a entrega da metade da colheita, o agregado rememora a riqueza da região com a representação da fartura: “tinha tanto arroz, que não tinha quem vencesse nessa época” (LIMA, 2013, grifos meus). A pujança da natureza e da produção viabilizaria, portanto, um cotidiano folgado até para os agregados.

Antonio casa-se em 1979 com uma maranhense de Colinas. Como outros migrantes nordestinos, aponta a diferença de cor dos maranhenses: “só gente moreno, tudo moreno”, e ressalta as qualidades do trabalhador cearense em relação ao maranhense, representado como preguiçoso. Ao cearense, confere ainda a ideia-imagem da ousadia: “Sabe que cearense é meio doido. Não tem medo de nada!” (LIMA, 2013, grifos meus).

Elementos negativos do espaço de fixação são obliterados no curso da sua narrativa. É com naturalidade, e sem grande pesar, que se refere à morte de uma irmã mais nova, dias depois da chegada ao Maranhão, possivelmente provocada pela viagem de migração, em decorrência “de febre e diarreia com sangue”.

A *posteriori* avalia positivamente a migração para o Maranhão: “Ah! melhorou demais! Graças a Deus!” (LIMA, 2013). No seu relato não há nenhuma menção ao tempo da *terra sem dono*, mas sim a tempos de fartura e a “bons patrões”. Em 1990, Antonio muda-se para a cidade de Bacabal a fim de facilitar o estudo dos filhos, onde passa a trabalhar com o comércio informal. Em 1998, compra terras no povoado Primavera, também no Médio Mearim. O paternalismo, a conquista (não menciona se por compra ou doação) de lotes de terra e seu engajamento bem sucedido no comércio varejista, auxiliam a compreensão dos silenciamentos ou esquecimentos que possivelmente perpassam sua narrativa.

Francisco e Teresinha Silva, naturais de Tianguá-CE e nascidos respectivamente em 1925 e 1937, chegam a Pedreiras em 1958 em um caminhão, trazendo três filhos pequenos, dos quais dois vinham “dando agonia de fome”. Nesse relato, a migração é explicitamente atrelada à seca de 1958. Esta seca teria sido mais forte que as anteriores: “que as outras havia um feijãozinho de moita né? E essa que teve lá que nos viemos embora. Não deu foi nada. Era tudo seco.” (TERESINHA SILVA, 2010¹²⁴).

Nessa narrativa, mais do que em qualquer outra, essa família de agregados reconhece e relata a fome e a penúria enfrentadas por um grupo de retirantes que segue rumo ao Maranhão visando “escapar”. As agruras da viagem são contadas principalmente por Teresinha. Três vezes, no curso da entrevista, ela repete as mesmas expressões do misto¹²⁵ que os transporta: “nós subimos numa carrada de estrume de bode. Vinha meia carrada de estrume de bode e a outra meia carrada era nossas coisinhas em cima. Aí o mais velho caiu de cima do carro. Ai um filho de Nossa Senhora pegou ele pela perna e subiu pra cima mais ele! Caiu de cima da meia carrada de bosta de bode. E nos viemos na meia carrada de bosta.” (TERESINHA SILVA, 2010).

O sofrimento, a privação e a miséria são dizíveis e recorrentes em todo o relato. A condição desumana do “misto”, que leva seis dias para chegar a Pedreiras, misturando pessoas e estrume de bode, o espectro da morte na ideia-imagem do velho que cai do carro, a solidariedade e a religiosidade – “Ai um filho de Nossa Senhora pegou ele pela perna e subiu

¹²⁴ Neste caso também opto, para diferenciar as falas de Francisco e Teresinha, pela citação em formato não usual. Nas referências finais, os dois são listados como SILVA, Francisco. Pedreiras. *Entrevista realizada em abril de 2010*, e Teresinha, SILVA. Pedreiras. *Entrevista realizada em abril de 2010*.

¹²⁵ Na epígrafe deste capítulo, essa ideia-imagem aparece em outro trecho.

pra cima mais ele!” – pincelam um quadro de luta pela sobrevivência, também reiterado e instituído na literatura regional. Nesse e em outros trechos dessa narrativa a oralidade arranha a escrita de Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto e de inúmeros outros escritores do período que inscrevem o Nordeste sob o signo da seca, fome e morte.

Teresinha segue dizendo o indizível, quando descreve “um saque” a uma roça de milho num local do Piauí, onde o “misto” que os transportava “desmantelou”:

Aí o carro desmantelou lá no Piauí. Foi ao redor duma roça de milho maduro. Ai todo mundo ia fazendo um buraco no chão pra fazer o jeito de uma fomalha, pra quebrar esses milho e assar pra não passar muita fome... Pra não passar muita fome, nós quebrava milho na roça mesmo. O pessoal, era carrada de gente e meia carrada de estume... Aí nós cozinhava, pegava milho, trazia uma carne seca de bode que tinha muito bode por lá. Aí nós trazia, assava. Fazia arroz, comia e botava pros meninos... Nesse tempos nós passamos muita fome. (SILVA, 2010, grifo meu)

Num só fôlego, Teresinha traça a imagem das ações coletivas sobre o que denomina “passar muita fome”. Nesse trecho curto, essa expressão aparece três vezes e novamente a representação da mistura de gente e estume de bode é acionada pela narradora. O “saque” à roça de milho na beira da estrada é legitimado pela fome e pelo instinto de sobrevivência, mas são como sujeitos coletivos que os retirantes são apresentados nessa descrição.

Apesar da narradora não utilizar os termos *retirantes* e/ou *flagelados* ao longo do seu relato de memória, articula essa representação, tecendo os sujeitos como solidários e dotados de práticas coletivas na luta pela sobrevivência. O buraco no chão que serve de fomalha é feito por todo mundo. Outros dois denotativos da coletividade são acionados: “o pessoal” e “nós”. O estoque de alimentos, especialmente a carne seca de bode, a colheita do milho na roça e o preparo dos alimentos estão relacionados, como o passar muita fome, a todo o grupo de retirantes.

Como na história de outros migrantes, Francisco Silva envia notícias do Maranhão ao pai, que, ciente das perspectivas promissoras, “traz vários membros da família do Ceará”. Segundo Francisco Silva (2010): “Depois meu pai veio. [Ele] disse que se eu visse que aqui era bom, que escrevesse pra ele. E daí eu escrevi. Foi depressa, o velho baixou aqui, e daí ele já veio...” Teresinha Silva (2010) intercepta a fala do marido: “Aí, arrastou os filhos dele tudinho aqui pro Maranhão...[...] É vieram todos, pai, irmão, mãe ... Vieram tudo pra cá. Porque lá não escapava ninguém não, minha filha! Seca lá foi forte.”

O casal vai viver em Currealinho, zona rural de Pedreiras, quebrando coco e botando roça em *terras sem dono*. Francisco Silva (2010) esclarece: “Aqui a terra não tinha dono não,

tinha dono as benfeitoria, né? Ninguém era dono de terra não. Era absoluta. Se achasse terra sem benfeitoria, podia se apossar daquela terra.”

Musumeci (1988, p. 34) esclarece a noção de benfeitoria, presente no pensamento sociológico que estuda o fechamento da fronteira, é acionada por esse e outros narradores:

Apenas as benfeitorias, melhoramentos ou serviços, (como a casa, com o quintal que normalmente a rodeia, o terreno total ou parcialmente preparado para o plantio, já contendo os produtos da roça, esses mesmos produtos, as cercas, pomares, paióis etc.) por materializarem o esforço produtivo das unidades familiares, tornam-se passíveis de compra e venda, não a terra em si mesma, a terra nua não trabalhada ou já despida dos vestígios do trabalho que nela se realizou.

As *terras sem dono*, referidas por esse e outros migrantes, são terras sem benfeitorias, abertas ao uso do lavrador, mas que necessitam de um imenso investimento em trabalho para extrair frutos. A construção do eldorado requer, pois, um esforço cotidiano. É a terra nua que é livre, acessível à posse.

Como o casal, muitos outros migrantes nordestinos teriam ouvido falar de Pedreiras, sobre a qual se dizia: “Que era muito bom e tudo mais!” (FRANCISCO SILVA, 2010), embora tudo ainda estivesse por se construir. Não havia seca e havia muitas *terras sem dono* das quais seria possível se apossar e plantar, mas a conquista de uma vida confortável exigiria anos de esforço, em locais ainda muito desassistidos por serviços públicos essenciais. Francisco prossegue a narrativa: “quando nós chegamos aqui, não tinha luz, não tinha água, não tinha nada. Era uma capoeira velha de capim”.

Ao longo dos anos, Teresinha e Francisco assistem à chegada de outras "carradas" de cearenses em Pedreiras e, normalmente, vão à cidade à procura de conhecidos. A chegada de novas *levas* de migrantes é tanto um espaço de sociabilidade para conversar, ver *acontecimentos* na cidade, como um momento de prestar solidariedade aos recém-egressos, especialmente, em se tratando de conhecidos.

Mulher, nós moremo aqui perto da Pedreiras. Aí quando nós sabia que tinha chegado uma carrada de gente... Era chegando carrada de gente direto né? Nós servia a lamparina de gás, de luz, a lamparininha, vinha bater aqui, reparar os conhecidos que tinha chegado.[...] Nós vinha pra cá, chegava muito conhecido: ‘- Chegou carrada de cearense, do Ceará!’ Aí nós seguia a lamparininha de gás e vinha olhar. Aí nós conversava e tornava voltar de novo. (TERESINHA SILVA, 2010)

Apesar do cotidiano duro, Teresinha não hesita em afirmar que a decisão de migração para o Maranhão fora acertada e inevitável:

Ave Maria! [viver aqui] foi fácil demais, fia! Lá no Ceará se a gente não puxasse de lá, nós ia morrer de fome, porque lá, a derradeira vez, não tinha inverno não. Os invernos que ainda dava uns feijãozinho de moita, umas tamboeirinho de milho, mas de [19]58 não houve foi nada, nada... Os legumes morreram tudo [por] falta de chuva, tudo falta de chuva. O feijão morreu alvinho de flor, mas cadê a chuva pra segurar os legume? Tinha não. Morreu muito gado, muito jumento véio de fome e sede. Quem tivesse coração não dava de sentir aqueles negócio não, morreu muito.

Outro conjunto de narradores(as) que goza de condição mais estável, como médios proprietários de terras e de cabeças de gado, tende a negar seca e fome como motivo de expulsão, afirmando, com veemência, que a migração de suas famílias, ainda que coincidentes com anos de grandes secas, não estaria diretamente ligada a elas. Adentremos nessas outras memórias, abordando a história social e as representações sobre o espaço ocupado, produzidas por outros migrantes nordestinos.

Oriundo de uma leva de 81 pessoas saídas de Brejo dos Santos, Ceará, em 1932, Antonio Eugenio dos Santos frisa em vários momentos da entrevista: “Não passamos fome, não senhora.” E relativiza a seca de 1932: “Não é porque fosse seco total. Dizem que 1915 foi. Eu não sei, não era vivo, mas às vezes a chuva... não dava pra criar, perdia a lavoura. [...] Tinha quem criava completo, mas tinha outros que não criava, né? Então, é isso que fez a gente vir. Não foi passar fome. Não passamos fome, não”!

Lucas Aragão (2011), natural de Viçosa, chega ao Maranhão em 1958 aos 17 anos, e relata que sua família “não tinha precisão de sair do Ceará, não senhora, não tinha precisão! Meu pai veio de fogoso. Não tinha precisão. Num tou dizendo! Ele só vivia falando de vir para o Maranhão. Ele tinha condição, meu pai!”

Francisco Braga¹²⁶, nascido em 1933 em Pedreiras, filho de um tropeiro que migra de Brejo dos Santos, no Ceará, em 1932 e de uma paraibana de Souza, também enfatiza:

Olha, meu pai, até que meu pai, veio pra cá, não foi nem por necessidade. É porque aqui, dizia que naquela época se ajuntava dinheiro era com gancho, mentindo! Ele fez foi muito sofrer. Inclusive uma família do meu pai, que ficou lá no [...], tudo ficaram com condição depois, tá entendendo? Tudo ficaram com condição. O mais pobre é ele aqui no Maranhão mesmo. Tudo arranjaram condições. Tinha deles muito pobre, mas tinha deles que vieram no... Como eu te falei, meu pai, quando ele veio pro Maranhão, ele não veio por necessidade, porque diz que aqui se ajuntava dinheiro com gancho, naquela época. Aí tinha deles que vinham também pra melhorarem, ganhar mais. (BRAGA, 2011)

Lucas Aragão, Francisco Braga e Antonio Eugenio dos Santos admitem que há migrantes pobres e famintos corridos da seca, mas reconstroem suas histórias familiares através de outros vieses. Antonio Eugenio dos Santos não dá uma justificativa direta para a

¹²⁶ Filho de Maria Braga, citada no início desse capítulo.

partida da família, mas relata suas andanças nas imediações de Pedreiras em busca de terras para fixarem-se. Sua família compra parte das terras do Centro Sítio Novo pertencente a um parente, também migrado há pouco. Seu pai, que já estivera naquela região por volta de 1915, regressa com a família, depois de vender terras em Brejo dos Santos, Ceará.

O conhecimento prévio da região parece um elemento importante para a decisão de migrar. Conhecedor do Maranhão e das agruras das secas do sertão, o chefe de família parece disposto a não mais regressar à terra natal, pois vende terras alhures e compra outras na região de Pedreiras. Antônio Eugênio dos Santos, que migra na infância, elabora, na lembrança, uma imagem que relativiza a penúria, ainda que não explique satisfatoriamente a partida: “não é que fosse seco total”. Interessa problematizar, contudo, a recorrência da afirmação: “Não passamos fome, não senhora”. Nessa narrativa oral, nem seca, nem fome justificam a leva de 81 pessoas vindas de Brejo dos Santos.

Lucas Aragão atribui a vinda de seu pai “que tinha condição”, ao fato de ser “fugoso”. Francisco Braga atribui a do seu, que “não tinha necessidade”, a histórias fabulosas que circulavam no sertão. Nelas, o eldorado maranhense é representado como lugar em que se faz fortuna fácil, “onde se ajuntava dinheiro com gancho”.

Francisco Braga e Lucas Aragão analisam, a partir do presente, a escolha *errônea* pelo Maranhão. Os parentes que ficam no Ceará, hoje, teriam *mais condição* que seus pais. Provavelmente não é essa a situação quando migram “pra melhorar, pra ganhar mais”. O resultado passa a ser interpretado como se “o passado não tivesse um futuro”. Assim a memória transforma o eldorado em mentira e a razão da partida se condensa e dilui na expressão densa e vaga: “o pai veio de fugoso”.

A negação da precisão de partida da família parece remeter a uma necessidade de afirmação identitária. Não é como flagelados e retirantes que tais migrantes representam suas trajetórias familiares, mas como pessoas de condição, fogosas ou ambiciosas, que pagam para ver o que se propaga de boca em boca nos sertões do Nordeste sobre o Médio Mearim, no Maranhão. Conforme Alessandro Portelli (2006, p.111):

Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos, os fatos são organizados e reconhecidos de acordo com as representações, tanto fatos como representações convergem na subjetividade de seres humanos e são envolvidos em sua linguagem. Talvez essa intenção seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.

Enredando fatos e representações, reorganizando-os e ressignificando-os, os narradores vão tecendo suas histórias migratórias. Deste modo, Lucas Aragão afirma que o pai “só vivia falando de vir pro Maranhão”. No seu discurso, a seca de 1958 não é o motivo principal da partida; é, no máximo, a faísca que falta para acender o projeto há tempos arquitetado. Seu pai, como o de Antonio Eugênio, vende terras e se estabelece no Centro do Julião,¹²⁷ onde passa a viver da agricultura, contando com o trabalho familiar e a prestação de serviços de moradores. Nesse caso, como no da família de Antonio Eugenio dos Santos, a migração dá-se rumo a um destino planejado e com um projeto de fixação no local. Ainda que venham em busca de riquezas, não são trajetórias de quem está seduzido a fazer fortuna fácil “onde se ajuntava dinheiro com gancho”. Tal fortuna ou melhora é buscada com a paciência do lavrador que planta, semeia, colhe e vende o fruto da terra transportado em lombos de animais até a feira da cidade.

A narrativa de Francisco Braga sobre a trajetória familiar de migração é permeada pela mesma ironia característica de relatos cearenses na construção do imaginário de falsas fábulas ou mentiras descaradas alardeadas no sertão nordestino, encontradas nas entrevistas realizadas na Amazônia por Benchmol na década de 1940¹²⁸.

Samuel Benchmol, ao entrevistar migrantes recém-chegados e outros já estabelecidos nessa região, mostrou-se atento à complexidade do estilo empregado pelo cearense ao narrar sua trajetória de migração, mas, ao mesmo tempo encantou-se por seu “tipo”, e traça uma imagem heroica desse migrante:

Dá gosto a gente falar com um cearense. Diz que faz e acontece, não tem medo de ninguém. Confiantes na sua força e na sua inteligência. Elementos resistentes, enérgicos, bem alimentados. A seca é que os faz ‘fisicamente falidos’. Não há um tipo de imigrante mais decidido, mais audaz, mais temível. Quando é trabalhador é uma coisa nunca vista.

[...] Não conheço gente mais inteligente e mais perspicaz. Entendem as coisas de longe, aprendem as coisas depressa. Uma capacidade de observação fora do comum, excepcional mesmo. Uma linguagem forte, imaginosa, precisa. (BENCHMOL, 1945, p. 379-380)

Benchmol analisa a migração de nordestinos para a Amazônia, iniciada desde a primeira metade do século XIX e intensificada no final dos oitocentos, a partir de três conjuntos de fatores: a *geografia da calamidade*, que faria o migrante nordestino partir “por mode seca e fome”; a *economia de atração*, com o “apetite da seringa”, e a *psicologia da*

¹²⁷ Centro localizado no município de Pedreiras. No Capítulo 5, a análise da breve biografia de Graça Aragão, irmã de Lucas Aragão, fornece outros elementos sobre a experiência migratória dessa família.

¹²⁸ Benchmol realiza 55 *entre/vistas*, não gravadas, mas ouvidas e transcritas com migrantes nordestinos que denomina genericamente migrantes cearenses, por estes corresponderem à maioria dos *entre/vistados*.

aventura, espécie de *espírito bandeirante* tomado como característico do tipo nordestino em geral e do cearense em particular. Assim, acrescenta à já usual equação – *seca e fome no sertão + economia da borracha = migração de nordestinos para a Amazônia* – o fator *psicologia da aventura*.

A riqueza do material produzido pelo geógrafo leva as marcas dos referentes teóricos do tempo de sua produção. Determinismo geográfico, democracia racial *à la* Gilberto Freyre e tipo ideal weberiano *à la* Sérgio Buarque de Holanda dão o tom da análise. A imagem do nordestino como forte e heroico, traçada por Euclides da Cunha em *Os sertões*, a ideia da facilidade da mobilidade social no Brasil bebida de *Casa grande e senzala* e a ambivalência do tipo trabalhador *versus* aventureiro inspirada em *Raízes do Brasil* são argamassa fundamental na arquitetura intelectual desse escrito.

Apontando os deslocamentos migratórios como elementos propulsores da expansão socioeconômica brasileira a partir da monocultura canavieira, da pecuária, do bandeirismo, da febre do ouro, dos louros do café e do apetite da seringa, Benchmol enfatiza o papel do tipo aventureiro na construção do país, em diversos momentos da sua história: “o que nos caracteriza nesse instante é o espírito de ventura, de arrojo. Febre e encilhamento. Inquietação e nervosismo. É o aventureiro, o homem que desconhece fronteiras, o representante mais legítimo dos nossos ciclos econômicos. Formando grupos quase nômades de ocupação transitória a percorrer uma época” (BENCHMOL, 1945, p. 351).

O enquadramento apressado do migrante nordestino no tipo aventureiro seria suficiente para a compreensão do seu “espírito feroso e ambicioso”? Eles seriam os bandeirantes do século XX? Penso que esse pode ser um ponto de partida da análise, mas não de chegada. Faz-se necessário analisar as práticas culturais e sociais que permeiam as experiências migratórias dos nordestinos na Amazônia e no Maranhão, bem como suas formas de rememoração dessas experiências. Por que o ser feroso, valente, ambicioso, teimoso é acionado pelos narradores como justificativa da partida? Que construções identitárias subjazem em disputa no ato de rememoração? Por que as notícias fabulosas do eldorado se transmutam em mentiras e boatos nas narrativas orais?

É preciso analisar com zelo e sem encantamento a fala jocosa, especialmente do migrante cearense, acerca de suas experiências migratórias. A veia humorística (entenda a metáfora biológica como cultural) parece uma estratégia, possivelmente inconsciente, de reconstrução das trajetórias individuais e coletivas, isentando-as de responsabilidades pelos fracassos relativos. Respostas densas e vagas para a partida em direção ao eldorado, como a

de Lucas Aragão em Pedreiras – “o pai veio de fogoso” – são também ouvidas por Benchmol na Amazônia: “foi a influência do diabo que me tentou pra vim”.

Outro migrante nordestino entrevistado por Benchmol compreende sua vinda para a Amazônia a partir dos mitos de fazer fortuna fácil, propagado sobre a região: “Você não vai ao Amazonas? Que é que você tá fazendo aqui? Olhe que lá tem gente ajuntando dinheiro com ciscador. A seringa está enricando todo mundo. É só chegar, apanhar e voltar. Vamos embora rapaz, que o governo garante a passagem, o sustento e ainda dá colocação” (BENCHMOL, 1945, p. 394).

As notícias de bonança real ou imaginária são motivo de atração para o Médio Mearim no Maranhão. A ideia-imagem mítica do eldorado é representada *a posteriori* com ironia e humor. Nas palavras do poeta João Barreto, assim se fala de Pedreiras e do Maranhão:

Rapaz, lá é o céu. Mas é um lugar! Que se ocê vê! As caça do mato, é veado de 50 kg, de 60...Vem bem na cara da gente, vem correndo...a gente mata até de pau. - Lá arroz ninguém planta não, ele nasce aí. Aí pensa um Maranhão bacana demais! Assim, outros fizeram com outros. E aí papai tocou de lá pra cá. Chegou aqui, não tinha era porra nenhuma (JOÃO BARRETO, 2011).

Em outro trecho da entrevista, João Barreto afirma: “Eles [migrantes nordestinos] foram enganados pelos mais espertos.” Ele e sua esposa Ceci Ana referem-se a uma mão de obra demasiadamente barata que começa a ser atraída por falsos relatos de bonança da região. Conforme João Barreto: “E foi a vinda da mão escrava, como se diz, pra cá. Esse povo trabalhava a qualquer preço.” Ceci Ana Barreto narra com mais riquezas de detalhes, referindo-se aos hábitos de um dos agenciadores de nordestinos para a região.

Porque teve muitos que vieram pra cá, com uma missão: pra tomar conta de terras e mais terras e botar o pessoal no cativoiro. Tá pensando, que aqui até um tempo desse....! Não era João?! Era. Tinha terra aí, botava os pobre dos bichinho pra morar numas casinha velha. “Passa a casa aí, não sei o quê... Vocês têm casa pra vim”. Ele era um santo! Aí depois, “ – Você vai trabalhar é pra mim”. Se ele fosse trabalhar pra outra pessoa, ele não deixava. Ele não deixava de jeito nenhum. (CECI ANA BARRETO, 2011)

Provavelmente essa Pedreiras fabulosa é propagada por nordestinos já estabelecidos que buscam mão de obra barata para os trabalhos na lavoura e nas tropas de burro. Francisco Braga, filho de um tropeiro que se estabelece em Pedreiras e passa a receber parentes, conhecidos e conterrâneos, também sinaliza, como Maroca Medeiros, referida no início deste capítulo, para a existência de redes de solidariedade no abrigo e encaminhamento de migrantes para postos diversos de trabalho: “Naquela época, tudo era através de animais, e os

cearenses quando vinham de lá, sempre procuravam meu pai, que ele já tava aqui. Então, eles se hospedavam aqui, na casa de meu pai, né?[...] Dava comida, dava tudo. Serviço vinha, ele já tinha... conseguia... levava pra outros interior.” (BRAGA, 2011).

A rememoração das histórias familiares normalmente são tecidas acentuando características positivas e engrandecedoras do caráter dos ancestrais. É plausível, portanto, que a narrativa de Francisco Braga e Maroca Medeiros tracem do pai um perfil de acolhimento e paternalismo e não de exploração. Os depoimentos de João e Ceci Barreto, quando livres dos laços de parentesco, sinalizam para redes de exploração.

Nascida no início da década de 1940, Ceci Ana rememora a chegada e acolhida de muitos migrantes cearenses, conterrâneos do pai, que buscam e encontram abrigo nas terras da sua família. A guarida a parentes, compadres e comadres recém-chegados prestada pelo seu pai, não é interpretada na narrativa que elabora¹²⁹ como exploração, mas como atos de generosidade e solidariedade.

[Meus pais]Deram por guarida porque é meu compadre, é não sei o que. Depois teve deles que ficaram morando lá [em casa]. Mamãe e papai, eles pediam pra morar e papai mais mamãe tiram madeira pra construir uma casinha pra alugar e pode ficar morando. Ficaram morando muitos anos ainda lá. Aí depois se destacaram pra outros lugares. Teve desses assim que eu presenciei. (BARRETO, 2013)

A interpretação das narrativas de Francisco Braga, Maroca Medeiros e Ceci Ana Barreto, deste modo, tanto sinalizam a possibilidade de obliteração pelas relações de proximidade e afetividade, do reconhecimento de redes de exploração e agenciamento de trabalhadores nordestinos nas suas famílias como sugerem a coexistência de relações entre conterrâneos, baseadas em solidariedades desinteressadas e distintas de relações de agenciamento.

Na narrativa de Osael, que chega com os pais e alguns irmãos *corrido da seca* de 1953, as redes de exploração e agenciamento são perceptíveis nas entrelinhas do discurso. O conterrâneo que fala de Pedreiras no sertão potiguar é aquele que articula morada e trabalho aos recém-chegados. Na fala de Osael Faria não se percebe mágoa do agenciador, mas gratidão pelas informações referentes à região e pelo “acolhimento” recebido. Osael segue de

¹²⁹Ceci Ana Barreto faz uma pequena participação, com duração de 7 minutos, durante a *entrevista* concedida por seu esposo João Barreto em 2011. Em 2013, após o falecimento de João Barreto, procuro-a e ela concede outra *entrevista*, mais longa e detalhada (Vide Apêndice 6). Para diferenciar as três narrativas, cito-as como JOÃO BARRETO, 2011; CECI ANA BARRETO, 2011 e BARRETO, 2013. Ao final deste trabalho ambos estão referenciados como: BARRETO, Ceci Ana. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013 e BARRETO, João. Pedreiras Entrevista realizada em março de 2011*. No Capítulo 5, exploro outros elementos da narrativa de Ceci Ana Barreto.

trem de Teresina até Coroatá com “o que veio primeiro aqui”, enquanto os pais e irmãos fazem o restante do percurso a pé. Quando chegam, a morada já está de pé:

Quando chegamos aqui o que veio primeiro aqui, já tinha comprado uma casinha bem aí, nessa rua ali, Tiro de Guerra, e lá ele [...] casa comprada, mas assim de madeira, né? Não era casa de tijolo. Era casa coberta com... Justamente eu vim de trem por mode ajudar a botar o barro na casa pra quando eles chegassem. Que eles vieram por aqui, demoraram foi chegar. Demorou muito. Foi. Passaram bem um mês. (FARIA, 2011)

Conforme Croci (2010, p. 313), é importante atentar para “redes de relações entre comunidades de partida e de chegada que se articulavam dentro dos fluxos migratórios”. As migrações “espontâneas” são normalmente articuladas a partir de redes sociais que envolvem parentes, compadres, amigos, vizinhos e conhecidos. Dentro da trajetória de migração da família de Osael, “o que veio primeiro” desempenha a função de propagador e mediador do fluxo migratório; assinalando local de destino, organizando a viagem e subsidiando o ingresso dos conterrâneos na sociedade pedreirense. Os pais de Francisco Braga e Maroca Medeiros são conterrâneos procurados por cearenses e piauienses que chegam a Pedreiras carentes de abrigo e trabalho. O agenciador, referido no relato de Ceci Ana, é alguém também já estabelecido na cidade, que oferece casa ao recém-chegado e lhe cobra posteriormente trabalho exclusivo. Relações de paternalismo e exploração perpassam, portanto, as redes sociais que instituem sentido e fôlego às migrações “espontâneas”. Conforme Croci (2010, p. 304), “os que ficam e não voltam para casa, constituem uma base de apoio e um dos fatores de atração dos fluxos migratórios seguintes, ou talvez, fosse melhor dizer, que constituem um dos nós pelos quais funcionam as redes migratórias”.

Os relatos que remetem a migrações decorrentes de grandes secas (1932, 1951-1953 e 1958, principalmente) sinalizam para movimentos posteriores ou anteriores de parentes, amigos, compadres, vizinhos e conhecidos já estabelecidos no Médio Mearim. Normalmente, nas *teias migratórias*, “as metas de chegada são avaliadas em relação às possibilidades de trabalho, e quem já emigrou lança as bases para uma ponte de notícias” (CROCI, 2010, p. 310). Tais notícias, tomadas quando da saída como experiências verídicas de testemunhos confiáveis, podem ser, *a posteriori*, representadas como boatos, fábulas e mentiras descaradas, na rememoração da trajetória de sujeitos que não lograram a ascensão social almejada.

Muitos migrantes nordestinos permanecem no Maranhão, ainda que elaborando, por vezes, uma imagem romântica, idealizada e “apaixonada” da terra natal. Alguns regressam a

ela quando chegam notícias das primeiras chuvas. Quando cessa a seca, chega, para muitos, a hora de voltar:

Voltava porque o cearense, ele é apegado no Ceará dele. Ele é garrado no Ceará mesmo....Quando falavam que tava se preparando pra chover, ele já tava de vela arrumada pra lá. Aí voltava pra lá. E quando chegava lá a seca escanchava. A seca escanchava e nego ficava lá na bacabeira, na rapa de mucumbira, comendo rapa de pau, como se diz, pra viver. Mas quando acochava, se a gente tinha que vir prum lugar, era o Maranhão. Era o Maranhão, era o eldorado. (JOÃO BARRETO, 2011)

O retorno ao local de origem, comum em *teias migratórias* instituídas em outras temporalidades e espacialidades, além de indicativos de apego à terra natal, pode ser indício da recusa à fixação no Maranhão pela possibilidade ou pela esperança de reconstrução de uma vida melhor no local de origem. Pequenos proprietários que não se desfazem de suas terras no sertão do Nordeste e não se tornam proprietários no Maranhão, podem ter o retorno como alternativa. A atração por serviço, *terras sem dono* e bons invernos pode desfazer-se também para antigos agregados, quando acaba a estiagem e um bom inverno anuncia possibilidades de recomeços na terra natal. A migração sazonal possivelmente é a alternativa de muitos homens e mulheres pobres, que “vinham, tornavam vir, tornavam voltar”. A distância relativamente pequena entre o Maranhão e os dois principais estados fornecedores de migrantes, Ceará e Piauí, possibilita o *ir e vir* e a constituição do Médio Mearim como *locus* de passagem e fixação de migrantes.

Observamos em outros testemunhos, representações da terra natal como ingrata, pobre e infértil. Tais entrevistados dizem nunca ter tido motivos para regressar. É o caso de Osaël, que associa sua terra natal, no sertão do Rio Grande do Norte, à seca, à fome e à miséria, e representa a cidade de Pedreiras e o Maranhão com contundentes adjetivos de positividade.

Tô dizendo que eu nunca voltei lá porque eu gostei tanto daqui que eu nunca voltei. Porque no lugar onde a gente ganha o dinheiro, sobrevive, esse é o lugar que a gente deve ficar. Vai pra uma terra seca que... Lá era assim, quando você tava no tempo de seca, você vai pedir um serviço ao patrão lá e “Não, não tem...” Você fica naquela moleza. E você vai comer o quê? Se não tem serviço, não tem como sobreviver, tem que sair pra outro canto. (FARIA, 2011)

A ascensão social alcançada a partir da migração para o Maranhão, o desejo de ruptura com o passado de pobreza e com o espectro da seca, a desvinculação da terra natal, pela ausência de bens (ou entes queridos) que funcionem como imã, positivizam nessa e em outras narrativas de agregados, a partida e a fixação no Maranhão. Trazendo parentes e amigos e prosperando materialmente, muitos migrantes nordestinos não têm motivos para retornar.

A rememoração da experiência migratória, portanto, ganha legibilidade com a problematização da história social dos entrevistados. Rememorar é reelaborar e instituir identidades coletivas e individuais perpassadas por tensões e disputas presentes no plano das representações.

Por outro lado, a desconstrução do eldorado maranhense e a necessidade premente de negação da experiência de miséria, fome e seca, são legíveis a partir da análise da história social de descendentes de pequenos e médios proprietários. Esse conjunto de narradores tem vontade de instituição de outras memórias das migrações de nordestinos que não repitam a morbidez dos discursos referentes aos flagelos da seca, representados fartamente na imprensa e em obras literárias, e reificados por uma produção acadêmica datada, que faz do horror o estilo e o argumento das histórias de migração.

Essas imagens impregnaram as narrativas de historiadores e sociólogos do século XX e, ainda, as do presente. Aparecem nas descrições e análises mais ‘sensacionalistas’ e nas criteriosas. A descrição do horror, intenta em transformar-se num argumento, e isto acontece porque se julga que o que se quer narrar é totalmente estranho aos leitores e porque se absolutizou a relação Nordeste-seca-miséria. (SECRETO, 2007, p. 36)

A memória da experiência migratória de nordestinos no Médio Mearim é perpassada por clivagens. A primeira institui uma diferença na representação dos motivos da partida. Enquanto piauienses referem-se principalmente à existência de invernos fracos e poucas possibilidades de produção de um excedente agrícola na terra natal, migrantes originários de estados nordestinos, mais amplamente suscetíveis a secas, reconhecem parcial (pequenos e médios proprietários) ou amplamente (agregados) seu impacto como fator de expulsão.

A segunda clivagem demarca a construção ou desconstrução da ideia-imagem do eldorado maranhense. Nas narrativas de agregados, normalmente, não há incômodo com as representações do retirante flagelado, o Médio Mearim tende a ser expressado como lugar de fartura e melhoria e a migração como inevitável “pra escapar” da seca ou para “criar os filhos”. Nas narrativas de pequenos e médios proprietários, as notícias da região são representadas por vezes como fabulosas e a necessidade da partida é relativizada ou negada.

Em outros momentos, as memórias divididas *se embaralham* dentro de memórias individuais, como na associação feita pelo filho de médios proprietários cearenses, Lucas Aragão, que enfatiza a migração da sua família como desnecessária. Rememorando o dia da partida do Ceará, refere-se à canção *A triste partida*: “Aquela cantiga do Luiz Gonzaga foi do mesmo jeitinho que aconteceu com nós”. “Setembro passou, outubro e novembro. Já estamos

em dezembro, meu Deus, o que há de nós. Assim fala o pobre nortista, com medo da peste, da fome feroz. A treze do mês [ele finda] a experiência, perdeu toda crença da pedra de sal”.

Os atos narrativos produzem textos nos quais as representações e interpretações nem sempre dispõem de coerência e homogeneidade. Como as memórias sociais, as memórias individuais podem apresentar-se de modo fragmentado e, até mesmo, contraditório. *A Triste Partida* seria uma *música incidental* mais “coerente” dentro da narrativa de um agregado do sertão nordestino, mas emerge em meio à narrativa de Lucas Aragão, sinalizando para as complexidade e os zigue-zagues do processo de rememoração. Nos capítulos seguintes, reduzo o ângulo de observação, buscando identificar e interpretar outros nós construídos nas teias da memória das experiências migratórias.

Capítulo 4

Pequenas biografias, muitas histórias: resistência, estratégia e acomodação em experiências de migrantes nordestinos.

Busco nesse capítulo e no seguinte, reduzir a escala de observação do fato histórico estudado, visando captá-lo na sua multiplicidade e com mais profundidade. Quando nos aproximamos dos sujeitos sociais a partir da narrativa de suas *histórias de vida* e trabalho, percebemos que as “levas” ou “carradas” de migrantes nordestinos que rumam ao Médio Mearim não conformam um todo homogêneo, são antes partículas de um magma pastoso que traçam diferentes desenhos, realinhando suas práticas cotidianas ao sabor das contingências e da experiência acumulada e compartilhada.

Intento, como propõe Michel De Certeau (2007, p.37) investigar as “práticas ou maneiras de fazer”, sem supor o indivíduo como “unidade elementar, a partir da qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los”, mas pensando suas táticas dentro das relações sociais que perpassam seu cotidiano: “A relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, [...] e cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”(DE CERTEAU, 2007, p.38).

Seguindo a trilha das representações de si e da experiência migratória, adentramos em táticas de sobrevivência, superação e resistência que ultrapassam muitos estigmas e expectativas construídos sobre o migrante nordestino. Nem sempre flagelados, ou quando o são, nem sempre miserabilizados por essa condição. Nem sempre fortes e resignados com o trabalho duro - conforme o modelo euclidiano. Nem sempre *corridos da seca*, por vezes corridos do seu espectro ou do seu término, que os reconduz à condição de esquecidos e desassistidos pelo Estado, quando as chuvas voltam a invisibilizá-los no sertão.

Nem sempre católicos e devotos de São Francisco das Chagas de Canindé, por vezes protestantes, diletantes, livres da preocupação com o espírito e imersos nos prazeres e perigos do mundo. Nem sempre resignados. Por vezes estrategistas que logram regularizar as outrora *terras sem dono* através de relações no campo político. Por vezes prudentes, que aprendem

com a experiência a assegurar a posse da terra mediante compra. Por vezes aguerridos e combativos, que lutam pela terra e pelo respeito a despeito das hierarquias sociais e das artimanhas do poder.

Não intento traçar estudos biográficos propriamente ditos dos narradores ou utilizar o método da prosopografia¹³⁰, mas, sim, acompanhar e interpretar o percurso narrativo das experiências migratórias a partir da análise mais detalhada e aprofundada dos relatos de memória da migração de nordestinos para o Médio Mearim.

Não viso, nem alcanço, a construção do perfil do migrante *modal*, por não corroborar da concepção de *representatividade* do sujeito biografado como indivíduo que condensaria características de um grupo. Olhar às narrativas mais de perto, permite, ao contrário, visualizar microcosmicamente a heterogeneidade e o caráter fragmentado da experiência migrante. Como aponta Sabina Loriga (2010, p.249):

O indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade, ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. [...]Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais é que se pode romper as homogeneidades aparentes, (por exemplo a instituição, a comunidade e o grupo social), e revelar os conflitos que, nas inércias e na ineficácia normativa, mas também nas incoerências que existem nas diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos ‘façam’ eles ou não a história, moldam ou modificam as relações de poder.

Busco, como propõe Benito Schmidt, o exercício de uma história mais plural, dinâmica e complexa, pois o enfoque biográfico, “coloca em xeque a inevitabilidade e o determinismo histórico, mostrando que os processos macro orientados se constituem a partir de múltiplas e imprevisíveis (ainda que não indeterminadas) relações tecidas no cotidiano da vida” (SCHIMIDT, 2013, p.71).

Início a incursão microcós mica pelas pequenas histórias narradas sobre a migração para o Médio Mearim inquirindo relatos masculinos, por vezes entremeados de pequenos trechos de falas femininas, muitas vezes imbricadas e indissociáveis de suas narrativas, como o são de suas experiências de vida e trabalho como esposas, companheiras e cúmplices na luta pela sobrevivência.

¹³⁰ Conforme Christophe Charlie, a prosopografia é um método que consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão À descrição de uma dinâmica privada, pública ou mesmo cultural, ideológica ou política segundo a população ou o questionário em análise”. Cf. CHARLE, Christophe. Prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas in HEINZ, Flávio. *Por uma história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.41.

4.1 Agregando poderes e saberes

O jovem Ocilvo, natural de Patu, Rio Grande do Norte, tentando “escapar” da seca de 1958, embarca em um pau de arara, que sai de Pau dos Ferros, também no Rio Grande do Norte, rumo a Bacabal-Maranhão. Filho de agregados que vivem em Mossoró, Ocilvo lança-se numa aventura e estratégia comum a muitos de seus contemporâneos do sertão potiguar: parte rumo ao Maranhão, de carona num pau de arara, com pouco dinheiro para alimentação.

Ocilvo Paiva Costa chega analfabeto ao Maranhão em 1958 e, sete anos depois, é eleito vereador da cidade de Vitorino Freire, onde vive até hoje. A narrativa de sua *história de vida* tem como eixo o aproveitamento, sem hesitação, de todas as oportunidades surgidas com a migração. De tal modo, relata que, desconhecendo o local de destino, segue de carona em um pau de arara rumo ao Maranhão. Por devolver um objeto de valor simbólico e econômico pertencente ao motorista do caminhão, seria recompensado, ao fim da viagem, com uma refeição e uma oferta de trabalho. A devolução de um revólver 38 é representada pelo narrador, portanto, como ato de honestidade e honradez.

Posteriormente, articulando-se a conterrâneos reencontrados em Vitorino Freire, Ocilvo começa a trabalhar em um açougue e com venda de burros, e, por estabelecer boas relações com as autoridades locais, e nomeado fiscal do município e eleito vereador por 22 anos consecutivos. Segue prosperando e tornar-se proprietário de uma usina de beneficiamento de arroz, entre 1979 e 1988, e de uma fazenda com 300 hectares e 200 cabeças de gado, adquirida no início da década de 1970, no mesmo município de Vitorino Freire.

Sua *história de vida* é representada como *trajetória* bem-sucedida. Ao analisar seu relato, busco não cair no fascínio de sua *ilusão biográfica*, mas inquirir e problematizar a forma como os acontecimentos de sua vida, relativos à sua migração para o Maranhão, são representados. Conforme salienta Bourdieu, é preciso atentar para os perigos da noção de *história de vida*, que pressupõe que a vida seja uma história.

É exatamente o que diz o senso comum. Isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira com suas emboscadas [...], seus ardis e suas encruzilhadas [...], ou como um encaminhamento. Isto é, um caminho que percorremos, e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear; unidirecional (‘a mobilidade’) que tem um começo (uma estreia na vida), etapas e um fim, um duplo sentido, de término e de finalidade (‘ele fará seu caminho’, significa, ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história. Isso é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos. (BOURDIEU, 2006, p.183-184)

O relato de memória não é a *história de vida*, mas a narrativa de acontecimentos e interpretações da vida selecionados pelo *entre/vistado* que, ao narrar, constrói uma imagem de si e do vivido. Rememorar implica construir uma narrativa a partir de escolhas, restrições, esquecimentos, interdições, silêncios. A narrativa de algumas histórias e experiências da vida é criteriosa, pois, de modo consciente ou não, o ato narrativo institui identidades individuais e coletivas.

As narrativas orais, portanto, não são “puras” ou imparciais, nem possibilitam o resgate de um "elo perdido", onde existiriam asépticamente segregadas da escrita, das lutas de representações e da releitura do vivido. Coaduno com a perspectiva adotada por Regina Beatriz Guimarães Neto de que as *entre/vistas* produzem textos e discursos estratégicos:

[...] a fonte oral de que podemos dispor não deve ser tratada como a reconstrução de um ‘elo perdido’ com a oralidade –o que não impede de observarmos e reiterarmos ligações matizadas, relações duradouras e especiais com as tradições. E, se escrever, é antes de mais, produzir um texto, a operação oral (contar, falar) também não deixa de ter uma relação primeira com a produção de textos e discursos estratégicos. Enfim, deve-se assinalar a importância de se levar em conta o relato oral como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas, em suma, um texto passível de ser lido e interpretado e, da mesma forma, um texto articulador de discursos. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 47)

Na narrativa de Ocilvo, sua *trajetória* de ascensão social é representada como construída individualmente. Referindo-se ao tempo da seca de 1958, no Rio Grande do Norte, diz: “Eu vivia solto.” Os episódios da sua vida são selecionados e estruturados no ato narrativo. Assim, atrela seu primeiro trabalho no Maranhão à recompensa pela devolução de um revólver 38. Ocilvo reconstrói tal episódio com orgulho no plano narrativo:

Naquele tempo, locais de parada, naquele tempo, não tinha hotel, era pensões, as pensõezinhas coberta de palha, certo? No Piauí tudo coberto da palha da carnaúba, no Maranhão da palmeira. Tu chegava nas pensõezinhas, uns que tinha condição almoçava, outros faziam PF, um prato feito, hoje nós chamamos de quentinhas, né,? Umas marmitinhas, às vezes almoçava e não jantava. Cheguei em Bacabal, tenho orgulho de dizer pra vocês: Era uma pensão, o dono do carro me chamou pra almoçar e eu não tinha o dinheiro e fiquei calado. Cada pensão tinha aqueles banheirozinho de palha, aqueles poços. Eu fui banhar e, ia vestir minha roupa, vi enfiado nas palhas do banheiro um revólver 38. Me recordo disso! Aí, eu olhei, não vi ninguém, a distância da pensão, fui e coloquei aqui no cinturão e voltei lá pra pensão.

E logo uma meia hora [depois], eu vi o dono do caminhão com quem eu andava, preocupado, procurando se tinha encontrado, se alguém não olhou um revólver que ele tinha perdido. Pensou que tinha deixado no banheiro, foi lá e não estava. Aí, eu ouvi aquilo ali, me dirigi a ele e disse que “que marca é seu revólver?”. Ele disse: “É um ‘Tauros Trinta e Oito’”. Eu disse: “Eu fui lá banhar e encontrei”. Aí levantei a camisa e entreguei pra ele. Aí, ele me abraçou, me agradeceu: ‘Você já almoçou?’,

Eu disse: 'Não!' Pegou no meu braço e me levou lá pra pensão, mandou botar almoço pra mim, eu almocei.
 No outro dia, ele trazia umas mercadorias do Nordeste, aí fretou uma tropa de burro, e pediu pra eu seguir com aquela mercadoria até aqui, em Vitorino Freire. Eu acompanhei. Quando eu cheguei, ele me gratificou bem. Daquela data até hoje, eu fiquei entrosado com ele e os familiares dele que moram em Vitorino [Freire]. Fui trabalhar aqui... (COSTA, 2013)

O episódio ocorre numa pensão, cenário referido por outros migrantes, o que indica um constante trânsito de veículos e pessoas, em um momento em que a ampliação das vias de transporte facilita a circulação de partes consideráveis do território brasileiro. As pensões, referidas como integrantes dos cenários do Piauí e do Maranhão e diferenciadas pela cobertura de palha da carnaúba ou do coco babaçu, são locais de pernoite e alimentação de caminhoneiros e outros trabalhadores que circulam no Nordeste de meados do século XX. Em seguida, Ocilvo elabora e expressa sua representação do Médio Mearim, ao explicar um dos motivos de atração pela região:

Porque diz que aqui era uma terra boa pra lavoura, pra agricultura. Que o Mearim é a maior riqueza do Maranhão, é o Mearim, entendeu? Pra lavoura ainda hoje, pra pecuária, não tem terra melhor do que a nossa. Você tá de Bacabal pra cá, você vê. Você chega em São Mateus, quem vai pra São Luís, você já vê o cocal mais fino, rasteiro, aqueles matos. E aqui, daqui pra frente, você vê a palmeira frondosa, né? Que a terra é rica! Seja pra lavoura, tudo que você plantar no Mearim, ela dá. Você planta aqui a mandioca e, com dez meses, tá colhendo, algodão... A terra é rica! (COSTA, 2013)

A riqueza das terras do Mearim, propícias a diversos gêneros agrícolas, é descrita por ele inicialmente na imagem do babaçu ("a palmeira frondosa"). O Mearim é representado como a maior riqueza do Maranhão, lugar onde tudo que se planta dá. A possibilidade de tirar frutos da terra num curto tempo também é ressaltada. A região imediatamente contígua, Baixada maranhense, não seria tão frondosa, porque teria cocais mais finos, matos rasteiros. Em outro trecho do relato, Ocilvo destaca outro elemento de caracterização do espaço narrado: a abundância das chuvas. "Chovia dia e noite sem parar. Era todo dia. Quando não chovia de dia, chovia de noite." (COSTA, 2013)

Filho de agregados, possivelmente a abundância de chuvas e terras funciona como outro motivo de atração para a região, ainda que, no Maranhão, Ocilvo não tenha trabalhado na agricultura, atividade típica do seu núcleo familiar no Rio Grande do Norte. Este migrante narra, com certo contentamento, não ter mais precisado trabalhar "de roça" no Maranhão.

A migração de Ocilvo é individual. Sua família numerosa, composta de homens e mulheres lavradores (pai, mãe e treze irmãos), deixa a cidade de Patu-RN e estabelece-se em

Mossoró, ainda no Rio Grande do Norte, onde segue vivendo da agricultura. Sua migração e o relato de sua experiência sinalizam para intercâmbios comerciais e deslocamentos de contingentes consideráveis de trabalhadores entre o sertão potiguar e o Médio Mearim maranhense.

O primeiro trabalho que ele consegue em Bacabal é o acompanhamento de uma tropa de burros até Vitorino Freire, cuja carga denota essa estreita ligação:

[A carga] era artefato de palha. Quer dizer o quê? Chapéu de palha, você conhece né? Palha da carnaúba, a vassoura da carnaúba, né? Que aqui tem a vassoura, certo? Chapéu de couro feito em Caicó no Rio Grande do Norte, chicote pra dar em burro, açoitar burro, feito de couro de bois. Fabricado em Caicó. O material de palha era fabricado lá em todas as cidade do, lá daquela região Mossoró, Pau dos Ferro, Açú que é a região Apodi, todo aquilo que produzem e ainda hoje conduzem: a vassoura, o chapéu de palha. Vem tudo de lá. A cera da carnaúba pra exportar, né? (COSTA, 2013)

O transporte de cargas entre os estados do Rio Grande do Norte e do Maranhão favorece também a comunicação entre os que partem e seus parentes e conterrâneos. Além das cartas enviadas pelo correio, os motoristas de caminhão que transportam cargas e trabalhadores dão notícias dos que se fixam alhures, tecendo e reforçando *teias migratórias*. Ocilvo narra a chegada de conterrâneos em Vitorino Freire algum tempo depois de sua vinda. As *teias migratórias* juntam conterrâneos em outros espaços. Um primeiro conterrâneo, bem articulado na região, convidou-o a trabalhar no abate de animais. Um segundo, que conduz burros do Rio Grande do Norte a Vitorino Freire, procura-o e torna-se parceiro de trabalho:

Aí cheguei me entrosei por aí. Depois um conterrâneo, - família aqui, meus parentes, não tinha nenhum-, chegou e me convidou pra matar boi, pra levar pro mercado, sacrificar o animal e cortar no mercado, no açougue. Fui trabalhando. Logo num outro ano chegou mais outros conterrâneos conduzindo burros, traziam burro do Rio Grande do Norte e souberam que eu morava aqui, que era filho de um amigo deles. Aí era trinta dias para trazer burros de Pau dos Ferros a Vitorino, no pé, não era em caminhão. Trinta dias pra trazer burros de Pau dos Ferros pra Vitorino, conduzindo burro no pé, que chama tocando. Quando chegou aqui me convidou pra sair vendendo esses animais com ele, em toda região do Mearim. Era uma pessoa que era amiga do meu pai, informado que eu morava aqui. Foi o primeiro conterrâneo que veio de lá que se agregou comigo, fomo trabalhar de parceria, de lucro. E nesse movimento ele fez outra viagem tocando burro de pés e as demais viagens foi trazendo em caminhão. Fazia a gaiola e conduzia os burros. (COSTA, 2013, grifos meus)

A migração individual de Ocilvo não tarda, portanto, a se articular a *teias migratórias*. Ainda que não tivesse familiares no Maranhão, é um amigo do seu pai que o procura, buscando abrigo e propondo-lhe parceria no transporte e na venda de burros do Rio Grande do

Norte para o Médio Mearim. Alguns anos depois, as boas novas da terra habitada e o êxito pessoal da migração de Ocilvo contagiam quatro de seus irmãos que, posteriormente, também se estabelecem em Vitorino Freire. Redes de parentesco, amizade e conterraneidade, portanto, perpassam sua experiência migratória.

A socióloga Marilda Menezes (2009) aborda a migração como experiência histórica de reprodução social do campesinato do Nordeste brasileiro. Analisando migrações no sertão de Cajazeiras, estado da Paraíba, nas décadas de 1970-1980, e entre moradores e rendeiros da região do agreste paraibano, na década de 1990, assinala que, nas duas microrregiões,

[...] a migração tem sido uma prática social histórica dos pequenos proprietários moradores e rendeiros, remontando, conforme nossa pesquisa, aos primórdios do século XX. Quem migra é o indivíduo, no entanto, a migração é uma estratégia familiar que se fundamenta no ciclo de vida, idade e sexo. Alguns membros da família ficam e outros partem, os que partem podem se estabelecer definitivamente nos lugares de destino, ou retornar periodicamente. O fluxo de pessoas entre espaços diferenciados é tecido por redes familiares e de amizade, aproximando, de maneira simbólica, espaços geograficamente distantes. (MENEZES, 2009, p. 270)

Esta autora retoma um acirrado debate nas Ciências Sociais acerca do impacto das migrações sobre o campesinato. Aponta que “as migrações nem sempre expressam uma desintegração do campesinato, mas têm representado uma estratégia de longa duração de reprodução social em contextos que limitam suas condições” (MENEZES, 2009, p. 272). No Médio Mearim, famílias de tropeiros, e lavradores tendem a se fixar nas mesmas atividades desenvolvidas no local de origem. Migram, portanto, como estratégia de reprodução social de suas atividades e não como forma de desintegração e, muitas vezes, as cartas ou recados enviados trazem outros membros da família para a nova morada.

Entre os que, como Ocilvo, migram sem posses (animais ou capital que possibilite compra de terra), é comum a inserção em atividades que não requerem investimento inicial ou o trabalho de número razoável de pessoas, como as tropas de burro, o pequeno comércio ou o trabalho em usinas de beneficiamento de arroz e algodão. A lavoura, que exige emprego de ferramentas, sementes e trabalho coletivo, normalmente é praticada pelos que migram em família. Existe ainda a possibilidade do trabalho em lavouras de outros indivíduos ou famílias mediante o recebimento de diárias.

Nos relatos ouvidos no Médio Mearim, observa-se também o *ir e vir* de indivíduos solteiros ou de homens casados que precede a mudança da família como um todo. Nessas *idas e vindas*, normalmente torna-se possível avaliar racionalmente as possibilidades reais do destino. Como aponta Paulo Fontes, a migração é, muitas vezes, um ato racional, pensado e

planejado. Conforme aborda o autor, aos fatores objetivos de expulsão e atração, deve-se somar a condição dos migrantes como agentes de seus próprios movimentos.

Os migrantes rurais nordestinos não foram apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas. Eles também foram agentes de seus próprios movimentos e, dessa forma, através de estratégias diversas, contribuíram na moldagem do processo migratório.

Uma certa visão da migração como movimento desordenado, “irracional”, feito às pressas não corresponde à experiência de grande parte dos migrantes. A mudança, decisiva para a vida dos envolvidos, era, na maior parte das vezes, meticulosamente pensada e preparada da melhor forma possível tanto no âmbito familiar como no da comunidade. (FONTES, 2008, pp. 54-55)

Conforme Frederico Croci (2010, p. 313) e assinalado no Capítulo 3, é importante chamar a atenção para “redes de relações entre comunidades de partida e de chegada que se articulavam dentro dos fluxos migratórios”. As migrações “espontâneas” são normalmente articuladas através de complexas redes sociais. Fontes (2008) e Menezes (2009) igualmente atentam para a existência de redes sociais que articulam o movimento migratório, fornecendo informações e propiciando minimamente uma sensação de segurança ao migrante.

A migração dos vários membros da família é realizada por meio de redes familiares e de amizade: tios, primos, amigos e vizinhos. As redes sociais organizam o processo migratório em todas as etapas— antes, durante e na chegada a São Paulo— demonstrando a importância das relações de reciprocidade nos diversos espaços e tempos que marcam a(s) trajetória(s) migratória(s) dos indivíduos e famílias. As redes sociais organizam a conexão entre os que migram e os que ficam, por meio do fluxo de informações veiculadas, na época, por cartas e mensagens orais, fluxos de mercadorias, presentes, remédios, utensílios domésticos, fluxos de dinheiro que um parente envia a outro. São também as redes sociais— amigos, parentes e vizinhos— que orientam quando se deve ou não migrar, geralmente considerando a possibilidade de emprego. (MENEZES, 2009, p. 277)

As narrativas orais de migrantes nordestinos do Médio Mearim sinalizam para movimentos posteriores ou anteriores de parentes, amigos, compadres, vizinhos e conhecidos já estabelecidos. O trânsito de trabalhadores faz-se concomitantemente à circulação de mercadorias. Na narrativa de Ocilvo, sobressai uma produção abundante de algodão, arroz, milho e feijão, criação de gado em pequena escala, extrativismo do babaçu e seu escoamento para outros estados do Nordeste, apesar de uma rede viária ainda deficiente demandar, em alguns trechos, o transporte em lombos de burro.

O babaçu e o algodão tinham fábricas aqui de beneficiar, levar pra Alagoas os fardos de pluma do algodão já beneficiados. Tinha usinas aqui pra beneficiamento de algodão. Produzia muito. [...] Isso aqui tudo era usina. Era lotado de usina esses prédios antigos. Tinha muito arroz.

[...] Geralmente, pra você ter uma ideia, na década de 60, aqui tinha treze indústria beneficiando arroz, dia e noite, ele ia pro Nordeste, pro Rio Grande do Norte, pra Paraíba, pro Ceará. Era consumido no Nordeste o arroz daqui.

[...] Tinham umas máquinas pesadas que beneficiavam o arroz – a matéria prima, entendeu? Porque a matéria-prima vinha na costa de burro, essas calçadas da indústria aqui, não comportavam e jogavam nas calçadas, botavam os vigias pra vigiar a produção. E aquelas máquinas rodavam dia e noite, motor tocado a óleo. Não tinha energia pra puxar os motores não. (COSTA, 2013)

A circulação dessa produção local, internamente, é feita em feiras existentes nas maiores cidades do Mearim: Bacabal, Pedreiras e Vitorino Freire, pontos também de comercialização de produtos fabricados em outros estados do Nordeste, como roupas, calçados, etc. Ocilvo assim se refere às feiras de Bacabal e Vitorino Freire:

Ah, as feiras grandes! As feiras lá em Bacabal eles fazia dia de sábado. Fazia aquelas feiras. Vitorino também formava as feiras, era quinta-feira, depois mudaram para sábado. Aí vinham de outras regiões aqueles caminhões e faziam aquelas feiras. [Os compradores] vinham de vários lugares, de Lago da Pedra, de São Mateus, de São Luís Gonzaga, Pio XII, que é aqui logo perto, Olho D'Água das Cunhãs, se chamava feireiro. Fazia aqueles caminhões de todo tipo de mercadoria pra vender naquela feira. E vendia muito, né! Uns vendiam café, uns vendiam rapadura, outros vendiam roupa, outros vendiam calçado. (COSTA, 2013)

Além da intensa circulação de pessoas e produtos dentro do Médio Mearim, a narrativa de Ocilvo aponta o Nordeste como consumidor de produtos primários beneficiados nas usinas locais e como fornecedor de produtos industrializados ou semi-industrializados, como calçados e rapadura, alimento típico do sertanejo que passa a ter boa aceitação na região de estudo com o grande número de nordestinos ali residentes.

Quando chega a Vitorino Freire, no Maranhão, em 1958, Ocilvo diz que, neste município, a maioria da população ainda é composta por maranhenses, vindos principalmente de Grajaú, Barra do Corda, Arari, Vitória do Mearim e Pinheiro. A cidade de Vitorino Freire, emancipada em 1953, fora originalmente designada Centro dos Boas, núcleo agrícola baseado no trabalho familiar. Os Boas (da família Boaventura), segundo a narrativa de Ocilvo Costa (2013), viriam de Barra do Corda e seriam os pioneiros daquela área. É importante enfatizar, contudo, que muitos municípios do Médio Mearim, como Vitorino Freire e Lago Verde¹³¹, que se tornam local de fixação e passagem de um número considerável de nordestinos, são rememorados em narrativas migrantes como originalmente povoados por famílias de lavradores maranhenses que se deslocam de áreas de ocupação mais antiga, principalmente o vale do Itapecuru, o Alto Mearim, o Baixo e o Médio Parnaíba. Como abordo no Capítulo 2,

¹³¹ Conforme informações de entrevistas, Lago Verde foi, por volta da década de 1930, conhecida como Centro dos Gomes, em referência aos pioneiros, maranhenses vindos do Itapecuru para praticar a agricultura familiar.

os dados dos Livros de Casamento também sinalizam para um deslocamento significativo de maranhenses para a região de estudo.

Entre as décadas de 1930, 1940 e 1950, inúmeros *centros* ocupam, portanto, as áreas hoje pertencentes aos municípios instituídos na região do Médio Mearim. Muitos deles, posteriormente, tornam-se povoados ou cidades habitados por um contingente crescente de migrantes nordestinos e de outras regiões do Maranhão. As notícias da existência de *terras sem dono* atraem muitos lavradores. Outros narradores ouvidos dizem ter sido surpreendidos pela constatação de que, no Maranhão, havia terras devolutas. Nas palavras de Ocilvo Costa (2013), nessas *terras sem dono* do Médio Mearim, durante o período de estudo, pratica-se principalmente a agricultura: “[Havia] poucos proprietários, as terras eram devolutas, do Estado, da União, poucos proprietários, muito pequeno, e o número do rebanho era muito pequeno na época, gado. Alguém criava umas vaquinhas, cercando por conta”.

Como abordo no Capítulo 2, após a publicação da Lei n. 2.979, de 17 de julho de 1969, que dispõe sobre as terras de domínio do Estado, no Governo de José Sarney, a grilagem e a especulação passam a agir mais intensamente no processo de apropriação das terras devolutas. Observa-se a migração de uma leva de nordestinos que não se caracteriza mais pelo trabalho na lavoura, na pecuária e no pequeno comércio, mas pela grilagem e usurpação da terra.

Olha, até nos anos na década de 70 ainda tinha muita área que não tinha dono. Aí os espertalhões chegavam, sergipanos lá, o pernambucano, paraíba começava a comprar posse de alguém, cercar muito mais do que comprava. Mas dali pra cá, todos, proprietário como posseiro, às vezes por escritura não, mas era reconhecido como posseiro, hoje não tem mais terra devoluta. Hoje pra você encontrar terra no Mearim sem ser titulada pelo INTERMA[sic], sem ter título do ITERMA [Instituto de Terras do Maranhão], mas têm uma escritura, às vezes do município, às vezes tem uma escritura do Estado, escritura que não é um título definitivo. (COSTA, 2013)

Embora, provavelmente, por suas relações nos campos políticos e econômicos, Ocilvo Paiva Costa tenha se tornado proprietário de terra na década de 1970, reconhece o processo violento de apropriação da terra por parte de grileiros e a perda da posse por inúmeros homens e mulheres lavradores. Os latifúndios ocupam a área de pequenos lotes de posseiros e o gado substitui diversas roças de arroz, mandioca e algodão. Enquanto nas décadas de 1930 a 1960 o nordestino que migra para o Médio Mearim é o camponês (lavrador, vaqueiro, quebradeira de coco, tropeiro) cearense e piauiense, na década de 1970 chegam também à região grileiros, conforme o trecho acima, sergipanos, pernambucanos e paraibanos, que se tornam grandes proprietários de terra.

4.2 Rumo a um eldorado chuvoso e assombroso

“Disseram que queriam mais antes ver ela saindo pro cemitério que pro Maranhão”.
(Antônio Sales)

Antônio Vieira Sales, conhecido como Antônio Calixto, nasce em fevereiro de 1931, no povoado Cedro, município de Granja, estado do Ceará. É filho de um pequeno proprietário e lavrador e tem 13 irmãos: 7 homens e 6 mulheres. Chega ao Maranhão muito jovem em 1949, com 18 anos, trazendo consigo a esposa, Geralda Ferreira Sampaio, nascida em dezembro de 1930, no povoado Guiana, também município de Granja, filha de um lavrador que "morava em terra emprestada", mas não paga renda por trabalhar nas terras da comadre: "pagava renda não, que a terra era da minha madrinha. Minha madrinha de vela e era da mesma família." (SAMPAIO, 2013). As relações de parentesco e compadrio, portanto, atenuam a condição de agregada vivida pela família de Geralda, mas não lhe garante uma vida tranquila em um local continuamente assolado por secas.

A narrativa da experiência desse casal que envelhece lavrando terras no Médio Mearim é rica por condensar simultaneamente representações positivas e negativas acerca do espaço social onde se fixaram há 64 anos. O plano de vir para o Maranhão, conforme o relato de Antônio Sales não visa enriquecer, "era só de escapar mesmo, criar minha família no Maranhão."

Assim, Antonio Calixto reconstrói o plano de migração, narrando uma conversa que escuta, quando criança, entre seu pai e um parente, sobre a seca de 1932:

Aí meu pai conversando mais um velho lá, que era casado cum a irmã da minha avó (risos). E ele disse: 'Cumpadre Chico, nessas estrada do Nordeste nunca passou mais de dez anos duma seca pra outra, fora os inverno escasso'. E aí botei na cabeça e digo: 'Eu que vou ficar velho nessa terra? Aqui não passa mais de dez anos de uma seca pra outra. Vou nada'. Eu via meu pai contar as dificuldade da vida lá. E depois mesmo em [19]42, eu vi uma seca de [19]42 foi muito imprensado pra gente, né? Então (riso) eu botei na cabeça que eu não ia ficar velho no Ceará não. E meu pai contava que em [19]32 ele entrou lá com umas cocha de terra, num sabe, e foi preciso, foi obrigado vender duas boiada e dez vaca parida pra dá de comer à família em [19]42, foi seca também, né? A última vaca que ele vendeu pra enquanto o milho murchava o cabelo, (risos) tinha o gado, né? tinha leite, mas não tinha farinha, sabe. Um dia ele foi comprar a farinha na Granja com dez légua. E montado a cavalo. Vendeu a vaca, o milho tava criando caroço, quase lado de croa, né? E nós não tinha farinha, aí ele vendeu a vaca por 100 mil réis. Chegou em casa só fez trocar a cela

por a cangalha e pulou em cima do cavalo e foi comprar farinha, na Granja com dez léguas.

Isso é dificuldade demais, né, pra gente. E ainda é bom que a gente ainda tinha uma condiçãozinha, um lugarzinho. Tem muitos que não tinha. (risos) (SALES, 2013, grifos meus)

A narrativa de Antônio Calixto traz a característica assinalada por Benjamin (2000) no ensaio *O narrador*: a de intercambiar experiências e transmitir sabedoria às novas gerações. A lembrança do pai afirmando a recorrência da seca – "Nessas estradas do Nordeste nunca passou mais de dez anos de uma seca pra outra" – soma-se à experiência de Antonio Calixto aos 11 anos, quando presencia a seca de 1942. A migração aparece no relato como algo planejado ao longo de muitos anos: – "Eu que vou ficar velho nessa terra? Aqui não passa mais de dez anos de uma seca pra outra. Vou nada."

A condição de pequeno proprietário de terras e gado do seu pai não isenta a família de dificuldades vividas em tempos de seca, mas torna possível sua permanência no sertão do Ceará, ainda que vendendo parte do gado a baixo preço para garantir a sobrevivência. Nesse relato, não se associa seca e fome, mas seca e dificuldade para comprar alimentos: "A última vaca que ele vendeu pra enquanto o milho murchava o cabelo (risos), tinha o gado, né? tinha leite, mas não tinha farinha, sabe?"

A experiência pessoal de Antonio Calixto em 1942, reitera as dificuldades vividas por uma família de pequenos proprietários: "E depois mesmo em [19]42 eu vi uma seca de [19]42 foi muito imprensado pra gente". Comentando a fala do pai sobre as dificuldades enfrentadas na seca de 1932, reconhece que quem não possui terras – moradores, agregados – passa por dificuldades maiores: "Isso é dificuldade demais, né? Pra gente. E ainda é bom que a gente ainda tinha uma condiçãozinha, um lugarzinho. Tem muitos que não tinha.. (risos)"

O tempo da seca é rememorado e narrado como "imprensado", mas suportável. Não há necessidade de migração, nem relatos de fome propriamente ditos. A decisão de migrar para o Maranhão, em 1949, reconstruída como plano traçado há algum tempo, provavelmente é impulsionada pela dificuldade de terras disponíveis para a lavoura em uma família extensa (14 filhos), que, com o passar do anos e com a reprodução dos membros, não seria mais suficiente para garantir a subsistência de todos.

Assim, *teias migratórias* levam notícias da existência de terras devolutas no Maranhão ao município de Granja. Embora muitos no sertão do Ceará não ouvissem falar de *terras sem dono* ou não acreditassem na sua existência, Antonio Calixto (2013) aposta nessa informação e parte com a esposa rumo ao Médio Mearim, sem capital para adquirir terras: "no Ceará o povo nem acreditava que no Brasil tinha terra devoluta".

Esse trecho da narrativa - e muitos outros - é perpassado por risos. Ainda que relatando *tempos imprensados*, o tom do discurso é de êxito. A aventura e a ousadia de juventude são pensadas como saldo positivo. No seu relato, todo esforço e dificuldade valeram a pena.

A viagem dos recém-casados de Granja, no Ceará, a Lago dos Rodrigues, no Maranhão, leva seis dias, com trechos a pé, de ônibus, de trem, de misto e de cargueiro¹³²:

Nós viemo a pés até em Tianguá, na Serra Grande. [...]
 Pois bem, nós fumo de pé até lá. Aí de lá a gente pegou a linha [de ônibus] que vem de Sobral pra Teresina. Aí, Teresina a gente pegava um trem até Caxias.
 De Caxias a gente pegava um misto pra... Pedreiras.
 E de Pedreiras, nós vinha por Lago do Rodrigues, porque no Lago do Rodrigues chegamo lá no dia 15 de dezembro de [19]49 que a gente tinha saído lá do Ceará no dia 9...
 Anda pra cá, nós vinhemmo ainda de carro até o Lago do Rodrigues, esse carro mesmo cargueiro, sabe? (SALES, 2013)

A condição de filho de pequeno proprietário de gado e de terras lhe possibilita o custeio da viagem. A maioria dos migrantes que vivem como agregados no sertão do Nordeste chegam ao Médio Mearim de pau de arara. Nessa, como em outras narrativas, sobressai a dificuldade de transporte entre a região de migração e o *lócus* de fixação. Antonio Calixto, a partir de informações de um conterrâneo, conhece Lago dos Rodrigues em setembro de 1949 e deixa um barraco reservado para seu retorno, previsto para o dezembro seguinte.

A maior dificuldade para a partida é convencer a família da noiva a deixá-la vir ao Maranhão. Em Granja, o Maranhão é representado como lugar assombroso, perigoso e violento. Os pais de Geralda "disseram que queriam mais antes ver ela saindo pro cemitério que pro Maranhão." (SALES, 2013), conforme a narrativa de Geralda Sampaio (2013): "porque naquele tempo o Maranhão era muito estranho demais."

A obra *O Quinze*, de Raquel de Queiroz, também traz uma representação negativa do Maranhão. Discutindo o destino a ser buscado por sua família, que precisa arribar para escapar da seca, o vaqueiro Chico Bento assim se expressa:

- Também pensei no Maranhão
 Condulina volveu assombrada:
 - Que Maranhão Chico, Deus me livre! Tu não tens ouvido dizer que morre lá família inteirinha de sezão, que nem se fosse de peste!...
 Conceição assentiu, riscando pensativamente com as unhas as pregas da saia:
 - É, eu tenho ouvido dizer que há muita febre no Maranhão... Também acho que não serve para vocês... (QUEIROZ, 1993, p.106)

¹³² Caminhos utilizados para o transporte de mercadorias, nesse período, especialmente arroz.

Nessa obra literária, o Maranhão não figura como eldorado, mas como lugar de doença e morte. Quem quisesse escapar da seca, não deveria buscar um espaço de febre, sezão e morte. Portanto, a família de retirantes elege São Paulo como destino, onde “não tem febre, nem jacaré.[...] É uma terra rica, sadia. Terra de dinheiro e café.” (QUEIROZ, 1993, p. 108). O Maranhão e o Amazonas são descartados pelos perigos e dificuldades que oferecem.

Como no relato de Antonio Calixto, em *O Quinze*, o marido predispõe-se a qualquer destino, inclusive o Maranhão. A mulher e a comadre, como Geralda e sua família, contra-argumentam. Nas suas representações, o Maranhão seria lugar de morte: de fim e não de recomeço.

As representações do Maranhão, presentes nas narrativas de Antonio Sales e Geralda Sampaio, sugerem um imbricamento de elementos positivos e negativos na construção de ideias-imagens. Apesar da abundância de chuvas e da fertilidade do solo, ouve-se também falar “muita coisa ruim do Maranhão”:

O Maranhão era em outro mundo. Só se ouvia falar muita coisa ruim do Maranhão, num sabe? [...]

Vixe Maria falavam... Só que nunca tinha acontecido de seca, né? Que no Maranhão era chuvoso, que era bom pra lavoura. E a gente não tinha outro ramo: era lavar. E aí, eu como não tinha uma haste, aí eu tive que procurar as mata do Maranhão (risos). (SALES, 2013)

Que aqui no Maranhão se um homem trouxer mulher nova aqui pro Maranhão, tinha no Codó, aqui tinha uns negão preto, aí ele tomava a mulher dele. [...]

Se trouxesse mulher nova, os negão lá ia tomar a mulher dele. Aí eu tinha medo, que eu nunca tinha saído de casa. Tinha medo deles. (SAMPAIO, 2013, grifos meus)

Era meio assombroso, sabe? Eu conheci um velho, que o pai dela veio do Ceará aqui pro Maranhão, já tinha uma irmã dela aqui no Maranhão, e eles vieram aqui pro Maranhão. E aí...

Essa velha que me contou que a mãe dela, tinha já uma irmã aqui no Maranhão. E aí eles foram numa noite... aliás, logo que chegaram ali, diz que um preto mandou pedir ela em casamento, ao pai dela, e ela disse, ela respondeu que não, num queria que o pai dela fizesse o casamento com o rapaz que não soubesse escrever uma carta. E aí foram numa festa, uma festa não, uma reza, que naqueles tempo chamava era reza, no Maranhão, reunião... E lá, esse preto mandou uma velha tirar ela do meio do povo, chamou. A velha foi e chamou a moça em particular e levou ela lá pra onde o preto tava esperando. Lá o preto puxou um facão e mandou ela caminhar na frente e aí levou pra casa. Viu ? Não era perigoso?!

E aí o pai dela ainda ficou uns dias por lá procurando e não teve notícia certa dela. Ele sequestrou ela, sabe? (risos) Aí o velho, desgostou-se e voltou pro Ceará e ela ficou e depois com uns tempo ela se casou com o mesmo cara e produziu família. E eu conheci essa, essa filha da mulher que foi sequestrada. Conheci ela no Lago, no Brejo de Areia.

E ouvi falar de outros que era assim. O cara ia aqui mais a mulher, topava outro, o caba arrastava o facão e mandava ela caminhar na frente e botava o cara pra ir embora. (SALES, 2013, grifos meus)

O Maranhão, lugar estranho, assombroso, outro mundo, onde cabras arrastam facão, atrai o jovem Antônio Calixto por ser chuvoso e bom para a lavoura, único ramo pensado por quem vem de uma família camponesa do sertão nordestino e não dispõe de terras pra sustentar a família que intenta construir. A jovem Geralda não tem possibilidade de escolha após o casamento, e segue os passos e sonhos do marido, apesar do temor de ser roubada por um “preto” do Maranhão. Em ambos os relatos, sobressai a descrição das diferenças entre migrantes e nativos: o maranhense é representado como preto, perigoso e analfabeto, e o rumar ao Maranhão como ato de ousadia e coragem. A migração é representada como o desbravar de outro mundo: chuvoso, bom para lavoura, mas “assombroso”, pois habitado por pessoas com práticas julgadas inferiores às dos migrantes.

A noção de *branquidade* discutida por Ruth Frankenberg (2004), possibilita pensar a posição e o discurso acionados por esses e outros migrantes nordestinos diante das suas diferenças culturais e fenotípicas em comparação ao maranhense. Conforme essa autora, “a branquidade tem uma posição assimétrica em relação a todos os outros termos raciais e culturais [...]. A branquidade e as pessoas brancas, sugiro, denominaram-se ao longo da história principalmente para dizer: “não sou aquele Outro” (FRANKENBERG, 2004, p.311). Portanto, é como elemento de distinção ao corpo e às práticas sociais e culturais do maranhense “preto”, que muitos migrantes nordestinos fixados ou de passagem no/pelo Médio Mearim colocam-se no lugar de “brancos”, embora nem sempre essa posição ou autodenominação apresente correspondência fenotípica.

Ruth Frankenberg (2004, p. 312-313) assim define a condição e prática da branquidade:

- 1- A branquidade é um lugar estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
- 2- A branquidade é um ponto de vista, é um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os ‘outros’ e as ordens nacionais e globais.
- 3- A branquidade é um lócus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, normalmente não marcadas e não denominadas ou denominadas como nacionais e ‘normativas’, em vez de especificamente raciais.
- 4- A branquidade é comumente denominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
- 5- Muitas vezes a inclusão na categoria ‘branco’ é uma questão controvertida, e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria.
- 6- Como lugar de privilégio a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos.; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam e modificam.
- 7- A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais não tem um lugar intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições os significados da branquidade tem

camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso seus significados; além disso seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.

- 8- O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos.

A *branquidade*, portanto, não existe essencialmente, é um ponto de vista, uma posição relacional, um lócus de elaboração de práticas e identidades, acionada como lugar de superioridade e de demarcação da alteridade. Portanto, esse conceito, elaborado por Ruth Frankenberg após dez anos de estudos na África do Sul, auxilia a compreensão de uma posição e um discurso recorrente em narrativas de homens e mulheres fixados ou de passagem no/pelo Médio Mearim, que ora se autodenominam brancos, ora nordestinos ou, ainda, cearenses, para demarcar nitidamente suas diferenças diante do Outro: o maranhense “preto”, violento, bárbaro, bruto, acomodado, preguiçoso, macumbeiro, feiticeiro, amasiado. Ao longo do Capítulo 5 e no Apêndice 6, o leitor poderá acompanhar outros exemplos elucidativos dessa posição assumida por vezes também por migrantes nordestinos de pele escura que articulam a *branquidade* como critério distintivo.

Dentre os que acionam essa posição relacional no Médio Mearim, figuram proprietários e agregados, ricos e pobres, beneficiados pela grilagem e militantes da luta pela terra, ou seja, a condição e o discurso da *branquidade* atravessam classes sociais, posições ideológicas e experiências distintas. Pesquisas anteriores, como as de Regina Luna (1984) e Viviane Barbosa (2013), sinalizam para a forte tensão “racial” ou tensão cultural expressa a partir do ponto de vista da branquidade, perceptível no Médio Mearim. Em visitas aos municípios de Lima Campos, Pedreiras e Lago da Pedra, buscando definir seu campo de estudo¹³³, a socióloga traça a seguinte impressão da região e de seus moradores:

Pelo que podemos verificar, atualmente há poucos posseiros na região. A maior parte deles tem se transformado em rendeiros ou foreiros ou tem ido procurar terras mais distantes para plantar suas roças, caminhando em direção à região do Pindaré. Percebemos, também, várias referências à presença de terras de ex-escravos ou “terras de negro”, e toda uma elaboração de estereótipos em relação aos ex-escravos— ‘preguiçosos’, “afastados da gente”, ‘não gostavam de trabalhar com isso aqui’. (LUNA, 1984, p.23)

¹³³ Regina Luna opta por estudar a região contígua ao Médio Mearim, denominada Pindaré, que passa, no momento da sua pesquisa, pelo processo de transformação do acesso à terra pelos trabalhadores rurais, já em fase de consolidação, no Médio Mearim.

O trabalho de campo e as *entre/vistas* realizados por essa socióloga três décadas antes desta pesquisa, portanto, sinalizam também para o acionamento do ponto de vista e da posição da *branquidade* em municípios do Médio Mearim, no início dos anos 80.

Retomando a interpretação da narrativa de Antônio Calixto, além da posição e discurso da *branquidade*, percebo também o acionamento da noção de pioneirismo, articulada por outros migrantes nordestinos ou maranhenses, autodesignados “brancos” ou “pretos”. Em suas narrativas, o Maranhão é representado como na documentação oficial e da imprensa analisadas no Capítulo 2, como “espaço vazio” a ser desbravado: "Aí eu tive que procurar as mata do Maranhão". As primeiras ações de Antonio Calixto, em Lago dos Rodrigues, são narradas a partir das dificuldades enfrentadas e superadas. Enquanto o Ceará é marcado por *tempos impresados* pela seca, no Maranhão, as cheias passam a ser um obstáculo para o lavrador, que precisa atravessar igarapés a nado para chegar à roça. Antônio Calixto, que vivia de roças de milho, feijão e mandioca no Ceará, passa a investir principalmente no plantio de arroz, produto adaptado às terras do Médio Mearim:

Naquele inverno de [19]50 chueu muito, os baixão ficaram... as palmeira véia era nadando desembestada aí nos baixão.

Aí chegamo, lá em Lago do Rodrigues, aí eu comprei (risos) logo duas linha de, duas linha e meia de roça, que me deu um trabalho danado, porque tinha que travessar cinco igarapé de nado, no inverno, pra ir pra roça.

Eu trabalhava era sozinho mermo. E... essa roça ela não deu quase nada. E, por fim, tava com esperança na mandioca que ia plantar, e, quando foi no mês de julho, chegou um pessoal aí do Pernambuco e muito animal, aí jogaram lá pras capoeira. E lá ficava distante, sabe? [...] Aí quando eu soube, os animais já tinham quebrado as mandioca todinha. [...] Animal era burro, cavalo, que traziam do Pernambuco pra vender aqui no Maranhão. A roça era no aberto, né? Ninguém fazia, cercava roça aqui.

Olha, quando, quem botou roça no baixão, lá tem um baixão que chamavam lagadiço, né? Quem botou roça no baixo, colheu arroz dentro d'água,[em] purrando coco (risos) ,[em]purrando coco e botando arroz dentro com água com tudo molhado. Aí eu me fiz de experiente. Aí quando foi mês de junho, meu pai veio passear ali onde nós tava e trouxe meu irmão mais novo e deixou comigo. E aí nós fomo botar roça numas arroba de serra, porque tinha umas ponta de mata ainda, sabe? Mas era umas arroba de serra assim de barro escaldado.

E lá tivemo em [19]51 que o inverno foi fraco, que só criou bom mesmo nos baixão. Em cima das serra, foi molhar no mês de março. (SALES, 2013, grifos meus)

Esse trecho da narrativa aponta que Calixto, como outros migrantes nordestinos, compra terras com “benfeitorias¹³⁴”, nesse caso, duas linhas e meia de roça. Os primeiros anos

¹³⁴ O pagamento pelo uso de terras com benfeitorias, distintas das terras sem dono, como assinalo no Capítulo 3, não é feito, normalmente, antes da Lei de Terras Sarney, mediante a legalização da posse com escritura. Como só terras sem ‘benfeitoria’ são consideradas devolutas, a compra de ‘linhas de roça’ passa a ser necessária.

no Maranhão são de muito investimento e pouco retorno. Como na Amazônia¹³⁵, o eldorado propagado transforma-se em inferno, ora com chuvas escassas, ora com invernos rigorosos que provocam enchentes. O lavrador, portanto, precisa adaptar-se às novas condições: plantar e colher no alagado; conviver com dificuldades colocadas por roças sem cerca – como a possibilidade de destruição pelo gado que vive solto -; plantar em encostas de serra, buscando maximizar as condições de produção. As terras devolutas de acesso imediato ao migrante recém-chegado, por serem soltas, livres e *sem dono* não oferecem ao lavrador proteção em relação aos homens e animais que transitam sem fronteiras. Apesar de possuir “benfeitorias” e não serem, desse modo, consideradas terras devolutas, Calixto não conta com nenhuma proteção ou assistência do Estado para conter o avanço de outros “pioneiros” e do gado que penetram seu local de fixação desde o início da década de 1950.

A imagem das roças no alagado são pontilhadas pelas palmeiras de babaçu nadando. Como na narrativa de Ocilvo, embora não haja referência ao papel do coco babaçu na economia familiar, a palmeira é referida no ato de rememoração das terras do Médio Mearim. Apesar das dificuldades de acesso à região, pela geografia física e o sistema deficitário de transporte, o intercâmbio de pessoas e mercadorias do Nordeste perpassa a narrativa: é o gado trazido de Pernambuco para ser comercializado na região que destrói as roças de mandioca. Os animais referidos são cavalo e burro, usados como meio de transporte e não como alimentação. Em terras alagadas, onde a produção agrícola não conta com estradas, são peças fundamentais para a circulação de mercadorias. Ao mesmo tempo em que destroem roças, são os veículos disponíveis para o escoamento da produção.

Antônio Calixto chega ao Maranhão em dezembro de 1949 acompanhado somente da esposa Geralda. Como o casal ainda não tem filhos, ele trabalha, inicialmente, sozinho,¹³⁶ colhendo arroz debaixo d'água e empurrando o coco babaçu até a chegada do pai e do irmão mais novo, em 1950. O pai, que teria vindo "a passeio", deixa o filho mais novo como auxiliar no árduo serviço da lavoura. Como em outras narrativas, a migração de um membro da família favorece/atrai a chegada e a fixação de outros.

Com a ajuda do irmão, em 1950 Antônio Calixto intenta plantar nas serras, mas o inverno fraco de 1951 só torna possível boas colheitas nos baixões. O Maranhão chuvoso,

¹³⁵ Sobre a simultaneidade das representações da Amazônia como eldorado e inferno, ver VALCUENDE, José Maria (Coord). *História e memória das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia*. São Paulo: EDUC, 2009, p.55-60.

¹³⁶ Nesta e em outras narrativas migrantes é comum a associação do trabalho na lavoura ao universo masculino. No Capítulo 5, a análise da entrevista da maranhense migrante da região do Itapecuru, Justina Gomes, apresenta-se como elemento dissonante dessa divisão de trabalho por gênero. Ela e a mãe, ambas separadas, trabalham tanto na roça e na caça, atividades normalmente desempenhadas por homens, quanto na coleta e quebra do coco babaçu, normalmente associada ao universo feminino.

idealizado, como sempre, pelo lavrador migrante, apresenta, por vezes, dificuldades para a lavoura nos invernos escassos. O relato de Antônio Calixto (2013) condensa fartura de águas – imagens recorrentes de alagados – e invernos fracos que restringem as possibilidades de produção agrícola às terras baixas: "Nós tinha 22 linha de roça, eu mais meu irmão, o Jorge. E nós só colhendo arroz em duas linha, que era uma arezinha mais baixa, sabe."

Embora as terras de Lago dos Rodrigues não fossem demarcadas no início dos anos 1950, já há, segundo a narrativa de Antônio Calixto, disputas e tensões envolvendo terras e roças:

Aí de lá, o arraial maior que tinha era Igarapé Grande e o Lago do Rodrigues. Era poucas casas, mas, entretanto, lá o povo arengava por terra, num sabe? Lá tava quase tudo de capoeira, só tinha mata daquelas serra mais alta. E daí, quando foi [19]53 meu pai veio do Ceará e ficou aí na Lagoa Grande. Eu dei duas linha de roça pra ele, e ele encheu de arroz, milho, mandioca e trouxe a semente de mamão do Tianguá e ele plantou lá. E quando foi no verão, o mamão já tava grande, mas verde, e os caçador passando por lá, cortaram o mamão pra danar. Aí o velho quemou o rumo (risos), e disse "Eu num vou ficar numa terra dessa que o povo destrói o que a gente faz, eu vou é assituar um centro pra mim". Aí depois nós dois se fomo. Aí, fomo assituar Boa Esperança, Brejo de Areia tava com dois anos de assituado, não três... uns quatro ano. Foi [19]54, nós assituemo lá em Boa Esperança, eu mais o meu pai. E certo que aí eu aforei terreno na prefeitura e... depois foi, medido pelo INCRA (risos), depois eu comprei do ITERMA. (SALES, 2013, grifos meus)

Igarapé Grande e Lago dos Rodrigues são rememorados como arraiais de muitos *arengues por terras*, apesar do pequeno número de casas e, suponho, de moradores. A área já quase completamente tomada por roças ("fora a mata das serras mais altas") favorece conflitos e tensões no cotidiano do trabalho na lavoura.

O retorno ao Maranhão do pai de Antônio Calixto, em 1953, é marcado por novos problemas enfrentados por quem planta sem cerca: o assalto da plantação por caçadores. A solução familiar executada por pai e filho no ano seguinte, é embrenhar-se nas matas como 'pioneiros', assituando um *centro*. Fazem, então, a abertura do Centro Boa Esperança¹³⁷ em 1954, terra depois assegurada por Calixto, junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ao ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão), nas décadas de 1970.

A imagem do pioneirismo salta nesses trechos da narrativa onde se descreve a abertura de caminhos nas serras:

Foi dona menina, olha do Brejo de Areia não tinha caminho pra lá não. Nós que fizemo o caminho: eu mais o meu pai. Assim que passava de coma ao alto das

¹³⁷ O Centro Boa Esperança localiza-se no povoado Brejo de Areia, pertencente ao atual município de Altamira.

primeiras casa lá, não tinha caminho; os caçadores descia uma ladeira terrível e subia logo direto. Aí eu mais o meu pai que tiramo caminho assim cortando a custaneira, não sabe, pra não impinar demais. Porque do jeito que era lá, não subia animal não, era fazendo caminho. Aí nós tiramo caminhozinho assim cortando a serra. Nós trabalhemo foi dias e dias, a gente trabalhou foi semana lá no campo! [...]Era mata fechada do Brejo pra cá. Era longe que ninguém sabia nem por onde a gente ia fazer caminho ainda. (SALES, 2013)

A abertura do Centro Boa Esperança é pensada como estratégia familiar para fugir de conflitos e tensões pelo usufruto das terras e dos produtos das roças. De tal modo, a dificuldade de acesso e a necessidade de abrir caminhos que possibilitassem o trânsito de animais seria a garantia para uma vida campesina sossegada. Um certo isolamento seria o custo necessário para vida e trabalho tranquilos. Como as terras são devolutas, Antônio Calixto Sales (2013) fixa os limites do Centro Boa Esperança por averbação: "Fiz limite pro centro do Cezarino, depois pra Água Preta e Garapa Seco e de lá pra adiante não tinha limite. Era só mato, ninguém sabia onde encontrar gente não. O certo é que depois passou gente pra fora mesmo, aí pra frente a viagem e dei limite pra todo lado."

A criação do Centro Boa Esperança e a averbação de seus limites, contudo, não asseguram a paz desejada. Além de ser uma terra fértil, é dotada de uma nascente de água cristalina e potável, pouco comum na região. Essa terra não tardaria a ser cobiçada por vizinhos e políticos que ameaçariam invasões e dariam cabo a represálias como queimada de roças, invasão proposital das terras por gado etc.

Nós chegemo em [19]54 e aí com pouco tempo nós ficamo em Brejo de Areia. Aí um velho nos chamou, mandou eu sentar e: "seu Antônio, eu te chamei aqui pra te dizer que nós vamo botar essa mata abaixo lá no fundo de sua casa. Nós vamos dextar 25 braças, se o senhor concordar nós bota, se o senhor não concordar nós invade." É capaz da palavra manter, né? (risos) "Tá bom seu M¹³⁸, até logo." Ainda procurei: "vai seu M?" Disse: "Vai". "Então até logo".

Aí isso era dia de domingo. Aí passou segunda feira, terça feira pulei em cima do muro lá, aí ele veio bater aqui em Vitorino Freire, ali na praça Sarney. Do lado de lá morava o Coronel¹³⁹. Aí ele me conhecia já lá do São Bento, que ele já tinha morado lá no São Bento e lá tinha vendido 100 alqueires de arroz a primeira vez que vi ele. E aí ele se dizia muito meu amigo, aí ele mandou o secretário dele escrever uma carta pro delegado de Brejo de Areia. E lá o delegado mandou o M ler a carta e acabou a confusão. Nunca mais falou mais nada.

Mas depois dessa invasão, foi três vezes que botaram pra invadir. Dessa vez o chefe era M, da segunda, já no Centro do Cazuzza, já passando a cidade, o primeiro prefeito de lá chamado X¹⁴⁰, esse foi que defendeu a segunda vez.

E já em 1970, foi 1970, aí botaram pra invadir de novo. Dessa vez quem defendeu foi o Doutor Y¹⁴¹. E nessa época já era o prefeito que tava dando calão nos caba lá invadir. Tinha prometido, que sabia que os caba tinha sede de invadir e, no tempo da

¹³⁸ Optei por omitir o nome.

¹³⁹ Optei por omitir o nome do coronel.

¹⁴⁰ Optei por omitir o nome do prefeito.

¹⁴¹ Idem.

política, ele tinha prometido: se os caba votassem pra ele e ele ganhasse, ele ia dar cobertura pra eles invadirem o terreno de Antônio Calixto. [...] Bom, aí o prefeito tinha prometido que se ganhasse, ele ia dar cobertura. Ele ganhou. Mas certo que ele tava na prefeitura, aí deu cobertura aos caba pra invadir. Aí quando eu soube, já tinham tomado 20 linha lá do meu terreno. Aí corro em Altamira, trazendo carta de foro, registro de imóvel, cadastro do IBRA [sic], aí ele negou tudo, o prefeito. Aí eu fui pra Bacabal, aí era declarado pro IBRA[sic], né, e lá doutor Y que defendeu pela terceira vez, mandando um ofício muito delicado pro prefeito¹⁴². Aí de lá pra cá logo recebi o título definitivo. E aí não teve mais invasão não. (SALES, 2013, grifos meus)

A manutenção da posse da terra inicialmente assituada como Centro Boa Esperança dá-se, portanto, a partir de tensões e conflitos com vizinhos só resolvidos por apadrinhamentos e mediações políticas. Na primeira tentativa de invasão, Calixto garante a continuidade da posse graças às suas relações com um certo coronel, que intervém enviando um ofício ao delegado de Brejo de Areia. As duas tentativas seguintes são apadrinhadas por prefeitos de Altamira. Novamente, as relações de Antônio Calixto, desta vez no fórum de Bacabal, permitem assegurar a posse e, posteriormente, o título definitivo da terra.

Em outras narrativas migrantes ouvidas na cidade de Pedreiras, faz-se menções às posses de Antônio Calixto. Há referências a ele como fazendeiro e a um local conhecido como Chapada do Calixto, possivelmente na área correspondente ao Centro Boa Esperança. No trecho anteriormente citado, Antônio Calixto diz ser muito amigo do coronel W, com quem teria negociado 100 alqueires de arroz, em São Bento, município da Baixada maranhense, indício de que suas relações comerciais extrapolariam a região do Médio Mearim.

Pelas relações nos campos políticos e judiciários, Antônio Calixto, como o ex-vereador de Vitorino Freire, Ocilvo Paiva, logra garantir a propriedade definitiva de grandes extensões de terra, movimento inverso ao de inúmeros trabalhadores rurais do Médio Mearim e de outras regiões do Maranhão, que, a partir da década de 1970, têm terras usurpadas por grileiros, com amplo apoio de chefes políticos.

A narrativa de Antônio Calixto, contudo, sugere que, mesmo entre aqueles que gozam do apoio de autoridades políticas, como os prefeitos de Altamira mencionados, podem ter seus objetivos minados por influências externas. Na luta pela demarcação de terras, a partir da Lei de Terras de 1969, ganha quem nos momentos de disputa escolhe os parceiros políticos certos.

Enquanto Antônio Calixto narra com orgulho sua migração ao Médio Mearim, sua esposa Geralda Sampaio (2013) interpreta-a como loucura e só relembra o sofrimento no

¹⁴² Opto por omitir o nome deste outro prefeito.

Maranhão e a saudade do Ceará: "Tava sofrendo, sofrendo de saudade, sofrendo desgosto, sofrendo de tudo." Como em outras narrativas femininas, as aventuras e dificuldades da migração não seduzem Geralda que, durante muitos anos, deseja retornar ao Ceará.

4.3 Palavras conclusivas e experiências de um poeta lavrador

“Eu imagino que era quem estava no deserto do Saara e chegava num oásis. Chega aqui numa terra verdejante igual Pedreiras e que, era como que podemos dizer, tinha manada, leite e mel, porque tava aí o babaçu. Era só você chegar lá e colher.

E acabaram conquistando o Maranhão, os nordestinos, porque chegaram aqui e encontraram a facilidade de se produzir e colher sem prejuízo a ponto de ficarem ricos. Toda essa riqueza que se vê aí foram os nordestinos.”

(José Bezerra Souza)

Conhecido como Zé Bezerra, este narrador nasce em 1950 em Maçaranduba, município de São Luís Gonzaga. Seu pai tem ascendência negra e indígena. Sua avó materna é "mestiça de índia" e seu bisavô paterno foi escravo. Sua mãe, descendente de cearenses, nasce no Maranhão, em 1928, ano da migração de sua família de Missão Velha, Ceará, para o Médio Mearim.

Os primeiros remanescentes da minha família, eles vieram para o Maranhão na seca de [19]15, na seca realmente que inspirou Raquel de Queiroz que escreveu *O Quinze*. Então, foi a maior migração que houve do Ceará para o Maranhão foi o [19]15. Então, meu avô veio em [19]28, gastou 32 dias de Missão Velha a um lugarzinho que tem aqui no município [de Pedreiras], que tem por nome de Encantado.

Pois é, em 32 dias. A minha mãe ainda veio na barriga de minha avó, depois que eles chegaram aqui, uns meses depois, ela nasceu. Eles andaram em [19]28 e minha mãe nasceu em [19]29. Mas ele trouxe os outro filho, os que não conseguia caminhar a jornada em uma carga de jacá no lombo do jumento, com duas crianças uma dum lado e outra do outro, no jacá. Então, essa militância, essa dificuldade e caminhando aqui por veredas eles chegaram em Pedreiras. Eles vieram pelo sertão, a região é essa aqui, Floriano [município do Piauí]... Não tinha esse acesso que hoje tem. (SOUZA, 2013)

Zé Bezerra é filho de um lavrador cordelista que aprende a ler sozinho e tem uma vasta biblioteca. Como o pai, este narrador cultiva, ao longo da vida, duas artes: a lida com a terra e com as palavras. Ao recordar a migração da família materna, associa sua primeira estadia no Maranhão a uma obra literária. Como no romance *O Quinze* de Raquel de Queiroz, alguns membros da família deixam o Ceará em 1915, fugindo da seca, mas a migração definitiva ocorre posteriormente, em 1928, ano em que não se registram estiagens no sertão

nordestino. Se o primeiro contato com o Maranhão dá-se em ano de seca, o segundo não parece estar relacionado ao fenômeno climático e social.

A sobrevivência da família na zona rural do Maranhão fala mais alto ao longo da vida de Zé Bezerra, que não conclui os estudos na juventude, parando no antigo quinto ano do ginásio, após o casamento, em 1972. Trinta anos depois retorna à escola, à poesia e às cantorias de repente e, entre 2008 e 2012, conclui a graduação em Letras, na Universidade Estadual do Maranhão, em Pedreiras. Seu pai, natural do povoado Marajá, zona rural deste município, é uma de suas grandes inspirações na vida:

Meu pai aprendeu a ler e escrever com cordel sem nunca pisar na escola, hoje, se você conversar com ele, ele tá com 84 ano, você pensa que ele é pós-graduado. Por quê? Porque lia muito, se dedica muito, porque realmente o poeta ele se dedica muito a essa questão da construção do saber. Então, veja bem, ele aprendeu a ler e a escrever através de cordel e se tornou cantador. Conheceu minha mãe... Quando eu nasci eu me inspirei com ele, meu pai. Então, eu queria ser meu pai. Cresci, ainda fui cantador por 2 ano. (SOUZA, 2013)

A narrativa de José Bezerra Souza difere dos demais entrevistados por seu relato não ter o tom espontâneo característico de muitos depoimentos orais. Sua narrativa é um discurso articulado por um sujeito que domina as palavras e tem uma vivência de militância política construída nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em raros momentos emprega a primeira pessoa. Sua fala se constrói na terceira pessoa do plural e, normalmente, emite explicitamente generalizações e argumentos que não guardam o quê da espontaneidade. Seu discurso parece sempre formulado antes do ato de narração propriamente dito e perguntas feitas a ele não constituem embaraços nem interrompem o fluxo narrativo. Quando pergunto se junto com a família de sua mãe vieram parentes, agregados ou vizinhos, responde, com desenvoltura, na terceira pessoa do plural, não se referindo exclusivamente à sua família materna, mas à experiência de migrantes nordestinos rumo ao Maranhão:

Geralmente eles costumavam vim uma, duas, três família. Assim, por exemplo, o povoado aqui depois que eles deliberavam que iam se retirarem, aí eles juntavam os que estavam de acordo e também seguia viagem, porque a viagem era difícil, porque era feita por dentro de mato, por trilha. Não é igual hoje que você vai lá e compra a passagem no ônibus e marca o dia e pra lá não era assim. Aí eles iam ter que fazer o frito, adquirir farinha, muita rapadura, carne seca e se preparar pra levar o alimento, mantimento da viagem. Os animais que iam fazer todo esse percurso, iam tratar dos animais, aí eles geralmente costumavam juntar o maior número possível de pessoas, de família. Então, eram verdadeiros comboios que confundiam com ciganos. Era muita gente. Porque também era difícil que eles falam que haviam trecho longos de travessias que não tinham casas aqui no interior do Piauí, no sul do Maranhão eles viajaram. Às vezes, eles se perdiam, ficavam um dia perdido nessa região mais agreste, sem encontrar o rumo. Então, era muito difícil. (SOUZA, 2013, grifos meus)

A migração em grupos de parentes e vizinhos é narrada como estratégia necessária para a execução de uma viagem longa, marcada por dificuldades de deslocamento e de alimentação em um percurso desconhecido e, em muitos trechos, desabitado. Os comboios dariam maior segurança aos migrantes e a grande quantidade de pessoas facilitaria a divisão de tarefas imprescindíveis ao êxito da viagem, como o preparo de mantimentos e o tratamento de animais, elementos essenciais para famílias que decidem migrar com homens, mulheres e crianças.

A comparação do migrante nordestino aos ciganos, acionada na narrativa de Zé Bezerra, figura em outras narrativas migrantes, como as de Ceci Ana Barreto (2013), ao referir-se aos atos de *ir e vir* entre o Maranhão e o Ceará, corriqueiros na família dos seus sogros e tios¹⁴³, e de Antonio Pereira Lima (2013), quando descreve a uma cena do grupo de retirantes do qual faz parte, ao migrar para o Médio Mearim, acampado numa praça de Coroatá, após o percurso em trem. Penso que a ideia-imagem de ciganos é acionada em tais narrativas tanto por captar a mobilidade dos grupos, quanto para adjetivar elementos ligados à aparência dos retirantes: o cansaço, o improvisado e a simplicidade das vestimentas e hábitos.

Provocado a respeito de como os migrantes nordestinos viam o Maranhão, Zé Bezerra elabora uma imagem que funde oásis e *Canaã*, terra onde corre leite e mel:

Eu imagino que era quem estava no deserto do Saara e chegava num oásis. Chega aqui numa terra verdejante igual Pedreiras e que, era como que podemos dizer, tinha manada, leite e mel, porque tava aí o babaçu. Era só você chegar lá e colher. E aqui o período de seca não existia seca igual à hoje, então, aqui geralmente no máximo ficava dois, menos de três meses sem chover, um período da seca. Então, chovia muito, porque havia muita floresta e a umidade amazônica estava muito próxima. Então, como aqui é uma faixa que tá à borda da Amazônia, então, a umidade era muito grande. Então a pessoa que chegava aqui, ele tinha uma facilidade de produzir feijão, farinha, arroz. Porque que eles ficavam rico rápido. E acabaram conquistando o Maranhão, os nordestinos, porque chegaram aqui e encontraram a facilidade de se produzir e colher sem prejuízo a ponto de ficarem ricos. Toda essa riqueza que se vê aí foram os nordestinos. (SOUZA, 2013, grifos meus)

Terras verdejantes, úmidas e propícias à lavoura, dotadas de riquezas naturais como o babaçu: essa representação do descendente de migrantes parece ter sido transmitida como sabedoria pelas gerações mais velhas. O Médio Mearim figura como eldorado nessa narrativa: tem manada, leite e mel, como a mítica *Canaã*, e propicia ao migrante nordestino a possibilidade de enriquecimento fácil. Reproduzindo a ideia-imagem das benesses das terras

¹⁴³ Ceci Ana Barreto, descendente de cearenses, casa-se com o primo João Barreto. No Capítulo 5, detenho-me com certo vagar na discussão desse elemento comum na *história de vida* de muitos cearenses e seus descendentes fixados na região de estudo.

do Mearim, Zé Bezerra exalta as ações dos migrantes: "toda essa riqueza que se vê aqui foram os nordestinos", ao mesmo tempo em que a justifica pela fertilidade da região. No seu discurso, a força da tradição, que o leva a reproduzir a exaltação das qualidades do Médio Mearim, associa-se à racionalidade, presente na interpretação da possibilidade de se fazer fortuna em pouco tempo.

Nesse trecho, sua narrativa aproxima-se do relato do também poeta João Barreto (2011), que, como ele, exalta as ações dos nordestinos no Médio Mearim e associa literalmente esse espaço à mitologia do eldorado: “A seca escanchava e nego ficava lá na bacabeira, na rapa de mucumbira, comendo rapa de pau, como se diz, pra viver. Mas quando acochava, se a gente tinha que vir prum lugar, era o Maranhão. Era o Maranhão, era o eldorado”.

A entrevista com Zé Bezerra é realizada em dezembro de 2013, quando a pesquisa já contava com cerca de trinta entrevistas. Em muitos momentos, sua narrativa confunde-se com minhas conclusões após o estudo atento de falas e entrelinhas dos discursos de migrantes e descendentes, como em relação ao papel do babaçu na subsistência de famílias recém-chegadas, nem sempre verbalizado espontaneamente pelos narradores, mas apontado, com segurança, pelo poeta lavrador. Mas uma vez, faz uso da terceira pessoa do plural e inicia o trecho com um advérbio conclusivo:

Essa atividade [quebra do coco babaçu], geralmente chegava a ser a primeira atividade que os nordestinos exploravam ao chegar aqui. Eles chegavam sem dinheiro e o babaçu livre, a mãe natureza já oferecia. Então, essa era a primeira atividade das famílias cearenses, as que vinham diretamente para o Mearim: era a atividade da quebra do babaçu, do coco babaçu. E, posteriormente, a atividade da roça, da lavoura. Geralmente as famílias que chegavam aqui, eles assim chegavam e encontravam apoio, os maranhense eram muito solidário. Quer dizer, as pessoas que já estavam aqui eram solidárias aos recém-chegados, a facilitar a questão da construção de casas, se tinha uma casa desocupada, terrenos e tudo. Tinha lugar pra fazer lavoura, até mesmo doação de alimento, as pessoas faziam. Então, a dificuldade era a viagem, depois que eles chegavam, era como se eles chegavam num oásis tinha água, tinha tudo, tinha comida e iam iniciar a atividade de trabalho. (SOUZA, 2013, grifos meus)

O advérbio *geralmente*, recorrente em seu relato de memória, aparece duas vezes nesses trechos. Mais uma vez, o poeta lavrador não restringe as afirmações à experiência familiar, mas as extrapola para o conjunto dos recém-chegados. A facilidade de instalação do migrante recém-chegado é atribuída a dois fatores: à existência do babaçu e de sua exploração nas terras do Mearim e à solidariedade dos maranhenses, e dos demais residentes no local, que viabilizam os elementos essenciais para a fixação - moradia, alimentação e trabalho. Outras

narrativas reiteram a interpretação das relações de solidariedade entre maranhenses e migrantes nordestinos.

A figuração *estabelecidos X outsiders* construída como ferramenta metodológica por Norbert Elias (2000) não contribui para o entendimento das relações de vizinhança estabelecidas na zona rural do Médio Mearim, durante o recorte temporal adotado nesta pesquisa. Ao estudar o micro universo social formado por grupos vizinhos em uma pequena comunidade da periferia de uma próspera cidade da Inglaterra, codinominada Winston Parva, este autor elabora um modelo explicativo que “pode funcionar como uma espécie de ‘paradigma empírico’” (ELIAS, 2000, p.21). Dentro desse modelo atuam dois grupos: os *estabelecidos*, que se auto representam como superiores, como dotados de um carisma grupal, e os *outsiders* (os de fora), estigmatizados pelos primeiros como pertencentes a um grupo marcado pela desonra. Tais grupos, conforme Elias, não são apenas representativos da realidade empírica estudada, mas, pelo contrário, referem-se a um tipo de figuração comum e constante nos grupos humanos.

Na comunidade analisada por esse autor, os diferenciais entre os grupos de *estabelecidos* e *outsiders* não se devem a critérios econômicos, às distinções em relação à nacionalidade, à ascendência étnica, à cor da pele, ao nível de instrução ou ao padrão habitacional dos moradores. De acordo com suas observações de campo, é o tempo de moradia no local e o conseqüente diferencial de coesão interna e de controle comunitário que estabelecem as fronteiras entre os grupos: os *estabelecidos* descendem de famílias antigas que vivem nessa área há cerca de duas ou três gerações, e os *outsiders* são moradores mais recentes, que não se conhecem entre si e que, portanto, não tem um passado compartilhado antes de ali chegarem.

Alguns elementos inviabilizam o uso do conceito de Elias para a compreensão das relações de convivência entre maranhenses e migrantes nordestinos recém chegados ao Médio Mearim: suas relações são instituídas a partir de laços de solidariedade e não de exclusão, como em Winston Parva; em muitas cidades, povoados e *centros* dessa região de estudo, tanto maranhenses quanto nordestinos figuram como moradores recentes; e, conforme a interpretação das amostragens de dados dos Livros de Casamento e das narrativas migrantes apresentadas nos Capítulos 2 e 3, formam-se *teias migratórias* entre parentes, compadres, amigos e conterrâneos, e instituem-se comunidades, muitas vezes compostas por indivíduos e grupos familiares com relações anteriores à sua fixação no Maranhão.

As relações de solidariedade que aproximam maranhenses e nordestinos em comunidades rurais do Médio Mearim são retomadas e aprofundadas no Capítulo 5, já as

tensões que os afastam e os dividem, ganham maior legibilidade a partir do uso da noção de *branquidade*, elaborada por Ruth Frankenberg (2004), do que pela figuração *estabelecidos X outsiders*, proposta por Norbert Elias (2000).

Voltemos à narrativa do poeta lavrador. No trecho a seguir, Zé Bezerra refere-se a *teias migratórias* que juntam parentes, amigos e conterrâneos no Médio Mearim e menciona uma prática cultural sertaneja, instituída a partir do receio de invernos escassos ou secas, que se torna outro modo de exercício de solidariedade aos migrantes recém-chegados:

Porque realmente lá já tínhamos parentes, os parentes eram o suporte. Quando chegava um parente, aí eles liberavam o paiol de arroz, né? Soltava o paiol de arroz, porque antigamente os nordestinos, eles tinham aquela mania de guardar em depósito até a mucunã. Então, eles guardavam farinha de 3 anos, rapadura... Então quando eles chegaram aqui no Maranhão que eles faziam a primeira lavoura, geralmente eles não costumavam vender não, eles estocavam. Eles ficavam sempre com o pé atrás, com medo de que houvesse uma estiagem, uma dificuldade e que faltasse alimento. Então, como aqui isso não ocorria, mas eles tinham muita fartura. Geralmente uma família chegava, a outra lhe oferecia um paiol de arroz, feijão, então, geralmente eles ficavam próximo aos parentes. (SOUZA, 2013)

Novamente o relato inicia pela rememoração da história familiar e ruma para a referência a uma prática cultural de nordestinos. O advérbio *geralmente* é acionado mais uma vez para ampliar o escopo da argumentação do núcleo familiar para o conjunto de migrantes nordestinos. Sua narrativa sempre pluraliza; passando da memória familiar à formulações referentes a memórias e experiências coletivas. A assimilação da fartura das terras do Médio Mearim e dos bons invernos maranhenses, reiterados em muitas narrativas migrantes, é historicizada na *entre/vista* de Zé Bezerra. A fertilidade da terra e a infalibilidade das chuvas propalados nas *teias migratórias* são vistas com prudência pelo migrante nordestino, que continua reproduzindo a prática do estoque de alimentos. A experiência sertaneja, portanto, sobrepõe-se à crença irrestrita na prodigalidade do dito eldorado.

Mesmo com a provocação da memória individual do poeta lavrador, não logro encontrar um discurso menos estruturado acerca da experiência migratória de nordestinos. Ainda quando narra elementos pessoais, Zé Bezerra coloca-se como observador do narrado, atuando simultaneamente como analista e personagem:

- Meus pais eram lavradores
 - E o que eles plantavam?
 - Justamente isso, algodão. Por sinal, a minha primeira atividade agrícola, aos 7, 8 anos, eu digo aqui para meus netos... Antigamente a gente, nós ainda temos que lembrarmos dessa vergonha, que as crianças não iam para escola iam era pra roça. Aos sete, oito ano minha primeira atividade era colher algodão. Eu passava o dia inteiro e não conseguia produzir uma arroba. Uma arroba era 15 kg de algodão,

então eu não conseguia. Meu tio brigava, porque eu quebrava os pés de algodão. De tão pequeno, eu não conseguia, aquelas últimas cachopas do algodão. Então, eu subia nos pés de algodão e o algodoeiro quebrava e ele brigava muito, porque ele precisava que o algodoeiro ficasse lá pra produzir uma safrinha intermediária, entre a outra safra que eles chamavam de capoeira. Então, essa era atividade, atividade de algodão. E foi dos anos 60 pra cá, que aí sim, a produção, a atividade de produção de arroz se intensificou.[...] Nos anos 60 e 70 foram cerca de 20, 25 anos de produção intensa de arroz. É que quando veio o declínio da produção do arroz, a pecuária já tinha se alastrado. Aí desapareceu a produção de algodão e depois veio desaparecer, veio o desaparecimento da produção de arroz. E hoje o Maranhão deixou de ser um estado produtivo. É o estado pecuarista, quer dizer de produção agrícola pra lá de agropecuária. Parece que o Maranhão hoje é o segundo maior rebanho do Nordeste. (SOUZA, 2013, grifos meus)

Nesse trecho ocorre o uso da primeira pessoa do singular, mas o narrador passa imediatamente da rememoração da lida com as roças de algodão na infância, para a interpretação do trabalho infantil e da ausência da escola na vida de crianças de famílias camponesas. No momento seguinte ao da narração das memórias da produção de algodão, nos anos 1950, no município de São Luiz Gonzaga, emite informações sobre as décadas de *boom* da produção do arroz (1960- 1970) e o posterior advento da pecuária como principal atividade econômica da região.

O *analista personagem*¹⁴⁴ condensa de modo sistemático outro conjunto de conclusões que eu vinha esboçando com vagar: a passagem das *terras sem dono* para a propriedade privada acontece em momentos diferentes na região do Médio Mearim. Enquanto nos municípios de Pedreiras e Bacabal a venda e a grilagem de terras devolutas inicia-se entre o final da década de 60 e o início da década de 70, em São Luiz Gonzaga, no final dos anos 50, os lavradores já são pressionados a comprar ou desocupar terras anteriormente tidas como devolutas.

Na verdade, no início do século XX, boa parte das terra daqui do Maranhão eram do Estado, eram considerado terra devoluta. E haviam algumas pessoas que faziam requerimento e ficavam dono. Mas eles tinham mania de querer umas áreas tão enormes que eles, às vezes, as pessoas não sabiam nem quem eram os donos. Então, esse povoado que mora ainda hoje lá esses meus parentes [Maçaranduba, município de São Luiz Gonzaga], eles perderam tudo. De [19]15 quando veio os primeiros parentes, meus bisavós- meus bisavós, ainda hoje eles estão lá. Só que as terras eram do Estado, eram terra devolutas. Depois foi que com o tempo apareceu lá um senhor, lá de Bacabal, dizendo que ele era o dono, o senhor G¹⁴⁵. Ele apareceu antes de eu nascer dizendo que ele era o dono, mas também continuou. Ele dizia que era o dono, mas as pessoas não pagavam a renda, até que depois ele apareceu lá com o agrimensor, já pra vender pra quem quisesse. Aí as pessoas foram comprando. Eu me lembro...

¹⁴⁴ Reconheço que todos os narradores e narradoras ouvidos em *entre/vistas* nesta pesquisa, ao narrar suas *histórias de vida* e migração, interpretam fatos e constroem análises, mas normalmente fazem-no partindo da experiência individual, sem emitir tantas generalizações quanto Zé Bezerra.

¹⁴⁵ Opto novamente pela omissão do nome.

Isso foi final dos anos [19]40 pro início do [19]50. Então, quando eu comecei a entender o mundo lá, aí eles já falavam “Ah essas terras aqui quando nós chegamos, não era de ninguém.” Quer dizer, uma pessoa fazia uma casa num local, aí você media daqui para o vizinho mais próximo, vocês colocavam uma divisória, aí você passava a ser dono daquele pedaço até o vizinho mais próximo, aí lá era do outro vizinho. Aí esse senhor [G], no final dos anos [19]50, foi que conseguiu pôr a disposição, à venda. Aí o meu avô comprou um pedaço, o meu tio comprou outro. Meu pai não comprou, nós viemos comprar um pedaço já no ano de [19]69.

No início da década de 50, ainda menino, "quando começou a entender o mundo", Zé Bezerra ouviu narrativas de um tempo em que as terras não tinham dono. Em São Luiz Gonzaga esse tempo finda com a requisição de muitos hectares de terra por um do município de Bacabal. Ao longo de anos, o agora dono de uma terra outrora sem dono pressiona os lavradores para adquirirem pedaços da propriedade. A demora na compra das terras sugere resistência do trabalhador rural em pagar pelo que, até então, é usufruído gratuitamente. A narrativa de Zé Bezerra sugere, portanto, que o processo de expulsão do trabalhador rural da terra, inicia-se antes da vigência da Lei de Terras do governo José Sarney, na região abrangida pelo município de São Luiz Gonzaga.

Quando o jovem Zé Bezerra chega ao município de Pedreiras, no início da década de 1970, traz consigo a experiência dos lavradores de São Luiz Gonzaga, que não logram fazer frente ao avanço do latifúndio. Por isso, ainda que em Pedreiras muitos ainda acreditassem na perenidade das terras devolutas, adquire um pedaço de terras em Marianópolis, mediante compra. Nas palavras do poeta lavrador:

Eu era garoto, era garoto e eu me lembro que, inicialmente, muitos resistiam, porque diziam: “Não, não vamos comprar não, porque terra no Maranhão é liberta; se comprar, reforma agrária toma depois”. Eles diziam que no Maranhão, porque realmente quando eles chegaram eram libertas, o pessoal achava que não precisava comprar de ninguém não, já era deles. Só que não tinha legalização. Tanto que você vê, até hoje, ainda existe luta nos quilombo ali onde tem a região quilombola. Hoje, o Estado tem que reconhecer os direitos de povos que viviam ali há mais de 100 anos. Então, o Maranhão passou por essas dificuldade, dificuldade na questão das terras. E o que que ocorreu é que a partir dos anos [19]50, com as vendas das terras, foi que se inicia também essa proliferação da atividade pastoril. Até antes o Maranhão era o estado da natureza. Era o que as pessoas diziam, que as terras do Maranhão era da natureza. As pessoas que vinham é que faziam a lavoura de algodão, de arroz, tinha de babaçu e criação pequena de animais. Não, essa região só se produzia mais arroz, se produzia mais arroz. Eu vim pra cá[município de Pedreiras] em função disso, da produção de arroz. Eu vim morar aqui hoje, porque eu comprei esse pedaço de terra aqui, me foi vendido, e o povo que não comprou, muita gente foi desalojado. Quando eu cheguei aqui, que eu vi as pessoas que resistiram a comprar a terra, mas eu já conhecia o que eu tinha vivido lá em São Luiz Gonzaga, quando eu era criança, os que não compraram tiveram que migrar pra cidade. Aí, eu comprei um pedaço de terra aqui, consciente do que estava fazendo lá. Não, eu to garantindo a minha permanência com minha família. Quem não comprar, vai ter que se mandar. (SOUZA, 2013, grifos meus)

A descrença na possibilidade de permanência do estado de natureza no Maranhão, quando muitos ainda acreditam na longevidade da *terra liberta*, leva o poeta lavrador a ter uma atitude prática: a compra de terras. Pela experiência apreendida em São Luiz Gonzaga, onde quem resistiu foi obrigado a migrar da zona rural para a parte urbana do município, compra um pedaço de terra, "consciente" de que essa seria a maneira de garantir a permanência da família e seu sustento com a lavoura.

Zé Bezerra é um exemplo de maranhense descendente de migrantes nordestinos, que se desloca dentro da própria região do Médio Mearim em busca da mais nova promessa de prosperidade: o arroz produzido em Pedreiras. A comparação entre local de nascimento e de residência de muitos noivos do Médio Mearim, a partir dos Livros de Casamento trabalhados no Capítulo 2, permite também observar essa movimentação intrarregional.

Ao longo do período estudado, a promessa de fartura e de melhoria desloca-se. Se São Luiz Gonzaga possibilita, nos anos 50 e 60, boas safras de algodão e arroz, no curso do tempo, outras migrações podem ser necessárias. Portanto, novamente, nem seca nem fome, mas os louros da rizicultura funcionam como elemento de atração para municípios contíguos - antes do gado e da grilagem substituírem arrozais e algodoais.

A narrativa de Zé Bezerra apreende práticas sociais e culturas diversas. A tradição do cordel, transmitida pelo pai e aprimorada através da leitura e do exercício de escrita, provavelmente facilita sua interpretação do mundo. Sua formação política nas CEBs, entretanto, não lhe coloca na posição de militante pela terra no município de Pedreiras. A experiência vivida em São Luiz Gonzaga sobrepõe-se e, num ato de acomodação e prudência, compra terras em Marianópolis, no início dos anos 70.

4.4 Histórias de um *cassaco*

"Ah! em 58 a seca foi boa. Tinha tudo, tinha gente que plantou bem, tinha o serviço de emergência. A gente naquele tempo o governo... botou o serviço de emergência. A gente foi trabalhar, fazer estrada manual".

(Artur Linhares)

Artur Matias Linhares (2013) nasce em 1936, em Itapipoca, Ceará. Vem de uma família de quinze irmãos que vive da roça de feijão, milho e mandioca, "trabalhando de agregado em terra alheia", pagando renda pelo seu uso: "a gente pagava com serviço, dava dois dia de serviço por semana pra aquela pessoa que tinha terra."

Antes de migrar para o Maranhão, Artur Linhares vivencia agruras dos tempos de seca, comum às experiências de membros de famílias numerosas de agregados no sertão do Nordeste. Sua experiência como parte das multidões que, entre outras ações, praticam “saques” como forma de resistência, e não de mera sobrevivência, permite vislumbrar outras nuances das histórias de vida e ações políticas de sertanejos que, posteriormente, rumam ao Maranhão. Assim, narra sua participação em “saques” realizados por multidões de flagelados pela seca, em Itapipoca e em cidades vizinhas no Ceará:

Fiz muito isso. Encontrava nós no sertão, nós saía, apenas com um saco na costa, uma faca na cintura. Amanhecia o dia, você olhava pra todo lado, não via chuva, num tinha nada em casa, a gente ia... sacava pra cidade, tirava pra cidade. Chegava lá, a gente saqueava a cidade, cidade tamanho dessa aqui [Lago Verde] mais pequena, maior. A gente saqueava, com tudo que tinha dentro, a gente saqueava. Tomava tudo que tinha dentro e saía botando dentro do saco e levando de três, quatro léguas, seis léguas pra casa pra comer. Se encontrava um cabrito, um carneiro, no caminho ou uma vaca ou um boi, a gente partia em cima. E não dava tempo de tirar o couro não, a gente levava o pedaço com couro e tudo. Eu fiz muito isso...

Era ó, o pessoal dizia a gente chagava na cidade e *anunciavo...* Rapaz, tem uma comparação, porque naquele tempo oitocentas pessoas, oitocentas pessoas pra entrar numa cidade era muita gente. Hoje não, oitocentas pessoas, ajunta qualquer forró... , mas naquele tempo oitocentas pessoas é muita gente: "Rapaz, lá em Itapipoca, lá em Itapipoca tem 800 homens lá, vão invadir". Aí pronto, ah o quê que o prefeito fazia? O prefeito da cidade fazia, muitas vezes, umas três, ou quatro vezes... aí botava a gente num muro assim, do tamanho desse quadro aqui, e botava a gente dentro e ia arrecadar do comércio um pouco de mercadoria pra dar pro povo, sabe? antes da invasão, antes da gente invadir. Aí a gente ficava lá. Quando era meio dia em ponto, a gente ficava com uma fome[...] e todo mundo com sede. E aí, quando eles resolviam, eles diziam: "Agora *vamo* entregar, aí dava uma rapadura de 250 grama, um litro de milho, um litro de feijão, um litro, dois litros de farinha e mais alguma coisinha". Aí dava pra gente, a gente... e todo mundo ficava animado e voltava pra casa, aquele feijão, não era um feijão comum desse nosso.

[...]Não eles doavam, o comércio doava e dava pra nós, e com medo que nós... Que a gente invadia mesmo. Aí a gente vinha pra casa longe, distância de quatro léguas, pelo menos lá pra casa era distância de quatro léguas e repartia com os outros, mandava cozinhar, mandava torrar com aquele pessoal que tava em casa, também morrendo de fome e a gente comia. Assim comia de dois em dois dias, de três em três... A gente vivia assim.

Lá em Itapipoca e a gente invadiu lá tudo, não escapava nada. Entrava num armazém daqueles, ah armazém do governo, armazém num sei de quê, armazém do São Vicente de Paula, armazém num sei de quê, e entrava e invadia e tirava tudo que tinha dentro: farinha, feijão, rapadura, milho e invadia... (LINHARES, 2013, grifos meus)

Como nos motins da Inglaterra do século XVIII, analisados por Thompson (1988), e as ações de multidões de retirantes no sertão cearense, estudados por Neves (2012), os “saques” não figuram na narrativa de Artur Linhares como meros atos ‘espasmódicos’, mas como ações dotadas de planejamento, ordem e sentido de persuasão, com um significado político adquirido através da experiência acumulada. A narrativa do “saque” e da ameaça do

“saque” é feita referindo-se sempre a um coletivo: *nós* ou *a gente*. O que amedronta ou permite a ação é a formação de uma multidão (800 pessoas) com uma organização prévia: os homens encontram-se no sertão e preparam-se com armas (faca na cintura) e ferramentas (saco nas costas). O “saque” pode ocorrer ou não, mas a multidão, nesse relato, tem consciência do seu poder de coerção. Algumas vezes, a ação é interrompida pela negociação com uma autoridade (prefeito da cidade), que recolhe alimentos junto a comerciantes locais, visando evitá-la. Ou seja, a ameaça de “saque” também é interpretada pelo narrador como ato de poder e estratégia consciente.

Em outras ocasiões, é preciso efetuar o “saque” propriamente dito e percorrer várias léguas para saciar a fome e a necessidade dos praticantes ou dos que aguardam seu resultado. Na narrativa de Artur, os “saques” não são representados como crime por quem pratica ou assiste à ação, mas vistos como estratégia legítima de sobrevivência em tempos de seca. A ação é interpretada como coletiva também na distribuição dos alimentos arrecadados. Os que saqueiam andam léguas para repartir o espólio com os que, igualmente famintos, aguardam-nos em casa. A referência ao “saque” de armazéns do governo, ou particulares, na sua própria cidade de residência, sugere ainda que os “saqueadores” não são punidos pela polícia ou pela justiça. Segundo Artur Linhares (2013), os moradores das cidades invadidas não os veem como criminosos, mas como *flagelados*. "Chamavam: Eita, os *aflagelados* tão invadindo hoje." Nesse sentido, a condição de *flagelados* justificaria sua ação para a população.

Em vários trechos da narrativa, Artur descreve cenas de sofrimentos e atitudes extremas ocorridas durante as secas sem tecer julgamentos morais sobre os sujeitos que os vivenciam. A fome, a sede e o espectro da morte justificam ações que têm como finalidade garantir a sobrevivência. É desse modo que narra a doação de filhos por retirantes. A seca é interpretada como momento de exceção, onde reprovações morais a atos como “saques” e separação dos filhos não têm coerência e validade.

O cearense é o seguinte: nesse tempo não podia não, não podia vim se embora não, era difícil. Era difícil uma pessoa vir de acolá pra cá, era difícil demais, era coisa difícil. A gente vinha, tinha deles que passava noventa dias de pé, vindo pra cá, morrendo, vivendo. Morria gente de fome no caminho... Muitas vezes doavam o filho por uma caneca de farinha...

Às vezes nunca mais voltava pra lá, ninguém não sentia falta de ninguém. Hoje a gente sente falta uns dos outros, mas na época, naquela época, deu menino, ninguém sentia falta de ninguém. Nascia um menino seu, um menino meu, dava aquele menino pra você nunca mais, não fazia nem empenho de olhar ele. Hoje não, nós todos somos mais perto uns dos outros. [...] Mas naquela época, uma casa aqui e outra uns dez quilômetros, uns vinte quilômetros distante, ninguém tinha comunicação de ninguém. (LINHARES, 2013, grifos meus)

Mesmo referindo-se à troca ou ao abandono de crianças por migrantes, Artur utiliza o verbo doar, e não o verbo vender ou abandonar: "Muitas vezes doavam os filhos por uma caneca de farinha". Como nos "saques", a "doação" é uma contingência: os comerciantes e prefeitos, pelo medo da multidão; os retirantes, pela sobrevivência imediata de si e de outros membros da família, que enfrentam inúmeras dificuldades nas longas viagens da terra natal aos lócus de fixação. A quebra dos laços entre filhos doados e pais retirantes é justificada pela dificuldade de vias e meios de comunicação, que isolam espaços relativamente próximos.

A decisão de migrar é vista como última alternativa para sobreviver. As dificuldades da viagem relatadas no trecho acima são sugestivas dessa interpretação. Artur chega a Lago Verde, então parte do município de Bacabal, em 16 de novembro de 1959. Apesar da seca de 1958, só migra no ano seguinte, pois se integra como *cassaco* nas frentes de serviços do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). *Cassaco*¹⁴⁶ é um pássaro feio e fedorento, comum no Ceará. O apelido atribuído aos trabalhadores é uma referência ao estado maltrapilho com que muitos se apresentam nos canteiros de obra do DNOCS.

Assim, Lara Castro refere-se às ações empreendidas pelo DNOCS no Nordeste:

Na primeira metade do século XX muitas obras foram realizadas pelo DNOCS. Nessa ocasião, muitos retirantes foram empregados e novos costumes iam se estabelecendo no contato dos retirantes com autoridades diversas. Os trabalhadores do campo, a cada seca, acumulavam experiências, juntando à memória de outras estiagens.

De 1945 a 1962 muitas obras foram iniciadas, existindo um crescimento no número de operários nas frentes de serviço das secas. É importante dizer que esse ritmo acelerado que tomavam as obras do Departamento das Secas nesse período está dentro do contexto que diz respeito aos avanços científicos e tecnológicos: ao refino de petróleo, ao crescimento da industrialização, à construção de Brasília e à influência do capital estrangeiro.

No segundo governo de Getúlio Vargas o órgão das secas recebeu altos níveis orçamentários para realização de obras e socorros públicos. O orçamento foi duplicado se comparado ao governo Dutra. E com Juscelino Kubitschek a concepção dos 50 anos em 5 também parecia acelerar as incursões com obras no semiárido. Outro acontecimento que influencia o DNOCS nesse período é a criação do Banco do Nordeste em 1952 e do grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste que dará origem à SUDENE em 1956. A ideia era não somente as obras hidráulicas, mas os incrementos que elas traziam à região, como as outras construções- rodovias, ferrovias, pontes, escolas, igrejas, redes de energia elétrica- que os acompanhavam trariam o desenvolvimento almejado.

Enquanto isso, tensões políticas e sociais causavam medo às autoridades públicas. As ligas camponesas alertavam para a possibilidade de uma massa de sertanejos que podia se rebelar caso seus desejos não fossem assistidos. Somada a isso existia a falta de assistência aos trabalhadores do campo que aumentava nos tempos de crise. Tudo isso gerava o medo de revoltas, das avalanches de sujeitos que cobravam

¹⁴⁶ Alguns dicionários definem *cassaco* como gambá ou rato. Como pássaro, gambá ou rato persiste a conotação abjeta do animal. Optei por incorporar o significado usualmente utilizado por pesquisadores do sertão nordestino, como CASTRO, Lara. *Cassacos: trabalho, cotidiano e conflito nas frentes de serviço na Bahia e Ceará (1945-1962)*. In Anais do XVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: USP, jul 2011.

assistência ao Estado. Era necessário esvaziar as pressões no campo e conter as lutas que podiam acontecer. (CASTRO, 2011, p. 2-3)

Ir em busca de obras públicas durante a seca, visando ao sustento, é uma das primeiras alternativas dos sertanejos, fato que muitas vezes leva a aglomerações em canteiros de obras e ao temor de que a multidão de flagelados possa dar vazão à “saques”, invasões das obras e outras desordens.

Os canteiros de obra, para além de sua conotação assistencialista, são uma forma de controle da multidão de flagelados. Engajá-los no trabalho e fornecer-lhes alimentos é uma estratégia de esvaziamento do potencial revolucionário que adquirem ao longo da experiência de sucessivas secas e da busca pela sobrevivência, que, em muitos momentos, assume a forma de “saques” a armazéns do Estado ou a comércios e residências de particulares. A fome do retirante passa a ser temida pelo Estado, que tenta amenizá-la e controlá-la com paliativos acionados exclusivamente durante as secas. No entanto, não se processam tentativas de resolução dos problemas sociais que se agudizam a cada estiagem. O objetivo se restringe a diminuir as tensões diante de sujeitos dos mundos do trabalho rural, que aprendem, cada vez mais, com as sucessivas experiências das secas e com as lutas e formas de mobilização política em curso.

Lara Castro cita documentos oficiais e da imprensa onde se vislumbram péssimas condições de sobrevivência nos canteiros de obra do DNOCS: habitações precárias, ambiente insalubre e propício à proliferação de doenças e exploração no trabalho.

Os retirantes migravam em direção às construções das secas acreditando que seus problemas findariam, mas seus sofrimentos só foram modificados. O Jornal O Povo do mês de abril de 1953 fala de 'três mil operários em volta a exploração, fome e doença' no início das obras do açude Pentecoste no Ceará. Era dito que os sujeitos que chegavam às obras dos açudes e estradas do Ceará 'eram homens esfarrapados, mulheres maltrapilhas e crianças mirradas'. Em abril de 1951, o mesmo jornal discorre que nas obras de Pentecoste vivia-se sob o 'regime de senzalas', tendo ocorrido inúmeros casos de inanição - 'regressei dali pra não morrer de fome, com minha família e filhos', declarou à reportagem um dos egressos daquele 'campo de concentração'. (CASTRO, 2011, p. 7-8)

Os canteiros de obras do DNOCS são interpretados por Lara Castro como lugar de outros sofrimentos e explorações vivenciadas pelo sertanejo. Indícios de revoltas dos *cassacos*, denúncias de utilização de mantimentos podres no preparo de sua alimentação, são argumentos somados à mudança de rotina, marcada por horários fixos e forte disciplina - tão diversa da temporalidade do plantio e colheita a qual o trabalhador rural nordestino é

habituação - e ao estado de saúde, normalmente muito debilitado pelas agruras do tempo de seca, no momento de ingresso nos canteiros de obras.

A expressão "regime de senzala", presente nos noticiários da imprensa cearense, sugere uma avaliação negativa das obras do DNOCS por seus contemporâneos. Os *cassacos* são vistos como explorados, maltratados, submetidos a condições subumanas de trabalho, moradia e habitação. A expressão *Campo de concentração*, utilizada desde a seca de 1915 para designar o espaço onde retirantes são alojados e assistidos em Fortaleza, também parece carregar, nos periódicos, certo tom de denúncia. A referência ao *regime de senzala* vigente nos canteiros de obra do DNOCS, indica a manipulação, ainda que embrionária, de críticas às condições de trabalho análogas à escravidão no Brasil, tão em voga na atualidade.

A narrativa de Artur Linhares, agregado do sertão nordestino, tem uma interpretação completamente diversa da experiência como *cassaco*. Segundo conta, nos anos de seca, o sertanejo vive bem. Os anos seguintes às estiagens são os períodos mais críticos para o lavrador, que fica sem colheita e sem serviços de assistência estatal. Sobre o ser *cassaco*, Artur constrói uma representação muito positiva:

Cassaco era o pessoal que trabalhava no serviço de emergência, aí a seca [de 1958] foi boa. Passemos a seca, quando foi em janeiro de [19]59 choveu, 16 de janeiro começou o inverno. Aí foi o quê? Aí começou o inverno e aí morreu muita gente de fome. Em [19]59 muita água, mas aí o governo terminou o serviço e nem deu mais chance, quer dizer, legume pro sujeito plantar e nem nada e aí o sujeito foi e morria de, fome comia só guabiraba...

[...] Ah a gente trabalhava e comia. Tinha muita comida. Quando foi em [19]59... A seca é ruim, é quando passa a seca. Nesse tempo passava a seca e quando no outro ano de inverno é que era ruim, não tinha nada pra viver... Não tinha colheita, não tinha nada. E a gente não tinha nada o que plantar. E a gente ficou indo, indo. Aí foi em [19]59 em novembro, eu vim embora pra cá... (LINHARES, 2013)

"A seca é ruim é quando passa a seca". Essa interpretação de Artur Linhares possibilita vislumbrar outras alternativas e experiências vividas por sertanejos nordestinos antes da atitude da migração. Os anos de seca são suportáveis pela existência de medidas assistencialistas das quais os serviços de emergência são parte integrante. Nessa narrativa, o ser *cassaco* é representado como poder trabalhar e comer. Dessa forma, o jovem Artur passa o ano de 1958 trabalhando nos canteiros de obra no Ceará e só opta pela migração no ano seguinte: ano de bom inverno, pouco trabalho e muita fome. "Aí começou o inverno, aí morreu muita gente de fome."

No trecho seguinte, os elementos acionados para a positivação do ser *cassaco* tornam-se mais perceptíveis:

É o seguinte: tinha tudo, não faltava nada, tinha tudo. A gente trabalhava, ganhava o dinheiro, a gente era pequeno naquela época, na minha época quando eu vim botar o primeiro chinelo no meu pé, a primeira sandália que eu botei no meu pé, eu tinha quinze anos. Naquela época, menino não pegava em dinheiro, menino não pegava em dinheiro. Trabalhava um dia de serviço por cinquenta centavo, meu pai ganhava um dez tostão, porque tinha, chamava-se mil réis e eu ganhava só cinquenta centavo. Era menino, menino com quinze ano, catorze ano, e anos trabalhando de manhã de seis horas até seis horas da noite. Mas quando chegou o serviço de emergência, a gente trabalhava, ganhava aquele dinheiro.

Eu curioso adquiri uma cardeneta, que a cardeneta que nós chamava era uma carteira de trabalho, ela assinada pelo mestre de obras, a gente ia trabalhar fazendo estrada manual, com carro de mão, tirando terra de um lugar botando no outro pra fazer os aterro. Mas aí, quando era no fim de semana, tinha um fornecimento, que a gente chamava fornecimento nesse tempo, aí eles, a gente tirava, só não tirava, só não pegava em dinheiro, mas tirava biscoito, tirava farinha, tirava feijão e dava pra ir comendo...

Não tinha era dinheiro. A gente tirava dinheiro era o seguinte: a gente pra pegar em dinheiro tirava aqui mercadoria e vendia pro mesmo dono do fornecimento, a gente vendia pra ele pelo dinheiro pra poder pegar em dinheiro...

Aí quando chegou em [19]59, aí foi... Todo mundo morreu, muita gente de fome. Lá em casa mesmo, que eu morava numa casa mais meu pai, nós morava numa casa. Cansei de fazer fila de três assim, buscando o outro lado do rio, o rio cheio, do outro lado do rio morto de fome fazia fila pra enterrar. Porque nessa época lá no Ceará, pra enterrar uma pessoa, se o cemitério fosse lá no Bacabal, [comparando a distância entre Bacabal e Lago Verde] a gente ia enterrar era lá no Bacabal.

Ah levava, botava numa rede. amarrava num pau, botava num ombro e tacava no mundo. Aí e voltava com a rede. Não tinha caixão não..., a gente ficava [com a rede] pra outra pessoa... (LINHARES, 2013, grifos meus)

Pobreza e vulnerabilidade perpassam essa narrativa. Não só a dificuldade de alimentação e sobrevivência em tempos de seca, mas uma situação permanente de pobreza material saltam no texto. Como os escravos da história colonial e imperial brasileira, Artur recorda e estabelece como marco divisor sua primeira sandália aos 14 anos. Uma vida dura de trabalho, desde a infância, tem como recompensa diárias baixíssimas, mas, provavelmente, imprescindíveis para a manutenção de uma família numerosa. Assim como o calçado, o dinheiro é um objeto de desejo e, possivelmente, meio de *status* no sertão.

O tornar-se *cassaco* possibilita indiretamente ter acesso a dinheiro, ainda que a partir de práticas não usuais. O pagamento com o "fornecimento" é bem vindo em tempos de seca e fome, mas a venda do "fornecimento" ao mesmo comerciante que o repassa tem um sentido simbólico para o *cassaco*. Pela possibilidade de realização de desejos com o mísero pagamento dos canteiros de obras, a violência física e simbólica, relatada em vários documentos analisados por Lara Castro e outros autores, é invisibilizada nessa narrativa.

Diante da pobreza material a qual o sertanejo sempre esteve exposto e da precarização experienciada a cada estiagem, a posituação de diversos aspectos do ingresso nos serviços de emergência e a invisibilização dos elementos negativos, largamente denunciados na imprensa

regional, tornam-se inteligíveis. Os canteiros de obras do DNOCS, portanto, figuram como oásis em meio ao espectro da morte que ronda o sertanejo, de modo mais incisivo, em tempos de seca.

A imagem de corpos enfileirados, esperando a travessia do rio para um enterro no cemitério, indica a persistência de práticas cristãs apesar da situação de calamidade extrema. Se as crianças, por vezes, são "doadas" pelos pais em troca de uma caneca de farinha, em meio às tentativas de migrar "para escapar", percorrem-se também longas distâncias para enterrar as vítimas da seca. Mais uma vez a pobreza material figura nessa passagem: uma mesma rede carrega vários mortos num sertão sem caixões, mas ali as práticas culturais de enterramentos cristãos são invioláveis.

Depois de vivenciar muitas secas, inclusive a de 1958, que teria sido boa por conta do ingresso no serviço de emergência, Artur segue rumo ao Maranhão. O destino pretendido por ele, como por muitos jovens sertanejos de sua geração, é a futura capital do país. Brasília atrai muitos nordestinos pelas promessas de trabalho na construção civil; São Paulo pela industrialização crescente: "porque o Ceará, nesta época, quase que o sertão do Ceará ficou sem gente. E era todo mundo pra Brasília, São Paulo". De carona com um agenciador, Artur Linhares (2013) acaba migrando, por contingência, para o Médio Mearim: "Eu ia pra Brasília, nós tinha feito uma coisa lá, pra nós ir pra Brasília... eu mais um pessoal lá, e o caminhão enganou nós e nós viemos pra cá". Uma eventualidade, portanto, e não um plano traçado leva Artur à região de estudo.

Artur e os conterrâneos que o acompanham na viagem têm conhecidos no Maranhão e também já haviam escutado histórias de suas bonanças: "Falava sobre o Maranhão que tinha muita fartura e tinha mesmo. Tinha, nessa época tinha muita fartura! De tudo: tinha muito arroz - só tinha uma coisa que era pouca aqui, que era o feijão - tinha muito arroz, muito milho, tinha muita fruta no mato, banana no mato mesmo, bastante." (LINHARES, 2013).

O primeiro meio de sobrevivência de Artur no Médio Mearim é a roça, "trabalhando, plantando arroz e comendo". A *terra liberta* favorece a fixação: "a terra era tua, não tinha dono, não." A família de Artur chega ao Maranhão dez anos depois, em 1969, ano de bons invernos. Artur consegue um empréstimo junto a um comprador de coco e arroz da região de Lago Verde para viabilizar a vinda da família: "Chico Macaxeira foi quem me arranhou o dinheiro pra eu ir buscar minha família lá do Ceará pra cá. Ah! a gente pagou com arroz, plantando arroz e vendia pra ele." Novamente *teias migratórias*, redes de solidariedade e exploração fundem-se, possibilitando a vinda de entes queridos e atrelando trabalhadores pelo endividamento.

Artur, como outros *entre/vistados*, não tece uma leitura crítica das redes envolvendo grandes e médios comerciantes e pequenos produtores. Seu perfil é diverso dentre os demais narradores em outros aspectos. Embora tenha trabalhado no Médio Mearim com lavoura de arroz e com tropas de burro (transportando arroz e coco babaçu de Lago Verde a Bacabal), não se autodesigna trabalhador rural, prefere definir-se como *vagabundo*.

Artur aposenta-se como vigilante de uma escola em Lago Verde, mas, provavelmente, o fato de ter sido adaptável a múltiplas atividades ao longo da vida, faz com que não se reconheça como lavrador, tropeiro ou vigilante. A diversidade de suas experiências de vida e de trabalho leva-o a ressaltar outras identidades: *saqueador*, *cassaco*, *vagabundo*, *tocador* e *bebedor de cachaça*:

Ah! trabalhei com tropa aqui, eu carregava aqui, trabalhava com quatro burro, carregava aqui de arroz, ou de coco babaçu, ia pro Bacabal, saía daqui cedinho. Ia pro Bacabal descarregava lá, chegava aqui de noite, oito horas, nove horas da noite, com o burro carregado de... às vezes com açúcar, sal, trazendo do Bacabal pra cá, trabalhei muito com tropa de burro.

[...]Aí eu trabalhava... trabalhava com meu pai [no Ceará], meu pai fazia roça e aí trabalhava. Quando era tempo de junho, chegava as festa de junho, a gente se tacava no mundo... Bebi muita cachaça. Era bebendo cachaça direto no mundo.

[...]Eu conheço o Maranhão, uma parte trabalhando e outra parte andando mesmo. Eu fui, porque toda vida eu fui vagabundo. Eu fui companhia de tocador, negócio de, batendo pandeiro mais tocador. Aí a gente ia no Maranhão todo. Conheço várias cidade do Maranhão.

[...]É trabalhando nada. Era com malandragem com negócio de tocador. Batia pandeiro. Naquele tempo a gente botava os aparelhinho em cima do jumentinho, os jacá, o zabumba, o pandeiro, a sanfoninha, e tacava no mundo, tocando em festa, onde achava que tinha uma festa, a gente tocava. (LINHARES, 2013)

Sendo sempre trabalhador e transgressor, Artur autodenomina-se *vagabundo*. A liberdade de *ir e vir* e de ação cotidiana parece ter sido seus objetivo. Essa característica distingue sua narrativa de outras narrativas migrantes, por otimizar possibilidades de resistência, negociação e gozo da vida corriqueiramente¹⁴⁷.

Quando pergunto sobre diferenças observadas nos hábitos de maranhenses e nordestinos, Artur primeiro refere-se a um aspecto ligado às festas e às mulheres e, depois, sobre o outro lado da vida que, por vezes, diz não viver: o mundo do trabalho.

Nós do Ceará... Era o seguinte. Nós era como é que a gente chama, é, pelo menos, mulher prostituta ninguém nunca tinha visto em festa... A gente veio vê quando eu cheguei aqui, eu estranhei pra caramba, nunca tinha visto. Lá onde eu morava tinha uma festa, vamo dizer, se aqui fosse um salão, uma prostituta ficava lá do outro lado

¹⁴⁷ A *entre/vista* com Artur Linhares foi feita na feira da cidade de Lago Verde. Estávamos *entre/vistando* outro narrador, Daniel Xavier, quando Artur se aproximou, batucou com uma caixa de fósforo, olhou e pegou no gravador e começou sua narrativa, roubando a cena.

da rua, como daqui aquelas casas acolá, num ia na festa não. Quando cheguei aqui, mulher prostituta dançava junto com a gente, com as moças, com tudo. Aí eu estranhei...

[...] Maranhense é muito preguiçoso. Maranhense é muito preguiçoso, aqui uma pessoa que tinha alguma coisa era do Piauí. Maranhense era muito preguiçoso, maranhense só o que ele fazia era só caçar, caçar no mato, matar os animais silvestres do mato e comer, não faziam outras coisas não. Pescar, tinha muito peixe. É o que eles fazia: beber cachaça! É um tipo de gente! É um tipo índio, maranhense. Hoje é difícil ter, mas os que tem ainda tem, ainda tem alguns aqui com noventa anos, cem anos.

Não os que já moravam aqui, quer dizer o maranhense chamava a gente de... “Chegou os *aflagelados* do Ceará, os morto de fome do Ceará chegaram.” Tinha aquela parte com ignorância, mas depois eles falavam: “Rapaz, o pessoal do Nordeste é trabalhador, sempre foi trabalhador! (LINHARES, 2013)

Como em toda narrativa oral, a de Artur seleciona episódios de sua *história de vida* no ato de rememoração e apresenta-os ordenando-os como contínuos e dotados de um sentido. Assim, incorpora identidades muito distintas para compô-la, designando uma série de trabalhos e prazeres sob o signo da *vagabundagem*. A partir da demarcação desse lugar de fala e de vivência, de uma pluralidade de experiências, ressalta, por vezes, elementos invisibilizados em outras narrativas. Enquanto muitos destacam desordens e tensões no Médio Mearim, por conta de disputas por terras e da interferência violenta de agentes políticos, Artur recorda a convivência de prostitutas e mulheres num dos seus espaços preferidos: a festa¹⁴⁸. Como bom “batedor”, bebedor de cachaça e andarilho, conserva essa lembrança e lhe dá visibilidade no ato narrativo.

Assim como as memórias individuais, por mais singulares que sejam, carregam elementos de uma memória compartilhada socialmente por sujeitos com experiências e identidades similares, Artur, como muitos migrantes nordestinos que partem rumo ao Médio Mearim, reproduz a representação do maranhense como preguiçoso. O maranhense é, na sua narrativa, um índio que vive da pesca e da caça. O cearense em particular e o nordestino em geral, inicialmente vistos pelos nativos como *flagelados* e mortos de fome, são posteriormente reconhecidos por estes como trabalhadores: “rapaz, o pessoal do Nordeste é trabalhador, sempre foi trabalhador”. Os zigue-zagues da memória individual levam-no a enaltecer o trabalho de nordestinos em detrimento da acomodação e da preguiça do maranhense. Contraditório para quem se auto intitula *vagabundo*, plausível quando se reconhece a *história de vida* ou *trajetória* como invenção discursiva e as memórias individuais como perpassadas pelas memórias sociais.

¹⁴⁸ A referência à presença de prostitutas aparece também na narrativa de Maroca Medeiros (2011) e Zequinha do Apolinário (2013).

Ocilvo, Antônio, José Bezerra e Artur têm experiências de vida e de trabalho muito distintas. Cada um elabora, no ato narrativo, uma representação do espaço ocupado e da experiência migratória vivida. Aos que logram, findo o tempo da *terra sem dono*, constituir-se em proprietário de terras e usinas, os percursos traçados também possuem diferenças. Ocilvo e Antônio Calixto engendram relações nos campos políticos como forma de manter a propriedade de grandes e médios lotes de terra. Zé Bezerra, descendente de migrante nordestino, índios e negros e migrante dentro da região do Médio Mearim, compra terras em Marianópolis, município de Pedreiras, por conhecer os resultados das disputas pela terra em curso no município de São Luiz Gonzaga desde a década de 1950. Estratégias, negociações e acomodações perpassam sua "experiência" e o sentido da reconstrução narrativa de suas *histórias de vida*.

Artur Linhares, para quem os anos de seca no sertão são bons, porque como *cassaco* consegue alcançar recursos e bens inacessíveis na sua condição de agregado, chega ao Médio Mearim por não conseguir passagem para Brasília, seu alvo no ano de 1959, quando não há colheita nem serviço de emergência aos necessitados. Enganado por um agenciador, chega ao Maranhão, onde trabalha e sobrevive através de inúmeras atividades, embora intitule-se *vagabundo*.

Em todos esses discursos, a seca figura, senão como motivo imediato da migração, como espectro que compõe o imaginário social do sertanejo nordestino. Os fragmentos de suas narrativas reconstroem um espaço de fartura, por vezes perigoso e “assombroso”, mas lugar de possibilidade e de prosperidade mediante o emprego de trabalho árduo e do usos de táticas e maneiras de fazer o cotidiano.

Ocilvo chega em ano de seca, Calixto em ano de bons invernos no sertão, mas sob ameaça de seu espectro, Artur é “expulso” pelo fim da seca e dos serviços de emergência, Zé Bezerra é fruto do encontro de uma família de maranhenses, descendentes de pretos e índios, com cearenses, fixados no Maranhão em 1929, mas com passagem de membros da família em 1915, também ano de seca.

Nem heróis nem flagelados, ou quando flagelados, nem sempre desesperados. O Maranhão é, para esses nordestinos e descendentes, um destino planejado (Calixto), uma oportunidade (Ocilvo) ou o fruto de um engano (Artur). A forma de mover-se e usufruir de um “eldorado” é curva e variada, em um espaço em que a riqueza não brota do chão, e,

quando alcançada, é fruto de esforços, embates, articulações ou decisões prudentes tecidas nas experiências.

Nenhum dos indivíduos cujas *histórias de vida* são interpretadas mais detidamente neste capítulo constitui um representante modal do migrante nordestino ou seu descendente, mas as especificidades de suas narrativas e experiências possibilitam apreender nuances diversas da migração no Médio Mearim, inclusive por sua singularidade.

Capítulo 5

Polifonia feminina: terra, trabalho, migração e cotidiano em narrativas de mulheres do Médio Mearim

*“Recordar, palavra latina (re= retornar, cor = coração),
exprime a imagem do retorno pelo coração,
e só se retorna pelo coração
a tudo aquilo que nos toca profundamente”.*
(Regina Guimarães Neto)

A história do acesso à terra e aos seus frutos do trabalho na lavoura; da quebra do coco babaçu e da venda de alimentos; do cotidiano; do casamento; da separação; da criação de filhos; da lida e da festa perpassa a experiência de mulheres que cresceram e viveram na região do Médio Mearim. Suas experiências são inquiridas e analisadas através de narrativas orais construídas em *entre/vistas* realizadas nas casas – lugar de moradia e trabalho – de uma piauiense, três cearenses, uma maranhense e uma descendente de cearenses.

A partir dessas narrativas interpreto representações da experiência migratória, ocorrida entre as décadas de 1930 a 1970, na região do Médio Mearim, com a chegada de migrantes de outros estados do Nordeste, especialmente, aqueles acometidos por secas. A partir do depoimento de uma maranhense (Justina Gomes), perscruto também o deslocamento de migrantes maranhenses oriundos de áreas de ocupação mais antiga (especialmente o vale do Itapecuru). Nesses relatos, maranhenses e nordestinos são atraídos pela existência de *terra sem dono* e pelas condições naturais da região favoráveis ao cultivo: rios e lagos, bons invernos, fertilidade do solo, abundância de babaçuais.

O final da década de 1960 e o início dos anos 70 são marcados por transformações irreversíveis em relação ao acesso à terra e à quebra do coco babaçu no Maranhão. Acompanhar a história dessas décadas através de narrativas orais pressupõe captar, na subjetividade dos textos, a profundidade do impacto de elementos objetivos na experiência de mulheres camponesas, lavradoras, quebradeiras de coco, professoras, pequenas comerciantes, donas de casa, esposas, *sendeiras*¹⁴⁹, filhas e mães.

¹⁴⁹ Designação de mulheres separadas em vários municípios do Maranhão.

5.1 Nem Eldorado, nem Canaã: “um lugarzinho fraco esse aqui”

*Todo lugar tem dono, não tem terra solta aqui. É tudo terra de dono.
(Francisca Silva)*

A narradora Francisca dos Santos Silva, 75 anos, nasce no povoado Lagoa do Santo Hilário, município de Cocal da Estação, no estado do Piauí. Filha de uma cearense e de um piauiense migra com a família (pai, mãe e uma irmã) para o Médio Mearim, município de Bacabal, no ano de 1958, “quando teve aquela seca grande”. Os quatro membros da família de lavradores agregados vêm de carona num caminhão para escapar da seca. O Maranhão é o destino escolhido, dentre outros motivos, por já haver um membro da família aí fixado – irmão mais velho.

Lá no Piauí, onde nós morava, se tiver uma seca o pessoal passa baixo, porque lá não tem recurso, o pessoal não guardou nada assim pra alimentação. Às vezes, quando é uma seca grande, o governo manda aquelas coisas pra garantir o povo, mas aquilo é coisinha, num é coisa pra pessoa ficar assim, dizer assim: –Eu num to nem pensando numa seca. Tem que passar, pra num passar necessidade. (SILVA, 2013)

A migração é a saída para *escapar* da seca. O texto de Francisca não demarca claramente a(s) camada(s) social(is) atingida(s) pela seca – “o pessoal não guardou nada assim pra alimentação” –, mas vincula nitidamente seca e migração.

A condição de não proprietário é realçada em toda a narrativa de Francisca, desde a vivência no Piauí: “nós não tinha terra, nós plantava nas terra aleia, fazia as roça e plantava arroz, feijão, milho, mandioca tudo que pertencia, vivia disso lá, fraquinho, pobrinho, mas todo tempo levando a vida...” (SILVA, 2013).

Com esse mesmo tom, Francisca descreve os 55 anos vividos em povoados do município de Bacabal. A narrativa de Francisca distingue-se das de outros migrantes por não construir ou não realçar a ideia-imagem do Maranhão como eldorado. Seu texto institui muitas continuidades entre a vida no Piauí e no Maranhão. O trabalho é o mesmo: agricultura e quebra do coco babaçu. Não se assinalam rupturas; é ainda o mesmo trabalho braçal que possibilita a sobrevivência.

A gente trabalhava [aqui] no mesmo serviço que a gente trabalhava lá, de roça. Porque ninguém tinha outro serviço pra trabalhar, serviço braçal, serviço de roça, serviço de coco, essas coisas, não tinha outro apelo pra pessoa trabalhar, era só isso,

aí era juntando coco, quebrando coco, trabalhando de roça, levando a vida...
(SILVA, 2013)

Sua permanência no Maranhão é associada ao casamento com um maranhense, já que o irmão volta ao Piauí alguns anos depois, “quando o tempo [inverno] melhora”, e sua mãe também retorna após o falecimento do marido. A família de Francisca passa dois anos no povoado de Santo Antonio, município de Bacabal, onde ela conhece o futuro marido e casa. A imagem do povoado também não é idílica no seu relato: “Lá não tinha nada [igreja, escola], não tinha nada lá, só mato, só o que tinha”.

Em 1960, Francisca muda para outro povoado: “Aí nós já saímos aqui na beira dessa estrada, aí, num lugar que chama Limeira nós passamos um bocado de tempo morando lá, aí de lá, nós fomos mais pra frente, um lugar que chama Bambu, aí de lá nós viemos pra cá [Alto Alegre do Acelino] e ficamos direto aqui.” (SILVA, 2013).

Francisca chega a esse último povoado, no município de Bacabal, no início da década de 1980 e lá permanece vivendo da venda de comida para os que trafegam pela BR 316. Conforme abordado no Capítulo 2, a década de 1970 marca o fechamento da fronteira agrícola, na região do Médio Mearim,. A partir da Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969, que dispõe sobre as terras de domínio do Estado, a cerca, a grilagem e o gado avançam sobre as chamadas *terras sem dono*. A maioria dos(as) narradores(as) ouvidos(as) demarca uma clivagem entre o *tempo da terra solta e do coco livre* e o *tempo da terra de dono e do coco preso*. O relato de Francisca, ao contrário, refere-se a um tempo contínuo, um presente de trabalho e privação. Em muitos trechos da narrativa percebe-se uma dificuldade na rememoração do passado em si. O tempo é um só, já que a vida é sempre a mesma.

–Aqui [no povoado de Santo Antônio] vocês conseguiram terra pra trabalhar ou trabalhavam em terra alheia também?

–Aqui ninguém tem terra pra trabalhar, aqui pessoal aí todo mundo é dono de terra. Olha nós mora aqui numa *trempe*... Esse velho bem aí, você viu? É dono de terra. Pra cá, acolá, naquele asfalto bem acolá, que a gente tá vendo, só as cerca é terra de dono, prali é dono, pra cá é dono. E nós vive aqui nessa *trempe*, aqui mora de duas, três pessoas dentro duma casa porque não tem onde faça um barraco pra morar, e aí o pessoal vive, bem aqui mesmo tem um genro meu vive nessa casa aleia aí, a mulherzinha com o menino e o marido sem ter aonde faça um barraco pra morar, e vive aí nessa casa da mulher. A mulher agora quer vender a casa e eu não sei nem o que é feito deles, porque não tem aonde diga assim ‘–Eu vou fazer um barraco aqui pra eu morar’. Olha, aí o pessoal mora nas beira das estradas e aí eles vão, compraram de um ou de outro que sai e vão fazendo os alicerces, pra ficar morando na beira da pista porque não tem aonde faça um lugar pra ficar. É desse jeito.

E os donos de terra não libera nada, é na sujeição. Se entrar meno dentro [das terras] com um animal pra caçar um coco, pra comprar um quilo de arroz ou uma coisa, é uma coisa. Eles brigam: ‘–Não quero animal aqui dentro e nem quero ninguém aqui.’ Aí é um lugar que nós vive aqui, porque Deus promete. Eu pelo menos tô cansada de dizer, eu só vivo aqui, eu passei meu tempo aqui eu fiquei sem meu

marido cedo, eu era uma mulher nova, eu devia ter saído desse Alto Alegre, ter procurado um lugar pra eu morar, criar meus filhos, que hoje talvez eu fosse outra pessoa. Mas eu fiquei amarrada aqui nesse negócio aqui, nesse Alto Alegre, e passei pelo tempo, porque na idade que eu tô hoje, não é mais aquela daquele tempo, que eu tinha coragem, tinha resistência, porque toda vida eu fui uma mulher trabalhadora, eu fui resistente, agora eu não tenho mais aquela resistência daquele tempo. Agora naquele tempo que era o meu tempo de eu ter saído com meus filhos pra outro lugar, pra viver a vida que hoje talvez eu fosse outra... Mas ficaram nesse aqui, meus filhos se criaram aqui, saiu todo mundo de perto de mim, porque não dava pra ficar todo mundo aqui. Uns mora em Brasília, outros mora em Manaus. Só tem um que mora aqui em Bacabal, nessa pendanga [pendenga] de andar pra lá e pra cá e mexe prum lado e mexe pra outro e nada dá em nada... *Lugar fraco, aqui é fraco. E aí já pra fora, tem esses lugar aí pra fora, no Maranhão aí. Deixando Maranhão, que vai pertencer Pará, tudo tem jeito pro povo viver, corre dinheiro, o povo vive bem, saí daqui toda semana gente pra lá se empregar que aqui não tem emprego pra ninguém aí de lá, fica ajudando os daqui. É um sacrifício, é um acabar de juízo quem mora aqui nessa pendanga [pendenga], não sai de dever... Compra uma coisa fiado, vende fiado. É desse jeito, quando der pra pagar. É um aperreio pra pagar os patrão, é uma agonia, é tomando dinheiro emprestado quem tem, ajuda todo mundo. Menina é uma acabar de sossego, aqui é um lugarzinho fraco pra nós ficar aqui, veve porque Deus comete a gente viver.*

Tenho sofrido tanto aqui nesse Alto Alegre, que a senhora, se eu fosse contar pra senhora, você fazia era levar um romance daqui sabe... pra São Luís, com minha vida aqui. Meu marido saiu, me largou, eu tinha oito menino pequenininho, eu passei oito ano trabalhando debaixo daquele poste, bem acolá, saía dia e noite com umas trocha debaixo da cabeça, uma bacia de coisa, quando dava de manhã eu tava lá, quando dava oito horas da noite, dez horas da noite voltava ia pra lá, madrugada ia de novo, nessa luta e Deus me ajudou, e eu assumi a minha responsabilidade, que eu podia assumir. Meus filho, graças a Deus, não deu nenhum ladrão, nem maconheiro, nem bandido. É pobre todo mundo, não estudaram porque não quiseram mesmo, mas a oportunidade tinha, que eu botava assim mesmo sem poder, mas botava, mas ninguém quis, fazer o quê? Alguém sabe de coisinha pouca. Mas graças a Deus, eu devo uma fineza, um favor tão grande a Deus no céu que me ajudou. Criei todo mundo, meus filhos não me faz vergonha de dizer assim: –‘os filhos de fulano, da Chiconá é ladrão, ou é bandido, ou é maconheiro’. Nada disso. São uns homem pobre, mas são uns homem de responsabilidade e isso eu agradeço muito e é tudo. Criou tudo aqui dentro dessa casa. (SILVA, 2013, grifos meus)

A pergunta que incita a narração refere-se ao período entre 1958 e 1960, momento imediatamente posterior à chegada da família de Francisca ao Maranhão. A narradora responde no presente “aqui ninguém tem terra pra trabalhar não”. Porém, até o início da década de 1970, os demais narradores *entre/vistados* referem-se à existência de *terra solta* ou *terra sem dono* na área então abrangida pelo município de Bacabal. O povoado Santo Antônio é hoje uma fazenda de solta de gado e é pouco provável que, na época da chegada de sua família, mediada por notícias de um irmão já fixado na região, com a grande disponibilidade de terras devolutas, tenham se instalado num local de difícil acesso para viver novamente como agregados. Mesmo considerando as dificuldades de transporte e comunicação de alguns povoados nesse período, é forçoso admitir que notícias sobre a existência de *terras soltas*, principalmente na área abrangida pelos municípios de Bacabal e Pedreiras, circulam. Muitos(as) narradores(as) elencam como um dos motivos de atração para o Médio Mearim, a

disponibilidade de *terras sem dono*, propaladas nas *teias migratórias*, especialmente nos estados mais próximos: Piauí e Ceará.

A narrativa de Francisca parece ser um exemplo de como memória e esquecimento são processos correlatos. Pollak (1989) discorre sobre a indizibilidade de memórias subterrâneas silenciadas pela dor, pelo trauma, pela memória oficial ou ainda pela ausência de escuta. O texto de Francisca desloca ou encobre o *tempo da terra solta*, tempo feliz, conforme outros narradores, por apresentar sua história de vida como um *continuum* de sofrimento e trabalho duro. Se a terra um dia foi livre, isso não implica em um cotidiano mais ameno ou sua rememoração como tal. O silenciamento de Francisca, portanto, não se explica por um trauma em relação ao fato esquecido – existência e fim de *terras soltas* –, mas pela concepção do cotidiano como um tempo de sofrimento contínuo. Silenciamento e esquecimento são partes do processo de rememoração construído no ato narrativo.

A *sujeição* do tempo presente perpassa todo o relato. Quando pergunto sobre a disponibilidade de terras em fins da década de 1950, a narradora começa respondendo que hoje não há terras sequer para construir barracos para moradia. O problema do acesso à terra para o plantio e uso dos babaçuais é referido no trecho seguinte: “E os donos de terra não libera nada. É na sujeição. Se entrar *meno* dentro [das terras] com um animal pra caçar um coco, pra comprar um quilo de arroz ou uma coisa, é uma coisa. Eles brigam: ‘–Não quero animal aqui dentro e nem quero ninguém aqui.’”

Como destaque, a narrativa de Francisca reconhece e repudia a *sujeição* dos camponeses aos donos de terra, mas não aponta um *começo* nessa situação. Nela, não há lugar para nostalgia ou clivagens, pois não haveria tempo ou espaço bom a ser recordado e, se houve, é esquecido ou silenciado na dureza do cotidiano de quem teve que criar e sustentar os filhos sozinha.

O Maranhão não figura, nessa narrativa, como eldorado, mas como “lugar fraco”, “um acabar de sossego”. A maioria dos seus filhos seguiu o rumo que, *a posteriori*, julga deveria ter seguido na juventude: ir embora do Maranhão, sair dessa “pendanga” (pendenga). Conforme mencionado no Capítulo 2, a partir da década de 1960, o Médio Mearim recebe um percentual menor de migrantes e torna-se uma região expulsora de trabalhadores para estados do Norte.

A sobreposição de temporalidades no relato de Francisca projeta possibilidades de um bom futuro no passado. Se o Maranhão, num momento imediato à sua fixação – pós-seca de 1958 –, é lugar propício para *escapar*, a migração para o norte do Brasil seria, nas décadas posteriores, a possibilidade de sucesso. O “horizonte de expectativa” de Francisca

circunscreve-se ao passado. Sem juventude e com os percalços de sua história individual – separação – resta-lhe viver na amargura de um *lugarzinho fraco*.

Em outro trecho da narrativa, ela se refere ao Médio Mearim do passado, do tempo da sua migração, mas a ideia-imagem construída também é impregnada de elementos negativos:

Aqui no Maranhão, agora que tá um tempo assim mais... Mas logo assim nessa época que nós vemos pra cá, aqui era lugar que dava doença, dava malária no corpo, e batia o queixo. Era. O pessoal só vivia era com malária, era todo mundo doente, você chegava numa casa, e tava era um monte de gente deitado, tudo com essa tal de malária, tremendo, com frio e doente. Agora não, o tempo melhorou, mas por causa disso, o povo se acostumou, não sei como foi, aí você não ouve falar mais dessa malária aqui, pelo menos tinha mais. (SILVA, 2013)

Doença, trabalho duro na roça e na quebra do coco babaçu, são elementos constitutivos das lembranças narradas por Francisca. Nos povoados de Santo Antônio, Limeira, Bambu e Alto Alegre do Acelino, o trabalho é representado como forma de sobrevivência e não como meio de produção de excedentes, principalmente em Santo Antônio, que não se localiza, como os demais povoados, à beira da estrada, e ao qual se soma o isolamento do local ao cotidiano de trabalho pesado:

–Lá vocês plantavam o quê, em Santo Antônio?
 –Plantava, feijão, milho, arroz, era isso, milho, feijão, arroz.
 –E vendiam a produção pra quem?
 –Às vezes só dava pra comer, outras vezes vendia pouquinho assim só pra despesa da casa, dava nada...
 –Mas tinha alguém pra comprar a produção em Santo Antônio se sobrasse?
 –Às vezes aparecia aqueles dono né, comprava assim, porque tudo era pouco, vendia pra fora não. Ninguém nem saía. (SILVA, 2013, grifos meus)

Do balanço de uma vida de luta num *lugarzinho fraco*, resta o prêmio do bom exercício da maternidade. Francisca se orgulha do sacrifício e da dedicação com que criou os filhos depois que o marido a deixou. Como outras mulheres camponesas do Médio Mearim, o caráter dos filhos é o patrimônio construído com árduo trabalho. Vale a pena reler como finaliza o romance da sua vida, narrado de um fôlego só:

Mas graças a Deus, eu devo uma fineza, um favor tão grande a Deus no céu, que me ajudou. Criei todo mundo, meus filhos não me faz vergonha de dizer assim:– ‘os filhos de fulano, da Chicon é ladrão, ou é bandido, ou é maconheiro’. Nada disso. São uns homem pobre, mas são uns homem de responsabilidade e isso eu agradeço muito e é tudo. Criou tudo aqui dentro dessa casa. (SILVA, 2013)

No final da *entre/vista*, Francisca, depois de algumas provocações, verbaliza, ainda que com pouca ênfase, a representação do Maranhão na época da chegada e fixação de sua família como atrativo e promissor ao migrante nordestino.

Ah, diziam, diziam que o Maranhão era bom, tinha muita coisa boa, aí tinha muita, acho que dona Maria¹⁵⁰ sabe disso. Maranhão era um lugar fácil da pessoa escapar, né? E era mesmo naquele tempo, agora só que hoje tá a mesma coisa de lá onde nós vivia, que as terra tá tudo de dono, pessoal que todo mundo é dono de terra. (SILVA, 2013, grifos meus)

Nesse trecho da narrativa, Francisca usa o verbo *estar* para se referir ao regime de propriedade de terra: “que as terra tá tudo de dono”. Se não viveu ou não recorda ter vivido o *tempo da terra solta*, reconhece que outros o recordam e o viveram. Dona Maria, que chega para engrossar a roda de ouvintes, narra outra história ou outra face dessa história.

5.2 Era uma vez um lugar chamado São João do Mata Fome

“As terras ficaram praticamente abandonadas, porque não tinha quem comprasse. Ficou o gado abandonado morrendo de fome, de sede. Ficaram muitos porcos, galinhas. Meu pai trocou uma vaca num rádio. O resto ficou lá, morrendo de fome”.

(Maria José Coelho)

A narrativa de Maria José Silva Coelho, professora de 63 anos, traz a riqueza das memórias de infância. Nascida em Pedra Branca, Ceará, filha de um pequeno proprietário de terras e de gado (12 ou 15 cabeças), chega ao Maranhão aos seis anos de idade, em setembro de 1958, depois de seis meses de seca. A condição de pequenos proprietários permite, provavelmente, que a família suporte por algum tempo a estiagem.

Num longo relato, sem interrupções, Maria José descreve a vinda da família para o Maranhão:

Nós não morávamos mesmo na cidade. Nós morávamos no povoado chamado Barra do Riachão. Lá meu pai era agricultor, trabalhava na roça, tinha um gadim. Criava porco, galinha, bode – muito bode – e na seca de [19]58, uma seca muito grande, aí começaram a morrer os animais de sede, de fome, secou tudo. Não tinha capim. As roças não deram mais nada, morreram. Eu tinha seis anos de idade na época que nós viemos pra cá. Resolveram vim. Meu avô veio na frente com os netos e três famílias, de pau de arara. Meu pai veio a pés com meus tios trazendo um cachorro, que era de estimação, uma vaca e dois jumentos, porque era muito de estimação. Eles não queriam vender, nem queriam deixar pra não morrer de fome, trouxeram. Passaram vinte e dois dias de viagem pra chegar até aqui, em São João do Mata Fome. Vizinho de Lago Verde, São João do Mata Fome. Aí quando ele chegou, nós já tinha

¹⁵⁰ Referindo-se à vizinha Maria José Coelho, cuja *entre/vista* é analisada no tópico seguinte.

chegado, tava uns – mais ou menos – vinte dois dias que nós tinha chegado. Muita terra de trabalhar. Meu pai ficou furioso quando viu muita terra no São João do Mata Fome. Não tinha dono, as terras não tinha dono. Muito coco, muita fruta, muita terra! O meu pai, como era um homem muito trabalhador, se juntou com meus tios, botaram logo quinze linha de roça. Deu muita fartura, muito arroz, muita abóbora, muita melancia, melancia se estragou na roça. Plantaram essa roça cheia de mandioca, aí pra colheita legume, deu muito legume, só que na época legume, era barato, né? E dava muita malária. Se trocava um alqueire de arroz por um comprimido chamado Alarém [Aralém]... amargava muito. (COELHO, 2013, grifos meus)

A migração de Maria José é “familiar” no sentido dado a esse termo no sertão do Nordeste de meados do século XX. Quem migra é a família extensa: avô, filhos, filhas, genros, noras, netos e netas. Numa família de lavradores e pequenos criadores de animais, a agricultura familiar é o meio de sobrevivência por excelência e, por isso, a família extensa migra em conjunto. A família de Francisca, composta por lavradores agregados, chega ao Médio Mearim no mesmo ano. Resume-se a quatro pessoas (pai, mãe e duas filhas) e não tem na bagagem gado ou animal de estimação.

Parte da família de Maria José vem na frente, em um pau de arara (avô e netos) O pai e tios vêm a pé, conduzindo dois jumentos e dois animais de estimação (a vaca Bordada e o cachorro Jacaré), pois o local de chegada já é conhecido dos migrantes pelas notícias propagadas em *teias migratórias*. Um tio de Maria José, assim como o irmão de Francisca, já vivia no Maranhão e dava notícias da região.

A narrativa de Maria José constrói diversas ideias-imagens da fartura possível de construção com a dedicação de lavradores na região de fixação. Como define, acionando diversas vezes o advérbio de intensidade (muito, muita), seria “muita fartura” de coco [babaçu], frutas, verduras, legumes, mandioca e arroz. A disponibilidade de *terras sem dono* e o afinco do pai, representado como “homem muito trabalhador”, somado ao auxílio dos tios, propiciariam grandes safras.

No primeiro relato da viagem de migração, feito por Maria José, não figuram mulheres. São os homens (avô, pai e tio) que ocupam a cena da narrativa. A eles é atribuído o papel de conduzir a família e os poucos bens passíveis de transporte.

A narradora constrói, inicialmente, dois conjuntos distintos de ideias-imagens: Barra do Riachão, povoado de Pedra Branca, onde viviam no Ceará, é retratada pelo prisma da seca, “seca grande” de 1958 - sede, fome, falta de capim, morte do gado, abandono de terras e animais. A nova terra, povoado próximo à cidade de Bacabal, é recordada como lugar de fartura e doença: *terras sem dono*, frutas, roça abundante e muita malária. Um mesmo elemento conduz fartura e doença: a abundância de água. A pujança da *terra solta*, onde

plantando tudo dá (coco, melancia, legume, mandioca, arroz), finda na imagem de abandono e isolamento em termos de assistência médica: “Se trocava um alqueire de arroz num comprimido de Alarém [Aralém]”. Nessa narrativa, no Médio Mearim, planta-se e colhe-se muito, e utiliza-se o excedente para diversos fins, inclusive para curar malária.

A imagem da surpresa pela existência de *terra solta* é construída com a expressão *furioso*: “Muita terra de trabalhar. Meu pai ficou furioso quando viu muita terra no São João do Mata Fome. Não tinha dono, as terras não tinha dono”. Outros(as) migrantes cearenses e piauienses fixados(as) no Médio Mearim narram a surpresa de encontrar *terras sem dono* no Maranhão. O nome do povoado, que tinha como padroeiro São João, é emblemático por condensar a imagem da possibilidade de superação da adversidade, ao mesmo tempo em que registra um dos motivos da precisão: *São João do Mata Fome*.

A ideia-imagem da fartura e da natureza pujante de um paraíso onde abunda água – a água de Pedra Branca-CE é descrita como salgada, salobra – é matizada pela dificuldade de comercialização do excedente da produção agrícola. A narradora associa fartura e desperdício quando relembra as melancias espocando na roça, por não haver para quem vender ou doar o excedente não comercializado. De modo recorrente, remete ao baixo preço pago na produção que conseguiam lançar no escasso mercado. A dificuldade de transporte e circulação é visível em vários trechos da narrativa:

Em [São João do] Mata Fome, na beira do lago, onde dava lá, tinha muito peixe. Ainda hoje tem muito peixe lá. Mas, hoje tudo tem dono, né? Nessa época não tinha dono. Todo mundo chegava, fazia sua casa onde queria. Fazia o sítio onde queria. Meu pai mesmo fez um sítio de banana, mamão, muita fruta! É... fazia aquelas farinhada, tirava muita tapioca que nós chama goma, fazia-se aquelas sacaria perto das parede, ficava guardada a esperar. Vinha aquelas pessoas de cidade de Bacabal comprar baratinho.

[...] Em costa de animais, de burro. Tinha os tropeiros pra levar essas mercadorias. Uns sacos de estopa, um cofo, uns cofão grande que chama de paneiro. Fazia aqueles cofão grande pra levar as fruta, comprava bem baratinho (COELHO, 2013, grifos meus).

Posso inferir do seu relato a intenção de produção de excedentes para comercialização na agricultura familiar praticada em São João do Mata Fome. A farta produção, como comentada no início deste tópico, é alcançada graças ao trabalho duro investido na lavoura e encontra dificuldades no escoamento. Maria José refere-se à circulação de mercadorias em tropas de burro, mas o preço de venda e o montante escoado não seriam satisfatórios. A imagem de “Mata Fome” construída, representa o isolamento do povoado. Possivelmente há um estranhamento da narradora em relação às estruturas propícias à comercialização do excedente agrícola existente no Ceará. Sua família e a de outros migrantes nordestinos(as)

trazem consigo tal prática do mundo do trabalho – lavoura com fins de produção de excedentes –, mas não encontram meios satisfatórios ao escoamento da produção.

Maria José rememora, também, outros aspectos dos mundos do trabalho e da vida cotidiana do povoado de nome idílico, onde vive por seis anos. A infância em São João do Mata Fome, segundo a narradora, além da fatura e da malária, é pontilhada por festas, estudo e trabalho. Parentes, compadres, vizinhos e conterrâneos contratam um professor particular que atua na escolinha improvisada do povoado. O estudo é pago com o esforço de pais e mães que, quebrando coco, logram educar filhos e filhas:

Tinha muitos pais que viviam quebrando coco pra pagar escola pros filhos. Minha mãe era uma. Aprendeu a quebrar coco e criou muita galinha, porque lá era bom pra criar. Ela criava a galinha, com os ovos da galinha, ela vendia e pagava nossa escola. Comprava papel, daquele papel, chama papel almaço, ela cortava e fazia pra cada um de nós um caderno. Ela cortava o papel almaço, nós éramos seis irmãos pra cada um ela cortava e fazia um caderninho com aquelas folha e costurava com agulha. E pra nós estudar era a carta de ABC, enfiada na parede, parede de palha, nós pisando arroz no pilão e estudando ‘B com A BA, B com E BE, B com I BI’. Era assim que a gente estudava. (COELHO, 2013, grifos meus)

O trabalho, parte da rotina da família camponesa, é rememorado com alegria. Homens e mulheres, adultos e crianças têm papéis a cumprir cotidianamente para garantir a sobrevivência com muito trabalho e pobreza material, apesar da fatura agrícola. A quebra do coco babaçu e a criação de galinhas são apresentadas nesta narrativa com a importante função de garantir o custeio da educação infantil. O extrativismo do babaçu não se circunscreveria ao universo feminino. Embora Maria José atribua, na sua família, esse papel à mãe, refere-se ao desempenho desta atividade por “muitos pais”, sugerindo o emprego de homens e mulheres. A dificuldade de acesso a instrumentos e materiais utilizados no estudo é representada através da fabricação manual e caseira de caderninhos. E o dispêndio de muitas horas de trabalho por dia, inclusive das crianças, seria maximizado com o estudo da cartilha do ABC, enfiada na parede de palha, em frente à qual as crianças aprimoram a alfabetização, enquanto pilam arroz. Não se separa trabalho e diversão, casa e escola nesse trecho da narrativa.

Maria José recorda outros papéis infantis na economia camponesa, onde não bastava pisar arroz estudando o ABC:

Era torrar arroz, pilar, minha mãe ia cozinhar, depois a gente ia deixar na roça pros trabalhador. Nós morávamos no São João [do Mata Fome] e a roça era num lugar chamado é... Tucum. É no Tucum que a gente ia deixar essa comida. Montado no jumento. Nós tínhamos dois irmãos homem, que já era maior, e a gente ia levando água, levando o almoço pros trabalhador. Quando vinha de tarde, meu pai trazia o arroz, minha mãe torrava de noite na panela e nós íamos pisar. Então pra nós irmos

pro colégio, nós tínhamos primeiro que estudar assim, dessa maneira: enfiar a tabuada, com as cartas de ABC, o livro lá na parede pra gente ficar lendo. [...] E nós estudava assim, minha mãe fazendo, fazendo caderno, comprando papel almaço e ia fazer caderno. E um lápis, ela comprava um lápis e quebrava os pedacinhos, que a condição não dava de comprar pra cada um, um lápis. Quebrava o lápis em dois, três pedaços fazia a ponta ali pra a gente ir pro colégio. (COELHO, 2013)

A fatura da produção não implica em conforto, mas em trabalho duro de todos os membros da família envolvidos, desde a infância, em pequenas tarefas do mundo agrícola, como pisar arroz e percorrer longas distâncias diariamente para levar comida para os jovens e adultos que trabalham na roça. É a agricultura familiar que propicia a sobrevivência e a produção de excedentes em um mundo rústico onde o Estado não atua e os produtos da indústria urbana ainda são especiarias. Em uma terra onde se produz tanta melancia que chegam a espocar na roça, um lápis precisa ser dividido entre os irmãos.

A família de Maria José e outras seis famílias cearenses moradoras de São João do Mata Fome, retornam ao Ceará em 1964. O apego à terra natal e o retorno de bons invernos – “Aí meu pai teve notícia que no Ceará tava chovendo” – são os argumentos apontados, na narrativa, para justificar o regresso. A família de Maria José permanece seis anos em São João do Mata Fome, entre 1958 e 1964, ano em que retornam a Pedra Branca no Ceará. Em 1970, novamente ano de seca, voltam ao Maranhão, mas não encontram mais *terras sem dono*:

Depois seca de novo em [19]70. Essa que foi grande! Meu pai já tinha melhorado de vida, já tinha começado a criar de novo, tudo. Aí começou os animais morrer de fome. Se andava daqui prali, achava uma vaca morta, caída de fome, de sede. Água, muito salobra, muito ruim: ‘– Vamos voltar pro Maranhão novamente!’.

Aí quando a gente chegou aqui em [19]70, toda a terra já tinha dono. Meu pai deixou de adquirir essa terra que hoje é do Cico da Brasileira. Deixou de comprar por cem mil réis. Porque meu tio disse: ‘– Seu rapaz, não vá comprar terra, você vai ser besta comprar terra no Maranhão?! No Maranhão nunca ninguém vai ser dono, aqui todo tempo vai ser assim!’ Aí meu pai não comprou.

Quando voltamos em [19]70, todo mundo já tinha suas terras. A terra já tinha dono, aí foi bem difícil. Aí meu pai só pôde comprar um sítio, lá em Pau D’Arco. Aí nós em Pau D’Arco, nós casamos. É meu esposo, esse aqui. Encontrei com ele lá em Pau d’Arco. Ele é maranhense, não conhece nada do Ceará... Maranhense. Nunca passou necessidade, fome, nem sede, que no Ceará se passava até sede, se tomava banho com um litro de água... Era muito difícil.

Aí ‘Vamos pro Maranhão que o Maranhão é terra boa, tem muita água, lá chove muito.’ E é mesmo. Quando a gente chegava aqui, cavava um poço, meu pai mesmo fez um poço bem rasim: deu água. Muita água mesmo, que a gente aguava era as planta tudo. E aí a gente voltou de novo pra cá e não voltemos mais pro Ceará. Aqui todo mundo casou, estudou, nos formamos. Eu sou professora, a maioria nós somos. (COELHO, 2013, grifos meus)

As imagens construídas sobre o ano de 1970 são semelhantes às elaboradas acerca de 1958: sede, fome, morte de animais e a percepção do Maranhão como possibilidade de recomeço. Sua família, de pequenos agricultores, está novamente suscetível à sede, à fome e a

outras dificuldades em tempos de grandes secas. A imagem do Maranhão como terra boa, lugar de bons invernos e água potável é retomada, mas a região onde as terras supostamente nunca teriam dono está completamente modificada. Na segunda migração é preciso comprar terra para plantar.

O retorno ao Ceará, em 1964, não é uma decisão isolada da família de Maria José. Outras famílias de cearenses, que vivem em São João do Mata Fome, também retornam nesse mesmo ano. Algumas delas, na seca de 1970, procuram outro destino para recomeçar a vida diante de mais uma estiagem: “Logo era tudo parente, aí disseram: ‘Ah! no Ceará tá bom de novo.’ Voltaram. Só que essas famílias que voltaram pro Ceará não vieram mais pro Maranhão; foram para São Paulo, Paraná, outras ficaram lá mesmo e meu pai voltou de novo pra cá, que ele gostou foi muito daqui.” (COELHO, 2013).

A paixão pelo Ceará, elemento fundamental na narrativa/rememoração do retorno à terra natal depois de anos de bons invernos no sertão nordestino, não parece bastante para o entendimento da lógica dos deslocamentos vividos pela família de Maria José e de outros(as) migrantes. O eldorado São João do Mata Fome, embora farto de água, terra e produção, provavelmente não supre outras necessidades ou desejos desses camponeses. A dificuldade de escoamento e, conseqüentemente, de acumulação, bem como o isolamento que inviabiliza assistência médica e sanitária, podem ser alguns dos elementos de “expulsão” do lugar. Novamente surge a questão: por que migram?

Ao tentar apreender o campesinato brasileiro, Neves e Silva (2008, p.11) me sugestionam acerca dessa questão:

Podemos caracterizar alguns elementos constitutivos de certa tradição do campesinato brasileiro, isto é, como expressão da existência permitida sob determinadas constrictões e provisoriades e sob certos modos de negociação política. Essa negociação não exclui resistências, negociações contratuais, legais ou consuetudinárias, ou questionamentos jurídicos que revelam e reafirmam a capacidade de adaptação às condições da produção econômica dominante. Menos do que um campesinato de constituição tradicional, no sentido da profundidade temporal da construção de um patrimônio material e familiar, vemos se institucionalizar, como elemento distintivo um patrimônio cultural inscrito nas estratégias do aprendizado da mobilidade social e espacial. Estratégias que visam, entre outros objetivos, à busca do acesso aos recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados.

Dessa forma, a experiência do camponês migrante pode ser percebida pelo viés da racionalização de estratégias de reprodução familiar, ainda que aparentemente ilógica por sua fluidez. O migrante é o sujeito capaz de se deslocar social, espacial e, por vezes,

culturalmente. É o sujeito continuamente em trânsito, que avalia racionalmente constrações e possibilidades. A família camponesa de Maria José e dos demais cearenses de São João do Mata Fome instituem saberes a partir de suas experiências de deslocamento, sempre em busca de um destino melhor. Andarilhos, errantes de passos calculados e certos, constroem tantas casas quantos forem seus sonhos e contingências, mas normalmente o fazem em família, esteio do trabalho e da sociabilidade.

Na narrativa de Maria José figuram representações sobre o migrante nordestino e os nativos da região de fixação. Ela também acentua a hospitalidade do maranhense e ressalta o caráter empreendedor, ambicioso do cearense. Sem agressividade, realça certo conformismo ou acomodação nas práticas sociais e culturais de maranhenses:

Só que no começo a gente era assim meio estranho.[...] Eles debochavam muito dos cearenses, que cearense era passador de fome, que cearense come os filhos, “cearense come jumento”, tinha uns maranhenses que gostava de falar assim, né?! Só que meu tio gostava muito de fazer amizade. A gente fez logo amizade com essas pessoas e depois foram conhecer, gostar dos cearenses e quando a gente saiu de lá, a gente até sentiu um... Eles até choraram, né?! Porque a gente fez muita amizade. Meus tios eram uns homem que gostava de fazer amizade com as pessoas, de caçar, porque tinha muita caça, matava muita caça, dividia com eles. Porque o jeito deles viver, dos maranhenses não era do nosso jeito. As rocinha dele era pequena porque já era acostumado aqui, né?! Os cearense não; botava aquelas roça grande pra ter muita fartura, muito legume. Não gostavam bem de criar. E aqui era bom pra tudo. Tinha uma relação boa mesmo com os maranhenses. (COELHO, 2013)

A imagem do cearense como flagelado pela seca, propagada na imprensa e na literatura, é apropriada por maranhenses que associam os migrantes nordestinos à fome: “cearense come os filhos”, “cearenses comem jumentos”. A narradora não demarca tensões ou conflitos entre maranhenses e migrantes, mas ressalta diferenças no que concerne às suas práticas culturais e à relação com o mundo do trabalho. Pelo contrário, sobressai a ideia-imagem de cooperação e solidariedade do cearense em relação aos maranhenses no ato de divisão das caças. A identidade cearense, esboçada no contraste com a maranhense, institui-se a partir da representação de um povo trabalhador e empreendedor, que busca a produção de excedentes, a fartura, o aproveitamento das potencialidades da terra. O sofrimento também figura como traço dessa identidade esboçada do cearense. O maranhense, por sua vez, figura no relato como aquele que não conhece sofrimento, por desconhecer a experiência de seca, fome e sede.

Como em outras narrativas migrantes, a seca é parte constituinte do relato de Maria José, mas o sofrimento e a privação dela advinda não figuram como fim, mas como impulso para recomeços. As duas migrações ao Maranhão e a transformação da forma de acesso à

terra são lidas *a posteriori* com a tranquilidade de quem concebe o deslocamento como estratégia de sobrevivência e melhoria.

Na segunda migração para o Maranhão, em 1970, o pai de Maria José trabalha como vaqueiro numa fazenda no povoado Pau D'Arco, onde, alguns anos depois, consegue comprar um sítio. Lá, Maria José conhece o futuro marido, um maranhense vaqueiro e lavrador com quem vai viver no povoado Alto Alegre do Acelino, também parte da área abrangida pelo município de Bacabal. Depois de 33 anos trabalhando numa fazenda, o esposo de Maria José recebe uma doação de dez hectares de terra dos patrões. Na narrativa de Maria José, eles figuram como “bons patrões”.

Maria José conclui, aos 44 anos, o curso de magistério e trabalha como professora em Alto Alegre. O casamento não lhe inviabiliza a continuação dos estudos. Embora tenha vivido dificuldades, especialmente durante as secas de 1958 e 1970 no Ceará, a moradora teve uma experiência de vida muito diversa da seguida por mulheres de famílias de agregados do sertão nordestino. Filha de pequeno proprietário, mesmo durante as secas, quando precisam abandonar terra e animais, conseguem meios de acumulação através da agricultura familiar e da criação de gado. Casada há 40 anos, Maria José não sustenta os filhos sozinha, pois conta com o marido para dividir despesas e preocupações familiares. Sua narrativa é pontilhada de alegria, traço ausente em outras narrativas femininas inquiridas na pesquisa.

5.3 Histórias da *Mata dos Gomes*

“Terra aqui era de quem chegava e queria colocar seu pedaço de roça

*Os que vieram pra cá, minha filha, não veio com riqueza.
Melhoraram a vida foi aqui trabalhado.”o.
(Justina Gomes)*

Justina Gomes da Silva¹⁵¹, 84 anos, nasce em Itapecuru, Maranhão, em 1931 e migra para o Médio Mearim aos seis anos de idade. Seus tios, da família Gomes, já vivem na região e um deles busca sua mãe, por ali ser “mais melhor de trabalhar”. Os Gomes são considerados - e consideram-se - pioneiros na *abertura* do local onde hoje é a cidade de Lago Verde. Migram da região do Itapecuru, cuja fronteira agrícola já havia sido fechada entre as décadas de 1920 e 1930. Posteriormente, entre as décadas de 1950 e 1960, alguns deles partem rumo a

¹⁵¹ Utilizo nas citações GOMES (2013) para distinguir mais claramente da entrevista de Francisco dos Santos Silva e para realçar o pertencimento à família Gomes.

Roraima “caçando ouro” e “botando linhas de roça”, “fazendo abertura” e desbravando outras matas. A migração e a busca de novas terras são, portanto, partes de sua experiência de vida e trabalho.

Na cidade de Lago Verde, hoje, vivem três membros dessa família: Dona Maria Grande, com 98 anos no momento da realização da *entre/vista*, infelizmente já sem condições satisfatórias de saúde e memória, sua filha Justina e um neto. A maioria dos irmãos de Maria Grande falece nos estados de Roraima e Mato Grosso, para onde migram. Os demais narradores *entre/vistados* na cidade de Lago Verde e em áreas circunvizinhas recordam que, por volta de 1958, quando chegam à região, ali é Centro dos Gomes.

Na região do Médio Mearim, entre as décadas de 1930, 1940 e 1950, há inúmeros *centros* nas áreas pertencentes aos municípios posteriormente instituídos. Muitos deles têm famílias maranhenses como pioneiras e tornam-se cidades ou povoados habitados por um contingente crescente de migrantes nordestinos.

Quando Justina chega à região do Médio Mearim, em 1937, com os pais e três irmãos estabelece-se em Sapucaia nas imediações de onde hoje é a cidade de Lago Verde. Assim descreve brevemente o local: “Sapucaia era uma coisinha pequenininha, não tinha casa, não tinha muita gente não. Era pouca gente. Mata, tudo era mata” (GOMES, 2013).

A expressão *mata* é recorrente na fala de Justina em referência ao espaço onde passa a infância e a juventude. Sua família nuclear permanece em Sapucaia de 1937 a 1944, ano da separação dos pais. Sua mãe, Maria Grande, deixa Sapucaia e vai viver com os filhos na *Mata dos Gomes*, perto dos irmãos. Enquanto outros narradores denominam Centro dos Gomes, Justina emprega o termo *Mata dos Gomes*. O crescimento e expansão são apreendidos com a categoria *abertura*. Justina o utiliza tanto para designar ações dos Gomes nas décadas de 1930 e 1940, quanto para ações de nordestinos (cearenses, paraibanos, potiguares), provavelmente a partir da década de 1950: “[Os Gomes] chegaram, fizeram abertura. Fizeram a casa deles, as casa de taipa, de palha e vieram. Home trabalhador, esperto, não tinha muita preguiça, né? E cuidaram, fizeram e começaram aqui, e daqui foram se embora” (GOMES, 2013). Afirma que, em 1944, ali só há maranhenses, todos da família dos Gomes. Em poucas palavras define os tios, desbravadores dessas e de outras *matas*: “Meus tios eram uns home moreno, trabalhador de roça, bebedor de cachaça”.

É interessante o realce da cor da pele na descrição dos Gomes: “Eram uns home moreno”. Do mesmo modo, muitos migrantes nordestinos destacam a cor da pele de maranhenses, classificando-os como pretos e muitas vezes associando elementos negativos à cor. São comuns referências pejorativas a religiosidades afro-brasileiras praticadas por

maranhenses, como feitiçaria e macumba, ou um temor da convivência com *peessoas de cor*, tidas como violentas e inferiores. A articulação da branquidade é um dos pontos de manifestação da tensão entre maranhenses e migrantes nordestinos na fronteira agrícola do Médio Mearim e, portanto, é emblemático que Justina pontue o fato de os tios serem *homens morenos*.

Na história da família Gomes, Justina demarca um dos começos da história de Lago Verde. A referência recorrente à *mata* e à *abertura* não implica simplesmente não haver nada; indica antes o começo de uma história. Conforme Portelli (2012, p.115), “Essa fórmula (não tinha nada) é muito recorrente em outras narrativas. [...] ‘Não havia nada’ significa tanto que a história estava ocorrendo em outro lugar, como que ainda é possível lembrar o começo da história nesse lugar”.

Assim Justina recorda a chegada da família na mata dos Gomes:

[os Gomes] já estavam aqui. Aí ela [Maria Grande] veio pra acompanhar eles. Aqui não tinha abertura, não senhora, aqui cada qual fazia sua barraquinha de palha e trabalhava de roça. Em [19]45 tinha 110 linha de roça aqui dentro, não tinha casa não, povo tinha pouquinha casa. Só lá, lá embaixo, lá na rua São Domingos, que tinha as casa. (GOMES, 2013)

A grande quantidade de linhas de roça sobressai nas narrativas de Justina, de Maria José e de outras(os) migrantes; símbolo do trabalho com afinco e da possibilidade de uma grande produção, não tem seu acionamento restrito aos nordestinos. Para os egressos da região do Itapecuru, a pujança das terras do Mearim e o trabalho duro na roça também são dignos de referência. Justina também enfatiza a dificuldade de comercialização da produção e seu transporte em tropas de burro. Procura-se produzir tudo que é necessário para a sobrevivência no próprio *centro*. Alguns itens, como açúcar e café, adquiriam-se no povoado de São José das Verdades ou São José das Mentiras¹⁵², acessível somente em lombos de animais, até o início da década de 1970.

Justina não demarca com precisão e clareza o momento em que os migrantes nordestinos “pegaram chegar”. A narradora fala, sem muita convicção, no ano de 1948, mas é mais provável que as levas mais significativas tenham sido em 1958. Em poucas palavras define socialmente os sujeitos que chegam à região:

¹⁵² Inicialmente conhecido como São José das Mentiras, o povoado de São José das Verdades é outro grande foco de migrantes nordestinos no Médio Mearim. A narradora conta que um padre rebatizou o lugar dizendo: “condenada era a boca de (?)quem chamasse São José das Mentiras, que era pra chamar São José das Verdades.” Não ouvimos, até o momento, explicações para o primeiro nome do local. Nos livros de casamento das Paróquias de Santa Teresinha e de São Francisco das Chagas, em Bacabal, aparecem três denominações para esse povoado: São José das Mentiras, São José dos Mentirosos e São José das Verdades.

Eles eram umas pessoas trabalhador de roça, tudo trabalhavam de roça, né. Eles entraram pra cá pra trabalhar de roça. Pobres. [...] Eu não sei se eles vieram foi em 48, é que eu não tenho lembrança. Mas parece que foi de 48 pra cá que eles pegaram encostar. É que pra lá deu a seca, né, faltou água e chuva pra lá, aí eles desceram pra cá de a pés, de a pés, de jumento.
 [...] É eram pobre, tudo pobres. Aí chegou, botaram tudo pra trabalhar e foi começando a trabalhar na roça. (GOMES, 2013, grifos meus)

As características ressaltadas dos migrantes nordestinos – pobres e trabalhadores de roça – são emblemáticas por não seguir o lugar comum das representações desses sujeitos como retirantes. *Pobres*, não *flagelados*. Migram, segundo Justina, por conta da seca e chegam à *Mata* dos Gomes “a pés ou de jumento”, por não haver estrada para passagem de caminhões. Vêm, provavelmente, de pau de arara até Bacabal e de lá prosseguem a pé ou em lombos de animal. “E logo aqui era fechado, aqui não tinha essa estrada que tem hoje, não senhora. Quem vinha de Lago Limpo ali, do Lago Limpo é que furaram pra cá, fizeram, entraram pra caçar, tinha muita caça, entraram pra caçar e aí se agradaram do lugar, do pedaço de chão e aí botaram a roça e pegaram pra trabalhar, aí foi juntando gente ” (GOMES, 2013).

Justina pontua ainda uma convivência pacífica entre maranhenses e nordestinos, já que “a gente tinha que se unir”. Se o tempo da *Mata* dos Gomes é associado, nessa narrativa, à ação dos seus tios, o crescimento e a expansão da cidade de Lago Verde são atrelados à chegada dos nordestinos. A partir de então, a primeira escola e a primeira igreja são construídas e a quantidade de casas e moradores vai se ampliando. Para Justina, a cidade começa a crescer “quando o pessoal de fora, do Piauí, do Ceará, desse pessoal pegaram chegar aqui, pegaram vir, pegaram fazer a abertura, aí foram aumentando.” O primeiro nome da cidade, dado pelo Frei Eraldo, faz referência ao Centro do Gomes: Santo Antônio dos Gomes. Quando se institui o município, é alterado para Lago Verde. A menção ao primeiro nome do município pela narradora é uma forma de ressaltar o papel dos Gomes como pioneiros.

Na narrativa de Justina, os migrantes nordestinos são referidos como trabalhadores, empreendedores e inovadores:

Que eles trabalhavam bem de roça. Trabalhador; trabalhava e simplesmente não estragava muito o mato.
 [...] Fizeram forno até de tijolo que eu nunca tinha visto falar, de gente que veio do Ceará. Principalmente paraibano, uma família de paraibanos que veio de lá.
 É eles saíam e voltava, saía. Voltava e procurava outro lugar mais habitado.
 (GOMES, 2013)

Além de bons lavradores, os migrantes nordestinos são representados por Justina como inovadores, empreendedores. É esse aspecto, e não o afinco ao trabalho, que os distinguiria dos maranhenses. A narrativa de Justina, maranhense de família pioneira, coaduna em muitos aspectos com as representações de si traçadas em relatos de migrantes nordestinos(as). A ideia-imagem euclidiana apropriada em diversas modalidades discursivas abordadas nesta pesquisa (falas oficiais, reportagens divulgadas na imprensa e narrativas nordestinas) é acionada por Justina tanto para representar o migrante nordestino, como para representar o maranhense.

Justina, como muitos maranhenses e migrantes nordestinos, vai e volta algumas vezes para a *Mata dos Gomes/ Lago Verde*. Aos dezesseis anos foge para casar com um maranhense de Tuntum, num lugarejo próximo ao atual município de Olho d'Água das Cunhãs, e vive sete anos num povoado às margens do rio Grajaú. Em 1954, já separada, volta para junto da mãe com os três filhos desse casamento, assim como a mãe retornara de Sapucaia para junto dos irmãos uma década antes.

As trajetórias de Maria Grande e Justina têm muitas semelhanças. Ambas vivem o casamento e a separação muito jovens, posteriormente, se “ajuntam” e vivem maritalmente com outros homens e também sozinhas durante a maior parte da vida; trabalham duro para sustentar os filhos. São quebradeiras de coco, lavradoras e caçadoras. *Trabalhadeiras, viveadeiras*. Mulheres da lida e da festa. Como outras mulheres da região, “quando não iam quebrar coco, iam pra roça”. Fazem um pouco de tudo para suprir as necessidades da família:

Essa aí mesmo [Maria Grande] que quebrou [coco]. A gente chegou aqui muito nova eu cheguei muito cedo, ela nova também, trabalha muito trabalhadeira, muito viveadeira. Nós criava galinha, nós criava porco, nós criava bode, nós criava jumento pra carregar uma carga que quisesse tirar pra fora, pro Lago Limpo, pra o centro que não tinha a Santa Luzia, era lugar novo. Tinha o Centro do Mané Pedro, lá nem isso pra pessoa pra comprar, muita gente não tinha, tinha que tirar pra Bacabal e era na carga. (GOMES, 2013)

Entre 1954 e 1970, Justina permanece com a mãe em Lago Verde. Anos depois, entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, deslocam-se para Barraquinha, povoado onde vivem principalmente da quebra do coco babaçu.

Foi muito, muito coco mesmo. Larguei de quebrar porque minha mãe adoeceu, [...] se aleijou todinha, aí eu fui acompanhar ela senão ainda tava quebrando mais. [...] quebrava em casa, quebrava no mato. Mas no mato era muito mais melhor da gente quebrar. Porque ficava mais, não tinha menino pra bagunçar. É nós saía, saímos daqui nove horas chegava seis da tarde. Quebrava dez quilo. Aí um dia minha mãe foi embora aí prum interiorzinho com o nome Barraquinha, aqui

por dentro pra se arranjar. Foi embora pra lá e eu fui também. Ela passou 17 anos e eu passei 12, 12 anos lá pra poder criar meus filhos. Ora, ficavam aí, às vezes tinha uma mais maiorzinha e escaldava aí pra eles comer. Aí depois mudei pro interior pra lá pro mato, aí ficou melhor porque o coco era perto de casa. Depois eu voltei pra cá de novo, em [19]82 voltei pra cá. (GOMES, 2013)

O trabalho pesado é parte do cotidiano de Justina desde a infância. Por ser a filha mais velha de Maria Grande, cabe a ela, especialmente após a separação dos pais, ajudar a mãe no trabalho de roça. O casamento aos dezesseis anos justifica-se na sua narrativa pelo fato de o marido ser lavrador: “me casei com ele, porque eu me interessei mais porque ele era *lavrador* e eu tinha medo de morrer de fome.” Talvez Justina procurasse, na juventude, um caminho diverso ao da mãe: a segurança de uma divisão de tarefas e de um trabalho menos árduo a partir do casamento.

Mas a vida aproxima os percursos e os percalços das experiências dessas duas mulheres. Como a mãe, Justina casa, separa e precisa conquistar o sustento da família com trabalho pesado. Define a si e à mãe como mulheres que cuidam bem de roça: derrubam, capinam, catam. A contratação de homens para auxiliá-las no trabalho duro da lavoura não é vista como estratégia econômica vantajosa: “porque às vezes botava gente pra trabalhar, nós tinha que pagar, a gente indo era melhor, economizava mais.” (GOMES, 2013)

A caça e a fabricação de farinha, duas atividades normalmente atribuídas aos homens, também são parte da rotina de Justina e Maria Grande. Caçam com cachorro, não usam espingarda, mas conseguem muita caça. É com orgulho que descreve a força e a habilidade da mãe nesse trecho:

Era bom aqui, tinha muita caça. Tinha muito bicho pra gente comer. Ora, caçava tinha paca, tinha cutia, tinha tatu, tinha peba, tinha veado, tinha era muita caça. Tinha pássaro de pena, tinha jacu, tinha muçum, tinha bichinho siricora, tinha muita cacinha. A gente comia.
Caçava sim. E tava dizendo que ela [Maria Grande] derrubava roça.
Eu queria ver ter um home tirar uma fornada de farinha primeiro do que ela. Tinha não. Eu ia peneirar a massa e ela ia torrar a massa. (GOMES, 2013)

As adversidades do cotidiano marcado pelo trabalho pesado, pela dificuldade de acesso a certos produtos e serviços, pelo isolamento da região antes da construção de estradas que ligam Lago Verde à BR 316, na década de 1970, são recordados de modo jocoso por quem busca inventar coletivamente estratégias de superação. A natureza na narrativa de Justina não figura como obstáculo, mas como desafio, como fonte de resolução de problemas

do dia a dia. É com alegria e desenvoltura que se refere à malária, questão vista com preocupação ou de modo negativo nos relatos de memória anteriormente analisados.

- Pegava daqui e acolá pegava uma malarinha, mas aqui o lago é mais longe, é mais distante, mas dava malária. Mas o lago é mais distante, não tinha muita malária não. Enquanto era abafado de mata, né, mata virgem, ainda dava febre, essas coisas, doença, mas aí o povo, alimparam, a malária afastou, a doença diminuiu.
- E vocês recebiam assistência médica, assim do Estado?
- Não senhora. Nunca recebi.
- Como é que vocês faziam, por exemplo, pra tratar a malária?
- Ora, nós bebia chá de casca de pau, de pau, do mato. Casca de pau. Bebia chá de casca de janaúba, esses pau, casca de janaúba, fazia chá, bebia, saía e ia bebendo chá de casca de pau. Não tinha medicina, não senhora. E passava um e ia com a sacolinha e o saquinho nas costas e que não tinha sacola também e o saquinho vendendo caro demais pra todo mundo que podia comprar. (GOMES, 2013, grifos meus)

O chá de casca de pau, a limpeza da mata virgem, a habitação em áreas mais afastadas de lagos são estratégias de combate à malária utilizadas por quem não recebe assistência médica e não pode pagar o alto custo cobrado pelos que percorrem locais de difícil acesso para vender o Aralém. A doença, tão temida em outras recordações, aparece nessa narrativa no diminutivo – a *malarinha* –, e é controlada com práticas de cura e usos cotidianos.

A passagem da *terra solta* à *terra de dono* e do *coco livre* ao *coco preso* não é demarcada com precisão na narrativa de Justina. Com algum esforço, ela recorda os prefeitos que estão no poder quando o patrimônio do município de Lago Verde é vendido. Ela, a mãe e os filhos vivem em Barraquinha quando a terra deixa de ser liberta e têm, como muitos trabalhadores rurais do Maranhão, que sair da terra para dar lugar ao gado.

- Aí eu não me lembro pra lhe dizer, porque eu não lembro quando foi que o Benito mais o Petrônio vendeu o patrimônio da prefeitura. Aí eu não lembro quando foi. [...] Nós tava em Barraquinha quando eles venderam. Aí G¹⁵³ foi quem comprou e mandou nós sair de lá, ele ia botar boi, que era pra nós sair. Botaram. G, finado G botou o gado dele lá. Nós saimo, eu vim pra cá. (GOMES, 2013, grifos meus)

Justina não esboça demasiada emoção nesse trecho da entrevista. *A posteriori*, o fato de as terras deixarem de ser libertas é narrado como mais um dos reveses da vida que implicam novo deslocamento: em 1982, retorna novamente à sede do município de Lago Verde, onde vive até hoje. O êxodo rural nas décadas de 1970 e 1980 marca muitas cidades do Médio Mearim que recebem trabalhadores e trabalhadoras rurais, expulsos das terras pela grilagem e pela ocupação de extensas áreas, anteriormente agrícolas, pela pecuária.

¹⁵³ Opto por omitir o nome.

Os filhos de Justina também vivem experiências de deslocamento. Assim como os tios, muitos aventuram-se pelo Norte do Brasil. Alguns também partem em busca de ouro e encontram formas de sobrevivência em outros espaços. Como os tios, a mãe e a avó, não temem recomeçar muitas vezes. Se não encontrar ouro, botam-se linhas de roça que darão frutos.

5.4 E a luta continua! Quebrando coco e lutando pela terra

“Aí a gente começou a se reunir em grupo e começou trabalhando pra gente adquirir pedaço de terra pra trabalhar, porque as vez eles queriam fazer tudo de solta e tavam jogando o povo pra rua sem o povo ter a condição de trabalhar, porque num tinha emprego. E aí nós entremos na luta e hoje nós tamos lá na área de assentamento né? Pegamos essas área. Tamos na área de assentamento; lá é grande! E a gente vai levando a luta nessa luta é se reunindo fazendo reunião, dialogando com os outro, fazendo planejamento de vida pra ver se a gente tem uma vida melhor e aí uns vão morrendo e os novo vão ficando na luta. E a luta continua!”

(Joana Guilhermina)

“Por volta de 1987 era uma febre de reuniões e grandes assembleias. Entre as mais diferentes organizações de trabalhadores. [...] O papel das mulheres acabou sendo de fazer comida pra aquele povão. Chegou um momento em que as mulheres decidiram: “Não vamos mais cozinhar pra ninguém, porque agora vamos lá pra discussão. Os homens estão fazendo a coisa errada e, se não formos lá, vão continuar fazendo. Em 1989 surgiu a ASSEMA e junto, um trabalho nas bases, principalmente com as mulheres. Criamos o grupo de estudo das Quebradeiras”

(Dona Dijé)

Joana da Silva Guilhermina nasce em 1947 no povoado de Pedra Branca, município de Camocim, no Ceará, e migra aos três anos de idade, com os pais e nove irmãos, para o povoado Santa Emília, município de São Luiz Gonzaga, no Médio Mearim, em fevereiro de 1951. Sua família chega ao povoado Independência, também município de São Luiz Gonzaga, com outras nove famílias de cearenses. Algumas permanecem nessa região, outras partem rumo a Bom Jardim e Santa Luzia do Pindaré, localizados na microrregião do Pindaré, foco de migrantes nordestinos e maranhenses a partir da década de 1950.

Em Camocim, a família de Joana vive da roça de mandioca plantada nas terras do avô. Sua migração dá-se por conta da seca de 1951-1953. Seu pai já passara por outras estiagens e, em algumas delas, trabalhara na construção de açudes para garantir o sustento dos filhos. Tendo conhecidos em São Luiz Gonzaga, vai viver como agregado nas terras de Z¹⁵⁴ – que se

¹⁵⁴ Opto por omitir o nome.

dizia proprietário de uma área posteriormente reconhecida como *terra de preto* –, pagando foro pelo uso da terra e sendo obrigado a vender a produção de mandioca, arroz e legume exclusivamente para ele.

Aí nós chegamo em Independência tinha esses conhecido e eles falaram que esse velho Z, que era o dono da terra, tinha muita terra e ele queria agregar o povo pra que o povo trabalhasse, ajudasse ele na terra, porque o povo né... o povo que trabalha mermo pros outro. E aí nós viemo, o papai quando chegou, ele se deu muito bem com o papai. Aí deu uma localidade lá pra papai fazer a casa. Papai fez a casa e nós ficamo morando lá e ele ficou trabalhando. Aí aqui mudou, lá ele trabalhava de enxada, aqui ele trabalhava mermo no facão. Como a terra era mata, só dava uma capina, plantava, roçava, queimava, aí plantava, aí só dava uma capina por cima. Aí nos tirava três safra por ano: nós tirava o primeiro arroz, tirava o segundo e ainda tirava o terceiro, que a terra era boa, né. Aí ele ficou trabalhando, se deu muito bem, foi trabalhando passou muitos ano, passou uns vinte e cinco ano trabalhando aí nesse [São]Luiz Gonzaga...

Tinha a terra livre, agora a gente que num sabia... e o Z comprou um povoaduzim, uma morada lá e lá ele se apossou da terra. Só que a gente num sabia! E a gente pagava foro pro dono, só que o dono num tinha o documento da terra. Mas quando a gente chegou, ele já era o dono, já tinha se apossado. A gente ficou lá trabalhando... Depois, depois com muitos anos que começou se organizar, começou formar sindicato, aí começaram saber que a terra, o povo não tinha documento. Era terra dos preto, era do tempo do tempo dos escravo. Na Santa Emília ainda tinha uns tachão assim, aonde era cozinhado pros escravo, não é? A gente via aqueles tachão, só que a gente não sabia, aí as terra, que a maioria das terra, aí mermo era terra dos escravo, dos preto, que eles sofriam muito. (GUILHERMINA, 2013, grifos meus)

As boas notícias que trazem o pai de Joana a São Luiz Gonzaga, no Médio Mearim, não são a existência de terras libertas, mas a facilidade de conseguir trabalho junto ao Z, tido como grande proprietário de terras. Z figura como uma das pontas das *teias migratórias*, pois ele “queria agregar o povo para que o povo trabalhasse”. Outros migrantes, igualmente agentes das *teias migratórias*, tratam de propalar bonanças entre conterrâneos, parentes e amigos, atraindo outros lavradores para a região. Dessa forma, são os “conhecidos” que atrelam o pai de Joana às terras de Santa Emília e ele, inicialmente, se adapta bem às novas condições de trabalho: “ele [Z] se deu muito bem com o papai”. Os elementos fundamentais para a fixação são fornecidos pelo dito proprietário: moradia, terra e trabalho.

Esse trecho da narrativa descreve adaptações necessárias às técnicas de trabalho no Maranhão. A existência de matas – terras virgens – dispensa o uso da enxada: a “capina por cima” e a “queimada” tornam a terra pronta para o plantio. A abundância de chuvas no Maranhão – iniciam em outubro e só se encerram em junho do ano seguinte – favorece a lavoura. A ideia-imagem da natureza promissora figura na narração das três safras tiradas por ano: “Aí nos tirava três safras por ano: nós tirava o primeiro arroz, tirava o segundo e ainda tirava o terceiro, que a terra era boa”. Apesar da família camponesa de Joana se dedicar à

plantação de outros produtos visando à comercialização – como a manaíba –, o arroz é o elemento acionado na narrativa para compor a representação da fatura.

O pai de Joana permanece 25 anos como agregado em Santa Emília, pagando foro pelo uso de uma terra usurpada. Somente no final dos anos 70, com a organização de sindicatos e movimentos de luta pela terra em São Luiz Gonzaga, a família de Joana e de outros agregados tomam conhecimento do fato de Santa Emília ser *terra de preto*. Durante mais de duas décadas, a existência de *terras libertas* no Maranhão é desconhecida por Joana e outros trabalhadores(as) rurais dessa localidade. Conforme narra: “tinha a *terra livre*..., agora a gente que num sabia”.

O ato de rememoração não é um retorno ao vivido, mas uma reconstrução a partir das experiências acumuladas pelo(a) narrador(a). Nesse sentido, o envolvimento de Joana na luta pela terra e pelo *babaçu livre* no curso da vida permite-lhe tecer uma avaliação crítica das condições a que os trabalhadores rurais são submetidos durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, na área abrangida pelo município de São Luiz Gonzaga.

Nas duas décadas e meia em que o pai trabalha como agregado nas terras ditas de Z, o foro¹⁵⁵ é pago em alqueires de arroz; a farinha fabricada com a mandioca colhida da terra é vendida obrigatoriamente ao *dono*; e os mantimentos indispensáveis, não produzidos localmente, são comprados também obrigatoriamente na *barraca* de Z. Uma teia de endividamento atrela o lavrador à barraca do fazendeiro:

É aqui num tinha, aqui a gente num vendia nada aqui, nem o babaçu era vendido, eles num comprava nem o babaçu. O babaçu a gente quebrava e fazia tirava o óleo do babaçu, né? E aí a gente encomendava com outras pessoa que eram lavrador e eles compravam o óleo na mão da gente. E pra gente fazer num tinha feira, a gente vinha fazer a gente comprava a miudeza era nas barraca, que nesse tempo chamava quitanda, né? As barraca dos fazendeiro. Eles tinham barraca que tinha tudo né, tinham açúcar, tinham sabão, tinha tudo que precisava e a gente comprava lá. (GUILHERMINA, 2013, grifos meus).

Por ser uma área de ocupação antiga no Médio Mearim, o município de São Luiz Gonzaga não oferece ao migrante nordestino recém-chegado, a possibilidade de acesso a *terras sem dono*, ainda abundantes em muitos povoados e *centros* de outros municípios dessa região na década de 50. O depoimento de Joana e de outros migrantes ali fixados sinalizam para *teias migratórias* direcionadas ao fornecimento de mão de obra para sujeitos que se intitulam proprietários. Além dos *agenciadores* que conduzem trabalhadores de outros estados do Nordeste para a região, especialmente em anos de seca, quando os agregados se

¹⁵⁵ O pai de Joana paga três alqueires por linha de arroz plantada.

tornam mais suscetíveis à migração, o outro ponto da *teia migratória* é a *barraca* do fazendeiro, onde se compra obrigatoriamente tudo o que não se produz. A grande disponibilidade de *terras sem dono* torna esse mecanismo, juntamente à cobrança do foro abusivo, indispensável para o atrelamento do trabalhador migrante.

A destruição de roças pela invasão do gado dos *ditos donos* da terra é outro problema enfrentado por Joana como lavradora desde a infância à maturidade:

Trinta alqueire, pagava trinta alqueire por roça por ano [como foro]. E o gado do fazendeiro ainda entrava na roça e ainda comia as mandioca e a gente ainda tava arrancando as mandioca e o gado comendo por outro lado. E a gente num tinha voz, se a gente matasse um gado era pior de que matar uma pessoa. A gente num podia matar e não podia tudo que saísse.

E nós, quando eu me casei, nós fumo, eu fui me embora prum lugar chamado Santo Antônio. Lá também era a merma coisa: ninguém podia ofender nada. Um dia a gente, a gente já sabia que tinha a lei em aberto, né, a lei e mas era o prefeito num liberava a lei, e a gente que era do interior, num sabia.

E nós fumo morar lá no Santo Antônio. Chego lá, o porco do dono da terra, era um bocado de porco, e aí a gente fez uma roça, o feijão tava todo maduro. Meu esposo saiu e eu saí pra caçar [coletar] uns coco [babaçu]. Quando eu cheguei, tava a roça cheia de porco, porco comendo... Eu peguei a espingarda, dei um tiro no porco, matei, dei outro tiro no outro porco e ele correu pra casa e eu fiquei cantando. E meu esposo: "– Vai te esconder que destá [deixa estar] que eu vou resolver!" E meu esposo ficou escondido, eu fiquei e eu disse: "– Se for pa...", porque quem fizesse isso ia preso. Eu disse: "– Eu resolvo o problema." Aí eu fiquei, a gente foi chamado. Chegou lá aí porque tinha matado e eu falei: "– Eu num matei, o porco foi morrer porque tava comendo a alimentação de meus filho. Agora o porco ia comer a alimentação de meus filho e eu ia morrer de fome com meus filho?! Então eu matei o porco pra dar vida a meus filho, porque o dono num tirava. E eu sei que eu ganhei a questão." (GUILHERMINA, 2013, grifos meus)

Nesse trecho, Joana refere-se a episódios ocorridos em momentos distintos da sua vida. O primeiro ocorre rotineiramente em Santa Emília: a destruição das roças de mandioca pelo gado do patrão. O agregado é obrigado a pagar o foro, independente da ocorrência ou não de intempéries climáticas, pragas, furtos ou invasão de roças pelo gado. O sustento da família de Joana na sua infância e juventude dá-se através da lavoura de arroz e mandioca, da qual se ocupam pai e filhos; da costura - atividade exercida pela mãe; e da quebra do coco babaçu, exercida exclusivamente pelas crianças. O equilíbrio dessas atividades é fundamental para a manutenção de uma família numerosa, submetida a condições de exploração pelo fato de trabalhar em terra tida como *alheia*. A invasão das roças pelo gado de fazendeiros é uma das formas mais violentas de exercício de poder pelos proprietários, grileiros ou pretensos grileiros. O gado destrói o produto de meses de trabalho e desnuda, para o trabalhador, sua situação de exploração e vulnerabilidade.

A narração do segundo episódio inicia-se com a descrição de uma atividade comum ao universo feminino e infantil de trabalhadores rurais do Médio Mearim: a coleta do coco babaçu, exercida por Joana como filha, na infância, e como mãe/mulher, na vida adulta. A coleta e quebra do coco babaçu, apesar de não ser, conforme a narradora, uma atividade rendosa até a década de 1960, é primordial para garantir o vestuário das crianças. Ela e os irmãos ajudam o pai na lavoura e dois dias por semana quebram coco: "Nós trabalhava na roça, quando dava, toda semana o pai dava dois dia pra nós quebrar coco pra comprar roupa. Aí nós todo mundo ia quebrar coco pra comprar nossa roupinha." (GUILHERMINA, 2013).

É durante a coleta do coco babaçu que Joana flagra a invasão de porcos na roça. Sua ação é descrita como imediata e impulsiva: o tiro de espingarda sai como contingência do instinto de sobrevivência.

São Luiz Gonzaga é, dentre os municípios do Médio Mearim abordados neste estudo, o que conta com menos assistência estatal e infraestrutura. Muitos produtos inexistentes na pequena feira da cidade precisam ser comprados em Pedreiras e Bacabal, em percursos de seis e dez léguas respectivamente, passando a pé por veredas e trechos alagados. A dificuldade de vias de comunicação e transporte contribui para onerar ainda mais o custo de vida das famílias camponesas ali residentes. Nesse ambiente, a invasão de roças pelo gado causa prejuízos imensos. O gado é tido como inimigo potencial do lavrador, e este não teria o direito de enfrentá-lo. A luta por melhores condições de vida e trabalho dos camponeses e camponesas do Médio Mearim pressupõe um embate com um dos seus maiores inimigos: o gado que destrói a plantação, mas não pode ser morto.

Joana casa em 1969 e vai viver, com o marido e os filhos que geram, em Santo Antônio dos Nogueiras, outro povoado do município de São Luiz Gonzaga. O episódio do tiro de espingarda dado por Joana num porco ocorre em 1979, quando já participa das mobilizações políticas de trabalhadores(as) rurais da região. A maternidade e a militância lhe dão coragem para matar o inimigo que destruía suas roças. Assim relata ao delegado, defendendo-se da prática do delito, mais repudiado e punido no campo que o assassinato de um ser humano: “- Eu num matei. O porco foi morrer porque tava comendo a alimentação de meus filho. Agora o porco ia comer a alimentação de meus filho e eu ia morrer de fome com meus filho?! Então eu matei o porco pra dar vida a meus filho, porque o dono num tirava. E eu sei que eu ganhei a questão.” (GUILHERMINA, 2013)

Se o enfrentamento do porco no momento do ataque às roças pode ser interpretado apressadamente como ação espasmódica, sua argumentação diante da lei e do Estado dá-se pela instrumentalização de leituras e estratégias apreendidas nos movimentos sociais. Os

argumentos da maternidade e da sobrevivência permitem-lhe inverter a lógica da ação: é como protetora dos filhos e não como assassina de porcos que deve ser vista perante a lei.

O mundo do trabalho levaria Joana a engendrar outras lutas: como a pelo *babaçu livre*. Sua narrativa dessa luta constrói-se discorrendo sobre a valorização do babaçu a partir da década de 1960 e sobre as práticas coletivas que envolvem sua coleta, quebra e transformação:

A luta pela quebra do coco, mermã? No começo, quando nós chegamo em [19]51 o coco num tinha valor. Aí nem ninguém fazia carvão pra cozinhar não. Era jogado todo fora. Tirava só o azeite, tirava a amêndoa e fazia o azeite de coco, o óleo do coco. Depois quando em [19]60, na era de [19]60, aí começou a aparecer preço pro coco e eles começaram a comprar. Aí a gente começou a se envolver na quebra do coco. Aí começou quebrando bem. Aí [19]65, aí começou dar valor na casca, na casca do coco, começou fazer o carvão pra cozinhar a alimentação. Que a gente, até essa época, a gente cozinhava com lenha, as madeira! Aí a gente começou, aí o coco começou a ter valor. Tanto tinha valor a amêndoa como a casca. E a gente começou se envolvendo na quebra de coco e aí era as família toda. A gente juntava os coco, juntava a gente reunia muitas mulheres e ia pro mato quebrar o coco. E quando a casca começou a ter valor. Aí a gente juntava os coco, catava, catava num lugar só muitas mulheres e sentava e quebrava o coco junto, nós juntava tudim e quebrava. Hoje eu quebrava pra mim, amanhã depois quebrava pra outra e depois pra outra e depois pra outra, até terminar a safra. Aí, ia fazer carvão das casca, aí nós hoje fazia carvão pra um, amanhã fazia pra outra, depois pra outra, até terminar, assim trabalhava de grupo. Porque trabalhava de grupo, me deu força pra na época da desapropriação nós entrar com a ação, porque já trabalhava, já tinha o começo do grupo. Todo trabalho que nós fazia era em grupo, era pra roça, quebrando coco. É. Foi mais fácil assim, porque já tinha a organização dos babaçu, né? A gente já tinha a organização de quebrar os coco junto. Então é, entrou uma coisa com a outra, né? Porque na organização da terra, né, de adquirir a terra, a gente, as muié já era organizada e aí depois os homi aceitaram as muié entrar no movimento. Foi assim que as muié se enganaram no movimento, pelo babaçu livre. Aí se enganou todas as mulheres. Porque na época da desapropriação da terra os marido num deixava as mulheres entrar. Era algumas que entrava. Mas no movimento do babaçu, entrou todas as mulheres, porque o babaçu é das mulher. (GUILHERMINA, 2013, grifos meus)

A valorização de diversos subprodutos do babaçu no mercado, a partir da década de 1960, amplia seu papel no orçamento das famílias camponesas. Faz-se necessário organizar o trabalho de coleta e quebra do coco e de fabricação de carvão, azeite, sabão e outros derivados, buscando aumentar a produtividade e maximizar seu aproveitamento. A repetição cotidiana do trabalho coletivo institui um sentido de grupo nas mulheres que compartilham essas tarefas. Joana verbaliza essa questão: "é, foi mais fácil assim, porque já tinha a organização do babaçu, né? A gente já tinha a organização de quebrar os coco junto".

O movimento do babaçu livre é organizado no Maranhão - e no Brasil - por mulheres. Discute-se que, apesar de homens e crianças se dedicarem à coleta e quebra do coco, essa atividade, histórica e politicamente, foi associada ao universo feminino. Joana Guilhermina

(2013) também corrobora dessa interpretação, "porque o babaçu é das mulher", e pontua a dificuldade e o preconceito enfrentado pelas mulheres que se engajam nos movimentos de luta pela terra no município de São Luís Gonzaga.

A coleta e a quebra do babaçu, considerada uma atividade complementar e não fundamental para o sustento das famílias, são associadas ao universo feminino por serem vistas como uma questão *menor* diante dos problemas enfrentados na luta pela terra. Assim, inicialmente, não há espaço para mulheres nas mobilizações em torno da defesa do direito à terra. Caberia à figura masculina, normalmente atrelada à lavoura e ao sustento da casa, desempenhar essas funções.

Ao contrário de outras mulheres lavradoras e quebradeiras de coco, Joana se engaja rapidamente nos movimentos em defesa da terra e ainda conta com o auxílio do marido e do filho mais velho, que cuidam da casa e das crianças enquanto ela se dedica à militância pela terra.

- E o seu marido não ficava com medo da senhora participar do movimento?
- Não. Ele me deixou. Quando a gente começou a entrar no movimento de mulher só tinha eu! Os outro tudo era homem, que as mulheres os marido num deixavam não. Eu chegava numa assembleia que tinha, as vez tinha de trezentos homi, de mulher, só eu. Eu enfrentei tudo isso! E ele sempre, ele sempre deixou. Ele num ele num ia pra onde eu não, eu ia, ele ficava em casa cuidando dos filho.
- Ah! Ele não ia? A senhora que ia?
- Eu que ia! Ele ficava em casa cuidando dos filho. Logo ele é assim analfabeto, ele num sabe ler. E aí ele tinha confiança mermo em mim. Ele tem confiança. Eu saio pra todo canto. Ele sabe que eu, ele sabe que eu sou justa, que num vou trair ninguém, ele sabe que eu sou firme. E ele tem confiança. Ele deixava eu ganhar os mundo. Mermã, eu andei muito, município de Pedreira, Lima Campo, Lago da Pedra, Lago do Junco, por aí acho que, município de Bacabal, por ali tudo. Mermã, eu caminhei em reunião! E era de pé, que num tinha carro! Pareceu carro depois que tava mais organizado, aí apareceu transporte. (GUILHERMINA, 2013, grifos meus)

Na infância, Joana e os irmãos são alfabetizados por um professor particular contratado pelo pai no povoado em que vivem. A alfabetização é apontada pela narradora como diferencial: o fato de o marido ser analfabeto esclarece, em parte, seu afastamento das lutas pela terra. O "saber ler" possibilita a Joana o ingresso num campo tido como tipicamente masculino.

Quando se iniciam as aulas públicas no município de São Luiz Gonzaga, Joana não as frequenta por não ter permissão do pai. Frequentar a escola é visto como prática perigosa num ambiente onde as mulheres devem viver restritas ao lar e ao trabalho familiar, até arranjar um casamento. A manutenção da virgindade das filhas solteiras é uma preocupação comum aos pais, que inibem quaisquer atos que possam levar as filhas a "ficar faladas". Portanto, Joana

só volta a estudar depois de casada e torna-se professora primária nos povoados do município de São Luiz Gonzaga, onde passa a viver: Azedo e Santo Antônio dos Nogueiras.

Na vida adulta, constrói relações diversas das vividas na infância e juventude. O estudo, o trabalho e a militância levam-na a dividir tarefas atribuídas normalmente ao universo feminino com o marido e o filho mais velho. São eles que cuidam da casa e dos filhos menores enquanto Joana frequenta reuniões e participa de mobilizações inicialmente restritas aos homens. O casamento representa a possibilidade de maior liberdade de trânsito: "ele deixava eu ganhar o mundo", numa relação baseada na confiança. A maioria das mulheres do campo, de sua geração, tem os passos e as ações restringidos pela desconfiança dos maridos.

Como Joana Guilhermina, Maria de Jesus Ferreira Bringuelo, mais conhecida como Dona Dijé, uma das fundadoras do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) - e atuante há diversos anos na ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão) -, concilia trabalho, maternidade e militância. Dijé nasce no povoado Cajueiro, município de Bacabal. Sua mãe era descendente de escravos e natural de Monte Alegre, município de São Luiz Gonzaga. Aos 7 anos, depois de retornarem a Monte Alegre, Dijé (2004) deixa a casa da mãe e vai para a sede de São Luiz Gonzaga trabalhar como empregada e viver em casa "alheia" para garantir os estudos: "Naquela época, só tinha duas maneiras de se estudar: ir para casa de um branco ou de um parente. Quando a gente ia pra casa de um branco era para ser ama ou ser empregada. Nessa trajetória, fui até os meus 15 anos, depois voltei para a comunidade." Maranhense, negra, descendente de escravos e trabalhadora rural, Dijé aciona uma categoria recorrente em muitas áreas do Maranhão: casa de branco. O "branco" não é necessariamente branco na cor, mas normalmente não é negro e não é integrante das classes mais baixas da sociedade. Nem preto, nem pobre, mas patrão, elemento embranquecedor, no sentido atribuído por Dijé.

Em 2004, ela concede entrevista a Iracema Dantas, publicada na *Revista Democracia Viva*, na qual narra a história da luta pela terra no povoado Monte Alegre. Numa *terra de preto*, onde vivem 97 famílias, ocorrem conflitos muito agudos entre 1976 e 1979, que levam a comunidade, sob a liderança de mulheres, a se organizar na defesa do direito de acesso à terra.

Assim Dijé narra a história de ocupação, usurpação e luta pela terra no povoado de Monte Alegre:

Tivemos uma grande luta pra permanecer na nossa terra Monte Alegre, foi onde ocorreu um dos primeiros conflitos do Maranhão. As lutas pela terra no Maranhão só começam a ser conhecidas a partir dos anos 80, mas o nosso embate foi ainda nos anos 70. [...] A história da nossa comunidade começou em 1870. Nesse ano o coronel Lisboa Ferreira comprou as terras de Monte Alegre e se mudou pra lá com os escravos. Depois da Abolição, em 1888, os negócios da fazenda já não iam bem e o coronel pouco se interessava pelas terras. No ano de 1907, ele resolveu ir embora de vez e deu a posse de parte das terras a 12 negros que ainda estavam na fazenda. Pelo que contaram nossos antepassados, ele doou uma parte e vendeu outra. [...] O primeiro conflito foi a descoberta que esses 12 negros tinham sido enganados pelo capataz da fazenda. Os negros não sabiam nem ler nem escrever e o tal capataz dizia que a escritura que o coronel fez estava errada, que precisava levar ao cartório. Só que nesse conserto, quando eles abriram os olhos, os tais sabidos já era o dono de toda terra. Apesar de terem descoberto isso, os negros não tinham a quem recorrer. Além disso, era uma área muito grande, quatro léguas de terra e todo mundo continuou vivendo lá mesmo. Mas o problema veio à tona quando o capataz morreu em 1976. Os filhos lascaram a vender tudo e venderam a terra com o povo todo dentro. Aí foi uma briga, uma guerra de fogo. (DONA DIJÉ, 2004, grifos meus)

A resistência à usurpação das terras de preto do povoado Monte Alegre é organizada por mulheres. Dijé destaca a liderança de Dona Vitalina, que dizia: “Daqui ninguém tira nosso povo. Eu só saio se for com São Benedito” (DONA DIJÉ, 2004). Dijé narra as estratégias de luta acionadas por ela e por outras duas lideranças femininas do movimento: Dona Vitalina e Dona Nazi. Apesar do medo e do desconhecimento das implicações de estar vivendo no período da Ditadura, essas mulheres de Monte Alegre tomam a frente do movimento, aprendendo as ações e posições a serem tomadas no próprio fazer-se da luta. A iminente busca da sobrevivência impõe a necessidade de organização da resistência. Quando Iracema Dantas pergunta se a resistência é predominantemente feminina, Dijé esclarece:

Sim, toda das mulheres. Lideradas por dona Vitalina, fazíamos nossas reuniões no mato e íamos bolando o que fazer para não ter que sair da terra. Durante a semana todinha quebrávamos coco; sábado e domingo pegávamos um caderno e saíamos pelo povoado pedindo ajuda – dinheiro mesmo! Só que nós não dizíamos muito bem pra que era essa ajuda. Algumas pessoas diziam: “Ah! Essas mulheres querem é uma bala”. Mas fomos lutando e nos organizando, e, quando já sabíamos o que fazer, resolvemos chamar os companheiros. Os homens pegavam nas armas mais pesadas, as mulheres eram pra pensar.

[...] A primeira coisa que decidimos fazer foi contar o que estava acontecendo em Monte Alegre, as ameaças que a gente sofria. Começamos a escrever um monte de cartas e enviar pra tudo quanto era endereço que alguém tivesse. Nós escrevíamos de noite, dentro das casas, tamanho era o medo... Sempre ficava alguém vigiando as portas, enquanto uma de nós escrevia as cartas. Nós tínhamos medo, muito medo, medo, muito medo...

Uma coisa incrível é que nem tínhamos noção que vivíamos numa Ditadura Militar, nós lutávamos pela sobrevivência. Tudo isso aconteceu entre 1976 e 1979, não tínhamos noção sobre política. Nosso medo era bem mais próximo: se alguém nos deletasse seríamos presas. Nessa época tinha muita mulher grávida na nossa comunidade – inclusive eu – e o medo era ir para prisão. Passamos dois anos sem botar roça, a saída era só quebrar coco pra comprar comida e fazer o dinheiro. Existe um ditado popular que diz que negro não trabalha, que negro é preguiçoso. Você já pensou o que é passar dois anos sem juntar um pé de arroz, sobreviver só do coco pra tudo? (DONA DIJÉ, 2004, grifos meus)

A escrita, dominada por mulheres no meio rural, passa a ser uma ferramenta importantíssima de ação. Ainda que sem plena consciência da conjuntura política vivida pelo país, as ameaças de expulsão e a perda de acesso à terra fazem da resistência um implicativo para a sobrevivência. Além do papel desempenhado no “pensar o movimento”, no momento da expulsão de inúmeras famílias, o coco babaçu, elemento complementar à economia camponesa, passa a ser o meio principal de subsistência das famílias de Monte Alegre.

Muitas mulheres lavradoras e quebradeiras de coco contemporâneas de Joana e Dijé ingressam, inicialmente, nas mobilizações relativas à quebra do coco babaçu. Pela luta desenvolvida em prol do *babaçu livre*, muitas delas integram-se, posteriormente, nos movimentos de luta pela terra, como narra Joana Guilhermina:

Começou a organização do movimento, já começou assim em [19]79 já o povo já começaram já se espalhar e já reunir, é, criar sindicato, fazer seu movimento, né? Eles já começaram porque os fazendeiro, os dono da terra já começaram, já jogar o povo pra fora e pra semear capim nos terreno. O povo como num tinha condições pra ir pra cidade, porque não tinha condições de convivência na cidade, aí começaram a criar um movimento, né? Criar sindicato e se levantar com o movimento atrás de adquirir a terra pra convivência, porque senão ia morrer muita gente como ainda morreu foi gente nos trabalho, nas organização, no sofrimento, ainda morreu um bocado de gente. Porque ali envolvesse ou lutava ou então morria de fome, porque os fazendeiro num aceitava mais ninguém trabalhar fora. Então começou formando o sindicato e aí começou formando envolvendo mais os homi, depois começou envolvendo as mulheres e o movimento começou aumentando. Na primeira que teve movimento pelo sindicato e a Igreja Católica, que eles entraram em ação por nós. Aí eles, o dono da terra mandou arrumou um bocado de pessoas e mandou que era pra acabar com o povo, matar o povo, que tava se organizando no sindicato. Aí o povo se reuniu mais de duzentos homis que se reuniram na beirada da estrada no pedaço da estrada pra defender, o povo que vieram num teve coragem de enfrentar. Aí nós caminhamos e nós fizemo uma luta muito grande e depois dessa luta foi feito um levantamento pelo sindicato mandado pelo governo federal pra o governo saber o que tava acontecendo, né? nessa região do Maranhão. E quando chegou lá que o governo conheceu da realidade que tava aqui. Aí foi que foi chamado o povo e formado a organização maior e foi dado o conhecimento e ele entrou com o dono da terra pra indenizar a terra. Num foi tomado, foi indenizado! O governo pagou a terra e deixou a terra pra nós trabalhar! Nós conseguimos. E começamo a luta em [19]86. Quando foi em [19]91 nós recebemo o título que chamava ordem e que, pra em [19]96 nós receber o título definitivo, aí a gente nunca recebeu. Foi recebido só essa ordem e o título definitivo até o dia de hoje ainda num saiu. [riso] A gente espera até o dia de hoje, porque a luta sempre é assim, né. E aí nós vive nessa luta, se reunindo, dialogando como se vai fazer, porque na verdade tudo que o povo conheceu a terra com dono, teve muito que desembestou a que a terra num é pelo povo, e aliás, pelo sistema. Apareceu uns projeto e o projeto mais fácil que ele achava pra adquirir era o de gado. E a maioria das pessoas fizeram projeto pra gado e semearam terra com capim. É poucas pessoas que num tem que o capim que a terra num tá aí semeada de capim, por essa porque a gente era pra fazer projeto era pra lavoura, e era mais difícil. Pra gado era mais fácil e o povo continuaram a fazer projeto pra gado e começaram a explorar a terra plantando o capim. E agora as organizações, a gente tá lutando, se organizando pra ver se refloresta a terra novamente, porque a terra tá fraca e tá sendo a falta da chuva pela derrubada

das matas! Certo, até a chuva tá faltando, porque a chuva no Maranhão tá diferente, que hoje só chove mermo no mês de janeiro, a falta das matas! E aí a luta continua, porque cada vez mais que vai explorando as coisas, a gente vai lutando pra ver se acha uma melhora pra que a natureza revolte, seja mais zelada, pra que ela tenha força, porque até nessa destruição até a terra fica fraca. (GUILHERMINA, 2013, grifos meus)

A luta pela terra é o elemento central e estruturante da narrativa de Joana. As referências coletivas presentes no seu relato (nós, a gente, o povo) não distinguem maranhenses e nordestinos, homens e mulheres. Todos se engajam e precisam se engajar em uma luta que se inicia em 1979, intensifica-se nos anos 80 e só alcança resultados significativos na década de 1990. A mobilização dá-se em função da luta pela sobrevivência: luta-se para não morrer - apesar de muitos trabalhadores terem morrido no percurso de muitos anos de enfrentamento e negociação.

O enfrentamento faz-se em relação aos fazendeiros e projetos agropecuários implantados na região. As terras passam a ser semeadas com capim, e não há mais espaço e trabalho para homens e mulheres que vivem da roça e da coleta e quebra do coco babaçu. A sobrevivência só ocorre em duas alternativas: através do êxodo rural e da luta pela terra. Os que permanecem se engajam na luta e logram, após quase duas décadas de negociação com o governo federal, se estabelecem em assentamentos. Os sindicatos e a Igreja Católica são considerados, na sua fala, os artífices do movimento. A partir de sua ação, homens e mulheres se engajam na luta.

Os prejuízos de anos de expulsão do lavrador e da lavoura por gado e capim são sentidos até a atualidade pela natureza devastada. É preciso reflorestá-la depois de sucessivos anos de agressão, quando até mesmo as chuvas, antes tão abundantes, começam a escassear no Maranhão. Ao longo de mais de trinta anos de movimentos de trabalhadores rurais na região, os focos e parceiros da luta vão sendo alterados. Iniciados no final do Regime Militar e no bojo dos processos e discussões da abertura política, os movimentos encontram e buscam, num primeiro momento, o apoio da Igreja Católica, que inspirados pela Teologia da Libertação, coloca-se em posição de enfrentamento de ações arbitrárias do Estado e de denúncia de conflitos, ameaças e assassinatos de trabalhadores rurais no país. A CPT e as CEBs terão papel fundamental na organização desses movimentos.

Após a resolução provisória das questões legais e com a retomada da posse da terra, outras questões passam a ser discutidas e levantadas pelos trabalhadores rurais organizados. Joana Guilhermina (2013) e Francisco Miranda (2013) apontam o imenso prejuízo ecológico

causado por “pé de boi” nas terras onde hoje estão assentados muitos camponeses da região. O reflorestamento e a incorporação de demandas ambientalistas tornam-se imprescindíveis.

Por pensar o trabalhador como totalidade, independente do local de nascimento, é preciso provocar a narração de Joana acerca das diferenças entre migrantes e nativos. Joana aponta para a existência de práticas sociais e culturais distintas entre os dois “grupos” e, como outros narradores (as), ressalta a diferença na cor da pele. Brancos e pretos, migrantes e maranhenses, estranham mutuamente suas características e hábitos. Conforme narra,

Ó, ah! Eu conheço a relação deles com nós: quando nós chegamos, os maranhenses num tinha cultura assim, eles num sabiam fazer muito plantio, só plantavam mermo arroz e o feijão. A mandioca eles num sabiam plantar, a manaíba pra produzir a farinha; e quando nós chegamos, eles começaram a chegar.

Eles eram assim meio espantado com a gente, com os branco, e a gente começou aí a gente começou a falar e eles tinham uma cultura que é os tambor, né? tambor de punga, era o terecô, era a cultura deles e que nós num conhecia essa cultura. E aí eles começavam a se chegar e aí chamavam a gente pra participar dessa cultura deles e tinha muita gente que ia olhar e participava e ficava participando da cultura. Nós ia lá só pra visitar mermo, ainda mais nós num dava muita crença na cultura deles, né? que a nossa cultura era diferente, a gente num dava muita crença. E aí eles começavam a se chegar com a gente, aí eles começavam a se chegar, aí começavam a comprar farinha lá na mão do meu pai, aí eles começavam a se chegar, aí se chegaram todo mundo.

E os preto contavam muita história pra nós, eles contavam história que as filha tinha sido escrava, era a mãe, as vez era a vó, e eles contavam muita história. Eles dialogavam muito com a gente, eles eram pessoa que eles gostavam quando chegava um cearense, eles gostavam muito de dialogar com a gente, né?

E eles eram pessoa boa, pessoa que, só que a convivência deles era diferente. Nessa época que nós chegamos, os maranhenses num casavam, né? Era só junto, só fazia juntar. Pegavam uma pretinha com um pretim e juntava. E nós sentia muito isso. Viche Maria! Mas isso aí a gente ficava assim muito preocupado! Hoje num tem nem qualidade, hoje tá tudo desse jeito, hoje só faz se juntar nem casa, né!?

Seja branco hoje tá uma cultura só! Todo mundo num tem mais aquilo porque, quando nós chegamos lá do Ceará, o povo cearense tinha que namorava três, quatro ano com um rapaz pra poder casar e tinha matrimônio, né? tinha que casar. E era um juramento que a gente tinha que ou morrendo ou sofrendo tinha que viver com esse com o marido até o final da vida! Tinha isso. E, quando nós chega no Maranhão, já estranhou porque o povo juntava e largava juntava com outro aí largava e aí já estranhou. (GUILHERMINA, 2013, grifos meus)

Técnicas e práticas agrícolas são intercambiadas. Migrantes nordestinos aprendem a lavrar com o facão e dedicam-se à produção do arroz, incipiente ou inexistente em vários locais do Nordeste. O plantio da mandioca é, conforme Joana, introduzido pelos cearenses em São Luiz Gonzaga.

A narrativa de Joana articula a noção de *branquidade*. O cearense é representado como branco, trabalhador, inovador, católico e afeito a relações longas e duradouras. Nesse momento da narrativa, o “nós”, articulado por Joana durante grande parte da *entre/vista*, divide-se entre pretos e brancos, maranhenses e cearenses, católicos e praticantes de umbanda,

casados e amasiados. Como em outras narrativas, não há referência a conflitos, mas as tensões relativas à cor e às práticas culturais inscrevem-se nas entrelinhas do texto.

Segundo o relato de Joana, nos primeiros momentos de contato distinguem-se e estranham-se práticas de pretos e brancos, maranhenses e migrantes nordestinos. O tambor de punga a terecô¹⁵⁶, praticados por pretos maranhenses, são assistidos por cearenses com descrença e curiosidade. As uniões consensuais entre pretos e pretas é outro objeto destacado pela migrante cearense. Enquanto maranhenses juntam-se e largam-se ao sabor das contingências da vida, os migrantes cearenses prezam o matrimônio, levando a sério a obrigação do sacramento católico e mantendo-se casado *até que a morte os separe*.

Joana afirma, ainda, que a convivência de muitos anos permite a fusão de muitas práticas e crenças, sendo difícil, na atualidade, distingui-las entre brancos e pretos, migrantes nordestinos e maranhenses. Mesmo que nas práticas culturais tenham ocorrido muitos imbricamentos e trocas ao longo de muitos anos de convívio, infere-se, na narrativa de Joana, a articulação da branquidade, assim como Justina Gomes e Dijé enfatizam nos seus relatos, sua cor e a tradição de trabalho duro da “gente morena” e dos pretos maranhenses.

5.5 Amor de primos: solidariedades, diferenças e união consanguínea entre maranhenses e cearenses

“Aí ficou rapazinho, rapazinho ficou rapazão começou a trabalhar. Aí, ele namorou com uma irmã minha, eu menina. Aí um dia ele tava conversando assim com minha irmã e eu saí, ele disse assim ‘Eita Ceci, mas tu tá ficando bonita’. Aí minha irmã, sempre foi muito ciumenta, disse assim ‘Tu tá querendo eu ou a minha irmã?’”

(Ceci Ana Barreto)

“Aí a gente foi crescendo, se conhecendo, eu sempre olhava ele na casa da minha irmã, era muito bonito, aí... e trabalhador também e tinha que ver isso também, como ele tratava o pai e a mãe e os irmãos. Eu achava muito bonita a maneira dele cuidar do tio e da tia, trabalhar pra ajudar. Aí sempre eu olhava assim, às vezes isso vai dar um bom marido porque ele muito bom pro pai dele e pra mãe dele e pras irmãs, então... Aí ele também se olhava assim pra mim e dizia assim ‘Vou me casar com aquela menina, que eu to apaixonado por ela, mas não tenho coragem pra dizer pra ela porque ela ainda é criança’”.

(Graça Aragão)

Nesse tópico, interpreto simultaneamente as narrativas de uma cearense, Graça Aragão, e uma maranhense descendente de cearenses, Ceci Ana. Seus relatos aproximam-se

¹⁵⁶ Dança e expressão religiosa afro-brasileira muito comum no Maranhão.

em diversos aspectos, especialmente em relação às suas representações sobre o mundo do trabalho nos *centros* e as discussões sobre os casamentos entre primos, muito frequentes entre migrantes nordestinos e seus descendentes.

Ceci Ana Barreto nasceu em 1943 em Baturité, povoado pertencente ao município de São Luiz Gonzaga. Seus pais, cearenses de Crato, migram para ali recém-casados e ainda sem filhos em 1932. A viagem é feita a pé, com algumas mulheres e crianças em lombo de animais. Ceci vem de uma família de cinco irmãos, um dos quais falece aos dois anos de idade. Rememora a viagem de Crato a São Luiz Gonzaga, narrada muitas vezes pelos pais como ato coletivo. Parentes e aparentados juntam-se na mesma empreitada.

Ceci atribui o caráter coletivo da viagem à maior união das pessoas no passado. Provavelmente, as dificuldades a serem enfrentadas tornavam indispensáveis a composição de um grande grupo: “Aí, esse pessoal de antigamente, eles era mais unido que o povo de hoje em dia. Eu acho. Aí, compadre, comadre, cunhado, isso e aquilo, aí: 'Vamos morrer de fome, vamos embora pro Maranhão, que no Maranhão tem fartura.’” (BARRETO, 2013).

A viagem é rememorada como extenuante para homens, mulheres, crianças e animais (jumentos, burros e cavalos, usados para transportar a mudança, as crianças e as mulheres). Muitos animais não resistem à viagem e precisam ser deixados pelo caminho: “se não aguentassem, se eles enfraqueciam, eles tinham que deixar aqui. Eles, morrendo de pena, mas deixava, é que as vezes o animal não aguentava, enfraquecia de fome, de sede, porque as vezes eles não encontravam nem o milho pra comprar pra dar pro animal, a água pra dar.” (BARRETO, 2013).

Apesar dos seus pais não viverem como agregados – Ceci Ana recorda que a mãe recebe uma pequena herança no Ceará – também enfrentam dificuldades durante a viagem, provavelmente pela dificuldade de encontrar alimento e água potável no longo caminho percorrido. Um episódio envolvendo invasão e saque de água e alimento, numa casa localizada em certa rota migratória percorrida, é narrado por Ceci Ana do mesmo modo que foi narrado na *entre/vista* de seu esposo cerca de três anos antes.

Uma vez eles chegaram numa casa e pediram, os menino estavam morrendo de fome, e eles já não tinham mais nada. É vinha junto com meu pai e os menino, ele trazia menino pequeno. E vinha e outro parece que o irmão dele, o Raimundo José, o Raimundo José e o Nonato José que eram irmão, viu? Vinham junto. Aí chegaram, aí os menino com fome, aí diz ‘quando chegar numa casa nós vamos pedir comida, pra dá aos meninos, pras criança’. Aí chegaram e pediram e a mulher disse que não tinham e nem água não tinham pra dá. Aí ele disse “tem não”. Aí (riso), ele pegou e invadiu a casa. Chego lá na cozinha pegou as panela que tinham cheia de comida e levou lá pra onde eles tavam, pra estrada e levou o pote cheio de água e deu de

comer pros menino comer até encher a barriga e deu água e ainda encheu umas cabacinha que eles trazia de água e montaram e foram simhora. (BARRETO, 2013)

Esse saque familiar é rememorado com orgulho e alegria. A ação, perpetrada por um dos membros das famílias que viajam juntas, é considerada heroica. Do ponto de vista moral, a ação é justificada pela necessidade de sobrevivência dos membros mais frágeis da caravana: as crianças. Como nas ações das multidões nas grandes cidades cearenses, estudadas por Frederico de Castro Neves (2012), o ato não é criminalizado e chega a ser apoiado por quem assiste à cena e pelas próximas gerações que escutam e reproduzem essa história como ato de resistência, bravura e moralidade.

As dificuldades da longa viagem, não só pelo trajeto, mas pelo tempo do percurso, é um dos motivos pelos quais a mãe de Ceci resistiria à ideia de retornar ao Ceará. É comum, dentre os migrantes que chegam à região do Médio Mearim entre as décadas de 1930 e 1960, retornar ao local de origem em anos de bons invernos. Esse é o caso da família dos sogros de Ceci Ana Barreto (2013):

agora meu sogro era assim, ele tava aqui no Maranhão, se dissesse olha no Ceará tá chovendo, ela ia embora pra lá. Lá, a mulher engravidava de um filho, tinha aqui no Maranhão. Aí depois, engravidava de um aqui, e ia ter outro lá no Ceará. Era assim minha sogra mais meu sogro. E minha mãe mais meu pai veio só uma vez, nunca mais voltaram.

Normalmente, as mulheres são contrárias à migração e a um possível retorno. O “viver com os cacarecos na cabeça”, como se refere a mãe de Ceci Ana, implica em muitas alterações no cotidiano feminino. Além do trabalho na organização da viagem, muitos objetos, móveis, plantas e animais domésticos precisam ser deixados para trás. A mãe de Ceci Ana soma a tais desconfortos e perdas, o trauma que a viagem de migração lhe causou. A lembrança do sofrimento, principalmente das crianças, é muito intensa na narração:

Aí minha mãe, é por isso que minha mãe não voltou mais, é que ela criou trauma de vim de lá pra cá, vendo aquele sofrimento daquelas criança. Ela não tinha nenhuma ainda, mas vendo os sofrimentos das crianças da comadre dela, das amigas, das conhecidas. Aí ela criou aquele trauma e disse que não ia voltar mais pra morar lá, pra depois, quando viesse uma seca. papai querer vim embora pra cá, lá ia outro sofrimento. Por isso, ela disse que não ia mais. (BARRETO, 2013)

Mas dentro do Maranhão, a família de Ceci Ana faz algumas mudanças entre os *centros* e povoados próximos. Para essa narradora, o Médio Mearim é, no momento da chegada dos pais e na sua infância, um lugar ainda em grande parte despovoado.

Agora aqui quando chegou no Maranhão, porque o Maranhão nesse tempo não tinha muita gente ainda não, encheu de gente de fora, né? Aí eles ficavam de um lugar para o outro, de um interior para o outro. Moravam um tempo num interior e lá a terra era boa pra plantar, depois não sei o que... Aí depois eu pequenininha, meu pai comprou esse sítio ali depois do aeroporto, comprou esse terreno, sítio não, aí veio embora pra lá, eu era pequenininha, tinha uns 3 anos mais ou menos. (BARRETO, 2013)

No *ir e vir* entre os *centros* e povoados do Médio Mearim, Ceci Ana recorda a mudança do povoado de Baturité, no município de São Luiz Gonzaga, para o Centro do Tancredo, município de Pedreiras, em 1946, onde seu pai compra terras e permanece até 1972. A família conta a solidariedade de parentes, amigos e compadres que vão, com seus animais, auxiliando na mudança. Como aponta Antônio Cândido, em *Os Parceiros do Rio Bonito*, “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das reações culturais desenvolvidas sob o estímulo das necessidades básicas.” (CÂNDIDO, 1982, p.28). A rusticidade e a precariedade material de muitas sociedades camponesas fazem da solidariedade e dos mutirões práticas culturais corriqueiras.

Mudanças entre *centros* e povoados, construção de casas, abates de animais, são algumas das atividades referidas pelos(as) narradores(as) ouvidos(as) que realçam a solidariedade como traço corriqueiro das relações estabelecidas nos *centros* e povoados do Médio Mearim. A ausência de estradas trafegáveis em grande parte dessa região, entre as décadas de 1950 e 1960, faz da cooperação um imperativo.

Maria das Graças Aragão¹⁵⁷, natural de Viçosa-CE e residente, a partir dos oito anos de idade, no Centro do Julião, zona rural de Pedreiras, aponta, como Ceci Ana, para redes de solidariedades ali estabelecidas entre migrantes nordestinos e maranhenses. Narra que sua família encontra boa receptividade dos maranhenses quando chega ao *centro*, pois o aumento do número de moradores ampliaria as redes de solidariedade preexistentes. Cotidianamente, os moradores ajudam-se em circunstâncias em que se faz necessário formar grupos para

¹⁵⁷ Graça Aragão nasce em 1950, em Viçosa. O pai tinha uma propriedade no povoado Boqueirão, Viçosa, Ceará. Assim como o irmão, Lucas Aragão, afirma que o pai não tinha “precisão” de vir para o Maranhão. Antes de vir, envia um filho na frente para ver as condições. Para o deslocamento, seu pai freta um pau de arara, onde vêm três famílias, além da sua. O pai tinha propriedade, muito gado e muitos moradores (agregados), mas não vende as terras nem os animais, deixa o marido de uma irmã vigiando. Graça recorda sua ansiedade e a dos irmãos menores com a viagem, e que sua mãe não era favorável à mudança. A família se hospeda alguns dias em Pedreiras, na casa de José Cândido, filho de um dos fundadores do *Centro* do Julião e de quem o pai compra terras, onde, além do trabalho dos filhos, emprega moradores no cultivo da banana, para comercialização, e do arroz, milho e feijão, para subsistência. Em Viçosa, sua família dedicava-se principalmente à lavoura de algodão e à criação de gado, criado solto, enquanto as roças eram cercadas. Graça atuou como professora do Mobral de 1965 a 1969 nesse *centro*, pois a alfabetização era um pressuposto para o direito ao voto. Depois de casada, a partir de 1969, volta a estudar em Pedreiras e leciona da primeira à quarta série primária. Em 1982, muda-se com a família para Pedreiras para facilitar o estudo dos filhos.

executar tarefas urgentes: como transportar doentes para hospitais, trocar dias de trabalho na lavoura, construir casas, etc.

Pra eles [maranhenses residentes no Centro do Julião] foram assim... foi um movimento pra eles. Eles acharam foi bom, porque lá tinha poucas pessoas morando, né? E meu pai com um monte de filho casando, fazendo casa pra um e pra outro, então eles acharam foi bom, porque cresceu o número de vizinho. E lá toda a vida foram unidos, tantos os maranhenses como os cearenses. Quando uma família tinha uma pessoa que adoecia, que não tinha estrada, tinha que trazer pra cidade, pro hospital, não tinha como se deslocar de lá pra cá. Era numa rede que botavam, né? Eu mesma vim umas vezes na rede, pra quando eu tinha neném, aí vinha pro hospital, aí tinha de manhã e de tarde vinha pra casa; era na rede que levava. Aí se você visse era mais quem queria ajudar. Dizia assim fulano, o filho de fulano tá doente tem que levar pro hospital! Menino, se ofereciam mesmo! Muita gente chegava na hora, não dava pra quem quisesse, viu? Um caminhava dois pedacinho, aí “Me dá, agora é eu”. E ele com maior prazer ia ajudar. [...] Eu sei que ficava 20, 30 homem pra trazer uma pessoa na rede aqui pro hospital. Muito unidos eles, e não tinha briga. Lá ninguém brigava, todo mundo era unido como se fosse uma família só. Um servia o outro.

Quando um tava com muito serviço, aí ele chamava trocar dia de serviço. Aí dizia “Fulano, tua roça tem muito mato? Vamos fazer um mutirão aí, trabalhador. Hoje nós vamos limpar tua roça e amanhã limpar de fulano”. E sempre era assim, trocando dia de serviço. Era motivo de paz, união e alegria. (ARAGÃO, 2013)

Normalmente, os mutirões oferecem um contraponto aos integrantes. Graça descreve-os como festa, pelo clima de alegria, pela fartura e pela cachaça que, comumente, se bebia quando os trabalhos terminavam.

Tinha que ter almoço pra todo mundo. Assim quando a casa era coberta de palha, né, quando as palha tavam ficando velha, aí juntava aquele mutirão de homem pra cobrir a casa de novo e nesse dia era uma festa, viu. Eles pediam até cachaça que eles gostavam de beber. Era uma animação, era um divertimento, quando ia cobrir as casa dos moradores. Muita comida, comida pra todo mundo. (ARAGÃO, 2013)

A imagem abaixo, cedida por Graça Aragão, retrata o abate de gado no Centro do Julião, nos anos 60. A narradora afirma que são comuns ocasiões de trabalho coletivo e oferta de pedaços de carne aos vizinhos. Crianças e adultos participam do episódio.



Figura 3: Mutirão no Centro do Julião
 Fonte: Acervo fotográfico de Graça Aragão

No Centro Julião, onde Graça passa a infância e a juventude, vê o pai prosperar com o árduo trabalho na lavoura. Em sua narrativa, a fartura é indissociável do trabalho, da inteligência e da dedicação do lavrador. Assim rememora com orgulho o êxito do pai e dos irmãos:

Ele chegou num terreno que não tinha banana. Tinha muito era laranja, lima, mas tudo no mato. O dono desse pedaço de terra abandonou, tava abandonado. Ele ia roçar o mato pra plantar a roça e descobriu os pé de lima tudo carregado. Aí fez banana. Ele vendia muita banana, cortava de 15 em 15 dia ele tirava de 40, 50 milheiro de banana e um moço da cidade comprava e levava pra Teresina, São Luís. Assim meu pai não quis criação de gado até porque o terreno não era muito grande. [...] Arroz, meu pai também plantava muito arroz, muita fartura de arroz, feijão, mandioca. Plantava muita mandioca pra fazer farinha. E graças a Deus meu pai era um homem trabalhador mesmo e muito inteligente, ele era muito inteligente. Ele era pedreiro, carpinteiro, alfaiate, fazia...

[...] Aí meu pai sempre... muito filho homem, né, trabalhador igual assim uns tratores... De repente a gente progrediu, né? A gente ficou bem, meus irmão ficaram tudo bem, trabalhador fazendo muita fartura, que a terra era muito boa aqui pra se plantar, né? Tudo que se plantava dava. Era da parte de sítio tudo bem, mais legume, arroz, milho, feijão... Meu pai fez tanta fartura que ele fazia era servir para os outros lugares maranhense que moravam perto da gente. Quando eles não tinham eles iam até o meu pai e meu pai fornecia. Aí muita gente dizia assim “Orra! Mas esse Sebastião é um homem abençoado. Chegou ontem bem dizer aqui e hoje tá tão bem, tanta coisa”. Aí eu pequena dizia assim “Mas é porque ele não é preguiçoso e os filhos dele também não são preguiçoso, são todos trabalhadores e honesto também. A pessoa ser trabalhador e honesto é muito bom e abençoado por Deus”. E hoje é

difícil, é muito difícil você ver os imigrante vindo de outros estados para cá e fazer o que meu pai mais meus irmão fizeram. (ARAGÃO, 2013)

Acerca das terras do Centro do Tancredo, onde passa boa parte da infância, Ceci Ana Barreto também elabora imagens de fartura na sua narrativa; a produção seria tanta, que se fariam nuvens de frutas no chão. A concepção de que a riqueza provém do trabalho exaustivo figura no seu relato, assim como no de Graça Aragão. De modo mais sutil, Ceci Ana reitera o binômio *natureza maranhense exuberante/ migrante nordestino corajoso, empreendedor, bom trabalhador*:

Aí lá quando eles chegaram só tinha mesmo uma casinha velha, ele mandou construir uma casa muito boa de tijolo e telha, aí mandou fazer uma casa de farinha, de fazer farinha, a gente chamava casa de farinha, muito grande. Aí minha mãe plantou tudo quanto foi de verdura, de fruta, mais ele, dava laranja, lima, o limão, a condessa, a ata, o ananá, o abacaxi. Coco da praia, café, pimenta do reino, viu. Manga e caju, era pra fazer nuvem no chão. (BARRETO, 2013)

Apesar da fartura na produção, nem todos os gêneros são vendidos. Ceci Ana Barreto (2013) refere-se à comercialização de verduras pelo pai e irmãos na feira de Pedreiras. O transporte das mercadorias é feito em lombo de animais: “meu pai e meus irmão, meu pai fazia a vazante, plantava o quiabo, o maxixe, o pepino, o jerimum, o feijão e o tomate. E aí eles pegavam e vinham vender aqui [sede de Pedreiras].”

Nem sempre o eldorado dos bons invernos acontece no Mearim. Ceci Ana recorda também a “seca” de 1951. Outros migrantes também referem-se ao inverno fraco ou à seca de 1951 na região do Médio Mearim. Seu esposo, João Barreto (2011), narra esse tempo como o das lagoas secas, paisagem estranha ao Médio Mearim, normalmente pontilhado de lagos, igarapés, olhos d’água, além do seu maior manancial, o rio Mearim.

Ceci recorda a ação dos padres de Pedreiras e lavradores em procissão com São Benedito:

É foi. Aí foi e não chuvia. Me lembro bem, eu tinha 7 anos. Eu lembro que meu irmão ia pra roça, Nhozinho, meu tio Nhozinho, aí chegava banhado de lágrima, chorando, aí mamãe dizia “O que foi meu filho?”. “Mamãe faz muita pena, os pezinho de arroz, os pezinho de milho tudo estiradinho naquela terra seca. Mamãe ta secando tudinho, mamãe a gente vai morrer de fome”. Mamãe: “Meu filho tenha fé em Deus”. Aí nesse tempo quem era o padre aqui era o Monsenhor Gerson. O que monsenhor Gerson fez? Convidou, que lavrador nesse tempo era muito querido dos padres, convidou os lavrador tudin, as pessoas tudin pra se juntarem tal dia, tal hora aqui na igreja de São Benedito. Aí juntou, aí nós vamo pegar a imagem de São Benedito, vamo sair andando pelas ruas, nós só volta quando Deus e ele mandar chuva, viu? Aí muita gente acreditou, aí “Padre o senhor...” “Não, eu não to doido não. Eu não estou doido. Vocês vão ver”. Aí diz que saíram, os lavrador com ele. Diz que nesse tempo padre não tirava a batina, diz que a batina chega pregou no

corpo dele, rua acima, rua abaixo. Aí diz que, de lá pra cá quando eu era bem 2 horas da tarde começou nublando, começou nublar. Aí ele disse “Vocês tão vendo, o tempo tá nublando e nublando. Aí quando vieram, quando vieram aí disse “Agora nós vamos voltar pra igreja”. Aí quando foram chegando ali na praça Correa de Araújo, aí a chuva caiu, a chuva caiu, aí até mesmo o pessoal terminou de entrar na igreja já se molhando. Aí não faltou mais inverno não. (BARRETO, 2013)

A região de estudo e, principalmente, a cidade de Pedreiras, são constantemente alagadas pelas águas do rio Mearim em anos de invernos rigorosos. No episódio narrado por Ceci Ana, a seca – leia-se: inverno fraco – finda com um ato de fé e nunca mais se repete. A penitência – horas de procissão – e o apelo aos céus, possivelmente, são compartilhados pelos lavradores da região, dentre os quais figuram muitos migrantes nordestinos, por remeter a práticas culturais sertanejas. Em anos de seca, muitas promessas são feitas pedindo chuva. Monsenhor Gerson antecipa-se e sai em penitência até seu pedido ser cumprido. O sacrifício físico das muitas horas de procissão, congelada na imagem da batina pregada ao corpo do padre, e o milagre da chuva no seu encerramento, passam a fazer parte do repertório de histórias que compõem o imaginário social da cidade de Pedreiras. Pedreiras, o Médio Mearim e muitas cidades de outras regiões do Maranhão são marcados pela forte presença do Catolicismo Popular, onde são corriqueiros o apelo aos santos e o pagamento de promessas. Em Pedreiras, há dois padroeiros: São Benedito e São Francisco. Todos os anos, no final de setembro e início de outubro, vários ônibus de romeiros saem das cidades de Pedreiras, Bacabal¹⁵⁸ e São Luiz Gonzaga.

Como católica praticante, Ceci Ana casa na igreja. Nascida no Maranhão e filha de dois cearenses, como muitos migrantes cearenses e seus descendentes, casa com um primo. Os dois conviviam dentro da casa da mãe de Ceci Ana, onde João mora por alguns anos para concluir os estudos, já que seus pais vivem em um povoado afastado.

Anos antes do casamento, João namora outra prima, uma irmã mais velha da atual esposa. A busca dos cônjuges dentro da própria família parece uma escolha consciente. A proximidade e os fortes laços de solidariedade consanguíneos vão enredando vidas.

Apesar do parentesco próximo, o fato de Ceci Ana ser maranhense gera comentários entre os parentes do esposo que vivem no Ceará. Muitos se espantam quando a conhecem, porque no Ceará dizia-se que João teria casado com uma negra. Ceci Ana Barreto narra outros casos de preconceito racial corriqueiros nessa família de cearenses. O casamento da filha de

¹⁵⁸ Acompanhei um grupo de 46 romeiros, “mais uns dez menino”, que compareceu, em outubro de 2014, ao Festejo de São Francisco das Chagas de Canindé. Entre os romeiros figuravam idosos, adultos, jovens, crianças e um bebê de 17 dias.

uma cearense com um negro no Maranhão gera comentários mais incisivos na família. Apesar da postura contrária da mãe, a noiva branca casa com um maranhense negro.

Mas enquanto a filha dela não casou com um preto, ela discriminava muito o preto, ela não gostava de jeito nenhum. É tão tal que no dia do casamento dele, da filha dela, esses parente de vocês, esses parentes de João foram de longe e não foram convidado. Foram de longe e disseram assim, foram lá em casa e disseram assim “Eita Ceci, você saber que o homem que se casou é um negro, negro, negro, negro, negro, que não tem no mundo quem seja mais negro que ele. De longe a gente vê a tia Irinéia branca, Cícera branca no meio e ele parece a mosca no leite”. Foi desse jeito e passaram muito tempo sem aceitar o marido de Cícera. (BARRETO, 2013)

Sobre os costumes dos casamentos entre parentes, seu filho, Samuel Barreto (2013), alerta: “os cearenses, eles são muito preconceituosos. Eles casaram entre si pra não misturar as famílias.” Além do preconceito racial explícito nesse e em muitos outros relatos ouvidos de cearenses e descendentes no Médio Mearim, Ceci Ana Barreto (2013) aponta o temor de nordestinos às práticas culturais dos maranhenses, principalmente em relação ao mundo do trabalho.

Havia medo. Medo. Quando a gente tinha uma filha que ela namorava com uma pessoa daqui ou vindo lá do outro lugar, aí a mãe mais o pai se juntava e os parentes, e era conselho em cima de conselho e brigando com aquela filha e privando, aí vinha “Minha filha, maranhense não tem o que dar não, minha filha, maranhense não tem o que dar não”. Tudo o maranhense tem o negócio de dizer dos maranhenses ser preguiçoso. Todo maranhense é preguiçoso”. Os cearenses, os pernambucanos que vinheram embora pra cá, eles só quem eram trabalhador era eles também, viu. E aí achavam que os maranhenses era que eram preguiçoso. Eles tinham muito medo de casar um filho, uma filha com gente, o cearense com gente maranhense. Eles tinham muito medo de casar uma filha com uma pessoa que é maranhense. Era preciso conhecer muito.

Graça Aragão corrobora a representação do maranhense como preguiçoso e acomodado, distinguindo o trabalhador cearense pelo maior número de horas e empenho.

O maranhense era mais acomodado. Só ia pro serviço depois da oito horas, quatro horas já vinha. O meu pai com meus irmão acordavam e sete horas já tinha merendado, já ia pro trabalho. Aí onze horas vinha para o almoço. Aí doze e meia já voltava, aí cinco horas voltavam de novo pra casa. E os outros assim... eu observava, né, eu chamava eles “Maranhense é preguiçoso”, eu dizia desse jeito. Sempre tinha um que às vezes precisava de alguma coisa e ia lá em casa, né, aí eu dizia pra minha mãe “Oxente, mãe, porque eles não tem, porque eles não trabalham que nem nós?”. Aí ela dizia “Oh filha, não é assim, nem todo mundo que é igual não, sempre tem umas pessoas meio...”. Sempre falavam pra mim assim. Eles vão ver meu pai aí trabalhando, meus irmãos aí trabalhando...

[...] mas eu noto sempre o maranhense, aquele que trabalha na agricultura, eu acho, muito assim, acomodado. Nem é criativo, né, pra fazer isso e aquilo. (ARAGÃO, 2013)

Graça não logra ter o distanciamento de Ceci Ana para refletir sobre os diversos casamentos entre primos de primeiro grau ocorridos na sua família. Graça casa com um primo, que migra para o Centro Julião em 1965. Ela já tinha outro primo como pretendente, mas prefere o primo recém-chegado, reiterando em toda a narrativa as qualidades do esposo: dedicação ao trabalho e honestidade. A narradora avalia os diversos casamentos entre primos, comuns na sua e em outras famílias de cearenses, como escolhas pautadas na relação de confiança estabelecida mediante a consanguinidade e no destino. Apesar de temor difundido da possibilidade de ter filhos defeituosos, sobressaem as escolhas pelos parentes e conterrâneos.

É sempre a gente observava assim, porque sendo parente já se quer bem, né? Tem um dizer que eles que diziam “O sangue se dói, o sangue cheira”. Porque sendo parente... um primo não vai querer fazer mal pro outro, né, quer fazer o bem. Então eu via assim... Um irmão meu casou com uma maranhense, aí ele se separou. Outro irmão meu também casou com outra maranhense e também se separou. Eu não sei... [...] Mas acho que também é a sina mesmo porque o Luca [Lucas Aragão, irmão de Graça] ele fala assim, porque ele casou com uma conterrânea e mais dois irmão dele casou com as outras duas irmãs dela. Tem três irmão casados com três irmã. E eu sou casada com meu marido e minha irmã também era casada com o irmão do meu marido. E o meu bisavô é o mesmo do meu marido. São parente bem próximo, só que não é considerado irmão, porque o pai do meu marido se casou com uma prima legítima e os pais eram irmãos, tanto os pais quanto as mães tudo era irmão. A mulher do Murilo era filha da irmã da Sula, a mulher do Lucas, e o pai o irmão do Lucas. E aí ele teve duas filha muito bonita, muito sadia e aí diziam “Ah parente casados assim com primo legítimo que nem irmão, aparece defeito, nasce os filho com defeito”. Mas graças a Deus, são muito inteligentes os filhos do meu irmão. (ARAGÃO, 2013)

Sobre o casamento, Graça Aragão e Ceci Ana fazem opções opostas. A de Ceci Ana tem como custo a impossibilidade de dar continuidade aos estudos. Em 1960, aos 17 anos, vai viver com o primo no povoado Caneleirinho, onde este mantinha uma farmácia. Como muitas mulheres do seu tempo e espaço, Ceci Ana abre mão dos estudos para dedicar-se ao cuidado da casa e dos sete filhos.

Meus irmão, como eu disse, eles frequentaram colégio também, mas quando ele chegava em casa eles só iam botar defeito na professora pra papai e mamãe raiava e era aquele negócio todo, terminaram e não aprenderam ler nada, nem escrever. Eu ainda aprendi ler e escrever um pouco, não sabe, mas eles não. Eu fiz até o quarto ano, eu fiz que naquele tempo pra fazer o quinto ano era como hoje em dia tem que fazer uma prova pra entrar no vestibular tem que fazer uma prova, né. E naquele tempo pra entrar pra fazer o quinto ano tinha que fazer uma prova. Se passasse ia fazer o quinto ano, mas se não passasse, não fazia. Aí fui eu e mais três colega minha, nós fizemo e nós... duas passaram e uma não passou. Aí foi o tempo que eu namorei com ele, passei me matriculei já ia fazer o quinto ano, e ele disse que não ia morar aqui, ia morar em Caneleirinho e mamãe ainda perguntou, ainda pediu pra ele: “Não, deixa pra Ceci casar só quando terminar os estudos”. Aí “Não eu preciso me casar porque não to morando aqui, to morando longe daqui” e não sei o que. Aí

mamãe disse “É ela que sabe se vai te acompanhar ou vai terminar os estudos dela?”. Aí eu peguei e aceitei pra me casar mesmo.

Graça Aragão, por sua vez, vê o casamento como possibilidade de retomar os estudos, interrompidos pela sobrecarga de trabalho doméstico que passa a lhe caber após a morte da mãe. Para casar, Graça precisa (e consegue), primeiramente, arrumar uma esposa para o pai. O casamento com o primo representa a liberdade da dura rotina de cozinhar, lavar e limpar casa para o pai, os irmãos e seus trabalhadores. Além de lhe permitir voltar a estudar, o “amor à primeira vista”, a honestidade, honradez, o afinco ou trabalho observado ao longo de muitos anos de convivência, convencem Graça Aragão (2013) ao casamento: “Aí a gente foi crescendo, se conhecendo, eu sempre olhava ele na casa da minha irmã, era muito bonito, aí... e trabalhador também e tinha que ver isso também, como ele tratava o pai e a mãe e os irmãos.”

Graça narra com detalhes a sua decisão e espera por anos para poder deixar as tarefas da casa do pai e dos cinco irmãos solteiros sob a responsabilidade de outra mulher:

quando minha mãe morreu eu fiquei com 17 anos de idade. Aí tava estudando, parei de estudar. Aí um dia ele conversando comigo assim, aí perguntou porque eu tinha parado de estudar. Aí eu disse “É porque agora eu to só fazendo o de comer pros meus irmão todo”. Cinco irmão solteiro dentro de casa trabalhando, meus irmãos eram muito trabalhador e eu tinha que cozinhar, tinha que lavar, engomar as roupas toda pra eles. O arroz era pisado no pilão. Era muita dificuldade, mas eu apesar de ser tão nova eu fazia tudo até perder a hora. Deus me ajudava e quando dava onze e meia o almoço tava na mesa, nunca faltava roupinha lavada e engomada pra eles. Fiz tudo direitinho, aí eu fui e disse pra ele que não tinha quem fizesse as coisas pros meus irmãos e nem pro eu pai e parei de estudar. Aí ele disse assim pra mim “Pois daqui há três anos nós vamos se casar e quando a gente se casar você vai voltar a estudar”. Aí eu doida pra voltar pra estudar, fiquei e disse assim. Já tinha o amor a primeira vista, né. Mas sempre a gente... ele falou isso pra mim nesse dia, mas eu sempre falando assim, que ele era um homem trabalhador e que eu tinha gostado muito dele. (ARAGÃO, 2013)

Quando Graça apresenta uma pretendente ao pai viúvo, ele fala sem rodeios à futura esposa: “- Minha filha quer se casar, quer estudar e eu só libero ela pra fazer isso depois que eu arrumar uma pessoa pra tomar de conta da casa. Eu quero saber se você não quer casar comigo?”. Liberta pelo aceite da madrasta, Graça e Raimundo casam-se e ela torna-se livre para estudar: “Aí quando eu me casei, logo depois voltei a estudar. Voltei lá no centro Julião, na estrada com a barrigona deste tamanho e ia pro colégio estudar. Tive três filho estudando, morando e vindo estudar aqui.”

Desde a época de solteira, Graça trabalha como professora no Centro do Julião. O interesse dos políticos por eleitores leva-os a procurar seu pai, conhecido como homem

influyente na região. Assim, Graça ingressa no magistério para alfabetizar adultos e torná-los aptos ao voto:

É, o pai no começo ele me chamou pra ajudar os moradores dele pra eles votar também que meu pai ele nunca ganhou nada de político, mas sempre ele, por causa da família grande, ele era procurado pelos políticos, né. Quando era época de eleição, ai eles iam naquela época de tirar foto, pediam petição, chamavam de petição, né. Aí os políticos iam, eles tratavam prefeito aqui, era deputado e iam pra casa do meu pai e lá era cheio desses homem. Mas só dava muito era prejuízo, nunca chegou um com nada pra ajudar assim, levava assim 30 até com 40 pessoa. Era tudo, era tudo lá em casa que meu pai fazia. Aí os morador dele ficavam com raiva porque eles não ia nem lá porque não votavam, né, eram analfabeto. Aí o prefeito chamou ele e perguntou se ele não tinha uma filha que alfabetizasse aqueles homem pra eles votar porque eles viviam lá com raiva. Aí eu comecei a ensinar a noite e depois o Mobral. Antes não era pelo Mobral não, antes era de graça mesmo que aprendiam a ler e escrever, pra tirar o título. (ARAGÃO, 2013)

Depois do casamento, Graça volta a ministrar aula para crianças de primeira a quarta série no Centro do Julião: “A parede era assim, era tão pequenininha que levava um tijolinho, ficava em pé e ficava só daqui pra cima (coloca a mão na altura do nariz).” Seu acervo fotográfico permite-nos visualizar a escolinha onde leciona no final dos anos 60 e início dos 80.



Figura 4: Escola do Centro do Julião
Fonte: Acervo fotográfico de Graça Aragão

Graça Aragão migra para Pedreiras no início da década de 1980, principalmente para assegurar a continuidade dos estudos dos filhos e dar-lhes o conforto que ela não teve, deslocando-se muitas vezes por lameiros para estudar na cidade. Sua narrativa não menciona o fim das *terras sem dono*, já que o pai compra terras no Centro do Julião, em 1958, ao chegar ao Maranhão. Para sua história de vida, o fim das terras soltas não se constitui em clivagem.

Já Ceci Ana e João Barreto vivem alguns anos no Centro Caneleirinho e mudam para a cidade de Pedreiras quando a farmácia do marido vai à falência. Em Pedreiras, João Barreto trabalha muitos anos na ACIAP (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pedreiras).

Como dona de casa que transita por mercados, Ceci Ana também constrói, na sua narrativa, imagens de uma intensa movimentação nas feiras de Pedreiras, que reúnem produtos do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte: “Uma feira que sempre tinha aqui, dia de quarta-feira, era de gente que vinha de fora, né, e vendiam rede, lençol, alumínio, solanca velha, tudo em quanto era vendido assim a preço de banana, não sabe? Tudo em quanto vendia, louça, tinha de tudo.” (BARRETO, 2013).

O comércio de miudezas na feira de Pedreiras é apontado em seu relato como uma das possíveis formas de enriquecimento do migrante nordestino. Não só de arroz, algodão e babaçu se construíram fortunas no eldorado do Médio Mearim. Assim se refere a um próspero comerciante cearense da cidade de Pedreiras:

Eles enricou assim trazendo, digamos assim, calcinha velha de mulher e cuequinha de homem trazendo na sacola, pra revender aqui que o povo dizia até assim “O fulano de tal chegou aqui puxando uma cachorrinha e voltou, e inda hoje, e agora ele não puxa mais a cachorrinha, ele é rei não sei de que do tecido, não sei como é que o povo diz com ele que ele trazia na sacola depois deu pra trazer em carro”. Aí dia de quarta-feira ele trazia o carro cheio de roupinha velha, calcinha, calção pra menino homem e instalava lá no mercadinho e começava aquela propaganda toda quando até tinha vendido tudo ou quase tudo. Assim quando a gente deu fé ele se estabeleceu, o homem tinha um armazém era lá, ainda hoje ele tem lá de vender tudo em quanto, ele começou vendendo essas solanquinha velha numa sacola e depois ele enricou que tem é armazém de tecido, só se você vê, e é armazenado de baixo até em cima. (BARRETO, 2013)

Para pequenos proprietários, como seu pai, o enriquecimento é menos viável, especialmente após a Lei de Terras de 1969. Em 1972, Laurindo Barreto não resiste às pressões de um usineiro que se torna grande proprietário no município de Pedreiras e vende a preço barato seu sítio, localizado no Centro Tancredo. Como muitas famílias do Médio Mearim, os pais de Ceci Ana são forçados, pelas circunstâncias, ao êxodo rural, mudando-se para a sede do município de Pedreiras.

Samuel Barreto (2013b) refere-se à pressões enfrentadas pelo avô para permanecer na terra: “em detrimento de um fazendeiro chamado J¹⁵⁹, que passou a comprar as terras todinha da região que foi comprando dos vizinhos dele e ele ficou acuado, encurralado e ele vendeu morrendo de dó. Ele não queria vender.” Aponta também a substituição das plantações pelo gado, mudança que se torna corriqueira nos municípios que, em décadas anteriores, fizeram do Maranhão o celeiro do Nordeste: “o cara depois não produziu mais nada, só capim, essa questão que voltou, essa questão do gado lá dos Pastos Bons veio pra cá e os caras não produziram mais nada. Mataram a terra, mataram o solo.”

Ceci Ana Barreto (2013) também narra a resistência do pai, apesar das pressões e ameaças indiretas: “Aí convocava ele e os outros para uma reunião, pra pressionar eles e que eles não podiam, que eles não tinham terreno ali”. Laurindo Barreto resistiu à venda até ficar só, depois os demais pequenos proprietários e posseiros vão se retirando das terras do Centro Tancredo: “se o lavrador fosse fraco, caía logo na lábia dele, né. Mas se não fosse... Meu pai resistiu, meu pai resistiu até ficar sozinho. Ele comprou aqui, comprou ali, comprou aqui, meu pai ficou no meio. Aí um dia ele, ele pegou meu pai.”

Francisca, Maria José, Justina, Joana, Dijé, Ceci Ana, Graça, lavradoras, mães, donas de casa, professoras, comerciantes, quebradeiras de coco. Alfabetizadas ou não, podem e querem contar histórias do Médio Mearim e de um momento fundamental de sua ocupação, desde quando as terras são soltas até quando deixam de ser libertas. Possuem saberes, aprendidos na escola e/ou no trabalho, e narram com detalhes e profundidade experiências vividas e observadas. Resta interpretar seus atos, reflexões, inflexões, deslocamentos, sentimentos.

Suas narrativas, tão distintas, sugestionam o leitor a inferir a pluralidade do vivido a partir da subjetividade do relato e do impacto da experiência concreta e irreversível sobre suas ações e representações. Suas falas não trazem o apaziguamento de uma sinfonia, mas a perturbação e a provocação da polifonia. Tantas vozes quantos relatos. Cada uma em sua cadência peculiar.

Militantes ou não, narram a fatura da terra, a dureza do trabalho, os confrontos políticos com alegria, pesar, serenidade ou pulso firme. A partir de silenciamentos e

¹⁵⁹ Opto por omitir o nome.

esquecimentos, ou da luta e da denúncia, percebem claramente que o fim das terras devolutas e as pressões vividas por pequenos proprietários e posseiros, na passagem dos anos 60 para os anos 70, transformam, irreversivelmente, o Médio Mearim.

Suas imagens do eldorado são plurais como suas trajetórias de vida, desde o lar e do trabalho, sempre intenso, vivem e interpretam o espaço e o tempo narrado. Suas memórias são detalhistas, mas não se atém aos adereços e enfeites, às futricas e credices. Como os homens, elaboram ideias-imagens que permitem pensar o processo de construção e desconstrução do eldorado de modo holístico, ao mesmo tempo em que, pela riqueza de detalhes, permitem ler essa história das fímbrias das janelas, do cotidiano do lar, vislumbrando elementos que escapam ao olhar dos narradores.

Joana e Dijé, nas suas memórias, pontuam o interstício do lar e da militância. É também como mães e esposas que lutam contra fazendeiros e porcos, contra o preconceito e a ignorância. Atuando num campo tido como tipicamente masculino, colocam a necessidade de pensar a luta pela terra como primordial dentro de uma economia camponesa.

Graça e Ceci Ana percebem com sagacidade o papel dos mutirões nos *centros* onde a precariedade material faz da solidariedade um imperativo. Observam, ainda, que maranhenses e nordestinos se ajudam mutuamente no cotidiano, mas muito raramente unem suas vidas pelos laços do matrimônio.

Em muitas narrativas sobressaem os binômios maranhense, preto, preguiçoso *versus* nordestino – mais comumente o cearense – branco, trabalhador. O imbricamento de práticas culturais e as relações de solidariedade não são bastantes para diluir o discurso da branquidade e da engenhosidade. As mulheres, mais que os homens, dizem-no nas suas narrativas.

Considerações finais

Essa tese é fruto de muitos deslocamentos e encontros. É um retorno á História depois de uma rica passagem pelo campo da Antropologia. É também um instigante percurso pela história agrária, depois de anos de estudos sobre o urbano no século XIX e na contemporaneidade. O tempo de média duração (1930-1970) adotado como recorte temporal exigiu também o mergulho em leituras e documentos históricos desconhecidos.

Pensar o Médio Mearim e sua transformação ao longo das décadas possibilita sinalizar para construções societárias e identitárias ainda obliteradas na historiografia regionale nacional. Diferente das sociedades litorâneas e pastoris do Maranhão, com muitos séculos de formação, sua região central experimenta mudanças irreversíveis na história do tempo presente. O ingresso de um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras nordestinos, principalmente cearenses e piauienses, e de maranhenses egressos de regiões de ocupação mais antiga do estado, principalmente dos vale do Itapecuru e do Baixo Parnaíba, onde há muito não existiam mais *terras sem dono* e os foros abusivos e tensões entre agregados e grandes e médios proprietários provavelmente funcionam como elementos expulsos.

Ângela de Castro Gomes (2013) sinaliza para um intenso deslocamento de trabalhadores nordestinos no território brasileiro durante as décadas de estudo, apontando como principais destinos a Amazônia, São Paulo e Brasília. Nesse momento, o Médio Mearim, no Maranhão, configura-se também como eldorado de muitos retirantes da seca e de trabalhadores que partem em busca de melhoria, como um local onde haveria condições naturais e materiais propícias à fixação.

A tabulação de dados constantes nos Livros de Casamento das Paróquias de São Luiz Gonzaga e Bacabal permitiram mensurar, a partir da amostragem da população adulta residente no Médio Mearim, um movimento já assinalado por antropólogos e geógrafos: um fluxo contínuo e intenso de camponeses maranhenses das áreas de ocupação antiga e saturadas de tensões pelo uso da terra. Como os migrantes nordestinos, muitos maranhenses são pioneiros no desbravamento e exploração de terras férteis da região central do Maranhão.

Nesse território pontilhado de *terras de pretos* e de camponeses e camponesas morenas afluem milhares de migrantes nordestinos que articulam o discurso e a posição da *branquidade* recorrentemente como forma de distinção dos nativos da região. Muitas diferenças nas práticas culturais e sociais são assinaladas pelas narrativas ouvidas e interpretadas nesse estudo. Além das características físicas (cor da pele mais escura), o

costume de se amasiar dos maranhenses, o casamentos consanguíneos entre cearenses, as técnicas agrícolas distintas, a introdução das cercas pelo migrante nordestino, o caráter não cumulativo da concepção de produção e trabalho, a larga difusão de práticas religiosas afro-brasileiras, os hábitos alimentares, o sotaque e o “bom português” falado pelo maranhense são pontuados nas narrativas migrantes como elementos dissonantes.

A recorrente afirmação das diferenças entre nordestinos e maranhenses, mesmo quando acompanhadas da interpretação dos hábitos dos últimos como preguiça e acomodação não sinaliza propriamente para conflitos na convivência. É como bons acolhedores e povo hospitaleiro que os maranhenses figuram na maioria dos relatos registrados. A diferença entre sujeitos sociais de procedência e tempos de fixação distintos não institui na região central do Maranhão uma configuração do tipo *estabelecidos e outsiders* proposta por Norbert Elias. Assim se refere Maroca Medeiros (2010): “Era, achava bom quando a pessoas chegava, né? Chegou os cearense , piauiense!, que cearense também veio muito pra cá, né? Chegava aqui e as pessoas se dava tudo de amigo, né? Não tem revolta não”. O cotidiano de privação e trabalho duro faz da solidariedade com os recém-chegados um imperativo de sobrevivência e um conforto para os moradores antigos, por representarem a possibilidade de ampliação das redes de auxílio mútuo no cotidianos dos *centros*. Assim, Nésio Medeiros (2010) corrobora a fala da esposa e de outros narradores ouvidos: ”Os imigrantes que chegam de algum lugar, mas os outros não se importavam não, faziam era ajeitar”

A constatare chegada de novas *levas* à região, principalmente de cearenses e piauienses, é interpretada a partir da formação de *teias migratórias* que inserem os recém chegados nas estruturas de trabalho disponível. Acolhimento e exploração andam juntos na agregação de conterrâneos, parentes e conhecidos que, através de cartas ou notícias promissoras, dirigem-se à região. Empréstimos de moradia (para alojamento de famílias e indivíduos recém-egressos) e de dinheiro (para viabilizar a vinda de parentes ainda residentes no sertão nordestino, suscetível a secas periódicas), oferta de empregos na agricultura e em tropas de burro, e a existência de uma intensa comercialização do coco babaçu, articulada por *compradores de coco* presentes em *centros* e povoados de difícil acesso, inserem rapidamente o migrante nordestinos nos mundos do trabalho do Médio Mearim.

Alguns chegam ao Maranhão por engano, como Artur Linhares, envolvido com outros companheiros de viagem por um caminhoneiro agenciador que lhes levaria para Brasília. Outros vem ao Maranhão, a passeio, e acabam permanecendo pro resto da vida, como José Tibúrcio. Outros ainda, como José Bandeira, visavam a Amazônia, mas por não conseguir passagem, rumam ao Maranhão.

As representações do espaço de fixação nas narrativas de migrantes nordestinos e descendentes vão do eldorado à fábula. Diversas ideias-imagens do eldorado são construídas: “melancias espocando na roça”, três safras de arroz num ano, , “nuvens de mangas e cajus”, “tanto arroz, que não tinha quem vencesse”, movimento intenso de caminhões, chegada de “raparigas novas” quinzenalmente nos cabarés, abundância de caça nas matas, de chuvas e fontes de água potável. Outros relatos apontam para o espaço como inferno: mosquitos, febres e malária, lugar perigoso e assombroso (pela violência e presença de pretos), ausência de vias de circulação que permitissem o escoamento satisfatório da produção.

Como assinala Alessandro Portelli o campo da memória é um lugar de reescrita da história, onde nem sempre as representações do fato correspondem ao fato. Assim interpreto a versão de muitos filhos de pequenos e médios proprietários, que, recorrentemente, durante sua narração afirmam que o eldorado maranhense é uma mentira e que a seca e a fome não seriam motivos bastantes para a migração. O espírito aventureiro, a coragem, a ousadia e a teimosia são assinalados como motivos mais plausíveis para a compreensão da partida. Notícias de um eldorado são interpretadas *a posteriori* como histórias fabulosas e mentiras. Algumas narrativas, como a de João Barreto(2011), recontam com ironia histórias mitológicas de um lugar, onde, diziam, “ajunta-se dinheiro do chão com um gancho, mata-se o veado dentro de casa – não é necessário caçá-lo no mato – com um pedaço de pau”.

A necessidade de construir outra memória do migrante nordestino, em contraposição à tão difundida ideia-imagem dos *flagelados* propalada na imprensa e na literatura regional, fornece uma chave de leitura para a reconstrução do eldorado como mentira em várias narrativas.

Outra imagem largamente divulgada na imprensa e acionada em discursos oficiais – a do nordestino como bom trabalhador, forte, corajoso e desbravador – semelhante à concepção euclidiana presente na obra *Os Sertões*, é recorrente nas representações de si elaboradas nas narrativas migrantes. Os elementos positivos presentes no imaginário social do período são reificados, enquanto os elementos negativos, construídos a partir da noção de que a seca e a fome miserabilizam o retirante são combatidas na maioria dos discursos.

A história social do narrador tinge as tintas do relato. Se entre descendentes de pequenos e médios proprietários é comum o repúdio à ideia-imagem de flagelados, nos discursos de agregados do sertão nordestino que prosperam no Médio Mearim, seca, fome e miséria são lembrados sem constrangimento.

A história da migração de nordestinos está impressa em muitos nomes de povoados e *centros* da região, mapeados pelas narrativas orais e pelos Livros de Casamento: Olho

d'Água, Água, Lagoa, Lago, Igarapé, Poção, Pedra, Pau, Potó, Abelha, Andirobal, Bacaba são alguns dos termos referentes às características físicas do espaço muito frequentes nas denominações dos lugares. Muitos nomes de santo também batizam povoados e *centros*: Santa Rita, Santo Antônio, Santa Isabel, São Benedito, São Francisco, São Raimundo, São João, São José, São Vicente, São Miguel, Todos os Santos. Outros ainda sintetizam a ideia-imagem do eldorado: Canaã, Promissão, Abundância, São João do Mata Fome, Alívio, Deus Quer, Vertente, Bom Lugar, Esperantinópolis. Ao lado deste, compõem também a toponímia da região *centros* que levam a denominação dos considerados pioneiros: Centro dos Rodrigues, Centro do Tancredo, Centro do Julião, Centro dos Boas, Centro dos Gomes.

A região do Médio Mearim também é historicamente caracterizada pela presença de *terras de preto*: Bom Jesus, Santa Amália (onde se institui a Colônia Lima Campos), Seco das Mulatas, Andirobal dos Pretos, Aquinabam. Essa toponímia contém a cultura plural construída pelo encontro de pretos e brancos, católicos, umbandistas e crentes, maranhenses e nordestinos.

O eldorado maranhense do Médio Mearim tem data de encerramento. Ela varia entre os municípios da região, mas tem como divisor de águas o fim do tempo das *terras sem dono*. No município de São Luiz Gonzaga, desde a década de 1950 muitos migrantes nordestinos afluem à região para trabalhar como agregados em terras de proprietários ou ditos proprietários. No município de Bacabal e nos desmembrados a partir dele, observa-se desde a década de 1960 tensões pela posse da terra que estimulam o êxodo rural. No município de Pedreiras, as referências aos conflitos e às disputas pela terra dão-se a partir de 1970. Em todos os municípios do Médio Mearim, nos anos 70 e 80, a *Canaã de nordestinos e maranhenses* transforma-se em faroeste. Invasão e incêndios de povoado, ameaças e execuções de lavradores, pressões pelas vendas de pequenos lotes mudam drasticamente a paisagem e a composição dos mundos do trabalho. Gados, cercas e latifúndios tomam o lugar outrora habitado por pequenos proprietários e posseiros que viviam da agricultura do arroz e do algodão e da coleta e quebra do coco babaçu. Finda o tempo da *terra sem dono*, finda o tempo do eldorado.

As narrativas de migrantes nordestinos são o parâmetro utilizado para a definição do recorte temporal. Elas iniciam nas décadas de migração (1930, 1940, 1950 e 1960) e encerram no tempo em que a terra deixa de ser livre, no tempo em que o gado toma o espaço dos algodoads, arrozais e babaçuais. No tempo em que violência assola o campo, no tempo em que o grileiro e o estado, de diversas formas, expulsam o camponês.

Pelos relatos de um frei franciscano e de uma mulher, esbocei brevemente a história do Médio Mearim quando principiam as “cenas de guerra”. Nesse ponto, pelo medo ou pelo trauma, muitas narrativas de migrantes não militantes calam. Silêncio, esquecimento e resignação perpassam a narrativa do epílogo do eldorado maranhense.

Pelas muitas vozes que narraram, por vezes sedentas de escuta, foi possível, ainda que em traços breves, esboçar elementos de uma sociabilidade camponesa construída na cooperação e na afirmação da diferença entre maranhenses e nordestinos, muitos deles egressos num tempo em que grandes contingentes de camponeses dirigiam-se rumo ao sonho das grandes cidades. Nas *terras sem dono* do Mearim muitos passaram a maior parte da sua vida e reconfiguraram esse espaço, assim como foram reconfigurados por ele.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS

- AGUIAR, Guilhermina Divina. Bacabal. *Entrevista realizada em agosto de 2014.*
- ALVES, Antonio Siqueira. Lago Verde *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- ARAGÃO, Lucas Carneiro. Centro Julião, Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- ARAGÃO, Graça. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*
- ARAÚJO, Francisca Moreira de. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- ARAÚJO, Antônia. Bacabal *Entrevista realizada em agosto de 2014.*
- ARAÚJO, João Chagas de. Bacabal *Entrevista realizada em agosto de 2014.*
- BANDEIRA, José. Bacabal *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- BANDEIRA, Rita. Bacabal *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- BARRETO, Ceci Ana. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*
- _____. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*
- BARRETO, João. Pedreiras *Entrevista realizada em março de 2011.*
- BARRETO, Samuel. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013*
- BRAGA, Francisco Anselmo. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- BRAGA, Maria Anselmo Pedreiras. *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- CANAÃ, José. Lago Verde. *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- COELHO, Maria José Silva. Alto Alegre do Acelino, Bacabal. *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- COSTA, Ocilvo Paiva. Vitorino Freire *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- COSTA, Tiago Raimundo da. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- DONA DIJÈ. In DANTAS, Iracema. *Mulheres que quebram coco e constroem a vida.* Democracia Viva, Rio de Janeiro, n.23, ago-set de 2004. Pp 38-45.
- FARIA, Osaël. Pedreiras. *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*

FERRREIRA, Marcos. Bacabal *Entrevista realizada em agosto de 2014.*

GOMES, Justina. Lago Verde *Entrevista realizada em junho de 2013.*

LIMA, Antonio Pereira. Bacabal *Entrevista realizada em junho de 2013.*

LINHARES, Artur Matias. Lago Verde *Entrevista realizada em junho de 2013.*

MEDEIROS, José Rodrigues de. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*

MEDEIROS, Maria da Conceição Oliveira. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*

MENEZES, Maria do Socorro. Trizidela do Vale *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*

MIRANDA, Francisco. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*

NASCIMENTO, Benedito Oliveira do. *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*

NASCIMENTO, José Tibúrcio. Lago Verde *Entrevista realizada em junho de 2013.*

PINTO, Santana Silva. Aldeia. *Entrevista realizada em agosto de 2014.*

PINTO, Maria de Fátima. *Entrevista realizada em agosto de 2014.*

RODRIGUES, Rosa de Assis Silva. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*

SALES, Antônio Vieira. Bacabal *Entrevista realizada em junho de 2013.*

SAMPAIO, Geralda Vieira. Vitorino Freire *Entrevista realizada em junho de 2013.*

SANTOS, Antonio Eugenio dos Santos. Centro Sítio Novo, Pedreiras *Entrevista realizada em março de 2011.*

SILVA, Francisca dos Santos. Alto Alegre do Acelino, Bacabal *Entrevista realizada em junho de 2013.*

SILVA, Francisco. Pedreiras. *Entrevista realizada em abril de 2010.*

SILVA, Teresinha. Pedreiras. *Entrevista realizada em abril de 2010.*

SIMÃO, Pedro. Trizidela do Vale *Entrevista realizada em abril de 2010.*

SOUSA, Boaventura Pereira. Bacabal. *Entrevista realizada em agosto de 2014.*

SOUZA, José Bezerra. Marianópolis, Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*

XAVIER, Daniel. Lago Verde. *Entrevista realizada em junho de 2013.*

DOCUMENTOS IMPRESSOS

ABOUD, Carlos Alexandre. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado em 3 de maio de 1951.

AZEVEDO, Aroldo de e MATTOS, Dirceu Lino de. Viagem ao Maranhão. Geografia nº 6, Boletim 128. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950.

BARROS, Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 03 de maio de 1952 pelo governador.

BARROS, Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 03 de maio de 1953 pelo governador.

BELLO, Newton. Mensagem à Assembleia Legislativa do Maranhão em 3 de maio de 1962.

CARVALHO, José de Mattos *O Maranhão em face dos problemas das secas do Nordeste: informações sobre o Maranhão*, apresentadas pelo Governador à Conferência dos governadores do Nordeste, convocada pelo Presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, para realizar-se a 16 de fevereiro de 1959.

_____. Mensagem à Assembleia Legislativa do Maranhão em 3 de maio de 1960.

CENSO DEMOGRÁFICO 1940: População e Habitação, estado do Maranhão.in Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série regional, Parte IV – Estado do Maranhão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CENSO DEMOGRÁFICO 1950: estado do Maranhão. Série regional, Volume XII, Tomo I. IBGE. Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento: Rio de Janeiro, 1955.

CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Maranhão-Piauí. In VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Volume 1, Tomo III, Fundação IBGE-Instituto Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento, 1960.

FERREIRA, Jurandyr Pires, FAISSOL, Speridião, MARTINS, Hidelbrando.et alil (orgs) Enciclopédia dos Municípios brasileiros: Maranhão e Piauí. XV volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Supervisão dos verbetes de Artur Dias de Paiva e Benedito Afonso de Lima, inspetores regionais do Maranhão e Piauí.

FERREIRA, Jurandyr Pires, FAISSOL, Speridião, MARTINS, Hidelbrando.et alil (orgs) Enciclopédia dos Municípios brasileiros: Ceará. XVI volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Supervisão dos verbetes de Raul Figueiredo rocha: inspetor regional do Ceará.

FERREIRA, Jurandyr Pires, FAISSOL, Speridião, MARTINS, Hidelbrando.et alil (orgs) Enciclopédia dos Municípios brasileiros: Rio Grande do Norte e Paraíba. XVII volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

FERREIRA, Jurandyr Pires, FAISSOL, Speridião, MARTINS, Hidelbrando et alii (orgs) Enciclopédia dos Municípios brasileiros: Pernambuco. XVIII volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Supervisão dos verbetes, Alfredo Freyre, inspetor técnico.

FERREIRA, Jurandyr Pires, FAISSOL, Speridião, MARTINS, Hidelbrando et alii (orgs) Enciclopédia dos Municípios brasileiros: Sergipe e Alagoas. XIX volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Supervisão dos verbetes de Francisco Junqueira e José Franklin Casado de Lima, inspetores regionais de Sergipe e Alagoas.

MACHADO, Eduardo Olímpio. Relatório do Presidente da Província do Maranhão, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial do dia 10 de novembro de 1953.

MARANHÃO, Departamento Estadual de Estatística. *O babaçu no Estado do Maranhão*. São Luís: Governo do Estado, 1942.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo interventor federal*, 1939.

TENNER, Frei Adolfo. *Mala de Couro*: diário de uma desobriga. Teresina: OFM, 2011.

JORNAIS

AS LEVAS de flagelados. *Folha do Povo*, São Luís, 9 jun. 1932.

APESAR das chuvas que caíram, toda a safra está perdida. *Jornal do Povo*, São Luís, 1 abr. 1958.

A SECA e as moto bombas. *Jornal do Povo*, São Luís, 09 mai. 1958.

A SECA: enfim chuvas e nós nada. *Imparcial*, São Luís, 17 jan. 1932.

A SECA no Maranhão e a colonização de cearense na Ilha. *Folha do Povo*, São Luís, 18 abr. 1932.

AUXÍLIOS para o Norte. *Imparcial*, São Luís, 25 mar. 1932.

COROATÁ, a colonização dos emigrantes. *Diário da Tarde*, São Luís 27 jun. 1932.

BENNA, Alfredo. Águas. *O imparcial*, São Luís, 20 jul. 1941.

_____. Eu vi a seca. *O Imparcial*, São Luís, 3 out. 1941.

_____. Fogo e Seca, *O Imparcial*, São Luís, 26 out. 1941.

_____. Colonização. *O Imparcial*, São Luís, 18 out. 1941.

_____. Nomadismo. *O Imparcial*, São Luís, 19 ago. 1941.

_____. O Problema do Braço. *O Imparcial*, São Luís, 29 mai. 1942

COROATÁ, um bárbaro assassino, foragido da cadeia de Quixeramobim no Ceará, está residindo nesta cidade. *Diário da Tarde*, São Luís 04 jul.1932.

COSTA, Antonio Teodorico da. O phenomeno das secas. *Imparcial*, São Luís, 31 mar. 1932.

DESAMPARADOS os nordestinos que buscam o Maranhão. *Jornal do Povo*, São Luís, 06 mai. 1958.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, 1932-1933, 1943.

FERREIRA, Arnaldo. Explorando a miséria alheia. *Jornal do Povo*, São Luís, 20 mai. 1958.

_____. O novo São Tomé. *Jornal do Povo*, São Luís, 25 abr. 1958.

_____. O problema da seca. *Jornal do Povo*, São Luís, 12 abr. 1958.

FLAGELADOS nordestinos buscam refúgio e proteção em São Luís: fuga dramática do sertão calcinado pela seca- esperam amparo dos poderes. *Pacotilha O Globo*, São Luís, 01 abr. 1958.

FRACASSO da política oficial no polígono das secas. *Jornal do Povo*, São Luís, 23 mai. 1958.

FUGINDO da seca (de avião) 202 flagelados chegaram ao Rio a caminho do Paraná. *Jornal do Povo*, São Luís, 25 mai. 1958.

IMPACTO das secas cria problema no Maranhão. *Jornal do Povo*, São Luís, 23 mar. 1958.

MELO, Merval. A Miséria na Rampa. *Pacotilha*, São Luís, 17 abr. 1958.

OBRAS imediatas contra a seca *Jornal do Povo*, São Luís, 1 abr. 1958.

O INIC aumenta e reaparela a sua rede para socorrer os nordestinos *Jornal do Povo*, São Luís, 30 abr. 1958.

O NORDESTE e a seca. *Imparcial*, São Luís, 21 jan. 1932.

“PAU-DE-ARARA” estará desocupado dentro de três dias – *Jornal do Povo*, sábado, 15 mar. 1958.

PEDREIRAS e a seca. *Diário da Tarde*, São Luís, 29 abr. 1932.

PINTO, Pedro Guimarães. O Maranhão e o polígono das secas. *Jornal do Povo*, São Luís, 16 abr. 1958.

POLÍCIA despeja com violência para proteger seus afilhados. *Jornal do Povo*, São Luís, 18 mar. 1958.

PONTE aérea para salvar o nordeste da fome. *Jornal do Povo*, São Luís, 20 abr. 1958.

QUADRO terrível, diz o presidente Juscelino. *Jornal do Povo*, São Luís, 24 abr. 1958.

RETIRANTE desconhecido assassinou o prefeito Loureiro, da cidade de Carutapera. *Jornal do Povo*, São Luís, 20 mai. 1958.

SE até hoje não chover, morrerá a última esperança do sertanejo. *Jornal do Povo*, São Luís, 19 mar. 1958.

SECA maior do que as outras. *Jornal do Povo*, São Luís, 04 mai. 1958.

SEGUIRAM, pelo trem de hoje, para o Coroaá as famílias chegadas, ontem, do Rio Grande do Norte. *Folha do Povo*, São Luís, 10 mai. 1932.

VIRGULINO. Sem título. *Diário da Tarde*, São Luís, 21 abr. 1932. Coluna Cartaz.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1932-1933).

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1934-1935).

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1935-1938).

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1941-1944)

Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1943-1949)

Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1954-1955)

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1955-1957)

Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1959-1960).

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1963-1967).

Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1963-1964).

Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1964-1968).

Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1964-1979).

Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1970-1973).

Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1971).

Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (interior), (1973-1976).

Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1979).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Sylvio. *O côco babassú e o problema do combustível*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, 1929.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

_____. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Manual de História Oral*. -3ª ed- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

_____. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru-SP: EdUSC, 2007.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo, Cortez, 2001.

ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus: origem, implantação e militância*. São Paulo: Arte editorial, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e MOURÃO, Laís. Questões agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: *Pesquisa Antropológica*, n.º 9 e 10, Brasília, UNB, 1976.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8/FUA, 2008.

_____. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terra tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. Movimentos sociais na Amazônia. In: *Amazônia, mito e desencanto*. Revista Debate. Salvador: Publicação CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), 1995. p. 83-115.

_____. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

AMARAL FILHO, Jair do. *A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências*. São Luís: SIOGE, 1990.

ANDRADE, Juciene Batista. *Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução*. Natal: Programa de Pós-graduação em História, UFRN, 2007. Dissertação de Mestrado.

ANDRADE, Maristela de Paula e SANTOS, Murilo. *Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. Mutirões, embates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu no Brasil. *Revue Lusotop* XII (1-2). pp 179-185, 2005.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves de. *A Reestruturação do Estado Restrito: Estado Novo e as Políticas de (des)colonização para o Maranhão*. 2013. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARCANGELI, Alberto. *O mito da Terra: uma análise da colonização*. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ASSELIM, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

BARBOSA, Viviane Oliveira. *Na terra das palmeiras: trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Salvador: Niterói: UFF UFBA, Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) Disponível em: http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_viviane_barbosa.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. *Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013. Tese (Doutorado em História). Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1449.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BENCHMOL, Samuel. O cearense na Amazônia. In: *Revista de imigração e Colonização*. Ano IV, nº4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, dezembro/1945.

BESKOW, Gabriela Carames. “A pátria é terra”: representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Ciências Sociais de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Disponível em: http://www.mstemdados.org/sites/default/files/2010%20tese_gabriela_carames_beskow_2010.pdf. Acesso em: 11 set. 2011.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense: 2000.

BOMFIM, Josafá. *Sanzaga: resgate de uma história*. São Luís: Lithograf, 2004.

BORGES, Marcel Braga. *A seca de 1832 e a instalação da Colônia de Lima Campos*. 2009. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp 183-191.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: as novas faces das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BUZAR, Benedito B. *O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965*. São Luís: Lithograf, 1988.

_____. *Vitorinistas e oposicionistas: biografias*. São Luís: Lithograf, 2001.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado*. São Luís: EdUFMA, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand, 1985

_____. *O mundo como representação*. In *Revista Estudos Avançados*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991, v.5, n.11, pp 173-191

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crises de poder e reforma de base (1930-1964). In FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano: sociedade e política*. (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986.v.3, Tomo III.

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a província do Ceará e o território amazônico*. (1847-1877). Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2839>. Acesso em: 24 out. 2013.

CARVALHO, Carlota. *Os Sertões: subsídios para a História e Geografia do Brasil*. Imperatriz: Ética, 2000.

CASTRO, Lara. *Cassacos: trabalho, cotidiano e conflito nas frentes de serviço na Bahia e Ceará (1945-1962)*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: julho de 2011.

_____. *'Avalanche de flagelados' no sertão cearense: retirantes, operários e engenheiros na lida das obras contra as secas*. Fortaleza: DNOCS/BNS-ETENE, 2010.

COELHO, Elisabeth Maria Bezerra. *A política indigenista no Maranhão provincial*. São Luís, SIOGE, 1990.

COSTA, Wagner Cabral da. *O rosto rural da igreja: a atuação da CPT no Maranhão*. São Luís, UFMA, 1994. (Monografia de graduação)

_____. *Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney*. São Luís: EdUFMA, 2006.

CROCI, Frederico. As cartas de chamada: vestígios das redes sociais familiares transnacionais. In: CARNEIRO, Maria Luísa Tucci, CROCI, Frederico e FRANZINA, Emílio (orgs) *Histórias do trabalho e histórias da migração*. São Paulo: EdUSP: Fapesp, 2010.

- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.
- DE CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. 13 ed. Tradução de Ephraim Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- DELLA CAVA, Ralph. *A Igreja e a abertura (1974-1985)*. In KRISCHKE, Paulo e MAINWANING, Scott. *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre. L&PM: CEDEC, 1986.
- DOMINGOS NETO, Manoel. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: uma sociologia das relações de poder dentro de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ESTERCI, Neide. *A formação do campesinato no município de Pedreiras, Maranhão*. Relatório de pesquisa do Projeto Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste, convênio FINEP, IPEA, IBGE/ UFRJ. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977. (Mimeografado)
- FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão Oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: EdUFMA, 2012.
- _____. *Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão*. 1998. Monografia (Especialização em História Econômica Regional) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.
- _____. e COSTA, Wagner Cabral da. *O Maranhão na formação econômica do Brasil*. In COELHO, Francisco da Silva e GANZIEIRA, Rui Guilherme. *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: Edição comemorativa dos 50 anos de publicação*. São Paulo: Atlas, 2009.
- FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. *Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais*. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas da UFMA, 1998.
- FERNANDES, Darlan Pereira. *Pedreiras: fundamentos da sua história*. São Luís: Impress, 2012.
- FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/pt-br.php>. Acesso em: 06 abr. 2011.
- FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FRANKEMBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. in WARE, Vron (org) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *População e Sociedade*. In GOMES, Ângela de Castro. *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010). -Vol 4.

GOMES, José Tribuzi Pinheiro. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. São Luís: FIPES, 1981.

GONÇALVES, Max Samuel Ramalho. *A grande seca de 1877-1879: uma análise sobre a imigração cearense no Maranhão*. 2009. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

GONSALVES, Alpheu. *O babaçu: considerações científicas, técnicas e econômicas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955, Série Estudos e Ensaios. nº 8.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais-Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2006.

GUINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Companhia das Letras: São Paulo, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IANNI, Otávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.

JAMES, Daniel. *Doña María: História de vida, memória e identidade política*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed PUC-RJ, 2006.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência. (1889-1916)*. Belém. Editora Açaí/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

LACROIX, Maria de Lourdes. *A Campanha da Produção*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 2004.

LAGO, Aderson. *Pedreiras: elementos para a sua história*. São Luís: IPES, 1976.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1986.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. in FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp 167-182.

LIMA NETO, Evaristo José de. *O associativismo em áreas de babaçuais*. As experiências das organizações de trabalhadores rurais de Lago do Junco-MA, associadas à ASSEMA. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Disponível em: http://r1.ufrjr.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/m_evaristo_2007.pdf. Acesso em: 23 jun. 2011.

LOPES, Raimundo. *Uma região tropical: Fon-Fon & Seleta*, Rio de Janeiro, 1970.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In GOMES, Ângela de Castro e SCHIMIDT, Benito Bisso (orgs). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, Ed. UFRGS, 2010 pp31-45

_____. A biografia como problema. In REVEL, Jacques. *Jogo de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pp 225-249

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. *A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA*. São Luís: EDUFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.

MACEDO, Eurico Teles de. *O Maranhão e suas riquezas*. São Paulo: Siciliano, 2011.

MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. *Ação política, missão pastoral e instância de inserção: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980)*. São Luís. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-UFMA, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais). Disponível em: http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=542&catid=88&Itemid=11. Acesso em: 24 mar. 2013.

MALUF, Renato Sérgio J. *A expansão do Capitalismo no campo: o arroz no Maranhão*. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade de Campinas, Campinas, SP.

MARANHÃO, Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. *O babaçu e suas perspectivas*. São Luís: IPES, 1981.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3 ed. São Luís: AML, 2008.

MARTINS, José de Sousa. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. In SCHWARZC, Lília Moritz. (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da sociedade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste*. In GODOI, Emília Pietrafesa de, MENEZES, Marilda Aparecida de e MARIN, Rosa Azevedo. (orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília; Núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MORALES, Lúcia Arraes. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOTA, Elba Fernanda Marques. *Representações de si e prática da escrita na religião: Estevam Ângelo de Souza na Assembleia de Deus no Maranhão*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social da UERJ, 2013. Dissertação (Mestrado em História). Disponível em: www.ppghsuerj.pro.br/ppg/c.php?c=download_dissert&arq=97. Acesso em: 17 ago. 2014.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice, 1988.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. São Paulo: Relume Dumará, 2000.

_____. *A seca na história do Ceará*. In SOUSA, Simone de e GONÇALVES, Adelaide. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

NEVES, Delma Pessanha e SILVA, Maria Aparecida Moraes. (Orgs) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas da condição camponesa*. Volume I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. *Messianismo Canela: entre o indigenismo e o desenvolvimento*. *Revista Anthropologicas*, ano 11, v. 18, 2006. p 183-214.

PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A borracha na economia brasileira da primeira república*. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sergio (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, vol. I. Estrutura de poder e economia (1989-1930). São Paulo: Difel, 1975, p. 287-307.

PEDRO, Joana. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. *Revista Brasileira de História*. V.23, nº45, pp 239-260, 2003.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migração, conflito e violência no campo*. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Tese (Doutorado em História) Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/xmlui/handle/123456789/11582>. Acesso em: 14 mar. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRADO, Maria Lígia Coelho e CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A borracha na economia brasileira da primeira república*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da*

Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano, 1º volume. Estrutura de poder e economia (1989-1930). São Paulo: Difel, 1975.p. 287-307.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

_____. *O Massacre de Chivitella Val di Chiana.(Toscana, 29 de julho de 1949): mito, política, luta e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUEIROZ, Raquel. *O Quinze*. São Paulo: Siciliano, 1993.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração no Ceará: isolamento e política na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SÁ, Iracema de Jesus Franco. *A imigração cearense no Maranhão (1877-1879)*. 1997. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A violência como dispositivo de excesso de poder: sociedade e estado*. Brasília, v.X, n.2, jul-dez 1995.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira*. São Luís: EdUFMA; São Paulo: Ed. ABHR, 2006.

SANTOS, Martha. S. *Cleansing Honorwith Blood Masculinity, Violence and Power in the Blacklands of Northeast Brazil.(1845-1889)*. Stanford: University Press, 2012.

SCHMIDT, Benito. Que diferença faz? Os estudos biográficos na história do trabalho brasileira.in FORTES, Alexandre, LIMA, Henrique Espada, XAVIER, Regina Célia Lima e PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

SCOTT, Russel Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no nordeste: entre o ‘cativeiro’ e o “meio do mundo”. In: GODOI, Emília Pietrafesa de, MENEZES, Marilda Aparecida de e MARIN, Rosa Azevedo. (orgs) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV,v.2, n.40, 2007.

_____. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: a fronteira amazônica no Governo Vargas. In Chambouleyron e ALONSO, José Luís Ruiz-Peinado. *Trópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII-XXI)*. Belém: Ed Açai (programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia-UFPA/ Centro de Memória da Amazônia/UFPA), 2010.

SILVA, Eliete da. O Reino de Deus e a Revolução Brasileira: um olhar protestante. In CARREIRO, Gamaliel da Silva, SANTOS, Lyndon Araújo dos, FERRETI, Sérgio Figueiredo, Santos, Thiago Lima dos. (orgs.). *Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoção nas religiões*. São Luís: EDUFMA, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os ‘desclassificados do ouro’: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Robério Américo do Carmo. *Os vaqueiros de Deus: a expansão do protestantismo pelo sertão cearense nas primeiras décadas do século XX*. Niterói, RJ: Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2008. Tese (Doutorado em História). Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SOUZA_Roberio_Americo_do_Carmo-S.pdf. Acesso em: 23 jun. 2011.

VELHO, Gilberto. *Frentes de expansão e estrutura agrícola*. Rio de Janeiro: Editores, 1972.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Graal, 1981

_____. A economia moral da multidão inglesa no século XX. In *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TROVÃO, José Ribamar. *O processo de ocupação do território maranhense*. São Luís: IMESC, 2008.

VALCUENDE, José Maria (cord.). *História e memória das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia*. São Paulo: EDUC, 2009.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrícola: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio no Maranhão*. Volume 3. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

_____. *História do comércio no Maranhão*. Volume 2. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

WENSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Huctec/EdUSP, 1993.

ZANNONI, Cláudio. *Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: CIMI, 1999.

APÊNDICE 1

Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim DÉCADA DE 1930 – Relação de cidades por estado

MARANHÃO		PIAUI	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
ALTO MEARIM-BARRA DO CORDA – GRAJAU	107	SEBASTIÃO LEAL-PI	1
ALTO MEARIM-CURADOR PRESIDENTE DUTRA	6	AGUA BRANCA –PI	2
ALTO MEARIM-GRAJAÚ	19	ALTAMIRA-PI	1
ALTO PARNAÍBA-AMARANTE, MA	14	ALTOS-PI	14
ALTO PARNAÍBA-LARANJEIRAS DE MIRADOR	1	AMARANTE-PI	69
ALTO PARNAÍBA-LORETO	1	ANGICAL DO PIAUI	1
ALTO PARNAÍBA-MIRADOR	12	BAIXA GRANDE-PI	1
ALTO PARNAÍBA-PASTOS BONS	10	BAIXÃO DO PIAUÍ	1
ALTO PARNAÍBA-RIACHÃO- MA	1	BARRAS-PI	20
ALTO PARNAÍBA-SANTO ANTONIO DE BALSAS	5	BOA VISTA-PI	1
BAIXADA-ANAJATUBA	1	BREJO GRANDE-PI	1
BAIXADA-ARARI	4	BURITI DOS MONTES-PI	1
BAIXADA-PENALVA	5	CAMPO LARGO-PI	1
BAIXADA-PINHEIRO	1	CAMPO MAIOR-PI	16
BAIXADA-ROSARIO	6	CANTINHO-PI	5
BAIXADA-SÃO BENTO	1	CASTELO-PI	3
BAIXADA-SÃO VICENTE DE FERRER	4	CORRENTE-PI	2
BAIXADA-VIANA	9	CURRALINHO-PI	9
BAIXADA-VITORIA DO MEARIM	14	ESPERANTINA-PI	1
BAIXO PARNAÍBA-BREJO	9	FLORIANO-PI	19
BAIXO PARNAÍBA-BREJO DE ANAPURUS	19	INHUMA-PI	1
BAIXO PARNAÍBA-BURITI ¹⁶⁰	1	JAICÓ-PI	1
BAIXO PARNAÍBA-BURITI DE INÁCIA VAZ	4	JEROMENIA-PI	1
BAIXO PARNAÍBA-BURITI DO MEIO	1	LAGOA ALEGRE-PI	1
BAIXO PARNAÍBA-SÃO BERNARDO	1	LAGOA DO SITIO	1
CAROLINA	4	LIVRAMENTO-PI	6
FORTALEZA, MA	1	MIGUEL ALVES-PI	7
ITAPECURU	20	MISSÃO VELHA-PI	1
ITAPECURU-ALTO ALEGRE-COROATÁ	1	MUCAMBO-PI	1

¹⁶⁰ Neste e nos próximos Apêndices (Apêndice 1 a Apêndice 5) apresento as cidades conforme a designação registrada nos Livros de Casamento. Desse modo, embora refiram-se a uma única cidade, constam separadas Buriti e Buriti de Inácia Vaz. Quando menciono casos como esses no corpo do texto, o número de nubentes é somado e figura o nome usual da cidade.

ITAPECURU-BURITI BRAVO-MA	1	NATAL-PI	24
ITAPECURU-CAXIAS	183	NAZARÉ-PI	2
ITAPECURU-CHAPADINHA	6	OEIRAS-PI	120
ITAPECURU-CODÓ	164	PARNAIBA-PI	10
ITAPECURU-COROATA	86	PATROCINIO-PI	4
ITAPECURU-MONTE ALEGRE-TIMBIRAS	1	PEDRO II-PI	22
ITAPECURU-NOSSA SENHORA DA PIEDADE-COROATÁ	1	PICOS-PI	50
ITAPECURU-PASSAGEM FRANCA	7	PIRIPIRI-PI	4
ITAPECURU-PICOS , MA	71	PORTO ALEGRE-PI	8
ITAPECURU-PIQUI –COROATÁ	1	POTÓ ALEGRE-PI	3
ITAPECURU-VARGEM GRANDE	11	PRATA-PI	2
LITORAL NORTE-SÃO LUIS-MA	22	QUEIMADAS-PI	1
MÉDIO MEARIM-ABUNDANCIA	1	REGENERAÇÃO-PI	3
MÉDIO MEARIM-ALAGADIÇO GRANDE	1	REGENERAÇÃO-PI	62
MÉDIO MEARIM-BACABAL	12	RIO GRANDE-PI	1
MÉDIO MEARIM-BAIXÃO	1	SANTA CRUZ-PI	1
MÉDIO MEARIM-BARRO VERMELHO	1	SÃO BERNARDO-PI	2
MÉDIO MEARIM-CACIMBA VELHA	1	SÃO JOÃO-PI	10
MÉDIO MEARIM-CAMPO GRANDE	1	SÃO PEDRO-PI	26
MÉDIO MEARIM-CANAAM	1	SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	1
MÉDIO MEARIM-CANCELAR	4	SERRA DE SÃO PEDRO-PI	1
MÉDIO MEARIM-CASEIRAS	7	SIMPLICIO MENDES-PI	2
MÉDIO MEARIM-CREOL	1	TABOCA-PI	1
MÉDIO MEARIM-FLORES-PEDREIRAS	1	TERESINA-PI	159
MÉDIO MEARIM-FOLGUEDO	1	UNIÃO-PI	45
MÉDIO MEARIM-IGARAPÉ GRANDE	3	URUSSUY-PI	1
MÉDIO MEARIM-JAPÃO	1	VALENÇA-PI	52
MÉDIO MEARIM-JAPÃO – PEDREIRAS	3		
MÉDIO MEARIM-LAGE DO CURRAL	1	TOTAL	806
MÉDIO MEARIM-LAGO DA FLEXA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DOS RODRIGUES	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO GRANDE	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOA BONITA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOA NOVA	3		
MÉDIO MEARIM-LIVRAMENTO	4		
MÉDIO MEARIM-MARIANOPOLIS-PEDREIRAS	2		
MÉDIO MEARIM-MATA DO NASCIMENTO	1		
MÉDIO MEARIM-MINA NOVA	1		
MÉDIO MEARIM-MIRITIBA	1		
MÉDIO MEARIM-MONTEVIDÉU - SÃO LUÍS GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-NAZARÉ- SÃO LUÍS	1		

GONZAGA			
MÉDIO MEARIM-NOVO SÍTIO	1		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA	4		
MÉDIO MEARIM-PAU REAL	1		
MÉDIO MEARIM-PAU SANTO	2		
MÉDIO MEARIM-PEDREIRAS	402		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO	2		
MÉDIO MEARIM-SALVAÇÃO - SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA CATARINA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA EDUVIGES	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA EMILIA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO FRANCISCO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ DAS FLORES	44		
MÉDIO MEARIM-SÃO LOURENÇO	7		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUÍS DE LEGÍTIMO	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUIS GONZAGA	175		
MÉDIO MEARIM-SÃO RAIMUNDO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO RAIMUNDO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SÍTIO DO MEIO	1		
MÉDIO MEARIM-VALENÇA	1		
MÉDIO MEARIM-ZORO	1		
MÉDIO PARNAÍBA-BURITI CORTADO=TIMON	2		
MÉDIO PARNAÍBA-FLORES/TIMOM- MA	3		
MÉDIO PARNAÍBA-SÃO FRANCISCO DO MA	4		
MÉDIO PARNAÍBA-SÃO JOÃO DOS MATÕES	1		
MÉDIO PARNAÍBA-SÃO JOÃO DOS PATOS	9		
MÉDIO MEARIM-BOA VIAGEM	1		
OUTRA-MA	2		
PINDARÉ	4		
TOCANTINS-IMPERATRIZ	2		
TOTAL	1572		
CEARÁ		RIO GRANDE DO NORTE	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
ACAREPÉ, CE	1	ACARI-RN	1
ARARIPE –CE	4	BOA ESPERANÇA-RN	1
AURORA –CE	7	CAICÓ-RN	17
BARBALHA –CE	7	CARNAÚBA DOS DANTAS-RN	1

BARRA DO JARDIM –CE	2	CARNAÚBAS-RN	2
BATURITÉ –CE	4	FLORES-RN	1
BOA VIAGEM –CE	8	ITAIPÚ-RN	3
BREJO DOS SANTOS-CE	108	LUIZ GOMES-RN	1
CAMPO GRANDE –CEARÁ	1	MOSSORÓ-RN	1
CAMPO SALES, CE	16	NOVA CRUZ-RN	1
CAMUCIM-CE	1	PAU DOS FERROS-RN	5
CANCELAR	2	PENHA-RN	1
CANINDÉ-CE	3	PICUÍ-RN	1
CRATEUS-CE	76	OUTRA-RN	17
FORTALEZA-CE	3	SANT’ANA-RN	1
GRANJA-CE	1	SANTA CRUZ-RN	1
IBIAPINA-CE	1	SÃO JOAO DO SABOGI-RN	4
IGUATU-CE	7	SÃO MIGUEL-RN	2
INDEPENDENCIA-CE	3	SERRA NEGRA-RN	1
INHAÚMA-CE	1		
IPÚ-CE	3	TOTAL	62
IPUEIRAS-CE	15		
ITAPIÓCA-CE	2		
JOAZEIRO-CE	6		
MACAPÁ-CE	1		
MARANGUAPE-CE	1		
MILAGRES-CE	11		
MISÃO VELHA-CE	147		
MUCAMBO-CE	2		
NOVA RUSSAS-CE	2		
OUTRA-CE	62		
PEDRA BRANCA-CE	1		
PINHEIRO-CE	1		
POÇO DE PEDRA-CE	1		
PORTEIRAS-CE	2		
QUEIXARAMOBIM-CE	1		
QUIXADÁ-CE	3		
SÃO BENEDITO-CE	2		
SÃO FRANCISCO –CE	1		
SÃO GONÇALO-CE	2		
SÃO JOSÉ-F19CE	1		
SÃO PEDRO DO CARIRU-CE	1		
SÃO PEDRO-CE	3		
SENADOR POMPEU-CE	1		
SERRA GRANDE-CE	1		
SOBRAL-CE	2		
SOCORRO-CE	11		
TAMBORIL-CE	1		
TAUÁ-CE	9		

TELHA-CE	3		
TELHADO-CE	2		
TUBARIM-CE	1		
UMBURETANA-CE	1		
VARGEM FORMOSA-CE	1		
VILA VIÇOSA-CE	1		
TOTAL	561		
PARAÍBA		PERNAMBUCO	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
ARACAJÚ-PB	1	BARREIROS-PE	1
BREJO DAS BARREIRAS-PB	1	BELMONTE-PE	1
CAJAZEIRAS-PB	5	BODOCÓ-PE	14
CAMPINA GRANDE-PB	1	BOM JARDIM-PE	1
CATOLÉ DO ROCHA-PB	1	MORAES-PE	1
CIDADE SOUSA-PB	1	OURICURI-PE	3
LARANJEIRA-PB	2	OUTRA-PE	19
OUTRA-PE	3	PERNAMBUCO-PE	1
PARAIBA DO NORTE-PB	5	PETROLINA-PE	1
PATO DE ESPINHAVA-PB	1	SANTA CRUZ-PE	1
PEDRA LAVRADA-PB	1	SÃO GONÇALO-PE	17
PICUÍ-PB	1	SÃO JOSÉ-PE	2
SÃO MAMEDE-PB	1	SERRA BRANCA-PE	3
SERRA DA RAIZ-PB	1	VILA BELA-PE	1
SOUZA-PB	2		
TOTAL	27	TOAL	66
PARÁ		ALAGOAS	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
BELÉM-PA	1	ALAGOAS	1
CASTANHAL-PA	1	TOTAL	1
GUARAPEASSÚ-PA	1	GOIÁS	
IGARAPÉ –ASSÚ-PA	1	ORIGEM	QTDE
MARABÁ-PA	1	ARAGUAIA-GO	1
MILAGRES-PA	2	BOA VISTA-TOCANTINÓPOLIS-GO	1
OUTRA-PA	2	TOTAL	2
RIO GUAMÃ-PA	1	GOIÁS	
		ORIGEM	QTDE
TOTAL	10	BAHIA	1
		SOBRADINHO-BA	1
AMAZONAS			

ORIGEM		QTDE	TOTAL	2
CACHOEIRA		1		
TOTAL		1		
SÃO PAULO				
ORIGEM		QTDE		
SÃO PAULO-SP		1		
TOTAL		1		
EXTERIOR				
ORIGEM		QTDE		
DAMASCO SYRIA /TURQUIA		1		
TOTAL		1		

APÊNDICE 2

Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim DÉCADA DE 1940 – Relação de cidades por estado

MARANHÃO		PIAUI	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	ORIGEM/MIGRANTES	QTDE
ALTO MEARIM-BARRA DO CORDA	37	ALTOS	2
ALTO MEARIM-CURADOR/PRESIDENTE DUTRA	10	AMARANTE	4
ALTO MEARIM-GENIPAPO/JENIPAPO DOS VIERAS	2	BARRAS	12
ALTO MEARIM-GRAJAÚ	11	BOA ESPERANÇA/ESPERANTINA	1
ALTO PARNAÍBA-LORETO	1	CAMPO MAIOR	3
ALTO PARNAÍBA-MIRADOR	4	ESPERANTINA	1
ALTO PARNAÍBA-PASTOS BONOS	2	FLORIANO	5
BAIXADA-ARARI	6	LIVRAMENTO	1
BAIXADA-ROSARIO	2	MIGUEL ALVES	12
BAIXADA-SÃO BENTO	1	MOREIRA	1
BAIXADA-SÃO VICENTE DE FERRER	1	NAZARÉ	1
BAIXADA-VIANA	3	OLHOS D'AGUA	1
BAIXADA-VITÓRIA DO MEARIM	6	OUTRA-PI	64
BAIXO PARNAÍBA-BREJO DE ANAPURUS	4	PARNAÍBA	4
BAIXO PARNAÍBA-BREJO-MA	4	PATROCINIO	1
BAIXO PARNAÍBA-BURITI	3	PEDRO II	14
BAIXO PARNAÍBA-BURITI DE INÁCIA VAZ	2	PICOS	10
BAIXO PARNAÍBA-CHAPADINHA	7	PORTO ALEGRE	13
CAROLINA	6	REGENERAÇÃO	3
ENGENHO CENTRAL/PINDARÉ MIRIM	8	S. RDO NONATO	2
ITAPECURU	6	SANTA CRUZ	1
ITAPECURU-CANTANHEDE	1	SANTANA	2
ITAPECURU-CAPINZAL	1	SÃO JOÃO DO PIAUI	1
ITAPECURU-CAXIAS	54	SÃO JOÃO	1
ITAPECURU-CODÓ	48	SÃO JOSÉ	1
ITAPECURU-COLINAS	2	SÃO PEDRO	8
ITAPECURU-COROATÁ	58	SIMÕES	3
ITAPECURU-DOM PEDRO	4	SIMPLÍCIO MENDES	1
ITAPECURU-MATA DO NASCIMENTO-DOM PEDRO	1	SOLIDADE	1
ITAPECURU-PASSAGEM FRANCA	2	TERESINA	31
ITAPECURU-PERITORÓ	3	UNIÃO	17
ITAPECURU-PICOS-MA	20	VALENÇA	4
ITAPECURU-PIRAPEMAS	1		
ITAPECURU-VARGEM GRANDE	3	TOTAL	226

LITORAL NORTE-SÃO LUÍS	2		
MÉDIO MEARIM- BARRIGUDA- PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-ABUNDÂNCIA-SLG	2		
MÉDIO MEARIM-AÇUDE-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-ÁGUA BRANCA-MÉDIO MEARIM-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-ALDEIA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-BACABAL	43		
MÉDIO MEARIM-BACURI-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-BACURI-SÃO LUIS GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-BAIXÃO DO COSMO	1		
MÉDIO MEARIM-BAIXIOS	1		
MÉDIO MEARIM-BAMBU-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-BOA VIAGEM-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-BOA VISTA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-BOM LUGAR-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-BRAGA SANTOS	2		
MÉDIO MEARIM-BREJINHO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-CABACEIRO	1		
MÉDIO MEARIM-CAJUEIRO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-CANCELAR-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-CAPIM DURO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-CARMO	1		
MÉDIO MEARIM-CATUCÁ-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO BATISTA	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO CARDOSO- BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO MEIO- PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS BOAS- MÉDIO MEARIM-VITORINO FREIRE	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS CABOCLOS-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS MORAIS- BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS PEREIRAS- BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CONCEIÇÃO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-COSTA	1		
MÉDIO MEARIM-DESERTO	1		
MÉDIO MEARIM-DEUS QUER-VITORINO FREIRE	3		
MÉDIO MEARIM-ENGENHO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-ESPÍRITO SANTO	1		
MÉDIO MEARIM-FAZENDA NOVA	1		

MÉDIO MEARIM-FLORESTAS	1		
MÉDIO MEARIM-FORQUILHA	1		
MÉDIO MEARIM-GAMELEIRA	1		
MÉDIO MEARIM-GENIPAPERO	1		
MÉDIO MEARIM-GERÉ-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-GRAÇA DE DEUS	1		
MÉDIO MEARIM-IGARAPE GRANDE	1		
MÉDIO MEARIM-IZAQUEL	1		
MÉDIO MEARIM-JATOBÁ	3		
MÉDIO MEARIM-JEQUI	1		
MÉDIO MEARIM-JOÃO BERNARDO	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DA ONÇA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DA PEDRA	2		
MÉDIO MEARIM-LAGO DO JUNCO	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO LIMPO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOA VERDE	1		
MÉDIO MEARIM-LATA	1		
MÉDIO MEARIM-LIMEIRA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LÍRIO	1		
MÉDIO MEARIM-LIVRAMENTO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-MAÇARANDUBA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-MADEIRA CORTADA	2		
MÉDIO MEARIM-MADRE DEUS	1		
MÉDIO MEARIM-MARAJÁ-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-MARFIM-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MARIANÓPOLIS-PEDREIRAS	2		
MÉDIO MEARIM-MATÔES-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-MONTE ALEGRE-SLG	2		
MÉDIO MEARIM-MORADA DO MEIO	1		
MÉDIO MEARIM-MORADA NOVA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-NOVO ORIENTE-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS-BACABAL	10		
MÉDIO MEARIM-PARAÍSO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-PASCOAL	1		
MÉDIO MEARIM-PAU D'ÁGUA	1		
MÉDIO MEARIM-PAU DE FERRO, PIO XII	1		
MÉDIO MEARIM-PAU FERRADO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-PAU REAL-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-PAU SANTO-LAGO DO JUNCO	2		

MÉDIO MEARIM-PAULO RAMOS	3		
MÉDIO MEARIM-PEDREIRAS	108		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO COMPRIDO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-POÇOS	1		
MÉDIO MEARIM-POVOADOS	56		
MÉDIO MEARIM-PROMISSÃO-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-QUEIMADA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-RASPA CANELA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-REPARTIÇÃO	1		
MÉDIO MEARIM-SACO	1		
MÉDIO MEARIM-SALGADO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA CATARINA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA CRUZ-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SANTA EFIGÊNIA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SANTA FÉ-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SANTA MARIA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SANTA RITA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA VITÓRIA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTANA-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-SANTO AMÉRICO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTÔNIO-BACABAL	6		
MÉDIO MEARIM-SÃO BENEDITO-MÉDIO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO DOMINGOS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO FRANCISCO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DA MATA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ DA MANGUEIRA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ DAS VERDADES-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUIZ GONZAGA	158		
MÉDIO MEARIM-SÃO MANUEL-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO MIGUEL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO RAIMUNDO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SERRA BONITA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SINCORÁ-BACABAL	1		

MÉDIO MEARIM-TABOCA	1		
MÉDIO MEARIM-TAMBORIL-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-TAPERAS	1		
MÉDIO MEARIM-TATAJUBA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-TERRA NOVA	1		
MÉDIO MEARIM-TODOS OS SANTOS	2		
MÉDIO MEARIM-TRÊS POÇOS-SLG	1		
MÉDIO MEARIM-URUBU	1		
MÉDIO MEARIM-URUGUAIANA-SLG	1		
MÉDIO MEARIM-VELOSO-MÉDIO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-VIVA DEUS-BACABAL	1		
MÉDIO PARNAÍBA-FLORES/TIMOM	1		
MÉDIO PARNAÍBA-MATÕES	2		
MÉDIO PARNAÍBA-SÃO JOÃO DOS PATOS	8		
MÉDIO PARNAÍBA-SÃO JOSÉ DOS MATÕES	3		
MÉDIO MEARIM-SANTA RITA	1		
TOCANTINS-IMPERATRIZ	1		
	878		

CEARÁ		PERNAMBUCO	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	ORIGEM/MIGRANTES	QTDE
ACOPIARA	1	TIMBAÚBA-PE	1
ARACATÚ	1	BODOCÓ-PE	3
BATURITÉ	1	CATUCÁ-PE	1
BOA VIAGEM	6	NOVO EXÚ-PE	2
BREJINHO	1	PETROLINA-PE	1
BREJO DOS SANTOS	15	OUTRA	2
CAJAZEIRAS	1		
CAMPOS SALES	3	TOTAL	10
CANA BRAVA	1		
CEARPA	1		
CEDRO	1		
CRATEÚS	9		
CRATO	4		
FLECHEIRINHA	1		
FORTALEZA	2		
IGUATÚ	1		
INDEPENDÊNCIA	1		
IPÚ	1		
IPUEIRAS	2		
JOAZEIRO	1		

LIMOEIRO DO NORTE	1		
MASSAPÊ	2		
MILAGRES	5		
MISSÃO VELHA	26		
MONSENHOR TABOSA	2		
NOVA RUSSA	2		
OUTRA-CE	66		
PEDRA BRANCA	1		
PORTEIRAS	2		
SÃO GONÇALO	3		
SERRA GRANDE	2		
SOBRAL	3		
VARGEM FORMOSA	2		
TOTAL	171		
PARAÍBA		GOIÁS	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	ORIGEM/MIGRANTES	QTDE
CAJAZEIRAS-PB	1	GOIÁS	1
CATOLÉ DO ROCHA-PB	1		
POMBAL-PARAÍBA	1		
OUTRA	9		
TOTAL	12	TOTAL	1
RIO GRANDE DO NORTE		BAHIA	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	ORIGEM/MIGRANTES	QTDE
LUÍS GOMES-RN	1	SÃO JOSÉ	1
PAU DOS FERROS-RN	1	BAHIA	1
RIO G. DO NORTE	1		
TOTAL	3	TOTAL	2
ALAGOAS		POVOADOS SEM IDENTIFICAÇÃO DA CIDADE/ESTADO	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	ORIGEM/MIGRANTES	QTDE
ALAGOAS	2	BEIRA DO JARDIM	1
		LASEIROS	1
		PASSAGEM DO SANTO OUTEIRO	1
		VAIJOTA	1
		CANDUBA	1

TOTAL	2	TOTAL	5

APÊNDICE 3

Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim década de 1950 – Relação de cidades por estado

MARANHÃO		CEARÁ	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	ORIGEM/MIGRANTES	QTDE
ALTO MEARIM- GRAJAU	1	ACARAÚ-CE	5
ALTO MEARIM-BARRA DO CORDA	8	ACOIPIARA-CE	1
ALTO MEARIM-CURADOR/PRESIDENTE DUTRA	3	AGUA BRANCA-CE	2
ALTO MEARIM-GRAJAU	8	ARACATI-CE	3
ALTO MEARIM-PRESIDENTE DUTRA	3	ASSARÉ-CE	13
ALTO PARNAÍBA-PASTOS BONS	3	AURORA-CE	1
ALTO PARNAÍBA-SAMBAÍBA-MA	1	BAIXIO-CE	1
BAIXADA-ARARI	4	BARBALHA-CE	4
BAIXADA-CAJAPIÓ	1	BARRA DO JARDIM-CE	1
BAIXADA-PERIMIRIM-MA	1	BARREIRA-CE	1
BAIXADA-SÃO BENTO	2	BATURITÉ-CE	1
BAIXO PARNAÍBA- BREJO DE ANAPURUS ¹⁶¹	4	BOA VIAGEM-CE	11
BAIXO PARNAÍBA-BREJO-MA	11	BREJO DOS SANTOS-CE	21
BAIXO PARNAÍBA-BURITI-MA	3	CAMOCIM-CE	6
BAIXO PARNAÍBA-CHAPADINHA	13	CAMPOS SALES-CE	4
BAIXO PARNAÍBA-COELHO NETO	25	CAMUCIM-CE	4
BAIXO PARNAÍBA-SANTA QUITÉRIA-MA	1	CANINDÉ-CE	7
BAIXO PARNAÍBA-SÃO BERNANDO	8	CARIRÉ-CE	2
CAROLINA-MA	1	CARIRI-CE	2
ITAPECURU	6	CEARÁ-CE	20
ITAPECURU-CAXIAS	43	CEDRO-CE	1
ITAPECURU-CODÓ	30	COREAÚ-CE	3
ITAPECURU-COLINAS	8	CRATEUS-CE	29
ITAPECURU-COROATÁ	56	CRATO-CE	41
ITAPECURU-DOM PEDRO	4	FORTALEZA-CE	5
ITAPECURU-PASSAGEM FRANCA	2		
ITAPECURU-PERITORÓ	1	FRECHEIRINHA-CE	1
ITAPECURU-PIRAPEMAS	4	GRANJA-CE	29
ITAPECURU-SANTA LUZIA-COROATÁ	1	GUARACIABA DO NORTE-CE	3
ITAPECURU-SÃO DOMINGOS	11	IBIAPINA-CE	17
ITAPECURU-SÃO MATEUS	1		
ITAPECURU-TIMBIRAS-MA	9	IGUATU-CE	4

¹⁶¹ Neste e nos próximos Apêndices (Apêndice 4 e Apêndice 5) apresento as cidades conforme a designação registrada nos Livros de Casamento. Desse modo, embora refiram-se a uma única cidade, constam separadas na listagem Brejo e Brejo de Anapurus. Quando menciono casos como estes no corpo do texto, o número de nubentes é somado e figura o nome mais usual da cidade.

ITAPECURU-VARGEM GRANDE	7	INDEPENDENCIA-CE	16
LITORAL NORDESTE-HUMBERTO DE CAMPOS	1	IPÚ GRANDE-CE	1
LITORAL NORTE-RIBAMAR	1	IPÚ-CE	16
LITORAL NORTE-SÃO LUÍS	7	IPUEIRAS -CE	27
MÉDIO MEARIM-LAGOA DA MATA	1	ITAPAGÉ-CE	1
MÉDIO MEARIM	2	ITAPIOCA-CE	5
MÉDIO MEARIM-ABELHA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	JARDIM-CE	1
MÉDIO MEARIM-ABRÉU-SÃO LUIZ GONZAGA	1	JUAZEIRO-CE	18
MÉDIO MEARIM-ABUNDÂNCIA	6	MARANGUAPE-CE	4
MÉDIO MEARIM-ÁGUA BRANCA-BACABAL	2	MARTINOPOLE-CE	1
MÉDIO MEARIM-ÁGUA BRANCA-SÃO LUIZ GONZAGA	3	MASSAPÊ-CE	3
MÉDIO MEARIM-ALDEIA DO ODINO-BACABAL	1	MERUOCA-CE	2
MÉDIO MEARIM-ALDEIA J. PAIVA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	MILAGRES-CE	19
MÉDIO MEARIM-ALDEIA JOSÉ DE PAIVA	1	MISSÃO NOVA-CE	48
MÉDIO MEARIM-ALDEIA-BACABAL	1	MISSAO VELHA-CE	9
MÉDIO MEARIM-ALTAMIRA	1	MOMBAÇA-CE	1
MÉDIO MEARIM-ALTAMIRA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	MONSENHOR TABOSA-CE	1
MÉDIO MEARIM-ALTO ALEGRE-MÉDIO MEARIM	5	MUCAMBO-CE	4
MÉDIO MEARIM-ALTO BONITO-BACABAL	1	NOVA RUSSAS-CE	21
MÉDIO MEARIM-ALTO FOGOSO-BACABAL	1	NOVO ORIENTE-CE	1
MÉDIO MEARIM-AMARANTE	1	ORÓS-CE	1
MÉDIO MEARIM-ANGELIM-MÉDIO MEARIM	1	OUTRA-CE	2
MÉDIO MEARIM-ANGICAL-PEDREIRAS	8	PACOTI-CE	1
MÉDIO MEARIM-ARRAIAL	1	PACUTÍ-CE	1
MÉDIO MEARIM-BACABAL	50	PALMA BATURITÉ-CE	2
MÉDIO MEARIM-BACUJÁ	1	PARAIPABA-CE	2
MÉDIO MEARIM-BACURI	5	PEDRA BRANCA-CE	3
MÉDIO MEARIM-BACURI DA LINHA-BACABAL	1	PENTECOSTE-CE	2
MÉDIO MEARIM-BAIXÃO DA LATA-SÃO LUIZ GONZAGA	3	PIRACURUCA-CE	1
MÉDIO MEARIM-BARRO VERMELHO-POÇÃO DE PEDRAS	1	PROMISSÃO-CE	2
MÉDIO MEARIM-BATURITÉ	3	QUIXADÁ-CE	4
MÉDIO MEARIM-BEIRA DO SACO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	QUIXERAMOBIM-CE	1
MÉDIO MEARIM-BELA VISTA-BACABAL	1	QUXARÁ-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOA ESPERANÇA-BACABAL	1	REDENÇÃO-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOA HORA-BACABAL	1	RERIUTABA-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOA VISTA-BACABAL	5	SABOEIRO-CE	2

MÉDIO MEARIM-BOA VISTA-MÉDIO MEARIM	4	SANTA QUITÉRIA-CE	7
MÉDIO MEARIM-BOA VISTA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	SANTANA DO CARIRI-CE	3
MÉDIO MEARIM-BOCA DA MATA-MÉDIO MEARIM	2	SANTANA-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOCA DA MATA-PEDREIRAS	1	SÃO BENEDITO-CE	15
MÉDIO MEARIM-BOCA DA MATA-SÃO LUIZ GONZAGA	3	SÃO FRANCISCO-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOM JARDIM-BACABAL	2	SÃO PEDRO DO CARIRI-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOM JESUS-BACABAL	3	SÃO PEDRO/CARIRIAÇU-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOM LUGAR	3	SÃO PEDRO-CE	4
MÉDIO MEARIM-BOM PRINCIPIO	2	SENADOR POMPEU-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOM TEMPO	1	SERRA DA IBIAPABA-CE	1
MÉDIO MEARIM-BREJINHO-BACABAL	1	SÍTIO SIMÃO-CE	1
MÉDIO MEARIM-BURITIZAL	3	SOBRAL-CE	63
MÉDIO MEARIM-CABAÇA-PEDRA	2	TAMBORIL-CE	7
MÉDIO MEARIM-CACHOEIRA GRANDE	1	TAUÁ-CE	3
MÉDIO MEARIM-CAJÁ DO MALAQUIAS-VITORINO FREIRE	1	TIANGUÁ-CE	20
MÉDIO MEARIM-CAJAZEIRAS-SÃO LUIZ GONZAGA	1	UBAJARA-CE	22
MÉDIO MEARIM-CAJUEIRO-BACABAL	6	UBIRAJARA-CE	1
MÉDIO MEARIM-CAMPELO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	URUBURETAMA-CE	1
MÉDIO MEARIM-CANCELAR	3	VARGEM FORMOSA-CE	2
MÉDIO MEARIM-CANTANHEDE	9	VIÇOSA-CE	24
MÉDIO MEARIM-CANTINHO	7		
MÉDIO MEARIM-CAPIM-MÉDIO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-CAPINZAL-PEDREIRAS	1	TOTAL	648
MÉDIO MEARIM-CENTRINHO-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DA ROSA	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO CONSTÂNCIO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIMCENTRO DO MEIO	4		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO QUEIMADO	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS FARIAS-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS MARCELINOS-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS PALMEIRAS-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO VELHO	2		
MÉDIO MEARIM-CENTRO VELHO/BAMBÚ-SÃO LUIZ GONZAGA	1		

MÉDIO MEARIM-CERCADINHO	1		
MÉDIO MEARIM-CIGANA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-CIPÓ	2		
MÉDIO MEARIM-CÔCO GRANDE	2		
MÉDIO MEARIM-COLÔNIA	3		
MÉDIO MEARIM-CONCEIÇÃO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CORREDOR	2		
MÉDIO MEARIM-COTIA BARATA	1		
MÉDIO MEARIM-CREOLÍ-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-DEMANDA-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-DEMANDA-SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	1		
MÉDIO MEARIM-DEUS QUER-VITORINO FREIRE	1		
MÉDIO MEARIM-ENCRUZILHADA-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-FERRO NOVO-MÉDIO MEARIM	5		
MÉDIO MEARIM-FOLGUEDO	2		
MÉDIO MEARIM-FORTALEZA	1		
MÉDIO MEARIM-GARUAJÃO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-GERÉ-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-GUARÁ-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-HUMAITÁ-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-IGARAPÉ DO MEIO	1		
MÉDIO MEARIM-IGARAPÉ GRANDE	5		
MÉDIO MEARIM-IGARAPÉ GRANDE-PEDREIRAS	4		
MÉDIO MEARIM-IGARAPÉ GRANDE-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-INJEITADO	1		
MÉDIO MEARIM-JAPÃO	4		
MÉDIO MEARIM-JATOBÁ-PEDREIRAS	4		
MÉDIO MEARIM-JERÉ	3		
MÉDIO MEARIM-JIQUIRI-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-JOÃO DE PAIVA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-JOÃO RUFINO-MÉDIO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-JUÇARAL-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-JUNCO	5		
MÉDIO MEARIM-JURUPARANA	4		
MÉDIO MEARIM-LAGO	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO ACHADO	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO AÇU	2		
MÉDIO MEARIM-LAGO DA CUTIA-LAGO DA	1		

PEDRA			
MÉDIO MEARIM-LAGO DA PEDRA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DO BOI	2		
MÉDIO MEARIM-LAGO DO CIPÓ-LAGO DO JUNCO	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DOS RODRIGUES-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO GRANDE	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO QUEIMADO SANTO ANTONIO DO VELÔSO	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO VERDE-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO VERDE-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOA AMARELA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOA BONITA	2		
MÉDIO MEARIM-LAGOA BRANCA	2		
MÉDIO MEARIM-LAGOA DO GOVERNO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOA NOVA-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-LAGUINHO	2		
MÉDIO MEARIM-LIMA CAMPOS	2		
MÉDIO MEARIM-LIMÃO	1		
MÉDIO MEARIM-LIMEIRA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-LIMOEIRINHO	1		
MÉDIO MEARIM-LIMOEIRO DA MATA-VITORINO FREIRE	2		
MÉDIO MEARIM-LIVRAMENTO	2		
MÉDIO MEARIM-LUDOVICO-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-MAÇARANDUBA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-MARACAJÁ	1		
MÉDIO MEARIM-MARAJÁ	8		
MÉDIO MEARIM-MARAJÁ-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-MATA DO NASCIMENTO	3		
MÉDIO MEARIM-MATO SECO	2		
MÉDIO MEARIM-MOCEGO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MONTE ALEGRE	8		
MÉDIO MEARIM-MONTE CRISTO-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-MONTE VERDE-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-MONTEVIDÉU	2		
MÉDIO MEARIM-MORADA NOVA	3		
MÉDIO MEARIM-MORADA NOVA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-MORRO GRANDE	2		

MÉDIO MEARIM-MUCAMBO	3		
MÉDIO MEARIM-MURICI	1		
MÉDIO MEARIM-MURURÚ-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-NATAL-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-NOGUEIRA	2		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	3		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'AGUINHA	1		
MÉDIO MEARIM-OLHOS D'AGUA	3		
MÉDIO MEARIM-OUTEIRO-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-PANELA FURADA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-PARAÍSO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-PAU D'ARCO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-PAU DOS FERROS	3		
MÉDIO MEARIM-PAU FERRADO	3		
MÉDIO MEARIM-PAU QUEIMADO	1		
MÉDIO MEARIM-PAU REAL-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-PAU REAL-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-PAU SANTO-LAGO DO JUNCO	1		
MÉDIO MEARIM-PAU SANTO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-PAULO RAMOS	1		
MÉDIO MEARIM-PEDRA D'ÁGUA	1		
MÉDIO MEARIM-PEDRA DO SALGADO	1		
MÉDIO MEARIM-PEDRA GRANDE-MÉDIO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-PEDREIRAS	82		
MÉDIO MEARIM-PEDRO LOURENÇO-LAGO DA PEDRA	1		
MÉDIO MEARIM-PEREIRO	1		
MÉDIO MEARIM-PIMENTEIRA	2		
MÉDIO MEARIM-PINTO TEIXEIRA	6		
MÉDIO MEARIM-PIQUI	2		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO COMPRIDO	1		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO DO DAMIÃO	6		
MÉDIO MEARIM-POÇO DE DENTRO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-POTÓ VELHO-SÃO LUIZ GONZAGA	4		

MÉDIO MEARIM-PRIMAVERA-SÃO LUIZ GONZAGA	5		
MÉDIO MEARIM-RIACHÃO	1		
MÉDIO MEARIM-RIACHO CAVALO	1		
MÉDIO MEARIM-RODRIGUES	3		
MÉDIO MEARIM-SALGADO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SALOBO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SALÔBRO	1		
MÉDIO MEARIM-SANT'ANA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA ANA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA CATARINA	3		
MÉDIO MEARIM-SANTA CRUZ	4		
MÉDIO MEARIM-SANTA FÉ-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA ISABEL-PEDREIRAS	3		
MÉDIO MEARIM-SANTA JULIA- MÉDIO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA MARIA	5		
MÉDIO MEARIM-SANTA MARIA-PEDREIRAS	3		
MÉDIO MEARIM-SANTA RITA	3		
MÉDIO MEARIM-SANTA RITA-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-SANTA ROSA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA TERESA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA TERÊSA-PEDRA	1		
MÉDIO MEARIM-SANT'ANA	3		
MÉDIO MEARIM-SANTANA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTO AMÉRICO	1		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTONIO	10		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTONIO DO VELÔSO	1		
MÉDIO MEARIM-SANTO ELIAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO BENEDITO	10		
MÉDIO MEARIM-SÃO BENTO-FORTALEZA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO BERNARDO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO DOMINGOS	3		
MÉDIO MEARIM-SÃO FELIX	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO FRANCISCO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO FRANCISCO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO GONÇALVES-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO	2		

MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DA MATA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DA MATA-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DO ANTÃO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DO JANSEN	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DO MATA FOME-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOAQUIM	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ DAS VERDADES	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-SÃO LOURENÇO	4		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUCAS-PEDREIRAS	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUIZ GONZAGA	46		
MÉDIO MEARIM-SÃO MARCOS-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO MIGUEL	3		
MÉDIO MEARIM-SÃO PAULO-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-SÃO PEDRO	3		
MÉDIO MEARIM-SÃO PEDRO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO PEDRO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO RAIMUNDO	3		
MÉDIO MEARIM-SÃO RAIMUNDO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO VICENTE	2		
MÉDIO MEARIM-SÊCO	8		
MÉDIO MEARIM-SECO DAS MULATAS-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÊCO-SÃO LUIZ GONZAGA	5		
MÉDIO MEARIM-SIMEÃO	3		
MÉDIO MEARIM-SÍTIO DO MEIO	3		
MÉDIO MEARIM-SÍTIO DO QUEIMADO	1		
MÉDIO MEARIM-SÍTIO NOVO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SOARES-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SUMAÚMA	2		
MÉDIO MEARIM-TABA	1		
MÉDIO MEARIM-TODOS OS SANTOS	3		
MÉDIO MEARIM-TOLENTINOS-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-TRÊS POÇOS-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-VALE QUEM TEM	1		
MÉDIO MEARIM-VILA MARIA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-VIRA MUNDO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		

MÉDIO MEARIM-VISTA ALEGRE-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-VITÓRIA DO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-VITORINO FREIRE-MÉDIO MEARIM	2		
MÉDIO MEARIM-VIVA DEUS-BACABAL	1		
LITORAL NORDESTE-ARAIOSSES	16		
MÉDIO PARNAÍBA-FLORES/TIMOM	1		
MÉDIO PARNAÍBA-SÃO JOÃO DOS PATOS	1		
MÉDIO PARNAÍBA-TIMOM-MA	1		
PINDARÉ-SANTA INÊS	1		
PINDARÉ-SANTA LUZIA	3		
TOTAL	1011		
PIAUI		PERNAMBUCO	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	ORIGEM/MIGRANTES	QTDE
ALTO LONGAR-PI	2	AGRESTINA-PE	6
A. JOÃO DE PAIVA-PI	1	ARARIPINA-PE	3
AGUA BRANCA-PI	1	BELEM-PE	2
ALTOS-PI	9	BELO JARDIM-PE	1
AMARANTE-PI	2	BODOCÓ-PE	1
ANGICAL-PI	2	EXÚ-PE	4
BARRAS-PI	16	INAJÁ-PE	1
BATALHA-PI	3	NOVEXÚ-PE	3
BOM JESUS-PI	1	PERNAMBUCO	1
BURITI DOS LOPES-PI	5	PETROLINA-PE	3
CALDEIRÃO-PI	1	SALGUEIRO-PE	1
CAMPO MAIOR-PI	18	SÃO JOSÉ DO EGITO-PE	2
CANTO DO BURITI-PI	1	SERRA BRANCA/IBUPI-PE	1
CARMELO-BAMBÚ-PI	1	SERRA BRANCA-PE	1
COCAL-PI	3	SERRA VERDE-PE	1
CONCEIÇÃO-PI	3	TIMBAÚBA-PE	1
CURRALINHO-PI	2	VICENCIA-PE	1
ESPERANTINA-PI	19		
EXTREMA-PI	1	TOTAL	33
FLORES-PI	1		
FRONTEIRA-PI	1		
JAICÓS-PI	5		
JOSÉ DE FREITAS-PI	5		
LIVRAMENTO-PI	1		
LUZILÂNDIA-PI	38		
MATIAS OLÍMPIO-PI	4		
MIGUEL ALVES-PI	39		
NAZARÉ-PI	2		

TOTAL		24		
BAHIA			POVOADOS SEM IDENTIFICAÇÃO DA CIDADE/ESTADO	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	
SANTO ONOFRE-BA	1	ARRAIAL	1	
CANUDOS-BA	1	ASSIS	1	
MORRO DO CHAPÉU-BA	1	CALICEIRA	1	
CACHOEIRA-BA	1	CAVALINA	1	
		CHAPADA GRANDE	1	
TOTAL	4	CHEGADA	1	
		CONTENDA	1	
		GAMBAL	1	
OUTROS ESTADOS		JAGUARETAMA	1	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	MORRO VERMELHO	1	
CAPIVARA-ALAGÔAS	1	OLIVEIRA	1	
AMAZONAS-AM	1	QUINTA	1	
TOCANTINOPOLIS-GO	1	RADECO	1	
DOURADO-MT	1	RIACHO GRANDE	1	
		RIO GRANDE	1	
TOTAL	4	ROSCADA	1	
		SAPUCAIA	1	
SEM INFORMAÇÃO		SERRADOR/SERVADOR SÁ	1	
ORIGEM/MIGRANTES	QTDE	SÍTIO ALEGRE	1	
NÃO TEM INFORMAÇÃO	70	TIBIRI	1	
		URUGUAIANA	1	
		VILA MARIA	1	
		ARACADIORA	1	
		COCÊRA	1	
		FRADE	1	
		IPONANGA	1	
		TOTAL	26	

Apêndice 4

**Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim década de 1960 –
Relação de cidades por estado**

MARANHÃO		CEARÁ	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
ALTO MEARIM-GRAJAÚ	6	ACARAÚ-CE	20
ALTO MEARIM-PRESIDENTE DUTRA	1	ACOIPIARA-CE	2
ALTO MEARIM-TUNTUM	1	AJUABA-CE	1
ALTO PARNAÍBA-BALSAS	1	APUIARÉS-CE	1
ALTO PARNAÍBA-PASTOS BONOS	2	ARACAJU-CE	1
ALTO PARNAÍBA-SANTO ANTÔNIO DE BALSAS	1	ARARIPE-CE	1
BAIXADA-ANAJATUBA	2	ARARIPINA-CE	1
BAIXADA-ARARI	3	ARUEIRA-CE	1
BAIXADA-JAPÃO-VITÓRIA DO MEARIM	3	ASSARÉ-CE	5
BAIXADA-PERIMIRIM	1	AURORA-CE	2
BAIXADA-ROSÁRIO	5	BARBALHA-CE	4
BAIXADA-SÃO BENTO	2	BATALHA-CE	1
BAIXADA-VIANA	1	BATURITÉ-CE	8
BAIXADA-VITÓRIA DO MEARIM	6	BOA VIAGEM-CE	13
BAIXO PARNAÍBA-BREJO DOS ANAPURUS	4	BREJO DOS SANTOS-CE	33
BAIXO PARNAÍBA-BREJO-MA	27	CACHOEIRA-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-BURITI DE INÁCIA VAZ	2	CAIÇARA-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-BURITI-MA	4	CAJAZEIRAS-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-CHAPADINHA	12	CAMOCIM-CE	24
BAIXO PARNAÍBA-COELHO NETO	21	CAMPO GRANDE-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-MAGALHÃES DE ALMEIDA	1	CAMPOS SALES-CE	4
BAIXO PARNAÍBA-SANTA QUITÉRIA-MA	3	CAMUCIM-CE	7
BAIXO PARNAÍBA-SÃO BERNARDO	3	CANINDÉ-CE	13
CAROLINA	3	CARINÉ-CE	1
ITAPECUREU-VARGEM GRANDE	3	CARIRIAÇU-CE	1
ITAPECURU	5	CARIRI-CE	1
ITAPECURU-BURITI BRAVO	1	CEDRO-CE	1
ITAPECURU-CANTANHEDE	3	CHAVAL-CE	1
ITAPECURU-CAPINZAL	1	COCAIA-CE	1
ITAPECURU-CAXIAS	39	COCAL-CE	2
ITAPECURU-CODÓ	24	COREAÚ –CE	17
ITAPECURU-COLINAS	1	CRATEÚS-CE	38
ITAPECURU-CONCEIÇÃO-BACABAL	1	CRATO-CE	23
ITAPECURU-COQUE-SÃO LUIZ GONZAGA	8	FARIAS BRITO-CE	1
ITAPECURU-CORDEIRO-BACABAL	1	FLECHEIRINHA-CE	2
ITAPECURU-COROATÁ	52	FORTALEZA-CE	2

ITAPECURU-DOM PEDRO-MA	6	FRECHEIRINHA-CE	12
ITAPECURU-PASSAGEM FRANCA-MA	1	GENERAL SAMPAIO-CE	1
ITAPECURU-PIRAPEMAS	1	GRANJA-CE	28
ITAPECURU-SÃO MATEUS	1	GUARACIABA-CE	2
ITAPECURU-TIMBIRAS	13	IBIAPINA-CE	19
LITORAL NORDESTE-ARAIOSSES	2	ICÓ-CE	2
LITORAL NORDESTE-BARREIRINHA-MA	3	IDEAL-CE	1
LITORAL NORDESTE-HUMBERTO DE CAMPOS	1	IDEPENDÊNCIA-CE	1
LITORAL NORDESTE-TUTÓIA	1	IGUATU-CE	4
LITORAL NORTE-ALCÂNTARA	1	INDEPENDÊNCIA-CE	6
LITORAL NORTE-B5CURURUPU	1	IPÚ-CE	12
LITORAL NORTE-SÃO LUÍS	5	IPUEIRAS-CE	33
MÉDIO MEARIM-JARDIM-SÃO LUIZ GONZAGA	1	ITAPAGÉ-CE	9
MÉDIO MEARIM- SANTO ANTÔNIO-PEDREIRAS	2	ITAPIPOCA-CE	3
MÉDIO MEARIM-ABELHA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	JAGUARIBE-CE	1
MÉDIO MEARIM-ABUNDÂNCIA-SÃO LUIZ GONZAGA	3	JARDIM-CE	7
MÉDIO MEARIM-ÁGUA BRANCA-BACABAL	1	JATI-CE	1
MÉDIO MEARIM-AGUIAR-SÃO LUIZ GONZAGA	1	JUAZEIRO DO NORTE-CE	1
MÉDIO MEARIM-ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	1	JUAZEIRO-CE	11
MÉDIO MEARIM-ALTO BURITI-SÃO LUIZ GONZAGA	1	LAVRAS-CE	1
MÉDIO MEARIM-ALTO DO BODE-SÃO LUIZ GONZAGA	2	LIVRAMENTO-CE	1
MÉDIO MEARIM-AMINGA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	MARANGUAPE-CE	1
MÉDIO MEARIM-ANDIROBAL-BACABAL	2	MARTINÓPOLIS-CE	1
MÉDIO MEARIM-ANGELINA	1	MASSAPÊ-CE	6
MÉDIO MEARIM-ANGICAL-PEDREIRAS	3	MERUOCA-CE	2
MÉDIO MEARIM-AQUIDABÃ-SÃO LUIZ GONZAGA	1	MILAGRES-CE	11
MÉDIO MEARIM-AXIXÁ-BACABAL	2	MISSÃO VELHA-CE	27
MÉDIO MEARIM-BACABAL	111	MOCAMBO-CE	1
MÉDIO MEARIM-BACABAL	1	MONSENHOR TABOSA-CE	2
MÉDIO MEARIM-BACABAL DO COQUE-SÃO LUIZ GONZAGA	3	MORADA NOVA-CE	4
MÉDIO MEARIM-BACURI DOS DOIS IRMÃOS-BACABAL	1	MUCAMBO-CE	8
MÉDIO MEARIM-BACURI-BACABAL	2	NOVA BETANIA-CE	1
MÉDIO MEARIM-BAIANO-PEDREIRAS	1	NOVA OLINDA-CE	7
MÉDIO MEARIM-BAMBU-BACABAL	2	NOVA RUSSAS-CE	28
MÉDIO MEARIM-BANANEIRA-BACABAL	1	NOVO ORIENTE-CE	3

MÉDIO MEARIM-BARRA DO CORDA	8	OUTRA-CE	17
MÉDIO MEARIM-BARREIRINHA-PEDREIRAS	3	PACATUBA-CE	1
MÉDIO MEARIM-BARRO VERMELHO-POÇÃO DE PEDRAS	1	PACOTI-CE	2
MÉDIO MEARIM-BOA DA MATA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	PALMAS-CE	2
MÉDIO MEARIM-BOA HORA-BACABAL	2	PARAMBU-CE	4
MÉDIO MEARIM-BOA VISTA-SÃO LUIZ GONZAGA	7	PEDRA BRANCA-CE	7
MÉDIO MEARIM-BOCA DA MATA-PEDREIRAS	2	PENTECOSTES-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOM GOSTO-PEDREIRAS	5	PORTEIRAS-CE	6
MÉDIO MEARIM-BOM JESUS-PEDREIRAS	1	QUIXEIRAMOBIM-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOM LUGAR-BACABAL	5	REDENÇÃO-CE	4
MÉDIO MEARIM-BOM PRINCIPIO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	RERINTABA-CE	1
MÉDIO MEARIM-BREJINHO-BACABAL	2	RERIoTABA-CE	1
MÉDIO MEARIM-CAJAZEIRAS-SÃO LUIZ GONZAGA	6	RERIUTABA-CE	1
MÉDIO MEARIM-CAJUEIRO-BACABAL	2	RESINTABA-CE	3
MÉDIO MEARIM-CAMPELO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	RUSSAS-CE	1
MÉDIO MEARIM-CANTINHO-PEDREIRAS	3	SABOEIRO-CE	1
MÉDIO MEARIM-CAPIM DURO-BACABAL	3	SANTA LUZIA-CE	1
MÉDIO MEARIM-CARMO-SÃO LUIZ GONZAGA	2	SANTA QUITÉRIA-CE	9
MÉDIO MEARIM-CENTRINHO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	SANTANA DO ACARAÚ-CE	2
MÉDIO MEARIM-CENTRINO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	SANTANA DO CARIRI-CE	2
MÉDIO MEARIM-CENTRO ÂNGELO-PEDREIRAS	2	SANTANA-CE	1
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO MARCELINO-BACABAL	1	SÃO BENEDITO-CE	46
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO MARCELINO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	SÃO BENTO-CE	1
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO MEIO-PEDREIRAS	10	SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE	1
MÉDIO MEARIM-CENTRO VELHO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	SERRA DAS MATAS-CE	1
MÉDIO MEARIM-CODOZINHO-BACABAL	1	SERRA DE SÃO PEDRO-CE	1
MÉDIO MEARIM-DEUS QUER-VITORINO FREIRE	2	SERRA DO CARIRI-CE	1
MÉDIO MEARIM-DEUS VALE-BACABAL	1	SERRA GRANDE-CE	3
MÉDIO MEARIM-ENCRUZILHADA-SÃO LUIZ GONZAGA	2	SERRA TALHADA-CE	1
MÉDIO MEARIM-ENGENHO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	SOBRAL-CE	14
MÉDIO MEARIM-ESTRADA NOVA-SÃO LUIZ GONZAGA	2	SOLONOPÓLE-CE	4

MÉDIO MEARIM-FALA CANTANDO-BACABAL	2	TAMBORIL-CE	2
MÉDIO MEARIM-FERRO NOVO-SÃO LUIZ GONZAGA	4	TAUÁ-CE	9
MÉDIO MEARIM-FERRO VELHO-SÃO LUIZ GONZAGA	1	TIANGUÁ-CE	39
MÉDIO MEARIM-FILOMENA-SÃO LUIZ GONZAGA	4	TIMBAÚBA-CE	1
MÉDIO MEARIM-GERÉ-BACABAL	1	UBAJARA-CE	54
MÉDIO MEARIM-GROTA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	URUBURETAMA-CE	3
MÉDIO MEARIM-GUARIBA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	VAGEM-CE	1
MÉDIO MEARIM-IGARAPÉ GRANDE	9	VARGEM FORMOSA-CE	3
MÉDIO MEARIM-IGUARÁ-PEDREIRAS	3	VÁRZEA ALEGRE-CE	1
MÉDIO MEARIM-INDEPENDÊNCIA-SÃO LUIZ GONZAGA	2	VIÇOSA-CE	85
MÉDIO MEARIM-IPIRATINGA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-IPIXUNA	1		834
MÉDIO MEARIM-JATOBÁ-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-JEJÚ-VITORINO FREIRE	1		
MÉDIO MEARIM-JERÉ-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-JIQUIRI-JUNCO	1		
MÉDIO MEARIM-JOÃO RUFINO-PEDREIRAS	3		
MÉDIO MEARIM-JUÇARAL DA LINHA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-JUÇARAL-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-JUNCO	13		
MÉDIO MEARIM-JUREMA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-JURUPAME-JUNCO	1		
MÉDIO MEARIM-JURUPARANA-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-LAGE DO CURRAL-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO ACHADO-PEDREIRAS	3		
MÉDIO MEARIM-LAGO DA AREIA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DA ONÇA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DA PEDRA	3		
MÉDIO MEARIM-LAGO DO JUNCO	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DO JUNCO-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-LAGO DO MEIO	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DOS CANUDOS-	1		

PEDREIRAS			
MÉDIO MEARIM-LAGO DOS CORPOS	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DOS RODRIGUES-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-LAGO GRANDE-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO LIMPO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO VERDE	2		
MÉDIO MEARIM-LAGO VERDE-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO VERDE-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOA NOVA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGOINHA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-LIMA CAMPOS-PEDREIRAS	7		
MÉDIO MEARIM-LIMEIRA-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-LIMOEIRO DA MATA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LIVRAMENTO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LIVRAMENTO-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-LUDUVICO-SÃO LUIZ GONZAGA	9		
MÉDIO MEARIM-LUZIANA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MAÇARANDUBA-SÃO LUIZ GONZAGA	9		
MÉDIO MEARIM-MANGUEIRA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MARAJÁ VELOSO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-MARAJÁ-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-MARIANÓPOLIS-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-MARMORANA-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-MATA DIANA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MATÕES-PEDREIRAS	2		
MÉDIO MEARIM-MELÃO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MESQUITA-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-MISSÃO VELHA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-MONÇÃO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MONTE ALEGRE-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-MONTE VERDE-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-MONTEVIDÉU-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-MORADA NOVA-SÃO LUIZ GONZAGA	9		

MÉDIO MEARIM-MORADA BOA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-MORADA NOVA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MORRO DA PEDRA-BACABAL	4		
MÉDIO MEARIM-MORRO DOS CABOCLOS-PEDREIRAS	11		
MÉDIO MEARIM-MORRO GRANDE-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-MUCAMBO-PEDREIRAS	2		
MÉDIO MEARIM-NOVA OLINDA-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS-SÃO LUIZ GONZAGA	12		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS-BACABAL	12		
MÉDIO MEARIM-PANELA FURADA-JUNCO	1		
MÉDIO MEARIM-PARAÍSO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-PAU FERRADO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-PAU REAL-SÃO LUIZ GONZAGA	7		
MÉDIO MEARIM-PAU SECO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-PEDRA	2		
MÉDIO MEARIM-PEDRA DO SALGADO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-PEDREIRAS	76		
MÉDIO MEARIM-PEDRINHA-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-PERNAMBUCO-SÃO LUIZ GONZAGA	8		
MÉDIO MEARIM-PIMENTINHA-JUNCO	1		
MÉDIO MEARIM-PINTO TEIXEIRA-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-PIO XII	1		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO COMPRIDO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO DE PEDRAS	3		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO DOS CRUZ-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-POTE-JUNCO	2		
MÉDIO MEARIM-POTÓ VELHO-SÃO LUIZ GONZAGA	23		
MÉDIO MEARIM-PRIMA VERA-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-RIACHÃO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-ROSA-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-SALOBRO-BACABAL	1		

MÉDIO MEARIM-SANTA ANA-PEDREIRAS			
MÉDIO MEARIM-SANTA ANA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA CRUZ-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-SANTA EMÍLIA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA ISABEL-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA LUZIA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA MARIA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SANTA RITA DO COQUE-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA RITA DO EPIFÂNIO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA RITA-SÃO LUIZ GONZAGA	8		
MÉDIO MEARIM-SANTA ROSA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA ZITA-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-SANTANA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTO AMÉRICO-SÃO LUIZ GONZAGA	9		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTÔNIO DO COSTA-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTÔNIO DO NOGUEIRA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTÔNIO DOS SARDINHAS-LIMA CAMPOS	1		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTÔNIO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTÔNIO-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-SÃO BENEDITO	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO BENEDITO-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO BENEDITO-VITÓRIA DO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO BENTO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO DOMINGOS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO FRANCISCO-SÃO LUIZ GONZAGA	9		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DA MATA-BACABAL	15		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DO ANTÃO-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO DO JANSEN-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOÃO-BACABAL	1		

MÉDIO MEARIM-SÃO JOAQUIM-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ DAS VERDADES-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ DOS CURICAS-VITORINO FREIRE	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ-PEDREIRAS	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO LOURENÇO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO LOURENÇO-SÃO LUIZ GONZAGA	9		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUÍS DO VALE-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUIZ GONZAGA	43		
MÉDIO MEARIM-SÃO MANOEL-PEDREIRAS	5		
MÉDIO MEARIM-SÃO PAULO-ÁGUA SAUDADE	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO PEDRO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO PEDRO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO RAIMUNDO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SATUBA DO BARREIRO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SECO DAS MULATAS-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SECO-SÃO LUIZ GONZAGA	12		
MÉDIO MEARIM-SERRA BONITA-BACABAL	5		
MÉDIO MEARIM-SERRINHA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÍTIO NOVO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SOLTA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SUMAÚMA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-TERRA NOVA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-TINGIDOR-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-TIRÃO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-TRÊS POÇOS-JUNCO	4		
MÉDIO MEARIM-TRÊS SETUBAS-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-UNHA DE GATO-LAGO DA PEDRA	1		
MÉDIO MEARIM-URUBU REIS-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-URUCUSAL-BACABAL	1		

MÉDIO MEARIM-URUGUAIANA-SÃO LUIZ GONZAGA	3		
MÉDIO MEARIM-VALE QUEM TEM-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-VELOSO-SÃO LUIZ GONZAGA	2		
MÉDIO MEARIM-VERTENTE-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-VILA MARIA-SÃO LUIZ GONZAGA	5		
MÉDIO MEARIM-VITÓRIA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-VITORINO FREIRE	7		
MÉDIO PARNAÍBA-MATÕES	1		
MÉDIO PARNAÍBA-SÃO JOÃO DOS PATOS	3		
MÉDIO PARNAÍBA-TIMOM	7		
PINDARÉ-MONÇÃO	1		
PINDARÉ-PINDARÉ MIRIM	3		
PINDARÉ-SANTA INÊS	1		
	1079		
PIAUI		PERNAMBUCO	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
ÁGUA BRANCA-PI	12	ÁGUAS BELAS-PE	1
ALTOS-PI	12	ARARIPINA-PE	7
AMARANTE-PI	8	BODOCÓ-PE	4
AMARRAÇÃO-PI	1	BOM CONSELHO-PE	2
BARRRAS-PI	39	BOM JARDIM-PE	1
BATALHA-PI	6	BUÍQUE-PE	1
BOA ESPERANÇA-PI	1	CANHOTINHO-PE	1
BURITI DOS LOPES-PI	19	CARNAÍBA-PE	1
CAJAZEIRAS-PI	1	CARUARÚ-PE	1
CAMPO MAIOR-PI	25	FLORES-PE	1
CAMPOS SALES-PI	1	MACAPÁ-PE	1
CASTELO-PI	4	OURICURI-PE	1
CENTRO DO CONSTANTINO-PI	1	OUTRA-PE	1
COCAL-PI	6	PESQUEIRA-PE	1
CURRALINHO-PI	1	PETROLINA-PE	1
ELESBÃO VELOSO-PI	1	QUIPAPÁ-PE	1
ESPERANTINA-PI	29	RECIFE-PE	1
FLORIANO-PI	5	SALGUEIRO-PE	1
GRANJA-PI	1	SÃO JOSÉ DE BELMONTE-PE	1
INHUMA-PI	1	SÃO JOSÉ DO EGITO-PE	1
ITAINÓPOLES-PI	3	SERRINHA-PE	1
JAICÓ-PI	1	VILA BELA-PE	1
JOSÉ DE FREITAS-PI	6		32

JUNCO-PI	2		
LIVRAMENTO-PI	2		
LUÍS CORREIA-PI	1		
LUZILÂNDIA-PI	67		
MARAJÁ-PI	1		
MATIAS OLIMPIO-PI	13		
MIGUEL ALVES-PI	63		
MIGUEL OLIMPIO-PI	1		
OEIRAS-PI	11		
PARNAÍBA-PI	26		
PEDRO II-PI	26		
PICOS-PI	9		
PIRACURUCA-PI	10		
PIRIPIRI-PI	15		
PORTO-PI	5		
REGENERAÇÃO-PI	3		
SÃO JOÃO DE PAIVA-PI	2		
SÃO JOÃO-PI	1		
SÃO JOSÉ DE FREITAS-PI	1		
SÃO JOSÉ DOS ÓRFÃOS-PI	1		
SÃO JULIÃO-PI	1		
SÃO PEDRO-PI	3		
SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	1		
SIMPLÍCIO MENDES-PI	1		
SÍTIO DE SÃO FELIX-PI	1		
TERESINA-PI	26		
UNIÃO-PI	33		
VALENÇA-PI	11		
VARGEM GRANDE-PI	1		
	522		
PARAÍBA		RIO GRANDE DO NORTE	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
ARARUNA-PB	1	ALEXANDRIA-RN	1
BONITO DA SANTA FÉ-PB	1	AUGUSTO SEVERO-RN	1
BREJO DA CRUZ-PB	1	LAGES-RN	1
CAJAZEIRAS-PB	2	LUÍS GOMES-RN	1
CAMPINA GRANDE-PB	2	MACAIBA-RN	1
CATOLÉ DO ROCHA-PB	1	MOSSORÓ-RN	3
GUARABIRA-PB	1	NATAL-RN	3
LAGES-PB	1	OUTRA-RN	7
PARAÍBA DO NORTE-PB	3	POMBAL-RN	1
PIANCÓ-PB	2		
SÃO JOSÉ-PB	1		

TOTAL	16	TOTAL	19
-------	----	-------	----

ALAGOAS		BAHIA	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
UNIÃO DOS PALMARES-ALAGOAS	1	OUTRA-BAHIA	1
		JACOBINA-BA	1
TOTAL	1	TOTAL	2
MINAS GERAIS		PARÁ	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
DIAMANTINA-MG	1	BELÉM	1
TOTAL	1	TOTAL	1
SÃO PAULO		SERGIPE	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
SÃO PAULO-BRASIL	1	MANGUES-SE	1
MARTINÓPOLIS-SP	1	OUTRA-SE	1
TOTAL	2	TOTAL	2
POVOADOS SEM IDENTIFICAÇÃO			
ORIGEM	QTDE		
SERTÃO DE CORDINA	1		
TABA CANTANO (FALA CANTANDO)	1		
BONANÇA	1		
CAMPO GRANDE	1		
TOTAL	4		

APÊNDICE 5

Amostragem do local de nascimento de nubentes do Médio Mearim década de 1970 – Relação de cidades por estado

MARANHÃO		CEARÁ	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
ALTO MEARIM-BARRA DO CORDA	3	ACARAÚ-CE	24
ALTO MEARIM-PRESIDENTE DUTRA	1	ACOPIARA-CE	3
ALTO MEARIM-TUNTUM	1	ARACOABA-CE	2
ALTO PARNAÍBA-MIRADOR	1	ARACOIABA-CE	6
BAIXADA-ANAJATUBA	7	ARAIOSSES-CE	1
BAIXADA-ARARI	4	ASSARÉ-CE	2
BAIXADA-PENALVA	1	BATURITÉ-CE	2
BAIXADA-PINHEIRO	1	BOA VIAGEM-CE	10
BAIXADA-ROSÁRIO-MA	1	BREJO DOS SANTOS-CE	4
BAIXADA-VIANA	1	BREJO-CE	1
BAIXADA-VITÓRIA DO MEARIM	15	CAMOCIM-CE	13
BAIXO PARNAÍBA-BREJO	10	CAMPO GRANDE-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-BREJO DE ANAPURUS	3	CAMPOS SALES-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-BREJO-MA	16	CANINDÉ-CE	8
BAIXO PARNAÍBA-BURITI DE INÁCIA VAZ	3	CARIRÉ-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-BURITI-MA	4	CASCAVEL-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-CHAPADINHA	4	CHAPADA DO ARARIPE-CE	2
BAIXO PARNAÍBA-COELHO NETO	9	CHAVAL-CE	1
BAIXO PARNAÍBA-MAGALHÃES DE ALMEIDA	1	CRATEÚS-CE	6
BAIXO PARNAÍBA-SANTA QUITÉRIA-MA	10	CRATO-CE	3
BAIXO PARNAÍBA-SÃO BERNARDO-MA	6	FORTALEZA-CE	8
BAIXO PARNAÍBA-URBANO SANTOS	1	FRECHEIRINHA-CE	2
CAROLINA-MA	1	GRANJA-CE	20
GURUPI-LUÍS DOMINGUES-MA	1	GROAÍRAS-CE	3
ITAPECURU	6	IBIAPINA-CE	6
ITAPECURU-BURITI BRAVO	1	IGUATU-CE	5
ITAPECURU-CANTANHEDE	2	INDEPENDÊNCIA-CE	2
ITAPECURU-CAXIAS	18	IPÚ-CE	4
ITAPECURU-CODÓ	12	IPUEIRAS-CE	17
ITAPECURU-COROATÁ	30	IRAUÇUBA-CE	1
ITAPECURU-MIRANDA-MA	1	ITAPAGÉ-CE	2
ITAPECURU-PIRAPEMA	2	ITAPIPOCA-CE	7
ITAPECURU-SÃO BENEDITO DO RIO PRETO-MA	1	JUAZEIRO-CE	2
ITAPECURU-SÃO MATEUS-MA	1	MARANGUAPE-CE	4
ITAPECURU-TIMBIRAS	1	MASSAPÊ-CE	9
ITAPECURU-VARGEM GRANDE	11	MERUOCA-CE	1
LITORAL NORDESTE-ARAIOSSES	2	MISSÃO VELHA-CE	4

LITORAL NORDESTE-BARREIRINHAS-MA	1	MONSENHOR TABOSA-CE	1
LITORAL NORDESTE-TUTÓIA	4	MORADA NOVA-CE	1
LITORAL NORTE-SÃO LUÍS-MA	10	MUCAMBO-CE	5
MÉDIO MEARIM-PIRANHA-BACABAL	1	NOVA RUSSA-CE	18
MÉDIO MEARIM-ABUNDÂNCIA-SÃO LUIZ GONZAGA	1	NOVO ORIENTE-CE	1
MÉDIO MEARIM-AÇUDE-BACABAL	1	OUTRA-CE	37
MÉDIO MEARIM-ALDEIA-BACABAL	3	PACATUBA-CE	4
MÉDIO MEARIM-ALÍVIO-SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	1	PEDRA BRANCA-CE	4
MÉDIO MEARIM-ALTO AÇUDE-BACABAL	1	PENTECOSTES-CE	1
MÉDIO MEARIM-ALTO ALEGRE-SÃOLUIZ GONZAGA	1	QUIXERAMOBIM-CE	3
MÉDIO MEARIM-ALTO BONITO-BACABAL	4	REGENERAÇÃO-CE	1
MÉDIO MEARIM-ANDIROBAL DOS PRETOS-BACABAL	2	RERIUTABA-CE	5
MÉDIO MEARIM-ANDIROBAL-BACABAL	2	SANTA CRUZ-CE	1
MÉDIO MEARIM-ANDIROBAL-VITÓRIA DO MEARIM	1	SANTA QUITÉRIA-CE	3
MÉDIO MEARIM-AREIAL-BACABAL	1	SANTANA DO CARIRI-CE	1
MÉDIO MEARIM-AURORA-BACABAL	1	SANTANA-CE	2
MÉDIO MEARIM-AXIXÁ-BACABAL	2	SÃO BENEDITO-CE	8
MÉDIO MEARIM-BACABAL	118	SÃO LUÍS DO CURU-CE	3
MÉDIO MEARIM-BACABALZINHO	1	SENADOR POMPEU-CE	1
MÉDIO MEARIM-BACURI DA LINHA-BACABAL	1	SOBRAL-CE	5
MÉDIO MEARIM-BACURI-BACABAL	1	TAMBORIL-CE	1
MÉDIO MEARIM-BAMBU-BACABAL	3	TIANGUÁ-CE	8
MÉDIO MEARIM-BARRAQUINHA-BACABAL	2	UBAJARA-CE	6
MÉDIO MEARIM-BELA VISTA-BACABAL	5	URUBURETAMA-CE	2
MÉDIO MEARIM-BELÉM-PEDREIRAS	1	URUOCA-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOA VISTA DE TÁBUA-BACABAL	1	VÁRZEA ALEGRE-CE	1
MÉDIO MEARIM-BOA VISTA-BACABAL	8	VIÇOSA-CE	13
MÉDIO MEARIM-BOCA DA MATA-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-BOM JARDIM-BACABAL	2	TOTAL	326
MÉDIO MEARIM-BOM JESUS-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-BOM LUGAR- BACABAL	5		
MÉDIO MEARIM-BREJINHO-BACABAL	6		
MÉDIO MEARIM-BREJO GRANDE-PIO XII	1		
MÉDIO MEARIM-CAJÁ DO MALAQUIAS-VITORINO FREIRE	1		
MÉDIO MEARIM-CAMPO REDONDO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CANELA-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO ADELINO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO BASÍLIO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO FUMEIRO-BACABAL	1		

MÉDIO MEARIM-CENTRO DO JOSÉ RODRIGUES-BACABAL	7		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO LOURO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO MARCELINO-SÃO LUIZ GONZAGA	4		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO RODRIGUES-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DO TEOTÔNIO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS RODRIGUES-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CENTRO DOS TELÊMACOS-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CIGANA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CORDEIRO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-CURVA DA MATA DE BOI-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-DEUS QUER-VITORINO FREIRE	2		
MÉDIO MEARIM-FAZENDINHA-VITORINO FREIRE	1		
MÉDIO MEARIM-FRANCELINA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-GERÉ-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-GLÓRIA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-GUABIRIZAL-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-HÁ MAIS TEMPO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-IGARAPÉ DANTAS-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-IGARAPÉ-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-ILHINHA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-JAPÃO-VITÓRIA DO MEARIM	1		
MÉDIO MEARIM-JEJÚ-VITORINO FREIRE	2		
MÉDIO MEARIM-JUÇARA-LAGO VERDE	1		
MÉDIO MEARIM-JUÇARAL-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-LAGEM	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DA PEDRA	6		
MÉDIO MEARIM-LAGO DO BOI-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO DO JUNCO	4		
MÉDIO MEARIM-LAGO DOS RODRIGUES-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO LIMPO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGO VERDE-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-LAGOA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-LAGUINHO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-LARGO DA PEDRA	1		
MÉDIO MEARIM-LIMOEIRO DA MATA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-LIMOEIRO-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-LIVRAMENTO-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-MANGUEIRA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MANOEL LEITE-BACABAL	1		

MÉDIO MEARIM-MATA DIANA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MATÃO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MILINDROSA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MORADA NOVA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MORRO GRANDE-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MUTUM-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-MUTUM-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-NATAL-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA MANOEL LUÍSVITORINO FREIRE	1		
MÉDIO MEARIM-OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS- BACABAL	24		
MÉDIO MEARIM-PARAÍSO-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-PATROCÍNIO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-PAU D'ARCO-BACABAL	5		
MÉDIO MEARIM-PEDREIRAS	15		
MÉDIO MEARIM-PINTO TEIXEIRA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-PINTO VIANA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-PIO XII	7		
MÉDIO MEARIM-PÓ REAL-SÃO LUIZGONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO COMPRIDO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-POÇÃO DE RAIZ-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-POTÓ VELHO-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-PURAQUÊ-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-QUEBRA MÃO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-QUINTA-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-RODRIGUES-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-SALGADO-VITORINO FREIRE	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA CRUZ-BACABAL	4		
MÉDIO MEARIM-SANTA EFIGÊNIA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA FÉ-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SANTA LUZIA-BACABAL	4		
MÉDIO MEARIM-SANTA MARIA-BACABAL	4		
MÉDIO MEARIM-SANTO ANTÔNIO-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-SÃO BENEDITO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO BERNARDO	3		
MÉDIO MEARIM-SÃO BERNARDO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO FRANCISCO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ DA MATA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ DAS VERDADES- BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO JOSÉ-BACABAL	4		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUIZ GONZAGA	20		
MÉDIO MEARIM-SÃO LUIZ GONZAGA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SÃO MIGUEL	1		

MÉDIO MEARIM-SÃO PEDRO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO RAIMUNDO-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-SÃO RAIMUNDO-PEDREIRAS	1		
MÉDIO MEARIM-SÃO SEBASTIÃO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SAPUCAIA LAGO VERDE	1		
MÉDIO MEARIM-SATUBINHA-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SECO DAS MULATAS-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SERRA BONITA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SERRINHA-BACABAL	3		
MÉDIO MEARIM-SINCORÁ-BACABAL	2		
MÉDIO MEARIM-SÍTIO NOVO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-SOCORRO-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-TADEUS-SÃO LUIZ GONZAGA	1		
MÉDIO MEARIM-UNIÃO-MA	1		
MÉDIO MEARIM-VERTENTE-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-VILA NOVA-BACABAL	1		
MÉDIO MEARIM-VITORINO FREIRE	5		
MÉDIO PARNAÍBA-MATÕES	1		
MÉDIO PARNAÍBA-SÃO FRANCISCO-MA	1		
MÉDIO PARNAÍBA-TIMON	3		
PINDARÉ	1		
PINDARÉ-MONÇÃO-MA	1		
PINDARÉ-SANTA INÊS	4		
TOTAL	629		
PIAUI		PERNAMBUCO	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
ÁGUA BRANCA-PI	3	ANGELIM-PE	1
ALTOS-PI	6	BODOCÓ-PE	1
AURARAUTE-PI	1	FLORESTA-PE	1
BARRAS-PI	26	NOVO EXÚ-PE	2
BATALHA-PI	1	OUTRA-PE	2
BOCAÍNA-PI	1	TRIUNFO-PE	1
BURITI DO MEIO-PI	1		
BURITI DOS LOPES-PI	5		
BURITI-PI	1	TOTAL	8
CAMPO MAIOR-PI	32		
CAPITÃO DE CAMPOS-PI	3		
CASTELO-PI	4		
COCAL-PI	7		
ESPERANTINA-PI	18		
FLORIANO-PI	1		
FRONTEIRAS-PI	4		
JOSÉ DE FREITAS-PI	1		

LUÍS CORREIA-PI	9		
LUZILÂNDIA-PI	21		
MATIAS OLÍMPIO-PI	7		
MIGUEL ALVES-PI	27		
NAZARÉ-PI	1		
OUTRA-PI	11		
PALMEIRAIS-PI	1		
PARNAIBA-PI	18		
PEDRO II-PI	33		
PICOS-PI	3		
PIRACURUCA-PI	12		
PIRIPIRI-PI	17		
PORTO ALEGRE-PI	1		
SÃO FÉLIX-PI	1		
SÃO JOÃO-PI	1		
SÃO PEDRO-PI	3		
TERESINA-PI	5		
UNÇÃO-PI	19		
VALENÇA-PI	5		
TOTAL	310		

PARAIBA		RIO GRANDE DO NORTE	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
BREJO DA CRUZ-PB	2	AREIA BRANCA-RN	1
CAIÇARA-PB	2	CEARÁ MIRIM-RN	1
CAJAZEIRAS-PB	1	LUIZ GOMES-RN	1
CATOLÉ DA ROCHA-PB	1	MACAIBA-RN	2
OUTRA-PB	1	MOSSORÓ-RN	1
PIRIPIRITUBA-PB	1	NOVA CRUZ-RN	1
POMBAL-PB	1	OUTRA-RN	5
TEIXEIRA-PB	1		
		TOTAL	12
TOTAL	10		
AMAZONAS		PARANÁ	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE
MANAUS-AM	1	OURIZONA-PR	1
TOTAL	1	TOTAL	1
BAHIA		SÃO PAULO	
ORIGEM	QTDE	ORIGEM	QTDE

PAULO AFONSO-BA	1	PIRAPORA-SP	1
TOTAL	1	TOTAL	1
POVOADOS/CIDADES SEM IDENTIFICAÇÃO			
ORIGEM	QTDE		
TIRIRICAL	1		
GOIANA	1		
TOTAL	2		

APÊNDICE 6

Breve Biografia dos Entrevistados

1. Migrantes Cearenses

Antônio Eugênio dos Santos – Nasce em 13 de agosto de 1921, no sítio Esperança, povoado de Brejo dos Santos-CE. De uma família de quinze irmãos, veio para o Maranhão aos 11 anos de idade. Seu avô, seus pais, seus irmãos e, ao todo, 81 pessoas com 35 animais, armados de espingardas, percorreram a distância a pé, em uma viagem que durou cerca de 40 dias, até a região de Pedreiras-MA. Justifica a partida “porque tinha aqueles ano de seca”, mas enfatiza, ao longo de toda a narrativa, que sua família não passou fome e relativiza, em alguns momentos do relato, o impacto da seca de 1932 sobre a terra natal. Rememora a morte do irmão de quatro anos, por não resistir à malária, que adoece ao chegar ao Maranhão,. Seus primeiros locais de pouso, ao chegarem ao município de Pedreiras, são Centro do Meio e Lago Proveito, posteriormente, fixam-se em Angical. Em 1936, mudam-se para o *centro* denominado Sítio Novo, onde seu pai, Raimundo Eugênio dos Santos, e seu tio, João Cordeiro, compram terras e passam a viver da lavoura e da caça. Casa com uma maranhense de São Luiz Gonzaga, com quem tem sete filhos. Em 2011, quando foi realizada a entrevista, ainda vivia em Sítio Novo, zona rural de Pedreiras, vindo a falecer em 2012.

Duração: 60 minutos

Antônio Pereira Lima – Nasce em Viçosa, Ceará, em 1950. Vem de uma família de seis irmãos que vivia da roça de milho, feijão, arroz, mandioca e da venda de lenha. Participa, desde a infância, do trabalho na roça que, conforme descrito por outros migrantes cearenses, era feito em três etapas: “passa por esse cavando, aí um *rai* semeando e outro vinha atrás cobrindo”. Normalmente, um filho mais velho cavava, o pai semeava e o filho mais novo cobria as sementes. Antônio migra com a família durante a seca de 1958. Vão de Viçosa a Tianguá num carro e de lá seguem num pau de arara rumo a Pedreiras-MA. O pai vende as duas jumentas usadas para transportar lenha por 800 cruzeiros para custear a viagem. Recorda a fala do pai ao mencionar que só havia uma muquequinha de feijão para cozinhar: “meu fio agora é o seguinte: é obrigado nós ir embora pro Maranhão”. Chegam a Pedreiras depois de um dia e meio de viagem. Por intermédio do tio paterno, sua família é levada para trabalhar nas terras do doutor Arruda, no povoado Aguiar, que tinha, segundo sua descrição, grandes comércios, escola e igreja. Mesmo trabalhando novamente como agregados, descreve esse tempo como tempo de fartura. O sistema de pagamento era a metade da colheita: “nós *panhava* ali com metade. Arroz, tinha tanto arroz, que não tinha quem vencesse, nessa época”. Casa-se em 1979 com uma maranhense de Colinas. Como outros migrantes nordestinos, salienta a diferença de cor dos maranhenses: “só gente moreno, tudo moreno”, e ressalta as qualidades do trabalhador cearense em relação ao maranhense “preguiçoso”. Fala também da morte de uma irmã mais nova dias depois da chegada, em decorrência “de febre e diarreia com sangue”. Como outros *migrantes agregados*, admite a fome e a necessidade da migração: “*passemos* fome, *passemos* necessidade lá no Ceará”. Em 1998, compra terras no povoado Primavera, também no Médio Mearim. Em 1990, muda-se para a sede de Bacabal a fim de facilitar o estudo dos filhos, onde passa a trabalhar com o comércio informal. Avalia positivamente a migração para o Maranhão: “Ah melhorou demais, graças a Deus!” No seu relato não há nenhuma menção ao tempo da *terra sem dono*, mas sim a “bons patrões”. O paternalismo, a conquista (não se menciona se por compra ou doação) de lotes de terra e seu

engajamento bem sucedido no comércio varejista auxiliam a compreensão dos silenciamentos ou esquecimentos que perpassam sua narrativa.

Duração: 42 minutos

Antônio Vieira Sales (Antônio Calixto) – Nasce em fevereiro de 1931, no povoado Cedro, município de Granja-CE. É filho de um pequeno proprietário e lavrador e teve treze irmãos. Chega ao Maranhão muito jovem, em 1949, aos 18 anos, trazendo consigo a esposa, Geralda Ferreira Sampaio. O plano de vir para o Maranhão não visava enriquecer, “era só de escapar mesmo, criar minha família no Maranhão”. Narra que sua família sofreu dificuldades na seca de 1942, quando tinha 11 anos, e, desde então, pensava: “Eu que vou ficar velho nessa terra [Ceará]? Aqui não passa mais de dez anos de uma seca pra outra. Vou nada”. Por proceder de uma família de pequenos proprietários, foi possível permanecer no sertão do Ceará durante a seca de 1932, ainda que o pai precisasse vender parte do gado a baixo custo para garantir a sobrevivência de todos. Recém-casado, viaja com a esposa rumo a Lago dos Rodrigues-MA, numa viagem que dura seis dias, com trechos a pé, de ônibus, de trem, de misto e de cargueiro, chegando em dezembro de 1949. Antes de se estabelecer com a esposa, tem notícias sobre a região e viaja sozinho para averiguar as possibilidades de fixação. Outros membros da sua família passam ou fixam-se na região do Médio Mearim. Narra as dificuldades enfrentadas na lida com a terra e a abertura do Centro Boa Esperança em 1954. Tais terras não tardam a ser cobiçadas por vizinhos. As contendas são resolvidas mediante apadrinhamentos políticos e resultam na legalização da escritura por Calixto na década de 1970. Calixto é conhecido em vários locais do Médio Mearim por suas grandes posses de terras. Outros narradores ouvidos na pesquisa referem-se a ele e a suas posses. Em 1989, compra uma casa na sede de Vitorino Freire-MA visando ao estudo dos filhos, mas continua se dividindo entre Vitorino e Boa Esperança.

Duração: 53 minutos

Artur Matias Linhares (Artur Galdino) – Nasce em 1936, em Itapipoca, Ceará. Vem de uma família de quinze irmãos que vivia da roça, “trabalhando de agregado em terra alheia”, pagando renda pelo seu uso. Narra experiências vividas nos tempos de seca no Ceará antes de migrar para o Maranhão, como a participação em saques, ações comuns a multidões de sertanejos em Itapipoca e em outras cidades vizinhas, visando à sobrevivência. Artur chega a Lima Campos-MA, na época pertencente ao município de Bacabal, em 16 de novembro de 1959. Apesar da seca de 1958, só migra no ano seguinte, pois integra-se nas frentes de serviços do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), que fornece alimento em troca de trabalho. Quando migra para o Maranhão, o destino pretendido por Artur e por outros companheiros de viagem é Brasília, mas são enganados pelo motorista do caminhão, que os leva ao município de Bacabal. Ele e os conterrâneos que o acompanham na viagem têm conhecidos no Maranhão e sabiam da boa fama das terras e das chuvas da região. Sua família chega ao Maranhão somente dez anos depois, em 1969, com a ajuda de um empréstimo feito por Artur junto a um comerciante do município de Lago Verde. Aposenta-se como vigilante de uma escola em Lago Verde, mas exerce outras atividades ao longo da vida, como lavrador, tropeiro e músico.

Duração: 52 minutos

Daniel Xavier – Nasce em 10 de abril de 1936 no povoado de Lagoa Grande, no Ceará, onde sua família de sete irmãos vive da lavoura em sua própria terra. Por conta da seca de 1958, seu pai vende as terras e os gados que possuía e ruma para o Maranhão. O pai já ouvira falar do Maranhão, “que lá não tinha seca”, através de comerciantes que chegam ao seu povoado, no Ceará. Primeiro migram seus pais, e Daniel permanece no Ceará por causa de uma

namorada, mas, logo em seguida, migra também. Faz a viagem de Fortaleza a Bacabal de ônibus, elemento sugestivo de uma situação financeira razoável, visto que a maioria dos migrantes nordestinos chegam ao Maranhão em paus de arara na década de 50. Seus pais chegam a Lago Verde-MA (na época Centro dos Gomes), onde as terras não tinham dono, apossam-se, lavram e criam gado. Viviam da lavoura e vendiam o excedente para Chico Macaxeira, famoso comerciante e comprador de coco da região, que revendia os produtos no então florescente povoado de São José das Verdades. Atualmente, vive em Lago Verde.

Duração: 52 minutos

Francisca Moreira de Araújo – Nasce em 1939 em Santa Catarina, povoado do município de Milagres-CE. Chega ao Maranhão em 1958, acompanhada dos pais, cinco irmãos e outros parentes (tios, primos) em Mandacaru, povoado de Presidente Dutra-MA, onde vive por 20 anos. Casa com um cearense de Missão Velha que conhece em Mandacaru. Em meados da década de 1970, muda para Maranhópolis, zona rural do município de Pedreiras-MA, e chega à sede dessa cidade em 1984, quando ocorre uma grande enchente. Como outros migrantes nordestinos que vinham de famílias com certo recurso, repete várias vezes ao longo da entrevista: “não passamos necessidade não senhora”. Mesmo sendo o ano da migração de sua família, não se refere à seca de 1958 como causa do deslocamento: “Meu pai queria muito mudar do Ceará, a gente nem veio por causa de seca não, é porque ele botou na cabeça que queria vim pro Maranhão, mas não foi por causa de falta de comida pra sobreviver lá não.”

Duração: 23 minutos

Francisco e Teresinha Silva – Naturais de Tianguá-CE, chegam a Pedreiras-MA em 1958 com 33 e 21 anos, respectivamente, em um misto, trazendo três filhos pequenos, dos quais dois vinham dando agonia de fome. Teresinha descreve “um saque” a uma roça de milho nas proximidades de um local no Piauí, onde o caminhão que os transportava “desmantelou”. Francisco “arrastou a raça dele [parentes] todinha do Ceará”, enviando notícias suas através de cartas e atraindo-os para o Maranhão. Narram que, quando sabiam da chegada de carradas de cearenses em Pedreiras, vinham à cidade para ver se encontravam conhecidos. Descrevem Pedreiras e o povoado de Cocalinho, onde se fixam, como “uma capoeira”. Francisco explica que as terras não tinham dono, “só tinham dono as benfeitorias [casa, roça]”. Um dos seus filhos leva todos os anos “duas carradas” de gente para o festejo de São Francisco das Chagas em Canindé, Ceará. O preconceito racial também perpassa essa narrativa quando Seu Francisco se surpreende com o bom relacionamento entre sua filha e o marido, maranhense: “Eu tenho uma filha que é casada com um neguinho, pretinho, mas estão se dando bem, né?”

Duração: 28 minutos

Francisco Miranda (Chico Miranda) – Nasce no Ceará em 1950, na cidade de Uruoca. Em 1962, seus pais se separam e ele e sua mãe vão morar em Fortaleza. Apesar de levarem algum recurso, logo acaba, e passam a viver com dificuldades. Depois volta a morar com seu pai, em 1968, mas este já tinha outra esposa e Chico decide ir para o Maranhão juntamente com um primo, em 1969. Seu pai tinha terras e boa condição econômica na época. As terras foram compradas pelo avô com dinheiro obtido com a extração de borracha na Amazônia, onde este viveu por alguns anos. Quando Chico chegou a Pedreiras, o movimento migratório na região já havia diminuído consideravelmente. Por envolver-se em movimentos sociais, sofreu perseguição por ser acusado de comunista. Trabalhou como lavrador, plantando banana e melancia em Angical, zona rural de Pedreiras,. Participou da luta pela terra na região do Médio Mearim desde o início da década de 1970, militando em prol dos trabalhadores rurais dos municípios de Pedreiras, Lago do Junco e Bacabal. Comenta sobre a atuação da então advogada Conceição Andrade e o envolvimento da Igreja Católica em conflitos de terra nos

anos 80 no município de Pedreiras. Casou-se com uma maranhense e teve quatro filhos. Foi professor do município, mesmo sem formação.

Duração: 81 minutos

Geralda Ferreira Sampaio (esposa de Antônio Calixto) – Nasce em 1930, no povoado Guiana, município de Granja-CE. É filha de um lavrador que “mora em terra emprestada”, mas que não paga renda por trabalhar nas terras da madrinha e parente. Casa em 1949, com o conterrâneo e lavrador Antônio Calixto e, 29 dias depois, aventuram-se nas terras do Maranhão. Contra a sua vontade e a de seus pais, viaja com seu marido, “porque naquele tempo o Maranhão era muito estranho demais”. Ao contrário de Antonio Calixto, que viaja ao Maranhão à procura de um lugar melhor para criar sua família, a jovem Geralda não tem possibilidade de escolha. Após o casamento, segue os passos do marido, apesar do temor de ser “roubada” por algum “preto” no Maranhão e por ter crescido ouvindo falar do Maranhão como lugar perigoso, “sendo mais anti ir pro cemitério do que para o Maranhão”. Depois de anos de trabalho duro na roça, Geralda e Antônio Calixto prosperam. Durante muitos anos, Geralda quis retornar ao Ceará, mas nunca teve apoio do marido. Vive entre a cidade de Vitorino Freire-MA e o povoado Boa Esperança, desde 1989.

Obs: Geralda fez algumas breves observações durante a entrevista do esposo.

Duração: 53 minutos

Joana da Silva Guilhermina: Nasceu em 1947, no povoado de Pedra Branca, município de Camocim-CE, e, devido à seca de 1951, migrou aos três anos de idade, com os pais e nove irmãos para o povoado Santa Emília, município de São Luiz Gonzaga-MA. Sua família chega ao povoado com outras nove famílias de cearenses, das quais algumas partiram para Bom Jardim e Santa Luzia do Pindaré. Em Camocim, a família de Joana vivia da roça de mandioca plantada nas terras do avô. Tendo conhecidos em São Luiz Gonzaga, logo sua família consegue moradia e trabalho como agregados nas terras de Zito, suposto dono de terras posteriormente demarcadas como *terra de preto*, permanecendo lá por 25 anos. Ela e os irmãos ajudam o pai na lavoura e dois dias por semana quebram coco: “toda semana o pai dava dois dia pra nós quebrar coco pra comprar roupa”. Na infância, ela e os irmãos são alfabetizados por um professor particular contratado pelo pai no povoado em que vivem e Joana só volta a estudar depois de casada, tornando-se professora primária nos povoados de São Luiz Gonzaga: Azedo e Santo Antônio dos Nogueiras. Somente no final dos anos 70, com a organização de sindicatos e movimentos de luta pela terra em São Luiz Gonzaga, a família de Joana e de outros agregados tomam conhecimento da existência de *terras libertas* no Maranhão. Em 1979, Joana começou a participar das mobilizações políticas em prol da luta pela terra e pelo *babaçu livre*. , Diz ser a única mulher no início dos movimentos em defesa da terra na região. Conta com o apoio do marido, que a auxilia, juntamente com o filho mais velho, nas lidas da casa e das crianças, enquanto se dedica à militância. Afirma que, a partir da luta desenvolvida pelo *babaçu livre*, muitas mulheres integram-se, posteriormente, aos movimentos de luta pela terra.

Duração: 76 minutos

José Bandeira Cláudio – Nasce em 1945 em Cabrito, povoado do Limoeiro do Norte - CE. Seu pai, lavrador e pequeno proprietário, migra na seca de 1958 com a família (esposa e três filhos) para São Luiz Gonzaga-MA. O plano do pai, nesse momento, era de ir para o Amazonas, porém, chegando em Fortaleza-CE, conheceu um homem que os “convida” para trabalhar nas terras de Natinho e de Deus, em São Luiz Gonzaga. Junto com a família de José Bandeira vem mais duas famílias para o Maranhão, que desistiram ou não encontraram meios de ir para o Amazonas, atraídos pelas informações que “aqui era muito bom”. Seu pai se

tornou agregado e vivia da roça e da quebra de coco babaçu. Alguns anos depois, voltam ao Ceará. José Bandeira casa-se e logo depois retorna com seus pais e sua esposa a São Luiz Gonzaga, porque “não se *demo* bem de novo, aí *voltemo* aqui pro Maranhão novamente”. Depois que seu filho nasce, mudam-se para a cidade de Bacabal, visando facilitar seu acesso ao estudo. Em Bacabal, começa a trabalhar com transporte de verduras. Atualmente vive nesta cidade e viaja constantemente para Canindé-CE para participar dos festejos de São Francisco das Chagas.

Duração: 33 minutos

José Tibúrcio do Nascimento – Nasce em 1940 em Itapipoca, Ceará. Vem dar “um passeio no Maranhão. Que passeio foi esse, que ainda hoje tou aqui”! Obteve informações acerca do Maranhão por cartas de amigos que ali se estabeleceram e mandaram notícias: “eles disseram que aqui era bom (...) não faltava inverno, tinha inverno, e era atrás do que a gente vinha”. Chegou a cogitar a possibilidade de migrar para Brasília, mas prefere (é mais fácil) rumar ao Maranhão. Afirma que nunca passou fome e que nunca trabalhou como agregado de ninguém. Diz que o pai tinha um pequeno pedaço de terra em Itapipoca. José Tibúrcio vem em 1958, de trem, de Itapipoca a Sobral-CE, seguindo de pau de arara até o Centro dos Gomes, atual município de Lago Verde-MA, onde tinha amigos já residentes. Trabalha inicialmente em empreitas recebendo diárias por prestação de serviços na lavoura, depois passa a lavar *terras sem dono*. Com a ajuda de amigos e conterrâneos constrói uma casa em uma semana. Artur Linhares, seu conterrâneo, chega no ano seguinte, sabendo, através de cartas, que Tibúrcio vivia ali. Afirma que não quebrava coco, só a esposa, quando eram recém-casados. Segundo ele, os maranhenses residentes na região tratavam muito bem os migrantes nordestinos. Relata que, na década de 60, chegam fazendeiros que desapropriam antigos moradores, os quais passam a trabalhar como agregados nas terras outrora livres, visando à sobrevivência. Com a ocupação das terras pela pecuária – “quando o gado chegou, o lavrador saiu” – realiza, como muitos outros lavradores, o êxodo rural para a cidade de Lago Verde. “Os fazendeiros cercaram e ficaram só uns povoados pequenos”. Posteriormente, José Tibúrcio legaliza um terreno de 10 hectares por usucapião. Afirma que muitos lavradores não conseguem regularizar a situação das terras ou vendem-nas após a legalização, ficando em situação precária. Tibúrcio teve seis filhos, que são evangélicos da Assembleia de Deus, e vive atualmente na cidade de Lago Verde. Relata a saída de muitos migrantes nordestinos e maranhenses, principalmente para as “matas” do Pindaré e para os garimpos do estado do Pará, especialmente para Pirapemas e Castanhal. Outros, inclusive conterrâneos de Itapipoca, migraram para cidades maiores como Santarém, Belém e Manaus.

Duração: 31 minutos

Lucas Carneiro Aragão – Nasce em 1941 e migra do interior de Viçosa, Ceará, para Pedreiras em 1958, aos 17 anos. Vem de uma família de doze irmãos, dez homens e duas mulheres. Seu pai compra terras com benfeitorias, inclusive uma roça feita, no *Centro* do Julião, distante 4 km do mercado de Pedreiras. No Centro do Julião trabalha com roças de feijão, arroz, manafba, banana. Descreve o transporte da produção dos *centros* em lombos de burro e sua comercialização no mercado de Pedreiras para comerciantes de Presidente Dutra e Lago da Pedra no Maranhão e Teresina no Piauí. Menciona a canção *A triste partida* referindo-se à sua partida do Ceará: “Aquela cantiga do Luiz Gonzaga foi do mesmo jeitinho que aconteceu com nós”. “*Setembro passou, outubro e novembro. Já estamos em dezembro, meu Deus, o que há de nós. Assim fala o pobre nortista, com medo da peste, da fome feroz. A treze do mês [ele finda] a experiência, perdeu toda crença da pedra de sal*”. Refere-se ainda às notícias sobre Pedreiras a partir de jovens cearenses que passavam um tempo no Maranhão e retornavam ao Ceará. Faz alusão também a diferenças na forma do plantio no Ceará: “Aqui

tem a diferença, porque a planta de arroz, só uma pessoa faz. Lá no Ceará, é três: um cava, outro bota o arroz dentro, e o outro vai cobrindo. Três pessoas pra plantar o arroz. Aqui só uma”. Casa-se em 1967 com uma conterrânea. Dois dos seus irmãos casaram com duas irmãs de sua esposa.

Duração: 52 minutos

Maria das Graças Aragão – Irmã de Lucas Aragão, nasce em 1950 no povoado Boqueirão, Viçosa, Ceará, onde seu pai tinha uma propriedade. Assim como o irmão, afirma que o pai não tinha “precisão” de vir para o Maranhão. Antes de vir ao Maranhão, o pai envia um filho na frente para ver as condições. Para o deslocamento, seu pai freta um pau de arara, onde vem três famílias, além da sua. O pai tinha propriedade, muito gado e muitos moradores (agregados), mas não vende as terras nem os animais, deixa o marido de uma irmã vigiando. Graça recorda sua ansiedade e a dos irmãos menores com a viagem, e que sua mãe não era favorável à mudança. A família hospeda-se alguns dias em Pedreiras, na casa de José Cândido, filho de um dos fundadores do Centro do Julião, de quem o pai compra terras e onde, além do trabalho dos filhos, emprega moradores no cultivo da banana, para comercialização, e do arroz, milho e feijão, para subsistência. Em Viçosa, dedicavam-se principalmente à lavoura de algodão e à criação de gado, criado solto, enquanto as roças eram cercadas. Graça acentua diferenças entre maranhenses e cearenses na lida da terra, na disposição para o trabalho, na culinária, na religiosidade. Sua narrativa sinaliza para um cotidiano feminino de muito trabalho e para as redes de solidariedades estabelecidas entre migrantes e maranhenses no Centro do Julião. Graça atuou como professora do MOBREAL de 1965 a 1969 nesse *centro*, pois a alfabetização era um pressuposto para o direito ao voto. Depois de casada, a partir de 1969, volta a estudar em Pedreiras e leciona da primeira à quarta série primária. Em 1982, muda-se com a família para Pedreiras para facilitar o estudo dos filhos.

Duração: 69 minutos

Maria do Socorro Menezes – Nasce em 1940, em Calabaço, povoado de Lavras da Mangabeira-CE. Filha de um lavrador cego e agregado e de uma dona de casa e rendeira. Cursa o primário, incentivada pelo pai, em Calabaço, numa escola particular. Teve um irmão que morre “anjinho” (após poucos dias de vida), tornando-se, assim, filha única. Quando conclui o curso primário, abre uma escolinha nos povoados de Patos e Mufungo. Aos 17 anos, vive em Fortaleza por alguns meses, com amigas. Em Calabaço, sua família já havia sofrido com secas e por serem muito pobres, seu pai, chegou a receber mantimentos do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), trabalhando nos serviços de emergência, principalmente, na abertura de matas. Então, em 1961, ela e os pais, em busca de melhoria, aceitam a oferta de parentes, residentes no Maranhão desde as secas anteriores, que custeiam a viagem. Pegam um trem até Juazeiro-CE, de Juazeiro a Teresina-PI seguem num “ônibus velho” e, de Teresina a Pedreiras-MA, em outro “ônibus velho”. Chegando ao destino, Maria vai lecionar no povoado Trindade e, no ano seguinte, é contratada pela prefeitura, permanecendo nessa função até 1968, apenas com a formação primária. Em Trindade, casa-se e tem quatro filhos. Depois de 1968, muda-se para Pedreiras onde passa a exercer o ofício de costureira, aposentando-se nessa profissão. Começa a compor poesias em cordel quando passa uma temporada no município de Lima Campos-MA, próximo a Pedreiras, trabalhando no MOBREAL. Na cidade de Pedreiras, morou nos bairros de Engenho, Goiabal e São Domingos dos Pretos. Continua escrevendo poesias que exprimem com saudosismo elementos da sua terra natal e da sua história de vida. Ao conhecer Samuel Barreto, poeta pedreirense com livros publicados, é convencida a recitar poesias na Rádio Cultura, de Pedreiras.

Duração: 91 minutos

Maria José Silva Coelho – Nasce em 1952, em Barra do Riachão, povoado de Pedra Branca-CE. É filha de um pequeno proprietário de terras e tem seis irmãos. Aos seis anos de idade, migra com a família para o Maranhão, em setembro de 1958, após enfrentarem seis meses de seca. Estabelecem-se num povoado denominado São João do Mata Fome, município de Bacabal, de onde Maria José elabora representações como lugar de fartura e dotado de muitas *terras sem dono*. A família de Maria José chega ao Maranhão num pau de arara, mas seu pai e um tio vêm a pé, conduzindo alguns animais. O destino escolhido é conhecido, pois um tio de Maria José já vive no Médio Mearim. Narra muitas nuances dos mundos do trabalho e do cotidiano em São João do Mata Fome, como a escolinha particular improvisada no povoado, o cotidiano de trabalho com o babaçu e o arroz e a participação infantil na lida da terra. A família de Maria José permaneceu seis anos em São João do Mata Fome e, em 1964, retornam a Pedra Branca no Ceará, assim como outras famílias que ali viviam. Quando outra seca assola o Ceará, em 1970, decidem voltar ao Maranhão, mas não encontram mais *terras sem dono*. O pai de Maria José começa a trabalhar como vaqueiro numa fazenda no povoado Pau D’Arco e alguns anos depois consegue comprar um sítio. Lá, Maria José conhece o futuro marido, um maranhense vaqueiro e lavrador, com quem vai viver no povoado Alto Alegre do Acelino, também pertencente ao município de Bacabal. Depois de 33 anos trabalhando numa fazenda, o esposo de Maria José recebe uma doação de dez hectares de terra dos patrões. Maria José concluiu, aos 44 anos, o curso de magistério e trabalha por 30 anos como professora, em Alto Alegre do Acelino.

Duração: 52 minutos

Pedro Simão – Nasceu em Crateús-CE em 1945. Migra em 1958 com a mãe, quatro irmãos e outros seis familiares. A família faz o trajeto de seis léguas de Crateús, sua cidade natal, até Boa Viagem, fronteira do Ceará com o Piauí. Após oito dias de espera, pegam um pau de arara até Campo Maior-PI, depois de Campo Maior até Teresina-PI e um terceiro de Teresina a Peritoró-MA, de onde seguem até Pedreiras-MA. Chegando a Pedreiras, Pedro, procura o irmão de um conhecido, um comerciante de peles, que o aloja neste e em outros momentos. Trabalhou como lavrador no Centro Barracão e em usinas e olarias em Pedreiras.

Duração: 16 minutos

Rita Bandeira Claudio – Irmã de José Bandeira, Rita nasce em Limoeiro do Norte-CE, no dia 10 de setembro de 1934. Morou também em Juazeiro-CE e, em 1958, veio com seus pais e irmãos para São Luiz Gonzaga-MA. Seu pai era lavrador de seu próprio pedaço de terra e depois de viver muitas secas decidiu ir para o Amazonas, onde um irmão de sua esposa vivia há anos. Quando chegaram em Fortaleza-CE, não conseguiram passagem de navio para o Amazonas e vieram com outras famílias num pau de arara de um senhor que vinha para o Maranhão. Não chegaram em época de roçar, mas no ano seguinte começaram a trabalhar com lavoura e quebra de coco em troca de comida e abrigo. Voltaram ao Ceará em 1964, e retornaram a São Luiz Gonzaga em 1966. Rita morou por um tempo em Brasília-DF, mas retornou ao Maranhão. Atualmente vive em Bacabal-MA e, como o irmão, viaja constantemente para Canindé-CE para participar dos festejos de São Francisco das Chagas.

Duração: 17 minutos

Rosa Rodrigues de Assis Silva – Nasce no Ceará, em Angico, Morada Nova, em 1912. Teve dez irmãos. Seu pai vivia de empreita (vaqueiro, pedreiro, carpinteiro) e mudava-se, constantemente dentro do Ceará, para Catinga do Brasão, Tingui, Barracão, Limoeiro do Norte, fazendo “cerca de arame, de madeira, curral, levantar casa, açude”. Ele “Sabia que lavrar botando roça não dava pra criar família”, por isso migra do Ceará em 1932. Já tinha

passado o verão de 1931 trabalhando com corte, secagem da carnaúba no Piauí, e no ano seguinte volta para buscar a família. Rosa casa aos 26 anos em Pedro II-PI. Lá, com 15 anos, começa a trabalhar como costureira e continua exercendo o ofício depois de casada. Aprendeu a costurar com a mãe, que fazia as roupas dos filhos. Teve oito filhos: seis homens e duas mulheres. Em 1953, migra para o Centro Caiçara, em Pedreiras. Seu pai, um irmão e um cunhado já conheciam o Maranhão e fixaram-se na zona rural de Pedreiras, facilitando a instalação da família. Em 1969, migra para a cidade de Pedreiras. Refere-se, também, na sua narrativa, a dois irmãos que casaram com duas irmãs no Centro Caiçara. Rosa tinha 98 anos no momento da entrevista e, dois anos depois dela, veio a falecer.

Duração 42 minutos

2. Migrantes Piauienses

Antônia Araújo (esposa de João Chagas de Araújo) – Piauiense de nascimento, migra do Ceará em 1943 com a mãe, então viúva, e irmãos, para o povoado União dos Bem-te-vis, parte do município de Bacabal-MA, quando seu tio, que ali vivia, resolve buscá-los por conta das dificuldades que vinham enfrentando. Assim, vai viver em União dos Bem-te-vis, povoado fundado por seus parentes. Lá, conhece o primo João, em 1948, casam-se e ali vivem até 1964. Antônia é protestante da Assembleia de Deus, como muitos de sua família, e frequenta, por muitos anos, a igreja erguida por seu tio, em União dos Bem-te-vis. No início da década de 1960, muda-se para a cidade de Bacabal, onde ela e o esposo compram um terreno e constroem uma casa. Com João tem sete filhos, dos quais apenas três sobrevivem. Trabalha durante grande parte da vida como costureira e lavadeira para ajudar no sustento dos filhos e da casa, mantendo-os sozinha durante o tempo em que o marido esteve fora do Maranhão, trabalhando em garimpos no Norte do país. Atualmente é aposentada e vive em Bacabal com o marido.

Obs: Antônia faz algumas observações durante a entrevista do esposo.

Duração: 123 minutos

Antônio Siqueira Alves (Antônio Galo) - Nasce em um povoado do Barras-PI, em 1939. No Piauí, seus pais viviam como agregados, cultivando roça, quebrando coco babaçu e fabricando carvão. Veio para o Maranhão em 1955, com seus pais e sete irmãos, “caçando melhora”, viajando durante 15 dias a pé e trazendo três jumentos e uma égua. Narra os motivos da mudança, referindo-se à existência de *terras sem dono* no Maranhão e à maior facilidade de ganhar a vida: “Aqui era melhor pra nós. Tinha muito rigor, muita fartura, né? Tinha o que comer bastante. Não era difícil a vida financeira do cabra trabalhar pra arranjar o pão. Era mais fácil aqui de que lá onde nos tava. Porque lá era perigoso, além de que, lá era tudo de patrão, tudo de dono, né? Se o cabra apanhava um coco de um lado, o patrão mandava colocar na cadeia. E era assim e corria, procurava pra onde era melhor.” Chegam ao povoado de Sapucaia, que descreve como sendo “só uma capoeira”, no município de Lago Verde-MA, onde já havia parentes seus que tinham constituído famílias com maranhenses. Ao chegar, levantam uma casa e trabalham na roça, plantando legumes: “Nós fomos lá pra onde tava os parentes, lá *conseguimo* a casa, tirar pau, palha, cobrir casa e morar debaixo.” Relata a fartura do local de moradia: “era muito bom de legume, tinha muita caça, peixe demais”. Assiste à chegada de muitos piauienses, conhecidos seus, e cearenses, estes normalmente expulsos pela seca, em Sapucaia. Afirma que não havia seca no Piauí. Depois de alguns anos, muda-se para a cidade de Lago Verde, onde vive atualmente trabalhando com venda de carne na feira.

Duração: 22 minutos

Ceci Ana Barreto – Nasce em 1943 em Baturité, povoado pertencente ao município de São Luiz Gonzaga-MA. Seus pais são cearenses de Crato e migram recém-casados e ainda sem filhos em 1932. A viagem é feita a pé, com algumas mulheres e crianças em lombo de animais. Sua família era de pequenos proprietários no Crato. Teve cinco irmãos, um dos quais faleceu aos dois anos de idade. Seu pai adquire terras no Centro Tancredo, pertencente ao município de Pedreiras-MA, em 1946, e as vende, pressionado por um usineiro que se torna latifundiário em 1972. Casa-se com o primo João Barreto em 1970. Sempre foi dona de casa. Estudou até a antiga quarta série primária e interrompe os estudos para casar, quando vai viver no povoado Caneleiros, pertencente ao município de Pedreiras. Salienta, na narrativa, o preconceito racial e cultural no hábito de cearenses casarem-se entre si.

Duração: 75 minutos

Francisca dos Santos Silva: Nasce em 12 de outubro de 1940, no povoado Lagoa do Santo Hilário, município de Cocal da Estação-PI. Filha de uma cearense e de um piauiense, migra com a família (pai, mãe e uma irmã) para o Médio Mearim, no ano de 1958, “quando teve aquela seca grande”. Sua família de lavradores agregados, para escapar da seca, vem de carona num caminhão com destino ao Maranhão, por já haver um membro da família ali fixado – um irmão mais velho. Estabelecem-se no povoado Santo Antônio, vivendo, como no Piauí, da agricultura e quebra do coco babaçu. A narradora justifica sua permanência no Maranhão a partir do casamento com um maranhense. Seu irmão volta ao Piauí alguns anos depois, “quando o tempo melhora”, e sua mãe também retorna ao estado natal, após o falecimento do marido. Em 1960, Francisca muda para outro povoado, chamado Limeira, e de lá para Bambu e Alto Alegre do Acelino, todos no município de Bacabal. Neste último povoado, chega no início da década de 1980 e ali permanece até hoje. Francisca é separada e criou oito filhos sozinha, através da venda de comida na BR 316, atividade que ainda exerce atualmente. Sua narrativa é dissonante de outras em três aspectos: menciona seca propriamente dita no Piauí em 1958, não se refere a existência de *terras sem dono* no município de Bacabal, representa a região em que vive como “lugarzinho fraco” desde o momento da fixação até o presente. Sua *história de vida* é narrada num presente contínuo de trabalho duro e sofrimento.

Duração: 33 minutos

João Chagas de Araújo – Nasce em Poços D’água, Piauí, em 28 de maio de 1928. Seu pai, vaqueiro cearense, foi trabalhar em fábrica de tiquira, devido às dificuldades em criar sua família. Decidiu, então, buscar melhorias no Maranhão, onde já tinha parentes. E em 1938, chega ao povoado Bom Lugar, município de Bacabal, numa viagem em que vieram três famílias (seu pai e dois tios com filhos e esposas), em lombo de animal. Em Bom Lugar, juntaram-se às pouco mais de 20 famílias que lá já viviam, muitas delas de migrantes nordestinos. Vivem de roça em terras devolutas: “a gente trabalhava, fazia casa, morava onde queria”. João vem de uma família de oito irmãos, o mais velho morre de “febre braba” dias depois de chegar ao Maranhão. Um dos seus tios fundou o povoado União dos Bem-te-vis. João casa com sua prima Antônia, também piauiense, em 1948. Foi tropeiro, garimpeiro, pedreiro e, desde o ano de 1964, mora em Bacabal, com a esposa evangélica com quem teve dois filhos.

Duração: 123 minutos

José Rodrigues de Medeiros (Nésio) – Filho de Rosa Rodrigues. Nasce em 1945 em Pedro II, Piauí. Vem de uma família pobre: mãe costureira e dona de casa, pai lavrador. Tinha sete irmãos e recorda a intensa movimentação da feira de Pedro II, cidade onde se produziam redes, lençóis e colchas com fios de algodão vindos de fora. Sua família migra em 1953,

quando tinha oito anos de idade, fazendo os trechos Pedro II-Teresina e Coroatá-Pedreiras em pau de arara e o trecho Teresina-Coroatá de trem. Não se refere à seca no Piauí, mas diz que “era fraco, chovia pouco.” As notícias sobre Pedreiras são trazidas por tios paternos e maternos que já viviam no Maranhão. Vive mais de 20 anos no povoado Caiçara, onde conhece a esposa, natural de Campo Maior, Piauí. Associa a riqueza do Maranhão, nas décadas seguintes à sua migração, ao babaçu e ao arroz. Vivia em terras devolutas no Centro Caiçara até a chegada do “proprietário” com a documentação das mesmas, obrigando ele e outros moradores a comprarem pedaços de terra (adquire 50 hectares). Migra para a cidade de Pedreiras em 1976.

Duração: 24 minutos

Maria da Conceição Medeiros (Maroca) – Nasce em Genipapeiro, povoado de Campo Maior, no Piauí, em 1949. Teve 17 irmãos. Migra para zona rural de Pedreiras em 1953, quando passa a viver com os pais e os irmãos nos *centros* de São Joaquim, Caiçara, Morada Nova. Atribui a migração familiar à dificuldade de criar os filhos em uma família numerosa: “porque lá não tinha como criar os filhos”. No Piauí, o pai trabalhava como vaqueiro em “fazenda alheia”. Pedreiras era um local rico em coco babaçu, banana e ali o pai trabalhava como lavrador e a mãe era dona de casa e costureira. Seu pai hospedava e empregava vários conterrâneos que chegavam à região. Descreve várias festas nos povoados, com sanfonas, danças, com a presença de prostitutas e os festejos do reizado.

Duração 23 minutos

3. Migrantes Potiguares

Ocilvo Paiva Costa – Nasce em 18 de outubro de 1936, na cidade de Patu, estado do Rio Grande do Norte. Sua família era composta de 13 irmãos, todos lavradores que viviam como agregados. Sua família migra para Mossoró e depois Pau dos Ferros, ambos no Rio Grande do Norte. Aos 22 anos, em 1958, ano de seca no sertão potiguar, migra para o Maranhão com uma família de Vitorino Freire que tinha levado um carregamento de arroz para Pau de Ferro. Sem sua família, viaja de carona num pau de arara até Bacabal e segue em lombo de animal até Vitorino Freire. Depois de estabelecido, traz parentes para viver no Maranhão. Relata que em Vitorino Freire (antes Centro dos Boas/ Água Branca), no momento de sua chegada, a maioria das famílias era de maranhenses de outras regiões que iam em busca de terras para plantio. Trabalhou como tropeiro, açougueiro, comerciante. Aprendeu a ler, tornou-se fiscal do município e candidatou-se a vereador. Casou com uma maranhense em 1960, com quem teve sete filhos. É fazendeiro desde a década de 70 e possuiu também uma usina de arroz que funcionou de 1979 a 1988. Quando a pecuária passou a ocupar o espaço da lavoura, vendeu as máquinas e fechou a usina. Foi vereador por 22 anos.

Duração: 57 minutos

Osael de Faria – Nasce em 16 de janeiro de 1928, no povoado de Vaz de Açu, próximo à cidade de Mossoró-RN. Provém de uma família de lavradores composta por oito irmãos que viviam como agregados no estado natal. Em 1953, após três anos seguidos de seca, rumam para o Maranhão em um pau de arara. No seu relato, seca e fome figuram como motivo de expulsão: “porque não aguentou passar fome. Passar fome é ruim. Não tem água nem pros bicho beber, seca tudo”. Nessa mesma viagem vêm outras famílias do seu povoado, todos *corridos da seca*. Chegando a Caxias-MA, seguem de trem até Coroatá-MA e, de lá, prosseguem a pé até Pedreiras-MA, lugar de onde se ouvia falar ser muito bom para viver. As notícias sobre Pedreiras são trazidas por conterrâneos que ali se estabelecem na década de 20 e, vez ou outra, passam por Vaz de Açu.

Duração: 39 minutos

4. Migrantes Paraibanos

José da Silva Sales (Zequinha do Apolinário) – Nasce em 1940 em Passagem da Cajazeira, Catolé do Rocha-PB, região seca, mas migra para Pedreiras em 1961, atraído pelos lucros da rizicultura: “a gente vem ao Maranhão pensando na safra do arroz, em ganhar dinheiro. [...] Aqui a safra de arroz nessa época convidava todo caminhoneiro e nós tinha um caminhão”. Transportava arroz de Pedreiras para outros estados (Bahia, Ceará, Pernambuco e Minas) e para povoados e municípios vizinhos do Médio Mearim (especialmente Igarapé-Grande, Poção de Pedras, Lago da Pedra, Lagoa Grande, Esperantinópolis, Barro Vermelho e Água Branca). Em 1962, consumiu a fortuna acumulada com “cerveja Brahma, cigarro da Souza Cruz e rapariga”. Seus pais partem para o Ceará, com vergonha de voltarem falidos à Paraíba. Zequinha, aos poucos, consegue refazer a vida. Refere-se ao fechamento das usinas de arroz e babaçu a partir do avanço da pecuária. Com o declínio da rizicultura, passa a transportar madeira de Açailândia para o Ceará, Paraíba, Bahia e Pernambuco nas décadas de 70 e 80, contudo, continua morando em Pedreiras. Transportou, também, banana de Pedreiras e Lima Campos para Teresina-PI nos anos 80. Caracteriza os maranhenses como “povo bom, humilde e hospitaleiro, [...] Nós chegamos aqui, nós éramos tão bem tratados que o maranhense lá do interior quando ele via um nordestino, eu acho que ele pensava que tinha chegado uma pessoa superior a ele.” Recebe, em 2001, o título de cidadão pedreirense da Câmara Municipal. Na justificativa para o recebimento, o texto oficial escreve: “No início de maio de 1961, Zequinha na companhia do saudoso pai Apolinário deixou o sítio “Passagem da Cajazeira” em Catolé do Rocha, Paraíba e rumou para as *terras verdes e férteis do Vale do Mearim*, mas precisamente, para nossa querida cidade de Pedreiras”.

Duração: 33 minutos

Maria Anselmo Braga – Filha de tropeiro, nasce em 1916 em Souza, na Paraíba, de onde sai com 15 anos, já casada. Foi a quarta esposa de um viúvo cearense que trabalhava como tropeiro entre a Paraíba e o Ceará. Vive dois anos com o esposo em Brejo dos Santos-CE. Depois, migra em janeiro de 1933 para o Maranhão, após a estiagem de 1932. Ali circulam notícias de que o Maranhão é “o céu”, “muito bom demais”, lugar onde “se ajunta dinheiro com ciscador”. Leva mais de vinte dias em uma viagem a cavalo de Brejo dos Santos a Pedreiras-MA. Seus pais e um irmão os acompanham nessa viagem. Em Pedreiras, seu esposo transporta, entre as décadas de 1930 e 1950, cargas e pessoas, especialmente estudantes das camadas médias e alta da cidade, até Coroatá-MA, já que durante o inverno muitos trechos são transitáveis somente em lombo de burro.

Duração: 18 minutos

5. Migrantes Maranhenses

Guilhermina de Lima de Aguiar Silva – Nasce em 1957 em Bernardo do Mearim, na época, povoado de Pedreiras, mas cresceu em Lago da Pedra. Seus pais trabalhavam em roça e tiveram, ao todo, doze filhos. Os pais nasceram no Maranhão, porém, acredita que os avós paternos tinham origem cearense e vieram para o interior de São Luiz Gonzaga. Os avós maternos migraram de Matões para a região de Bernardo do Mearim, devido a uma seca que ocorreu em 1930. Quando moraram em Lago da Pedra, viam migrantes nordestinos tomarem hectares de terras para si e delimitarem com cercas, diferente dos que já moravam lá. Na década de 70, participando de um grupo de jovens da igreja, começa a trabalhar em grupos de apoio a lavradores. Já na década de 80, começa a se envolver com partidos políticos, e em

1983 foi transferida para Bacabal, onde era responsável, juntamente com uma equipe, por trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí, a nível nacional, pela ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural) que trabalhava em parceria com a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Atuou muito nos povoados de São Luiz Gonzaga e Lago do Junco. Guilhermina cita três padres que se envolveram no movimento: Frei Godofredo, Frei Heriberto Rembecki e Frei Adolfo Tenner. Em 1985, grávida de 2 meses, soube de um conflito em Serra Bonita, povoado de Vitorino Freire-MA, onde membros da CEBs foram torturados. Fez diversos cursos visando à formação política em outros estados. Formou-se em Pedagogia e fez especializações em Planejamento Educacional, Metodologia do Ensino Superior e habilitação em História e Geografia.

Duração: 136 minutos

Justina Gomes da Silva: Nasce em Itapecuru, Maranhão, em 1931 e migra para a região do Médio Mearim aos seis anos de idade. Seus tios, da família Gomes, já viviam ali e um deles foi buscar sua mãe, por ali ser “mais melhor de trabalhar”. Os Gomes são considerados e se consideram pioneiros na *abertura* do local onde hoje é a cidade de Lago Verde, local para onde migram entre as décadas de 1920 e 1930. Justina chega em 1937 e estabelece-se com os pais e três irmãos em Sapucaia, nas imediações de onde hoje é a cidade de Lago Verde, permanecendo lá até 1944, ano da separação dos seus pais. Com isso, ela, a mãe e os irmãos vão viver na *mata* dos Gomes, perto dos seus tios. Justina rememora o momento em que os migrantes nordestinos “pegaram chegar” em grandes levadas, e a cidade começa a crescer: “quando o pessoal de fora, do Piauí, do Ceará, desse pessoal pegaram chegar aqui, pegaram vir, pegaram fazer a abertura, aí foram aumentando.” Aos dezesseis anos foge para casar com um maranhense de Tuntun e viveu sete anos em um povoado às margens do rio Grajaú, no Alto Mearim. Em 1954, já separada, volta para junto da mãe com os três filhos desse casamento. Anos depois, entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, deslocam-se para Barraquinha, povoado onde vivem, principalmente, da quebra do coco babaçu. Mãe e filha trabalham muito como quebradeiras de coco, lavradoras e caçadoras. Em 1982, Justina retorna novamente à sede do município de Lago Verde, onde vive até hoje.

Duração: 40 minutos

Pastor Boaventura Souza – Nasce em 1926 na cidade de Araisos-MA. Seus avós vieram de Portugal e foram morar em Acaraú, no Ceará. Em uma seca de 1877, migram para o Piauí e de lá para o Maranhão, onde seu pai viria a nascer. Seus pais sempre trabalharam de roça e, no Maranhão, “acharam muito onde trabalhar, tinha muitas terras produtivas, trabalharam muito”. Aos três anos de idade, a família de Boaventura volta a viver no Piauí. Converte-se ao Protestantismo em 1944, já morando no Maranhão. Chega a Bacabal em 1963, como pastor da Assembleia de Deus e verifica, pela observação direta e através de Cartas de Mudanças ou Recomendações, a grande quantidade de migrantes de todo o Nordeste que chega ao município. Segundo ele, recebiam cerca de 1500 cartas por ano durante a década de 1960. Criou a Escola Benemérita Evangélica, em Bacuri da Linha É irmão do Pastor Estevam Ângelo de Souza, principal responsável pela difusão da Assembleia de Deus no Maranhão. Fez o ensino fundamental e médio por correspondência e, na década de 70, foi estudar Teologia em Campinas-SP.

Duração: 87 minutos

Tiago Raimundo da Costa – Nasce em 1920 na cidade de Pinheiro, Maranhão. Migra para Pedreiras e emprega-se na Cotoniery, em 1937, onde trabalha por dez anos. Refere-se à grande produção de algodão entre 1936 e 1954. Afirma que a maioria dos tropeiros vinha dos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Compara a Pedreiras desse período a um

grande garimpo, onde se explorava o ouro branco: o algodão. Narra que os migrantes nordestinos chegavam e entravam para a mata para trabalhar na colheita do algodão, e destaca a vigência desta lavoura entre 1954 e 1963. Depois desse período, salienta a chegada de grileiros na região, cercando terras para a criação de gado. Adota duas filhas de migrantes cearenses. Assim se refere ao fato de cearenses doarem filhos nos momentos de estiagem: “eram como cobra, iam deixando os filho”, “vinham ganhar o que comer”. Aponta que Pedreiras chegou a ter 44 usinas de beneficiamento de arroz e algodão, vendido para outros estados do Nordeste e para o Rio de Janeiro. Rememora algumas das enchentes de Pedreiras: 1924, 1937, durante o governo JK e em 1974. Afirma que Pedreiras não passa dez anos sem enchente. Com conhecimentos práticos, construiu lanchas que transportavam mercadorias até Barra do Corda e reconstruiu a ponte que liga Pedreiras ao município de Trizidela do Vale. Atuou como vereador em Pedreiras entre 1974-1984.

Duração 47 minutos

6. Maranhenses descendentes de Cearenses

Francisco Anselmo Braga – Nasce em 1936 em Pedreiras-MA, filho de um cearense e uma paraibana. Rememora que o pai se referia ao ano de 1942 como o de maiores levas de migrantes nordestinos para essa cidade. Narra, com ironia, que no primeiro ano em que o pai chegou ao Maranhão, “pegou um ano de malária”. O pai, tropeiro, nascido em Brejo dos Santos, no Ceará, fazia fretes de cidades e povoados do Médio Mearim até Pedreiras. Seu pai hospedava, arrumava comida e trabalho para migrantes cearenses recém-chegados à cidade, pois o seu conhecimento de boa parte da região facilitava essa atuação. Refere-se também à grande quantidade de gado trazido para venda por migrantes nordestinos no ano de 1958.

Duração: 35 minutos

João Barreto – Nasce no município de Pedreiras-MA em 1938. Seus pais vieram do Ceará, de Missão Velha, e sua mãe tem ascendência portuguesa. O seu avô materno tem passagem pelo Maranhão em 1914, e seus pais migram em 1932, por conta da seca que assola a região em que viviam. Na mesma época, vêm muitas famílias vizinhas. Seu pai retorna várias vezes ao Ceará, bastando haver notícia de chuva, “mas quando acochava, se a gente tinha que vir prum lugar, era o Maranhão. Era o Maranhão, era o Eldorado”. Narra que seus pais fazem a viagem a pé, acompanhados de alguns animais de carga e, no caminho, quando acaba a comida, saqueiam as casas dos povoados por onde passam até chegar a Pedreiras-MA, onde diz que só haveria “índios e pretos”. Chegam, tomam posse das terras e vivem da lavoura, complementada pela quebra do coco, praticada por duas de suas irmãs. Segundo João Barreto, a maior leva de migrantes é a de 1932, por conta da seca. Nos anos seguintes, as migrações se dariam motivadas pelas notícias das bonanças da região. Refere-se a uma seca em Pedreiras no ano de 1951 e a uma procissão feita para pedir chuva a São Benedito. Casou com uma prima, descendente de cearenses e nascida no Maranhão, costume comum entre migrantes cearenses. João Barreto trabalhou com farmácia, é contador e poeta. Na narrativa cita trechos da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Falece pouco mais de um mês após a realização da entrevista, realizada em 2011, e que conta com a participação de Ceci Ana Barreto, com cerca de 7 minutos.

Duração: 91 minutos

José Bezerra de Souza (Zé Bezerra) – Nasce em 1950, em Maçaranduba, município de São Luís Gonzaga-MA. Seu pai tem ascendência negra e indígena. Sua avó materna é “mestiça de índia”. Seus avós maternos vêm de Missão Velha, Ceará, em 1928, viajando em lombo de

animal com seus tios e sua mãe ainda na barriga. Param em Encantado, mas se estabelecem em São Luís Gonzaga-MA. Seu pai nasce em Pedreiras-MA e cresce em Sítio Novo-MA. Aprendeu a ler sozinho, através dos cordéis, e influencia muito Zé Bezerra no apreço à literatura. Na infância, sua família, composta de seis irmãos, vive da lavoura, principalmente do algodão. Aponta que, no município de São Luiz Gonzaga, as disputas pelas terras se iniciam na década de 1950, surgem “donos” das terras, onde antes seu usufruto era livre. Seu avô e seus tios são obrigados a adquirir terras. Não conclui os estudos na juventude, parando no quinto ano do ginásio, em 1972, após o casamento, quando o trabalho passa a preencher seu tempo. Trabalha na lavoura, nas terras do sogro, e consegue comprar sua terra em 1977, em Marianópolis, município de Pedreiras. Não hesita, como outros lavradores da região, em adquirir terras, pela experiência vivida no município de São Luís Gonzaga duas décadas antes. Trinta anos depois, retorna à escola, à poesia e às cantorias de repente e, entre 2008 e 2012, conclui a graduação em Letras na Universidade Estadual do Maranhão de Pedreiras. Participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Atualmente vive e trabalha como lavrador em Marianópolis e discute e pratica o ambientalismo.

Duração: 78 minutos

Samuel Barreto – Nasce em 1968, em Pedreiras-MA. Filho de João Barreto, cearense, e Ceci Ana Barreto, descendente de cearenses. É graduado em Letras e graduando em História, radialista e poeta. Recorda o tempo das enchentes em Pedreiras, principalmente em 1974. Atuou como mediador de várias entrevistas realizadas em Pedreiras. Além dos seus pais, possibilitou o contato com Chico Miranda, Maria do Socorro Menezes e Zé Bezerra. Discute o hábito dos casamentos de cearenses entre si, apontando o preconceito racial e um “senso de proteção”. Sua entrevista aborda vários aspectos das disputas políticas em Pedreiras e no estado do Maranhão, além da poesia e da música pedreirense. Refere-se à organização das CEBs em Pedreiras, a partir da chegada de Padre Jacinto em 1972.

Duração: 49 minutos

7. Estrangeiros

Frei Heriberto Rembecki – Chega ao Brasil juntamente com três noviciados alemães em 1964, passando por Fortaleza-CE, Piri-piri-PI e Tutóia-MA. Em Bacabal, passam 10 dias e é dispensado e enviado para Petrópolis a fim de terminar os estudos, juntamente com Frei Adolfo Tenner. É ordenado em Bacabal no ano de 1966, e ingressa na Pastoral do Maranhão e do Piauí em 1967. Percorrendo diversos povoados do Médio Mearim para realizar batismos e casamentos, testemunha a chegada de muitas levas de migrantes nordestinos. Rememora que freis e padres anteriores referiam-se a filas para batizados e casamentos na região, principalmente nos anos das secas de 1932, 1952 e 1958. No Brasil, entra em contato com a Teologia da Libertação e começa a trabalhar com as CEBs.

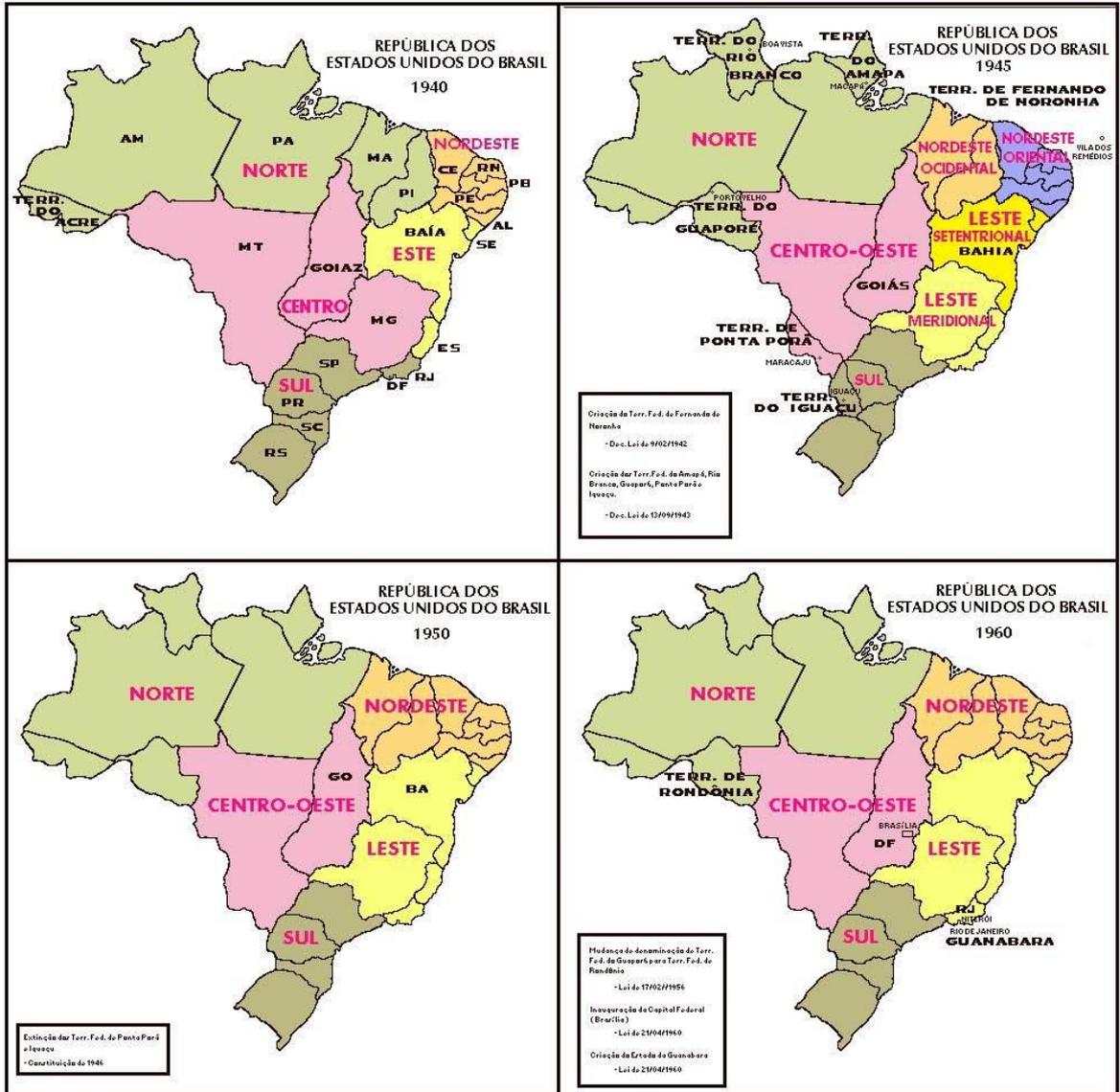
Duração: 71 minutos

ANEXO I

Mapas das unidades político-administrativas do Brasil em 1940, 1945, 1950 e 1960

Mapa 1.10

Evolução das Unidades Político-Administrativas



Fonte - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Estruturas Territoriais

ANEXO 2

Pessoas não naturais do município onde residem por sexo e tempo de residência no município segundo as zonas fisiográficas e os municípios

Zonas fisiográficas e municípios	Totais		Totais Não naturais		Tempo de residência no município																		
					Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos		5 anos		6 a 10 anos		11 anos e mais		Sem declaração		
	Homens	Mulheres	Total	homem	Mulher	homem	mulher	Homem	Mulher	Homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
Estado	1.256.406	1.220.965	787.903	407.461	380.412	10.326	33307	35.884	33.307	64.039	59.420	59.249	54.543	23.793	22.097	29.477	27.490	79.458	73.792	73.978	70.751	1.257	1.078
Zona do baixo Mearim	237.236	219.468	269.355	140.764	128.591	9.478	8.813	11.881	19.821	25.985	23.698	25.469	23.247	8.775	7.903	10.813	9.805	28.656	26.266	19.325	17.715	382	323
Arari	8.387	7.614	504	280	224	23	18	23	28	15	13	26	28	12	5	25	21	51	36	104	75	1	
Bacabal	55.920	52.266	68.237	35.634	32.603	2.096	2.032	2.850	2.694	6.719	6.180	6.563	5.906	2.600	2.285	3.068	2.739	6.447	5.898	5.082	4.706	209	163
Ipixuna	28.011	26.541	26.781	13.903	12.881	763	717	1.280	1.111	2.418	2.251	2.619	2.462	758	678	933	817	3.080	2.917	2.033	1.879	19	19
Lago da Pedra	18.782	17.247	25.125	13.053	12.072	1.347	1.217	1.427	1.222	2.759	2.513	1.514	1.473	601	561	717	652	2.750	2.535	1.934	1.865	4	4
Pedreiras	30.091	47.096	19.165	25.766	23.399	1.234	1.151	1.232	1.121	3.511	3.081	4.114	3.788	1.003	855	1.428	1.357	6.536	5.974	6.597	6.005	111	107
Pio XII	19.725	17.847	26.015	13.670	12.345	1.273	1.123	1.043	916	3.434	3.153	3.546	3.226	884	824	739	664	1.760	1.565	978	866	11	6
Vitória do Mearim	14.522	13.139	10.600	5.629	4.971	1.620	1.446	762	671	710	681	497	476	294	252	282	230	701	581	730	636	24	18
Vitorino Freire	41.198	37.718	62.025	33.829	30.095	1.113	1.069	3.262	3.058	6.419	5.846	6.590	5.888	2.623	2.443	3.621	3.325	7.331	6.760	1.857	1.683	3	4

Fonte: Censo demográfico de 1960: Maranhão-Piauí. In VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Volume 1, Tomo III, Fundação IBGE-Instituto Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento.